Obra crítica de
Araripe Junior
Vol III

# OBRA CRÍTICA
## DE ARARIPE JÚNIOR

Almôço oferecido pelo Barão do Rio Branco a Anatole France no Itamarati. Araripe Júnior vê-se de perfil: segundo na fila da esquerda.

*COLEÇÃO DE TEXTOS DA*
*LÍNGUA PORTUGUÊSA MODERNA*

3

# OBRA CRÍTICA DE ARARIPE JÚNIOR

VOLUME III
1895-1900

"Abundantius illis omnibus laboravi"

CENTRO DE PESQUISAS — CASA DE RUI BARBOSA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
CASA DE RUI BARBOSA-1963

# PREFÁCIO

De acôrdo com o plano estabelecido, o Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa edita agora o terceiro volume da Obra Crítica de Araripe Júnior, que compreende os trabalhos publicados nos anos de 1895 a 1900.

Como já se disse no prefácio à edição do primeiro volume, a dispersão da obra de Araripe por jornais e revistas da capital ou dos Estados dificulta a sua pesquisa, o que justifica o longo tempo que estamos levando para realizá-la. Além da ausência de informações precisas sôbre as fontes, a busca tem de fazer-se em várias bibliotecas ou valer-se de coleções particulares. Para se ter uma idéia da extensão do trabalho a que se vem procedendo sob a orientação do professor Afrânio Coutinho, indicaremos aqui as publicações periódicas onde os nossos pesquisadores, correndo página por página, colheram os artigos e estudos que constituem os dois volumes já editados e o presente:

Correio Pernambucano, Constituição, Fraternidade, Correio do Povo, Diário do Comércio, Gazeta de Notícias, Gazeta da Tarde, Gazeta Literária, Jornal do Brasil, Mensário Treze de Maio, Novidades, O Álbum, O Dia, O País, O Tempo, A Semana, Lucros e Perdas, Quinzenal, União Acadêmica, Revista Brasileira, Revista do Brasil e Revista Sul-Americana.

Somem-se a isso os prefácios aos seguintes livros:

Contos Brasileiros, de Oscar Jagoanharo, Tradução da Divina Comédia pelo Barão da Vila da Barra, Versos e Rimas, de Alberto de Oliveira, Canções do Outono, de Lúcio de Mendonça, Embrionários, de Júlio de Freitas Júnior, Esboços e Fragmentos, de Clóvis Beviláqua, e O Grande Problema, de Rocha Pombo.

Estamos diante de um imenso campo de atividade intelectual, o que aliás indica o papel exercido por Araripe Júnior na crítica literária de seu tempo e a influência que exerceu sôbre a nossa criação artística, na fase compreendida entre o fim do Roman-

*tismo e princípios do século XX. Sua obra constitui um inteligente acervo de idéias, de atitudes intelectuais, de posições do pensamento brasileiro em um dos períodos mais fecundos do desenvolvimento de nossa cultura.*

*A iniciativa do Centro de Pesquisas nem sempre foi bem recebida pelos juízos da crítica atual, sob o fundamento de que os trabalhos de Araripe não mereceriam, pela natureza de seus critérios de apreciação dos fatos literários, o imenso esfôrço de uma instituição oficial.*

*Não pretendemos fazer uma defesa dêsses critérios. Os problemas de métodos e de idéias sempre foram um domínio muito fecundo para as controvérsias que se eternizam. Cabe-nos, porém, esclarecer que o Centro de Pesquisas tomando o encargo de publicar a obra do crítico, teve em vista:*

*Primeiro: o seu quase total desconhecimento pelas gerações atuais, em face da raridade dos livros publicados e da dispersão, como acentuamos, de seus escritos por jornais e revistas, na quase totalidade hoje extintos.*

*Segundo: a certeza (e isso será a razão mais importante) de que o conjunto da obra crítica de Araripe Júnior nos auxiliaria a ter uma visão, mais rica e mais direta, do que foram o pensamento e a criação literária, no Brasil, em aproximadamente meio século.*

*Ao lado dessas duas razões, seria injusto silenciar a posição intelectual do escritor procurando sempre as afirmações nacionais nas obras que analisava, numa visível preocupação de acentuar os aspetos brasileiros dentro de uma literatura ainda altamente impregnada de influências de tôda espécie provindas das grandes fontes da cultura ocidental, especialmente a francesa e a inglêsa, e também a portuguêsa, por fôrça da tradição, no campo da linguagem e do estilo. Acreditamos que lhe cabe, ao lado de Sílvio Romero, o reconhecimento dos intelectuais de hoje da ação que exerceu ao destacar do mundo literário de então aquêles traços em que se vinham depositando as características do espírito nacional. O tom polêmico de que freqüentemente a sua crítica se reveste, decorre, quase sempre, de sua nítida posição afirmativa das coisas brasileiras, numa louvável ânsia de encontrar o que era nosso por entre uma criação cujo título de glória era parecer européia.*

*Estamos convencidos de que êsses motivos plenamente justificam o empreendimento do Centro de Pesquisas.*

*Como já foi feito no primeiro e no segundo volume, cabe aqui assinalar o trabalho do professor Afrânio Coutinho, orientando a pesquisa. Novamente apresentamos os nossos agradecimentos.*

*Quanto ao problema de texto, sempre árduo na publicação de obras impressas primeiramente em periódicos, pedimos que o leitor se reporte ao que foi dito nos prefácios constantes dos volumes anteriores.*

*Já agora, diante do levantamento feito e do que se está fazendo, podemos dizer que o total de* Obra Crítica de Araripe Júnior *compreenderá cinco volumes. Falta-nos, portanto, publicar o quarto e o quinto.*

THIERS MARTINS MOREIRA
*(Diretor de Pesquisas)*

# OBRA CRÍTICA
(1895 - 1900)

MACHADO DE ASSIS

Tipo acabado do homem de letras, beneditino da arte, Machado de Assis constitui, no Brasil, um dos raros exemplos de poeta e romancista que, resistindo ao meio e vencendo as hostilidades do próprio temperamento, fiel à vocação, conseguiu completar a sua carreira. Filho das próprias obras, êle não deve o que é, nem o nome que tem, senão ao trabalho e a uma contínua preocupação de cultura literária.

Nascido aos 21 de junho de 1839, nesta capital, do consórcio de Francisco José de Assis e Maria Leopoldina Machado de Assis, o autor do *Quincas Borba,* filho de operário, foi destinado, em princípio, ao comércio, onde apenas permaneceu três dias, como caixeiro de uma loja de papel. Dedicando-se logo depois à arte tipográfica, parece que aí as suas aptidões naturais se desenvolveram ràpidamente, já pelo contacto com a imprensa, êsse poderoso instrumento de irradiação literária, já pela aproximação dos jornalistas que naquela época brilhavam no mundo político ou se ensaiavam na prosa e na poesia. Afirma-se que, nesta situação, animado por um grupo de rapazes, pela maior parte mortos, entre êles Casimiro de Abreu, Macedo Júnior, Caetano Filgueiras e Gonçalves Braga, começou a versejar e, em 1860, entrou para o *Diário do Rio de Janeiro,* a convite de Quintino Bocaiúva, o qual fazia parte da respectiva redação, ao lado de Henrique César Muzzio, um prosador de muito talento, e de Manuel Antônio de Almeida, autor das *Memórias de Um Sargento de Milícias,* o romancista de costumes, talvez de mais talento, que tem nascido entre nós. Em 1867, transferiram-no para o *Diário Oficial,* na qualidade de ajudante do Diretor, e aí o encontramos ainda em 31 de dezembro de 1873, época em que foi nomeado 1.º oficial da Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, por ocasião de reformar-se essa repartição, na qual, conservando-se até hoje, foram os seus serviços galardoados com a promoção, em 7 de dezembro de 1876, a chefe de seção, e, em 30 de março de 1889, a Diretor da Diretoria do Comércio.

Eis, em traços rápidos, a vida oficial do poeta, que, ao primeiro lance de olhos, se nos afigura destituída de acidentes, sem lutas, e semelhante, na tranqüilidade, à daquelas matronas romanas, em cujas sepulturas os coevos epigrafavam o célebre dístico: *foi honesta e fiou lã.* O segrêdo, porém, desta tranqüilidade, observada na carreira burocrática de Machado de Assis, encontra-se na correção do funcionário e no mais decidido horror à vida política ativa, cortesã desbragada que às letras brasileiras tem arrebatado os seus mais

belos talentos. Não tendo a política conseguido seduzi-lo, volveu-se o seu espírito inteiro para a arte e para o belo. Nas suas produções, nos seus livros, pois, é que se poderá encontrar a sua verdadeira história, a história das suas lutas pelo ideal, que não devem ter sido pequenas, atenta a circunstância de que o poeta tem assistido ao advento de três revoluções ou escolas literárias.

## I

Como todos os escritores do seu tempo, Machado de Assis formou-se, educou-se e recebeu as suas melhores armas de combate das mãos dos poetas e prosadores românticos.

Pertencente ao grupo de literatos que surgiu imediatamente depois do movimento imprimido às letras pátrias, em várias direções, por Gonçalves Dias, Joaquim Manuel de Macedo, José de Alencar, Álvares de Azevedo, por muito tempo o autor das *Memórias Póstumas de Brás Cubas* vagou entre o classismo * de Antônio de Castilho e o arrôjo da forma romântica, representada, em Portugal, principalmente por Alexandre Herculano. O tempo, porém, encarregou-se de convencê-lo de que, ao seu temperamento, não convinha, nem a aridez do primeiro, nem as violências de imaginação do segundo.

Dados os primeiros passos, adquirida a forma clara e nítida que o namorava desde a publicação das *Crisálidas* e que logo depois se estereotipou nas *Falenas,* êle ensaiou-se no conto, e é nesse terreno que gradualmente vê-se despontar o brôto, de onde rebentaram mais tarde as concepções que hão de afirmar, no futuro, a sua passagem pelas letras brasileiras.

Aos amigos, já de há muito revelara-se Machado de Assis um *causeur* arguto e original. Espírito excêntrico, apaixonado dos livros, filósofo sem sistema, mas sempre pronto a estacar, com um ponto de admiração nos lábios, diante de tôdas as singularidades que a vida nos apresenta, e com o espanto nos olhos, diante de todos os tipos originais que a História nos transmitiu, êsse *causeur* inesgotável precisava, antes de tudo, aparelhar-se no gênero literário mais apropriado a resumir o gênio da divagação e as excentricidades de um autor independente e sem pretensões a diretor de um movimento.

Machado de Assis não chegou, entretanto, de um salto, à sua obra verdadeira. Embora *Memórias Póstumas de Brás Cubas* e *Quincas Borba* não sejam senão o desenvolvimento do *humour* dos contos denominados "Luís Soares" e "Miss Dólar", que se encontram no seu primeiro livro de histórias, êle, por espaço de muitos anos, confundiu essa aptidão com a do psicólogo analista objetivo; e por essa razão o vemos dando sucessivamente à estampa os romances *Res-*

* *Sic.*

*surreição*, *Iaiá Garcia* e *Helena*, livros em que a influência de Octave Feuillet é tão visível, como o é nas formas do seu humorismo a de Laurence Sterne, o grande criador do *Tristram Shandy*. A ascendência dêste, contudo, sobrepujou a daquele, não só porque achava terreno apropriado para frutificar, mas também porque só os espíritos superiores e originais conseguem abrir sulcos e semear na imaginação dos que se ocupam com as suas obras; e o autor do *Romance de Um Môço Pobre* é escritor para se copiar, mas nunca para se estudar como elemento de fecundação. Machado de Assis, portanto, entregando-se definitivamente a Sterne, entregou-se a si mesmo e fortaleceu o seu verdadeiro talento. Cultivando a própria nevrose, desenvolvendo *secundum artem* as excentricidades nativas de seu espírito, objetivando-as com franqueza nos personagens dos seus romances, em vez de procurar traduzir observações feitas sôbre personagens da vida real, que no relato teriam forçosamente de transfigurar-se nos fantasmas doentios criados pela imaginação do romancista, êle abriu ao próprio talento um campo vasto e original de atividade, no qual, sem ofensa a direitos adquiridos, pode se dizer que, na literatura brasileira, não encontra rival, nem escritor que ao menos procure acompanhá-lo. De fato, as *Memórias Póstumas de Brás Cubas* e o *Quincas Borba* são livros únicos na língua portuguêsa.

## II

O português não tem o temperamento humorista. O gênio da raça não conseguiu, até hoje, pôr nos versos dos seus poetas e nas divagações dos seus prosadores senão a alacridade tôsca do jogral ou a ironia rebuscada do voltaireano. Dizem que o Padre Antônio Vieira, em muitos dos seus sermões e na *Arte de Furtar*, distinguiu-se por essa rara qualidade; mas, a ser isso exato, é certo também que o célebre jesuíta está tão longe dos verdadeiros humoristas, como as sátiras de Nicolau Tolentino estão das de Juvenal. A crítica jamais poderá descobrir na alma portuguêsa o *quid* constitutivo dos caracteres que tornam salientes os gênios de Shakespeare, de Swift, de Sterne, de Lamb e mesmo de Thackeray.

Produto exclusivo da raça anglo-saxônia, o *humour*, que não é outra coisa mais do que a galhofa da tristeza, a ironia da loucura, o motejo da morte, o riso tirado da caveira de Yorik, o sentimento da inanidade da vida humana expressado pelo gênio do *clown*-escriba, a sabedoria e os segredos da natureza revelados pelo espírito dos Falstaff e dos Uncle Toby: o *humour* nada tem de comum com a alegria grotesca de Panúrgio, nem mesmo com a satisfação ridícula de Sancho Pança; porque o pantagruelismo, segundo Rabelais, é

simplesmente *une gayeté d'esprit confite en mespris des choses fortuites*, e o sanchismo, segundo Miguel Cervantes, uma tranqüilidade de ânimo resultante da renúncia decidida e firme de tudo quanto constitui o ideal, em proveito da exploração da vida tal como ela se manifesta neste mundo sublunar. É óbvio, portanto, que as literaturas neolatinas não comportam o *humour* com a intensidade de desenvolvimento que lhe deram os povos que o inventaram; e se os escribas dessas literaturas chegam a experimentá-lo, caminham ràpidamente para a loucura, sendo raros os que têm desvirtuado impunemente êsse poderoso *órgão de revelação do lado noturno das coisas humanas*. Não obstante tudo isto, a imaginação dos ramos neolatinos não deve ser condenada como incapaz do paradoxo literário, — a forma exterior do humorismo. E se é verdade que, em Portugal, são dignos de lástima os dislates de um Guerra Junqueiro (*A Velhice do Padre Eterno*), não acontece assim no Brasil, onde a vivacidade oriunda de novas condições mesológicas e étnicas naturalmente inclinou o espírito dos seus escritores para o arguto, para o brilhante e para o imprevisto.

Machado de Assis acha-se no número dos escritores dessa espécie. O seu estilo paradoxal, a disposição grotesca das suas últimas composições, a atitude truncada dos personagens que aí figuram, os discursos e as reflexões antitéticas que se encontram em muitos dos seus capítulos de filosofia excêntrica, enfim, a originalidade e os tiques ou manias dos seus heróis dão-lhe um lugar especial na história da literatura brasileira, e o que é mais, o direito de considerar-se criador de um gênero até certo ponto desconhecido no meio em que nos desenvolvemos.

## III

O autor do *Quincas Borba* foi sucessivamente crítico, poeta arcaico, poeta romântico, romancista de salão e contista; e, por último, afirmou-se escritor humorista de primeira ordem. Exercendo tôda a sua atividade literária na composição de obras pertencentes a vários gêneros literários, de 1851 até esta data, êle tem atravessado fases diversas, em que, ora por influências das correntes literárias produzidas na Europa, ora por efeito de reação indígena sôbre essas mesmas influências, o gôsto assumiu-lhe formas antagônicas. Foi assim que Machado de Assis assistiu aos adventos do indianismo de José de Alencar, do neo-romantismo e das tentativas dramáticas de Quintino Bocaiúva e Pinheiro Guimarães, da escola condoreira de Tobias e Castro Alves, do naturalismo personificado na geração que despontou em 1878, com José do Patrocínio, Tomás Filho, A. Celso Júnior, Assis Brasil, Lúcio de Mendonça, V. de Magalhães, e do

parnasianismo representado por O. Bilac, Raimundo Correia e outros. Estas oscilações da estética nacional, se não influíram profundamente na marcha do espírito de Machado de Assis, todavia deram-lhe fôrças para retemperar o seu caráter de artista e enriqueceram-lhe o estilo, porque êle não só não hostilizou os novos, mas até buscou compreendê-lo e estudou-os com simpatia. Semelhante fato, evitando o desapreço do mestre, teve uma grande vantagem para o romancista: saturou-o dos progressos dêste fim de século e, ao mesmo tempo, manteve a sua individualidade ao abrigo da decomposição, que sempre acompanha os autores fáceis em aceitar e imitar a primeira novidade que aparece no mercado literário.

Em síntese, Machado de Assis significa um poeta clássico-romântico que, em caminho, matizando a sua imaginação com a variedade das côres e dos aspectos das opostas paisagens que foi atravessando, descobriu a existência, em sua alma, de uma região excêntrica e nela firmou as tendas do seu estilo. Tal segurança de estética poderia ser ainda perturbada pelos exageros do realismo, pelo zolismo, ou, antes, pelo *Medanismo,* se, como afirmam Paul Adam e outros ocultistas, essa escola não estivesse em vésperas de descer ao túmulo da história. Felizmente, porém, para os excêntricos, aí vêm o simbolismo, o magismo, o egotismo, o ipseísmo, o neocatolicismo, o tolstoísmo, o ibsenismo, tôdas as nuanças, enfim, do misticismo moderno, com os seus respectivos credos de destruição da *carne* e purificação da *idéia;* e se bem que as tendências dos reacionários, ùltimamente postos em evidência, apenas se relacionem entre si por um vago anseio religioso, uma necessidade de volver às formas arcaicas de todos os tempos e a um hieratismo literário quase atingindo o faquirismo, é bem provável que, dessa luta por novos ideais, comecem a surgir produtos capazes de rivalizar com os primores dos mestres de tôdas as épocas, logo que os novos revolucionários consigam explicar os seus desacordos com os progressos científicos do século XIX.

Acredito que êsse movimento, como os anteriores, não será hostil à musa de Machado de Assis, antes, pelo contrário, o autor das *Memórias Póstumas de Brás Cubas,* que ainda tem diante de si largo espaço para trabalhar, poderá, das novas concepções estéticas, extrair elementos de inspiração imensamente favoráveis à produção dos seus livros paradoxais.

A introdução da quiromancia, do hipnotismo, da cabala, da grafologia, das influências hiperfísicas na literatura não deve trazer senão vantagens ao autor de certos capítulos da filosofia de Brás Cubas e da psicologia lunática de Rubião-*Humanitas.*

# *NOVA ESCOLA PENAL*

Pelo Dr. Viveiros de Castro

PUBLICAÇÃO EM *A SEMANA*, RIO DE JANEIRO, ANO VI, TOMO VI,
N.os 73, 74, 75, 23 FEVEREIRO, 2 e 9, MARÇO, 1895.

## I

*A Semana*, 23-2-1895

Livro de exposição das doutrinas lombrosianas sôbre matéria penal, escrito com vigor, com muita clareza e com a eloqüência tribunícia que distingue o seu autor, o trabalho do Dr. Viveiros de Castro, um dos ornamentos de uma de nossas Faculdades Livres de Direito, veio preencher uma lacuna muito sensível e da qual se ressentia a nossa literatura jurídica.

*A Nova Escola Penal*, pois, aparece em ocasião oportuníssima; e, até certo ponto, deve satisfazer a curiosidade daqueles que, não tendo tempo, nem aptidão, para estudar as obras clássicas e os tratados dos criminologistas de maior atualidade, desejam, entretanto, conhecer, em síntese, os progressos que a ciência tem feito nesse departamento da atividade humana.

O livro abrange tôdas as idéias que a Inglaterra, a França e principalmente a Itália, a pátria de Beccaria e de Rossi, têm produzido nos últimos decênios. No primeiro capítulo, aparecem, em escôrço, os pontos culminantes da doutrina, que se propõe substituir a concepção da escola clássica, que definia o crime "a violação voluntária de um princípio da justiça absoluta, sancionada na legislação positiva", isto é, "a eternidade de uma justiça imutável e o livre-arbítrio como guia da conduta humana".

Realmente, hoje, no mundo da filosofia, depois de vulgarizadas as duas grandes sínteses do saber humano, feitas por Augusto Comte e por Herbert Spencer, não há senão místicos, que se atrevam a sub-rogar as leis naturais num conceito tão abstruso como aquêle, e que chegaram ao cérebro do homem sòmente pela visão, pelo terror do desconhecido e pelos mistérios litúrgicos das religiões oficiais.

De posse do mundo, a ciência, com o advento de Kant, que, inspirando-se em Protágoras, restabeleceu a verdadeira posição do homem no Universo, distinguindo a lógica do fato, o subjetivo do objetivo, a ciência, repito, abriu o ciclo moderno da atividade cerebral e tornou possíveis tôdas as investigações sem desequilíbrio da mentalidade humana, determinando o único ponto de apoio a que o espírito pode recorrer no desenvolvimento das idéias. Assim, estabelecida a relatividade dos nossos conhecimentos e, ao mesmo tempo, a sua subordinação a leis naturais imprescritíveis, parecerá irrisória qualquer tentativa científica que não reconheça êsse ponto de par-

tida; e seria um dislate que o direito penal pretendesse furtar-se à revisão a que se têm submetido todos os outros ramos de estudos sociais. O fundamento, portanto, da nova escola penal, que deslocou a ciência do direito do absoluto para o relativo, é inabalável.

Os juristas da expiação, do desagravo social, da razão de Estado, estão irremissìvelmente mortos, a menos que o mundo não se esqueça do que já pensou e comece a repensar o misticismo das idades messiânicas.

Vejamos, todavia, como, partindo do conceito acima indicado, os neocriminologistas têm procurado transportar êsse mesmo conceito para os códigos positivos.

O Dr. Viveiros de Castro procurou fazê-lo fixando as suas vistas nos obreiros do que hoje se denomina *Antropologia Criminal*. Esta escola teve divididos os seus trabalhos em três seções distintas: *a)* estudos dos fatôres do crime, isto é, causas que contribuem para o desenvolvimento ou diminuição da criminalidade, como sejam — as influências físicas, clima, natureza do solo, estações, temperatura, produção agrícola, condições meteorológicas, — as de ordem fisiológica, raça, idade, sexo, hereditariedade, constituição física e psíquica do criminoso, anomalias, — e as morais ou sociais, educação, instrução, miséria, riqueza, profissão, celibato, casamento, costumes, densidade de população, religião, alcoolismo, progresso, civilização; *b)* classificação dos criminosos, onde se encontram já cinco categorias, o criminoso nato, o apaixonado, o de ocasião, o de hábito ou profissão e o louco; *c)* finalmente, profilaxia e terapêutica do delito, isto é, meios de defesa social, garantias da ordem, da vida e da propriedade dos cidadãos honestos. Nesta última ordem de trabalhos é que figuram os *sostituvi penali* de Ferri, o qual, dando como certa a ineficácia da pena, procura substituí-la por uma engrenagem de medidas econômicas, políticas e sociais e de reformas radicais nas vias do progresso judiciário.

De posse dos elementos fornecidos por êstes estudos, que, incontestàvelmente, são brilhantíssimos, o Dr. Viveiros de Castro mostra-se cheio de vivo entusiasmo, e acredita que a nova escola, por um dos seus órgãos mais notáveis, tenha encontrado a solução verdadeira aos problemas anteriormente postos.

A grande dificuldade que se apresenta diante de tôdas as consciências esclarecidas, entretanto, reside no seguinte: 1.º, em definir o que é responsabilidade; 2.º, em constituir a base da repressão.

Quanto ao primeiro têrmo, muitos criminologistas eludem a questão, suprimindo-a; outros, restringindo-a. No que toca ao segundo, variam as opiniões na razão direta do egoísmo ou do altruísmo de cada um.

Quando, porém, chegam os momentos críticos e decisivos, em que sòmente o animal, com os seus instintos, guia o homem, todos

entram em acôrdo e passam a declarar que, sem responsabilidade, sem repressão, quaisquer que elas sejam, não é possível compreender a vida em sociedade. Portanto, a própria natureza da matéria penal é quem se encarrega de decapitar tôdas as teorias que excluem os dois fatos irredutíveis acima indicados, os quais nunca deixaram de fazer ato de presença nas agremiações, ainda mesmo inconscientes, desde o estado de selvageria até aos mais fulgurantes produtos da cultura moral.

## II

*A Semana*, 2-3-1895

Quem conhece o movimento científico geral, não pode deixar de discernir as dificuldades que se têm oferecido à escola lombrosiana no desempenho da tarefa que os seus fautôres se impuseram,

Que o ponto de vista e o método biológico não eram suficientes para dar ganho de causa à escola, o próprio Lombroso foi o primeiro a reconhecer; e não só nas últimas edições do *Homem Delinqüente* viu-se coagido a modificar a sistematização das suas idéias, mas também, na sua última obra, *O Crime Político e as Revoluções*, êle, compendiando os aspectos diversos que a sua doutrina tem tomado em discípulos seus, procurou relacionar-se mais diretamente com o direito e com êsse outro produto da cultura humana chamado ciência do govêrno. Para êsse fim, associou-se ao jurista R. Laschi, de cuja colaboração originou-se, incontestàvelmente, uma feição nova para a criminologia comparada.

Como em tôdas as ciências que atualmente se reconstroem sob o influxo da teoria da evolução, a criminologia está passando por uma crise de crescimento. Não há dúvida que ninguém conhece melhor o caminho que trilha do que o fundador dêsses estudos; mas a impaciência e, muitas vêzes, a estreiteza das faculdades de associação de muitos de seus discípulos, têm dado lugar a verdadeiros despautérios. A hipertrofia da atenção num espírito dêstes, posta a serviço de um só departamento, acaba por tirar-lhe a consciência do conjunto e, alucinando-o, permite *descobertas de leis* que são, antes, elementos perturbadores da harmonia universal da ciência.

Estas observações, encontro-as indicadas numa das últimas publicações de Lombroso, *A Antropologia Criminal e Seus Progressos Recentes,* na qual o mestre, além de queixar-se das injustiças de que tem sido vítima, torna bem saliente que os escândalos levantados contra a doutrina lombrosiana não são tanto efeito das suas generalizações como desaplicações arbitrárias que por aí andam a fazer.

Entre outras observações, é muito para lastimar que sejam os biologistas os que, por emulação, mais o agridem, perturbanbando a consciência dos magistrados, que podiam ir tirando desde

já elementos de ilustração para as suas interpretações. A propósito do que lhe objetou Magnan, diz êle, com bastante razão, que, se os magistrados não aceitam os caracteres do criminoso, é isso devido, em grande parte, à contumácia de médicos ilustrados em negar fatos evidentíssimos e em pôr dúvida aos fatos por êles mesmos descobertos. A falta, portanto, não resulta do método, mas das rivalidades da escola, ou antes, de indivíduos que pretendem, de preferência, aparecer a concorrer para auxiliar uma nova ordem de estudos.

É assim que Tarde e Colaianni, no desejo insensato de botar o disco adiante do mestre, vão até o absurdo de negar as relações existentes entre órgãos e funções: o que seria o mesmo que decapitar antecipadamente a antropologia criminal.

> A relação entre o órgão e a função, diz Colaianni, é incertíssima. É impossível concluir com certeza da existência do órgão e da função; há órgãos sem funções atuais.

E, reproduzindo essa insidiosa proposição, Lombroso acrescenta a resposta de Sergi, na *Revista Internacional* de 1889, que deu a tal coarctada o nome verdadeiro de — enormidade.

> Que fazem êstes órgãos sem funções no organismo humano? Acaso serão órgãos de reserva, que terão, mais tarde, de substituir os que o uso comum houver destruído, do mesmo modo que vestuários novos substituem mulambos imprestáveis? E se, segundo o mesmo Colaianni, [a] função engendra o órgão, como nascerá o órgão privado de função?

Neste ponto, vê-se que o critério científico está com o autor do *Homem Delinqüente*, máxime quando diz que, se os órgãos se reforçam e se hipertrofiam funcionando, não é menos certo que êles, para funcionarem, precisam de estar prontos ou aparelhados. Os músculos das pernas das dançarinas, pondera com muita graça Brouardel, engrossam, indubitàvelmente, no exercício da coreografia, mas, em todo o caso, para isso é indispensável que exista o músculo.

Destas e de outras reflexões de Lombroso, depreende-se que, na sua opinião, a antropologia criminal ainda não conseguiu libertar-se do período da discussão.

Cada antropologista vai fazendo o que bem lhe parece, e apenas descobre um aspecto nôvo, perdendo o espírito de crítica e de conjunto, pretende logo subordinar a ciência inteira àquele restrito campo de observação, e, se lhe permitissem, redigiria um código sem a atenção às resistências sociais.

Entretanto, Lombroso não se cansa em declarar que não trabalha diretamente para aplicações judiciárias; como sábio, êle faz ciência pela ciência, e não para aplicações que se não podem realizar incontinenti. Estudando um dos mais interessantes fatôres da vida coletiva,

deixa a outros a missão de aproveitar os resultados dêsses estudos, em face de princípios que a ciência integral, — a filosofia, — julga irredutíveis.

Não é precisamente o caso de Tarde? Êste ilustre magistrado, talvez dotado de muito mais imaginação e estilo do que critério jurídico, preocupou-se demasiado com um grupo de fatos que são, ninguém o nega, verdadeiros. Êstes fenômenos, sem bulha nem matinada, Spencer já tinha analisado num interessante ensaio intitulado — *Dos Costumes e da Moda*. Êsse trabalho de Spencer é fundamental; e nêle, com a lucidez e simplicidade que o caracterizam, o mestre aprecia o automatismo das multidões e prova como, sem essa lei, os fenômenos que nós chamamos govêrno político, religião, usos, não poderiam coexistir na sociedade. Pois bem, Tarde mutila o ponto de vista do grande sociologista e, acastelando-se num vocábulo de efeito, sem ter em nenhuma conta a intercorrência dos outros fatôres, subordina tôda vida social e, portanto, o crime, às *leis de imitação*.

## III

*A Semana*, 9-3-1895

Ao autor da *Nova Escola Penal* não passou despercebido o que há de inconsistente nessa particularização de pontos de vista exclusivos; e, com certeza, em seu espírito, apesar do entusiasmo que lhe causam as descobertas dos antropologistas, vacilarão muitas proposições audaciosas dos chefes, tanto da escola italiana como da francesa.

Se, por um lado, reconheceu que o *criminoso nato* de Lombroso não conseguiu fixar-se cientìficamente, em conseqüência da volubilidade do que chamam *estigmas*, por outro, deve ter verificado que a proposta de Tarde, reduzindo tôda a sociologia a uma lei secundária, não foi mais feliz com a descoberta de duas categorias de delinqüentes, — o urbano e o rural, categorias tão vagas e improdutivas quanto românticas ou balzaquianas.

O mesmo ter-lhe-á sucedido com a profilaxia dos *sustitutivi* de Ferri. Para quem deseja chegar com presteza a uma reforma penal, o aparelho de Ferri não tem outro efeito senão o de produzir um geral desânimo, graças à complexidade quase infinita das transformações de que depende, segundo todos sabemos, a moralização dos povos. A inutilidade da repressão, como pretende o ilustre criminologista, é um dos muitos paradoxos que os homens de ciência, de vez em quando, se aprazem soltar aos quatro ventos. A coerção, na sociedade, é uma lei tão visível e necessária como é a atração no mundo físico. Como, pois, desprezá-la? Por isso, Tarde, Garofalo e,

com êles, o Dr. Viveiros de Castro, objetam contra tão altaneira pretensão; o que, porém, não significa que um dos primeiros cuidados dos governos fortes e sadios não seja esterilizar o crime no seu nascedouro. As dificuldades de resolução dêsse problema, que, por assim dizer, constitui a própria história da humanidade, tornam o plano de Ferri tão vasto e indeterminado, que seria melhor não pensar nêle logo que se trate de redigir um código positivo. E, de passagem, direi que, como profilaxia, a *Política Positiva* de Augusto Comte está mil furos acima da do ilustrado professor italiano, não só no que toca à concisão dos meios, mas também a um conhecimento mais exato dos teoremas deduzidos da história e dos costumes. Ferri ressente-se de uma ilusão de casuística.

---

Não é meu propósito, aqui, acompanhar o Dr. Viveiros de Castro em sua lenta viagem através de tôdas as idéias e opiniões que atualmente tornam os estudos da criminologia uma das mais curiosas, interessantes e sugestivas aplicações dos métodos da escola evolucionista. Fechando, porém, o livro, julgo ter descoberto, no espírito de seu autor, muito mais esperanças no futuro da ciência do que pròpriamente fé nas conclusões dos seus mestres prediletos. Contudo, parece, de preferência, encantá-lo a coordenação jurídica de Garofalo. É natural.

Garofalo é um colega, é um jurista; portanto, não cai, por hábitos de profissão, nos dislates de certos antropologistas, que se metem a projetar códigos, sem maior conhecimento da evolução da cultura humana e, com especialidade, a do conceito jurídico.

Neste ponto, Garofalo, incontestàvelmente, acha-se em condições de convencer mais depressa do que qualquer outro. Êste eminente autor nem sempre chega a conclusões satisfatórias; mas, em todo caso, as divisões que adotou são de primeira mão, muito mais seguras do que as de Ferri e menos imaginosas do que as de Tarde.

O seu cuidado em separar logo o delito natural ou social do *opportet* dos Romanos, já por si constitui um grande avanço, para que se possa aproveitar, nos códigos, alguns dos progressos realizados na antropologia. A falta desta distinção ia perdendo a criminologia.

Não há quem ignore que, na filologia, houve uma crise semelhante. Desde que apareceram, na gramática, os fisiologistas, tudo se procurou explicar pela fonética. Schleicher, aplicando o darwinismo sêco aos fenômenos da linguagem, acabou por transformar o homem numa palavra ambulante, que evoluía por uma fôrça secreta, e não tardaria muito em explicar, pelas raízes glóticas, tôda a vida social. Os novos-gramáticos, porém, influenciados pela psicologia e pelos estudos superiores, que na Alemanha se têm desenvolvido ùltimamente, graças ao método comparativo, acabaram também por

aborrecer tanta fonética, e reagiram, metendo nos seus trabalhos as leis de analogia. Ficou então a filologia comparada em justo equilíbrio, e começou-se a estudar o fenômeno da linguagem tanto na ossada como na alma humana, ou na lógica; os fenômenos estáticos foram reunidos aos dinâmicos. E, graças a isto, podemos, hoje, ler alguns livros sôbre lingüística que, não só nos corrijam os vícios de locução, mas que tornem claras, perceptíveis, a ordem do discurso e a origem lógica de cada vocábulo, expressão ou idiotismo que empregamos. Daí resultou uma necessidade que os novo-gramáticos reconheceram logo, — a de separação do que é formal, para o uso quotidiano. Foi o grande educador e psicólogo Bain quem deu o primeiro exemplo. Os seus compêndios são puramente formais.

Ora, era disso justamente que necessitava a criminologia atual, — a separação do que é formal em matéria criminal. Até certo ponto, Garofalo parece penetrar nessa ordem de idéias metódicas, mostrando que a palavra delito não pertence à ordem jurídica, e que ao legislador só importa saber o que deve reprimir e como pode reprimir.

O que não fôr isto, pertence à educação do caráter, com o qual os governos das sociedades nada têm que ver, senão indiretamente; e, compreendendo a necessidade desta distinção, Sergi andou muito acertado, transportando imediatamente para a esfera da pedagogia pública e privada os princípios descobertos pelos antropologistas modernos.

Na sua *Educazione del carattere,* êsse ilustre professor estabelece excelentes bases teóricas para o desenvolvimento prático da parte da *Criminologia* de Garofalo que se refere pròpriamente ao criminoso.

Terminando esta ligeira apreciação das idéias contidas no livro do Dr. Viveiros de Castro, não poupo palavras de afeição ao seu esfôrço no terreno do direito, e folgo em acreditar que, do seu talento, muito devem esperar todos os que se interessam pelos progressos científicos no Brasil.

## *DON MARTÍN GARCÍA MEROU*

(Perfil literárlo)

LIVRO DE 108 PÁGINAS, LENDO-SE NO FRONTISPÍCIO: "T. A. ARARIPE JÚNIOR — *DON MARTÍN GARCÍA MEROU* (PERFIL LITERÁRIO) — (ARTIGOS PUBLICADOS N'*A SEMANA*). RIO DE JANEIRO, 1895."
A PUBLICAÇÃO EM *A SEMANA* FOI FEITA EM: 16, 23, 30 MARÇO, 6, 13, 20, 27 ABRIL, 4, 11, 18, 25 MAIO, 1895, TOMO VI, N.º 76-86.
(Para a reprodução, foi utilizado o texto do livro.)

A literatura platina é infelizmente pouco conhecida entre nós, apesar da vizinhança e das relações políticas, que mantemos com o Uruguai e a Confederação Argentina.

Há longos anos que nutro o grande desejo de estudar os poetas e romancistas da terra de Guido y Spano. Por que não tenho feito? Será difícil explicar. De ordinário deixamos de olhar para as preciosidades que possuímos em nossa própria casa para nos embevecermos na contemplação de objetos, que estão afastados de nós por grandes distâncias. O *longe* é uma espécie de magia, e dá prestígio. O oceano tem a propriedade de avolumar tôdas as impressões que o atravessam, e daí o exagêro de que a nossa crítica se apodera quando chegam as obras dos mestres europeus.

Acresce que a França nos absorve com os seus originais, com as suas traduções, com as suas magníficas revistas por tal maneira, que não nos sobra tempo senão para transcrever as admirações dos escritores *boulevardiers*, que — aqui para nós — são muitas vêzes de uma improbidade literária sem exemplo na história.

É bem possível, porém, que êste estudo sôbre D. Martín Merou me proporcione ensejo de renovar leituras e demoradamente ocupar-me com os novos literatos de Córdova, Buenos Aires e Montevidéu.

Quando nada, devo a D. Martín o estímulo que me levou a desviar a atenção dos pontos que a atraíam, para fixá-la de nôvo nas obras de Mitre, de Sarmiento, de Alberdi, e deleitar-me numa viagem por entre os novos, que sob o influxo da revolução buscaram nacionalizar a literatura platina, sem contudo perder a cultura clássica e a nobre emulação dos monumentos estrangeiros.

Escrevendo sôbre o autor do *Ensayo sobre Echeverría* eu desejava ser tão completo quanto me permitem as minhas fôrças. Isto, porém, não pode ser, não só porque não conheço intimamente a biografia do criticado, mas também porque, para analisá-lo, seria indispensável que eu me informasse completamente do meio que o formou.

Oportunamente me ocuparei disto, porque no plano dos meus estudos de literatura pátria entra como elemento muito importante a comparação das literaturas coloniais.

Os artigos, portanto, que vão seguir representam apenas a impressão que me causou a leitura das obras de um dos mais cultivados espíritos da Confederação Argentina.

## I

Quando D. Martín teve a gentileza de visitar *A Semana*, permitiu o acaso que eu aí estivesse, e, no convívio de outros amigos, pudesse apreciar as qualidades exteriores do cavalheiro e do *causeur* platino.

Nós brasileiros somos de ordinário *mazombos*. Fazemos mui triste figura no meio do ruído gaulês ou da vivacidade dos companheiros da raça que produziu Cervantes. O nosso espírito nem sempre é alígero; e conforme o tempêro, que as diversas raças puseram no indivíduo, mostramo-nos na conversação, ou refletidos demais, senão pesados, ou inconvenientemente audazes, ou então desaforados no gracejo. Essa volubilidade ponderada, que se encontra em certos tipos transoceânicos cultivados, é dificílimo encontrar num brasileiro. Raro é o nacional, que, tendo espírito, não dá para *frondeur*. O salão torna o brasileiro imediatamente triste e insuportável. Outro tanto já se não observa nos tipos correspondentes da raça platina. As suas formas exteriores são mais agradáveis. Êles penetram na fantasia dos *boudoirs*, nos comícios públicos e nos salões com mais *savoir vivre;* e a sua alegria, talvez menos discreta, sabe dirigir-se, dividir-se, insinuar-se melhor do que a nossa.

No momento, pois, em que D. Martín se apresentou nos recessos da redação da *Semana*, ao menor observador se tornou visível a grande diferença de índole e de maneiras que existe entre um platino e um brasileiro. Êste contraste, porém, longe de produzir afastamento, gerou nos circunstantes uma espécie de simpatia desencontrada, que provàvelmente foi posta à conta dos hábitos diplomáticos do ilustre visitante.

— *In chiesa co santi, in taberna co latroni!* murmurou alguém.

O caso, todavia, não era precisamente êste. O que trabalhava nos lábios, na gesticulação e nas esfuziadas de intimidade de D. Martín, era o sangue de um lírico espanhol vazado em cadinho americano.

A demora do hóspede foi pequena; mas no ligeiro tiroteio que de ordinário se trava nessas ocasiões entre camaradas literários, não foi difícil surpreender o folhetinista dos 22 anos no crítico de *Echeverría* aos 33. Abundância de expressões, vivacidade de transporte, desejo insóbrio de voar por cima de todos os assuntos, mobilidade de sensações, às vêzes alguma demasia de franqueza, assim como uma espécie de entusiasmo levado ao estado crônico; enfim — uma natureza de clássico peninsular *salerada* pela crença no elance de sua nação: eis o que de uma olhada me pareceu o autor dos *Perfiles y miniaturas*.

Nessa mesma ocasião obtive para ler alguns livros seus, entre outros a biografia de Juan Baptista Alberdi, e levando-a para casa, com o prazer indescritível que encontro no exame de tôda obra americana, comecei a degustar as primeiras páginas da obra, lenta e refletidamente. Nas primeiras cem páginas já eu estava familiarizado com as idéias capitais do crítico e senhor da feição intelectual do homem.

Não devo, porém, antecipar, e convém primeiro examinar o perfil e a estatura do escritor.

---

D. Martín García Merou é môço ainda; e a sua rápida carreira, tanto no mundo literário como no político, longe de contrariedades, pelo menos apreciáveis, tem lhe pôsto no semblante a alegria dos felizes e na alma as trepidações impacientes de tôda a sua raça.

Nascido aos 14 de outubro de 1862 na cidade de Buenos Aires, passou os primeiros anos de sua vida numa povoação rural da província de Entre-Rios, de onde só aos 19 anos de idade regressou à capital, para completar a sua educação. Com muito aproveitamento freqüentou naquela cidade o curso do Colégio Nacional, e em 1878 o encontramos obtendo a distinção de uma medalha num concurso literário.

Em 1879 as suas aptidões apresentaram-no como folhetinista da *Nación*, diário que o General Mitre dirigia, e aí o estreante publicou diversos artigos que depois foram recolhidos em volumes sob o título de *Estudios literarios* e *Libros y autores.*

A ser exato que os artigos contidos nesses dois livros não tenham sido refundidos, quando o autor os reeditou em 1884 e 1886, pode-se dizer que D. Martín teve uma estréia precoce. Se é verdade que os *Estudios literarios* nada apresentam de singular, não menos certo é que êsses escritos, de um jovem de 18 anos, apenas desmamado dos clássicos latinos, revelam leitura já muito variada para tão tenra idade e um desembaraço de estilo não comum aos que saem dos liceus.

O folhetinista e poeta, — pois tal era a função de D. Martín no diário de B. Mitre, — não havia ainda observado o mundo. A memória e a imaginação vinham das bibliotecas escolares cheias de conceitos fáceis e com impressões livrescas intensíssimas de verdadeiro apaixonado das letras. Byron, Espronceda, Musset, Hugo, Heine, Lamartine enchiam-lhe o espírito e o coração. A vida para essa criança, que de súbito começava a escrever, devia ser um sonho áureo, e o entusiasmo da imprensa transformava-se no batel em que, nôvo Lohengrin, se embarcaria para a conquista do amor.

Nessa fase de tirocínio, portanto, não se deve contar com o crítico que depois se abalançou a traçar os perfis de Alberdi e de Echeverría.

Só o preocupavam, então, os versos e o romanticismo que os escritores do século lhe haviam pôsto na alma. Como era natural, tamanho entusiasmo acabou por condensar-se num mito literário, que não se fêz poema simplesmente porque o poeta, em breve, arrastado no torvelinho da carreira diplomática, viu Paris, e sentiu que o seu querido tipo, haurido em Tirso de Molina, em Molière, em Byron, em Musset, ruíra diante da selvageria do realismo. Êsse tipo seria provàvelmente o do D. Juan platino, uma espécie de Espronceda desdobrado pela rudez da savana e da audácia dos ribeirinhos do Prata que conseguiram alcandorar-se nas sutilezas dos *ratitos* de Buenos Aires.

D. Martín, porém, contentou-se com descrever em um artigo sôbre a *Alma de D. Juan* a evolução por que passou êsse tipo de sublime rufião atravessando o espírito dos grandes poetas dêste século e dos dois anteriores.

O sentimento nesse adolescente tomou primeiramente a forma da balada. É êle mesmo quem se encarrega de dizê-lo na ingenuidade dos seus ensaios de folhetinista.

> Tenho pelas baladas a mesma mania que o tio Tobias e o cabo Trim, do *Tristram Shandy*, pelas fortificações. A poesia alemã, tão terna e tão eloqüente ao mesmo tempo, nebulosa umas vêzes com essas auroras de inverno em que o Sol mal tem fôrça para dissipar os vapôres da noite, outras brilhante como o escudo de Tancredo, humana em Wieland, popular com Bürger, cáustica com Heine, cintilante com Schiller, majestosa com Goethe, defluiu nesse gênero seus melhores tesouros, suas notas mais originais, suas tradições mais cheias de sentimento e de colorido. [1]

O amor platônico do passado, por êste modo, invadira-lhe a alma; e Harold Harfagar, no regaço de uma fada, fazia-o cismar horas inteiras.

> É verdade, continua êle, que as baladas não nos deixam ouvir concertos líricos que brotam da alma impregnados de lágrimas e de suspiros. Não transportam em suas estâncias a amargura de uma alma que se despede da esperança para precipitar-se na dor e corre do desespêro para cair no sensualismo! Mas pouco importa, porquanto elas nos dão a beber a poesia que faz viver no passado e no ideal. Evocam paisagens apagadas, afastam-nos da luta da vida diária e oferecem à nossa imaginação um elixir mais maravilhoso que o que a feiticeira do Fausto, irmã de Meg e de Circe propinou ao filósofo para rejuvenescê-lo. Depuram a realidade aos nossos olhos, e transformam em formosura a miséria da vida, como Moisés mudava a sua vara em serpente. O eterno consôlo da poesia! Com semelhante elixir no corpo, os homens parecem melhores, e *se vê uma Helena em cada mulher*, como dizia Mefistófeles ao velho professor, ao colocar em suas mãos a taça em que lhe brindava a vida. [2]

---

[1] *Estudios literarios*, pp. 59 e 60.
[2] Ob. cit., pp. 69 e 70.

Essa intoxicação literária devia ràpidamente modificar-se; o filtro do ideal e a candura da balada não tardariam em conduzir o adulto para mais perto de Musset. O culto positivo da mulher arrancá-lo-ia a essas oceânides, a essas valquírias, a essas sílfides, que a poesia do Norte e principalmente a estratégia literária de Ossian-Macpherson derramara por tôda a Europa no comêço dêste século.

O poeta das baladas começa a olhar para a dona gentil que chapinha as calçadas da calle Florida, em Buenos Aires, não mais como para um gnomo ou visão encantada dos tempos d'antan, mas como para uma esfinge, um enigma, "bela como um serafim de Klopstock e terrível como um diabo de Milton"; e pela sua memória tornam a passar tôdas as verdades e mentiras, que se têm dito sôbre a companheira do homem, desde Jó até Balzac e Stendhal, desde Cristo até Michelet. Não lhe escapam nem as figuras petulantes do *amor molhado* do velho fauno Anacreonte, nem as lúbricas amantes de Catulo ou Ovídio, nem as apaixonadas ou etéreas de Petrarca e Dante. Seu coração palpita diante de Mignon, de Haydéa e de Ofélia, e essas imagens deliciosas de mulheres perdem-se nos recessos do espírito do folhetinista como "frescas emanações, perfumes misteriosos" que "embalsamam a atmosfera tranqüila" e terminam por confundir-se com "a brisa que passa despertando as flôres e os frutos e leva em suas asas os últimos ecos dos sonhos da noite." [3]

Por êsse mesmo tempo D. Martín, como todo môço que não quer errar ao acaso, buscava firmar a sua estética, estética que êle aliás mais tarde abandonará ao contacto da escola naturalista de Paris.

No artigo "Forma é idéia" o trovador de 19 anos mantém a grande ilusão dos mestres que o haviam cativado. Que podia nessa idade juvenil fazer o crítico incipiente senão mover o calidoscópio da memória e reproduzir as imagens e as impressões que a leitura variada depositara no fundo de seu espírito?

A poética, portanto, do autor dos *Estudios literarios* cinge-se à obsessão dos três homens que no seu pensar ocupavam a atenção literária de sua época: "Byron, Musset e ùltimamente Heine."

D. Martín acreditava, então, que o byronismo tinha passado um pouco, mas que o coração de Jacques Rola permanecia intacto e que os *lieder* do poeta do *Intermezzo* cada vez fulguravam mais. Seduzia-o êsse judeu de espírito ao mesmo tempo "cruel e terno, cândido e pérfido, lírico e prosaico, sentimental e falso, apaixonado e glacial, idealista e pitoresco, antigo e moderno", que conseguira resumir em seus versos todos os contrastes da vida fingindo o Proteu da poesia.

---

[3] Ob. cit., p. 100.

Excelente mestre, todavia, porque o escritor do *Reisebilder* era um poeta de gênio azedado pelo temperamento de um crítico e um satírico não menos penetrante. Heine, assim, preparou o neófito das letras para o embate rude da escola que surgia quase vitoriosa.

É muito característico do primeiro encontro de D. Martín com essa pervertida Nana que E. Zola atirara ao mundo com o sorriso do César vencedor e do sensual Heliogábalo. Os *lieder* do alemão encarregaram-se de fornecer-lhe armas para repelir essa monstruosidade.

O jovem poeta sugestionado acabava de escrever os seus versos delicados *Entra a un convento.*

A corrupção do mundo, essa eterna corrupção sem a qual os poetas não fariam certos versos, porque é um contraste necessário e que a retórica não dispensa; a corrupção do mundo inspira a D. Martín uns lânguidos e profundos conselhos àquela a quem rendia culto.

Yo que veo tu gracia y tu pureza
Perdidas entre el ruido y el tumulto;
Yo que absorbo la luz de tu belleza;
Yo que te rindo culto;

Yo que en la noche solitaria, aspiro
La fresca emanación de tu perfume,
Y apago en el rumor de tu suspiro
La sed que me consume;

Yo que he puesto en tu fe mis ilusiones,
Yo que te amo en silencio, vida mía, —
Maldigo la impureza y las pasiones
De esta perpetua orgía!

Mira, y deplora nuestra triste historia!
Uno rueda en la sima de la suerte,
Otro va a la pasión, otro a la gloria
Y todos a la muerte!

. . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . .

Huye! no escuches la palavra impía
Del crime que devora la conciencia,
Guarda pura en tu pecho, vida mía,
La luz de tu inocencia!

Huye! del vicio y la maldad sin nombre:
Del vértigo terrible de un momento;
De la mentida magestad del hombre...
Y pronto, entra a un convento!... [4]

---

[4] *Poesías* (1880 — 85), pp. 74 — 81.

Pois bem, com os seios d'alma assim ungidos, logo que o perfil atrevido da filha de Gervaise atravessou por diante dos seus olhos, o futuro autor do romance *Ley social* não pôde conter a indignação, e, acompanhando Paul de S. Victor, Luiz Ulbach, Jules de Claretie e outros, caiu a fundo sôbre a desenvoltura do *Assomoir* e de *Nana*.

"Zola transformava em lama tudo quanto tocava." "O Júpiter naturalista, como o cavalo de Átila, não deixava crescer a erva onde punha as patas."

Aquêle "ódio santo" que o chefe da nova escola alardeava no *Mes haines* como ponto de partida para uma nova corrente de idéias estéticas, fazia-lhe pavor; e o seu espírito lamartiniano não compreendia como o amor confunde-se com a fúria do desprêzo e como o exercício da mais feia das paixões consegue aliviar a alma humana e enaltecer a imaginação de uma poeta.

A heroína petulante e cínica de Zola causou-lhe, pois, tédio invencível, e o mestre, por mais talento que revelasse em suas obras, apenas deixou-lhe no coração os ressaibos de um improvisador de coisas sórdidas, em que o *fetichismo das mulheres perdidas* tomara proporções de uma enfermidade incurável.

Pouco tempo depois, em 1883, D. Martín teve ocasião de encontrar nos bulevares de Paris a Nana ou a sua sombra. Menos irritado, o crítico olhou então para essa *mouche dorée* saída dos charcos do bairro latino com outro desvêlo; deu-lhe conselho, e, enternecido pela beleza de seus olhos, ousou lamentar que uma carne tão perfeita e uma bôca tão formosa ocultassem uma alma tão viciada e despedissem um hálito insurportável. [5]

## II

Em meados de 1881 era D. Martín nomeado 2.º secretário da legação argentina em Venezuela e Colômbia.

Essa viagem a um país americano da mesma origem que o seu, e onde existiam ainda quentes vestígios dos sucessores dos companheiros de Cortez, proporcionou-lhe impressões originais que deviam fecundar-lhe a imaginação. De mais a mais êsse primeiro tirocínio fêz contraste com a sua passagem rápida por Paris.

No seu livro *Impresiones,* D. Martín descreveu êstes passos iniciais fora do *ninho seu paterno.* Lendo-o é fácil surpreender a direção que tomaram os seus primeiros entusiasmos. A publicação data de 1884; mas, segundo se vê do prólogo, essas páginas foram escritas sob o calor imediato que os fatos inspiravam.

---

[5] Ob. cit. (*A sombra de Nana*), p. 120.

Deixando as plagas argentinas e acompanhando-o a bordo, vê-se que a retina do viajante conservava ainda a impressão dos poetas que lera e envolvia os objetos com o prestígio das imagens adquiridas ao contacto das bibliotecas.

> Pouco a pouco, as vagas, tomando maiores proporções, intumesciam e se levantavam como se uma fôrça interior de súbito as sublevasse. Eu tinha entrevisto o mar através de Byron, nas estrofes do *Childe Harold* tão cheias de lirismo, tão impregnadas de paixão. Imaginara-o em noites de meditação e leitura, depois de fechar o livro de Ossian com o olhar vago e a imaginação vibrando ainda como as cordas de uma harpa que acabou de pulsar, — mas impetuoso, tôrvo, a revolver-se igual à fera e semelhante ao maelestron descrito pelo apóstolo de Patmos. Estava habituado a vê-lo pintado por Victor Hugo, ao qual ninguém excede na habilidade de dar-lhe uma consciência, uma calculada maldade, e refinamentos de verdugo que executa as vítimas por mero prazer. Em suas páginas as ondas erguem-se como o populacho amotinado, possuem o mesmo instinto sanguinário e os mesmos meios de ação; o penhasco é uma espécie de emboscada que espera pacientemente o navio, para levá-lo à garra na passagem. [6]

O poeta, entretanto, não alcançava elaborar as próprias impressões. A filosofia das coisas não penetrara ainda nos hábitos de meditação do autor; e por êste modo, escravo da leitura, o mundo revestia-se de caracteres arbitrários e superficiais. O viajante não se entregava à natureza. Todo o seu empenho — e nada mais natural nessa idade — seria cotejar os aspectos, que gradualmente se lhe iam desvendando, com os trechos clássicos que a memória conservava.

A baía de Guanabara deslumbrou-o; mas as ruas da cidade do Rio de Janeiro encheram-no de tristeza. Pela primeira vez D. Martín via "em tôda sua nudez e miséria o tipo do negro, do antigo escravo de um senhor implacável, e do escravo atual da miséria e da decadência da raça". Pacificaram-no, porém, os contrastes dos amenos sítios da Tijuca, de Santa Teresa e de Botafogo. A passagem por Lisboa deu-lhe de longe a impressão de um sonho oriental, apesar da Tôrre de Belém e das igrejas velhas cuja arquitetura foi engendrada pelo célebre terremoto que proporcionou tão belas reflexões ao Cândido de Voltaire. Pisando, afinal, no asfalto de Paris, o jovem entusiasta mal pode manifestar a glória que sente por "estar no recinto de onde emergem o Louvre, Notre-Dame e a Grande Ópera, e de onde o gênio humano faz ouvir a sua última palavra na ciência, na arte e na política". [7]

Nada de mais infantil do que essa admiração por contornos de cosmorama! D. Martín atira-se aos bulevares com a mesma sofreguidão com que fazia a sua saída da escola para passar as férias

---

[6] *Impresiones*, pp. 15 e 16.

[7] Ob. cit., p. 56.

em Palermo. E quais são as suas primeiras curiosidades? São ainda os tipos que Molière, Balzac, E. Sue, Victor Hugo, Zola puseram na imaginação do adolescente. O que êle procura com ansiedade no *trottoir* parisiense é Mr. Proudhomme, Mr. de la Palisse, Gavroche, Madame de Langeais e de Mortsauf, Rastignac, Pipelet, Quasimodo, Cláudio Frollo, Churinada, Gervaise, Copeau, Bibi-la-Grillade, Robert Macaire e tantos outros personagens, com os quais por muito tempo convivera em sonho. Se os achou efetivamente é o que não posso afirmar. Mas o que é certo é que o poeta não teve tempo para refletir em Paris, e essa cidade passou-lhe sôfregamente por diante dos olhos, em todos os seus aspectos monumentais, bulevardianos e literários, como uma ilusão feérica. E se dessa estada em Paris há alguma coisa a constatar, em proveito do futuro crítico, é a perda da castidade poética daquele que em Buenos Aires meditava um D. Juan platino. Não é embalde que se topa no *trottoir* a Esmeralda de V. Hugo de braço dado com a Nana de Zola, embriagadas ambas, poluídas pelo vício, fazendo sinais de carinho e piscando os olhos cheios de sedução aos incautos que palmilham o bulevar.

D. Martín encontrou em Paris a literatura inteiramente transformada; e as edições colossais do *Assomoir* deixaram-no assombrado. Daí uma pergunta que devia ter ocorrido ao jovem poeta. — Os verdadeiros mestres serão aquêles que me nutriram a infância e me amamentaram o espírito na seiva do puro romantismo, ou antes deverão considerar-se êstes que agora me deslumbram com a fôrça, com a novidade, com o sucesso, pois que Paris é a própria glória?

Leconte de Lisle, Maupassant, Richepin, Sully Prudhomme, Coppée, — paranasianos e satanistas, baudelairianos e realistas, fascinaram o espírito novel do estreante platino, de sorte que a sua saída repentina de Paris foi um soluço; e o abandono da convivência dessa nova literatura um verdadeiro ato de fôrça, se não de esbulho a si mesmo.

Aguardavam-no, porém, em Venezuela, encantamentos da mesma espécie.

D. Martín tinha tido a felicidade de ser nomeado para uma legação de que era chefe o Dr. Cané. A sua intimidade com êste aprimorado prosador argentino não pôde ser-lhe senão útil, e de suas próprias palavras transparece que no autor do *En viaje* achou um mestre, além de um confidente.

> Durante nossa permanência em Caracas, diz êle referindo-se às *Impresiones*, terminei a primeira parte guiando-me pelos apontamentos de minha carteira e numa época de trabalho fecundo. Recordo-me da vida que tínhamos então, com simpatia e interêsse. As vinte e quatro horas do dia pareciam curtas. Desembaraçados dos labôres diplomáticos, engolfávamo-nos na leitura, e assim passei muitos e deliciosos momentos correndo as obras dramáticas de Schiller, que foram

o brinde de despedida. De quando em quando tomávamos a pena e os quartetos se amontoavam sem o sentirmos. Eu estava encarregado de preparar os cadernos em branco que o Dr. Cané enchia com sua letra miúda e cerrada, enquanto na sala vizinha eu tomava notas para *Os Quadros da Conquista do Peru*, cujo plano e idéia foi obra sua, ou então traçava estas recordações de viagem que me suavizavam alguns momentos de ausência. Ali vi nascer uma a uma, com carinho e interêsse, as páginas dêsse poema de infância que o meu antigo companheiro acaba de publicar com o título de *Juvenilia*. Ali submetíamos mùtuamente os resultados do trabalho diário, sofrendo eu a pior parte, como era natural, pois os meus informes ensaios eram flagelados sem piedade pela *verve* sarcástica do meu crítico. Passado o primeiro momento de insurreição, volvia de nôvo à tarefa e armado de fé inquebrantável, polindo, limando, marcando os versos fracos, ou castigando pacientemente a minha prosa dispersiva, como um dêsses labregos da Mancha que, desdenhando o arado, fecundaram o sulco com o vigor do seu braço. [8]

A vida no Equador é mole, mas capitosa. Nas suas recordações de Venezuela, D. Martín faz sentir o efeito que em sua alma de poeta produziram o sossêgo e a indolência tropical. As horas corriam-lhe ali silenciosas; e quando, durante a estação estival, aberta a *ventana*, seus olhos se espraiavam sonolentos sôbre as ruas de Caracas, raro era que algum tipo de Vênus indígena não lhe fôsse recordar a Nana de Paris. Mas isto passava, no delírio da canícula, como um relâmpago, porque o olhar, divagando, caía sôbre a estátua do general Guzmán Blanco, que punha tôdas as reminiscências na terra amotinada. As suas cogitações passavam depois ao grande Bolívar, e, de tradição, o poeta não tardava achar-se em espírito nas altas montanhas de Quito assistindo os ritos do Sol, ao lado do legendário Ataualpa.

A imaginação erudita tem êsse defeito; por mais que fixe a realidade secundária, sempre a preocupação livresca a estará empurrando para dentro da história.

A vida real e a vida do povo de Caracas e de Bogotá pouco ou quase nada impressionaram a D. Martín. Feriam-no, de preferência, como acontece à generalidade dos viajantes, os aspectos exteriores, o abrupto das Cordilheiras, a selva virgem, a savana e o contraste da vida indígena com a européia, que vai invadindo as capitais.

Na Martinica, sensualizaram-no profundamente "los ojos lánguidos y dormidos" da mestiça graciosa, oriunda do francês e da africana; e por muito tempo ficou fortemente gravada em sua imaginação uma cena original que ali aos seus olhos se ofereceu.

Era uma dessas noites tropicais em que se sente a atmosfera carregada das emanações capitosas das plantas, uma noite animada por um céu cheio de reverberações luminosas. Estávamos em um pátio

---

[8] Ob. cit., pp. 8 e 9.

coberto de árvores, junto de uma fonte de água corrente e cristalina, que sussurrava docemente caindo no tanque, iluminada de reflexos prismáticos; e eu contemplava a dança das mulatas, que se inclinavam provocando movimentos voluptuosos e lânguidos. As cabeças destas raparigas a descoberto assumiam na penumbra uma indisível expressão de paixão e de energia: os *pañuelos* que envolviam o seio flutuavam ao ar livre; a barra do vestido, suspensa pela mão, agitava o ar em tôdas as direções; e os pés descalços resvalavam pelo chão, produzindo um sonido compassado; os corpos curveteavam em tôdas as atitudes, umas vêzes como se desmaiassem de prazer, outras vibrando a mais com uma espécie de febre delirante; os peitos palpitantes deixavam ver uma pele matizada de tons metálicos, e dos lábios entreabertos desferiam exclamações entrecortadas! Companheiras, acocoradas no chão, cantavam com infinita melancolia, começando por estas palavras: *La neige tombe*... Era uma elegia fúnebre ao inverno, ao bosque sem fôlhas, ao ninho sem canções, a todos os desamparados que buscam abrigo na soledade das noites frias. As palavras caíam lentamente, e essa monotonia de tristes era apenas interrompida, uma vez por outra, por um queixume que terminava em soluços. Imagine-se agora o contraste. Aquela noite plácida e deslumbrante, aquelas árvores cobertas de flôres, aquêle baile desenfreado e o doce lamento da canção subindo ao espaço com os perfumes acres dos vegetais. Tôdas as recordações se despertavam, tôdas as imagens adormecidas reviviam ao reclamo daquelas notas expressivas, e a ronda fantástica que rebolava nas trevas parecia responder a cada verso melodioso das estrofes com os movimentos brutais da carne que quer triunfar.[9]

La Guayra proporcionou-lhe ensejos para uma linda paisagem; e a obsessão de Guzmán Blanco deu-lhe assunto para um trecho, em que a simpatia do político e diplomata quase se traduziu no ditirambo ao reconstrutor de Venezuela.

## III

Obedecendo à linha diretriz de seu espírito, D. Martín, apenas satisfeita a curiosidade natural do viajante, pôs-se a estudar as tradições incasinas, que se ligam à história da Colômbia, e o desenvolvimento contemporâneo da literatura caraquenha e bogotana. Dêstes estudos resultaram alguns poemetos, de que adiante me ocuparei, e diversas páginas de crítica, que formam a parte mais interessante do livro *Impresiones*.

O perfil que, entretanto, nos oferece de Andrès Bello atraiçoa, a cada instante, o jovem egresso que deixara Paris, cheio de entusiasmo pelos mestres da poesia moderna. A retórica de Bello não pôde ser-lhe senão desagradável pela frieza e ausência de inspiração. A sua afamada "Ode à Agricultura da Zona Tórrida, em vez de lhe parecer êsse modêlo de elegância e de beleza de que falam os críticos indígenas, produziu-lhe impressão igual à de um antipoético e confuso catálogo de plantas incolores.

---

[9] Ob. cit., pp. 110 e 120.

Há audácia na crítica. A reputação de Andrès Bello como jurista, filólogo e crítico, não o atemorizou; de sorte que de sua pena saem espontâneamente juízos de uma severidade quase tocando as raias da imprudência.

> O caudal poético de Bello, diz êle, é de uma pobreza franciscana. Escreve versos como uma velha devota faz crochê, volvendo a cada instante sôbre os mesmos passos; desmanchando a malha com paciência de míope e persistência de antiquário.

Por mais arrojados, porém, que sejam êstes conceitos, por mais elevados que se reconheçam os merecimentos daquele publicista venezuelano em outros ramos de atividade intelectual, não resta dúvida que nesse trecho de crítica D. Martín revelou instintos de análise e de bom gôsto literário. Tenho diante dos olhos essa famosa ode, que mereceu ser recolhida na *América literaria* de Francisco Lagomaggiore. Nela, com efeito, não encontro mais do que o didaticismo sêco de um gramático que se propôs escrever e instruir o povo em prosa metrificada. Incontestàvelmente faltam-lhe o estro e o calor; e só se pode compreender essa ausência pelo que poderia obter sôbre o mesmo assunto um verdadeiro poeta inspirado na geórgica tropical. Pois essa natureza, que inspirou a Cristóvão Colombo, um simples nauta, páginas tão fulgurantes e coloridas, não teve um momento sugestivo para o poeta culto e para o pensador? E todavia é verdade. Andrés Bello na sua secura de filólogo não pôde ir além daquelas receitas que deram a Portugal um Filinto Elísio.

O quadro, que D. Martín nos apresenta do movimento literário em Venezuela e Colômbia, é curioso, e traduz a extensa simpatia, que lhe gerou no espírito a espontaneidade da raça castelhana arrojada pela conquista para aquelas regiões aspérrimas e equatoriais, onde ruge o Tenquendama. Da rápida revista que o crítico faz dos prosadores e poetas, tanto antigos como modernos, dos dois países, ressalta uma impressão digna de nota: o contraste entre o isolamento em que vivem as duas cidades de Caracas e Bogotá e a pujança mental de muitos de seus ilustres filhos. Realmente é para admirar que num país onde pode-se dizer que quase não existe imprensa, onde a vida se passa em inação apenas interrompida por convulsões políticas, que são o achaque dos hispano-americanos; é para admirar que tenham aí podido crescer homens da estatura intelectual de Rafael María Baralt, Franscisco Pardo, José Joaquín Ortiz, José María Vergara y Vergara, Miguel Antonio Caro, Gregorio Gutiérrez y González, Rafael Núñez, Rafael Pombo, revelando as mais elevadas aptidões na crítica, na poesia, na história, na erudição. Todavia, o livro *Impresiones* não explica êsse fenômeno, nem como, apesar

dessa falta de movimentação no meio em que vivem êsses homens de letras, conseguiram, uns, manter um brôto de literatura nacional, outros, acompanhar tôdas as manifestações do século e até as revoluções literárias de última hora; o que talvez se pudesse fazer chamando a atenção para a vida que têm tido no estrangeiro a maior parte dos escritores acima citados, pelo menos os que ali surgem representantes do impressionismo moderno.

Em 1883 D. Martín foi transferido na qualidade de 1.º secretário para a legação de Madri.

O círculo intelectual madrileno abriu-lhe outros horizontes; e o contacto com uma civilização pervertida acendeu-lhe o desejo de estrear no gênero novela. A corrupção dos costumes e a deliqüescência amorosa, observada numa velha capital, eram assuntos correspondentes à ordem de idéias que a corrente naturalista lhe puseram no espírito.* Não lhe foi difícil escolher o tema e meter mãos à obra, seguindo os passos dos psicólogos da neurastenia e do *tedium vitae*. D. Martín escreveu, então a *Ley social,* romance em que figura como protagonista um Marcos Villamar, que não passa de um conhecidíssimo clichê.

"Apaixonado de Balzac, de George Sand, leitor assíduo de Musset, espírito amamentado, desde cedo, nos tormentos psicológicos de Werther, de René, e de Obermann", êsse Marcos Villamar "sentia já o mal do século antes de ser homem e tinha curtido sofrimentos imaginários antes de ser atingido pelos verdadeiros." [10]

Não há necessidade de grande esfôrço para descobrir a matriz em que êsse tipo foi fundido. O novelista conservava um pé fincado ainda no romantismo, enquanto com o outro tateava as audácias do realismo. Hesitava, sentia-se seduzido pelas bravuras da escola, mas afinal, dominando a sua natureza, que era refratária às coisas sórdidas, mantinha-se a meio caminho, qual aluno que pela primeira vez atreve-se a penetrar em rua mal-afamada, conservando-se entre os romances de Delpit e Rector Malot ou Belot, na penumbra mal-assombrada do autor dos *Rougon Macquart.*

Dessa hesitação, é preciso com franqueza declará-lo, originou-se a debilidade do ensaio de novela.

"Coração intato; imaginação profundamente depravada": eis a tese inicial do livro, o que importava o mesmo que renovar as dificuldades de execução que o naturalismo de Zola ensinara a decapitar. D. Martín, porém, quis transigir, e o resultado dessa condescendência do primitivo adorador da saudade lamartiniana e da ironia de Heine, foi a produção dêsse livro, que com certeza não o animou a novas tentativas nesse gênero.

---

[10] *Ley social,* p. 24.

* Êste período fo transcrito rigorosamente como estava no texto.

Capacito-me de que o crítico de Echeverría, relendo hoje a obra de 1883, sorrirá ao reconhecer êle mesmo quanto a persistência das imagens, algures recebidas pela retina do literato, prejudicava naquele tempo os intuitos do romancista incipiente.

A *Ley social*, em suma, reduz-se a uma série de lugares comuns em matéria de adultério.

O amante que luta contra a lei; a confiança do marido; as vacilações do amigo que o atraiçoa; a cena de declaração; a saída furtiva da espôsa; o encontro no baile de máscaras; a primeira entrada na *garçonnière;* o clássico "não, não, tenho mêdo!" da transviada; a queda; o arrependimento momentâneo do ritual; a pacificação do remorso e a sistematização das entrevistas; a comédia indigna diante da vítima da boa-fé; a vilegiatura de rigor à praia de banhos; a rolêta; o desbaratamento da fortuna e o fastio do pomo proibido; a intercorrência da cocote afamada; o abandono do fruto são, pelo fruto da luxúria; Paris e Biarritz ou qualquer outra cidade de prazeres; o *derrumbe* natural e conseqüente da vida perdulária; os vexames do crédito; finalmente as cenas finais melodramáticas: — a espôsa adúltera abandonada que rouba o marido para salvar o crédito e a honra do amante ingrato; a carta desviada; o comêço de reconciliação; o nôvo encontro; a aparição súbita do espôso traído — "sai, miserável!", e o duelo ao cair do pano: tôdas estas indicações de contra-regra de novela mostram que no livro nada se encontra que o recomende pelo lado da invenção. Não obstante êsses mesmos lugares-comuns podiam ter assumido aspectos novos, se o escritor tivesse alma de romancista. Mas, ao contrário disso, o que parece é que D. Martín não possui imaginação criadora, essa imaginação que faz vibrar o drama e exterioriza os caracteres. Dotado da estrutura de um verdadeiro literato, coube-lhe por sorte outro gênero de imaginação, — a imaginação que se reflete apenas no estilo.

> Analisar e pintar, diz um crítico moderno, são de ordinário duas operações inteiramente distintas e que exigem de um escritor qualidades quase opostas. A análise pertence ao espírito puro, e o seu primeiro passo consiste em retirar aos objetos, que disseca, a vida e as côres da vida: mas a pintura é da alçada da imaginação: e esta não atinge seus fins senão representando-nos, por uma ilusão, que de bom grado aceitamos, os objetos tais quais são, tais quais falariam aos nossos sentidos se presentes, na complexidade de sua fisionomia, na variedade viva de suas formas e de seus movimentos, na gradação de ancenúbios correspondentes aos planos mais ou menos afastados, em uma palavra, na síntese natural da realidade.[11]

Ora, como muito bem observa o mesmo autor não é muito fácil reunir estas duas *res dissociabiles*, e raríssimo será obtê-lo nas pro-

---

[11] Amédée de Margeric, *H. Taine*.

porções e com o vigor que geralmente se reconhece na obra de crítica de H. Taine, que chegou a realizar a pintura por análise com descomunal potência.

Nem todos são Taines; nem todos são filósofos da sua envergadura; mas Bourget, Lemaître, Desjardins e Anatole France provaram em como aquelas qualidades podem ser desenvolvidas em têrmos mais modestos, equilibrando-se o crítico num pouco de lirismo.

## IV

A linha de conduta, pois, de D. Martín estava terminada: estilista e crítico.

Se o assoberbasse a alma da tragédia, se o inflamassem os lances dramáticos da vida, é bem possível que hoje o Rio da Prata contasse mais um dramaturgo e romancista ao lado de Estanislau Zeballos, de Marmol, de Cambacérès.

Felizmente, porém, para os trabalhos de história da literatura pátria, o jovem lírico que em 1879 estreara na *Nación* publicando folhetins em forma de baladas, compreendeu que êsse entusiasmo estético, êsse estado poético, resultante da admiração das obras de arte, se canalizaria melhor no estudo dos tipos nacionais, tanto políticos como literários.

Impressionista e analista, D. Martín pôs-se à pista dos nomes mais conspícuos de sua pátria.

Em 1885 o autor do *Ensayo sobre Echeverría* regressava a Buenos Aires, refeito para a luta.

Restituído ao torrão natal, tendo já atingido a idade adulta do homem de letras, ferido por outro interêsse no que respeita ao progresso da própria personalidade, êle foi obrigado, no contacto da política e da realidade da vida quotidiana, a fixar com olhos de artista os acontecimentos que se desenrolavam no país, a meditar a história da formação dos estados do Prata e a colhêr informações sôbre a preocupada biografia dos homens, que mais têm concorrido para a civilização daqueles povos ribeirinhos.

Para um crítico e psicólogo não haveria campo fértil em produtos variados e novos, alguns indecifráveis, outros híbridos, apresentando formas truncadas pela refração do raio civilizador ao penetrar na barbaria dos pampas. Rosas, Nicanor Caceres, caudilhos e gaúchos; Sarmiento, Mitre, publicistas e *jefes* políticos; Alberdi, Echeverría, eruditos e literatos: todos, mais ou menos, postos entre a cultura ocidental e a ferocidade do *far west;* que interessantes espécimes humanos para excitar a curiosidade de um estudioso analista, que ao mesmo tempo dispusesse de um pincel e do sentimento do pitoresco!

D. Martín sentiu tôda a importância da obra que estava feita e que só aguardava quem a redigisse; com amor empreendeu-a, e aí que parece dedicou todos os seus esforços, durante os anos decorridos de 1885 a esta data, a meditá-la e em parte a realizá-la.

São palavras suas exaradas no prefácio do seu ensaio crítico sôbre Juan Bautista Alberdi.

> Não é um livro de polêmica, mas um comentário e uma obra de análise. Ao escrevê-lo fomos guiados pelo sentimento de respeitosa benevolência e franca admiração por uma das inteligências mais brilhantes e nítidas de nossa pátria. Êsse mesmo sentimento, inimigo da difamação e do ataque odiento, presidirá a todos os nossos estudos da mesma natureza. Cremos que é um dever sagrado praticar a crítica por êste modo. A potência intelectual, em qualquer sentido que se manifeste, e qualquer que seja o rumo que tome, merece, pelo menos, um pouco de consideração, até por parte de adversários. O furor do iconoclasta é um sintoma de fraqueza. Viver na intimidade dos nossos grandes autores, sondar-lhes o pensamento, assistir ao drama palpitante de sua existência, recordar aos contemporâneos todo o caudal de erudição, de labor político e de inteligência prática que devemos aos que nos hão precedido na senda áspera, tal o propósito que nos guia na árdua tarefa que nos impusemos, sentindo que outros mais competentes não tenham empreendido uma obra tão importante como cheia de interêsse. [12]

Vê-se, pois, que transportando os seus estudos de literatura geral para o Rio da Prata, D. Martín não perdera as qualidades líricas do adolescente. A política e a história pátria criavam-lhe novos entusiasmos, e ao influxo de seu estilo ir-se-iam erguer os vultos mais simpáticos da vida bonaerense e platina.

Para o homem de letras a vida administrativa às vêzes é um contrapêso e um equilíbrio.

Até outubro de 1886 o poeta e crítico exerceu as funções de secretário particular do Presidente Roca, da mesma maneira que atualmente Rodrigo Otávio desempenha igual encargo junto ao Dr. Prudente de Morais. Burocrata e literato.

Ora, êsse contacto forte com a administração, num pôsto aonde justamente se pode observar a engrenagem política e analisar o desenvolvimento dos caracteres, o choque das paixões e a insensatez da luta; êsse contacto devia ter retemperado o artista e desanuviado o espírito do escritor, libertando-o da ansiedade abstrata que constituía, por assim dizer, o acento tônico dos seus primeiros trabalhos.

Assistir ao manejo dos homens e dos partidos já por si é um grande ensinamento; e o ensinamento que D. Martín recebeu ao lado do Presidente Roca foi-lhe de utilidade, porque orientou-lhe o gôsto para estudos mais positivos sob o ponto de vista político e

[12] *Juan Bautista Alberdi*, pp. 8 e 9.

literário. Efetivamente os dois livros sôbre Alberdi e Echeverría, publicados, um em 1890, e outro em 1894, demonstram uma nova ordem de idéias e um método assentado. Antes, porém, de passar à apreciação dos dois trabalhos, que afirmam de modo decisivo a personalidade de D. Martín, convém assinalar a característica do escritor e do crítico que já se denunciava nas publicações anteriores.

Em 1889 foram dados à estampa em Buenos Aires os *Perfiles y miniaturas,* coletânea de trabalhos insertos em vários periódicos e em épocas diversas. Como o próprio D. Martín confessa, são páginas ligeiras, escritas no "meio do ruído das redações", e por isso mesmo incompletas; contudo mostram a preocupação do estilo e o "carinho" com que êle as lançou na imprensa diária, embora o fizesse ao calor de impressões momentâneas. Daí a sua importância — a espontaneidade.

A meditação e o esfôrço do pensamento rara vez deixam de suprimir as belezas nativas de expressão de uma alma inclinada à poesia. A lógica tolhe o vôo à fantasia e suprime a deformidade de que não poucas vêzes depende uma imagem arrojada, um súbito efeito de estética. Nesse livro não há meditação, nem filosofia. O assunto, como em todos os livros da mesma natureza, serve apenas de pretexto para agitar-se o guizo da prosa cadenciada e produzir-se a projeção da lanterna mágica dos tropos. Neste ponto de vista parece que o autor não devia ter ficado insatisfeito com sua obra porque essas páginas, se não revelam a posse de um instrumento igual ao daquele mestre de todos nós, do qual dizia há pouco tempo Sorel no seu discurso de recepção na Academia Francesa, que era inteiramente nôvo nas letras latinas, pela razão muito simples de dar vida às abstrações, colorir a análise e tornar a dialética pitoresca, sem embargo disso são espécimes de clareza e nitidez artística, pelo menos enquanto não pretendem exprimir senão o sentimento fugitivo que as despertou.

No volume dos *Perfiles y miniaturas* há sensações de vários matizes, esboços de croniquetas bordadas em cima do motivo do dia, críticas rápidas acêrca de teatros, divagações sôbre tema sentimental acaso pescado em livro aparecido no mercado literário.

Da leitura atenta dêsses trechos, hoje cuidadosamente postos em volume, resulta, entretanto, para a crítica, que D. Martín em matéria de estilo, embora o aplauda, não é um parnasiano. Não é ourives na prosa, como Heredia o é no verso; tôdas as suas qualidades, como já tantos críticos têm observado acêrca do estilo de Lamartine e de seus congêneres atuais, de Lemaître, Loti, Rod, etc.. nascem, não do fenômeno da atenção, mas precisamente do estado inverso, — do cismar ou das sublevações do coração.

Para o verdadeiro parnasiano o assunto apresenta-se sempre como uma esfinge. — "Dá-me o vocábulo próprio, a expressão imutável e eterna, ou devoro-te!" O estilista oposto não olha ao perto: voa; e quer ser sempre conduzido no surto da imagem que se produziu em sua alma. O estilo dêstes temperamentos, — os temperamentos da improvisação, — ressente-se, portanto, de sua origem: reproduzem uma série de imagens que raramente mudam de diretriz e se constitui como uma espécie de amplificação da inicial. É preciso que o objeto mude para que a série também varie. No processo dêsse estilo os estados da alma governam em absoluto o artista: o artista nunca os dirige. A pena corre sôbre o papel, guiada pela hipnose, que todos nós conhecemos de ofício, e só no ponto final é que o escritor dá conta a si mesmo da operação mecânica, que realizou sob o ditado da tal pitonisa chamada o ASSUNTO. Êsse dom da improvisação acha-se bem caracterizado nos *Perfiles y miniaturas*.

Colocai uma pessoa nervosa diante de qualquer espetáculo da natureza, por exemplo, no alto da Tijuca, na descida de Petrópolis, no pavilhão do Corcovado; apenas essa pessoa consiga firmar a vista e envolver os horizontes, sentirá a circulação aumentar; as palpitações do coração reduplicarão, e um frêmito percorrer-lhe-á o corpo, com ligeira pressão do epigastro. À iluminação do painel contemplado corresponderá logo um acréscimo de fôrça cerebral, e se do deslumbramento não resultar imediata depressão do espírito, o contemplador, por mais atrasado que seja, experimentará uma hipertrofia da imaginação, traduzida por irradiações do semblante e frases interjetivas eloqüentes.

Há estilistas improvisadores que sabem perfeitamente colocar-se nesse estado ditirâmbico para tratar do assunto mais corriqueiro. No livro de D. Martín existem muitas páginas em que a frase rola entre êsse intumescimento do coração e o esfôrço que a retina desacostumada faz para acomodar-se às surprêsas da vida de todo dia.

A apoteose de Sarah Bernhardt, nas apreciações que aí se encontram em cinco artigos dedicados ao gênio artístico da magricela francesa e à execução de Froufrou, Fédora, Dama das Camélias e Fedra, acha-se nesse caso.

— "Sarah Bernhardt", diz êle, "há muito que essa mulher, apaixonada e dominadora, constitui uma das maiores preocupações de meu espírito." E depois surgem as amplificações dêsse espasmo de môço diante da magia que a hebréia ia exercendo por tôda parte aonde o instinto da admiração a levava.

> Curiosidade de psicólogo ou simpatia de poeta, ou quem sabe? amor de pagem por sua rainha, o que é certo é que o culto que lhe

> votei nunca se desmentiu: segui-a em respeitosa distância, e fiquei de longe a acompanhá-la com os olhos, cioso guarda da sua lembrança e da sua glória. [13]

A crítica teatral de D. Martín sôbre a excêntrica Sarah estava, pois, estigmatizada pela necessidade da adjetivação correspondente a êsse seu estado d'alma diante da trágica francesa. Transfigurada e mais transfigurada! Transfiguração!

Dilua-se êsse qualificativo em tôdas as imagens correlativas, ponha-se de parte o elemento de erudição, e aí tem D. Martín inteiro como cronista de teatro. Os artigos, sem embargo disto, são uma leitura deliciosa, e a figura da caprichosa trágica passa por nossos olhos como um fantoche que se transforma nos personagens de Sardou, Dumas e Racine.

Em nenhum dos artigos, porém, dos *Perfiles y miniaturas* as qualidades de improvisador de D. Martín tornam-se tão salientes como no que se inscreve *La vuelta de las violetas,* de que julgo conveniente transcrever um trecho no próprio idioma do autor para que a tradução não altere os ancenúbios e as ligeiras trepidações do período original, e se possa ao mesmo tempo avaliar o mérito do autor.

> Ya vuelven a nosotros las bellas y humildes violetas. El ciclo gris plateado como una chapa metálica, la neblina matinal que envuelve todos los objetos como los velos impalpables de una gasa descolorida, la lluvia fría que cae como las lágrimas de cera de los cirios amarillentos, — son los tristes acompañantes de las flores modestas y graciosas.
>
> Una dulce melancolía, una sonrisa semidolorosa en un rostro juvenil, tal es el espectáculo que presenta la creación en esta época del año. Las hojas caen, como se pierden las primeras ilusiones de la infancia. En el fondo de los neldos ocultos, parece que las aves se estrechan para defenderse de las inclemencias del cielo. En el interior de los hogares felices, el amor se complace en la dulzura de las intimidades secretas. El mismo viento que marchita a las flores, enrojece las mejillas cándidas de los niños o mata como el filo de uma cuchilla. [14]

Segue-se então o contraste dos dias de calor e luz e dêsses dias melancólicos em que o pensador busca o fogão e o livro para aquecer o corpo e os nervos extenuados.

D. Martín descreve a voluptuosidade particular, que resulta dêsse refúgio psíquico, e dos efeitos sedativos, que a meditação propina aos sibaritas, das letras quando envoltos numa atmosfera de gabinete e de bibelotagem luxuosa. A imaginação, contudo, não evita ainda assim um frio intenso à alma de quem cisma. O escritor

---

[13] *Perfiles y miniaturas*, p. 163.

[14] *Perfiles y miniaturas*, pp. 55 e 56.

acaba por deixar os intermúndios, aonde o levou a fantasia, lembrando os perfumes dos bailes, as ilusões dos *boudoirs* e a fascinação dos grandes monumentos d'arte; fora há quem tirite na miséria do inverno, e tanto basta para que a melancolia das flôres roxas venha afogar-lhe o coração.

> Ah! diz êle concluindo, "la vuelta de las violetas azuladas, es también señal de la reagravación de los males de la pobreza. Los harapos cubren mal la desnudez de las carnes de los miserables. Y mientras en las regias mansiones resuena el estruendo de las fiestas alegres, en los umbrales de los templos, en las calles tenebrosas, en las encrucijadas escuras, el ódio ciego de los elementos adversos siembra la destrucción y la muerte. Dolor y llanto, luces y tinieblas, amargura, contento, — la eterna antíteses del corazón y de la vida, — todo eso señala la vuelta de las violetas. [15]

Outro temperamento, um temperamento goncouriano, por exemplo, diante das mesmas situações daria movimento muito diverso às idéias, e a notação do estilo seria ainda diferente. A melancolia viria acentuar-se em adjetivação percuciente, que lembrasse algum fato lancinante, como sucede a todo o pessimista que escreve; e no conjunto do discurso, o estilista, em vez de harmonizar o espírito no justo equilíbrio das coisas, buscaria desassociar os sentimentos pondo na alma do leitor, por meio de enumerações envenenadas, a revolta ou o desânimo, a ferocidade animal ou o desespêro psíquico. D. Martín, pelo contrário, agrupa os acidentes todos em tôrno das violetas e os envolve no perfume da flor: o mal é quase esquecido, e, no movimento gradativo das imagens, vê-se o processo de uma amplificação conduzida apenas pelo sentimento que despertam violetas: — a côr do lírio, a modéstia, o perfume doce e salutar da flor, o sossêgo dos sítios onde aquêles encantos são colhidos.

Dir-se-ia uma ode de Horácio sôbre assunto moderno traduzida em prosa cadenciada. [16]

## V

Os *Libros y autores* foram dados a estampa em 1886, em Buenos Aires. Nesse volume há tentativas críticas de vários gêneros.

---

[15] Ob. cit., pp. 60 e 61.

[16] O livro *Perfiles y miniaturas* foi lido pelo falecido D. Pedro II, em agôsto de 1891, em Vichy, segundo vejo de uma carta literária do Barão de Alencar, publicada em Buenos Aires. Dêsse curioso *compte rendu* escrito pelo ilustre poeta, que em matéria de gôsto nada deixa ao diplomata, verifica-se que D. Pedro, comentando as *baladillas* em prosa de D. Martín, não foi infeliz nos seus juízos "tributando ao literato platino aplauso pela riqueza de expressão" e notando até "abuso da forma".

Da leitura de todos os trabalhos que aí se encontram, desde 1881 até ao ano da publicação do livro, deduz-se fàcilmente que, embora nos últimos tempos D. Martín houvesse buscado os métodos de crítica da escola naturalista, todo seu pendor era, e é ainda para o gênero cultivado, no mais subido grau de fulgor, por Paulo de Saint Victor.

O processo de crítica dos temperamentos desta espécie não é muito complicado: depende principalmente da imaginação histórica e erudita. O crítico estuda a obra como pode, ou como quer e trata depois de avisar com as fulgurações de seu espírito as intenções do autor criticado, o que importa o mesmo que iluminar ou exagerar os traços característicos da obra artística.

Dentro dêsse livro, pois, as obras dos diversos prosadores e poetas platinos não surgem classificadas, nem explicadas com o rigor de certos mestres, mas não resta dúvida que elas aparecem bem caracterizadas sob o ponto de vista estético em que se colocou o crítico.

Tratando do romance no Prata D. Martín usa de bom critério fulminando a ferocidade da pena do romancista que escreveu *Juan Moreira, El Jorababo, Juan Cuello* e *El Tigre del Quenquen*.

"Não se mata impunemente", diz êle, "ainda que seja por escrito, não se aprofunda a ciência do roubo, não se penetra em um mundo, onde a virtude é escarnecida e a justiça leva um punhal em cada mão, onde a embriaguez se transforma na egéria inspiradora dos desgraçados, não se revolve a lama da corrupção moral que é mil vêzes pior do que a decomposição física, sem guardar traços e deixar vestígios que nos denunciem aos transeuntes." Essa repugnância do crítico pelos dramas policiais indica claramente as suas tendências morais, já manifestadas nos seus primeiros trabalhos a propósito de E. Zola e que então se traduziam pela apologia aos romances do grande Dickens.

Naquela época (1881) D. Martín desejava o artista ungido de piedade e repelia com tôdas as fôrças do bom gôsto as serôdias imitações de Eugênio Sue, que fizera do Churinada um herói, e, por perversão estética, elevara o criminoso à categoria de representante da fôrça, da coragem, mártir, simpático e admirável. Com razão o poeta renunciou essa falsa sociologia, cujos fautores, sem pesar as conseqüências de um infalível mimetismo, chegaram ao paradoxo da inversão da pirâmide social. Vejo, todavia, que em 1886 o autor dos *Perfiles y miniaturas* já não tremia tanto diante das audácias do chefe do romantismo experimental, que, embora tirando o prestígio aos bandidos sob o fundamento de torná-los execrandos ou dignos de comiseração, como produtos patológicos, não deixava por isso de seduzir e desviar os novos pelo espírito de imitação. No prólogo dos

*Libros y autores* declara D. Martín que o tempo mostrara-lhe Zola sob um ponto de vista mais justo e que "a mesma pena que nos bancos do colégio o atacava, compreendendo melhor, anos mais tarde, a sua obra, acabara rendendo-se ante a evidência de tão vigoroso talento e de uma individualidade de contornos tão salientes e dominadores".

Isto tudo quer dizer que o crítico evoluíra, entre 1881 e 1886, até aproximar-se do realismo, fugindo de mais a mais "de las pasiones callejeras".

Contudo, se as idéias do crítico continuaram em rota batida para os processos naturalistas, não sucedeu o mesmo com as tendências do escritor; êste pôde conservar a pureza das suas sensações artísticas, — fato que se evidencia da aprovação que lhe merecem certos autores criticados.

Metido, pois, como gràcilmente dizia de si mesmo quando escrevia de Madri em dezembro de 1883, no seu *lawn tennis* intelectual, D. Martín nos *Libros y autores* recorta os escritores pelas linhas que mais lhe feriram a retina da imaginação.

Assim, D. Antonio Algerich, autor da novela *Inocentes e culpados*, não lhe agrada por exagerar pornogràficamente a escola zolesca. A tese desenvolvida pelo romancista, isto é — a inconveniência da baixa imigração italiana, nem ao menos se demonstra por fatos de observação séria e aturada; pelo que o crítico o verbera como falso realista, ávido de inventar corrupções e tipos que nunca existiram na incipiente sociedade platina.

Cambacérès, porém, causa-lhe admiração, e no seu pensar será em futuro próximo o mais notável representante do romance no Rio da Prata.

Cambacérès é um forte, irregular, que pensa enèrgicamente e escreve com vigor excepcional. "Seu estilo", acrescenta o crítico, "carece das inflexões artísticas que só se adquirem depois de ter lavrado por muito tempo com ardor incessante o bloco informe da língua materna em que se vai talhando a estátua tersa e polida." [17] Não se trata, portanto, de um delicado que usa das cambiantes que tornam o livro aéreo e sedutor, mas de um talento brusco, de têmpera de aço, cuja pena é antes um buril e que se exprime em "parágrafos incisivos, cortantes, ásperos e de arestas agudas".

Como é natural, as simpatias de D. Martín demoram-se mais sôbre os delicados, e neste caso está Paulo Groussac, escritor primoroso, romancista penetrante, porque além disto exerce a crítica, o qual no *Fruto Proibido* promete um rival de Daudet.

---

[17] Ob. cit., p. 83.

Pelo que nos informa D. Martín êste romancista possui, em grau elevadíssimo, a sensação sobreaguda das situações dramáticas da alma humana.

É pena que nesse volume o autor não se ocupasse mais detidamente com os novos poetas do Rio da Prata.

Senti não encontrar no livro um estudo sôbre Olegário Andrade, êsse vigoroso poeta, que tanto faz lembrar, no *Ninho de condores*, o nosso Castro Alves. As figuras passam, mas tão ràpidamente que mal deixam perceber as linhas gerais dos seus perfis.

Guido y Spano ocupa dezoito páginas do volume. Êste poeta que sobrevive a sua glória, mantendo-se fiel aos velhos deuses, afrontando o lirismo demagógico das produções modernas, ainda hoje é o mesmo rimador de correção grega a Chénier e de límpidas harmonias a Lamartine. Saudando o aparecimento das *Hojas al viento* e das *Ráfagas*, D. Martín não o critica, e limita-se a consagrar o juízo proferido sôbre o poeta platino por Pedro Goyena, que o considera um dos mais perfeitos reprodutores da poesia clássica e semipagã desdobrada através de uma alma terna e sensível.

Um outro poeta de grande merecimento aparece ao lado de Guido, o autor de *Tabaré*, o oriental Zorilla de S. Martín.

*Tabaré* é um poema sôbre assunto indígena. O autor, preocupado ainda com o indianismo, foi buscar num episódio colonial o estro para o desenvolvimento de suas faculdades dramáticas. Os brasileiros há muito tempo abandonaram estas fontes de inspiração. *Timbiras* e *Y Juca Pirama* só se compõem uma vez. Não obstante o perigo dêsse gênero factício, o crítico, que ouviu a recitação do poema, diz ter encontrado nêle belezas verdadeiramente trágicas, que recordam Walpurgis e Macbeth. O objeto do *Tabaré* associa a idéia de outro poema escrito por um brasileiro do século passado, — o *Uraguai* de Basílio da Gama. Nesta época há também guerras e o encontro da raça branca com a indígena; e entre os seus episódios acha-se o da morte de Lindóia, que a crítica tem considerado um dos mais belos espécimes da poesia nacional. Seria talvez de alto alcance literário examinar até que ponto essa obra pôde influir na composição de S. Martín, bem como até onde chegam as semelhanças do herói do nôvo poema com o tipo de selvagem amoroso desenvolvido no Peri de José de Alencar.

De dois poetas platinos ainda se ocupa D. Martín nos *Libros y autores*, Rafael Obligado e Calisto Oyuela, a propósito de uma polêmica literária em verso.

Rafael Obligado é um dos representantes da nova geração, de mais talento; e seu contendor, não menos distinto, disputa-lhe o passo, renovando a questão de *Novos e Velhos*.

Oyuela quer voltar a Píndaro, Safo e Tirteu. Obligado, exclusivista e exaltado, pretende encerrar a poesia no círculo puramente nacional e crioulo.

Essa polêmica foi submetida à arbitragem de Guido y Spano, que prefaciou o livro no qual os versos dos dois contendores foram coligidos. Como era de esperar, o espirituoso autor das *Ráfagas* declinou do juízo praticando a ironia fina e literária, pois que questões dessa ordem não têm outra importância além da que nasce de um pretexto procurado para jogos florais. D. Martín, porém, apreciando o litígio dos dois jovens platinos coloca-se no têrmo médio e condena ambos os exageros.

> O círculo puramente nacional, diz êle, em que Obligado quer encerrar nossa poesia, seria desculpável num povo velho, aferrado à tradição histórica, no lento desenvolvimento de gerações sempre uniformes ou iguais. Porém, nós! nascidos apenas há um século, colocados pela natureza no meio de condições variadas, recebendo correntes de vida nova, que se transfundem na nossa e fortalecem nossa existência, assistindo a formação de todos os tipos, ouvindo todos os idiomas, recebendo todos os elementos de progresso, tôdas as influências estrangeiras, devemos, pelo contrário estender a vista a todos os confins da terra, aproveitar tôdas as conquistas do progresso humano e estudar as multíplices manifestações da civilização em seus aspectos industrial, político, artístico e literário.[18]

Na mesma ordem de idéias D. Martín lamenta a falta de originalidade nos costumes, graça à constante transformação de decorações por que passa o Rio da Prata. O pampa de Echeverría já não tem mais semelhança alguma com os plainos hoje cortados por vias férreas; e o próprio gaúcho, o herói montonero, o poeta do deserto, desaparece ou se transforma ao contacto da civilização por falta de atmosfera em que viceje.

## VI

No ano de 1886 D. Martín foi restituído à carreira diplomática. Tendo estado no Paraguai até 1891, nesse ano seguiu como encarregado de negócios para o Peru, de onde em 1894 passou para o Brasil na mesma categoria.

Durante os lazeres da vida tranqüila de ministro no Paraguai compôs a sua primeira obra de grande tomo, o *Ensayo crítico sobre Juan Bautista Alberdi*.

O objeto dêste livro era digno do estudo, que o crítico lhe dedicou, porque Alberdi constitui um dos tipos mais completos de homem de letras e político que já viveu nas regiões do Prata.

---

[18] *Libros y autores*, p. 228.

João Baptista Alberdi, espírito indefesso no trabalho, erudito e polígrafo, lembra dois brasileiros de grande nomeada, um hoje expatriado e outro retraído à vida particular, os Drs. Rui Barbosa e Lafaiete Roïz Pereira; o primeiro pelas qualidades literárias e variadas aptidões de escritor, o segundo pela junção de vastos intuitos jurídicos a um raro talento para a sátira e para o estilo zombeteiro.

O autor da obra, pois, empreendeu, e em parte o realizou, em um volume de 480 páginas, descrever a evolução dêsse espírito através dos estudos que se lhe proporcionaram e dos graves acontecimentos, que agitaram o seu país entre os anos 1832, época em que o criticado entrou na vida pública, e 1884, data de seu falecimento em Paris.

Como se vê, D. Martín não adotou nessa obra o processo somático, isto é, não buscou estudar o homem por categorias, diluindo a vida, aos pedaços, em capítulos dispostos por ordem de filiação, como ordinàriamente fazia o autor da *História da Literatura Inglêsa*. Preferiu o processo biográfico, sem contudo perder de vista as características do espírito do biografado, e desenvolveu-as, a proporção que estas surgiram na vida do homem com maior ou menor preponderância. Êste sistema tem a vantagem de compreender melhor o objeto da crítica, porque o representa em movimento, vivo, cheio de luz, e na flutuação inevitável da natureza intangível.

No *Ensayo* D. Martín ressente-se, mais do que em qualquer outro dos seus trabalhos, das suas qualidades e dos seus defeitos.

O que pertence à análise das idéias e a continuidade da progressão do espírito de Alberdi, parece-me bem, pelo menos à vista da documentação. Quanto, porém, ao caráter do homem a obra deixa a desejar alguma coisa. O crítico cingiu-se a colhêr o pensador na sua obra, na filosofia exterior, nas suas manifestações meditadas, na *pose* política do partidário. Desconfio, porém, que por trás dêsses bastidores houve uma individualidade muito curiosa, que o autor do *Ensayo*, talvez por excessivo escrúpulo e por desejo de imparcialidade, deixou perceber apenas na polêmica travada com Sarmiento. Todavia, êsse livro inspira um grande interêsse e lê-se quase de um fôlego.

Como já mencionei a vida pública de Alberdi começou verdadeiramente em 1832 quando a tirania de Rosas campava em Buenos Aires.

Em 1832 o herói do livro de D. Martín concluía os seus estudos de jurisprudência, defendia teses, e ia receber o seu título de doutor, quando lhe foi exigido o juramento de fidelidade ao tirano. Alberdi insurgiu-se contra semelhante exigência e expatriou-se. Conduzido a Montevidéu, aí o entusiasta das idéias liberais, em contato com Echeverría, Rivera, Indarte, Mitre, Cané e Lamas, encetou a sua

carreira de jornalista; como era natural saindo dos livros de Montesquieu e da filosofia de Jouffroy, ao topar com a figura de Rosas, que era a negação de todo ideal humanitário, o Dr. Alberdi não tinha outro caminho a seguir senão lançar-se na expedição de Lavalle.

Alberdi não era dotado de um temperamento militar. Por isso viveu sempre fora de seu país. Secretário de Lavalle, por instantes, abandonou-o pretextando divergências quanto ao plano de operações. Homem de gabinete, entregou-se à propaganda política em opúsculos inflamados. A invasão de Oribe obrigou-o a atravessar o Atlântico; depois regressou à América com destino ao Chile, de onde, sempre de pena na mão, acompanhou o desenvolvimento da luta americana, ao mesmo tempo que se dedicava a escrever as *Bases da constituição argentina*. Com a queda de Rosas seus serviços são aproveitados pelo nôvo govêrno, que nomeia-o encarregado de negócios da Confederação em Inglaterra e França, missão que depois estendeu-se à Espanha e aos Estados Unidos. Esta nova situação habilita-o a empreender profundos estudos de direito internacional, traduzidos em obras que lhe valeram contestações violentas e caluniosas. Em 1879 voltou à pátria, amargurado e velho, após quarenta anos de ausência. Os ódios que então encontrou, movidos por seus rivais, forçaram-no a procurar outra vez plagas estrangeiras.

Dêsse rápido bosquejo da vida de Alberdi vê-se que se trata de um homem que tinha horror à luta armada. Alberdi nunca se bateu como Mitre, Sarmiento e outros; apenas troava o canhão, a sua sensibilidade artística tornava-o atáxico, e para não sucumbir e dar liberdade ao pensamento e à meditação, que era o seu forte, fazia-se indispensável que o publicista corresse para bem longe dos campos de batalha.

D. Martín estuda com amor e muito entusiasmo a progressão dêsse espírito em cada obra política, literária ou jurídica, que gradualmente os acontecimentos iam fazendo surgir.

Diz êle que em Alberdi o pensador sobreleva ao político e ao panfletista. Discordo um pouco dessa opinião e me apóio no temperamento do autor das *Bases*.

Se não houvesse a tirania de Rosas é bem possível que Alberdi não tivesse produzido as obras de direito público que produziu.

Alberdi não se revela nos seus livros, ainda os mais didáticos, êsse calmo publicista que nos apresenta o biógrafo, só interessado em dar triunfo às abstrações. Não; Alberdi o que parece ser é um grande artista desviado da arte pura, e profundamente dissimulado na polêmica, porque antes de tudo é um hábil. Como nos informa o próprio D. Martín, o futuro escritor político e jurisconsulto começou a vida nos mesmos têrmos de Rousseau; pretendendo ser músico,

escreveu duas obras intituladas *Espírito da música* e *Ensaio de um nôvo método para o ensino de piano. A Memória descritiva sôbre Tucumán* ainda revela as suas primitivas tendências para o módulo artístico, pois não sai de um resumo melodioso dos estilos dos ro-mânticos e melancólicos em voga, Chateaubriand, Mme. de Staël, Lamartine, etc.

Tôdas as obras de Alberdi, portanto, obedecem fundamental-mente à impressão do mundo exterior.

Rosas foi para êle um espantalho. Se os seus estudos se tivessem limitado às artes e à literatura, é bem natural que o autor das *Bases* se cingisse a escrever odes e romances preciosos. A cultura clássica, porém, e os conscienciosos estudos de direito, que precede-ram a sua entrada na vida pública, premuniram-no disto; e por essa razão vemo-lo constituir-se no dever de atacar a tirania e organizar o código de sua nação.

Alberdi, contudo, era vaidoso de seu talento, e possuía, a par dessa sensibilidade de que fala repetidamente D. Martín, uma per-pétua ironia na alma. Foi essa ironia constitucional a causa dos seus maiores desgostos; porque, se por um lado êle, seguro de sua supe-rioridade, desejava exercer na política o papel de pontífice, por outro, obedecendo ao temperamento e aos despeitos íntimos, perdia a compostura moral e cheio de cóleras azuis repetia os processos satíricos de Swift.

Logo depois da guerra do Paraguai o autor das *Bases* publicou uma fantasia intitulada *La luz del día,* na qual estão compendiados todos os desgostos de sua vida e tôdas as repugnâncias que lhe ins-pirava o meio platino.

*Luz del día* é uma sátira, de aparências mansas, mas sangrentas.

D. Martín tece-lhe, com razão, grandes encômios e chama a atenção principalmente para o "caráter suave e comedido e o per-feito equilíbrio das faculdades" de Alberdi. É verdade que nesta sátira o autor não ataca personalidades; isto não obsta, porém, a que revele todo seu pessimismo, tôda sua falta de entusiasmo pela realidade do movimento orgânico que se fazia em sua pátria. Des-contente de tudo e de todos, Alberdi, sempre impregnado de um espírito excessivo de europeanismo nessa obra, mais do que em qualquer outra, mostra quão inferior êle foi, no que diz respeito ao sentimento nacional e, em tato americano, a Sarmiento, a Mitre e a outros próceres da República.

O fim principal da *Luz del día* é provar em como todos os pro-dutos europeus transportados para a América do Sul degeneravam de uma maneira deplorável. O fantasista figura a Verdade enfadada de viver no velho continente entre as gerações formadas pelos moldes de Tartufo, D. Basílio e Gil Blas, emigrando para o Rio da Prata;

mas a emigrada, longe de encontrar o país de sua nova residência virgem dêstes tipos gastos, acha-os todos estabelecidos em Buenos Aires e cidades ribeirinhas e ainda piores do que na mãe-pátria, senão completamente degenerados. Tartufo, de garibaldina e boné encarnado, prega a educação e a imigração européia. D. Basílio, embora guarde a sua silhuêta angulosa, já não usa os mesmos meios de caluniar. Frívolo e glutão, verte o mal e a intriga, servindo-se da licença e do deboche. Gil Blas, apesar da baixeza congênita do lacaio, tem conseguido pôr-se ao serviço do *Povo Soberano* a quem ilude como empresário de eleições, agente de candidaturas e construtor de presidências, contentando-se com presidir ao presidente e governar ao governante.

O Cid, Pelayo, D. Quixote e Sancho Pança aí são também encontrados numa degradação profunda. "Tôdas as espécies emigradas da Europa hão degenerado", diz Alberdi, "desde a espécie humana até a bovina; desde D. Quixote até Rocinante; desde Sancho até ao seu jumento." [19] O amante de Dulcinéia chega até a perder a loucura da poesia para transformar-se num louco por especulação mercantil.

Nenhum, porém, excede a Fígaro "cuja Rosina americana se fêz a liberdade em tutela". Fígaro na América é tudo: escritor, publicista, deputado, orador, soldado, médico e até clérigo. A tão ruidoso tipo deve-se a organização do govêrno da *Quixotania*, povo artificial, composto de homens-carneiros, homens-vacas e homens-cavalos, que só esperam a ação do tempo para passarem de quadrúpedes a sêres racionais.

D. Martín acha esta obra "fortificante para as almas puras e para os corações patriotas". Pode ser; nem eu devo sobrepor a minha impressão à de um ilustrado argentino sôbre assuntos pátrios. Todavia parece-me que *Luz del día* representa o êrro fundamental da alma de Alberdi.

O autor das *Bases*, latitudinário em política, não quis por orgulho decidir-se pela América.

O seu desejo era que a civilização do Rio da Prata passasse pelos moldes que êle propunha. Isto não foi possível; mesmo porque a falta de decisão no seu temperamento tornou-o muitas vêzes obscuro. *Inde irae!*

Da batalha literária travada entre Alberdi e Sarmiento, descrita minuciosamente por D. Martín, no capítulo XIV da obra, vê-se, apesar do brilhantismo da esgrima e da sagacidade utilizada pelo primeiro, onde estava o calcanhar-de-aquiles do grande publicista.

---

[19] *Juan Bautista Alberdi*, p. 382.

A psicologia dessa luta acha-se tôda na lógica dos acontecimentos. Alberdi era o que se chama em política um moderado e Sarmiento um exaltado.

O pomo de discórdia foi o General Urquiza. Derrocada a tirania de Rosas, Alberdi julgou-se no dever de conservar-se fiel ao vencedor; Sarmiento, ao contrário, convencido de que Urquiza não tinha sido senão um instrumento nas mãos de partidos coligados e que depois da vitória seria forçado a continuar o papel de Rosas, colocou-se em oposição para fortalecer o partido nacional.

É verdade que nessa polêmica, como bem o demonstra D. Martín, Alberdi assinalou-se por caracteres literários que serão inolvidáveis na literatura argentina. Os golpes que desferiu foram mais fundos do que os do seu antagonista; e a sua ironia, sàbiamente manejada, jogou com o temperamento temerário e entusiasta de Sarmiento, como o toureador brinca com a fúria do touro excitado pela côr rubra dos capinhas.

Todavia, dessa luta ficou um resíduo histórico que é mais favorável ao autor de *Facundo* do que ao das *Bases*.

O entusiasmo demagógico de Sarmiento estava mais perto dos interêsses da nação do que o cálculo, aparentemente frio e filosófico, de Alberdi. Sem querer comparar a ciência, a erudição de um com a eloqüência e atividade exterior do outro, não resta dúvida que Sarmiento foi melhor dirigido pelos seus instintos. A vida do Rio da Prata estereotipou-se com mais nitidez na sua alma de patriota.

Durante o período de formação não houve homem político que se não contradissesse. Essa contradição, porém, era fatal e não podia deixar de nascer da necessidade de um critério que era então flutuante e dificílimo de fixar.

Todos os homens de talento então corvejaram em tôrno dessa pedra de escândalo. Em que mãos deviam os povos do Rio da Prata colocar o registro regulador da assimilação européia, ou em têrmos mais claros, como se deveria introduzir a civilização num país ainda pouco povoado, sem se deixar absorver pelo elemento estrangeiro ou sem voltar às fórmulas arcaicas do regime colonial.

Não há quem ignore que, receoso da selvageria dos campos, Belgrano chegou a cogitar na fundação de uma monarquia incásica, isto é, no estabelecimento de uma dinastia indígena, que, sem repelir a civilização européia, garantisse uma ordem puramente americana. Essa idéia, que não podia vingar, exteriorizou-se depois no arrôcho unitário, o qual, consecutivamente a vicissitudes variadas, levantou a anarquia e produziu a tirania de D. Manuel de Rosas.

Verifica-se, porém, que, durante certo período êsse tirano foi o mais legítimo representante do espírito nacional do Prata e que chegou a esboçar o sentimento de resistência às pretensões daqueles,

que, sob pretextos diversos, pretendiam ajeitar o país à exploração européia. O comércio estrangeiro fôra desde logo hostil à federação; e é fácil compreender o porquê dêsse espírito de relutância contra uma idéia que se impunha como uma fatalidade. A federação importava uma preponderância de funções internas, que contrariava profundamente os interêsses das cidades de forasteiros da foz do Rio da Prata.

Rosas pressentiu êsse fenômeno e teve bastante coragem para lhe antepor o seu partido e a sua energia.

O resto é conhecido.

Simplificando de mais a questão, o ditador pensou, a exemplo de Francia, poder suspender o progresso da nação, até que esta conseguisse fortalecer-se e impor-se ao mundo. Esta ameaça formal aos interêsses coloniais coligou tôdas as fôrças dispersas contra o tirano, e não faltaram publicistas que atirassem a Rosas o epíteto de *cacique*. O liberalismo metafísico, como era natural, enfureceu-se contra as constantes violações dos direitos individuais: era uma nova fôrça que se reunia aos *mascates* do Rio da Prata. O ditador, portanto, viu-se envolvido numa onda que o devia aniquilar. Reagiu, e fazendo-o, sobrepôs-se a todos os partidos. Agredido por uma coalizão em que tomaram parte até os federalistas, empírico como era, instituiu o terror como arma de defesa. Chegando a êsse ponto era-lhe impossível escolher caminhos; e momento houve de ilusão em que êle supôs-se o depositário da autoridade suprema, de cuja manutenção dependia o futuro da sua nacionalidade.

As nações que tinham interêsses nas margens do grande rio procuraram convencê-lo de que a sua tirania não passava afinal de uma tirania de selvagens, o que era uma fantasia. Por último sucumbiu com a intervenção do Império do Brasil; mas os *selvagens unitários* não conseguiram recompor govêrno, sendo certo que a ação de Rosas, se perdeu a diretriz desumana que tão célebre tornou a *mashorca* em Buenos Aires, não se apagou de todo porque teve de produzir uma combinação de fôrças, mais tarde diluída no triunfo das idéias federalistas.

Alberdi foi surdo a tudo isto.

O ódio ao tirano fê-lo esquecer a filosofia dos acontecimentos; e quando, mais tarde, sustentando o seu predileto aforismo "que no Rio da Prata governar era povoar," teve de escrever o capítulo intitulado *Ação da Europa sôbre a América*, êle mal conseguiu encobrir o vício fundamental de seu espírito, que consistia numa profunda antipatia aos elementos indígenas do país.

Foi o ódio *rastaquouère* de Alberdi e de outros políticos platinos que fomentou o despotismo do *marshorquero* de Palermo. Quão úteis, entretanto, teriam sido ao progresso a ciência, o entusiasmo

e arte dêstes homens, se quisessem ser mais americanos e menos transoceânicos pelo coração?!

Alberdi não foi americano na extensão da palavra, e às vacilações da escola a que êste grande pensador se filiou, devemos ainda hoje girarmos na esfera de um direito internacional, cujas tendências não estão muito distantes do que se praticava no século XVII, — isto é, da expansão colonial européia transformada na América, pelo menos na do Sul, em simples DIREITO PREDATÓRIO, nesse iníquo direito ao qual Bluntschli, no seu *Direito das Gentes Codificado,* não poupou acerbas censuras.

Sem embargo das precedentes observações, o *Ensayo* sôbre Alberdi pode-se considerar um dos mais completos trabalhos que existem sôbre homens da América do Sul.

O vulto do publicista platino destaca-se da tela e vive a vida simpática e ao mesmo tempo austera que lhe quis dar o autor do livro.

É possível, como anteriormente sugeri, que alguns traços do autor de *Luz del día* fôssem ocultados pelo crítico, que durante a composição da obra muito amou o seu assunto; mas não resta dúvida de que a fisionomia de Alberdi ali encontra-se tão iluminada que será difícil esquecê-la. E não sei que maior elogio se possa fazer a um estudo biográfico. De ordinário os biógrafos ou agridem ou entoam hinos aos biografados. D. Martín não pertence a essa escola A sua síntese do espírito de Alberdi é intensa e recompõe a vida do grande homem pela análise de suas obras, de modo a tornar preferível lê-lo no resumo concatenado do crítico, do que na monotonia quase difusa de escritos que tiveram seu tempo e perderam o primitivo calor. Já não é pouco que, ao fechar-se o volume, fique-se com uma impressão forte de um vulto que se não conhece senão de nome; é uma conquista de escritor quando se guarda dêsse vulto uma lembrança insistente, que obriga a procurar as suas obras originais e a cultivar com interêsse a sua individualidade.

## VII

Passando de Alberdi para Echeverría, D. Martín não decresceu, antes conseguiu apurar as suas qualidades de crítico. Embora menos minucioso, nesse seu último livro, êle mostra-se mais completo e mais senhor das suas faculdades de crítico.

O *Ensayo* está dividido em quatro partes, e em tôdas se manifesta o progresso dos seus métodos de estudo.

Echeverría devia vir depois de Alberdi, porque, tendo vivido na mesma época calamitosa que sugeriu as obras capitais daquele publicista, apresenta, contudo, o mais completo contraste com o autor das *Bases.*

Alberdi foi um pessimista por orgulho, e por isso deu durante a vida largos motivos a que se suspeitasse de sua *pose*. Echeverría, ao contrário, sofrendo iguais contrariedades diante da tirania de Rosas, decompôs tôdas as suas cóleras numa melancolia poética, que se traduziu na propaganda de uma religião mística e em poemas, uns líricos, outros patrióticos, que constituem justo orgulho de sua pátria.

Ao passo que o primeiro, enojado do meio platino, satirizava pungentemente as raças e os costumes na *Luz del día*, o outro, tirando tôda a doutrina de sua natureza evangélica e compassiva, desalentado pelas desgraças de sua terra, com a imaginação cheia da amargurada poesia de Byron e Chateaubriand, escrevia *El peregrinaje de Gualpo*, da qual transpira um desejo imenso do poeta em assimilar-se ao país que a revolução tornara impossível para a vida.

> Gualpo, diz D. Martín, é o perfil de um *Childe Harold* americano, com tinturas de *Werther* e de *René* e com os contornos misteriosos e esfumados de *Lara* ou do amante de *Belcolore*. A cândida imitação de Echeverría, acompanha passo a passo tôdas as particularidades dos heróis românticos que lhe servem de modelos; mas o que se torna interessante nessa tentativa, é que o poeta é sincero e original, não obstante a semelhança de seus personagens com os heróis de Byron, de Chateaubriand e de Musset. As evoluções de seu pensamento o haviam conduzido a uma situação moral tão semelhante a daqueles que a penetração de ambos chega a ser natural e completa. As organizações de René, de Childe Harold, de Franck, de Werther, se caracterizam por um desequilíbrio íntimo entre as aspirações, os sonhos e paixões de suas almas ardentes, com as realidades mesquinhas e prosaicas de uma vida que repele os caprichos mórbidos de um idealismo estéril! Todos êstes sentimentos se confundem e concentram no tédio da vida, na *noia* de Leopardi, nas irritações enfermiças de Werther, no amor ao deserto de René, na contemplação da natureza agreste de Obermann e no impulso irresistível que arrasta Childe Harold, através de povos e regiões desconhecidas. Que terreno melhor preparado para o desenvolvimento dessa enfermidade psicológica do que o que Echeverría encontrou ao regressar da Europa? Que horizontes patrióticos? Que generosos campos se ofereciam então à atividade individual? Que perspectivas ao trabalho científico, à especulação literária, ou à propaganda doutrinária? A leitura de suas obras deixa compreender o amargo despeito que o envolveu logo que se lhe formularam as interrogações anteriores.[20]

Gualpo foi a idealização dêsse estado de consciência; e longe das pretensões pontificais de Alberdi, que pretendeu subjugar pela eloqüência, o poeta Echeverría recolheu-se à contemplação e tratou de cultivar, de fortificar a sua dor.

O seu patriotismo, porém, não era inferior, nem menos ardente do que o dos que combatiam ou se acastelavam no orgulho inque-

---

[20] *Ensayo sobre Echeverría*, pp. 118 e 119.

brantável do sábio para profligar a anarquia e suplantar a obra do tirano.

Echeverría não limitou a expansão de sua sensibilidade ferida aos versos dos seus poemas; a sua prosa converteu-se no melhor veículo da missão que se impôs de fazer chorar almas patrióticas; e o seu patriotismo talvez tenha sido mais puro do que o do austero Alberdi. Como bem pondera D. Martín, êle foi o Lamennais da Confederação Argentina. Possuído das idéias de regeneração social, o seu fanatismo fixou-o no conceito de que nenhuma reforma política seria viável sem a transformação do critério político e sem a sua subordinação à moral. Erguido êsse critério, compreende-se quão difícil era esperar dos políticos militantes, cheios de ódios e preconceitos egoísticos, a mudança do eixo do progresso. Echeverría, como lírico que era, apelou então para a juventude, para uma nova fé; e o seu *Dogma socialista* não foi senão o apocalipse das gerações porvindouras.

Como era inevitável, o ditador Rosas teve nesse apocalipse um papel rigorosamente bíblico. Convinha que a mocidade o reconhecesse por um sinal do Inferno; e assim o *mashorquero* de Palermo assumiu o aspecto terrífico daquela Bêsta da visão de Patmos contra a qual ninguém podia pelejar, cuja bôca se gloriava com insolência e enchia-se de blasfêmias.

Seguro, pois, de suas qualidades proféticas Echeverría assim imprecava as raças ainda não poluídas pela impureza.

> O egoísmo encarnado é o deus que êle adora, e ao qual servem de altar corações imundos.
>
> Miseráveis sois vós outros, que, mais estúpidos do que os irracionais, vos prostrais diante do ídolo monstruoso!
>
> Miseráveis aquêles que vacilam quando a tirania se ceva nas entranhas da pátria!
>
> Miseráveis os que, rindo dos seus clamores, vão oferecê-lo em holocausto à iníquia ambição dos Tiranos.

A obra do poeta neste ponto parece ter sido muito mais benéfica do que a do pedagogo de direito constitucional, porque antepunha à prevenção e ao ódio contra o homem, o sentimento religioso contra o princípio abstrato da tirania, contra a teoria do *Príncipe*.

Criar novas almas e novos homens para a felicidade do Rio da Prata, eis a ambição do solitário que escreveu depois a "Cautiva", êsse formoso poema, que mereceu de Pedro Goyena tão alevantados gabos.

A alma de Echeverría tinha, com efeito, um embasamento profundamente nacional. Na sua dupla qualidade de propagandista do progresso, segundo a tradição da Revolução de Maio, e de poeta inspirado nos princípios de estética e de liberalismo na arte, que surgiram com o movimento de 1830, Echeverría guardava no coração

e no espírito um arraigado afêrro ao pampa e ao gaúcho, e por essa razão dos seus lábios e de sua pena nunca saíram frases ou versos que amesquinhassem a terra, nem muito menos a raça que repelira os espanhóis.

São palavras suas que encontro transcritas no ensaio de D. Martín: "Cada povo, cada sociedade, tem suas leis ou condições peculiares de existência, que resultam de seus costumes, de sua história, de seu estado social, de suas necessidades físicas, intelectuais e morais, assim como da própria natureza do solo." [21] Dessa concepção resultou tôda sua obra. A dignidade de sua dor foi grande, e permitiu-lhe, longe dos combates para os quais não fôra talhado, a linha que separava os acontecimentos das tendências dos temperamentos perversos que entravam em jôgo, tôda vez que se tratava de melhorar as condições do Prata.

Há no *Dogma Socialista* de Echeverría tópicos que descortinam um período inteiro de história nacional. E nesse ponto parece que êle atingiu não só a filosofia das convulsões de sua pátria, mas também a de tôdas as pátrias da América Latina.

Quando a América do Norte triunfou na revolução dirigida por Washington, o espírito colonial retirou-se fàcilmente retraindo à metrópole, onde encontrava a grandeza e os inesgotáveis derivativos que oferecia uma nação no apogeu da indústria e do comércio. A Inglaterra, para viver, não precisava dos Estados Unidos. Na América do Sul, porém, os fatos deram-se por modo muito diferente. A Espanha e Portugal viviam quase exclusivamente das colônias. Arrebatadas estas pela libertade política, era necessário conservá-las, fôsse como fôsse, pela dependência econômica, e quem se prestou a patrocinar êsse pérfido serviço de recolonização financeira foi o comércio estrangeiro junto aos interêsses de nacionais a êle associados. Daí a **ETERNA EQUIVOCAÇÃO** dos homens que levantavam movimentos em nome das liberdades públicas; quando menos pensavam reconheciam ter caído numa cilada, e tarde se escusavam de se haverem deixado embair pelo artifício de pretensas classes conservadoras.

Ainda são recentes as feridas que no meu Brasil êsse mesmo sistema de coligação produziu, alimentando rebeliões, que não teriam existido sem êsse fomento inconsciente da hipocrisia do capital europeu.

Echeverría, que aliás detestava a tirania de Rosas, não se deixou cegar pelo liberalismo da época, e teve a visão completa das causas reais dos males que afligiam a sua pátria.

"Assim como Maio", diz êle, "nasceu das entranhas da tirania colonial, a guerra civil foi o fruto monstruoso da colisão ou choque

21 *Ensayo sobre Echeverría*, p. 128.

entre o princípio de Maio e o princípio colonial, *vencido porém não aniquilado.*"

Echeverría não era, entretanto, um sábio, nem mesmo um publicista no sentido rigoroso da palavra. Mas por que teve essa intuição tão nítida da filosofia dos acontecimentos? É que êle pôs tôda a sua sensibilidade ao serviço da grande causa nacional. Não tinha intuitos de estadista, não podia conceber planos de político ambicioso: e por essa razão as suas faculdades conservaram-se virgens das malévolas sugestões do poder.

> Tôda a sua obra, pondera D. Martín, é um exemplo de virtude cívica e de pureza moral, e o *Manual de enseñanza,* apesar de seu caráter didático, demonstra com clareza quanta generosidade e quanta grandeza encerrava a alma daquele poeta instintivo, que tratava tôdas as questões da política e todos os problemas da filosofia, como se disse recentemente do conde Tolstoi — *meditando com a sua sensibilidade,* — tirando do fundo inconsciente da alma, do Deus interior que cria a fé do martir e a inspiração do artista, uma forma de pensamento brilhante e poderosa, ainda que por infelicidade sujeita a contradições e desfalecimentos freqüentes, a eclipses e a rápidas ofuscações emocionais. [22]

Levando para a literatura a idéia da emancipação do espírito americano, Echeverría produziu poemas, nos quais tôda a fraqueza do psicólogo objetivo, de que êle nada tinha, é amplamente compensada pelo lirismo do patriota e por um entranhado amor pela natureza de sua terra.

As primeiras imitações que fêz de Byron são incolores; nada exprimem senão o desejo de naturalizar no Rio da Prata o gênio da escola romântica. Depois, porém, que a dor verdadeira o consumiu, depois que êle viu o solo da pátria regado pelo sangue dos seus amigos, os sons, que aprendera a desferir na lira dos poetas da melancolia, casaram-se com o próprio sentimento e explodiram em versos, que serão imorredouros. E não é sem razão que D. Martín eleva as estrofes do *Hino al dolor* à altura de uma das mais completas manifestações da tristeza viril e do estoicismo fecundo de um poeta patriota.

> Devora, fiera insaciable,
> Monstruo o demonio execrable
> Que avasallas la creación:
> Devora como los has hecho,
> Si no te hallas satisfecho,
> Con furor aún más deshecho
> Mi robusto corazón!
>
> . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . .

---

[22] Ob. cit., p. 161.

Roe, roe, y en mi seno
Tu mortífero veneno
Derrama, — no he de gemir;
Y cual Jacob, sin testigo
Contra el ángel enemigo,
Lucharé firme contigo
Hasta vencer o morir.

No temas, no, que me espante
Tu fuerza y poder gigante
Aunque fragil caña soy.
Mi alma es similar la roca
Cuya frente al cielo toca
Y la tempestad provoca
Siendo mañana lo que hoy.

. . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . .

Devora; tu fiero brio
Yo provoco y desafio
Armado de mi razón;
Yo, masa del vil arcilla.
Yo, flor que un soplo amancilla,
Trama débil y sencilla,
Despojo de la creación.

Yo, miserable gusano,
Luz que alienta efluvio vano,
Insecto, chispa mortal;
Yo, menos que un ente aéreo,
Yo, esclavo vil de tu imperio,
Yo, polvo, nada, misterio...
Nacido en hora fatal!

. . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . .

Yo te provoco: — tu mano
Di mis fatigas temprano
La copiosa mies segó,
Dejándome los abrojos,
Para doblar mis enojos
Y el recuerdo y los despojos
De un tiempo feliz que huyó.

. . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . .

Ven, ven — oh dolor terrible!
De tu poder invisible
Haz un nuevo ensayo en mí;
Verás que un alma arrogante
Es como el duro diamante
Que siempre brilla flamante
Sin admitir mancha en sí.

. . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . .

Ven, que tal vez atesora
Alguna fibra sonora
Mi pecho aún lleno de ardor:
Que a tu inhumano porfía
Exhalará una armonía
Capaz de darme alegría
Y de vencerte, oh Dolor! [23]

Alma arrogante, sem jaça, exalando harmonias quando ferida pelas intempéries da vida política, eis o que realmente queria ser e devia ter sido no mundo o poeta de cuja vida e obras se ocupou D. Martín no seu ensaio, e cujo perfil, traçado por mão de mestre, deixa-nos ainda mais amigos da alma dolorida dêsse Byron americano do que de suas fantasias e dos seus pastiches inspirados nos romances dos poetas fatigados da velha Europa.

Em verdade, quando se pensa nessa sensibilidade longamente comprimida e se afigura depois enfrentando com a brutalidade dos degolamentos de Rosas, com os morticínios e devastações provocadas por lutas contínuas, no contacto de selvagens por momentos senhores dos destinos de uma população, não se pode deixar de aplaudir com palpitações de solidariedade americana as estrofes indignadas de Echeverría em *Avellaneda* e na *Cautiva,* que aliás D. Martín considera as obras mais originais e formosas do poeta.

Lamenta-se que o gaúcho nem sempre fôsse aquêle tipo de caudilho ideal que J. M. Estrada descreve no seu belo estudo sôbre os *Comuneros del Paraguay* como sustentadores do verdadeiro espírito de independência no Prata; e quando na história se deparam figuras sórdidas, sinistras, quase autropófagas, como as de um López, de Santa Fé ou de um Nicanor Caceres, de Corrientes, o coração obumbra-se e quase se sente vontade de desculpar os desacertos daqueles, que, desesperados, se lançaram nos braços dos invasores estrangeiros, pedindo em altos brados a intervenção das suas esquadras. [24]

Não obstante, Echeverría nunca maculou seus versos com atos de covardia. Melancólico morreu, mas sempre altivo; e morreu antes que pudesse condenar alguns de seus amigos.

O *Ensayo sobre Echeverría* não tem o valor ùnicamente de um trabalho de ressurreição; além da luz projetada sôbre a alma patrió-

---

[23] Ob. cit., pp. 210-212.

[24] Na biografia de Nicanor Caceres, escrita por Severo Ortiz, encontro uma anedota que pinta com côres vivas a velhacaria e estupidez bravia de certos régulos do Rio da Prata. O célebre bandido dava um baile na sua *hacienda* e convidara entre outros ao governador de Corrientes, o Dr. Virasoro; como êste, porém, contra a pragmática adotada, se apresentasse de calças, em toalete de circunstância, o bárbaro não lhe permitiu a entrada e estranhou-lhe em têrmos ásperos que ousasse enxovalhar a reunião com trajos daquela ordem.

— *Vaya a casa, señor gobernador, póngase chiripa y venga a divertirse.*

tica do poeta, há nesse livro um estudo das tradições da poesia em sua terra.

Nas primeiras páginas da obra, D. Martín ocupa-se com os modelos do século XVIII e com as primeiras manifestações literárias no Rio da Prata.

Incontestàvelmente são muito fracas as inspirações metrificadas, que então ali se arrogavam o nome excelso de poesia, e em nada essas composições se podem comparar com o que no Brasil por êsse mesmo tempo se fazia. Não se encontram no Prata poemas como o *Caramuru* de Santa Rita Durão, ou o *Uraguai* de Basílio da Gama, nem uma plêiade de poetas iguais aos da Inconfidência, — Gonzaga, o incomparável *Dirceu,* Cláudio Manuel da Costa, Alvarenga e outros.

Naquela época, por um capricho que não está bem explicado, parece que todo o movimento literário na América se tinha retraído aos cerros de Minas Gerais e à cidade de Lima no Peru, pois na própria América do Norte, apesar dos seus incrementos, as letras eram paupérrimas e quando muito apresentavam as *Memórias* de um Gouverneur Morris, ou as obras informes de Freneau e Brown.

Todavia, o princípio dêste século vingou o Rio da Prata do seu tardio crescimento no mundo beletrístico. A revolução de 1810 produziu os primeiros poetas que foram os próprios generais do movimento libertador. D. Vicente López y Planes, que escreveu *El triunfo argentino,* era capitão da legião de patrícios que lutaram pela defesa de Buenos Aires. Quase o mesmo se poderia dizer de Esteban de Luca, de Rojas e de Lafinur.

Com o advento de Rivadavia o surto poético e literário foi considerável e permitiu que os povos do Prata nos precedessem na renovação estética, de sorte que, quando os brasileiros ainda afinavam a lira pelo diapasão de Bocage e Filinto Elísio, êles preparavam o espírito público para receber em 1830 um Echeverría, um discípulo de Byron, que só em 1850 teve seu símile no Brasil por órgão do malogrado Álvares de Azevedo.

Vimos que os dotes de D. Martín como crítico em grande parte foram postos em relêvo por seu estilo imaginoso; e a beleza de sua prosa nasceu do culto que no desabrochar da vida dedicou à poesia. De ordinário, porém, o crítico acaba por descoroçoar o poeta. No começo dêste estudo disse que a imaginação de D. Martín era a do estilista. A contraprova dêste conceito encontra-se justamente no seu volume *Poesias* (publicado em 1865) e nos *Cuadros épicos* que são mais recentes.

Imagine-se uma natureza lamartiniana, cuja corrente poética das baladilhas em prosa intituladas *Perfiles y miniaturas?*

Imagine-se uma naureza lamartiniana, cuja corrente poética seja ligeiramente encrespada, de vez em quando, pela ironia de

H. Heine ou pelo entusiasmo de Byron, e ter-se-á explicado o suave enlêvo que nos deixa no espírito a leitura dos versos de D. Martín.

Há pequenos poemas em que o autor se entrega, como por exemplo no "The demon thought", "El cadaver" e "Homo" a movimentos trágicos; mas êste esfôrço de tristeza não se prolonga, nem frutifica porque a verdadeira alma do poeta reside numa equilibrada simpatia pela vida e por tudo quanto o cerca.

Na poesia intitulada "El poeta", D. Martín definiu-se muito bem.

> No lo dicen los pájaros que cante,
> Las fuentes que levante
> Su corazón del polvo que lo mancha;
> El águila que luche con sí mismo;
> El vértigo que tiemble del abismo,
> Y el monte que respete a la avalancha?...
>
> Es que todo palpita, siente y ama!
> Incomprensible llama
> Que se difunde en celeste esfera;
> Relámpago viviente que electriza
> Y renueva la chispa en la ceniza,
> Y convierte una antorcha en una hoguera!
>
> Por eso el corazón emocionado
> Levanta el vuelo osado
> Con el afán de su primer ensayo,
> E investigando la existencia, sube,
> Más alto que la tromba y que la nube,
> Y más que el huracán, y más que el rayo!... [25]

Difícil seria transportar essa tendência, de tons suaves e rendilhados, de uma poesia tão aconchegada ao coração, para os sons rudes da epopéia. Não obstante, D. Martín tentou desferir a tuba dos grandes épicos americanos.

Os assuntos eram tentadores. Ataualpa, o culto do Sol, a morte do inca, os conquistadores, aí estavam na história provocando uma ressurreição poética.

D. Martín, não resistindo ao desejo de revolver os sarcófagos do Peru e do México, esboçou em versos heróicos pequenos quadros em que recorda a audácia e as atrocidades dos conquistadores. Contudo, nesses rápidos esboços históricos o que avulta é a impressão que lhe causaram os mares e as regiões por êle percorridas quando em viagem para Caracas.

*El mar de Balboa* contém versos alevantados e quentes; e se não constituem o pórtico de um poema, que poderia ter sido talvez escrito, traduzem a comoção que suspendeu o poeta ao atravessar as mesmas ondas por onde quatrocentos anos antes vogavam atônitos os atrevidos aventureiros que sucederam a Colombo.

---

[25] *Poesías*, p. 171.

# ENTUSIASMO E TERNURA

PREFÁCIO AO LIVRO DE ALBERTO DE OLIVEIRA *VERSOS E RIMAS* (1887-1894), RIO DE JANEIRO, 1895.

O TEXTO REPRODUZIDO FOI O DA EDIÇÃO DAS *POESIAS* (2 SÉRIES: 1877-1895 e 1892-1903). RIO DE JANEIRO, GARNIER, 1912. O ESTUDO APARECE NO VOL. I, DA 1.ª SÉRIE, PP. 252-257. TRAZ A SEGUINTE INSCRIÇÃO AO FINAL, "RIACHUELO, 27 DE JANEIRO DE 1895".

Não são outros os ingredientes que entram na composição do livro que o mavioso poeta Alberto de Oliveira oferece aos seus patrícios.

Lírico entre os nossos melhores líricos, todavia a sua musa distingue-se por alguma coisa que nos outros não se assinala de modo tão pronunciado: a ternura, unida ao mais vivo entusiasmo erótico.

Já houve quem pretendesse capitular o lirismo, da mesma maneira que o misticismo, na classe das enfermidades físicas. Acaso o lirismo, pergunta um crítico hoje em muita voga, será, igual à pérola, — uma secreção de natureza mórbida? Acho, como retórica, a imagem bela; mas como ciência, deplorável. Da teoria lombrosiana é talvez esta a proposição de que mais se há de rir a crítica futura. E porque não será o gênio antes o produto da acumulação ou da concentração de esfôrço, numa raça, num indivíduo? Penso que o diamante, expressão do fogo plutônico, caracterizaria melhor a imagem do produto da arte genial.

Em suma, que é isso que Antiguidade chamava entusiasmo, inspiração, e nós hoje denominamos uma disposição fisiofísica em eretismo? Um estado próximo da desordem, da decomposição, da epilepsia larvada? Uma extravagância do século, é o que isso é; porque o mesmo se poderia dizer do sistema planetário que já foi nebulosa, apesar do que a ciência assinala como leis inelutáveis de equilíbrio. Caricaturas científicas.

Diderot dizia que o gênio agitava-se-lhe no cérebro tôda vez que os cabelos da parte central e superior do crânio se erguiam, como quando o acometia o mêdo. Os poetas da antiguidade grega, na ausência de conhecimentos analíticos, atribuíam êsse fenômeno à invasão de um deus, e inventaram as pitonisas. Sugestão de um deus, ou desordem de loucura, o fato nem por isso para nós outros deixa de ser muito normal; e Píndaro e Anacreonte aparecem-nos tão tranqüilos, na sua produção, como as árvores raras que dão frutos mais raros. Não são enfermos.

Um livro como o que agora oferece o poeta Alberto de Oliveira aos seus apreciadores não é um vômito de histerismo orgiático; êsse livro é um perfume e que está traindo a cada instante as harmonias do talento e o *conjungo* da natureza.

Neste momento abrindo eu por acaso o álbum de fototipias do afamado John Stoddart, caem meus olhos sôbre a grande estátua de bronze do Buda de Kamakura, no Japão, em cujo colo avisto três inglêses contemplativos. Ora, a fisionomia dêsse Buda colossal é tão serena, cheia de ternura, e de bondade, e tão celestial, que ninguém

se eximirá a um movimento compreensivo de *por que* a religião de Çakia Muni, a par da de Cristo, pôde cativar as almas de tantos milhões de homens. Então, o lirismo de um povo reunido em tôrno de uma crença, a poesia coletiva de uma raça, impulsionada pelo surto da legenda de um santo, e a coordenação simpática de uma superior religião surgem no meu espírito de modo irrefragável e no feitio do instinto de conservação das sociedades elevadas. Êsse lirismo gigantesco que por certo não é o lirismo dos poetas brasileiros, leva-me, todavia, a cogitar em uma de suas mais belas fragmentações: — *o Nirvana do amor,* êsse minúsculo budismo, cujo centro é a mulher, e do que o coração e o sentimento formam a caçoula hierática e o perfume ritual.

Alberto de Oliveira pertence ao colégio sacerdotal dos cultores dessa religião.

Não é aqui o momento de analisar o que se passa no cérebro dos poetas desta casta, quando os invade o vulto de uma *dona,* e essa *dona* se transfigura, ao calor do sentimento, no tipo de Laura ou na angelitude de Beatriz. Basta dizer que todos êles partem de uma ilusão antropomórfica, em virtude da qual a mulher amada assume os aspectos e a essência da própria natureza. Se, contudo, os poetas assim arcabuçados são tropicais, e a sensualidade acompanha um pouco êsse processo de transfiguração, então ressurgem os verdadeiros eróticos, e o lirismo quente do primitivo brâmane ou do poeta do *Cântico dos Cânticos* explode glorioso e iluminado em versos fluentes e melodiosos.

Junte-se agora a essas qualidades gerais um temperamento irônico e impulsivo, e ter-se-á um poeta da feição de Olavo Bilac, que morde e dilacera o próprio objeto de seu culto. Ao contrário disto, porém, imagine-se um gênio doce, brando, terno, desdobrando-se através de uma gaze de melancolia tão transparente como a tela de Arachnè, e se encontrará o autor dêste livro, delicioso e cheio de modéstia.

A sua Julieta não é descendente dos Montechi; mas nem por isso êle, o poeta incorruptível, deixa de atirar-lhe perenemente a frase de Romeu :

— . . . . . . . . . . . thys gratious self
Which is the god of my idolatry.

Todo seu fetichismo erótico estereotipa-se nessa poesia intitulada "A Camisa de Olga", na qual o poeta, em cuja pupila dançam a lágrima de prazer e a febre do desejo, não resiste à tentação de palpar os encantos femininos, e, na delicadeza de sua ternura mística, encarrega o vento dêsse início de profanação.

Deixa cuidosa mão que a ensaboara
De Olga a camisa ao sol, rendada e clara,
Clara de modo tal que o vento em breve
De longe a vê, de longe corre, e ansioso
A beijá-la se atreve.

Dá-me teu cheiro, linho delicioso!
Diz, e dizendo fortemente a aspira,
— Deixa envolver-me inteiro
Na cava do decote, onde — que cheiro!
Bate seu seio e virginal suspira.

Êsse deslize, entretanto, não tarda a corrigir-se, e nos últimos versos o poeta repreende a indiscrição e o próprio excesso, observando :

Que aquela mesma falta de respeito
Que é nos homens um péssimo defeito,
Também no vento muita vez existe...

Dirá se não tenho razão quem percorrer o livro, e se Alberto de Oliveira, na sua ternura velada, ora pela lágrima doce da saudade, ora pela grácil audácia do amor, não incide perfeitamente naquele célebre conceito de Horácio acêrca da ternura virgiliana — *molleatque facetum carminis genus.*

# CARTA A ANTÔNIO SALES

ESTA CARTA NÃO ESTÁ DATADA, MAS ANTÔNIO SALES DIZ SER DE 1895 OU 1896. FOI EXTRAÍDA DE UM TRABALHO PUBLICADO POR ANTÔNIO SALES NA *REVISTA DO BRASIL* (SÃO PAULO), INTITULADO "ALGUNS AUTÓGRAFOS", INSERTO EM VÁRIOS NÚMEROS DA REVISTA. O QUE A TRAZ É REFERENTE A JULHO 1918 (ANO III, VOL. VIII, N.º 31).

QUANTO À DATA DA CARTA, É, COM CERTEZA, 1895, O QUE SE COMPROVA PELO QUE ESCREVEU ARARIPE NOS *DIÁLOGOS DAS NOVAS GRANDEZAS DO BRASIL — O TEATRO NACIONAL* — E PELO NOTICIÁRIO DOS JORNAIS DA ÉPOCA. VER, POR EXEMPLO, UMA NOTA EM *A SEMANA*, 13 ABRIL 1895, "FATOS E NOTÍCIAS", P. 87.

Am.º Sr. Antônio Sales

De posse de sua carta de 21 do p. p. vejo que não se esqueceu da *Revista*. Muito agradecido.

Fico ciente de tudo mais.

Agora, nôvo assunto. Pelos jornais, verá que aqui agitou-se de nôvo a questão do "Teatro Nacional". Fundou-se uma sociedade, e esta vai tratar sèriamente, não só da construção de um edifício, mas também de preparar atores. Não é só isso: a sociedade quer desenvolver a estética nacional no teatro. Desde que apareçam incitamentos os autores surgirão. O drama existe na alma de todos os que escrevem com talento. Mas por que, hoje, não há dramaturgos? A razão é óbvia. Machado de Assis, Aluísio Azevedo, Coelho Neto e outros não querem perder tempo: preferem meter o drama nas páginas dum romance, que é lido e apreciado.

Assim, pois, no momento atual, em que as artes parecem querer renascer, julgamos oportuna a idéia de fazer com que os talentos volvessem ao teatro.

O pensamento abrange tudo; e os Estados devem auxiliá-lo.

Peço-lhe, portanto, que se constitua, nessa boa terra, arauto da idéia, porque todo auxílio que vier, moral ou material, será recebido com prazer e refluirá do centro para a periferia.

V. sabe que todo o movimento que se der no Rio concorrerá para aumentar o do Estado, desde que haja correlação.

Do am.º, etc.

*T. A. Araripe Júnior*

# POESIA LÍRICA
# E
# *CANÇÕES DE OUTONO*

PREFÁCIO AO LIVRO DE LÚCIO DE MENDONÇA *CANÇÕES DO OUTONO*.
COIMBRA, TIPOGRAFIA FRANÇA AMADO, 1896.

TRAZ A SEGUINTE INSCRIÇÃO AO FINAL: "RIACHUELO, DEZEMBRO DE 1895".

A gênese do estado poético, tal qual eu a compreendo, explica-se por um conceito contido em tôdas as religiões e em tôdas as filosofias. Êsse conceito aparece tanto na trimúrti védica, na harmonia das esferas e na metempsicose de Pitágoras, nos mistérios de Ísis, na dualidade zoroástrica, como no idealismo de Platão, nos turbilhões de Epicuro, nas leis de Newton e de Kepler e no evolucionismo de Spencer.

O espírito humano, manifestação suprema da nossa espécie, progride em uma linha determinada: entre o mito do selvagem e o aforismo do filósofo, a diferença não é tão fundamental quanto muita gente supõe. As superstições míticas, na opinião de Fiske, Mannhardt, Tylor, Lang, Bergaigne e outros, são explicações de fenômenos naturais, formuladas por indivíduos incapazes de elevar-se à noção abstrata das fôrças que agem no mundo subjetivo e objetivo. Tanto no mito, como no conceito filosófico, reconhece-se a tendência para ligar fato estético a potências ou fôrças que se perdem nas fronteiras da incondicionalidade do pensamento. Saber se na nebulosa já se agitava um brôto de poesia é curiosidade que pouco ou nada influi para delimitar o estado poético de outras situações psíquicas; para isso, basta remontar ao momento da evolução humana em que a vida mental se denunciou de modo apreciável.

A poesia é a transformação do sentimento da fôrça, consiste, talvez, inteiramente nesse movimento psíquico. Encarada sob êsse aspecto, a poesia não passa de uma irradiação orgânica; dadas certas condições, é a resultante da circulação da vida, na sua maior intensidade relativa.

Cada indivíduo encerra no sistema nervoso carga de eletricidade suficiente para a produção dêsse estado ditirâmbico, que tôda a gente mais ou menos vagamente conhece. Não há quem ignore qual o efeito da flacidez orgânica, que se opera quando ao eretismo dos centros nervosos sucedem o abatimento e a apatia. A amplitude da fôrça produz a alacridade do organismo inteiro; percorre-o uma vibração indefinível; e a vida, em sua intensidade máxima, difunde-se nas eloqüentes manifestações dêsse estado fisiológico, que afirma o poder elaborativo e transformista da Natureza, em completa oposição à hipocondria e a tantos outros estados precursores do aniquilamento e da morte.

Em tudo isto opera-se um jôgo visceral muito complicado, que seria dificílimo acompanhar. Se é exato que êsse estado ditirâmbico

surge como um fato real, não menos certo parece que tal estado nunca deixa de resolver-se numa descarga, mais ou menos completa, dos centros nervosos, fenômeno que nas naturezas superiores, nos artistas, mais comumente toma as formas assinaladas com o nome de obras d'arte. Ora, neste ponto, precisamente, incide o paradoxo, tantas vêzes repetido, de que o sentimento da vida se confunde com o sentimento do amor, e de que, sendo a poesia a manifestação dêsse prolapso da fôrça, o lirismo viverá eternamente ligado à função genésica, função tão essencial à natureza humana, que poderia ser considerada o aferidor do equilíbrio orgânico da energia vital, e, portanto, das alegrias da espécie.

A importância de tal correlação não passou despercebida a Mantegazza, que, na sua *Fisiologia do Amor,* ao ocupar-se das relações dêste sentimento com o pensamento, indica à crítica literária um nôvo caminho — na sua opinião cheio de admiráveis pontos de vista fisiopsicológicos — para as questões de estética.

> A influência do amor sôbre a fôrça — diz êle — e sôbre a forma do pensamento é dupla. Como sentimento, quer nasça na juventude, quer rejuvenesça na velhice, todo o seu valor consiste nas excitações que provoca, sobretudo na fantasia, afiando as aptidões para a reprodução do Belo, em uma palavra, exaltando essas aptidões mentais, que, de ordinário, chegam ao apogeu na idade em que o amor desenvolve a sua máxima energia.
>
> Não há possibilidade, — continua o mesmo autor, — de chegar a ser um grande artista, ou um grande poeta, se êsses talentos não forem impelidos por uma correspondente capacidade de amor. A castidade, imposta ou voluntária, pode eclipsar o amor; mas, no fundo do coração, reviverá uma imagem, mais vizinha do anjo do que da mulher, imagem que estará sempre pronta, ao lado do gênio, para, nos momentos de inspiração, inflamar o fogo sagrado da Arte, no canto lírico e no traço do pincel. O gênio dos maiores poetas, artistas ou escritores encontrou no amor o primeiro companheiro, o excitante soberano; e é bem de crer que, sem êste sentimento, os seus nomes fôssem totalmente ignorados. O amor, que nasce em um cérebro sublime, acumula fôrças gigantescas, e, aperfeiçoando-as, reduplicando-as, transforma-as no gênio... O amor feliz e triunfante eleva todos os cérebros acima da temperatura média e torna-os fecundados em novas energias.

Mantegazza viu, todavia, os fatos muito abstratamente. Para êle, o amor é apenas um acidente favorável à poesia, ao lirismo, um acidente variável e dependente de circunstâncias especiosas. Eu, no entanto, penso que o amor, ou melhor a função genésica, é o substractum, o elemento propulsor e inconsciente de tôda e qualquer manifestação poética. O canto anaclético do forte, daquele que se sente viver, o canto do vitorioso — são o centro próprio da poesia. Tudo o mais são derivados ou perturbações do sentimento de alegria,

essencial à progressão e à vida da espécie. O *voe victis* é o ponto de partida de tôda a poesia humana.

Uma extraordinária irradiação vai pelo universo além, de horizonte em horizonte, exaltando o movimento e integrando a vida.

Foi por uma espécie de antecipação do espírito moderno que o poeta da *Divina Comédia* atribuiu a direção da máquina celeste à contração do amor...

> ................. Che tuto muove
> Per l'universo penetra; e risplende
> In una parte più e meno altrove.

Com efeito, ninguém há que, atendendo ao espetáculo da vida, com o espírito preparado pela síntese, ou desprendendo-se, por instantes, da familiaridade obscurecedora da existência prática e quotidiana, desconheça que tudo neste mundo se reduz a uma sucessão de polarizações, e que essa máquina imprescrutável, de que somos diminuta parte, é o produto de uma contração universal. Bastaria que êste fato pudesse traduzir-se diretamente em uma consecutiva expansão psíquica para que a poesia fôsse explicada como expressão, pròpriamente dita, da ordem do universo.

O espírito observador, que se tenha impressionado com as vibrações que percorrem o seu habitat, no momento de se manifestarem fenômenos atmosféricos depressivos ou expansivos, deve ter notado que o ambiente, e, com êle, não só as espécies vegetais, mas também as animais e o homem, abrangidos num acôrdo geral, se entristecem ou se alegram, envelhecem ou adolescem, como se se tratasse de um organismo concreto, fisiològicamente classificado pela ciência. Não é verdade que, em certos momentos, a natureza como que entra em sinfonia? Num perímetro dado, pelo menos, quando se exageram as condições de vitalidade, quando os parênquimas se dilatam, quando o grande simpático da região, chamemos-lhe assim, permite a exaltação das fôrças e das faculdades em ação e coordena a consciência do lugar — é certo que, no conjunto de tudo quanto nessa região se agita, consciente ou inconscientemente, há um hausto indefinível para o movimento; é raro que êsse hausto, progredindo em um crescendo enérgico, não termine por traduzir-se nas manifestações luminosas do sentimento da **SOLIDARIEDADE TERRESTRE**. Quantos poetas não têm sentido, embora vagamente, a presença dessa onda, na multiplicidade dos fenômenos exteriores; quantos não terão até descrito, com variada nomenclatura e com imagens abstrusas, as oscilações dessa eletrização e os cambiantes dessa portentosa circulação da vida? No entanto, o que é exato é que nem um só átomo, nem uma só molécula, nem um só vivente escapa a êsse movimento clônico; e momentos há em que, por uma espécie de hiperestesia dos nossos sentidos, manifestada em tôda a

extensão da escala zoológica, chegamos, com um pequeno esfôrço de atenção a discernir tôdas as gradações daquele crescendo, desde as manifestações automáticas dos mais baixos representantes da espécie, até às rutilantes elações do gênio do homem.

Verifica-se, então, que a poesia é idêntica à fôrça procriadora, que a poesia é um crescimento e que o homem, projetando-se na linha indefinida das aspirações de aumento de capacidade cerebral, como instrumento complexo e timbrado, transforma os excedentes da potência, que o dirige para o amor, nas harmonias de Arte e nos poemas da beleza ideal. Poiesis, em grego, quer dizer ação de fazer alguma coisa; poietes, fazedor, criador.

É verdade, porém, que nem sempre o homem e a sociedade adolescem para êsse estado ditirâmbico, resultante do prazer de viver e de propagar-se. Casos há em que a dinâmica da poesia sofre intercorrências. O homem envelhece; a humanidade entra em períodos de decadência, a vida desenvolve-se fora do seu eixo próprio. Nestes momentos de crise, os instintos conduzem o homem ao descobrimento da felicidade, e, perdida a verdadeira orientação, êsses instintos retrocedem à animalidade bruta e desviam-no, por muito tempo, do caminho ao longo do qual via o amor da vida e o amor da mulher transfigurar-se no amor da glória, da humanidade e do Belo ideal. A fôrça desorientada converte-se na dor. O homem — de decrépito, abatido, deslocado da harmonia universal, colocado numa sociedade devastada pelas resistências que ao crescimento do entusiasmo opõem religiões gastas, filosofias esgotadas e costumes degenerados — o homem enlouquece, deprava-se e começa a conceber o amor, portanto, a poesia, tal qual o pessimismo de literaturas decadentes no-lo têm apresentado: bestial, materializado, mal-sobredourado pelas formas do erotismo mítico dos gregos.

Eis a parte tenebrosa do assunto, sôbre a qual haveria um longo capítulo a escrever.

A teratologia do amor já encontrou, é certo, quem a escalpelasse. Binet, em um dos seus mais interessantes trabalhos,[1] tratando dêste assunto, com rara felicidade, designa sob o nome de ruminantes eróticos os indivíduos, que, perdendo a noção equilibrada da fôrça, cedendo, de cada vez mais, à propulsão cega da animalidade, sofrem a hipertrofia da ação, no sentido de uma tendência, chegam a apresentar os mais estravagantes produtos de ordem psíquica.

> Haveria, — diz êle, — imenso interêsse em mostrar como certas pessoas conseguem satisfazer as suas necessidades genitais construindo, amontoando na cabeça os mais disparatados romances de amor, substituindo uma sensação por uma imagem, por isso que lhes é vedada a sensação que acompanha a aproximação sexual.

---

[1] "Fetichisme dans l'amour", in *Revue Philosophique*, set. 1887.

Todos conhecem os episódios de D. César de Bazán, degustando cartas de namôro, dirigidas a outros, ou aspirando voluptuosamente emanações de uma cozinha, cujos acepipes não lhe podiam chegar aos lábios. Desde o hipocondríaco, citado nos livros de clínica psiquiátrica, que, indiferente à mulher real, se entrega ao delírio erótico, quando vê uma botina feminina de salto à Luís XV, desde os fanáticos por mãos delicadas, desde os adoradores de pés pequeninos, desde os loucos por olhos femininos, até os idealistas ou grandes fetichistas sintomáticos, como Abeilard, Tasso, Teresa de Jesus e Rousseau — há uma sucessão de ancenúbios, nos quais fàcilmente se conteriam muitas hipóteses, muitos casos, que, na vida comum ou na literária, exigiriam da crítica uma classificação muito diferente da que ordinàriamente se encontra em livros.

A poesia não reside, não poderá residir nunca, nesse erotismo deliqüescente, nem nessas depravações. Só o pessimismo dos degenerados dêste fim de século se atreveria a procurar em tais desdobramentos o diapasão para a estética moderna. Mas, também, se a poesia, o lirismo, não reside nos ruminantes eróticos, é inútil buscá-la nos reacionários da última hora, que, odiando os excessos do zolismo, anestesiados para o verdadeiro sentimento do que vive, do que tem fôrça, andam pelos in-fólios dos monges da Idade Média a inspirar-se na iconografia pálida e mística das madonas, sonhadas entre as arcarias góticas de catedrais derruídas. O amor, assim haurido através dos retábulos amarelentos das sacristias, das bíblias raras, dos cimélios, dos incunábulos, pode ser transcedente e até dantescamente caricatural; mas, em todo o caso, é um amor mumificado pela reflexão *in excelsis*, emasculado pelo êxtase de sêres sepultados em vida. Incondicional, abstrata, essa poesia não revela a natureza em seu frescor, e, vazia de sentido humano, difunde-se, com um gesto da Vida, que perdeu a lei da sua existência. A isso chamavam os místicos cautério ou amor seráfico, "por ser causado pelos serafins, que, investindo a alma inflamada em uma chama de fogo vivíssimo, a traspassavam e cauterizavam sùbitamente".

Felizmente, êsses movimentos insensatos da alma são letra escura e indecifrável para os poetas brasileiros.

Aqui, o hálito dos trópicos e a conflagração dos temperamentos não permitiram ainda que os poetas se librassem em asas de arcanjos, para acender círios na capela mística de Santa Teresa de Jesus.

No Brasil, o amor e a poesia lírica apresentam-se em festa rútila, em contínuas explosões da vida; quando a musa esquece o tom meigo das liras de Dirceu ou as queixas lancinantes do autor d'*As Primaveras*, não chega, ainda assim, a ultrapassar o transcendentalismo da adoração de Edgar Poe por Ligéia, — uma Ligéia morena, vívida, soberana, mas capitosa e entontecedora, dotada também daquela

singular beleza e estranheza, a que Bacon se referia, e sem a qual a poesia do mundo seria a inércia profunda.

Corra-se todo o Parnaso nacional, desde Gonçalves Dias até os trovadores de ontem, e ver-se-á quanto a musa mística é antipática aos nossos poetas, ainda mesmo aos que têm procurado imitar as manifestações dos últimos simbolistas.

Como escaparia o autor das *Canções do Outono* a esta lei inelutável?

Pertencente a essa raça dos poetas de ânimo igual e alma alegre, sem preconceitos, e que, de ordinário, buscam no amor o que se vai encontrar na flor — aroma e colorido — Lúcio de Mendonça mostra, a cada instante, no seu livro de verso, abeberar-se daquilo a que pròpriamente se pode dar o nome de brisa da felicidade.

A musa dêste poeta já teve cóleras azuis, já vergastou inimigos da República, enrubescendo o verso com o jacobinismo das suas idéias políticas. Houve dia em que o seu estro, para traduzir a indignação do patriota, pediu a fúria grande e sonorosa que o peito acende e a côr ao gesto muda; mas, embalde o fêz, como embalde o farão todos os brasileiros, que se lembraram de solicitar o entusiasmo dos antigos épicos.

A sina é outra; os bardos brasileiros, note-se bem, que foram inspirar-se no valor das raças autóctones, como Santa Rita Durão e Basílio da Gama, salvaram as suas epopéias pelos episódios de amor. O *Caramuru*, o *Uraguai* vivem da vida de Moema e de Lindóia.

Lúcio de Mendonça desprezou, pois, a tuba heróica. A lira pulsa mais naturalmente nos seus dedos, celebrando o Eterno Feminino: e os seus versos, em ameno outono da vida, defluem como uma ridente manifestação das festas que no seu coração desperta a contemplação de Ligéia. Como o insigne *conteur* americano, êle poderia ter dito que "pela expressão dos olhos da sua Ligéia, êsses grandes, êsses rutilantes, êsses divinos orbes, afiguravam as estrêlas gêmeas de Lêda e faziam dêle o mais fervoroso dos astrólogos".

Sim, a sua inspiração é profundamente brasileira. Se no fundo da tela do seu espírito pressentimos a existência de uma névoa de ironia, não é difícil perceber que essa ironia — como se verificará lendo a poesia "A Minha Amante" — é dissolvida sempre numa jovialidade muito conhecida dos amigos, que lhe monopolizam as palestras. A candidez do seu poetar revela-se, aqui e além:

> Crede, eu enlouqueceria
> De negros remorsos mil,
> Se perturbasse a alegria
> De vosso olhar infantil.

Por exceção, é atraído pela meditação dos poetas preocupados de metafísica. Quando muito, a alma enamorada do poeta estringe-o

na cogitação do infinito, concretizada na descrição de um coelho, que, silencioso, se imobiliza na várzea, em noite de luar.

> É o coelho, pobre alminha,
> Que em doido amor se aniquila:
> Ama a pálida rainha,
> A branca Lua tranqüila.

Bem depressa, porém, aquela jovialidade afável se transformou no mais puro dos sentimentos, no amor grácil e imperturbado.

Ei-lo no templo, diante de uma formosa criatura. O seu coração, que ainda agora se lamentava, "arquejante", "velho vaso de amor, partido e frio", nesse momento exulta de alegria casta, e blasfema como blasfemam as crianças:

> E, quando se rezava Ave, Maria,
> Eu, sòzinho, comigo repetia:
> Ave, cheia de graça, Marieta.

Se na poesia de Lúcio de Mendonça aparece um ou outro toque de sensualismo, pode afirmar-se que é sem mácula, mas não do pecado original dos líricos brasileiros. Dir-se-ia que essa mácula se manifesta nas suas estrofes, como se fôra a leve resina acre de alguns frutos, muito doces e muito brandos, que amadurecem nos pomares tropicais.

Sirva de resgate à culpa, se culpa existe no ainda e sempre, a contrição daquele ditirambo sôbre o beijo

> "................ da vida a chave abençoada".

# O COMBATE NAVAL DE 16 DE ABRIL

PUBLICAÇÃO EM *O PAIS*, RIO DE JANEIRO, 7 E 10 DE JANEIRO DE 1896.

## I

*O País,* 7-1-1896

Acabo de ler o livro do Capitão-Tenente Santos Pôrto, e não é sem comoção que de suas páginas destaco estas palavras memoráveis:

"O combate de 16 de abril, digam o que disserem, dá alevantada idéia da organização patriótica de nossa raça."

No mais perfeito acôrdo com os sentimentos que tais expressões traduzem, fechando o livro tive a sensação super-aguda da nova ordem de crises que tumultua em tôrno de nós e apesar de nós.

Disse Edgar Quinet, se bem me lembro, no último livro de sua obra, que a despeito de séculos decorridos, os habitantes do Egito ainda hoje guardam no rosto a máscara denegrida do Osíris do tempo dos faraós, tanto é certo que cada povo conserva no semblante o estigma do seu deus. Êste fato, que é verdadeiro para as nações do Oriente e do Ocidente europeu, desaparece desde que transpõe o oceano e se considera a colméia americana.

O autor do *Ashaverus,* portanto, esqueceu-se da existência das nações de alúvio, que o concurso de raças já experimentadas fizera emergir dentre as florestas do Nôvo Mundo, junto ao Ontário e ao Michigan, à margem do S. Lourenço e do Eriê, na foz do Amazonas e do Prata, ao sopé das serranias dos Órgãos e sôbre os planaltos dos Andes.

Êle, por certo, não teria assim generalizado, se ao seu espírito fôsse presente a vida dêsses povos recentíssimos, que não mantêm no rosto a máscara de nenhuma antiga divindade. Com efeito, transpondo o *mare tenebrarum,* os descendentes dos celtas e dos normandos, dos oscos e dos gôdos, dos gauleses e dos francos e de tantas outras nações que sentaram-se sôbre as ruínas do Império Romano, empunhando o cetro da civilização, não souberam ou não puderam premunir-se contra a misteriosa palingenesia transoceânica.

Um dia os pioneiros da nova idade, ficados nas praias das duas Américas, retirando os olhos da mãe-pátria, viram que a fisionomia dos imigrantes, companheiros de tormentos, não era a mesma de outrora, e que as primitivas divindades não se tinham movido de seus antros para acompanhá-los na viagem aventurosa à terra dos incas, das manoas, dos eldorados. Novos continentes, novos deuses! Os deuses autóctones da América, os companheiros de Cortês, de Almagro e de Pizarro haviam-os sepultado nas águas do Titicaca. O colono, o neo-americano, foi obrigado, pois, a sacar de si e da terra,

fecundando-a com a deflagração de imaginações renascidas, as potestades que lhe eram necessárias.

O fenômeno, de uma evidência esmagadora, começa, entretanto, a ser sistemàticamente pôsto em dúvida e a servir de base a essa política agressiva, a que Spencer refere-se melancòlicamente. Desde que os filhos não cedem ao prestígio das suas máscaras divinas, os pais irritam-se na decrepitude das instituições que mantêm, na aflição da irresolubidade dos problemas econômicos que os tortura, pregam a violência e armam flibusteiros contra tôdas as nações incipientes. Renegam os descendentes, porque não podem governá-los e a política nefanda ordena aos seus sábios que inventem teorias de anátema contra as raças inferiores.

Não são nossos filhos, dizem êles. São degenerados ou mestiços; portanto, condenados.

E os governos europeus colocam-se por êste modo naquela mesma posição odiosa do povo hebreu, cujos juízes amaldiçoavam, mandando passar a fio de espada populações inteiras, porque os homens coabitavam com mulheres impuras, mulheres de outra raça.

Fora do grupo jurídico das nações européias, guardas dos direitos da civilização, não há salvação possível. Elas formam o povo sagrado. Na América, na Austrália, nos países conhecidos pela denominação de coloniais, a escravidão ou a depredação. Daí essa louca tentativa de restituir-se à fôrça o estigma dos antigos deuses, a máscara do dinasta que os costumes democráticos da livre América eliminaram do nosso rosto.

Como, porém, para tôda obra, embora violenta e injusta, há sempre obreiros, não tardaram que os fautores da propaganda científica contra os povos despercebidos de esquadras e de canhões, empenhassem na luta certo darwinismo, pôsto a serviço da raiva e das preocupações aristocráticas.

Não é de admirar, portanto, que um Gustavo Le Bon assaque proposições dêste quilate:. . . "que as repúblicas brasileira, chilena, argentina e peruana estão condenadas perpètuamente à anarquia sangüinária, a dilapidações de tôda natureza, à falência e ao despotismo, sem embargo das maravilhosas riquezas que cobrem o seu solo".

A decadência de tais repúblicas constitui já um fato provado para êste e para outros publicistas, que nos caluniam do outro lado, e a imoralidade de grupos adventícios, que a Europa expele regurgitando de suas cidades, são postos à conta de populações, cujas verdadeiras tendências não podem ser conhecidas senão dos que a estudaram e com elas conviveram.

Quem não vê quanta perfídia, consciente ou inconsciente, ocultam generalizações por semelhante feitio arquitetadas.

Para verificar até que ponto chega a sua inconsistência basta atender à maneira por que elas coincidem com a linguagem e as aspirações retrógradas dos pretensos monarquistas do Brasil.

> Um único país da América Latina, escreve o autor citado, tinha escapado a essa profunda decadência, graças a um regime monárquico que colocava o poder ao abrigo das competências.
>
> Muito liberal para essas raças sem energia e sem votade, acabou por sucumbir. Imediatamente o país entrou em anarquia, e, em dois ou três anos, os homens do Govêrno dilapidaram por tal modo o tesouro que os impostos aumentaram à razão de 63%... Entregues a si mesmas, repúblicas assim constituídas voltariam ao estado de pura barbaria. A indústria e o comércio estão em sua totalidade nas mãos dos estrangeiros, inglêses, americanos e alemães. Valparaíso transformou-se numa cidade inglêsa; e nada mais restaria ao Chile, se lhe tirassem os estrangeiros. A êles devem essas regiões o verniz exterior de civilização que ilude uma vez por outra o europeu. A República Argentina conta quatro milhões de brancos de origem espanhola; não sei de um só que esteja à frente de uma indústria verdadeiramente importante.

E não nos faz favor se nos coloca na ordem psicológica uma polegada acima dos povos que ainda precisam de um rei de Daomei.

Não são outros os argumentos de Eduardo Prado nos seus escritos de propaganda monarquista e especialmente no livro *A Ilusão Americana.*

As conclusões surgem claras. Reorganizar a monarquia ou desenvolver por via das nações mais fortes, o protetorado ou a recolonização dos países incapazes da América: eis tudo.

A máscara do progresso industrial e dos direitos da civilização esconde bem a máscara do Osíris do tempo dos faraós.

## II

*O País*, 10-1-1896

"O estado das Américas do Sul e Central é uma vergonha para a civilização", disse Somers Somerset em extenso artigo publicado no *Nineteenth Century* sôbre a questão da Venezuela.

Na opinião dêsse inglês, que julga ter descoberto a pólvora e desmascarado o truque do monroísmo, só há um instinto a atender, quando se trata de relações entre as nações européias e o continente americano: é o instinto do judeu. O publicista, a que o *Jornal do Comércio* deu as honras de transcrição por extenso, parece ter estudado bem a fundo a política dêsse Shylock tão admiràvelmente descrita pelo seu conterrâneo Shakespeare.

Que pensava, o judeu de Florença quando, mercadejando com Antônio, exigia como penhor a libra de carne arrancada ao próprio corpo?

Fundir o ódio de usurário na dívida-sofrimento, consubstanciada no sangue do devedor — "Deves-me, logo és meu!" Infelizmente não é outra a concepção atual do negócio entre povos que deviam aliás olhar-se por outro modo.

Somers entretanto afronta o terrível aspecto, que nasce dêsse ponto de vista, e aconselha a Inglaterra que não trepide em exigir o penhor do pedaço de carne fresca. Para Shylock não há sentimento, não há aspirações, não há instintos transcendentais, não há o belo, não há o direito à cultura moral. As nações americanas não devem pender para essa região ideal de onde saiu a civilização. Nada disto. A sua função única é servir aos planos de expansão colonial europeus; a sua única honestidade aceita é a do escravo resignado e fiel.

É singular que as nações colonizadoras da atualidade não vejam quanto êsse núcleo depredatório se tem aproximado, usando de tais processos, da situação de Roma na época precisa em que começou a dissolver-se a sua fôrça virtual! Naqueles bons tempos havia senadores que emprestavam dinheiro com juro escandaloso aos reis pobretões da Ásia e da África.

Como era natural que êsses tomadores de dinheiro não pudessem liquidar as suas contas a tempo, não tardava que os padres conscritos levantassem no Senado questões de legitimidade ou de qualquer outra natureza; e então as legiões romanas encarregavam-se de transportar para a Cidade Eterna os despojos do devedor remisso, vencido pelas mesmas águias que os cipiões haviam engrandecido com as vitórias sôbre os povos soberbos da Terra .

"Alguém", bradam os jornais inglêses, "deve proteger essa massa enorme de capitais, protegê-la contra as farsas pueris de revolucionários irresponsáveis."

Não estou longe de pensar que a América do Sul precisa por seu próprio interêsse de mais ordem do que a que até hoje tem havido; mas também é necessário que a responsabilidade das desordens se divida entre todos aquêles que têm concorrido para as erupções revolucionárias. Ao constituirmo-nos em nações, tivemos forçosamente de agitar-nos, e as agitações nestes casos não podiam deixar de ser cruentas, nem podiam evitar injustiças. Eis o nosso crime, e que ainda não se apagou de todo em algumas regiões da América. De que categoria, porém, deve ser o crime daqueles, que, à fiúza de capitais aqui empregados, têm por mais de uma vez atentado contra a nossa independência, contra os nossos instintos de progresso autonômico, contra a nossa dignidade de homens? O publicista não o diz, nem ousa comparar o valor efetivo dêsses capitais, a que se refere, com o cômputo de trabalho dos naturais de cada país e do patrimônio que êles, em suma, representam; nem tampouco exibe francamente a solução para êsses males imaginários, que não é outra senão a positiva apreensão corporal dessas nações corruptas, antes

mesmo de terem chegado à virilidade, corruptas, bem entendido, porque não entregam a Shylock o lanho de carne do cristão.

Todavia, brasileiros existem que ainda sorriem e encolhem os ombros ao ouvirem tais impugnações. Para êstes será talvez indecoroso o confessarem-se vulgares; e em seus lábios assentaria perfeitamente a célebre frase de Byron: "Se república houvesse universal, far-nos-íamos no mesmo instante sectários do govêrno despótico, só para não sermos o que todo mundo é."

Apesar, porém, dêsse *rasta-goverismo* político, os olhos na Nação têm-se desvendado e raro é o dia em que um documento, uma confissão interna, ou um fato externo, não vêm provar, à evidência, em como êsse espírito judaico alimentou os movimentos da última revolta.

Seria o caso de repetir as palavras do profeta: *quem quiser ouvir, ouça; quem tiver olhos, veja!* É preciso ser muito cego para não enxergar profunda solidariedade de sentimentos, idéias e processos práticos entre os elementos estrangeiros, que atuaram sôbre a revolta de 6 de setembro e os vemos neste momento em *desarrollo,* mundo afora, em Venezuela, na República africana do Transval e não sei em que mais infelizes terras.

Pode-se discutir por amor à discussão, e provar, por argumentos artificiosos, a isenção das esquadras *suspeitas,* que estiveram no pôrto do Rio de Janeiro, enquanto durou a resistência dos navios revoltosos. Não haverá documento, porém, que possa eliminar a convicção geral da atitude hipócrita que tomarem êsses autores. Essas esquadras inspiravam-se fatalmente em penhôres muito graves para o momento histórico. O momento, contudo, resolveu-se em favor da nacionalidade brasileira; e não é sem tristeza que reconhecemos quão funesta poderia ter-nos sido a influência da presença dêsses representantes de altos interêsses comerciais, se êles não houvessem sutilmente furtado aos revoltosos o seu apoio moral, pressentindo a sua próxima perda e a possibilidade de prejuízos excedentes aos valôres indiretamente empenhados no êxito de uma mutação política.

O combate naval de Anhatomirim pôs têrmo a tôdas estas tergiversações, em que não eram os revoltosos os menos iludidos pela astúcia shylockiana.

O torpedo que tirou os movimentos do couraçado *Aquidabã* foi como o ponto final lançado nesse período de equivocações sangüinolentas. Ali, entre aquelas ilhas numerosas, naquele estreito de Santa Catarina, tivemos os brasileiros a nossa Salamina. Os persas não invadiram a nossa Pátria. O esfôrço foi imenso, a perícia inegável e os efeitos da vitória incalculáveis sob o ponto de vista histórico.

Nas suas reflexões sôbre êsse combate o Sr. Capitão-Tenente Santos Pôrto demonstrou à saciedade quanto os oficiais da esquadra legal souberam poupar os escassos elementos de que dispunham e como estiveram na altura da sua missão patriótica, mantendo a linha da bravura ao par da estratégia e da mais completa lucidez na aplicação dos novos instrumentos de guerra.

Não foi senão assim que Temístocles venceu. Que nome teria dado Xerxes à esquadra grega antes de contemplar sua derrota?

Qual a razão por que os gregos esmagaram os persas, di-lo Heródoto no seu memorável diálogo explicativo. Os gregos tinham a lei e o arrôjo, a disciplina e a convicção. O exército dos persas compunha-se de várias nações e os seus generais não se entendiam. Acresce o que os historiadores dizem hoje: a teocracia asiática estava substancialmente condenada.

Por que no Brasil vingou a legalidade? O Capitão-de-Fragata Alexandrino encarregou-se de ser nosso Heródoto. Êle o proclamou, em carta dirigida à *Gazeta de Notícias*. A revolta pereceu por falta de dinheiro, por falta de patriotismo (a Nação não a acompanhou), por ter aparecido entre os revoltosos a *confusão das línguas*.

O Sr. Capitão-Tenente Santos Pôrto, portanto, não empregou mal o seu entusiasmo quando, ao contemplar o rombo no costado do *Aquidabã*, exclamou: "É um resultado assombroso, e digno de ser espalhado pelo mundo inteiro por meio de fotografia e estudos, ou pelo menos informações que levem aos europeus a convicção de que enquanto na Europa o equilíbrio só se mantém pondo-se diàriamente na balança mais couraças de um lado ou mais torpedos do outro, nós nos batemos na América quando há necessidade de fazê-lo." [1]

O resultado foi assombroso, com efeito e ainda mais o trouxe, como conseqüência para nossa Pátria a consolidação do trabalho hercúleo do Marechal Floriano, mantido à fôrça de quase sôbre-humana energia, durante sete meses, que constituíram na história do Brasil o seu período de maior elaboração política.

Pelo rombo aberto no costado do *Aquidabã* esvaiu-se o resto de romantismo que ainda animava alguns revoltosos, convictos. As sombras de parlamentarismo, o aspecto barbarizante e cavalheiresco do pampa, os lêmures do sebastianismo amorfo e impalpável e o Saturno transoceânico, dissiparam-se nas trevas, deixando a Nação desassombrada para procurar a sua verdadeira orientação no pacto de 24 de fevereiro de 1891.

Há no trabalho do Sr. Capitão-Tenente Santos Pôrto um documento referente à parte técnica do combate de 16 de abril no

---

[1] J. A. Santos Pôrto. *O Combate Naval de 16 de Abril; Reflexões e Documentos*, p. 12.

qual se desvenda o vício moral e fundamental dos cabeças da revolta. Êsse documento traz a psicologia inteira do movimento, no que pròpriamente entende com os móveis de ordem estética. Ao passo que a esquadra legal, como demonstra o autor das *Reflexões*, buscava no isocronismo dos movimentos das suas máquinas frágeis, no prudente desenvolvimento da tática da arma que manejavam, na rapidez silenciosa e sutil do ataque, segundo a prática dos processos modernos, abrigar-se dos desastres e ferir certo o adversário, o comandante do couraçado envolvia-se na potência do mito, no terror que inspirava a solidez do vaso de guerra, e julgando-se porventura transportado aos tempos cavalheirescos dos combates singulares da Idade Média, pretendia que as torpedeiras da legalidade o agredissem em plena luz do dia, que Davi, o débil, o frágil fundibulário, atacasse o gigantesco Golias, corpo a corpo, aos raios de um Sol incandescente, como um louco ou como um energúmeno.

Nessa preocupação de mitos residiu talvez o mais grave êrro dos que preferiram naufragar na ilusão e na multiplicidade de imperativos categóricos.

A comunicação do comandante do *Aquidabã* pertence hoje aos arquivos da História, e no futuro dará ao filósofo que estudar os acontecimentos militares da última revolta, a nota característica do vício que concorreu mais poderosamente para desviar alguns brasileiros do caminho marcado pelas leis naturais para o desenvolvimento da nossa nacionalidade.

# AMERICANISMO

PUBLICAÇÃO EM *O PAÍS*, RIO DE JANEIRO, 31 JANEIRO 1896.

Um frêmito percorre o universo. Decadência, como pretendem os pessimistas, crepúsculo dos povos, segundo Max Nordau, ou entrada triunfal em uma nova fase de civilização?

*Chi lo sa?*

Se contemplamos a Europa, a interrogação é sepulcral. Há o surdo e subterrâneo tremor do anarquismo; às indiscrições dos publicistas responde o estalar das junturas dessa máquina engenhosa a que Metternichs deram o nome de *Equilíbrio europeu.*

No Bósforo, as esquadras das grandes potências espiam a Turquia, animando a Armênia, certas de que não tardará o momento em que possam retalhar a prêsa cobiçada, ao passo que a Rússia indolentemente estende as suas estradas estratégicas com os olhos semi-abertos sôbre os inglêses do Oriente.

Além, o Japão surge o vencedor da China. Nação sùbitamente elevada à categoria de potência de primeira ordem, medita talvez uma supremacia, além do que lhe permitem as leis da história.

Na América, Cuba, insurrecta, vai devorando à dinamite os batalhões que a Espanha lhe consigna. Ao mesmo tempo as nações européias, como tomadas de loucura da expansão, deixando a máscara da antiga diplomacia, alteiam o estandarte dos direitos da civilização, e, desespêro de causa, precipitam-se sôbre os povos fracos, exigindo a terra e as riquezas com a mesmas selvageria de que usavam os bárbaros, quando disputavam os despojos do Império Romano.

Para os pessimistas o negrume escuro é tamanho, que já se anuncia a catástrofe dos dois mundos e o começo de uma outra Idade Média. No meio, porém, de fatos tão desencontrados e de opiniões tão controvertidas sôbre o feitio que deverá tomar o século XX, é grato ouvir a opinião calma de um Ernest Lavisse, o qual, embora creia ainda como bom francês na preponderância do verbo de sua pátria, todavia encara filosòficamente a próxima futura passagem da hegemonia humana para o mundo americano.

"Tôda fôrça se esgota, diz o ilustre historiador; a faculdade de conduzir a história não é um patrimônio perpétuo; e a Europa que a herdou da Ásia três mil anos, talvez não o possa conservar por muito tempo."

São palavras suas escritas em janeiro de 1890, verdadeiramente proféticas relativamente ao ano de 1895:

> Há um século a Europa era o único personagem histórico. Hoje existe um outro. As conseqüências mais graves das descobertas do século XV começam a aparecer. A América não é mais um anexo do

> Antigo Continente; uma série de revoluções transformou as colônias em povos. Do mesmo modo que a Europa, a América encheu-se de nações. Dizemos a Europa para designar uma espécie de comunidade política; o americano diz com igual intenção — a América; e esta não só tem o sentimento do contraste que oferece com a Europa política e militar, mas também disso se orgulha e se enobrece. Semelhante contraste chega até a dar-lhe certa unidade e permite que alguns espíritos audazes já falem em pan-americanismo. Entre o antigo e o nôvo mundo as relações não podem, portanto, ser pacíficas. Até hoje o nôvo mundo não tem tido política exterior, mas a doutrina de Monroe, "A América para os americanos", constitui uma política, e se uma vez fôr aplicada às ilhas da América (sinais precursores já aparecem), será inevitável a luta entre os dois mundos. [1]

O ano de 1896 abriu-se, não com os sinais precursores a que aludia Lavisse em 1890, mas com a proclamação franca, clara e positiva de que a América quer, deve e pode firmar o princípio de Monroe. Daí, e também da consciência difusa do quanto esta mutação influirá sôbre os destinos das nações européias, originou-se a enorme celeuma com que o velho continente recebeu os telegramas de 18 de dezembro último, noticiando a leitura da mensagem de Cleveland.

Muitos são os comentários que o ato audaz do presidente da grande república provocou entre publicistas de vários matizes.

Como era fácil de prever, pondo de parte as opiniões sem importância dos terroristas inconscientes, que pensaram logo em um fim do mundo, e dos chauvinistas, tanto europeus como americanos, que procuraram enxergar na mensagem um instrumento pró ou contra seus interêsses, mas de conseqüências imediatas, gemeu a filosofia da história, e os jornais de ambos os hemisférios, buscaram, em verdadeiro *steeple-chase*, engalfinhar o signo do futuro.

Numa época de experimentalismo, como a em que vivemos, seria de alta conveniência aquilatar do valor da mensagem de Cleveland pelo estudo dos efeitos vários, que a doutrina nela estabelecida e as ameaças contidas na sua última parte produziram no mundo inteiro.

No Brasil, é evidente que as intenções manifestadas na mensagem não podiam deixar de ser aceitas como boas sob o ponto de vista da nacionalidade. Contra elas bradaram os elementos coloniais, retrógrados, da mascateria, ainda profundamente ligadas aos sindicatos protegidos pelo leopardo britânico. Consultem-se os telegramas, respostas e entrevistas publicados, de publicistas ou políticos brasileiros, e ver-se-á que repudiaram a mensagem os que mais ou menos remotamente querem a volta da Monarquia. Em tôrno dêstes agruparam-se os comerciantes, jogadores da Bôlsa, que não podiam

---

[1] Ernest Lavisse, *Vue générale de l'histoire politique de l'Europe*, pp. 236-239.

obviar a ameaça de uma mudança radical de sistema nas suas relações comerciais, e os despeitados da República, ou os orgulhosos do seu saber. É singular encontrar-se entre os desconfiados da doutrina o Dr. Rui Barbosa, que, em 1889, num telegrama dirigido a Latino Coelho, cônsul espontâneo da República em Portugal, ameaçava as nações européias, hesitantes em reconhecer o nôvo govêrno do Brasil, com a solidariedade americana. Entretanto, é êste mesmo escritor quem hoje lembra o Sr. Nicosia o exemplo de João Batista Alberdi, o mais enfezado de quantos publicistas sul-americanos têm-se ocupado do espírito das nacionalidades neolatinas dêste continente.

No Brasil, pois, a mensagem de Cleveland teve a vantagem de tirar a prova dos nove aos jantares da última revolta. Todos quase sem discrepância se conspiraram contra o monroísmo, e fizeram côro com os mais estrênuos defensores do *direito predatório*, sinônimo de direito de expansão colonial em nome da civilização, pôsto ùltimamente em evidência pela Inglaterra e seus turiferários.

Não é preciso dizer quem entre nós aplaudiu o ato do presidente dos Estados Unidos. O país organizado, as corporações liberais, o republicanismo insuspeito e o instinto popular que nunca falha. O clero católico não se moveu.

O ilustre jornalista Quintino Bocaiúva sintetizou o movimento nesta frase expressiva: "Considero as declarações da mensagem do Presidente Cleveland e a sua atitude varonil o fato culminante dêste século com relação à política internacional — um bloqueio moral pôsto ao continente europeu e estabelecido para a defesa da soberania das nações americanas e da integridade dos seus respectivos territórios."

Nos países europeus, obedecendo a uma correlação muito natural, reagiram contra a mensagem ou festejaram o arrôjo da opinião americana, os dois grupos distintos em que se dividem aquelas nações: de um lado os dinastas e a burguesia senhora do monopólio, de outro, o anarquismo e o povo, que sempre se dirige pelos instintos da própria defesa, isto é, o privilégio e o sofrimento — o privilégio assombrado de tanta audácia e de tanta fôrça, o sofrimento surpreendido com a perspectiva de um auxílio indireto à realização das suas aspirações de liberdade.

Não falemos na filosofia que a imprensa européia pôs em contribuição com o fito de torturar os acontecimentos, contrapondo-se ao solene espetáculo oferecido pelo grave senado americano, que unânime levantou-se para aplaudir a mensagem de Cleveland; nem tampouco demos importância às preleções de direito internacional, que durante quinze dias ocuparam a atenção do público legente dos dois mundos, sem o mínimo proveito para a resolução do conflito que se dizia armado. Cada jornal e cada publicista seguiu os seus

ódios e as suas preocupações de ocasião, senão de grupo. A Rússia, suspeitosa, a Itália, sem saber que pense, a França, despeitada e quieta, a Espanha assombrada, a Prússia em repouso alucinado; tôdas estas nações apresentam no instante atual, diante da atitude apenas esboçada da América, o mesmo fenômeno de desacôrdo do movimento, quanto à própria defesa, que se manifesta no animal quando ferido pela surprêsa diante de um animal desconhecido ou de um fato inexplicável.

O terror tem a propriedade de paralisar a ação ou de fazer entrar em movimento convulso os grandes centros de coordenação. E êsse terror existe, apesar da arrogância daqueles que pensam poder conjurá-lo com o direito divino, com a filosofia da história, com o humanitismo. Êsse terror existe, ainda que difuso, e existe por um modo natural. Os que filosofam menos e sentem mais reconhecem a presença de um elemento nôvo e formidável. Êsse elemento nôvo e formidável, antevisto por Lavisse, traduziu-se mais cedo talvez do que era de esperar nas últimas palavras da mensagem do presidente da grande República:

> Estou perfeitamente a par da plena responsabilidade incorrida, e faço idéia clara das conseqüências que se podem seguir... Não há calamidade que uma nação possa chamar sobre si, que iguale à que se segue à submissão leviana, à ilegalidade e à injustiça, e à conseqüente perda do respeito próprio e da honra nacional, sob a qual se acham escudadas e defendidas a segurança e a grandeza do povo.

O único homem, dos que na Europa foram ouvidos sôbre a questão, e que falou com a sobriedade dos antigos oráculos, foi Gladstone.

Não ouso intervir", disse êle respondendo ao redator do *World*. "Não é preciso mais que o senso comum. Não posso dizer mais que seja proveitoso."

Estas palavras são bastante significativas. Importa a mesma condenação da política dos governos europeus pronunciada pelo grande Spencer. O velho estadista não se filiou a nenhuma das correntes que exploram o acontecimento. Sem ilusões sôbre êste mundo, sem cóleras, sem entusiasmo, êle falou em nome dessa razão obliterada em sua terra pelo espírito desesperado de conquista e trouxe assim à superfície de sua pátria o proverbial bom senso da raça anglo-saxônia. E parece que a Inglaterra, recuando como tudo o parece indicar, não tardará em confirmar a sábia reticência do *great old man*.

Todavia, o chamado capitalismo cosmopolita já moveu-se, e começou a manobrar com a costumada habilidade. É êle o fator que nos últimos dias mais poderosos argumentos tem fornecido à imprensa inglêsa, para pelo menos disfarçar a inevitável derrota da soberba britânica nesse duelo de atitudes.

Aos leitores atentos dos telegramas e das discussões, até hoje dados pela imprensa, não terá passado despercebida a astúcia com que êsse capitalismo busca acobertar-se sob o manto da civilização e da humanidade. É por êsse caminho astutamente aberto que a Inglaterra de envolta com os sindicatos universais, senão à frente dêles, pretende evadir-se às responsabilidades morais que pesam sôbre a organização comercial e industrial do mundo e que ocasionou as lamentáveis ocorrências, de que a França, a Itália e as colônias não se purgaram.

A calúnia transoceânica tem trabalhado poderosamente nestes últimos anos para desmontar da crença universal a excelência do regime democrático. Eram os Estados Unidos da América do Norte, desde que Tocqueville publicou o seu livro notável, o grande obstáculo à obra nefanda. Cem anos de experiência esmagavam de contínuo os inimigos do regime. Procurou-se, pois, aluir essa crença, sujeitando a *machinery* americana aos seus mais rigorosos inquéritos; e não faltou psicólogo ou publicista ao trabalho de deslocar, depois de aturada análise dos vícios da República, o eixo do sistema. Tocqueville encontrara como *deus ex machina* dos Estados Unidos o ideal ou o sentimento dos livres; os novos analistas puseram nesse lugar o dólar.

Pois bem, é contra o dólar, ao qual o capitalismo humanitário se associou mais de uma vez e ainda tenta associar-se, que o Sr. Olney, nas duas notas monumentais que dirigiu a Lord Salisbury, declara guerra de suspeição.

O industrialismo, não há quem possa negá-lo, será a base futura da felicidade humana; nunca, porém, êsse capitalismo hipócrita, que hoje brada contra o chefe de um povo que levanta contra embusteiros por êle mesmo assolados novas *colunas de Hércules*, dizendo: *daqui não passarás*.

É a isto que os advogados e alguns professôres universitários chamam guerra funesta à humanidade.

Não é guerra; a proclamação da doutrina de Monroe constitui apenas a exibição de um aparelho de defesa à democracia ameaçada. Gritam porque o temem; e temem-o porque vêem quanto será fácil a êsse instrumento transformar-se no critério futuro do mundo civilizado, no expurgador dos vícios que atentam em ambos os continentes contra o sossêgo dos diversos agrupamentos, e contra o desenvolvimento das virtudes ingênitas à humanidade e falseada pela desgraçada aplicação que se tem dado ao espírito mercantil.

Nas citadas notas diplomáticas do Sr. Olney êsse ideal, êsse princípio de reação moral, tão salutar aos povos, acha-se consagrado com a forma clara e concisa, em que sempre primou o gênio americano.

É preciso a todo o transe impedir a formação na América de grandes exércitos, "se nem valem para o sossêgo do govêrno de Washington os protestos de amizade dos podêres da Europa quando o povo americano sabe por experiência que as relações internacionais não dependem de princípios mas de interêsses egoístas".

A êsse grito de alarma contra a diplomacia européia, cujos costumes aliás Sorel, na sua *História da Revolução Francesa*, analisara em tôda sua ação dissolvente e corruptora, é bem provável que corresponda o cerrar das fileiras dos interessados, e que o *exército da paz* continue cada vez mais aderente ao serviço do mercantilismo associado às instituições caducas.

*MOVIMENTO LITERÁRIO DO ANO DE 1893*

—

*O CREPÚSCULO DOS POVOS*

PUBLICAÇÃO, COM O TÍTULO "RETROSPECTO LITERÁRIO DO ANO DE 1893", PRIMEIRAMENTE EM *A SEMANA*, ANO V E VI, TOMO V E VI, RIO DE JANEIRO, N.os 31-40, 42-43, 46-48, 53, 55-58, 61-62, 66, 70, 72, de 3, 10, 17, 24, 31 março; 7, 14, 21, 28 abril; 5, 19, 26 maio; 16, 23, 30, junho; 4, 18, 25 agôsto; 1, 8, 29 setembro; 6 outubro; 3 novembro, 1894; 2 janeiro; 9, 16 fevereiro, 1895. — REPRODUÇÃO EM LIVRO DE 254 PÁGINAS COM AS SEGUINTES CARACTERÍSTICAS: T. A. ARARIPE JÚNIOR, *LITERATURA BRASILEIRA, MOVIMENTO DE 1893. O CREPÚSCULO DOS POVOS*, RIO DE JANEIRO, TIPOGRAFIA DA EMPRÊSA DEMOCRÁTICA EDITÔRA, 1896.

O LIVRO TEM A SEGUINTE DEDICATÓRIA: "A MEU IRMÃO / ARTUR ARARIPE/ O AUTOR".

(O TEXTO AQUI REPRODUZIDO É O DO LIVRO, COTEJADO COM O DA REVISTA PARA OS PONTOS DUVIDOSOS. A DATA DE 1896 FOI USADA TENDO EM VISTA O CRITÉRIO ADOTADO NESTA EDIÇÃO: PARA OS CASOS DE TRABALHOS APARECIDOS EM PERIÓDICOS E LIVROS, ADOTAM-SE TEXTO E DATA DO LIVRO.)

## ADVERTÊNCIA

Os artigos que compõem a parte principal dêste volume apareceram nas colunas da *Semana* durante o ano de 1894.

Alguns dos assuntos de estética nêles tratados não são hoje novos graças à rápida invasão que fizeram em todos os países por órgão da crítica francesa. Ao tempo, em que aquêles artigos foram escritos, tais questões eram, pelo menos entre nós, objeto de curiosidade para a maior parte do público. Para muitos esteticistas o fato dessa irrupção não passava de mera extravagância do espírito humano.

Reproduzindo em livro o que foi então publicado como simples retrospecto de um periódico literário, e adicionando-lhe a crítica dirigida, em tom humorístico, ao pessimismo literário de Max Nordau, pretendo apenas assinalar, em documento mais acessível aos estudiosos, que nós brasileiros não ficamos indiferentes diante do movimento dos grandes centros civilizados.

T. A. ARARIPE JÚNIOR

## *MOVIMENTO LITERÁRIO DO ANO DE 1893*

Grandes lacunas serão encontradas neste estudo literário sôbre o ano que findou. O meu desejo seria dar a psicologia completa dêsse período; mas, para que o fizesse, teria sido indispensável a posse de mais amplos materiais.

Não há quem ignore quanto é difícil a circulação das idéias entre nós.

Para aquilatar o movimento intelectual de um povo, principalmente durante o pequeno lapso de alguns meses, não basta juntar uma meia dúzia de livros e analisar as tendências dos seus autores; é preciso correr todo o jornalismo e procurar até nas *coteries* provincianas as diversas manifestações do pensamento, com todos os seus desvios e idiossincrasias, porque nem sempre essas tendências se refletem espontâneamente nos grandes centros literários.

Nos países de cultura clássica essa troca de fôrças se faz por intermédio de órgãos apropriados. De longa data nêles se encontram funcionando revistas operosas, as quais, como máquinas de grandes válvulas, na diuturnidade do trabalho realizado por aptidões diversas, se encarregam de reunir em páginas menos dispersivas do que as dos jornais diários, composições e estudos de todos os matizes e de tôdas as procedências, obtendo pelo conjunto uma vulgarização e influência sôbre a coletividade, que absolutamente nenhum dêsses escritos conseguiria isolado ou perdido na obscuridade do *clã* provinciano. Êste pelo menos é o primeiro resultado que a crítica tem haurido de revistas do quilate da *Nuova Antologia Italiana,* da *Revue des Revues,* da *Revue des Deux Mondes,* da *Revue Bleu,* da *Nouvelle Revue,* da *Revista de Edimburgo,* da *Revista Britânica,* do *Harper's New Monthly Magazine* e de outros repositórios não menos importantes pelas revelações que contìnuamente vão fazendo ao público curioso.

Por infelicidade nossa, porém, as revistas não puderam aclimar-se no Brasil; e ainda há bem pouco tempo vimos uma publicação destas, a malograda *Revista Brasileira,* fenecer no fim de dois anos, apesar de ter exibido durante êsse tempo a maior vitalidade sob o ponto de vista da colaboração. Dificilmente veiculados pelo lado financeiro, os diretores da emprêsa não tardaram em desanimar, e no momento em que ela começava a acentuar os seus principais

efeitos, sentiram a necessidade de cortar a vida de relação já então estabelecida por seu intermédio entre os cultores das letras do Rio de Janeiro e os das províncias mais remotas.

Foi a *Revista Brasileira* (entre outros citarei êste exemplo) que trouxe ao conhecimento dos espíritos cultos desta capital que em 1880 havia no Pará um movimento literário bem notável, iniciado por um escritor, hoje muito reputado na imprensa fluminense, porque aqui reside e já fêz parte brilhantemente do jornalismo, mas que entretanto naquele tempo ali vivia obscuro, ignorado, embora tivesse dado à estampa, nos jornais da terra, os seus *Estudos Amazônicos* e outros trabalhos de crítica, que poderiam ser colocados a par dos escritos dos mais audaciosos pensadores brasileiros. Ora, é bem possível que se a *Revista* não pusesse José Veríssimo em contacto com o grande público, estivesse êle ainda a vegetar lá pelo Pará, e que por fim, perdidos os estímulos, acabasse por onde acabam todos os talentos provincianos, arruinando o espírito nas sórdidas polêmicas de campanário.[1]

Êsse instrumento de vulgarização e circulação, pois, falece-nos de todo; e, enquanto não aparecem novas revistas, forçoso é que a crítica cinja-se a colhêr o que vem à tona.

É o que faço, embora com a certeza de que muito escrito digno de nota ficará eternamente sepultado no anonimato da imprensa que vive *au jour le jour*, nos estados.

## I

## ASCENDÊNCIA REPUBLICANA — A QUESTÃO DO NATIVISMO

Ano climatérico o ano de 1893. Por último acometeu-o o tufão da revolta.

O espírito da nação andava combalido pelas agitações políticas. Paixões desencadeadas pelo advento de uma nova ordem de coisas tinham pôsto na alma de todo o mundo o azedume das crises de resolução difícil; quando menos se cuidava, o canhão anunciou a luta marcial.

O bombardeio desta capital foi mais de uma vez ensaiado pelos revoltosos, e tudo quanto se pode figurar de pavoroso à imaginação menos cultivada passou por diante dos olhos dos que se afastavam do litoral, cortados de susto, pensando na catástrofe que se avizinhava. O espírito dos que se nutrem de epopéias e canções *de gesta* remontou-se à destruição de Tróia, ao cêrco de Cartago, à aproxima-

[1] Felizmente, à hora em que se imprime êste livro, José Veríssimo faz ressurgir a *Revista Brasileira*, em 3.ª fase.

ção de Átila da Cidade Eterna, ao incêndio de Moscou e a outros casos notáveis, que têm sido celebrados em verso ou em prosa cadenciada. Todavia, decorridas algumas semanas, não só belicosos como melancólicos, todos se tinham habituado aos esgares da revolta, da mesma maneira que nos jardins zoológicos nos habituamos aos rugidos dos leões e das panteras. O povo familiarizou-se com o estrondo da artilharia intermitente e as granadas continuaram a passar por cima dos telhados, sem que dessa passagem ficasse outra sensação além da que resulta de um relâmpago em noite de trovoada. Por fim estabeleceu-se um *modus vivendi* psicológico; a superstição da granada de punção e das balas kropatscheck esvaiu-se como esvaíram-se os mitos religiosos ao influxo das idéias positivas; e os habitantes do Rio de Janeiro, principalmente os *habitués* da Rua do Ouvidor, convenceram-se de que a vida alegre não é de todo incompatível com a atividade da artilharia. Questão de adaptação.

Entretanto êsse *modus vivendi,* tão original, tão pitoresco, não soube inspirar a nenhum poeta uma estrofe vibrante, a nenhum prosador uma página sugestiva, como tantas que foram escritas por Daudet, Zola, Rochefort durante o cêrco de Paris.

Excetuando, portanto, umas cinco ou seis impressões, publicadas n'*O Tempo,* sob a forma de contos, pelo novel escritor Manuel Benício, que atualmente milita em Niterói, pode-se afirmar que a revolta tem sido estéril como elemento provocador estético. *Inter arma silent camenoe.*

Compreende-se que, no meio de uma sociedade suplantada pelo terror, como sucedeu a Paris durante os últimos meses de 1793 e princípios de 1794, quando a guilhotina decepava centenas de cabeças, diàriamente recrutadas entre a *élite* intelectual da França, compreende-se, repito, que a paralisia atacasse as funções mais nobres do espírito do homem e que o próprio pensamento, no eretismo oriundo das supremas desgraças sociais, não tivesse alento senão para a fuga vertiginosa, quando não se deixasse subverter pela melancolia que se bestializa na inação, na loucura ou no suicídio. A crítica, consoante ao fato, assinalou que Robespierre tornara-se mais pernicioso às letras do que mesmo às instituições; e a história da literatura francesa pôs um enorme hiato entre a última estrofe de André Chénier e o *René* e a *Atala* de Chateaubriand.

O velho Delille, espavorido, emudece, Beaumarchais recolhe-se ao silêncio em 1791, com o seu drama a *Mãe Culpada* Chamfort sucumbe, Bufflers, Parny, Bernardin de Saint-Pierre vegetam; Fabre d'Eglantine, se ousa levar as suas peças ao teatro, não tarda em receber na guilhotina o único aplauso que naqueles tempos ominosos podiam ter as fulgurações da inteligência.

O caso, porém, da capital da República Brasileira é muitíssimo diferente; e nada neste hemisfério prenuncia os horrores que o acúmulo dos crimes de tantas gerações havia suspendido sôbre a cabeça dos parisienses.

Sôbre o Rio de Janeiro paira o sentimento da segurança orgânica e o da impossibilidade de uma subversão social. A mocidade fàcilmente convence-se de que o atual movimento não passa de um acidente; e se por instantes sente-se agitada pelo ruído das bombardas, ela não se assusta com o pêso das armas, nem se preocupa com o receio de um futuro tenebroso.

A razão, pois, do seu silêncio, da sua esterilidade diante dos acontecimentos que se desenrolam pela baía de Guanabara é outra, e eu julgo encontrá-la na própria natureza da luta, casada à disciplina filosófica vigente, que em grande parte moderou, se não estancou, os impulsos da exagerada eloqüência, que caracterizavam os nossos românticos de 1865-69.

Já vão um pouco distantes os tempos em que poetas como Castro Alves, Tobias Barreto e Vitoriano Palhares, a cada questão política que se agitasse, empunhavam a lira ou a trombeta sonorosa, e das janelas dos edifícios públicos, das frisas dos teatros, das tribunas dos comícios, falavam às massas procurando irritar a sensibilidade do povo por meio de golpes de eloqüência traduzida em versos retumbantes, imagens arrojadas e prosopopéias rubras e enfáticas.

Ainda existem muitos versejadores que se recordam das ovações que nas ruas do Recife o poeta dos *Dias e Noites* recebeu dos pernambucanos por ocasião do embarque dos batalhões que dali partiram com destino à guerra do Paraguai e do delírio com que os seus versos patrióticos eram aclamados pelas multidões. Mas também é certo que nessa época só se falava em Victor Hugo, Pelletan e Esquiros, e que nas escolas a maior parte do tempo era consumida em discussões nas quais se exaltava o que então se chamava *soberania do povo.*

Mudam-se os tempos, mudam-se as modas. Atualmente, a soberania do povo anda muito desacreditada pelas novas concepções científicas, e a eloqüência perdeu o seu objetivo à vista da rigidez dessas mesmas doutrinas. O declamador passou a ser uma espécie de truão de feiras, e o próprio povo, desclassificado, prefere as emoções dos frontões e dos prados de corridas à caceteação verborrágica, cuja inanidade todos apregoam.

Por outro lado a literatura tornou-se fria e buscou filosofar. Os poetas que não puderam filosofar, cogitaram em fazer-se sóbrios observadores da realidade para não incorrerem na pecha de românticos; os que não conseguiram ser profundos pela originalidade da concepção fizeram-se cultores da forma impecável, declararam-se

imperturbáveis, impassíveis e parnasianos; outros, mais recentes, tornaram-se meditativos, tentando o *oculto*, o simbólico, o arcaico e o indefinível. Ora, é claro que, sob os auspícios de tais tendências, não deve causar surprêsa que a mocidade brasileira, amorosa das letras, conserve-se pela estética, separada do movimento político, e que os seus instintos literários escapem totalmente à influência do meio marcial criado pela atual revolta.

A poesia perdeu o seu dinamismo antigo.

Qual será o nôvo?

Dizendo que a poesia perdeu o seu antigo dinamismo, não quero com isto significar senão que ela, evitando o contágio marcial, separou o sentimento da arte do sentimento político, o que não importa declarar que os poetas, aqui, como em tôda a parte, sejam indiferentes ao movimento dos problemas sociais.

Compreende-se que na Antiguidade, na Idade Média e até em época não muito distante, os poetas empunhassem as armas e fôssem afirmar no campo de batalha os sentimentos apregoados em seus versos. Os batalhadores assim aparelhados eram belos, épicos, esculturais. Tirteu, ao serviço de Esparta, Ésquilo mostrando a sua coragem em Maratona, Salamina e Platéia, Sófocles combatendo em Samos, na frota ateniense, ao lado do grande Péricles, lembravam os heróis que Homero celebrara, e confundiam o ardor belicoso com o entusiasmo que lhes inspiravam as odes e os coros das tragédias. Essa unidade, porém, de sentimentos, essa tendência da poesia em resolver-se na ação marcial, simplificava-se naqueles belos tempos; todo homem livre era guerreiro e se adestrava nos jogos públicos, e bastava revestir a couraça e segurar a lança do hoplita para poder bater-se defendendo a pátria.

Nas guerras e nas revoluções dêste fim de século vai-se tornando cada vez mais difícil essa dualidade do poeta. Hoje, na luta internacional, na luta partidária, não há que escolher: ou o homem perde as entranhas e o sentimento da solidariedade humana para poder arrojar bombas de dinamite sôbre inofensivas criaturas, ou mete-se nos cursos militares para adquirir a técnica indispensável ao manejo de complicadíssimas máquinas de guerra, dos encouraçados, das torpedeiras, dos Krupps, dos Armstrongs e dos Banges. É forçoso, portanto, que as artes, diferenciadas na diuturnidade da evolução, cinjam-se, nos tempos que correm, ao seu papel contemplativo. Sonhem os poetas, meditem os romancistas, depois de obstinada observação; e que tôda a sua atividade se traduza no vigor da expressão. Todavia, não se pode dizer que o movimento republicano no Brasil tenha sido infenso ao incremento das letras. Ao contrário disso, mais de um fato denuncia que a mudança das instituições, a adoção de novos costumes políticos, o abalo das idéias,

as agitações dos espíritos criaram uma atmosfera intensa, onde se rebolcam não só ambições de poder e de fortuna, mas também de glórias olímpicas e literárias.

É verdade que estas aspirações não conseguiram ainda orienta-se; mas o que é certo é que elas apontam no horizonte e ensaiam o primeiro vôo.

Ora, um dos sintomas mais visíveis dêsse esfôrço pela vida encontra-se na renascença do *nativismo*, que êste ano tomou forma em um livro de intuitos puramente republicanos. Êsse livro intitula-se *Festas Nacionais* e foi redigido por um môço ardente, que ocupa lugar conspícuo no ministério público federal. Órgão da justiça e advogado nos auditórios desta capital, Rodrigo Otávio não se sentiu embaraçado pela severidade das funções que exerce, e entregou-se à fatura do livro com o entusiasmo rubro de um republicanismo exaltado.

A obra gira sôbre o eixo de um nativismo intransigente, e é prefaciada pelo romancista Raul Pompéia, cujos sentimentos hostis à exploração são bem conhecidos.

Não há negar, antes de passar adiante, que o autor d'*O Ateneu*, pondo em relêvo a alma do livro de Rodrigo Otávio, exagerou um pouco o ponto de vista em que se colocou para estudar o nacionalismo brasileiro; mas é preciso conceder que êsse exagêro, além de ser uma das feições do estilo intenso do escritor citado, tem inteira justificação em alguns antecedentes da imprensa fluminense dignos de nota.

Raul Pompéia entende que a nossa evolução política tem sido muito morosa e que as vitórias do nacionalismo, em parte obscuras e um tanto abstratas, não nos premuniram ainda da ascendência estrangeira. O espírito colonial, a cada derrota, muda de acampamento, mascarando as suas operações, e no fim é sempre êle que recolhe os despojos e pelas finanças mantém em estado de sítio as consciências. Raul Pompéia classifica êste fato como uma enfermidade social, e dá-lhe por último um nome que a confunde na última fase com o próprio *sebastianismo*.

> Os grandes centros sensórios, — diz o escritor, — do nosso organismo de interêsses estão em Londres ou em Lisboa. Ausentes de nós, portanto. Somos assim em economia política uns miserandos desvertebrados. Esta singular lesão evidencia-se bem por sintomas dispersos de incoordenação mórbida em nossa vida social. Por ela se explica a paciência com que os nossos pretensos conservadores aturaram *bestializado* durante todo o segundo reinado o regime mortal dos *deficits* financeiros, que não podia, sem dúvida, levantar a revolta das massas liberais, apenas mediatamente informadas dêsse descalabro: mas que devia necessàriamente insurgir a irritabilidade reflexa ao menos do conservantismo. Por ela se explicaria a possibilidade (simultâneamente com a lástima simétrica de não têrmos jornalismo verdadeiramente

popular para clamar contra os esbulhos da carestia), de se transformar estranhamente a imprensa representante dos mais graves instintos conservadores em panfleto formidável de demolição a todo transe. Por ela se explica a campanha perpètuamente instituída na opinião pública em nome de vãs fórmulas de liberalismo, contra as medidas, os recursos, as precauções enérgicas que têm feito a salvação econômica e financeira de outros Estados. E se explica a enorme e poderosa opinião financeira favorável ao Empréstimo externo, que está de alcatéia para devorar a República, como devorou o Império.

A definição política da situação é que existe no Brasil *um poderoso eleitorado sem voto*, dominando o jornalismo das capitais, riquíssimo, numeroso, inteligente, ativo como ensina a prática do comércio, capaz de mover um mundo de manifestações políticas, a que não carece comparecer visìvelmente, podendo mesmo nutrir de sua gorda algibeira arruaças e motins, capaz de neutralizar, de paralisar, de suprimir, de matar pela fadiga a administração pública, desde que esta lhe seja molesta, formidável em suma, como depositário e possuidor da melhor parte da fortuna particular, intervindo profundamente na direção dos negócios públicos, e podendo aliás eximir-se de todos os compromissos correlativos repentinamente por trás da porta de um consulado, — partido forte, portanto, e partido enorme — *de conservadores*, — que não conservam absolutamente para o Brasil.

Tais conceitos são exatíssimos: e todo o brasileiro sincero reconhecerá que aquilo de que o Brasil mais carece é de dirigir-se segundo os verdadeiros interêsses da nação. As considerações, porém, que seguem no aludido prefácio ao que acabo de transcrever, deviam ser menos agressivas à colônia portuguêsa. Sem perda de coragem, as verdades que aí são assinaladas podiam revestir forma mais austera, pela calma. Raul Pompéia atribula-se e era o que êle devia evitar. O prefaciador, contudo, não resistiu à *fuga* do temperamento, e, homem de letras, jornalista apaixonado e de expressões agudas, lembrado da atitude não longínqua dos jornais mais importantes desta capital, cedeu à necessidade de reagir até o sangue contra os preconceitos afagados por êstes mesmos órgãos de publicidade, atestando a grande cumplicidade de espíritos elevados e que se dizem nutridos na ciência do século. Encheu-o de raiva e sibaritismo filosófico e o diletantismo literário de alguns que faziam ridicularizar o nativismo brasileiro a título de um cosmopolitismo vago e em proveito ùnicamente do nativismo de Portugal.

A ninguém terá passado despercebido, por exemplo, a deserção do mais conspícuo colaborador europeu da *Gazeta de Notícias*. Coincidindo esta deserção com o *Quinze de Novembro*, não é preciso muito esfôrço para chegar à conclusão de que o autor das *Farpas* deixou de remeter as suas *ironias* para a *Gazeta* por ter pressentido a hostilidade do meio brasileiro. Ora, o meio brasileiro hoje não o aceita por uma razão contrária: justamente porque o escritor português, achando-se anteriormente a seu gôsto e nos seus domínios, sob o alto protetorado do jornal mais insinuante e popular do Rio

de Janeiro, gozava de todo prestígio e liberdade para propinar à mocidade, que lia a *Gazeta* com certa religião artística, o *contraveneno* do nacionalismo. Com efeito, durante período por todos conhecido, não houve maior corruptor do espírito nôvo e literário do Brasil, tanto mais, pernicioso quanto a tribuna, que lhe tinham oferecido, era a mais simpática e brilhante fôlha de que dispunha o jornalismo.

O dogma de Ramalho Ortigão e de outros publicistas então em moda, era o mais soberano desprêzo pelas pátrias.

Quem quiser saber quanto êle aviltou a burguesia de seu país, releia-o, se tiver coragem, e ao Eça e ao Guerra Junqueiro. Mas tudo isto a trôco de quê? A trôco de uma pátria idealizada por diletantes fatigados pelo gôzo, a qual andava foragida pelos bons hotéis, pelas praias de banhos, pelos *foyers* das óperas líricas, pelos salões de recepção das côrtes européias, pelos canais da Holanda, pelos tombadilhos confortáveis dos transatlânticos, pelos *boudoirs* das *cocottes* célebres, pelas assembléias de grande aparato, pelos *caravansérails* dos excursionistas, pelas montanhas da Suíça, pelas barcas do Nilo, pelos museus, pelos *ateliers* de artistas e pelo mundo do *Tendre*. Êsses evadidos da pátria responsável para a *Cosmópolis* egoísta do gôzo, cuja situação mental seria inofensiva se êles não procurassem influir sôbre o público, sôbre a mocidade, bestializando-a com as *feitiçarias* do estilo, usavam de um recurso perverso. Do mesmo modo que nas escolas antigamente o professor de filosofia racional obrigava o discípulo audaz a estacar nos seus ingênuos raciocínios proferindo a solene injunção: *assim ireis cair no panteísmo*, os embusteiros a que me refiro inventaram o ridículo contra o nativismo, e buscaram fascinar os inexpertos. Nativista importava o mesmo que *ser bêsta;* e não existe coisa que aterre mais um môço do que passar por incapaz de progredir. A granada, pois, rebentava no ar, e todos se afastavam certos de que os homens superiores eram precisamente aquêles que mais desprezavam a solidariedade com a terra que lhes dera a vida e para a qual deviam trabalhar.

No fundo, entretanto, essa injunção não queria dizer outra coisa senão que os brasileiros pouco acima estavam dos sipaios da Índia e dos felás do Egito, povos incapazes de compreender a civilização, e, portanto, carecedores não só da tutela econômica mas também da escola.

Contra esta profunda degradação foi que se rebelaram Raul Pompéia e Rodrigo Otávio, fazendo ambos sentir a diferença que a natureza estabeleceu entre o nativismo, que nos emprestam criaturas inferiores aos nossos grandes homens, e o nativismo que na política produziu José Bonifácio e Feijó, e, nas letras Gregório de Matos, Basílio da Gama, os poetas da Inconfidência, Gonçalves Dias e José de Alencar.

## II

## *FESTAS NACIONAIS,* DE RODRIGO OTÁVIO. – *A DEMOCRACIA REPRESENTATIVA,* DE ASSIS BRASIL. – *PARLAMENTARISMO E PRESIDENCIALISMO,* DE SÍLVIO ROMERO.

Na época da Independência estêve ao serviço do Brasil um estrangeiro que viu com grande nitidez as contradições que minavam os ânimos, fomentavam as rixas e impediam a integração da pátria brasileira. Êste estrangeiro era Lord Cochrane, inglês manhoso, muitíssimo observador, perspicaz, e mais que tudo, apologista do *make money*. Chamado para organizar a esquadra nacional, e, tendo já adquirido no Chile prática da política colonial na América, não lhe foi difícil enxergar o mal orgânico que afligia o Brasil independente.

Na sua *Narrativa de Serviços* (página 13) diz o almirante o seguinte:

> Não tendo ainda experiência dos partidos políticos no Império, pareceu anomalia o empregarem-se os portuguêses em número tal para guerrearem seus compatriotas, ainda que depois demasiado vim a reconhecer a causa de um procedimento que agora excedia a minha compreensão. No decurso de nossa visita de inspeção à esquadra, serviu-se o Imperador várias vêzes da expressão *atacar a fôrça parlamentar portuguêsa*, e não era coisa menos singular, por dar a entender que o govêrno brasileiro não fazia guerra ao rei de Portugal ou à nação portuguêsa, mas às Côrtes, sòmente; o que era distinção sem diferença, pelo que tocava à conduta das hostilidades.

Estas ingênuas palavras de Cochrane encerram um ponto de vista capital para interpretação dos fatos históricos da época. O tato do inglês descobrira imediatamente quanto estava desabrigado o espírito nacional. Êle não confiava nada na sinceridade dos defensores armados da independência brasileira, e a sua longa experiência dos negócios mostrava-lhe em como instintos e hábitos não se transformam de momento, e que portuguêses não podiam fazer fogo sôbre portuguêses por amor ùnicamente aos naturais da terra. A carcoma das nossas liberdades estava, pois, dentro da própria organização de resistência, e não tardou que o chefe da esquadra nacional verificasse a exatidão do que observara.

Nos mares da Bahia, quando teve de romper o ataque contra a esquadra portuguêsa, que operava de concêrto com o General Madeira, êle foi obrigado a substituir por inglêses os marinheiros que tripulavam os vasos de guerra de mais responsabilidade, porque êsses marinheiros, no momento crítico, recusavam-se a transportar pólvora dos paióis para as baterias.

O que se dava no espírito boçal da maruja, dava-se também na alma dos mais cultos cabos-de-guerra e auxiliares políticos do

Imperador, que não podiam distanciar-se dêsse sentimento difuso, por falecer-lhes a sugestão que resulta do fato positivo do nascimento. De sorte que a traição inconsciente espalhava-se por tôda a máquina política brasileira como uma atmosfera viciada e prenhe de miasmas deletérios. O próprio Pedro I, por mais que tentasse criar em si um entusiasmo puramente nacional, por mais que buscasse transformar o ódio às Côrtes de Lisboa e os seus despeitos em patriotismo e dedicação à causa brasileira, não conseguiu senão coordenar interêsses de ocasião, e terminou cedendo à fatalidade psicológica do temperamento, da educação dinástica e do meio.

O ambiente lusitano que assediava o Rio de Janeiro o invadiu e o perdeu; o seu cavalheirismo empanou-se; e os acontecimentos encarregaram-se de demonstrar que a sua posição de libertador era insustentável, principalmente porque bradava contra as leis da natureza. O príncipe, portanto, quando despertou ao ruído do *Sete de Abril*, foi para verificar que o nativismo brasileiro tinha marchado muito; e tarde percebeu que a um Bragança só cabia evadir-se da realeza, como fêz o personagem descrito por Lemaître, no seu romance *Les rois*, para então nobilitar, à maneira dos Washingtons e dos Bolívars, com a dinâmica do coração, o advento de uma nacionalidade na América; finalmente a tristeza devia ter-lhe obumbrado a alma no desconsôlo de uma traição, na qual porventura não colaborara a consciência.

Essa traição orgânica custara, entretanto, ao Brasil, atrozes sofrimentos. Basta recordar a hecatombe do *Palhaço*, no Pará, e as fôrcas levantadas em 1824, para que se reconheça a fôrça do ódio daqueles que, como bem dizia o almirante inglês, faziam-lhe guerra surda para *encher as embarcações de compatriotas e dependentes portuguêses*, no provável intuito de evitar que se realizasse aquilo de que tanto se arreceavam os *leaders* energúmenos da Constituinte Portuguêsa, isto é, de que a colônia do Brasil caísse em poder dos negros e se transformasse em um outro Haiti.

Um dêstes *negros* se tornara bem conhecido naquela Assembléia pelas suas audácias brasileiras, e se chamava Antônio Carlos. Os outros *negros* constituíram-se depois em elos da corrente histórica que, mergulhando por largos anos no vasto oceano das ambições, surgiu por último na República de 1889, e são os nomes mais gloriosos que as datas nacionais recordam.

Rodrigo Otávio, no seu livro, mostra-se perfeitamente compenetrado do espírito que conduziu a nação durante todo o período que liga os acontecimentos determinantes da separação da metrópole à proclamação da completa autonomia brasileira. O comentário que fêz às comemorações fixadas pelo decreto n.º 155B, de 14 de janeiro de 1890, acha-se em ordem cronológica e formando um

todo com as grandes épocas da civilização que a República moderna celebra como objeto de culto do cidadão.

Trabalho dedicado à mocidade, numa quadra de organização, na qual parece pouco todo esfôrço dos diretores da opinião para que ao espírito público não escape a justa proporção das coisas, êsse livro ressente-se entretanto, de um defeito. Há nêle um tom demagógico, de que eu desejaria ver expurgada uma segunda edição. O som do clarim não seria incompatível com o vigor das proclamações incluídas no livro; e os personagens, que desfilam para receber o aplauso ou a condenação do historiador, podiam ser apresentados, sem perda do colorido, num proscênio menos espetaculoso e mais aproximado da realidade. Rodrigo Otávio, porém, deixou-se levar pelo simbolismo histórico. O leitor encontra, nas páginas das *Festas Nacionais* agressões que lembram o exagêro do jacobinismo dos tempos clássicos. É justo atacar os movimentos que têm sido hostis ao nacionalismo; mas não é de filósofo esquecer as causas determinantes dos erros cometidos.

O Brasil, até os tempos que fluem, tem vivido entre a ingenuidade patriótica dos naturais do país, cujo entusiasmo muitas vêzes deixou-se cegar, e os interêsses coloniais, frios, calmos e raciocinantes, e portanto mais fáceis de dirigir. Todavia, é forçoso reconhecer que, durante todo o nosso tirocínio como nação, as pretensões dos representantes de tais interêsses procuraram envolver-se na solidariedade da raça, e chegaram mesmo a perder-se na ilusão estrábica resultante da preocupação, que costuma acometer aos pais ricos e usurários, quando os filhos, pela fatalidade biológica, se apoderam da herança longamente acumulada. O autor das *Festas Nacionais* ilude-se, com efeito, relativamente a uns e outros; de um lado apoteoses que repugnam ao espírito prático da época; de outro execrações e apodos que vão além dos têrmos sóbrios de um educador.

É assim que o historiador, ao passo que oculta as jaças encontradas nos retratos dos patriarcas da Independência, dá curso à anedota da disenteria imperial, que o Dr. Melo Morais pôs em circulação como determinante da nossa independência. Ora, parece-me que o livro lucraria em efeitos, apresentando, com tôda a sinceridade, os nossos antepassados tais quais êles foram, homens e não mitos; e nada edifica a posteridade o saber que entramos para o congresso das nações impelidos por fôrça de um ato fisiológico tão repugnante. Rodrigo Otávio não ignora que o nariz de Cleópatra em nada concorreu para o advento do império dos Césares. Assim teria sido melhor que, no seu trabalho, não aparecesse um incidente que, além de tudo, numa obra de educação cívica, perverte as disposições estéticas do leitor.

Entre os livros inspirados pelo espírito republicano encontra-se, logo após às *Festas Nacionais* de Rodrigo Otávio, a *Democracia*

*Representativa* de Assis Brasil, um livro consolador e ao mesmo tempo cheio de nacionalismo.

O autor dessa brilhante monografia, na qual se agitam tôdas as questões que se prendem ao exercício do voto e à origem da soberania, é um môço dotado de faculdades excepcionais e que muito cedo soube desprezar a insobriedade de linguagem dos demagogos, adotando um tom severo e grave, apesar de defender as idéias mais adiantadas em política. Pensador e homem de letras, êle une à profundeza do conceito filosófico a beleza da forma, simples, concisa, clara e esplendente de verdade; o que muito concorre para dar aos seus escritos o caráter clássico e a autoridade dos livros verdadeiramente sugestivos.

A nitidez dos argumentos e a segurança das proposições mostram que, com efeito, o ilustre rio-grandense não se perverteu, depois da publicação da sua *República Federativa*, ao contacto da vida prática, buscando acomodar o seu talento às degenerescências sociais, e que, ao contrário disso, fortalecendo-se no estudo, "lendo pouco e meditando muito, para então escrever, agora apresenta-se sustentando a democracia brasileira contra o espírito pérfido de certos publicistas europeus, que sorrateiramente buscam desmoronar a impressão deixada pelo livro de Tocqueville sôbre a obra dos patriarcas da América do Norte.

Ao leitor criterioso não terá passado despercebido que grande parte dos teoristas dêste fim de século, acobardados diante da crise européia, têm empenhado todos os esforços no intuito de deslocar a instituição republicana dos seus fundamentos naturais; e alguns, capitulando diante do terror causado pelos grandes aparelhos de guerra que as dinastias mantêm, chegam até a inculcar, sob aspectos cavilosos e descrições, adrede arranjadas, da máquina democrática, que atualmente deve considerar-se tolice fazer questão de formas de govêrno, como se a ciência dêles mesmos não demonstrasse a cada passo a impossibilidade de conceber a dinâmica sem a estática, o órgão separado da função. Pois bem, Assis Brasil, fiel ao seu ponto de partida, aparece hoje democrata tão intransigente como era ao sair dos bancos acadêmicos. A fôrça popular continua a ser para êle o elemento capital em que se estribam os governos republicanos, e a representação a única forma de govêrno que os povos livres comportam no estado presente da cultura humana.

O capítulo do livro que se increve "Competência do Povo, simplifica a idéia, que de ordinário se forma da soberania popular, e lança uma grande luz sôbre os sofismas hàbilmente arquitetados por aquêles a quem o desânimo filosófico sugestionou o pensamento de se furtarem à responsabilidade das agitações da vida trabalhosa e árdua das democracias modernas.

Dizem: — pondera o autor do livro, — a sociedade evolui em virtude de leis de elevada natureza, que o grande número não compreende; não chamaríeis o povo a determinar o momento da realização de um eclipse, e o convocais para deliberar sôbre matéria sujeita a leis de ordem muito mais complicada.

A prova da confusão de idéias que motiva esta censura à democracia está nos próprios fatos invocados: se chamássemos o povo a dizer sôbre um fato astronômico, êle nada responderia; entretanto, o convocamos a nomear os seus representantes, a lançar o fundamento do govêrno e administração dos estados, e estas coisas evidentemente resultam da iniciativa popular.

É que o que se pede no primeiro caso não é precisamente o que se reclama no segundo. A confusão está em admitir-se que o povo, exercendo as suas funções públicas, vem decidir, deliberar sôbre qualquer lei sociológica. Êle vem simplesmente escolher representantes.

Ainda êstes representantes, formando as assembléias em que se debatem os interêsses da República, ou executando as decisões por elas votadas, não têm por missão alterar as leis sociológicas. Êles apenas influem sôbre elas, como elementos que são do organismo em que elas se exercem, mas êsse caráter mesmo é comum a todos os membros da sociedade, em maior ou menor grau de intensidade.

Débil e fácil noção das leis que regem os homens em sociedade revelam aquêles que pensam que os governantes, sejam êles eleitos pelo povo ou indicados pela suposta infalibilidade científica, — têm o poder de ordenar eficazmente a constituição íntima dos organismos humanos ou alterar definitivamente a sua evolução.

As leis sociológicas não se fazem nem se destroem; apenas os homens se ajustam mais ou menos a elas, segundo são mais ou menos sábios, ou prudentes. Os que governam não fazem pròpriamente leis, pois estas existem com a sociedade; fazem regulamentos que serão profícuos, se afeiçoados a elas, inócuos ou perturbadores se as afrontarem. Só nesse pouco reside a influência dos governantes nos destinos dos povos. É fácil de compreender que essa influência, se é muito importante, nunca poderá ser decisiva.

É uma espécie de concepção mecânica da sociedade a que leva certos espíritos a desviarem-se dêsse critério. Muito mais científica, muito mais filha da observação e da experiência é a concepção democrática, em virtude da qual é preciso solicitar do próprio povo, e não de *qualquer autoridade postiça, o movimento que tem de animar o corpo social* e fazer cumprir-se o seu destino.

Nesse impulso, nesse movimento inicial detém-se e termina a autoridade concreta do povo, em circunstâncias regulares. Digo circunstâncias regulares porque é preciso reconhecer, nas extraordinárias, a suprema função revolucionária que lhe corresponde. Mas, fora dêsses casos de subversão da ordem, não é fazer agravo ao povo dizer, com Montesquieu, que êle só tem o direito de escolher bons representantes. O povo, tomado em massa, é incapaz de fazer leis, de governar e de administrar. E é porventura alguma dessas funções que lhe incumbimos, quando o chamamos aos comícios eleitorais? Não.

Não há, pois, senão deplorável confusão no fato de pretender-se concluir da incapacidade científica do povo a sua inabilidade para votar. A censura só seria aplicável ao plebiscito, com o qual parece que muitos confundem a democracia representativa. Mas tal ignorância seria imperdoável.

Das palavras de Assis Brasil, portanto, deduz-se, e é uma verdade incontestável, que a democracia impõe-se como uma fatalidade, e que os povos para ela gravitam, e gravitarão, apesar dos exorcismos de todos os teoristas que procuram combatê-la. Suprimir a intervenção popular no arranjo da máquina dos governos republicanos importaria o mesmo que eliminar-lhes a essência, a vida. Nem se concebe como se possa navegar sem o mar em que flutua a nau, sem os ventos ou o vapor, que geram as tempestades e produzem as explosões. Seja um bem, seja um mal, forçoso é que as sociedades americanas sujeitem-se às condições inelutáveis de sua existência.

A República será democrática ou procurará na guerra os seus meios de subsistência.

As formas de govêrno arcaicas e as formas mistas, eis o que absolutamente não se compadece com as tendências atuais dos povos e com a expansão que resulta da cultura universalizada.

Entretanto, é lamentável que um brasileiro e publicista notável, como Sílvio Romero se deixasse dominar por doutrinários que, a todo transe, combatem o regime americano.

O autor do *Parlamentarismo e Presidencialismo*, que aliás não nega como Pedro a democracia que o educou, agride, todavia, o presidencialismo e endeusa o parlamentarismo, sob os auspícios de Boutmy Bryce, Carlier e outros publicistas, cujas idéias sôbre o assunto, em todo caso, não são claras nem são francas.

Diz Sílvio Romero que é "opinião corrente entre os bons conhecedores dos Estados Unidos que êsse povo ilustre se tem desenvolvido em paz, não pelo presidencialismo, porém a despeito dêle". Por mais autoridade, porém, que tenha o autor do livro, é difícil acolher semelhante paradoxo, para cuja refutação bastaria o — *ex fructibus oeorum cognoscetis eos.*

Os inimigos da obra de Jefferson, Hamilton, Madison e Jay são bem conhecidos; são os mesmos que estão agora voltando na Europa ao misticismo e à magia; são os mesmos que, no naufrágio do dinamitismo, agarram-se ao messianismo; são os mesmos que, tendo perdido o sentimento da própria fôrça, tentam plasmar os códigos políticos sôbre os destroços de transações parlamentaristas, que podiam ser comparadas às célebres *Capitulações* do Sultão Abd-Ul-Hamid em face da cristandade; são, enfim, todos aquêles que, tendo perdido a noção do futuro, intoxicados pelo presente, começam a assombrar-se com as visões do passado. Ora, seria para desejar que Sílvio Romero, talento robusto, e desanuviado, nutrido na corrente naturalista do século, nem por pensamento desse asilo em seus livros à mínima parcela dêsses despeitos filosóficos, que atormentam a muitas cabeças laureadas do Velho Continente; e é certo que o ilustre crítico abandonaria tais preocupações desde que levasse o seu espírito meditativo a um confronto entre a atual situação da democracia

americana, em face da cultura do Velho Mundo, e a situação dos povos do Mediterrâneo, especialmente da raça helênica, quando outrora resistia à interferência da política dos povos do Oriente.

Não desconheço que nós americanos dificilmente poderemos prescindir dos estudos especulativos que nos transmitem os institutos científicos do Velho Mundo, porque muito temos ainda que aprender dos seus métodos. Neste ponto a situação da América em nada difere da do colosso romano, durante o período do seu maior crescimento, quando os seus grandes políticos estudavam Platão e Aristóteles, quando Lucrécio transcrevia Epicuro e Cícero professava a filosofia do Pórtico. É preciso, porém, que, como Roma, não consinta a América que outros assumam a função de aplicadores daqueles métodos, nem que por estranhos seja construído o edifício do seu direito público. O menor mal, que poderia resultar dessa recolonização psíquica, seria o entrave do progresso e uma longa demora na expansão democrática das duas Américas.

A obra dos patriarcas da República no Norte ficaria a meio caminho, porque ao europeu especulativo faltaria energia moral e aquela experiência sôbre o vivo, que entre os romanos realizou prodígios, permitindo a elaboração da idéia moderna do estado e a constituição efetiva do direito, ao qual os jurisconsultos deram as formas processuais e de ação que ainda hoje influem no fôro das nações do Ocidente.

A ameaça, portanto, que a decadência européia inflige de contínuo às instituições americanas deve ser objeto de estudo aturado dos políticos dêste continente; e nunca será descabida a vigilância contra o espírito sofístico de filósofos políticos, os quais como Virchow, para não citar outros nomes, pouco escrupulizam acomodar os sistemas mais antogônicos à defesa do despotismo, tirando das teorias darwinistas argumentos para justificar o czarismo ou o socialismo bismarckiano.

Acredito que Sílvio Romero está mui longe de pactuar com êsse regime triste e desconsolador: ao contrário disso, sempre o tenho visto na brecha; e é justo que não se lhe negue a parte gloriosa que tem tomado na emancipação intelectual de seu país.

Todavia, o nôvo livro do crítico sergipano denota que em seu espírito houve a intercorrência de qualquer preconceito ou superstição momentânea, alguma coisa que se possa comparar ao capricho de um dispéptico; e para firmar êste juízo basta atender à flutuação dos argumentos produzidos, e à contradição dêsses mesmos argumentos com a doutrina dos autores, que o ilustrado polemista conduz até o meio da praça e obriga a apoiar suas opiniões.

Pondo de parte a quase intangível hipocrisia de Bryce na *The American Commonwealth*, e a vaidade de Carlier, preocupado em

ver na *machinery* do govêrno americano segredos que nem Tocqueville nem outro qualquer escritor conseguira ainda descobrir, o que foi que Sílvio Romero trouxe afinal em favor do parlamentarismo? As miragens dos *Estudos de Direito Constitucional*, de E. Boutmy?

Mas é êste mesmo escritor que, na sua obra *Desenvolvimento da Constituição e da Sociedade Política na Inglaterra,* no capítulo em que trata da oligarquia e do regime parlamentar, define o govêrno parlamentar "um govêrno de caixeiros ou guarda-livros da nobreza e da *gentry*", que os dois partidos clássicos, verdadeiras coalizões opostas de famílias poderosas, introduzem na política e mandam ao parlamento para tratar dos seus negócios. O govêrno inglês, acrescenta notável publicista, assemelha-se por êsse modo a uma companhia industrial, onde meia dúzia de grandes acionistas, tendo conseguido apoderar-se de tôdas as ações e formando dois sindicatos rivais, que se fazem representar por seus procuradores ou testas-de-ferro na assembléia-geral (Câmara dos Comuns), dominam ou compram, se há necessidade disto, os poucos acionistas independentes, e assim monopolizam a escolha dos *gerentes,* isto é, dos *Ministros de Estado.*

Compreende-se que num país, onde a pirâmide social repousa sôbre o *lordship,* não é difícil obter que êsses caixeiros alternados, do sindicato *tory* e do sindicato *whig,* mantenham-se na altura de uma gerência tradicionalmente elevada. Transportado, porém, o regime para um povo onde não existem oligarquias, nem *lordship,* nem *gentry,* nem tradição parlamentar, pergunta-se: quem nos garantirá a gerência imposta pelos caixeiros desorientados de uma demagogia ignorante e interesseira? A esta pergunta Sílvio Romero não responde, nem pode responder, porque a função democrática encarrega-se de reduzir às suas verdadeiras proporções um *instrumentum regni* fabricado para uso exclusivo dos sucessores de João Sem Terra, o qual não se confundirá jamais com a verdadeira representação do povo formulada històricamente entre as nações de educação latina, e a que se refere Gneist, Freeman e Spencer, aliás citados pelo autor da monografia. O último, pelo menos, que é um filósofo do nosso gôsto, em nada auxilia as pretensões de Sílvio Romero. Digno é de ler-se no seu livro *O Indivíduo Contra o Estado* o capítulo que se inscreve "A Grande Superstição Política".

> A grande superstição política de outrora era o direito divino dos reis: a grande superstição da política de hoje é o direito divino dos parlamentos. A unção sagrada, segundo parece, sem que se percebesse, passou de uma cabeça única para a de muitos, consagrando não só os seus possuidores, como os decretos dêles emanados. Pode-se tachar de irracional a primeira dessas crenças; em todo caso ela é mais lógica do que a última. Compreende-se o retrocesso aos tempos em que o rei era Deus, ou mesmo à época em que êle apenas tinha-se na conta de

> filho de Deus, ou então aos áureos séculos em que os príncipes contentavam-se com serem delegados de Deus, mui boas razões militavam para que se obedecesse passivamente à sua vontade.
>
> Quando, por exemplo, no reinado de Luís XIV, teólogos como Bossuet pregavam que os reis eram deuses e participavam de algum modo da independência divina, ou quando se acreditava que o "monarca era um enviado do céu", evidentemente, aceitas as premissas, pedia a lógica que se declarasse ilimitado o poder do Estado. Mas o princípio da política não pode ser fundamentado assim. Um corpo legislativo, que não pode pretender uma origem divina, nem uma missão correspondente, deve repelir todo sobrenaturalismo como base de legitimidade de podêres ilimitados, e por outro lado também deve renunciar à idéia de estabelecer essa legitimidade por meio de provas tiradas da ordem natural. Por conseguinte, a crença em sua autoridade ilimitada não tem caráter lógico de antiga crença no poder ilimitado do rei.

Ora, o vício dos parlamentaristas, como o demonstra Spencer, reside justamente na sobrevivência dessa crença disparatada. *Thahit sua quemque voluptas!* É difícil que, uma vez reunidos três parlamentares, não julguem, apesar de tôdas as suas luzes, que sôbre êles desceu o divino Espírito-Santo. A preocupação da soberania absoluta é uma fôrça que os obriga a gravitar para o divino; e foi exatamente essa tendência das assembléias que o bom senso dos americanos práticos, que redigiram a Constituição dos Estados Unidos, procurou limitar, senão corrigir ou suprimir, organizando êsse forte poder executivo, que tem sido até hoje a garantia do *consensus* político daquele país, e para cuja beleza o ilustre publicista Adolphe de Chambrun, no seu estudo sôbre a organização do principal aparelho da grande república, não se cansa de chamar a atenção dos entusiastas do parlamentarismo.

Finalmente conviria que Sílvio Romero não se esquecesse das memoráveis palavras de Spencer:

> A função do liberalismo no passado consistia em cercear e fixar limites ao poder dos reis. A função do verdadeiro liberalismo no futuro será limitar os podêres dos parlamentos.

O meio já fôra indicado no *Federalista,* cujos redatores revelaram mais sabedoria do que o próprio Montesquieu, que lhes ensinara muita coisa. Resta que seja imitado o exemplo do chileno Lastarría, o qual, desprezando a cresocracia e o poder espiritual de A. Comte, buscou, entretanto, fortalecer no método científico a teoria da semecracia; resta, repito, que os publicistas brasileiros, banidas as superstições de escola, enveredem pelo caminho único que pode evitar ao Brasil o encontro com a anarquia.

## III

## NOVOS LÍRICOS BRASILEIROS. – *CORAÇÃO*, DE ZALINA ROLIM. – *IMAGENS E VISÕES*, DE LUÍS ROSA. – PARNASO. – *FOTOTIPIAS*, DE FIGUEIREDO PIMENTEL.

A literatura política, cujos produtos diretos, se não foram abundantes, foram contudo fecundos, como ainda terei ocasião de mostrar adiante, não conseguiu agitar a lírica brasileira, o que talvez foi uma felicidade. Se Dirceu tivesse deixado a musa render-se à Inconfidência, é bem provável que hoje não conhecêssemos o delicioso idílio de Vila Rica. Todavia, não há explicação para o silêncio de Olavo Bilac que se amontou até as serranias de Ouro Prêto para de lá enviar a prosa única das suas *Crônicas Livres*. Durante o ano passado êsse poeta que eu considero um dos nossos primeiros líricos, apesar de se dizer parnasiano, quase vegetou nas faldas do Pindo. Uma espécie de Musset, dissimulado, carnal e perigoso, metido no bioco de Petrarca, êle talvez estêve a meditar algum poema, à maneira do *Camões* de Garrett, sôbre as desventuras de Gonzaga ou de Cláudio Manuel da Costa. A República, pois, não agitou a poesia; e se bem que no mundo político o movimento se fêz numa direção profundamente nativista, verifica-se que, no departamento das letras e das artes, essa tendência não teve tempo de tomar corpo, conservando-se nêle ainda o impulso anterior.

Como, porém, nas sociedades humanas não se movimenta uma função sem que as outras correlativas se ressintam, todos concordarão em reconhecer que houve na literatura um acréscimo de fôrças, um aumento de produção, e não sei se também um tal ou qual arrôjo de concepção.

É verdade que a imaginativa não trabalhou sôbre os assuntos característicos da nova época brasileira, e, segundo penso, custará a fazê-lo por uma razão óbvia. O poeta não pode atualmente imitar, conservando-se nacional. Eu me explico. Todos os movimentos literários no Brasil, durante êste século, têm seguido de perto às revoluções políticas. Ora, não há quem ignore que as nossas revoluções políticas apareceram sempre como repercussão de iguais movimentos na Europa. Sucedendo, portanto, uma conseqüente reviravolta na estética, compreende-se como se tornava fácil agir no campo da poesia, aplicando ao país o cânone literário, quando já se tinha feito o mesmo com a instituição política. Assim foi que nada custou a Magalhães, a Pôrto Alegre, a Gonçalves Dias, acomodar ao Brasil os preceitos da escola romântica, quando triunfaram em França com Luís Filipe as idéias de filósofos e publicistas como Benjamim Constant e outros, e os nossos homens políticos se apaixonavam pela discussão das teses de 1830.

Pela primeira vez, porém, se efetua, no Brasil, uma revolução fora de tais condições. O *Quinze de Novembro* constitui um movimento exclusivamente nacional; e pode-se afirmar que surgiu como uma floração resultante do elaborar de um passado inteiro, surdamente comprimido. Os acontecimentos, que na atualidade se desenrolam no Velho Mundo, ao contrário do que a História tem atestado até hoje, longe de corroborarem a revolução, acabam por ser-lhe hostis. A oposição das atitudes torna-se cada vez mais clara, mais eloqüente: e das duas uma, ou a literatura brasileira subordina-se ao nôvo feitio que a pátria tomou pela evolução política, ou abastarda-se no cosmopolitismo incolor, único resultado caroável da cópia servil dos movimentos da decadência latina.

O lirismo, entretanto, que é sinônimo aqui de brasileirismo, nos premuniu, até certo ponto, da esterilidade a que estávamos condenados, à vista dêsse anseio contínuo do indígena de ver o que se faz em Paris. Os poetas de notas rubras, os líricos megalomaníacos, desnorteados pelas armas, permitiram que no recesso de uma província, vicejasse um talento feminil, que nos veio recordar a musa de um cantor muito carinhoso, e que foi muito brasileiro, o autor das *Primaveras*. Reviveu, por instantes, a musa de Casimiro de Abreu, mas numa clave nova de ternura, sem lágrimas e sem a mórbida tristeza de amôres vagos e de aspirações incompreendidas. Refiro-me ao *Coração*, de Zalina Rolim, uma poetisa que obriga a pensar nos segredos de que se serve a natureza para a fatura da flor e do colibri, e ao mesmo tempo dessas sutis criaturas, que o grande trágico inglês buscou retratar em Cordélia, em Desdêmona, em Julieta. Essa poetisa fêz voltar o lirismo a uma afinição feminina de que já estávamos esquecidos. O seu trabalho, sem receio o digo, resume-se numa fórmula original: — a meiguice, querendo um dia revelar-se ao mundo, assumiu a forma do verso e saturou de virgens perfumes as páginas de um livro, o *Coração*.

A alma humana é uma criança que precisa uma vez por outra ser acariciada, amimada, ninada ao colo da poesia. E quem mais no caso de oferecer o colo para êsse embalo, para nos adormentar no sonho doce da vida, do que uma poetisa de natureza virgiliana, ou lamartiniana, como se diz hoje? É o que se encontra no *Coração*, de Zalina Rolim. Livros como o seu não existirão muitos; e teve carradas de razão Ezequiel Freire, prefaciador póstumo da obra, em augurar que aquêles versos causariam "uma delicada e risonha surprêsa à nossa mocidade inteligente". Como muito bem pronunciou o malogrado poeta, nunca vimos a arte tão pudica, sincera e casta. "Versos vestidos de musselinas caseiras, aromatizados com aquêles peculiares e suaves perfumes das gavetas dos móveis íntimos." Foi também o que eu encontrei no *Coração*.

Mas não é tudo. A essa intimidade doméstica; a essa brandura de gineceu oculto às brutalidades do mundo, das ruas e dos cafés, acresce uma arte, petulante e mágica, de seduzir pela candura, pela angelitude do sentimento que se estereotipa no sonêto.

> — No poema das aves e das flôres
> Modularei as minhas cantilenas,

diz a poetisa, com a ingenuidade da menina que vota horror às fanfarras da guerra e ao clarim das epopéias; e acrescenta:

> Para que áspero acorde não desfira,
> Afinarei os sons da minha lira
> No diapasão da voz do passarinho;
>
> E à profana impiedade hei de escondê-la,
> Como a nuvem no céu esconde a estrêla,
> — Do nosso amor no imaculado arminho.

Existe na poética, ou melhor, na simbólica de Augusto Comte, uma feição que não me desagrada totalmente; é a que atribui à poesia a função de nobilitar a família, glória da civilização, e que, sistematizando o eterno feminino e a cultura afetiva do lar doméstico, leva ao extremo a meiguice e a ternura pelos velhos pais e pelas crianças. No fundo tôdas as religiões positivas se reduzem a uma irradiação de sentimento do lar. Todo o cristão sabe o que representou na estética do Cristianismo a lenda da família de Jesus e o coração daquele pai amoroso, que chamava as criancinhas e as colocava em tôrno de si para ensinar-lhes o segrêdo da ternura e a mansidão do cordeiro místico. Pois bem, o livro de Zalina Rolim está impregnado dessa profunda poesia humana. O conjunto dos seus versos faz-nos respirar um ambiente de angelitude doméstica, que alegra a alma, fortifica o coração e santifica o pensamento.

Tudo sorri, tudo é gárrulo, tudo, nessa poesia, denota o amanhecer de uma alma; e a luz que atravessa essa sensibilidade virgem e artística não é luz eclíptica, mas sempre diurna, em que os raios da imaginação fulgem e brincam como crianças cheias de vida na coloração do amor. Percebe-se ainda por detrás dessas estrofes os adejos de uma fantasia arisca e às vêzes travêssa. No seu fetichismo infantil Zalina Rolim supõe que a alma humana é "um meigo passarinho, uma flor sonora".

> Vai, luminoso sentimento alado,
> Pássaro da alma, estranho forasteiro,
> Percorre o infindo páramo estrelado...
>
> Voa, ultrapassa a rapidez da seta:
> E pára alfim, divino mensageiro,
> No coração amante do poeta.

Enfim, no *Coração* inùtilmente serão procuradas as tardes roxas dos poetas românticos, bem como essa saudade tão explorada pela musa da modinha. O amor aí não sabe em que consiste a acrimônia do desespêro; a simpatia exclui pessimismo dêsses grandes sofredores que se chamaram Leopardi, Henri Heine e Lenau. As relações afetivas que integram a família são nesse livro adorável pontoadas num verso, numa estrofe. O papai, a mamãe, as duas avòzinhas, as gentis irmãs, e quiçá um ignoto irmão poeta, todos têm, no *Coração,* o seu nicho e o seu culto. Nem o cão velho e trôpego que guarda a casa é excluído das carícias. O incenso, a mirra, o aloés, perfumes combinados, queimam na caçoula do templo íntimo, junto ao altar da castidade. Nada, porém, justifica tanto o epíteto de meiga, que dei à poetisa, como os versos, nos quais Zalina Rolim, a titiazinha, como ela mesma, grácil, se apelida, propõe-se ensinar a uma criança, um sobrinho, os segredos do sentimento do divino.

> Vem cá, sinhô, ouve-me atento agora;
> Vou falar-te do Céu, meu doce anjinho,
> Do Céu azul onde a inocência mora.
>
> Olha-me assim, alma de luz e arminho,
> Essência divinal, raio indeciso
> De evangélico e lúcido carinho;
>
> Olha-me assim, amor, e o Paraíso
> — Ao teu olhar aberto — irei pintando
> Sob o clarão azul do teu sorriso.

Êsse ensinamento é curioso. A poetisa começa pela pintura singela do côro dos anjos, do sorriso de Nossa Senhora, de São Pedro, o porteiro do Céu, e de tantas outras maravilhas que fazem o resplendor do Paraíso; depois ministra-lhe a lição sôbre a virtude, caridade, "olhar seráfico da Virgem, orvalho santo que encerra o níveo pólen do bem"; e mais adiante conta-lhe a história de um ninho como alegoria do conchego maternal. Agora a vez de falar-lhe no anjo da guarda, e então entre a educadora e o educando trava-se o mais edulcoroso diálogo que jamais escreveu a pena ingênua de uma professôra.

> — Sabes, titia? Candura
> Levou-me à igreja cedinho
> Para mostrar-me um anjinho
> De face cândida e pura.

E segue-se a pintura do portento dotado dêsse mesmo olhar "límpido e franco" do Menino Jesus, dêsse anjo que tem "a insana lida" de "velar por nós tôda a vida". A criança interpela e a professôra responde. Por último encerra-se a lição num suspiro inocente.

Escutou-me palpitante
Numa ansiedade febril;
Depois, alçando gentil
O comovido semblante:

— E o meu anjo está contente?
— Às vêzes: mas entristece
E chora e sofre e padece
Quando os teus erros pressente.

— Como hei de vê-lo, titia?
Vive de nós longe ou perto?
— Adormecido ou desperto
O seu olhar te alumia.

— Mas onde mora? Na flor,
No Céu, na Terra o procuro...
— No olhar angélico e puro
De tua mãe, meu amor.

E assim a poetisa fecha, com a alma tôda em flôres, o seu poemeto "Histórias a Sinhô", a mais delicada jóia que se encontra no escrínio do formoso *Coração*.

Um outro lírico, de natureza e canto argentino, é o autor das *Imagens e Visões*.

Nôvo, modesto e bem inspirado, Luís Rosa demonstra ainda uma vez, no livro de versos indicado, que às cordas fundamentais do heptacórdio de Terpandro, inùtilmente se procurarão juntar outras para complicar as cantilenas e os suspiros que precedem a união dos sexos. A lira do amor há de ser aquilo, ou desaparecerá para sempre, se é que o coração pode ser suprimido ou expulso da poesia.

A ternura, a simpatia e o amor são elementos simples enquanto asilados naquele órgão. Assim o entenderam Anacreonte, Safo e todos os grandes sabedores dessa ingênua ciência de higienistas da alma. Só depois que a psicologia penetrou nos sentimentos; só depois que apareceram os Stendhal e os Bourget, foi que êsses fenômenos se complicaram. Prestando-se à análise indiscreta do naturalista e passando do coração para a cabeça, êsses sentimentos se perverteram e deixaram a sua primitiva vibração cristalina.

Não há maior prazer do que curvar-se a gente sôbre uma fonte de águas límpidas, e, com o auxílio de uma fôlha recurvada, levar aos lábios o líquido perfumado pelo ambiente feito de flôres e de terra vegetal. A leitura do livro de Luís Rosa não está longe de produzir uma sensação igual a esta. E seria de todo ponto conveniente que o poeta nunca abandonasse essa simplicidade. Para colorir o som, permita-se a expressão para dar-lhe nova inflexão, para tornar o canto cada vez mais original, são escusados artifícios, são desnecessários esforços acrobáticos: basta a modificação do timbre, sem perda

da singeleza, do timbre que na poesia, como na voz humana, constitui segrêdo igual ao da fisionomia. Ora, infinitas são as variedades e modificações que se podem obter neste terreno. As transformações que os trópicos já produziram na musa brasileira são bastante conhecidas. Nós aqui não temos a rouquidão crônica e asmática dos cantores da outra banda; qualquer avinhado capadócio da Bahia, de violão na unha, tem mais doçura na cantiga do que o mais delicado versejador do Tejo ou do Mondego; e por isso já no século passado o mulato brasileiro Caldas Barbosa rebatia as fumaças de Bocage cantando esta quadrinha :

Nós lá no Brasil,
A nossa ternura
A açúcar nos sabe,
Tem muita doçura.

Verdade é que nem sempre essa doçura, no calor dos sertões do Brasil, se manifesta com aquela serenidade preconizada pela arte grega. Olavo Bilac, por exemplo, quando ama, irritado, morde; seus cantos, muito doces e fluentes, são entretanto, como o ananás do Amazonas; deliciam o paladar, mas deixam a língua em sangue. Eis uma das feições do lirismo brasileiro.

Não é, porém, a única; e talvez a ela seja preferível, em muitos pontos, o mavioso estilo de Dirceu, isto é, do Dirceu que se ocultava nas vestes do pastor, do verdadeiro Dirceu, do amante de D. Maria Dorotéia, sem cajado e sem ovelhas. Êsse estilo, colorido à luz dos tempos que correm, seria o escol do lirismo nacional.

Luís Rosa colecionou versos que bem podiam exemplificar a tendência atual do poeta para êsse timbre singular.

Diz êle na poesia "Triunfo".

Eu quisera ser o poeta
Dos modernos ideais;
Decompor a violeta
Em prismas celestiais;

Traçar um outro levante
E abrir na verde ramada
Em cada fôlha um diamante
Brilhando à luz da alvorada;

Fazer com que a loura messe
De Flora, luxuosa e bela,
Em vez de espinhos tivesse
As arestas de uma estrêla;

Condensar a água do rio,
Para que o rio mostrasse
Jóias no fundo sombrio,
Brilhos de espelho na face.

Então talvez eu pudesse
Nesse ardor com que me inflamas
Fazer-te, no ardor da prece,
A mais formosa das damas;

Mudar-te numa princesa
— Do amor sob a ardente garra —
Mas, que excedesse em beleza
À rainha de Navarra;

Fazer-te a mais deslumbrante
Das escravas sonhadoras
Que imperam lá no Levante
Cheias de sonhos de auroras;

Dar-te o rosto de uma santa,
Aos olhos duas safiras;
E à voz a rima que encanta
Como o soluço das liras.

O culto da mulher, eis o ideal do poeta, que põe todo o empenho em transfigurar a gárrula criatura nos objetos mais caros a uma fantasia serena e rosicler.

*Rosicler* é o têrmo; porque até parece que o nome do autor do livro influiu na sua predileção por essa tonalidade sedativa dos vergéis em flor. Fiel à epígrafe extraída de Musset,

*Faire une perle d'une larme,*

êle, em tôda sua obra, não faz outra coisa senão cobrir a palidez das antigas estátuas clássicas com o colorido róseo ou com a policromia com que durante algum tempo os gregos buscaram embelezar as suas esculturas.

"Dama das tranças d'ouro", "garça de neve e prófuga andorinha", a senhora e rainha do poeta não se move, através do livro, ao ritmo das estrofes, como uma loureira moderna de salão ilustre ou de bulevar parisiense. Tenha o nome de Lucinda, ou Lúcia, chame-se Nair ou Beatriz; transforme-se em Judia ou assente-se em coxins orientais; a dama dos pensamentos de Luís Rosa é sempre a delicada estátua, a *fausse maigre* dos artistas gregos, a pastôra saudosa dos pastéis de Watteau-Gonzaga, cujos olhos criam pupilas de súbito e se movem com mórbida petulância e cujas carnes de pedra agitam-se assustadas com a coloração da carne ávida.

Aí vem Galatéia, animada pelo calor do nôvo Pigmalião. Chama-se Rosa.

Ela era o mimo desta redondeza
Cândida, a loura e trêfega menina
Tinha na voz a rima d'ouro prêsa
Que o pipilo dos pássaros ensina;

Microscópico pé, mão de princesa,
Mais clara ainda do que a neve alpina;
Na bôca em flor um rubro de framboesa
Corpo feito de lírio e bonina;

Uns claros olhos límpidos, risonhos,
Onde cantavam pássaros e sonhos,
Numa alegria rútila e maviosa;

Brilhos no rosto lírico e divino,
Uns gestos lindos, no sorrir um hino...
Eis o retrato pálido da Rosa.

Adiante, achá-la-eis, com o nome de Nair, mas sempre rósea, "entrando no lago inteiramente nua",

... deusa pagã soberba e linda!
Rósea, a tremer, nuns vivos anseios;

Rósea na face cândida, macia,
Rósea nos lábios trêmulos, ainda
Rósea nos bicos dos pequenos seios.

E se acaso a virdes transportada ao *boudoir* dos amôres castos, ainda encontrareis o mármore divino colorido e quente, que o poeta adora ajoelhado nas sextilhas do livro, calçando a Nair uns mimosos sapatinhos, aquêles pobres sapatinhos que êle topara um dia na alcova "entristecidos e submissos", longe dos sorrisos da feiticeira.

... Dois òrfãozinhos
Sem amor e sem carinhos,
Sem uns afetos apenas;
Assim dois ninhos doirados,
Num ramo dependurados
Sem o calor de umas penas.

No entanto, são tão azuis!
Não tem o céu tanta luz
Nem tantos brilhos o mar;
Se os visse o Sultão do Oriente
Levava-os, todo contente,
Para a sultana os calçar.

O autor das *Imagens e Visões* traduz, portanto, no fato, o título do livro. A sua sensibilidade de poeta e de artista está inteiramente subordinada às evocações da forma colorida. No círculo da fantasia, todo o seu estro se desenvolve por meio de associações de imagens, que acentuam uma forma especial e característica do nôvo lirismo, beijam, descendo dos seus nichos e pedestais; enastram-se de mirtos, e das flôres, que falam, recebem vida e luz.

Ocupar-me-ia mais extensamente com algumas publicações de poetas líricos, dadas à estampa o ano passado, se não fôsse obrigado pela exigüidade do espaço a reduzir as proporções dêste trabalho.

Acresce que os dois livros anteriormente analisados são os únicos que acentuam uma forma especial e característica do nôvo lirismo, devendo os outros ser considerados produtos de movimento antigo e do automatismo que impreterìvelmente conduz o brasileiro em certa época da vida ao ditirambo amoroso. Usando de uma frase feliz de Inglês de Sousa, êsse lirismo constitui uma espécie de sarampo, pelo qual todo brasileiro tem de passar, qualquer que seja a profissão que depois venha a adotar.

Não foram muitos os sarampentos do ano findo. Em alguns talvez a moléstia degenerasse em escarlatina. Outros, mais felizes, limpos da gafeira, enveredaram pela prosa ou mudaram de hábitos poéticos, procurando afeiçoar a impassibilidade dos parnasianos.

Em todo caso não deixarei de lembrar o nome dêsses líricos. Um dêles, Sílvio de Almeida, apareceu prefaciado pelo poeta Raimundo Correia, que, na carta de apresentação ao público, o declara simpático e, confundindo pessimismo com decadismo, o aplaude por vê-lo isento dos defeitos "dessas obras perversas" saídas da *débâcle* dêste fim de século. O autor das *Efêmeras*, portanto, cultiva "as risonhas quimeras e esperanças" dos bons tempos das Cruzadas: na opinião do paraninfo é um crente e um forte, cuja alma "viril, livre e independente, embraçando o escudo cristalino da fé, atravessa sem mêdo, cantando e rindo, as cruas batalhas da vida, e voa e paira incólume acima da ira vermelha dos combatentes". Recebendo-o a benefício de inventário, contudo, não o reputo muito válido para repelir as algaradas * dos mouros da literatura, que agora surgem com o nome de decadentes.

Conviria tomar nota das palavras do nôvo cavaleiro:

Sou poeta... Quem me nega
O direito de chorar?
Quem veda os gritos do vento?
Quem os soluços do mar?

Quem diz à estrige: — não pies?
Quem diz à noite: — não chores?
Quem diz ao poeta: — esquece
A mulher que mais adores?

Sou poeta... Quem me priva
Do direito de sorrir?
Quem priva a estrêla da luz?
Quem priva a rosa de abrir?

---

* *Sic.*

Rio e choro... e, pois, me vejo
Em a noite da loucura,
— Loucura cheia de mágoa
— Mágoa cheia de doçura.

Guardada a nota, seria caso de pedir aos Fachinettis, aos Amats, aos padres Marinhos, da atualidade, música adaptada a tão soidosos versos e música de guitarra, pois por ela entraríamos em pleno repertório de "Qual quebra a vaga do mar". E com o Sr. Sílvio de Almeida iríamos "delirando" em noite de luar ao embalo dêstes versos:

No amargor destas horas aborridas
Do apartamento, que me punge tanto,
Tudo me falta: só me resta o pranto
Para chorar as ilusões perdidas.

O Sr. Costa e Silva, natural de Sergipe, não teve prefaciador; apresentou-se êle mesmo; e lançando ao leitor a prosa das grandes solenidades, espera que os seus pobres versos "irão flutuando pela corrente cristalina da opinião pública".

*Nenúfares* é o título do livro do corajoso sergipano, que é empregado no comércio, casado, com filhos, e não sei se também bom guarda-nacional. Como é fácil de ver, Costa e Silva não podia, versejando, escapar à escola do "não chores", do "cismando", das "dores íntimas", do "eu vou partir". E assim escreve:

Lá na etérea mansão, lá onde habitas,
Vela por mim, que eu chorarei por ti,
E aceita, minha mãe, como uma prece,
Estas estrofes que deixo aqui.

E mais adiante:

... Esta saudade enorme
Que levo n'alma a me pungir, criança,
Há de trazer-me a mística lembrança
Do nosso amor sagrado que não dorme.

Ora, compreende-se que, depois de Gonçalves Dias e Casimiro de Abreu, o lirismo dessa espécie, o lirismo magoado, a poesia do "dói-dói", que aliás ainda faz suspirar a muita gente boa, principalmente os apreciadores antigos da Charton e da Stoltz, o lirismo enfim das almas da modinha, não pode ser tolerado, senão tangido, dedilhado em instrumentos femininos, ou por poetas de excepcional candura. É bem provável que o autor dos *Nenúfares* tenha ficado a barlavento dessa ternura; e seria para desejar que êle buscasse enfunar o estro na direção dos simbolistas.

Casado, também, e com filhos, encontro outro lírico, que publicou, durante o ano passado um livro intitulado *Pálidas*. Médico distinto e poeta nas horas vagas, o Dr. Fernando Alencar não se afasta muito das tendências dos trovadores acima mencionados. Em todo caso, porém, nos seus versos há menos "dói-dói", menos suspiros do que nos do Sr. Costa e Silva, e mais preocupação de sentimentos enérgicos. Algumas de suas composições deixam perceber até um ligeiro sôpro épico e lembram a lição dos poetas condoreiros, como Tobias Barreto, Castro Alves e V. Palhares. Neste caso se acham as poesias "A Batalha", "Homenagem", "Abolição", "A Revolução de 15 de Novembro."

> É como a lôba de Roma,
> Enquanto a revolução
> Vai, doce, a Pátria aleitando
> Com forte civilização,
> Em redor dos horizontes,
> As nações, erguendo as frontes,
> Exclamam, vendo o Brasil :
> "— Marcha, criança gigante,
> Marcha, marcha deslumbrante
> Coberta de glórias mil."

Algumas vêzes, embora enfáticos, não desmerecem do fim que se propõem, que é entusiasmar e acender o patriotismo.

De Brito Mendes, autor dos *Orvalhos*, pequena coleção de poesias publicadas nesta capital, também o ano passado, pode-se dizer apenas que promete um excelente lírico, se continuar. Há graça e vivacidade nos versos dêsse môço, limpidez de expressão e naturalidade no *babil*. O sentimento nêle procura a forma colorida e as imagens ingênuas que se oferecem ao espírito cândido de um mancebo apaixonado.

Os parnasianos não tiveram, durante o período, cuja psicologia procuro fazer, grandes manifestações. Raimundo Correia nada publicou em livro. De outros poetas apenas chegaram ao meu conhecimento os *Evangelhos*, de Artur Lôbo e as *Fototipias* de Figueiredo Pimentel.

Rigorosamente falando êstes dois livros estão muito longe de representar aquela impassibilidade poética e nitidez de forma, que os mestres recomendam, e de que no presente são os *Troféus* de José Maria de Heredia o mais perfeito exemplo.

O brasileiro, na exuberância incoercível de sua natureza tropical, pode protestar contra o lirismo perdulário, e meter-se no jugo do ritmo e da correção helênica; mas não tardará a insurgir-se contra a disciplina e despedaçar os moldes que tiver adotado. O sangue espirrará do verso, e o sensualismo da raça a pouco e pouco irá ma-

culando o Paros do sonêto, cuidadosamente burilado. E as leis a que está sujeita a musa brasileira triunfarão em tôda li. ha.

É o que sucede com os *Evangelhos* de Artur Lôbo. No sonêto que se inscreve "Impossível" diz êle:

Ainda que a dura e acerba dor sofrendo
E muito embora o amargo fel provando,
Raro vereis o pranto meu correndo,
Raro vereis meu coração pulsando.

Porque das desventuras me defendo,
Odes, versos e rimas burilando,
E todo o fel do meu pesar vertendo
Nas estrofes que vivo entressachando.

— "Zomba talvez !" direis, "Falta-lhe o senso !"
Porque pensais de modo bem diverso.
Porém, daquele por que falo e penso

Sabei que a dor é um animal perverso
Que eu domestico, que eu subjugo e venço,
Soando o rude cálamo do verso.

Pois bem: por mais formosos que sejam êstes versos, êles nada provam. A cada instante o livro desmente o estoicismo do poeta, o qual, embora enamorado da arte grega, não é um Keats, que se fine, completamente absorto no meio da estatuária de Atenas e possa dar-nos um *Endimião,* uma *Ode a Psique,* verdadeiros sonhos artísticos, em que a hipnose do talento nos transporta à vida do universo antigo. Para tanto seria necessária uma monomania terrível posta a serviço de um talento arqueológico fora do comum. Ao contrário disto, Artur Lôbo é incapaz de esquecer-se de si e do meio que o solicita; de sorte que as ninfas, os sátiros, as orgias pagãs, que descreve, mal encobrem os modelos de que êle se serviu. Horizontais surpreendidas nas *baignoires* do hotel Daury, velhos obscenos apanhados em flagrante pecado de concupiscência nos jardins do Recreio, cenas de carnaval observadas a furto dos préstitos de fevereiro: eis o substrato dos versos; junte-se agora a tecnologia grega e o vocabulário mitológico e ter-se-á todo o *modus faciendi* do poeta. Nada disto, contudo, impede que os *Evangelhos* sejam um dos livros de versos mais formosos que têm saído dos prelos nacionais nestes últimos tempos.

Artur Lôbo é um delicadíssimo poeta, e lastimo que êle desconheça o seu anacreontismo e não o cultive rigorosamente sob os auspícios da natureza que o cerca. Esta convicção nasceu de dois sonetos e de umas quadrinhas que li na coleção, e intitulam-se "Canção" e os sonetos "Harpa da Juventude" e "Propostas Deso-

nestas", peças literárias, onde, a par do mais fino lavor, encontra-se a graça anacreôntica no apurado grau.

Transcreverei o último:

> Disse-me a Estrêla: "A côr mais bela e ótima
> Dou-te da minha rútila palhêta."
> Volve a Harmonia: "E eu dou-te a estranha rima
> Mais sonora, mais rica e mais completa."
>
> Vê a epiderme que meu colo anima!
> Gemeu a Rosa: "Ó venturoso poeta!"
> Fala por fim o Aroma, "a essência-prima
> Dentre tôdas recolhe a mais discreta!"
>
> E eu ri-me, então, ouvindo uma por uma,
> As propostas de tôda gente aquela
> — Gente invejosa e presumida, em suma.
>
> Ingenuidade alvar! porque mais bela
> Prenda haverá que valha, e em si resuma
> A côr, a voz, o aroma e o beijo dela?!

Figueiredo Pimentel não é um anacreôntico. Êste jovem literato parece, antes de tudo, um indisciplinado. Atormenta-o uma moléstia grave: uma grande facilidade em japonizar tudo quanto vê. Digo japonizar, não no sentido de fazer japonices, mas para exprimir o talento que possuem os filhos de Nipão, de adaptaram-se superficialmente a tudo quanto querem. Ainda há pouco tempo Pierre Loti teve ocasião de notar em Iedo o seguinte: damas da melhor sociedade japonêsa, no mesmo dia, apresentavam-se num baile da embaixada, falando corretamente o francês, vestidas pelo mais apurado gôsto parisiense, sem que nada lhes faltasse do trato europeu e assistiram a uma cerimônia na côrte do seu monarca, guardando a mais rigorosa linha da etiquêta secular da civilização asiática. Habilidade de fingir, pondera o ilustre viajante, mas a que dificilmente corresponde um estado de consciência irredutível.

O autor das *Fototipias* não estará neste caso? Não duvido afirmar que sim. O seu talento de contrafazer escolas talvez seja inexcedível. Aqui há tempos êle escrevia o *Abôrto*, o mais desbragado espécime de realismo que tenho visto; logo depois apareciam as *Fototipias*, ensaio regular de plástica parnasiana; agora mesmo ei-lo no *Correio da Tarde* dando à estampa o romance *Leonor*, aonde o vejo emaranhar-se no mais flutuante decadismo francês que é possível imaginar. Trata-se, pois, de um rapaz de talento, que necessita de ser acossado com ferro em brasa, como se costuma aplicar às feras indomáveis. Justiça, porém, se lhe faça. Nas *Fototipias*, Figueiredo Pimentel fingiu muito bem que amou, conheceu e examinou praxitèlicamente as 28 mulheres, as 28 estátuas de carne que

formam a galeria do livro. Gregas, israelitas, andaluzas, francesas, italianas, brasileiras e até africanas, tôdas as nações deram o seu contingente feminino para a exibição do poeta rebuçado. Por pouco não completou o sortimento do conde dos *Sinos de Corneville*. As figuras são colhidas com muita graça, e os contrastes de raça, de índole, de beleza, notados, a corpo inteiro, em *terracotas* engenhosamente coloridas. Um plástico, portanto, que, começando o seu trabalho à grega, forçado pela universalidade das estatuetas, termina-o perfeitamente à romana.

Neste ponto daria por finda a revista do Parnaso, se não me julgasse obrigado a acusar a existência de dois astros que se levantam no horizonte: o parnasiano Vítor Silva e a paulista Francisca Júlia. O primeiro parece destinado a arquitetar em brasileiro um livro no gênero dos *Troféus* de Heredia. Poucos são por ora os sonetos por êle publicados, mas êstes poucos denunciam a mais profunda convicção de artista. Vítor Silva, atraído pelo mistério da forma, apaixonado por "essas obras infernais" que faziam a glória do velho ourives descrito pelo mestre, daquele artista sacro, que só aspirava morrer como Fray Juan de Segovia, cinzelando no ouro uma custódia; Vítor Silva é um torturado, um calcêta do ritmo, que enceta a sua carreira num formoso amanhecer.

Quanto à poetisa Francisca Júlia, outra impassível, juramentada e sagrada em um sonêto conhecido dos leitores da *Semana*, espreita o tempo das andorinhas para soltar o vôo. "D. Alda", "Sonho Africano", "A Caçada", "Os Argonautas", entretanto, já se me figuram jóias literárias, que só estão à espera de um belvedere em que a curiosidade do público possa ser mais amplamente satisfeita, — um livro de sonetos.

## IV

### O ANARQUISMO E A LITERATURA. — PARIS E OS ESCANDINAVOS. — INFLUÊNCIA DO DECADISMO NO BRASIL. — CRUZ E SOUSA. — A PADARIA ESPIRITUAL DO CEARÁ. — POETAS DO RECIFE.

O fato mais interessante que ocorreu durante o ano passado no acampamento das letras, foi a tentativa de adaptação do decadismo à poesia brasileira. A responsabilidade dêste cometimento cabe a Cruz e Sousa, autor do *Missal* e dos *Broquéis*. Essa transplantação literária torna-se tanto mais curiosa quanto se trata de um artista de sangue africano, cujo temperamento tépido parecia o menos apropriado para veicular a flacidez e a frialdade hierática da nova escola.

O decadismo tem, entre nós uma pequena história. O primeiro homem de letras que se preocupou das suas manifestações foi Medeiros e Albuquerque. Em 1887, graças às relações que um amigo seu particular mantinha em Paris com o grupo mallarmista, pôde êle juntar uma coleção, relativamente rica, das melhores produções dos revolucionários. Entre essas produções havia livros de Verlaine, publicações esotéricas de Mallarmé, de René Ghil, de St. Merril, de João Moréas, e as revistas em que Vieillé Griffin, Paul Adam, Charles Viguier e outros sectários da revolta contra o realismo, começavam a esboçar a estética dos novos e exibiam as idéias dos independentes. Impressionado pela audácia de alguns rapazes dessa plêiade, Medeiros e Albuquerque, que antes já cultivava os estudos de psicologia experimental, deu à estampa um livro intitulado *Canções da Decadência*, em que, aliás aproveitando muito pouco dos cânones revelados pelos mestres da escola, apenas procurou tirar alguns efeitos da instrumentação inventada pelo autor do *Tratado do Verbo* e do policromatismo estilístico deduzido das letras do alfabeto. Depois disto o ilustre poeta entregou-se de corpo e alma à política, e hoje nas horas vagas aprofunda-se nos seus prediletos estudos de *Ocultismo*, para o que dispõe da mais completa biblioteca que existe entre nós sôbre o assunto.

A Medeiros e Albuquerque devo o conhecimento que fiz em 1887 do *decadismo*. De posse dos seus livros e revistas busquei examinar cuidadosamente o valor dessas produções, as quais naquela época eram, entretanto, menoscabadas pela crítica parisiense e cobertas de ridículo pela maior parte dos jornalistas do bulevar.

Cumpre-me, porém, dizer com franqueza que essas manifestações, por mais extravagantes que parecessem, feriram a minha atenção sèriamente, levando-me logo a concluir que o decadismo ou simbolismo em Paris constituía o sintoma ou a repercussão de um fenômeno misterioso, algures agitado em virtude de causas muito poderosas.

Prescindindo da opinião dos esteticistas de casa, como Baju, Griffin, René Ghil, no *Tratado do Verbo* e Verlaine nos *Poetas Malditos*, evidentemente suspeitos, recorri a Júlio Lemaître, que tinha se ocupado, em extenso artigo, com o autor de *L'Amour*, e a Tellier, que publicara um livro de exposição com vários espécimes da escola. Nenhum dêstes autores, porém, pôde satisfazer o meu espírito; o primeiro porque desdenhava dos processos dos decadistas, sem fundamentar o seu desdém, e o último porque dizia que os novos tinham aberto uma porta, que já o estava há muito tempo. O recurso, portanto, que me restava era meditar os livros sujeitos à minha crítica. Com efeito, lidas e relidas as composições decadistas, não tardou que em meu espírito se fôssem levantando os pródromos

de um conceito que com o tempo vi confirmado. O decadismo, pois, se apresentava como uma nova forma de chauvinismo parisiense, produzida pelo movimento geral que ia agitando a Europa, ação esta que a maior parte dos decadistas e simbolistas desconhecia ou rejeitava. Convencido disto, escrevi, então, em 1888 no *Novidades* alguns artigos intercorrentes à crítica de um livro em voga, nos quais procurei demonstrar que a nova escola, sendo històricamente, uma transformação do parnasismo, em cuja alma se injetara um raio dêsse espírito que no princípio do século dera como produtos a poética religiosa dos Saint-Simon, dos Enfantin, dos Pierre Leroux, tomava a forma simbólica do *Orfismo* de Mallarmé. Assim não me foi difícil verificar que o grupo mais distinto dos sectários da renovação literária oscilava entre dois pólos: de um lado, as sutilezas de um hieratismo gramatical, em que a sintaxe passava por caprichosos truncamentos para a obtenção de certos e determinados efeitos, e aí residia todo o segrêdo da intrumentação falada e wagneriana de René Ghil, e da holófrase de Stéphane Mallarmé; de outro lado, o horror às literaturas militantes de estranhos países e a infernal aspiração de criar aptidões novas ao espírito, nova afinação aos nervos, e de exprimir o inexprimível, transformando o poeta no microfono vivo da vida terrestre invisível, tudo isto, porém, mais ou menos subordinado a um ponto de vista exclusivamente galo-latino. [2]

Daí a intercorrência de duas educações muito diversas, mas reunidas na mesma pessoa, na pessoa do chefe reconhecido dos simbolistas, o autor da *Sesta de Um Fauno*. Não há hoje quem ignore que o poeta Stéphane Mallarmé nasceu de um filólogo, que professou, se é que ainda não professa, a cadeira de inglês, não me recordo em que estabelecimento, e que aos estudos de lingüística e mitologia comparada reuniu depois os do ocultismo aplicado aos poetas encantatórios. Desta maneira temos que o núcleo mais fortemente constituído e em tôrno do qual giraram os mais audaciosos fautores da nova estética, resultava da combinação de um professor de línguas, profundamente impressionado pelos mistérios da palavra, com um *franc-maçon* iluminado pela psicose ou pela neurastenia do mundo livresco parisiense.

Os diversos ancenúbios do simbolismo foram depois se destacando com as suas características bem claras e definidas; e até os fenômenos de contágio, operados em círculos opostos se ofereceram à análise expressa e positivamente. Assim, por exemplo, não me admirei quando reconheci nos verlainistas simples lamartinianos,

---

[2] Por êsse mesmo tempo o Dr. Gama Rosa, a quem transmiti os livros dos decadistas, publicou na *Tribuna Liberal* um interessante trabalho de exposição das idéias da nova escola.

em cuja medula houvessem injetado algumas doses do satanismo de Baudelaire; em muitos mallarmistas, hugoanos com alguns toques de magia e espiritismo; finalmente, em não poucos impressionistas, projeções de Ronsard, de Villon e dos *trouvères* dos bons tempos, quase felibres coados pelos *vitraux* das catedrais de Notre-Dame e de Estrasburgo. Fôssem porém o que fôssem, extravagantes, repetidores de coisas já conhecidas, malucos ou neurastênicos, o que é certo é que êsse acidente literário, chamando a atenção de Paris, tornando-se objeto de *interviews*, transformou-se em moda e alastrou o mundo. Aceito, em grande parte, como arma de demolição da escola naturalista de E. Zola, tanto verifica-se que o homem é sempre o mesmo, quer faça política, quer comercie, quer se entregue à literatura, o decadismo invadiu os noticiários e provocou estudos e sérias confusões. Não tardou que os Hurets, nas suas *Enquêtes*, os Childs, nos seus estudos a *vol d'oiseau*, que as *Nuovas Antologias*, as Revistas e os Magazines se ocupassem longamente com os novos poetas, e até entre nós houve um Karl Max, que, pelo *Jornal do Comércio*, pretendeu excluí-lo imediatamente das pretensões à partilha do Ocidente. E, coisa digna de nota, não faltaram cristãos-novos, que, julgando, como sucedeu com o Sr. Pinheiro Chagas, o zolismo em *débâcle*, se apresentassem furibundos, à última hora, dispostos a tomar contas severas a uma escola que levara vinte anos a corromper o gôsto público.

Voltando, porém, ao curso das minhas idéias, repetirei que o decadismo ou simbolismo constitui um simples acidente literário, um sintoma de fenômenos de ordem mais elevada. É o que vou examinar.

Desde quando começou a manifestar-se êsse movimento a que se tem dado o nome de decadência na Europa?

É um movimento continental? latino? ou simplesmente francês, refletindo-se à superfície dos outros povos? Não há negar que, social e pollticamente falando, o movimento é continental. E pode-se considerar um lugar-comum afirmar que a Europa atravessa uma crise em conseqüência da substituição dos antigos aparelhos pelos que a democracia moderna inventou; mas cujas máquinas capitais não podem ser finalmente deslocadas sem grande abalo e talvez estrondosa subversão do solo.

Mudanças dessa natureza não se realizam sem angústia de muitas classes. O deperecimento dos que exercem qualquer parcela de soberania no regime ameaçado estampa-se logo na fisionomia das classes dirigentes, e, em seguida, essas mesmas classes, como certos doentes atacados de consunção, passam a apalpar-se e a buscar nos alimentos, no ar que o cerca, na vizinhança, no contacto dos outros, as causas do mal orgânico que o consomem de morte.

É triste tudo isso. Os enfermos, então, põem-se a filosofar, e logo surgem um, dois, três iluminados do próprio seio dessas classes para formular compêndios patológicos e por fim uma filosofia de pessimismo. Quem não está lembrado da Revolução e do que lhe seguiu? Quem ignora que êsse poderoso organismo chamado equilíbrio europeu, cuja gênese Ancillon descreveu tão brilhantemente no *Quadro das Revoluções do Sistema Político da Europa*, começou de há muito a ser atacado? Quem não assistiu em parte à substituição gradual dos tratados realengos, dos conluios dinásticos, pelos tratados de comércio judaicos; e não ressentiu que com essa encapsulação ou mimetismo pretendiam os grandes estadistas impedir o avolumamento da corrente democrática e inveicular a realeza em naus aparelhadas para transpor as perigosas corredeiras? Tudo isto é do domínio histórico e engarfa-se claramente no presente e em nossa própria vida; e agora mesmo a todo leitor de jornais fornecem os repórteres, dia a dia, fragmentos do mais estrondoso espetáculo que o mundo tenha visto.

Fervem as caldeiras das máquinas governamentais sob a alta pressão do vapor que as propulsa; a atmosfera política chega a uma temperatura quase impossível; e quando nos arsenais, por tôda a parte, se movem, com a aceleração do perigo, mestres e operários, quando a engenharia social desorienta ao acúmulo de um trabalho atlântico, vê-se a dinamite do quarto estado a fulgurar nos ares e as explosões propagarem-se, sem que mais se pense em escolher o trono ou o altar, o pobre ou o rico, o sábio ou o insciente. O raio da cólera difusa passa da questão política para a econômica, da econômica para a social, da questão social para a questão da salvação, já não do corpo, mas da própria alma; e nesse charivari medonho tôdas as hipóteses têm nome e todos os nomes têm sectários. No fundo dessa bolgia, porém, o que avulta é o anarquismo; mas alguma coisa que se pode denominar a *Utopia* move-se nas trevas e causa pavor, — talvez um mundo em gestação, a nova América das idéias.

Nestas condições, quebrados os laços de veneração à fôrça que detinha o homem europeu, não é para estranhar que, no fluxo e refluxo do pensamento coletivo, sôltas a todos os ventos, e sem disciplina política, resistissem a qualquer direção atual e num só sentido as faculdades científicas e as aptidões artísticas.

Daí um fenômeno, que se pôde observar no mundo psíquico, com pequenas alternativas e regressões, desde 1830: — a abertura de tôdas as válvulas às expansões as mais caprichosas da natureza moral.

Naquela época e em 1848 falou-se muito em liberdade de pensar, é verdade, mas nem por isso se conseguiu fazê-lo mais livremente, sujeito como se deixou ficar ainda o espírito à ideologia representada pelos Pelletans e pelos Hugos.

Com o andar dos anos, porém, o naturalismo, submetendo a vida e a sociedade inteira aos mesmos processos de análise de que usara até então para o conhecimento do mundo material, o naturalismo, repito, tornou impossível qualquer transação no intuito de conservar no regime mental dos povos cultos os mitos, pelo menos as ficções políticas do passado. Surgiram, entretanto, as dificuldades práticas originadas, por um lado, da falta de uma síntese bastante clara e em condições de oferecer o flanco à adesão do *vulgum pecus*, e por outro lado, do *uti possidetis* das classes armadas, embora convencidas, mas em geral corrompidas pelo hábito da posse.

Embalde, para obviar tamanha colisão, Augusto Comte, introduzindo o critério positivo nas ciências e iluminando a história com um foco de luz poderosíssimo, tentou dissolver o que êle chamava a anarquia espiritual, transformando a cruz de Cristo no lábaro da humanidade em marcha. Embalde os evolucionistas, apelando para uma síntese objetiva, capaz de eletrizar as mais famosas imaginações, procuraram encadear as renascenças do gênio ariano em benefício das raças eleitas e destinadas a congregar no extremo ocidente todos os elementos de progresso e de futura felicidade. Ou por prematuras, ou por ausência de algum elemento, mínimo talvez, mas que lhes faltou com certeza, êsses prodigiosos elances do espírito científico aí estão inertes, como grandes máquinas cujos inventores perderam o segrêdo da chave que ainda as há de fazer mover. Mas o que é certo é que a lucidez criada por êsses mesmos métodos no seio da Europa, enquanto não chega o momento de arrancarem-se os governos às mãos dos antigos maquinistas; essa lucidez, tornando-se nos últimos anos temerária, penetrando em classes muito baixas e mostrando à universalidade das turbas onde está a causa imediata dos males, e quanta fraqueza orgânica reside nos aparentemente fortes; essa lucidez, aumentando a fôrça propulsiva de tôdas as aptidões, de todos os apetites, de tôdas as aspirações, de todos os sonhos e até de tôdas as loucuras sociais, abriu, mais cedo do que era de esperar, as junturas do organismo secular, e começou a dar saída a tôdas estas chamadas extravagâncias do século, que se resumem na frase pretensiosa de alguns criticistas, em duas palavras hoje na moda — *pessimismo* e *decadência*.

Pessimismo, de quem? Como decadência?

Pessimismo e decadência gritam êles; e, buscando no confronto da história a mais que batida decadência romana, desfiam, quando nada em literatura, as épocas vizinhas de Petrônio e de Apuleu.

É verdade que grandes analogias podem com vantagem ser apontadas nessas duas etapas da evolução ocidental. Nós encontramos naquelas épocas tipos completos, perfeitos como espécimes de uma raça híbrida, os quais são cópias retroativas de muitos atualmente

vivos em Paris e em cujas obras nos repastamos quotidianamente. Basta falar no autor do *Burro de Ouro*. Quem há por aí que não se lembre imediatamente de Renan, depois de ter lido a *Apologia*, as *Floridas*, o *Demônio de Sócrates* e os tratados sôbre Platão e sôbre o Mundo? A sua biografia nos revela um feiticeiro do estilo, possuído de tôda a enciclopédia do tempo, utilizando tôdas as ciências, jogando com suprema habilidade tôdas as artes; belo, rico, dispondo de uma companheira *ad usum*, filósofo, jurista, médico, naturalista, poeta, romancista, orador, conferencista, experimentador, nada lhe faltou para seduzir a curiosidade dos contemporâneos. Viajando, foi iniciado em todos os cultos e escolas; em Roma adquiriu fama; e em Cartago, uma espécie de Paris daqueles tempos, subindo à tribuna para prelecionar o povo mais esquisito do mundo, povo tão variado que muitas vêzes o obrigou a falar na mesma conferência em grego, latim, púnico, númida e em outros dialetos para satisfazer as nuanças étnicas do auditório, chegou êle a revelar os dotes mais extraordinários de hipnotista que é possível imaginar. Finalmente, familiar às ciências chamadas ocultas, tôdas experimentou, e deixou-se até acusar de magia para ter ocasião de rir-se dos seus acusadores e dos juízes, mostrando um espírito superior às coisas fortuitas e profundamente saturado do universalismo da arte e da ciência.

Hoje êsse tipo de prodigalidade psíquica seria com certeza batizado com o nome de ocultista, ou de diletante; e analisados os diversos gêneros de sua atividade não só encontraríamos no amorável poeta, que na *Apologia* refere-se a sua mulher, à bela Pudentila, como à mais gostosa das espôsas, um imitador de Renan, mas também pedaços de Bourget, de Barrès e até mesmo de Peladan, senão de todos os autores de *fumisteries*, que enchem os bulevares de Paris.

Tais semelhanças, porém, não provam que as situações sejam idênticas, pelo menos, quanto ao organismo a que me tenho referido. As diferenças entre os dois movimentos são profundas. A decadência do Império não só foi bem diferente, como se produziu por um concurso de causas de natureza diametralmente oposta às do de que se trata. Deperecimento interno; invasão de bárbaros; destruição de monumentos; substituição, na política, na administração, nas artes, em tudo, da fôrça ilustrada pela inculta: eis em essência o fato capital dos séculos que se seguiram aos tempos áureos de Augusto. Nada disto, porém, observa-se na Europa niilista, anarquista e dinamitista de hoje. Se há bárbaros, êstes estão dentro de cada inglês, de cada russo, de cada francês, de cada alemão, ainda os mais ilustrados; a pretensiosa nevrose é quem os fabrica em maior ou menor escala; a psiquiatria dos Lombroso e dos Ferri, e a sociologia criminal dos Tarde quem os qualifica.

Se o fenômeno a que hoje dão o nome de decadência na Europa não é o mesmo que a história nos mostra em séculos passados, que significa então êsse movimento?

Significa uma transição complicada: um bloqueio pôsto às altas potências, que representam a velha alma do continente, não por bárbaros, nem por um clero, nem por uma só doutrina que se infiltrasse no ânimo do povo, mas por poderosíssimos aparelhos científicos e pela renascença de tôdas as grandes fôrças do passado desprezadas.

Quem cogita apoderar-se do patrimônio secular e dos meios de ação não é nenhum guerreiro guedelhudo e feroz atrás do qual venha logo um bispo e atrás do bispo um exército de sacristas; nem mesmo êsse germano, franco, heróico e doce, que apaixonado pelo Cristo, depois se converteu no santo rei dos tempos cavalheirescos. Não; o que se vê são filósofos, mentores da humanidade, profetas desdobrados em sábios; sistemas políticos ávidos de realização instantânea, doutrinas filosóficas em renhido concurso, mas todos e tôdas mais ou menos articulados num grande eixo, e convictas de que trocaram o sonho pela realidade.

Dada, portanto, a hipótese da conquista dos podêres dirigentes por estas fôrças, nada pode autorizar o pensamento sinistro de uma fase de obscurantismo. Pode corr ersangue; mas, com certeza, será à luz de um grande incêndio estético e científico.

Entretanto, pergunta-se: como, justamente no meio da pujança dessas idéias regeneradoras, surgem todos os dislates que aguçam os mais depravados apetites do diletantismo? A resposta parece, e é, relativamente fácil. Encontra-se, de um lado, a necessidade de satisfazer o ritmo da vida social: os excessos do materialismo estavam pedindo, já de há muito, o contrapêso das tendências opostas; de outro lado, descobre-se um desequilíbrio manifesto entre a ética e a prática política: a impossibilidade de porem-se em acôrdo as necessidades do maior número com as ficções mantidas por tôda parte pelo *timebunt gentes* e pelo pavor de uma catástrofe universal constituem a fôrça impulsiva mais eficaz de tôdas as que atualmente agem no mundo civilizado. Acrescente-se agora a acuidade de sentidos generalizada pela educação cerebral operada pelas escolas dêstes últimos tempos. O exercício de faculdades, que até pouco tempo só se permitiam aos poetas, artistas, exegetas e ascetas, pelo excessivo desenvolvimento da imprensa e da vida literária, tornou-se coisa comum. A primeira qualidade de natureza assim aparelhadas é o exagêro. Tudo para elas toma, como sob um vidro de grau, formas colossais, pavorosas, extraordinárias e imprevistas.

A proporção das coisas desaparece; um mosquito é um elefante; um grão de areia converte-se num mundo infernal. As coisas mais

simples assumem o aspecto de monstro, as afecções da alma, mais miùdamente estudadas, batizam-se com os nomes terríveis de nevroses incuráveis. Tudo se converte em objeto de espetáculo para o grupo social que tem menos necessidades animais a satisfazer; os povos, então, começam a se observar uns aos outros com uma curiosidade maligna e verdadeiramente infantil. A reportagem indiscreta, pelo jornal, e a científica, pelas revistas, tratam de aproximar as coisas que se acham mais distantes; por outra parte, as exposições concorridas, na promiscuidade das nações as mais opostas, acabam por imprimir na maior porção dos seus visitantes não habituados a generalizar por ofício umas generalizações concretas e falsas, que raro deixam de transformar-se em um sentimento de vazio mental ou no cansaço cerebral. Nestas condições, é lógico que dois terços das afirmações, até dos que se supõem autorizados a dizer a verdade, não passam de efeito de divagações terroristas.

Há crise e ninguém a nega; e a Europa política profundamente carcomida tem de ver, como atrás o indiquei, em pouco tempo aproximar-se a queda do seu atual direito público. Enquanto, porém, não chega êsse momento supremo não há meio de impedir que os agitadores de tôda ordem se emaranhem no mundo das hipóteses, perturbando a alma superficial, principalmente das nações latinas, onde êste estrépito se concentra; porque a alma tranqüila e conservadora dos povos reside em outro sítio. [3]

A ocasião, portanto, tornou-se oportuníssima para operar-se uma espécie de banho-maria metafísico, do qual é possível que o espírito humano saia mais resistente para prosseguir no exame da natureza e na organização do seu bem-estar futuro. Estou dêste modo muito longe de aceitar a impressão da tristeza filosófica de que se ressentem os estudos críticos de Pierre Janet e de Rosenbach. Um, confessa-se desorientado diante do incremento dos congressos espíritas e da aluvião de obras e jornais da mesma procedência; outro, quase suplantado pelo misticismo moderno, em cujas manifestações

---

3 Esta convicção, que aqui deixo exarada, foi fortalecida pela leitura atenta que fiz das comunicações de alguns magistrados franceses divulgadas pela imprensa. Êstes magistrados, por ofício, tiveram de estudar e arcar diretamente com o anarquismo e dinamitismo. Dêsses documentos pressente-se: 1.º que a perda da calma de muita gente provém de um fato simples, de terem trazido para a rua a análise de fenômenos que outrora se davam em menor proporção, é verdade, mas ficavam em todo caso *sub judice*, ou nos anfiteatros; 2.º que a exacerbação do que denominam a *nevrose do século* está limitada pela natureza das coisas; gira em esfera circunscrita, e tem reativo preparado numa grande massa laboriosa, derramada pelos campos e impenetrável, hoje mais do que nunca, às sutilezas dos fatôres da pretensa decadência da raça humana; 3.º que no fundo de todos os movimentos chamados sintomáticos e mórbidos encontra-se o dinheiro corruptor dos partidos sem opinião e principalmente do *sebastianismo* europeu em agonia. Em ponto pequeno, temos hoje no Brasil uma noção exatíssima do que significa tudo isto.

de ordem experimental, como por exemplo na telepatia, na clarividência, no culto teosófico de Mme. Blavatski, na ressurreição do Budismo esotérico de Rosny, nos estudos de psicologia mística e outros desvios de natureza semelhante, não enxerga senão uma renascença mascarada de tendências metafísicas inveteradas, para cuja dissipação talvez não sejam suficientes os esforços de sociedades científicas da envergadura das de Berlim e Munique.[4]

Como era inevitável, dada essa insurreição do espírito dispersivo de seitas e filosofias, a literatura apropriou-se logo delas, refletindo com tôdas as cambiantes da imaginação os mais arrojados paradoxos e transformando em sensações todos os aspectos fisiológicos e teratológicos dessas diversas correntes mentais.

Não é aqui lugar próprio para historiar essa evolução literária, que se apresenta muitíssimo cheia de complicações.

Como um espelho poderoso, Paris foi o centro em que se refletiram essas nuanças da fôrça criadora da coletividade; então observou-se uma circunstância singular, manifestada com uma intensidade fulminante: o bloqueio oferecido pelas literaturas exóticas à literatura de Rabelais, de Racine, de Voltaire, de Chateaubriand, de Balzac, de Flaubert, de Zola, essa literatura cristalina, que sempre primou pela clareza, pela simplicidade e pelo bom senso. A debilidade nervosa e o feminismo dêsse centro, já demonstrados pelas tendências de Daudet, de Bourget, de Maupassant e de outros, foram esmagados pela nota forte, viril e algo misteriosa de que vinham saturadas as literaturas estrangeiras, principalmente do norte, tanto antigas como modernas e recentes. O afluxo deu-se com tanta fôrça, que a invasão se fêz vasta e abundantemente. Os primeiros que apareceram bloqueando Paris foram os russos, por contágio de pessimismo. Os russos fizeram, todavia, pensar novamente e com mais intensidade em Shakespeare e em Edgar Poe. Depois surgiram os inglêses contemporâneos, como Dickens e Thackeray, estudados sob novos aspectos; e, quando menos se esperava, surgiram Ibsen, Björnson e Ola Hansson, com feições que lembram o gênio de Hamlet, e ao mesmo tempo levantam surprêsas só explicáveis pelos tesouros de vida e sensibilidade acumulados nos fiordes da Escandinávia. E atrás dêstes se enfileiram legiões de poetas novos, desconhecidos, que viviam ocultos nos golfos da Dinamarca, nas estepes da Hungria, nas ruínas da Sicília, nos campos da nova Grécia. Até a Turquia se moveu e enviou o seu Ahmed Middhat Effendi, exaltado propagandista no romance e na crítica dos mais arrojados pensamentos do século.

Paris, portanto, transforma-se num *carrefour*, onde todo o espírito humano se reúne para uma orgia intelectual. As revistas men-

---

[4] *Reuve Philosophique*, n.os 4 e 8, 1893.

sais e hebdomadárias multiplicam-se; e os editôres constroem grandes bombas para a sucção de todo exotismo existente e por existir. Êste *sabbat,* porém sepulta a alma nacional. Os nativistas da literatura da França não tardam em insurgir-se. Defendem-se. E como se defendem? Repelindo o mundo que êles atraíram; conspurcando os autores nacionais, que, como Zola, chamam os russos, êles, os da *Nova França,* cogitam em esmagar o tolstoísmo, o vogüeísmo, o ibsenismo, o ocultismo, o orientalismo, o sinismo, o neobudismo, o japonismo, o americanismo, todo o exotismo, enfim: e criam o *decadismo.*

Já indiquei, quanto às pessoas, como se agremiou essa nova escola. Acrescentarei que, em essência, o decadismo nasceu de uma reação; mas essa reação, não encontrando dentro de si uma alma forte, uma conjugação poderosa com o mundo ambiente, foi obrigada a estreitar-se no *logos* alexandrino e a fechar-se em lojas franco-maçônicas. A linha de sua atividade estava de antemão traçada. Erudição românica, medievalismo e filologia comparada: eis os três pés da peanha em que montaram os seus ídolos os decadistas franceses; aquêles, que por ignorarem história e filologia não os puderam acompanhar na linha exata, declararam-se *simples* e copiaram os vilancetes, as *aubades,* os *leit-motivs* dos menestréis dos tempos *d'antan.*

Como tôda fôrça individual ou de grupo tende a tornar-se coletiva ou geral, sucedeu que, graças a ser um movimento parisiense, o decadismo fêz-se moda, isto é, derramou-se à superfície de tôdas as outras literaturas. Os decadistas têm hoje na Rússia, na Dinamarca, na Itália, e até no Japão, imitadores. O Brasil, pois, não devia escapar a essa influência curiosa. Infelizmente, porém, em vez de nos vir diretamente de Paris, a nova escola escalou por Portugal, aonde tôdas delicadezas e todos êsses sutis gracejos do engenho humano, engrossam logo, deformam-se e tomam a feição do ridículo.

Os decadistas portuguêses começaram pelas meias roxas, pelos sapatos de fivela e pela barba escanhoada dos companheiros da *basoche.* Os seus livros padecem da moléstia de que está atacado o próprio reino de Portugal: — anemia em corpos que já foram gordos. *João Toicinho* embalde ensaia vilancetes; da banza escapam-lhe ruídos e grunhidos, em vez dos cantos deliqüescentes de Verlaine ou mesmo abstrusos de Moréas.

Vamos ver como a adaptação do decadismo no Brasil, tornando-se um desejo ardente do novos, se processou entre êles.

Lembro-me de que em 1891 formou-se um grupo de rapazes em tôrno da *Fôlha Popular.* Foi aí que os novos, tomando por insígnia um fauno, tentaram as suas primeiras exibições. A êsse grupo prendiam-se, por motivo de convivência e aproximação de idades,

Bernardino Lopes, Perneta, Oscar Rosas e Cruz e Sousa. Tais rapazes, principalmente o primeiro, não eram desconhecidos. Bernardino Lopes há muito que escrevia, e os seus *Cromos* lhe haviam dado notoriedade. Versos feitos com carinho numa zona limitada de sensações tinham-lhe granjeado uma justa simpatia. O seu bucolismo em alguns dêsses trabalhos e a descritiva de interiores em diversos sonetos abriam-lhe um lugar especial e modesto na nova literatura. Mas o tempo lhe mostrou a necessidade de levar algures a sua inspiração; devido à sua delicadeza de artista, sendo atraído ao ambiente feminino, embriagado pelo *odor de femina,* começou a apaixonar-se pelo luxo e acabou trocando a cabana dos *Cromos* por castelos de duquesas ideais. Os sonetos de B. Lopes encheram-se de pregarias, brocados, tapeçarias, móveis antigos, enfim de tudo quanto constitui o "feerismo" dos *boudoirs* das fidalgas de pé pequeno e bôca breve; pelo que nunca o censurarei, antes faço votos para que tais sonhos possam tomar forma concreta. B. Lopes, pois, tinha tiques decadistas, antes mesmo de conhecidos os livros dos *Revolucionários;* a escola nada devia ensinar-lhe, porquanto sendo a sua natureza amorável e límpida, lhe repugnava a iniciação no cânone *saugrenu* dos intransigentes.

Junto a B. Lopes achava-se um contista e poeta infelizmente prejudicado por um plexo. Oscar Rosas, dotado de talento, mas dominado da monomania de impor-se como fautor de uma escola para a qual suas faculdades eram inteiramente negativas, passou a denominar-se simbolista, nos mesmos trabalhos em que, de um extremo a outro, só transpirava o espírito pornográfico do zolismo e a truculência do ramalhismo. Isto deu causa ao riso de muita gente; mas a crítica nada pôde fazer diante de impulsos irresistíveis e de manifestações das formas da literatura lombrosiana.

Não falarei nos outros companheiros, cujas aptidões para as novas formas literárias terão tempo de se desenvolver.

Resta Cruz e Souza ao qual já aludi no comêço dêste capítulo e que publicou dois livros, *Missal* e *Broquéis*, no intuito claro, manifesto, de acompanhar o nefelibatismo português.

O *Missal* é um livro de prosa cadenciada, e, quanto à técnica, pôsto nas mesmas cordas, em que Raul Pompéia, aqui há tempos, ensaiou as *Canções Sem Metro*. Entre as *Canções Sem Metro* e a obra do poeta catarineta, entretanto, há uma grande diferença determinada desde logo pela raça e pelo temperamento de cada um. Raul Pompéia possui a acuidade dos psicólogos da nova geração e um espírito profundamente inclinado à filosofia sugestiva, de sorte que os seus escritos aparecem sempre impregnados disso que Proudhon chamava *l'expression de l'avenir*: tendências tolstoínas para a organização do serviço de salvação da idéia. Cruz e Sousa, porém, anda

em esfera muito diferente. De origem africana, como já disse, sem mescla de sangue branco, ou indígena, tôdas as qualidades de sua raça surgem no poeta em interessante luta com o meio civilizado que é o produto da atividade cerebral de outras raças. A primeira conseqüência dêsse encontro é a sensação da *maravilha*. Cruz e Sousa é um maravilhado.

No Brasil grande quantidade de mestiços tem aparecido e brilhado, tanto nas letras e nas artes, como na política e na administração; negros, porém, sem mescla, é o primeiro que se torna notório pelo talento. Era o que nos faltava para complemento da nossa paridade com os irmãos da América do Norte. Faltavam-nos aqui os equivalentes de Douglas. Cruz e Sousa, pois, representa bem as disposições felizes dos negros superiores. Continuando, porém, a explicação do seu talento, observemos o que se passa de mais particular nessa organização de artista exótico, entre companheiros e no próprio país que o viu nascer. O autor do *Missal,* disse eu, é um poeta maravilhado. Ingênuo no meio da civilização ocidental, para a qual seus antepassados concorreram apenas com o braço físico, êle olha para tudo com os olhos de um Epimênides; e tôdas as suas sensações são condicionadas por movimentos de surprêsa que se diluem imediatamente em gestos de adoração. Imagine-se êste africano na Rua do Ouvidor, transportado de uma cidade pequena e acanhada como é a capital de Santa Catarina. Tudo nêle se transforma nas sensações do náufrago de uma raça, que pelos seus dotes se encontra iniciado na grande vida e relativamente acomodado no seio *arminoso* (como êle mesmo diz) dessa deliciosa movimentação. As *profissional beauties* que passam, lançam-lhe olhares cheios de curiosidade; e o poeta, se se trata principalmente de uma loura, fica em hipnose, com o gesto vesgo dos pensamentos inexprimíveis; e sonha que o que ali passou foi uma inglêsa, uma legítima filha de Álbion, talvez alguma Nossa Senhora das igrejas católicas de Dublim ou de Dumbarton. Adiante o perambulante estaca em frente de um grupo e refere-se aos amigos do cabaré, ouve pareceres, opina sôbre escolas e agride os que não lhe parecem intelectuais. Intelectual, como êle, não há muitos dizem os sodalícios. E êle, satisfeito, reconciliado com as suas dúvidas íntimas, destaca-se do grupo, e mais além vai se embevecer diante de uma vitrina cheia de jóias, de bibelôs e de tôdas essas ricas insignificâncias que o japonismo fim de século tem inventado para as mulheres e para a loucura. Estuda êsses objetos; marca-os na memória; são miçangas talvez com que o seu estilo mais logo se enfeitará. Segue. Ei-lo postado na porta do Costrejean. Que riquíssimos móveis de estilo variegado! que belos bronzes copiados dos grandes escultores! que mármores formosos de mulheres arquiangélicas na nudez! Como tôdas estas coisas

o maravilham e lhe arregaçam os lábios, mostrando os alvos dentes dos ancestrais! Não cessam aí as maravilhas do poeta. Volta rua acima; em pé, junto ao Londres, estão políticos, que conversam, gritam, acotovelam-se; nativistas, eleccionistas, sectários de vários credos e todos os ancenúbios politicantes exibem-se, gesticulam. O poeta, então, ouve, sem destacar, todo êsse charivari, e, num movimento de repulsa, diz consigo mesmo que não passam de cretinos quando se ocupam do que existe fora da arte, do que não tem côres vivas, perfumes inebriantes, sons agudos, ritmo celeste e formas eternais. Retira-se, indignado. Resta-lhe, porém, a consciência de que viu a civilização no que ela possui de mais adorável, a mulher e as vibrações primitivas do éter.

Vejamos agora o poeta dos *Broquéis*, em modesto *atelier*, ruminando os resíduos deixados na sua alma pelos atritos da vida exterior.

Sonha. Com quê! Pensa nos ruídos que ouviu fora; dilui as côres cruas que lhe feriram a retina inebriada; depois começa a processar dentro de si mesmo o que viu e o que ouviu. Os livros dos novos poetas amados o preocupam. Nesse momento a raça sente a necessidade de um grande esfôrço para fugir, não só ao ritmo natural dos antepassados, mas também à sua predileção pelos tons vermelhos e pela passagem rápida das côres vivas, sem ancenúbios, que caracterizam a arte primitiva. Como, porém, evitar essa fatalidade? O poeta lê e busca vertiginosamente nos livros dos nefelibatas e nas obras indicadas pela escola o vocabulário, a técnica e as situações individuais que mais lhe convém adaptar. Uma verdadeira caça à palavra e ao gesto. Que importa que E. Poe e H. Heine lhe passem por diante dos olhos, um com a ironia doce e sangrenta do *Reisebilder* e do *Atta Troll*, e outro com os assombros e as vertigens do *Eureka* e das *Histórias Extraordinárias*? A alma dêsses escritores corre-lhes sôbre a epiderme da sensibilidade como um jato de água fria, apesar de noutros rasgar os tecidos como um corrosivo. Mas Cruz e Sousa não lê nos livros de tais autores senão o que é formal, o que verbalmente parece *exquis*, o paradoxo aparente, a antítese, a oposição de frases. O abstrato perde-se todo para os poetas dessa natureza; e para êle não há entrelinhas nem movimentos encobertos.

Assim nasce o *Missal*. O autor, no silêncio, deixa-se assoberbar pelo delírio das grandezas. Julga-se já um sacerdote; reveste-se dos paramentos pintalgados que dançam em seu cérebro e promete pontificar. Reúne em livro os versos que compôs, e brada ao público ou aos companheiros de cabaré:

> — Sol, rei astral, deus dos sidérios azuis, que fazes cantar de luz os prados verdes, cantar as águas ! Sol imortal, pagão, que simbolizas a Vida, Fecundidade ! etc., etc. Lá do alto zimbório catedralesco de

> onde refulges e triunfas, ouve esta Oração que te consagro neste branco *Missal* da excelsa Religião da Arte, esmaltado no marfim ebúrneo das iluminuras do Pensamento.

Feita esta invocação, o poeta pede ao Sol "que os manipansos não possam grotescamente, chatos e rombos, com *grimaces* e gestos ignóbeis, imperar sôbre êle" e que "nem mesmo os Papas, que têm à cabeça as veneráveis orelhas e os chavelhos da Infalibilidade, para aqui não venham com solene aspecto abençoador, botar sôbre as páginas (do *Missal*) os clássicos latins pulverulentos, as teorias abstrusas, as regras fósseis, os princípios batráquios, as leis da crítica megatério". E por êste feitio, o nôvo guebro, adorador do Sol, dá comêço às cenas de esconjuros contra os sortilégios dos impuros. Vê-se, portanto, que o autor do *Missal* não é nenhum celebrante de missa negra, nem entende metade daquela missa, cheia de poluções sôbre as santas partículas e de histéricos sacrilégios femininos, que Huysmans tão eruditamente descreve no *Là-bas*. Não; a missa do reverendo Cruz e Souza é branca e solar, celebrada no templo da arte moderna (*sic*) e poderia até ser cantada no altar do

> ... branco ventre côr de leite
> — Alucinante mármore de Paros.

do sonêto de Venceslau de Queirós.

Subordinado às suas origens, ei-lo regressando brilhantemente às formas poéticas dos seus maiores e dando aos ritos de sua arte a mesma cadência e as mesmas idealizações primitivas dos monumentos literários dos negros da África setentrional, com uma pequena superfetação apenas das litanias das festas da igreja romana e das volúpias modernas.

E se isto não é verdade diga-o o leitor depois de comparar os dois trechos que se seguem.

É um poeta moderno da Senegâmbia quem fala:

> A jóia mais preciosa do *tata* de Batari era sua filha, a bela Diudi. — Guerreiro que nunca tremeste diante da zagaia do inimigo, treme diante dos olhos de Diudi! Ela eclipsava tôdas as mulheres; porque ninguém enxerga as estrêlas quando se levanta o Sol. Diudi era bela como o Sol no oriente e ágil como uma gazela. Seu olhar fazia perder a memória aos homens e enchia de receios os mais valentes batalhadores. [5]

---

[5] Vide Letourneau. *L'évolution littéraire*. (DIUDI e SEGA bailado dos Kassoukés).

Agora, leia-se a *Tulipa Real,* de Cruz e Sousa:

Carne opulenta, majestosa, fina
De sol gerada nos febris carinhos.
Há músicas, há cânticos, há vinhos
Na tua estranha bôca solferina.

A forma delicada e alabastrina
Do teu corpo de límpidos arminhos
Tem a frescura virginal dos linhos
E da neve polar e cristalina.

Deslumbramento de luxúria e gôzo
Vem dessa carne o travo aciduloso
De um fruto aberto aos tropicais mormaços.

Teu coração lembra a orgia dos triclínios...
E os reis dormem bizarros e sanguíneos
Na sêda branca e pulcra dos teus braços.

Suprima-se dêste sonêto o verniz da adjetivação erudita e a repercussão do triclínio romano e ter-se-á o puro poeta astral antropomórfico das raças primitivas e que ainda encontramos no *Cântico dos Cânticos* do voluptuoso Salomão ou de algum oriental por êle. Sem embargo disto, o *Missal* é um livro singular pela cadência da frase e pela estranha combinação de dois elementos opostos, — o sentimento de um africano engastado em linguagem fim de século.

Que direi dos *Broquéis* que já não tenha dito a propósito da proso ritmada do *Missal*?

É incontestável que nos versos Cruz e Sousa apresenta-se como um dos nossos poetas mais sonoros. Não há nesse livro grande variedade de rimas, nem dificuldades de metrificação. Tudo se resume no compasso ternário, como se diz em arte musical, uma ou outra vez ligeiramente sincopado; e as rimas, raras em nomes, firmando-se de ordinário em qualificativos, obedecem às idéias mais gerais, o que as torna monótonas pela maior parte.

A escolha do metro ternário constitui uma das superfetações do talento do poeta. O quaternário seria mais opulento para a expansão natural da sua musa primitiva; mas a *toquade* pelo nôvo não permitiu que o autor dos *Broquéis* se abaixasse até a métrica do *jongo* e do *cateretê.*

No que diz respeito ao ideal, o livro está repleto de vultos de mulheres *catedralescas,* isto é, de santas, que o poeta, maravilhado, adora ao seu modo. Assim surgem Lésbia, a monja, *Regina Coeli,* a noiva, a judia, *Foederis Arca* e outras; mas tôdas estas mulheres, de madeira ou de prata, não valem a bailadeira da "Dança do Ventre", se é que se não transformam nesse tipo oriental.

Tôrva, febril, torcicolosamente
Numa espiral de elétricos volteios,
Na cabeça, nos olhos e nos seios
Fluíam-lhe os venenos da serpente.

Ah! que agonia tenebrosa e ardente!
Que convulsões, que lúbricos anseios,
Quanta volúpia e quantos bamboleios,
Que brusco e horrível sensualismo quente.

O ventre, em pinchos, empinava todo
Como reptil abjeto sôbre o lôdo,
Espolinhado e retorcido em fúria.

Era a dança macabra e multiforme
De um verme estranho, colossal, enorme,
Do demônio sangrento da luxúria!

Mais felizes, sob êsse ponto de vista, foram os decadistas da *Padaria Espiritual* do Ceará.

Oriundos de um meio politicamente muito ativo, os *novos* de minha terra surgiram desferindo no verso harmonias prometedoras.

A pátria de Iracema, que sempre se tem distinguido pelo filoneísmo, não devia ficar indiferente à renovação da poesia. A curiosidade de alguns moços foi despertada pelas notícias de que alguma coisa se passava no mundo das letras, e então, fazendo reviver a tradição do grupo de Rocha Lima, agremiaram-se em 1892 e fundaram uma sociedade a que deram o nome de *Padaria Espiritual*. Êsse clube literário, sob formas excêntricas, ergueu o pendão do nacionalismo, sem quebra do culto da arte universal; e com muito espírito proibiu, nos seus estatutos, o uso de palavras estranhas à língua vernácula, permitindo, porém, o emprêgo dos neologismos do Dr. Castro Lopes, mas também vedou tôda e qualquer referência à rosa de Malherbe. Joviais, pregando a alegria e buscando no equilíbrio das faculdades tôda sua fôrça, êsses rapazes, que em sessão tiram o chapéu da cabeça sòmente quando se fala em Homero, Shakespeare, Dante, Goethe, Hugo, Camões e José de Alencar, instituíram-se em guerra aberta contra a rotina e criaram uma nova excomunhão para os poetas insensatos e principalmente para aquêles que costumam falar de animais ou plantas estranhas à fauna e à flora brasileira, como cotovia, olmeiro, rouxinol, carvalho, etc.

— *Medonhos* são alcunhados, na gíria da Arcádia, todos os indivíduos que atentam pùblicamente contra o bom senso e o bom gôsto artístico.

De posse destas boas disposições físicas, começaram os padeiros espirituais do Ceará a amassar o pão da literatura; e parece que essa obra de bom humor não foi improfícua, porque agora verifico que a atividade dos operários daquele grêmio não se tem cingido a meras

palestras e torneios poéticos em rodas de calçada. Apareceu a biblioteca da *Padaria,* que já conta quatro ou cinco publicações e que promete outras.

*Fantos* é o título do primeiro volume de verso editado pelos padeiros espirituais. A escolha foi excelente; porque o autor dos *Fantos,* Lopes Filho, parece trazer para a poesia nacional algumas notas agudas, que poderão perfeitamente aclimar-se em nossa terra. Imagine-se um neobudista, flagelado pelo calor dos trópicos, pela claridade dos verdes mares e pela acrimônia do meio em que vive, e ter-se-á o poeta inteiro dos *Fantos.* Delicado sem ser obscuro, nostálgico à moderna, ávido de repouso, suspirando pela vida sossegada dos monges, Lopes Filho, que é um cristão, não pensa uma só vez em suicídio, nem por instantes a sua poesia verte amargores. Se a poesia nessa criança é uma doença, é com certeza uma doença atenuada; e a sua tristeza, resultante da percepção da contingência humana, não se engolfa nesse terrível *Nirvana* schopenhaueriano, que tem envenenado tantas naturezas de eleição; o *Nirvana* dos *Fantos* dilui-se na saudade da infância, dos prazeres inocentes da vida campestre, dos retiros amenos, das alegrias da família e da pureza dos sentimentos primitivos. O amor da mulher nesse sonhador ingênuo não tomou a forma passional; perde-se como uma função sem objetivo, incerta, flutuante, e traduz-se na claridade feminina de um luar, que desce em seus versos com uma placidez adorável e sedativa para envolver o leitor num nimbo de afetos. Dêstes pessimistas desejo eu muitas dúzias; nem de suas revoltas resulta para quem o lê outra sensação além da que produz a fragilidade da borboleta-íris voejando na tépida atmosfera de uma floresta virgem. Pouco importa, portanto, que Lopes Filho se transporte "às vêzes a uma ilha remota, aonde nunca aportou um viajante sequer" e que ressurja no deserto porque "nunca maculou-o um nome de mulher". Êle sentirá nessa soledade os êxtases de Teresa de Jesus, pela ausência de tudo quanto se chama suspiro, dor, pranto alucinado, e dirá enfim, entre pássaros e flôres, que o Mundo é o *Nada* e que o *Nada* é a *Poesia.* A crise passará; e o poeta, cuja maior felicidade consiste em sentir-se tal, regressará em breve à vida, mantida e surprêso de nela encontrar o que acabou de renunciar. Com efeito, há no mundo ainda espaço para a ventura. Lopes Filho pode cismar nas praias do Mucuripe, em noites de luar, e referir à sua irmãzinha aquelas histórias lindas da rainha dos céus, que ainda tanto o encantam. A tranqüilidade reabsorverá sua alma seguindo a vela branca da jangada do pescador, dêsse pescador que, nem por ser poeta, deixou de ter atividade bastante para, no momento oportuno, trancar o pôrto da Fortaleza aos negociantes de carne humana. E como êsse valente das ondas êle se exaltará um dia.

... Alma robusta onde se asila
A luz da Fé — luar do coração —
Vem calma, como a luz que o Sol fuzila,
Iluminando os mundos d'amplidão.

Lopes Filho poderá continuar sem perigo a entender-se com os amigos de sua alma. Fale a êsse *velhinho pai do mundo* chamado mar ou Rei Lear; escute os segredos dos passarinhos e surpreenda os amôres das flôres transcrevendo no verso a sua gárrula linguagem; observe o charco nauseabundo, onde a garça, sem poluir-se mergulha o corpo branco, e seja êste símbolo do ideal o confôrto de sua alma de açucena; mas não blasfeme, porque essa *amargura* a que o poeta alude no "Longe do Mundo" não resistirá à candura da sua inspiração, nem à alegria da *Padaria Espiritual.*

O budismo, pois, do autor dos *Fantos* não passa da epiderme da alma; e se fôsse lícito lembrar a um nôvo coisas passadas, eu me reportaria aos laquistas do princípio dêste século. Cada época vibra as mesmas cordas da lira, se bem que a seu modo. Os *laquistas,* os Wordsworths de hoje, não cultivam, por certo, o pitoresco das mansas paisagens ribeirinhas, conjugando a necessidade da placidez pela qual suas almas anseiam com a aparente tranqüilidade dos retiros e das ruínas; mas fazem coisas equivalentes: procuram sedativos para suas disposições contemplativas nos aspectos gerais da vida, nos símbolos do amor, da reprodução, da luta, da pureza, nas paisagens siderais, nas côres vagas, nos sons cadenciados das alturas infinitas.

Depois dos *Fantos,* os *Flocos,* de Sabino Batista, que se diz também um magoado pela vida.

São palavras suas, no "Monólogo de um Triste";

O triste Coração, companheiro eterno,
Que sinto palpitar, sem fôrças, no meu peito,
É como um menestrel aventureiro e terno,
Que à noite vai fazer seu pequeno leito
Exposto aos vendavais e à rigidez do inverno

Nunca me abandonou : nos transes da agonia
Eu sempre o vejo alerto em frente do perigo;
Me segue como um guarda, um vigilante guia,
Que leva pela Vida um companheiro Amigo,
Compartilhando a Dor que o fere, dia a dia !

Eis um descrente, mas que tem ainda confiança no coração. Um desanimado é que êle não se confessa.

Natureza completamente diversa da de Lopes Filho, Sabino Batista não constitui um caso de subjetivismo doentio. A sua mágoa faz-se tão genérica que não chega a impressionar, e promete desvane-

cer-se apenas o seu coração possa afinar por êsse outro coração, hoje místico, e amanhã de carne, que o poeta esboça numa aurora de abril futuro.

Compreender a tristeza com certeza não é senti-la. O autor dos *Flocos* não pode ser um triste. A sua musa, que parece mais ampla pelo objetivo do que a do precedente, mais cedo ou mais tarde tomará as asas que lhe convêm.

O poeta que escreveu a "Serenata" e a "Lírica das Passionárias" tem obrigação de enfunar as velas para a ilha de Citera e dar-nos notícias do mundo grego e do romano. A Idade Média não simpatiza com o seu talento panteísta.

Um nôvo que se deixou também seduzir pelos ideais modernos é o autor dos *Ortivos*, do Recife. Demóstenes de Olinda chama-se êste poeta que surge prefaciado por um forte das letras brasileiras, por Clóvis Beviláqua, a quem as preocupações jurídicas não tiraram ainda o gôsto pelas artes.

Os *Ortivos* preparam, entretanto, uma surprêsa a quem fôr desprevenido.

Comecei a ler êste livro pelo fim, pelo "Escalpêlo", que é a última poesia da coleção.

> Que ruja a turba infrene, odiosa,
> de instintos rábidos, servis,
> turba vandálica, invejosa,
> dos Imbecis !
>
> Passem por mim de olhos acesos,
> olhos satânicos faiscando,
> êsses que vivem, como presos,
> vociferando. . .
>
> Que eu passo a rir, Nero moderno,
> diante do incêndio aterrador,
> cantando o Amor, o Amor Eterno,
> O Eterno Amor !

Êstes versos fizeram-me crer que tinha sob a minha mão um sistemático, apenas cheio de ódio contra os impuros e pronto a realizar amôres neronianos. Voltando, então, às primeiras poesias, encontro um prólogo de parnasiano quase decadista. A heráldica dos substantivos com letra maiúscula, a adjetivação intencionalmente simbólica, as apóstrofes ao mistério, obrigaram-me a passar de um a outro pólo. — Temos um poeta faquirizado pelo desespêro da forma e pela nevrose indefinível de sentimentos azuis, verdes e amarelos, e de sons que se encarnam em criaturas impossíveis, e que só à plástica moderna foi dado descobrir. Isto, pelo menos, era o que se devia deduzir de estrofes assim conduzidas:

Almas que ides ouvir meus cantos entalhados
Na púrpura da Estrofe e na Crença esmaltados,

E sabeis que se orvalha o sorriso e o lamento
Com o orvalho da Fé e a luz do Sentimento!

Alma de velho, ou môço, ou alma de criança
Negra como o Pecado ou alva como a Esperança,

Ouvi-me como se ouve, ao pé do altar, um crente
Que sonha um paraíso em cada prece ardente.

No templo da Ilusão, onde vibram em côro
As cítaras do Amor, de finas cordas de ouro;

Que é suspenso, ao redor, por colunas de flôres
Do mais raro perfume e das mais raras côres;

Que tem um teto assim como um céu colorido
Das tintas de um luar no horizonte esbatido.

Céu onde passam, rindo, os arcanjos da Glória,
Como hinos, pelo ar, nas asas da Vitória;

A região da Forma, a deusa poderosa,
Que faz da rima um astro e do ninho uma rosa;

Onde rutila o Sol, brilhante como a Idéia,
E pode se escrever, ao Luar uma epopéia;

E cada estrêla é como um luminoso beijo
Onde explode o Amor e onde canta o Desejo;

Aí sempre viveu minh'alma aprisionada,
Como um pássaro azul numa prisão doirada.

. . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . .
Podeis quebrar agora o cristal dos meus versos.

Lidos êstes versos, todavia, logo adiante se me depararam estrofes que me transviaram imediatamente o sentimento.

Demóstenes de Olinda acabava de se manifestar um alegre, um poeta de amor doce, amor molhado, um Anacreonte moderno, para o qual a mulher se transforma, a cada instante, em suavíssimos favos de mel e se converte em risadas cristalinas. Em seus versos tudo nasce, tudo amanhece, orvalhado pelo brilho da poesia. Aquela "deusa cruenta de cabelos de ouro", de rosto cavo e macilento, que êle colocou no pórtico de sua obra, nada significa, se é que foi ali posta no intuito único de preparar o claro-escuro de onde teria de emergir a poesia ridente e florida dos *Ortivos*.

Passas... por onde passas vais de rosa
Tingindo o ar! E eu fico então cismando
Se és tu, cândida sílfide mimosa,
Que passas, ou se acaso eu estou sonhando.

Esta obsessão da mulher enche todo o livro; bem entendido que essa mulher não é Beatriz, nem Laura, nem Heloísa; mas uma mulher terrestre, a qual ao mesmo tempo que se diz *Celeste*, deixa-se adorar pelas estrêlas e "de flôres por onde pisa tudo está coberto", e consente que o poeta assista a êsses louvores,

> ... cobrindo a face e o entreaberto
> Seio, de beijos entontecedores.

É a essa mesma divindade petulante, deusa para a beleza e mulher para o amor, que o autor dos *Ortivos* pede, com o auxílio dos céus,

> ... que o lábio seu desate
> De um sorriso de amor a asa bendita.

E acrescenta:

> Pois quando junto a mim seu peito bate,
> Penso ouvir dentro dêle que palpita
> Rouxinolando um pássaro escarlate...

Se não é exato que se trata aqui de um caso de anacreontismo moderno, julgue-se da verdade da asserção por esta "História de Um Beijo".

> Deus vinha esboçando a aurora
> Na tela fina do céu,
> E as estrêlas, sem demora,
> Na sêda frouxa de um véu
>
> Como que o rosto divino
> Mergulhavam. Do arrebol
> À doce luz, vinha um hino,
> No bico de um rouxinol;
>
> De um rouxinol que me veio
> Muito em segrêdo contar
> Que tinha vindo de um seio
> E dos conchegos de um lar.
>
> E explicou-me como fôra
> Ao ninho quente de amor
> Da virgem mais tentadora
> Cheia de graça e dulçor.
>
> Disse que tinha trazido
> Um beijo no coração,
> Beijo que fôra escondido
> Por minha amada, com a mão,

Pois talvez êle o perdesse
Se não o trouxesse assim,
Quando voasse e corresse,
A vir-me entregar a mim.

E com o bico deu-me o beijo
Envolto num madrigal,
E aproveitando o ensejo
Cantou um trecho jovial !

E guardei o beijo, imerso
No pranto que veio-me a flux,
Como no estôjo de um verso
Rima de neve e de luz !

E o correio que me trouxe
Tão mimosa prenda, voou
Cantando um hino tão doce
Que um anjo, ouvindo, acordou.

Igual impressão experimentará quem analisar os versos que se intitulam "Escultura".

## V

## CONTISTAS E FANTASISTAS. – TEORIA DO CONTO – *CHIQUINHA MASCOTE,* DE VIVEIROS DE CASTRO. – *ROSE CASTLE,* DE VIRGÍLIO VÁRZEA. – *CONTOS AMAZÔNICOS,* DE INGLÊS DE SOUSA.

A produção literária no departamento da arte a que se refere êste capítulo foi o ano passado relativamente abundante; pelo menos os jornais e as revistas andaram muito pejadas de pequenas narrativas variando desde o grotesco até ao épico.

Todo mundo hoje escreve contos. É a forma preferida na França, na Inglaterra, na Rússia, em tôda a parte. Não há idéia, não há delírio que se não tenha julgado transformável em conto. Antigamente o chique era o folhetim-dissertação; essa mania felizmente passou. Na atualidade a crônica impressionista repimpa-se nos rodapés de todos os jornais; mas como o grito d'armas pertence ao conto, raro é o cronista que não converta a sua crônica numa historieta, ou que não a termine por um caso abacial. O gênio de Armand Silvestre e de Catulo Mendès, as *joyeusetés gauloises,* de um lado, e as desfibrações psicológicas, de outro, incompatíveis com as grandes extensões literárias, talvez sejam a causa principal dessa preferência, pois não creio que no espírito disserto da raça atual tenham calado as idéias de E. Poe sôbre a arte, quando afirma que não pode haver obra perfeita, nem unidade de composição, senão num sonêto, numa

estátua, num quadro, num poema enfim, que se torne perceptível num só momento do espírito e de uma só visada. Todavia, pareceme que a maior parte dessas composições tem apenas do conto o nome, porque raros são os autores que possuem as excepcionais qualidades tornadas clássicas por Luciano, na antiguidade grega, por Bocácio, na Itália, por La Fontaine, Voltaire, na França, por Andersen, na Dinamarca, por Hoffmann, na Alemanha.

O conto não é um gênero arbitrário; nem é, como muita gente pretende, um extrato, um esbôço, um romance resumido. Êste gênero nasce de disposições particulares do espírito de quem o produz e tem uma forma imposta pela natureza da própria concepção. Na prosa constitui uma das formas primitivas; o que não quer dizer que o conto tenha perdido os foros de cidade, e deixasse de sofrer, como todos os gêneros literários, as transformações determinadas pelo meio e pelo incremento paralelo de tôdas as artes. É certo que não falo aqui de certas lendas ou histórias, que flutuam na imaginação dos povos e que chegarem até a nós por transmissão de raça a raça ou se hão reproduzido por fôrça da analogia de aspectos sociais ou fisiológicos. Essas lendas, como, por exemplo, a de José do Egito, na Judéia, e de Saranga, na Índia, a da Cendrillon, na Idade Média, a de Psique, na Roma antiga, a do Krichna Singh e do Pequeno Polegar, e outras, que têm sido objeto do estudo dos folcloristas, são o próprio fundo psíquico inconsciente da humanidade, traduzido, de um feitio simbólico, nos segredos, ora da castidade, ora da inveja, ora da bênção paterna, etc., etc. Não me refiro por certo aos contos ou ilustrações eruditas destas lendas, que aliás enobreceram o talento de poetas como Pilpau e Goethe; mas aos do ciclo milesiano, e que nos tempos modernos, na complexidade da vida dos grandes centros literários, têm procurado corresponder aos instintos malignos da nossa raça, a essa psicologia consciente da sátira que é o apanágio das raças muito ilustradas. Êste gênero, pois, achase ligado a formas predeterminadas; e basta compará-lo com o romance para reconhecer-se quanto se enganam aquêles que chamam a Guy de Maupassant um contista.

O conto é sintético e monocrônico; o romance analítico e sincrônico. O conto desenvolve-se no espírito como um fato pretérito, consumado; o romance como a atualidade dramática e representativa. No primeiro os fatos filiam-se e percorrem uma direção linear; no segundo apresentam-se no tempo e no espaço, reagem uns sôbre outros, constituindo trama mais ou menos complicada. A forma do conto é a narrativa; a do romance a figurativa. Desta maneira quem examinar atentamente os livros de contos, que circulam pelas livrarias, verá que, na maior parte, êles não passam de começos de romances abortados, de aspectos físicos ou morais deslocados de livros

por fazer marinhas ou paisagens, perfis, páginas dispersas, que estão muito longe de realizar o tipo completo dessa espécie de literatura. Neste caso acham-se quase todos os contos que foram dados à estampa durante o ano transato, no Brasil.

Com êste ou sem êste defeito também é para notar que com raras exceções os nossos contistas procuraram na volúpia a sua musa inspiradora. Nenhum, porém, como Viveiros de Castro no volume que se intitula *Chiquinha Mascote*. O autor dêste livro, que é um criminologista distinto e exerce as funções de promotor da justiça pública nesta capital, e que, portanto, tem diante de si o confessionário do júri para praticar psicologia, deu a todos os quadros da vida fluminense, que nos apresentou no seu livro, um tom analítico, familiar aos cultores da escola de Bourget. Não sei, entretanto, por que me veio à idéia que o contacto com processos escandalosos devia ter muito concorrido para arrastar o fantasista para muito longe do crítico, pois que Viveiros de Castro se dedica a ambas as especialidades. Pronuncio-me assim por haver verificado que a "Chiquinha Mascote" e os contos que a seguem acham-se na mais profunda divergência com as teorias sôbre a arte pregadas no prefácio da obra e também em diversos artigos de crítica científica sôbre costumes publicados pelo mesmo autor nas colunas d'*O País*. Não calunio. Leia-se o que está escrito da página VI à XIII, e ver-se-á que Viveiros de Castro, crítico, rebelou-se contra o materialismo formal ou disfarçado dêste fim de século.

> É baixa, sem ideal, céptica e pornográfica, diz êle, referindo-se à arte atual. A pretexto de estudar o documento humano, de dissecar um a um todos os fatôres componentes de um caráter, ela reduz ao egoísmo e ao interêsse, renegando a generosidade e a honra.
>
> Depois, é uma exibição revoltante de quadros sensuais, de pernas grossas, de seios torneados, de quadris sacudidos, como se o escritor estivesse sob a ação violenta de cantáridas.

E assim por diante. Não há petulância de realismo que Viveiros de Castro não tenha apostrofado, lamentando que a poesia, a dileta filha da imaginação, fizesse o seu remígio para mundos ignotos. Horrorizam-se a descrença e o cepticismo de Bourget e o egoísmo e a alma fria de Maupassant. Dirigindo-se à generosa mocidade o autor da *Chiquinha Mascote* pede então a revivescência da fé, o entusiasmo dos verdes anos, as ilusões dos tempos áureos e uma reação profícua contra a onda de lôdo que macula o século, simpatia pelos que sofrem e ressurreição do sentimento do amor. E diz tudo isto como quem ainda não houvesse acordado ao ruído do movimento místico, que há bons oito anos começou a agitar o Velho Mundo, fazendo tocar todos os campanários de igrejas e chamando à missa da candura todos os poetas desventurados.

De que modo, entretanto, êle exemplificou no livro tão salutar conselho? Naturalmente o leitor vai supor que filiando-se ao simbolismo francês, ou aderindo ao neocristianismo de Vogüé, ou procurando imitar o alevantado naturalismo de Ibsen, ou o delicado shakespearianismo de Maetterlinck, ou finalmente, voltando ao romantismo planturoso do velho Dumas; mas nada disto sucedeu; Viveiros de Castro, ao contrário, precipitou-se através de tôdas as veredas escusas do seu temperamento. Os seus contos trescalam a cada passo a mais capitosa volúpia. Há nêles uma preocupação contínua da mulher carnal; e as formas da Vênus moderna constituem o fundo próprio da sua estética. O sexo persegue-o. Cada linha do livro recende ao *odor di femina*. Aí são encontradas as *fausses maigres* que prometem gozos recônditos, as burguesinhas *pommelées* que sabem números equívocos, as nevróticas anêmicas, que aguçam os apetites pelos gestos trepidantes, as horizontais, que devoram fortunas na clássica *performance* da ciência refinada. E vê-se que o autor da *Chiquinha Mascote* favorece a todo êsse grupo de mulheres sensuais com frases espontâneas e um mundo de simpatias. Os heróis do livro são, portanto, indivíduos, na maior parte, torturados pela febre do deleite, freqüentadores familiares de tépidos *boudoirs*, habitantes de confortáveis *garçonnières* em boas casas de pensão, e ociosos sibaritas, cuja vida se distribui entre o clássico verão em Paris, as vilegiaturas a Caxambu, os prados de corridas e os camarins de atrizes célebres. Eis o sonho de um dêstes tipos de que o contista faz cuidadosíssima descrição.

> Eu estava no serralho do grão-sultão da Turquia e tinha às minhas ordens as mais formosas das suas odaliscas. Eram de contentar o mais exigente apreciador; alvas, da côr dos lírios; morenas, da côr das opalas; rosadas como bagos de romã; pálidas como marfim da Normandia: de olhos negros, de olhos garços, de olhos verde-mar, olhos ferinos como a ponta de um estilete, olhos amortecidos como a plácida superfície de um lago, cabelos pretos como as noites sem luar, cabelos castanhos, dourados, como um reflexo de luz solar, ao cair da tarde. Tinham vindo de todo o mundo, compradas nos mercados da Geórgia e da Circássia, arrancadas das caravanas da Arábia, ou raptadas das planícies da Pérsia, das margens do Tibre e do Eufrates. A um bater de palmas deixaram cair as camisas e, de mãos enlaçadas, volteavam em uma dança lasciva como as saturnais do templo de Babilônia.
>
> Alucinado, com as artérias a bater sob a fustigação ardente do desejo, precipitei-me entre elas.
>
> Mas, oh! não sei de nojo como conte, eu era apenas um eunuco.

Sempre a lascívia da mulher nua; o sonho da perna grossa e quente; o desejo da "carne que estua fremente"; o *entrain* lúbrico e trêfego dos braços flexuosos das *jolies laides;* e a sedução dos ombros sombreados de uma leve penugem afrodisíaca. Enfim,

Viveiros de Castro é um fetichista do amor, que adora as santas das capelas da sensualidade, não tanto por elas como pela encenação e pelos ritos que aí são praticados.

Lembro-me que n'*O País* o autor costumava epigrafar os seus escritos com estas palavras de Eça de Queirós:

> Sôbre a nudez forte da verdade o manto diáfano da fantasia.

Seria mais razoável que o escritor trocasse o vocábulo *verdade* por *volúpia;* e estaríamos de contas ajustadas.

Outro voluptuoso, mas contido pelo *cant* inglês, é Virgílio Várzea.

Êste catarinense, dotado de grande talento descritivo, se bem que ainda não se tenha firmado numa observação profunda do meio nacional, está destinado a ser um dos nossos melhores paisagistas. Apaixonado cultor das letras, êle apresenta um fenômeno curioso. Começar pela preocupação da frase é um mal; pois bem, Virgílio Várzea incorreu neste pecado; e por ter assim procedido, ainda hoje luta para livrar-se da obsessão, que o estilo de um grande mestre exerceu iniciando-o no mundo da arte. É preciso não esquecer o imenso perigo que há em aprender a escrever antes de ter feito abundante provisão de assuntos. O autor, que inverter êsse processo natural e que deixar para depois o trabalho de registrar dentro de si mesmo as suas idéias e sensações, arriscar-se-á a levar para o mundo da realidade um mundo de fórmulas já prontas, as quais não só envolverão os objetos e os fatos numa atmosfera convencional, mas também, perturbando as faculdades criadoras, tornarão impossível a visão própria e original. Êsse fenômeno, aliás muito comum nas literaturas coloniais, operou-se em Virgílio Várzea com a violência amorosa dos discípulos fanáticos, criando-lhe todos os aspectos literários em que até hoje se tem exercido a sua atividade de escritor. Eça de Queirós foi-lhe um bom mestre; tempo virá, porém, em que o discípulo, sentindo-se fatigado dessa influência, porá todo o empenho em libertar-se de tão perturbadora sugestão. Sugestão perturbadora, digo bem, porque só ela explica as incoerências que se encontram no belíssimo e bem burilado conto "Rose Castle". É assim que o assunto dêsse conto pressupõe a existência de uma coisa que absolutamente desconhecíamos, o *crioulismo* inglês no Brasil. Em Calcutá, no Pôrto, seriam perfeitamente compreensíveis as cenas que constituem o drama de "Rose Castle"; dificilmente, porém, se achará quem aceite em Santa Catarina a encenação e as particularidades que circundam o *ménage* Fison. Isto não quer dizer que eu julgue pouco natural que um inglês velho viva numa cidade provinciana à maneira de sua terra; que se alie em casamento a uma menina loureira; e que depois tenha

o desprazer de encontrar em um filho o sedutor da espôsa. Tal acontecimento podia verificar-se em tôda parte, na China, na Austrália, no Egito ou no Brasil. Não se trata disto, mas da maneira por que o assunto foi desenvolvido, isto é, do ambiente anglo-saxônio que o autor de *Rose Castle* imaginou num arrabalde da cidade do Destêrro e das tonalidades de uma vida crioula inglêsa inadmissíveis e com que procurou sobredourá-lo.

Que o meio descrito no conto é convencional, não há quem ponha em dúvida. O inglês no Brasil ou isola-se, continuando a viver como vivia em Londres, entre os seus negócios e o grogue, ou aclima-se e assume uma feição caricata. Ora é evidente que Virgílio Várzea, pôsto entre o *ménage* inglês puro e essa caricatura de que a comédia se apropriou, não podia ficar muito a seu gôsto, porquanto, se esta última feição não se prestava aos seus intuitos, a anterior tornava-se pelo menos inacessível à sua observação.

Assim pois, enamorado do assunto, tendo entrevisto alguns dos personagens que figuram no livro e talvez conhecido algum drama doméstico da natureza do de que se trata, êle não trepidou escrever o conto, e quando menos cuidava, tinha-o feito através das reminiscências da vida impressionista, à inglêsa, de que se ressentem todos os romances do autor dos *Maias*. O fenômeno produzir-se-ia fatalmente. Do mesmo modo que os poetas muito sonorosos, seguindo a rima a todo transe, acabam por subordinar a inspiração e a verdade das próprias coisas descritas aos efeitos musicais, assim também, por fôrça das leis do estilo ou do automatismo psíquico, os romancistas que pensam primeiro na composição do meio para depois entrar no íntimo dos seus personagens, são muitas vêzes levados a deformar êsses personagens sacrificando-os completamente às exigências do ambiente. Não há dúvida de que tudo isto é muito lógico, e nenhum perigo correria o autor se os personagens saíssem dêsse meio naturalmente, e não fôssem aí colocados, à fôrça, como plantas exóticas numa estufa. Mas, ao contrário disso, sendo o meio, descrito no romance, um meio livresco, sucedeu que a ética dos personagens, por amor das paisagens e dos interiores, deixou-se sufocar para dar ingresso à fantasia do escritor.

"Rose Castle" surge aos olhos do leitor brasileiro como uma cena feérica ou uma mágica representada no Destêrro; e sem os nomes ou as designações dos sítios, seria bem possível que se ficasse na ignorância do local onde o drama se passou. Não obstante, o cenário de vez em quando é invadido pelo colorido tropical da paisagem, que circunda o palacete do inglês, e o talento do contista nestes momentos, cedendo às influências da terra, espraia-se em pinceladas fortes reveladoras de uma imaginação capaz de arquitetar cenários muito mais verdadeiros e menos exóticos do que os de "Rose Castle".

De todos os contistas, que deram arras de sua atividade durante o ano, nenhum se afastou tanto da argüida linha de conduta como Inglês de Sousa.

Nos *Contos Amazônicos* não encontro um só escôrço de mulher, que arme à voluptuosidade, nem uma cena em que o autor se mostre preocupado com a pimenta moderna da pornografia.

O autor do *Missionário*, que possui excelentes dotes de narrador, é um naturista e um grande observador. As suas qualidades mais notáveis são o amor da natureza, a perfeita identificação artística com o meio em que se agitam os seus personagens, e a compreensão exata do movimento histórico da região, aonde se desenrolam as cenas dos seus contos. O seu talento impregnou-se de um modo singular da paisagem e da vida amazônica; de sorte que as suas narrações, sem artifícios e muito despretensiosas, desenrolam-se com volubilidade e, encantadoras, inspiram ao leitor o mesmo interêsse que inspirariam trechos de memórias sôbre acontecimentos clássicos da história do Pará. Os costumes nacionais se esboçam com relêvo, e o caráter do povo e dos personagens lendários das ribeiras nada deixa a desejar pelo lado estético.

Nos *Contos Amazônicos* a maior parte dos fatos narrados referem-se ao nefasto período da *Cabanagem*, de que Raiol nos deu tão curiosos relatos no seu livro *Motins Políticos*. Como se sabe, o período da história do Pará que decorreu de 1820 até 1835 é talvez um dos mais ricos em episódios que se encontram nos anais de nossa terra. As paixões políticas e até as de raça, tomaram então um incremento desesperador. O nacionalismo assumiu ali formas imprevistas, e o encontro das raças, na luta entre o português e o tapuia, no momento crítico da formação da nacionalidade brasileira, proporcionou a constituição de tipos extraordinários e pitorescos, que perduram na imaginação do povo. Portuguêses e tapuias tiveram os seus heróis, assim como os seus tipos ferozes. Entre êles surgiram também mestiços e figuras intermédias, cujos nomes ainda são hoje lembrados, uns com admiração, outros com pavor. Os vultos de Eduardo Angelim, dos Vinagres, do Cônego Campos, de Malcher, de Jales, só esperam que o romancista os fixe numa tela de largas proporções para que se tornem tão suntuosos como os mais celebrados das literaturas estrangeiras. O meio bárbaro, em que êsses tipos se formaram, é um dos mais propícios para o desenvolvimento de cenas dramáticas. Basta transportarmo-nos a êle pela leitura dos documentos oficiais para que, inflamada a imaginação, se reproduzam em nossa mente os lineamentos das tragédias primitivas. Foi aí que Inglês de Sousa colocou os seus personagens, e do encontro das paixões de homens civilizados com a rudeza dos ignorantes habitadores dos sertões soube tirar efeitos comoventes, sem artifícios, e sem o emprêgo das *ficelles* da antiga arte romântica.

Em quase todos os seus contos sente-se, quando nada, ao longe, o rugido da *Cabanagem* e a repercussão do sobressalto político na alma de todos os seus interlocutores. Os caracteres, portanto, que no livro são postos em evidência, medem-se pela bitola do "Rebelde", história melancólica de um emigrado pernambucano, que se retirara para o Amazonas em conseqüência dos sucessos de 1817.

A fisionomia de Paulo da Rocha, um dos soldados do Capitão Domingos José Martins, como se pode ver de uma leitura atenta do livro, foi copiada do natural. O romancista observou-o e recolheu a legenda, que a imaginação popular amazonense criara em tôrno dêste personagem misterioso, o qual, por ser um vencido e proscrito, vivia retirado do mundo e, portanto, se constituíra o cabide em que o povo circunvizinho se aprazia em pendurar tudo quanto lhe vinha à fantasia. Nas regiões do extremo norte não são raros indivíduos como êstes; e quase sempre em tôrno dêles se passa um fenômeno que a mitografia já explicou. Êsses indivíduos atraem a mentira e tornam-se centros de verdadeiras criações, a que muitas vêzes permanecem completamente estranhos. A sua tristeza e o seu recolhimento bastam como ponto de partida; o resto fica por conta da inventiva maligna do vulgacho. E então dá-se o que eu chamarei um crime estético inconsciente: o povo, procurando expurgar-se dos crimes que são seus, colhendo tôdas as maldades que constituem a atmosfera moral da região, atribui tudo ao pobre e inofensivo esquisitão que teve a infelicidade de reunir em si a feição e os gestos de bode expiatório do lugar. O Paulo da Rocha do conto é um dêstes tipos. Experimentado pelas contingências da vida e ainda mais virilizado pelas torturas de uma revolução, deixara que a bondade baixasse sôbre sua alma; e a resignação depois ensinara-lhe a viver sossegado, fora do movimento das cidades: esta sua higiene moral, porém, não fôra bastante para premuni-lo da agressão do espírito onzeneiro do povo, que não podia enxergar nesse velho senão uma consciência repleta de remorsos por assassinatos, e um representante legítimo do gênio do Mal, que no vale do Amazonas gerara todos os malefícios da *Cabanagem*. Semelhante ao *murucututu*, que de cima dos telhados fazia mêdo às crianças, o velho Paulo da Rocha aparece nessa pequena história como o terror das gentes. Entretanto, êsse velho mulato, que aprendera pràticamente direito público em 1817, na revolta de Pernambuco, e que sabia o que significava uma guerra civil, tendo já lhe experimentado às traições e os perigos; êsse velho mulato, quando a tapuiada começou a devastar o vale do Amazonas, não foi cabano, nem foi partidário dos marinheiros, porque tivera tempo de penetrar no segrêdo da perversidade que agitava a uns e outros, de revestir-se de coragem para esperar o embate das duas ondas perigosas e assistir ao dilaceramento das suas

mais caras afeições. Inspirando-se nesta situação psíquica e naturalíssima, Inglês de Sousa desenrolou no pequeno conto um drama comovente que é um primor.

Outras cenas não menos violentas se topam no volume de lendas, mais ou menos inspiradas pelo mesmo sentimento. "A Quadrilha de José Patacho", por exemplo, que se baseia em um episódio histórico, muito conhecido de todo paraense, põe em relêvo um tipo desconhecido no romance brasileiro, — o pirata d'água doce. Muitos julgarão que o fato narrado tràgicamente naquele conto seja imaginário. Pois é certo que no Pará houve um pirata, que praticou por sua conta nas águas do grande rio horrores iguais aos que os cronistas narram dos argelinos ou dos antigos flibusteiros das Antilhas. José Patacho existiu e os fatos de perversidade que os documentos históricos lhe atribuem seriam suficientes para criar-lhe no romance uma fama superior aos bandidos do mar descritos por Fenimore Cooper e Eugênio Sue.

Com o livro do autor do *Missionário* podia quase dar por encerrada a revista dos contos de 1893.

Não deixarei, porém, êste capítulo sem mencionar alguns livros que denotam louvável esfôrço dos seus autores.

As *Aquarelas* de Olímpio de Araújo, que o prefaciador apresenta como impregnadas de bucolismo mineiro, têm incontestàvelmente o tom nacional; mas forçoso é dizer que ao autor falta imaginação, e que raramente aparece página no livro capaz de produzir no leitor uma sensação forte da vida tão pitoresca dos sertões mineiros. As tintas foram muito diluídas nas águas do pátrio rio.

O *Mar* de Alves de Farias é uma marinha muito bem executada, talvez com algum excesso cenográfico. O autor dêsse quadro, que pelo estilo muito se assemelha a Virgílio Várzea, vai seguindo os mesmos processos que censurei no contista da *Gazeta de Notícias*. Os pescadores que figuram na sua historieta gesticulam com a elegância de verdadeiros impressionistas, e por tal forma acentuam a frase que fazem supor têrmos diante dos olhos rapazes de letras, dados à fantasia de representar papéis de marujos em uma cena de tempestade.

*Os Contos Mal Contados* de Bianor de Medeiros, editados no Recife, denunciam tendências no autor para o jogralesco. Neste livro nota-se um grande fundo de alegria nativa, que se fôr convenientemente cultivada poderá produzir um bom humorista nacional. Bianor de Medeiros parece ainda inexperiente; não firmou estilo; e a maior parte dos seus contos, escritos *à la diable*, deixam-se de vez em quando invadir por assuntos que não pertencem à literatura. Todavia, são dignos de indicação os intitulados "Virgínia Coats" "O Homem Prático" e o "Conto Com Sal".

Os *Multicores* de Heitor Guimarães, se bem que escritos num estilo pouco colorido, entretêm pelo espírito. Se todos os contos fôssem feitos no mesmo tom do de "Mme. Duvermov", o livro teria ganho em animação o que perde em descrições pálidas e sem vida.

## VI

## ROMANCISTAS. — O DEMONISMO NO ROMANCE. — *A CAPITAL FEDERAL,* DE COELHO NETO. — *CELESTE,* DE DÉLIA. — *O ABÔRTO,* DE F. PIMENTEL. — *A MORTALHA DE ALZIRA,* DE A. AZEVEDO. — *ENCARNAÇÃO,* DE J. DE ALENCAR. — DEGENERESCÊNCIA LITERÁRIA. — OS ESCANDINAVOS. — IBSEN.

O romance não se acentuou o ano passado por nenhuma manifestação verdadeiramente nova. O romance subjetivo de que o *Ateneu* de Raul Pompéia foi o primeiro ensaio entre nós, o romance sutil e analítico dos aspectos interiores da alma moderna, não teve seguimento devido em grande parte aos espetáculos externos que prenderam pela política os espíritos de eleição, e dos quais, no momento atual, o próprio criador daquele gênero no Brasil é o primeiro a se constituir fautor. Verdade é que apareceu um sucedâneo, mas com qualidades estéticas muito diferentes. Refiro-me a Coelho Neto. Êste môço apaixonou-se pela demonologia. Estou certo que êle não sofrerá que o chamem o nosso Josephin Peladan; não é *sar,* nem *merodach* e muito menos descendente dos reis da Pérsia ou de Zaratustra. Também creio que Anselmo Ribas [6] cultiva o ocultismo simplesmente para iluminar o seu estilo e aguçar a imaginação.

Nós brasileiros não temos Idade Média, nem antigüidades célticas, nem ao alcance mistérios do Oriente. O esplendor da Terra não nos permite certos caprichos; as solicitações dos trópicos anulam todos os esforços neste sentido. Faltam-nos o cansaço do presente e principalmente os espetáculos de ruínas e a sugestão dos museus; de sorte que tudo quanto pensamos a respeito de semelhante assunto não nos passa além da epiderme da imaginação. O Atlântico e uma vida gloriosa de sol e de luz interpuseram-se entre nós e os mitos que saem imediatamente do solo em que vivem o francês, o inglês, o alemão e o italiano e em que viveram os seus antepassados. A poesia francesa anda hoje mal-assombrada como casa em que se têm perpetuado legendas de assassinatos misteriosos e de sacrilégios tremendos. Para que o mal-assombramento pudesse nos impressionar seria necessário que antes de tudo envelhecêssemos. A demonologia, como o decadismo, não encontra na alegria americana elementos

---

6 Pseudônimo de Coelho Neto.

que possam favorecer a criação de uma fase estética sombria e tenebrosa. Seria necessário que aqui também se desenvolvesse o espírito que na Europa criou o niilismo, o anarquismo e produz os santões da Rússia e os novos Rosa-Cruz.

É sabido que o homem nas crises do presente, por instinto, quando não por filosofia natural, vai sempre buscar no passado analogias. Eis o que se está oferecendo à curiosidade do filósofo na velha Europa. Na Idade Média a plebe oprimida e torturada pelos senhores feudais, quando desesperada, recorria aos sortilégios e, com a ajuda dos feiticeiros, pensava libertar-se, senão também tomar vingança dos autores dos seus sofrimentos. Se por um lado como diz Fabart, na sua *História do Oculto*, se verifica que a bruxaria naqueles tempos tinha por fim "aliviar os males que afligiam a humanidade, particularmente a doença e a miséria", por outro vemos que essa bruxaria se convertia no ódio medonho contra as grandezas da Terra e se decompunha "em auxílio dos sentimentos de represália exercida contra um inimigo socialmente fora do alcance do consultante". Segundo afirma Michelet na sua admirável *La sorcière*, a magia vinha constituir assim o mais formidável centro de oposição de que o *sabbat* era a assembléia política.

Na Idade Média, desenganado dos abstratores de quinta-essência, que nada conseguiam tirar da alquimia, nem davam o remédio para o achaque da falta de dinheiro, de saúde e de ciência, que afligia o grosso da humanidade, o povo procurava o sortilégio, julgando-o mais eficaz do que o *Elixir* dos filósofos; presentemente que os economistas e sociologistas mostram a sua impotência diante dos problemas do pauperismo, não é de estranhar que o homem vá buscar no fundo dessa atrocidade constitutiva do animal instrumentos de guerra para levantar-se contra as classes superiores, lançando das trevas em que vive projetis em sua imaginação tão eficazes como o sortilégio — a dinamite e o pavor. Como, porém, em todos os cérebros não pode existir essa fé nos efeitos do mêdo, e muitos têm a cultura literária ao par de sensibilidade delicada, acontece que grande parte dos intelectuais estão regressando, se bem que sob formas novas e científicas, à magia e ao demonismo. Dentre os exaustos dêste fim de século talvez sejam êstes os mais desventurados; porque os operários, embaídos e propelidos pelo gênio satânico da revolta, ao menos têm o prazer da destruição objetiva, ao passo que os intelectuais só cogitam na *débâcle* das próprias fôrças interiores a título de alcançarem tocar o impalpável e de exprimir o inexprimível. Ora, seria um cúmulo que nós agora fôssemos também participar dêsse mal-estar de almas penadas, só por ouvir dizer que em Paris há escritores que se estão deixando tomar de mêdo dos habitantes da sombra e dos espíritos de seus antepassados.

Quem é Satã? Nós não o conhecemos; Satã não chegou a atravessar o Oceano. Já houve nacional que entretivesse relações com alguma bruxa? Seria pretensão afirmá-lo, porque as feiticeiras clássicas nunca saíram das montanhas da Escócia, nem das florestas da Alemanha. Retratos não valem a realidade; e o diabo que aqui no Brasil existe, o Anhangá, que nos deram os selvagens, o piaga que mais tarde começou a esmolar entre os brancos, ou a bruxa emigrante que tomou casa às ruas mais públicas das cidades para explorar a imbecilidade burguesa com as suas cartomancias, nunca foram tidos na menor conta, nem se prestam a base de uma estética. Todavia, como na literatura, quando feita com talento nada se perde, e tôda manifestação torna-se legítima logo que exprime uma feição da humanidade, de acôrdo com as côres do país aonde nasceu, não me parece que Coelho Neto deva contrariar a sua tendência natural para o animismo. A questão está em conseguir cultivar essa tendência com talento artístico e sem abuso.

Em todo caso, Coelho Neto revelou no *Rei Fantasma*, na *Praga* e em diversos contos publicados nas colunas d'*O País*, uma capacidade singular para a psicologia fantástica. A sua imaginação de analista original não se acha mal colocada quando se põe a trabalhar na região do sobrenaturalismo patológico. Os escritos do romancista ganham em interêsse o que poderiam perder em exatidão, sem grande escândalo para a verdade. As construções da fantasia, graças ao colorido do estilo, assumem a fôrça lógica dos fatos reais; e o leitor embevecido deixa se colhêr nesse mundo extraordinário por uma espécie de sugestão, que compensa perfeitamente tôdas as violações das leis naturais abaladas pela dúvida ou pelo *quem sabe?* da inteligência posta diante do incognoscível.

Coelho Neto pertence à raça estranha de escritores de quem o nôvo poeta dinamarquês Sophus Claussen diz que concebem o existência de Deus com a condição de que êle resida nos nossos nervos. Êsse poder divino traduzido pela prosa ou pelo verso moderno é tudo nas literaturas que ora se levantam no Ocidente. Com êle ressurgem tôdas as escolas e tôdas as visões do passado. A Sibila de Cumas volta a ser contemporânea de Swinburne ou de Heredia. O real, passando a ser propriedade de tôdas as épocas, acaba por confundir-se com o mistério. Nesse estado da mente humana só resta ao gênio literário povoar o cérebro das multidões com os sêres, que representam o modo particular pelo qual cada poeta ou escritor interpreta a vida, conseguindo integrar o presente pela visão do passado e pela profecia do futuro.

Coelho Neto é inquestionàvelmente dos escritores da nova geração aquêle que mais fundo mergulhou no oceano fantástico criado

pela luta dêste final de século. Espírito sobressaltado, não se manifesta sem pôr no que escreve o tremor do susto e a palidez da morte.

*Talibus ex adyto dictis Cumaea Sibylla*
*Horrendos canit ambages, antroque remugit,*
*Obscuris vera involvens : ea frena furenti*
*Concutit, et stimulos sub pectore vertit Apollo.*

Possuidor de uma imaginação impregnada dos resíduos arqueológicos do Oriente, diluída na leitura de Flaubert, de Hoffmann, de Poe e de Huysmans, o autor da *Capital Federal* podia, entretanto, ter-nos dado uma descrição do Rio de Janeiro muito mais interessante e consentânea com a natureza do seu talento. A comoção e o espanto que tingem as primeiras páginas do livro, deviam ter recrudescido para aviventar o resto da obra; mas essa comoção e êsse espanto, obliterados pelo espírito de crítica, acabaram por desviar o impressionista das regiões fluminenses, onde reina a fantasia, e nas quais o gênio da psicologia infernal descobriria um mundo interminável para análises e transformações artísticas.

Na *Capital Federal,* encontramos um Dr. Almeida, que entrou no livro apenas como um pretexto para as divagações do autcr. Forçoso é dizê-lo, porém, que o interlocutor podia ter sido mais discreto. Êsse Dr. Almeida não passa de um personagem que se esforça por ser excêntrico, mas que termina por tornar-se enfadonho. As considerações, que êle faz sôbre moral, sôbre política, sôbre o caráter nacional, sôbre a falta de espontaneidade de nossa literatura, sôbre a ausência de um teatro nacional, sôbre o nosso espírito imitativo, não passam de um amontoado de lugares-comuns, nos quais nem sequer se encontra a originalidade paradoxal da forma. Se é verdade, como parece, que o autor do livro, apresentando êsse Dr. Almeida, quis simplesmente pôr em contraste com o seu espírito a delicada ironia do século, que tem sido a glória dos psicólogos de raça, e o blaseísmo de que se aureola a mocidade francesa saciada de erudição, nesse ponto devo afirmar que o escritor fêz fiasco por não ter sabido dar a essa ironia o tom intenso, impressionista e capitoso do sibaritismo literário do *Fradique Mendes* de Eça de Queirós, e do *Lá-bas* e do *À rebours* de Huysmans. Entretanto, ter-lhe-ia sido facílimo colhêr os processos de tal ironia nas páginas de João Paulo Richter, de Henri Heine, de Marc Twain, de Raab, e particularmente no *Livro dos Snobs* de Thackeray e no *Tristram Shandy* de Lawrence Sterne. Esta falta, porém, que se deve atribuir à pouca inclinação de Coelho Neto para o *humorismo,* é amplamente resgatada no livro pela função do seu talento de assombrado ou de psicólogo espantado.

Coelho Neto possui em grande escala, e exprime na *Capital Federal* de um modo admirável, a sensação do luxo. O segundo capítulo do livro, em que se descreve a chegada de Anselmo Ribas à casa do tio, solteirão rico que habita uma belíssima *garçonnière* na Praia do Flamengo, contém páginas deliciosíssimas. As análises do gôzo e do sentido da opulência são aí magistralmente tratadas; e o esplendor do *savoir vivre* de um celibatário desenrola-se em suntuosas descrições, cada qual mais atraente. As delícias do quarto do banho, as delicadezas do jantar, o exotismo do jardim, o confôrto geral da casa; tudo lhe passa diante dos olhos numa verdadeira orgia estética. Os adjetivos brilham como as pratas e como os cristais que adornam os aparadores, os advérbios assinalam em sua redundância a fartura e a riqueza; e uma tecnologia completa põe em evidência as menores particularidades dos conhecimentos do degustador de vinhos finos, do entendedor de *menus*, do amante do confortável doméstico, do voluptuoso moderno a quem os petrechos da toalete e os cosméticos constituem o principal elemento de felicidade. O mundo egoístico, em que se repasta o *high-life* e de que Ovídio deu a nota aguda na Antiguidade, brilha e some-se nas primeiras páginas da *Capital Federal* como um canto do Ariosto. É do meio dêsse retiro feérico que Anselmo Ribas sai como um pássaro tonto para observar o Rio de Janeiro e descrever-nos a sua vida nevrótica e fantástica. O Rio de Janeiro, porém, em seu conjunto, nas suas linhas características, não chegou a cair na retina do observador sertanejo. Anselmo Ribas cingiu-se a descrever a vida crepuscular da Rua do Ouvidor e das respectivas sucursais, isto é, o zunzum das confeitarias, às três horas da tarde, a meia-luz, com as suas palestras, namoros e chantagens, e os noctilúdios pelos teatros e cafés, pelos hotéis de *plaisance* e casas de jôgo, pelos clubes carnavalescos e gabinetes particulares.

É certo que é êsse um dos lados mais curiosos da vida fluminense e o que mais consegue prender o provinciano logo que aqui chega; mas seria para desejar que outros Rios de Janeiro aparecessem sob a pena vertiginosa de Coelho Neto. Por exemplo: o Rio de Janeiro que os inglêses adoram, o das montanhas e dos arrabaldes, êsse Rio de Janeiro azul, onde surgem o Corcovado, a Tijuca, a Gávea e que nos fazem sonhar com os mitos de uma religião solar. Outro exemplo: o Rio de Janeiro satânico, oculto, misterioso, êsse Rio de Janeiro das espeluncas, do Saco do Alferes, da Saúde, da Cabeça de Porco, dos negros minas, dos ciganos, dos feiticeiros e dos espíritas.

Ocupando-se com êsses aspectos estou certo de que o seu talento teria dado ao livro um caráter completamente nôvo e original.

O romance objetivo, na sua fórmula mais cultivada, o naturalismo de E. Zola, foi menos feliz do que o romance psicológico.

Aluízio Azevedo não publicou as obras que anunciara mas em compensação o público pôde apreciar a estréia de um seu discípulo, Adolfo Caminha.

Êste nôvo romancista, dotado de qualidades notáveis, encontrando a escola a que se filiou já em declínio, veio tarde para impor suas audácias à resistência cavilosa dos românticos; o seu livro, que teria obtido um sucesso extraordinário cinco ou seis anos atrás, entrou no quadro da literatura apenas como documento de uma segura aptidão para o gênero. Observador e dispondo de grande sensibilidade artística para reproduzir os quadros da vida quotidiana, Adolfo Caminha, sem os exageros do realismo obsceno, e com um pouco mais de paixão pela forma, poderá colocar-se entre os mestres pintores de costumes, criando um domínio exclusivo para o seu talento. *A Normalista*, com efeito, revela uma habilidade especial no autor para a análise dos meios e para pintura da vida íntima provinciana. Os personagens, do romance, embora não sejam muito coerentes e se ressintam de faltas graves no que respeita ao desenho dos caracteres, agitam-se, todavia, com vigor e vivem movimentados pelo ambiente para o qual o romancista transporta-nos sem esfôrço, sem sobrecarga de amplificações, apenas socorrendo-se da frase sugestiva do narrador possuído de seu assunto. Quem quiser conhecer a cidade da Fortaleza e intoxicar-se um pouco com a barbaria semi-civilizada de uma capital proviniana, onde reina o babismo em todo seu furor, não tem mais do que abrir o livro de Adolfo Caminha e entregar-se à leitura de suas páginas sem preocupação de crítico. Reproduzo o que escrevi algures. Enquanto se lêem aquelas páginas, vive-se um pouco no Ceará. Os acidentes físicos estão todos nos seus lugares. As ruas principais da cidade, o Passeio Público, o Trilho, o Pajeú, o Mucuripe, surgem aqui, ali, além, sugestivos e pitorescos. Os aspectos particulares dos costumes cearenses confundem-se a todo instante com a ação do romance. A visita do presidente Dr. Castro à Escola Normal, o exame das normalistas, o flêrte à tarde na Avenida Caio Prado, o casamento de Lídia, o gabinete de redação da *Província*, as cenas de um café provinciano; os *hors d'oeuvre*, enfim, do livro ilusionam o leitor e completam por tal modo o movimento do romance que quase o absorvem.

Outro tanto não posso dizer da romancista Délia, que parece ter qualidades inteiramente negativas para o gênero que pretende cultivar.

*Celeste* ressente-se dos mesmos defeitos notados nos livros anteriormente dados à estampa por aquela gentil escritora. É a história de uma môça que "teve a sua primeira *impressão* na pessoa de um tenor gordo, de longa cabeleira negra e anelada"; que, aspirando ser amada e arrebatada por salteadores, casa-se com um estúpido que a chicoteia e acaba por separar-se e cair na vida livre. Como

heroína que é, essa môça compraz-se em discutir o seu temperamento e explicar as suas faltas. Por mais, porém, que se esforce, a sua eloqüência não chega a dar-nos senão a impressão de uma erotomaníaca, mal dissimulada, de uma môça doida, uma avoada como se diz vulgarmente, mal ensaiada e ainda pior descrita. Reminiscência de alguma página de George Sand, truncada.

Já se vê que Délia não perdeu a preocupação antiga da literatura brutal. Os temperamentos fortemente obscenos continuam a tentá-la; mas a sua pena, apesar disso, permanece incolor, inexpressiva, completamente ausente da veemência que poderia resgatar o erotismo desbragado das suas heroínas.

Brutal por brutal, é preferível o *Abôrto* de Figueiredo Pimentel, porque êste ao menos possui o talento de narrador. Êle não sabe usar os métodos de exposição dos naturalistas; mas sabe interessar.

Délia pretende nos seus livros discutir fatos que a moral condena: Figueiredo Pimentel não cogita disto. O seu propósito cifra-se em afrontar a castidade e a pudicícia; nada o embaraça nesse caminho; e o romance sai-lhe da pena cheio de ousadias pornográficas, diante das quais recuariam os mais atrevidos naturalistas. O autor do *Abôrto* diz com tôdas as letras o nome do vaso noturno que o *Corsário* anunciava em estilo jocoso; usa a cada passo do verbo da procriação, sem reticências, sem circunlóquios; emprega fartamente, com tôdas as suas cinco letras, aquêle substantivo estercoral que fêz a fortuna de um célebre capítulo dos *Miseráveis;* e na introdução do livro acrescenta as seguintes palavras:

> Pouco me importa que seja pechado de pornográfico, imoral, bandalho; para mim, será até uma honra e uma glória: Emílio Zola, Eça de Queirós, Aluísio Azevedo, Pardal Mallet — todos os naturalistas — para êste público bêsta, que lê os *Serões do Convento* e vê operetas, são também pornográficos, imorais e bandalhos.

Como o escritor de que se trata é ainda muito môço e inexperiente em literatura, não será de estranhar que esta profissão de fé se modifique profundamente, quando a sua curiosidade o tiver levado até às páginas de Luciano, de Petrônio e de Apuleio. Então o autor do *Abôrto* verá quanto, em matéria de falotomias, somos inferiores aos gregos e aos romanos, principalmente aos romanos que nos legaram o *Burro de Ouro.*

Aluísio Azevedo, ou por fatigado de realismo, ou por sentir necessidade de dar férias ao seu espírito laborioso, interrompeu a sua obra para editar um livro de mera fantasia.

*A Mortalha de Alzira,* romance escrito para leitores de rodapé de jornal, teria sido motivo de escândalo para os apreciadores do autor da *Casa de Pensão,* já tão habituados aos seus processos de composição, se êle não se apressasse em declarar no respectivo pró-

logo que se tratava de um filho espúrio. "Um filho que não reconheci logo... Nasceu fora do meu casal", diz o romancista, aludindo à publicação anterior da obra na *Gazeta de Notícias,* sob o pseudônimo de *Vítor Leal.* Composta para figurar uma reação contra a escola realista, *A Mortalha de Alzira* carece, entretanto, de algumas qualidades, que tornavam amável o romantismo. A lenda do vampiro, narrada à moderna e explicada como um fenômeno fisiológico, perde tudo quanto poderia ter ganho, se o escritor conservasse na sua exposição as névoas do sobrenaturalismo. A história dos amôres de Ângelo e Alzira, contada com o soçôbro d'alma das velhas onzeneiras, obteria um relêvo que não consegue obter uma narração sem mistério. Falta-lhe a nota do assombro; e é justamente dessa nota que resulta o sabor, que nós ainda hoje encontramos nos contos fantásticos de Hoffmann e nos romances de Ana de Radcliffe.

Procurando divertir-se com o seu público, Aluísio Azevedo conseguiu, todavia, mostrar como é fácil manejar a *ficelle,* e quanto o uso material de um processo difere da composição verdadeiramente artística, em que o autor entra com os nervos e com a alma.

*A Mortalha de Alzira* não é uma obra de pura fancaria; mas também não é, como pretende o autor, "sincera sob o ponto de vista da comoção". Falta-lhe o que se encontra em abundância nos *Três Mosqueteiros,* — o amor aos personagens, amor êste que sobra no *Coruja,* na *Casa de Pensão* e no *Cortiço.*

Uma outra recordação do romantismo foi-nos proporcionada pelo jovem poeta Mário de Alencar dando à estampa o último romance de seu pai e publicado em folhetins no *Diário Popular.*

*Encarnação* é o título dêsse livro; e devo dizê-lo aqui à puridade que tive saudades do tempo em que os livros de José Alencar faziam o encanto de um Rio de Janeiro desaparecido. Julguei-me, por instantes transportado à Rua do Ouvidor que o Dr. Macedo da *Moreninha* descreveu em suas crônicas e Otaviano de Almeida Rosa ilustrou em seus folhetins do *Correio Mercantil.* Através das páginas do nôvo romance, por uma natural associação de idéias, entrevi os semblantes de muitos críticos e jornalistas que já não vivem. Muzzio, Ferreira de Meneses, Joaquim Serra e tantos outros, que aplaudiam o chefe da última fase do romantismo, emudeceram para sempre e com êles o entusiasmo do público que aclamara o *Guarani.* Também é certo que na Rua do Ouvidor só existe um sobrevivente dessa época, o denominado *Jornal do Comércio,* e alguns transeuntes da literatura, os quais conseguiram entesourar alento para assistir à transformação do meio que os produzira e adaptar-se à nova ordem de coisas. Tudo hoje é diferente do que se via nas cenas festivas e aristocràticamente fluminenses da alcova de Lucíola, ou dos salões de Diva.

Os *Sonhos d'Ouro* perderam o seu valor. As letras tiveram de acompanhar os bondes e de descer às praças e às ruas. O folhetim, que então era escrito ùnicamente para môças, passou a dirigir-se ao povo. O romance, que servia como o *Môço Loiro* de veículo aos namoros, foi obrigado pela influência do naturalismo e da democracia dos costumes a buscar a análise crua da vida brasileira. O azulado das montanhas da Tijuca embaciou-se, o brilho tropical do Corcovado cedeu ao contraste da audácia da sua estrada de ferro, e o Rio de Janeiro poético, vaporoso, que encontramos nas páginas menores intituladas *Ao Correr da Pena*, publicadas em 1857 por José de Alencar no *Correio Mercantil*, deixou-se substituir pela cidade ruidosa dos carros elétricos, dos telefones, dos frontões e dos sindicatos. Pois bem, nas páginas da *Encarnação* ressurgem os tipos dêsse tempo.

O assunto do romance é um caso fisiológico tratado poèticamente, como José de Alencar costumava fazer. Hermano, herói do livro, é um histérico atacado da nostalgia da viuvez. Em vez, porém, do romancista apresentá-lo como hoje o fariam Daudet ou Bourget, no anfiteatro da vivissecção psicológica, sofreado e angustiando-se nos estertôres da experiência, o autor da *Iracema* prefere armar o ditirambo, envolvendo a ação do romance nas névoas de uma linguagem poética e nas teias de um enrêdo sutil. Na *Encarnação* acharão os leitores os mesmos mistèriozinhos dos *Cinco Minutos* e da *Viùvinha*, e a mesma mulher caprichosa, delicada e indecisa na *coquetterie*, que se encontra nos primeiros livros de José de Alencar. Amália não faz nenhuma diferença de Carolina, de Isabel e da própria Iracema.

O estilo, sempre correntio e doce, não perdeu, nesse último livro, a melancolia e os sobressaltos chateaubrianescos dos seus primeiros escritos.

Êsse encontro da última obra do poeta do *Guarani* com as primeiras tentativas de misticismo literário no Brasil, força-me a externar uma idéia, que talvez cause pena a muitos entusiastas do realismo de Zola.

A poesia, que o naturalismo expelira do romance nacional, a título de análise e de estudo de caracteres, parece que vai por algum tempo reconquistar os redutos abandonados. Coelho Neto, já em alguns dos seus trabalhos deu a nota característica da fase nova. E êsse retôrno ao amor da natureza, ao lirismo da vida, ao sonho acordado, à tendência natural do homem para a lenda e para a confusão do real com o ideal, será entre nós tão fácil quanto em todo escritor nacional há um poeta lírico, de ordinário pouco inclinado a trabalhos de observação aturada, e que é sempre obrigado a defor-

mar a sua índole para empreender estudos analíticos, se o microscópio por acaso não lhe oferece as ilusões dos infinitamente pequenos. Se, porém, é fácil prever a influência da imaginação poética nas obras que se têm de produzir em futuro próximo, dificílimo seria determinar desde já a forma que deverão tomar os livros em prosa destinados a descrever em concreto a vida brasileira, dependentes como somos, ainda e imediatamente, das correntes caprichosas do pensamento europeu.

Não há muito tempo li, em um estudo de Le Goffic, as seguintes considerações sôbre o estado do espírito da crítica nos centros artísticos parisienses, que traduzem exatamente o perigo que ameaça os imitadores ingênuos da literatura francesa:

> Para onde vamos? Todos interrogam o futuro, todos buscam um guia e um caminho. Onde a solução? Ninguém sabe, nem poderá dizê-lo com precisão. Idealistas e realistas, prosadores e poetas, *una voce* dirão que as antigas fórmulas esgotaram-se e que não há mais quem nelas acredite.
>
> Mas tudo isto se esvai em fumo, desde que se trata de determinar a nova fórmula. Sucedem-se prefácios a manifestos, chovem teorias em substituição de poéticas malogradas. Até que os horizontes se iluminem, não vemos, em tudo isto, senão o triunfo do individualismo, — palavra feia sem dúvida, mas a única que pode caracterizar êste fim de século, turbulento e confuso e cujo futuro torna impossível qualquer previsão.

Todavia, tanto quanto cabe na confiança que deposito nas fôrças de uma nação nova e que começa a sentir-se adulta, graças ao advento da democracia, ser-me-á permitido acreditar numa renovação literária no Brasil isenta dêsse pessimismo desalentado que atormenta os Maurice Barrès e os Rods, e aniquila todo entusiasmo, afogando a imaginação dos retóricos saídos do histerismo dos bulevares de Paris no bizantinismo de uma literatura sem vida, sem sangue, sem côr e sem filosofia.

A nós americanos, que sentimos, entretanto, a exuberância dos que entram na vida, e que, por tal motivo, só por imitação servil tentamos acompanhar retrocessos incompatíveis com o nosso desenvolvimento natural, resta muita coisa que observar no movimento literário europeu. Nem tôda a literatura reside em Paris, embora, no espelho da sua imprensa, se reflitam todos os movimentos que se passam nas outras capitais do pensamento. Se é verdade que a arte agoniza exausta nos bulevares da antiga Lutécia, não é menos certo, que os povos do Norte, russos e escandinavos, apresentam-se cheios de uma inspiração virgem e forte. A nova geração de romancistas brasileiros nada perderia, se, afastando um pouco de si os livros cansativos dos psicólogos franceses, meditasse a arte neo-shakespeariana com que os Dostoievski, os Tolstoi descobriram e

procuraram pintar a alma dos seus personagens, e a fôrça sugestivamente dramática com que os Ibsen e os Björnson conseguiram restituir aos vultos históricos de sua pátria e à vida real e contemporânea de suas cidades o interêsse dos monumentos eternos. A lição não deixaria de ser proveitosa, pelo menos no que toca aos escandinavos, aos quais não coube em herança luta tão nefasta como a que repercutiu principalmente nos livros de Turguenev — a luta da liberdade contra a autocracia moscovita; e desanuviada de todo pessimismo, que resulta do mêdo e da opressão, essa lição literária teria a vantagem de pôr em contacto almas novas, que ainda não chegaram a conhecer os períodos clássicos das literaturas. Ali, ao menos, não se encontra uma estética mórbida buscando desculpar a deliqüescência dos escritores e poetas com a sobrecarga dos aparelhos científicos.

Ao passo que a França confessa-se impotente e incapaz de agitar a mole de materiais acumulados pela ciência para dêles extrair novas fôrças e nova inspiração, os poetas, romancistas e dramaturgos do Norte, mergulhando no darwinismo, saturados de evolucionismo, familiarizados com tôdas as grandes idéias revolucionárias do século, longe de perderem o entusiasmo, longe de sentirem-se mortos diante do aumento vertiginoso da atividade psíquica, redobram de fôrças e renovam os segredos do gênio criador de Shakespeare. É assim que não nos eximimos ao estremecimento do sublime, quando se nos deparam as páginas plutônicas dos *Pretendentes à Coroa*, de *Hedda Gabler*, da *Casa de Boneca*, dos *Espectros*, dos *Vikings*, do *Raio de Sol*, do *Rei Segurd*, da *Luva*, composições que afirmam, ao contrário do que Sarsey escreve em Paris, uma grandeza de concepção e uma violência de expressão, que só se podem atribuir ao gênio de povos virgens, despreocupados, sadios, ainda não perseguidos pela mania da originalidade e das divagações sôbre o verbo.

Entretanto, o que se está passando agora naqueles países constitui um fenômeno de educação estética provocada pela crítica conscienciosa de um George Brandès, que eu desejaria ver reproduzida em nossa terra. Ao eminente crítico dinamarquês deve a Escandinávia essa vigorosa transformação literária, que os povos latinos começam a admirar, e também o terem-se os seus poetas e romancistas premunido da loucura do microscópio e das divagações sôbre o símbolo e os mistérios da palavra. Foi em 1870 que êsse movimento começou em Copenhague e que, vulgarizando-se pela Dinamarca, subiu até os fiordes da Noruega. Graças à eloqüência do sabido professor, a mocidade tomou um interêsse fora do comum pelas novas idéias; e Spencer, Comte, Stuart Mill, Strauss, Renan, Taine, foram amplamente explicados à nova geração ávida de conhecimentos. Ibsen e Björnson, porém, eram então homens feitos. Rudes na sua inspiração autóctone e educados no teatro de Shakes-

peare e de Öehlenschläger, já se tinham manifestado em composições dramáticas de um valor histórico, político e filosófico, muito superior às tentativas de Victor Hugo no mesmo gênero, não só pela elevação do sentimento tradicional, mas também por uma sinceridade despida de amplificações. Não obstante, conforme vejo de um estudo de Tissot que tenho à mão, êstes dois homens não foram surdos a essa alvorada. Prestaram ouvidos aos rumôres de Copenhague e depois puseram-se a ler; e percorrendo os livros novos, buscaram penetrar na filosofia moderna.

> Flaubert, George Eliot, Emílio Zola revelaram-lhe os processos realistas da arte moderna; e então, detendo-se um pouco em caminho, êsses mestres recolheram-se em si mesmos, e, modestamente, recomeçaram a própria educação, ansiosos por chegar ao fundo das coisas e entrar no segrêdo das almas.
>
> Em pouco tempo seu espírito iluminou-se, e, depois de muita luta, de muita crise interna, os dois escritores se confessaram francamente darwinistas e realistas.
>
> Mas, como pondera ainda o referido crítico, porque da vida passada conservavam a preocupação da vida moral e o senso delicado da poesia do coração, nas obras que escreveram nesse nôvo estudo mundial, pôsto que até certo ponto imitando, nem por isso deixaram êles de ser profundamente originais, criando e tirando tudo de seus cérebros. [7]

A direção dada por Brandès aos espíritos era fecunda e não matava o gênio nacional e a originalidade individual. Os escandinavos, uma vez orientados pela ciência, seguiram a sua trajetória natural, de sorte que puderam apresentar-se, na concorrência das literaturas, possuídos de tôdas as preocupações dêste fim de século, sem contudo perderem a virilidade ou despenharem-se no inferno da nevrose. Ibsen, por exemplo, escreveu o *Peer Gynt*, que é a história de um deliqüescente, sob os auspícios do pessimismo schopenhaueriano; mas, em vez de chegar à sensação sobreaguda do desalento, a que chegaram os psicólogos franceses, vemo-lo coroar sua obra com a glorificação da fôrça de vontade. "Para triunfar da vida, diz êle, é preciso esquecer o seu *eu, mas nunca perdê-lo.*" É a essa energia que o grande poeta deve o ter podido expor no teatro, com verdadeira elevação shakespeariana, situações da vida real como as que constituem o entrecho de *Hedda Gables*, drama que, segundo declaração do próprio autor, tem por fim mostrar o "que resulta do contacto de dois meios sociais que não se podem compreender". Com efeito, nunca Emílio Zola conseguiu na tragédia doméstica elevar-se tanto descrevendo a luta terrível dos temperamentos. Ibsen tem sôbre o romancista francês a imensa superioridade de ser um grande poeta profundamente saturado da filosofia do seu tempo.

---

[7] Ernest Tissot, *Le Drame Norvégien*.

Os seus personagens, que são verdadeiros e estudados de acôrdo com os processos de análise modernos, não cingem-se a brutalizar-nos a sensibilidade; êles tornam-se obsedantes e fazem penetrar em nosso espírito todo o mistério da organização humana, determinando êsse estado transcendental de consciência que assinala a existência da intuição genial e da grande potência artística.

> Em traços rápidos, à maneira de Gavarni, êle desenha as fisionomias, esboça os caracteres e abre extensas perspectivas sôbre existências que nos interessam sùbitamente e nos obrigam a refletir. Sob a contingência dos fatos que nos refere, das crises a que êsses fatos dão origem e que explodem em cena, nós descobrimos leis absolutas como o destino das tragédias gregas, cuja estrutura simples e delicada Ibsen adotou, reconhecendo quanto essa simplicidade concorre para pôr a idéia em relêvo.

Êste conceito, que M. Prozor emite no prólogo da tradução francesa de *Hedda Gabler*, define perfeitamente a diferença de orientação dos psicólogos do Norte. Ao passo que Bourget, Rod e Maurice Barrès desperdiçam o seu talento em trabalhos de mera acumulação, Ibsen esgota a paciência de observador em busca daquilo que Taine considerava o verdadeiro fim da arte, a lógica interior e exterior, isto é, a estrutura, a composição íntima e o arranjo particular dos sêres reais. [8]

A arte desorienta-se desde que deixa de ser sugestiva. A faculdade discursiva desenvolve-se com mais proveito no doutrinário do que no poeta ou no romancista. É precisamente por terem sido abandonados os progressos sugestivos que a cultura científica está produzindo nas literaturas dos povos latinos o lamentável efeito da tristeza e dos desesperos messiânicos. Saiba a mocidade brasileira que dos mestres que escolher depende em grande parte o seu futuro; e convença-se da necessidade de repelir essa fatal monomania da chamada *doença do século*. Tolera-se que o doente verdadeiro o seja, e que os produtos de um talento mórbido se considerem repercussão de certos estados psicológicos coletivos: mas o que se não pode suportar é que a mediocridade, a fiúza dos exageros da escola lombrosiana, ande a confundir o talento com a nevropatia, na esperança de encartar a sua incapacidade artística como manifestações do desequilíbrio ou da degenerescência genial.

Sôbre tal assunto faço minhas as seguintes reflexões escritas por Ola Hansson, um dos mais novos romancistas noruegueses, as quais julgo dignas de ser meditadas pelos falsos pessimistas.

> Existe uma *nervosidade má* [*sic*], que denota fraqueza e esterilidade. Fora da personalidade, apenas superficial, essa nervosidade, ora esconde um vazio que pretende passar por abundância, ora um Bouvard e

---

[8] Taine, *Philosophie de l'Art*, I, 32.

Pécuchet com a ambição de ser uma grande individualidade, quando não é outra coisa senão o sintoma de uma paciência torturante, de um amargo padecimento de impotente. Quando o possuidor dessa má nervosidade se manifesta como poeta, a sua obra produz em nós uma sensação de frieza; o infeliz estrebucha, mas êsse movimento está muito longe da vibração ardente da alma, e mais se assemelha ao tremor de uma mão enregelada. Nada encontramos que se mova ou palpite no fôro íntimo de tal autor; a mesma imobilidade nas suas obras e nos seus leitores. Querendo transformar a sua insuficiência em energia ou originalidade, atira-se de preferência à descrição de uns corriqueiros sintomazinhos de doenças, as más nervosidades, as únicas que êle está no caso de sentir; o elemento trágico mais alevantado a que êle pôde chegar foi bebido na leitura de Darwin, — a hereditariedade potatória ou neurastênica e outras. Êstes autores, que são qualificados os autores típicos do tempo, — *Nomina sunt odiosa* — são também aquêles que mais exaltam Bouvard e Pécuchet.

Mas, ao lado dessa má nervosidade, existe outra, a *boa nervosidade*, com a qual nunca se acomodaram Bouvard e Pécuchet. Êsse fenômeno, resultante de um requintamento fecundo e criador, e do progresso orgânico, contitui uma manifestação da incessante diferenciação da natureza humana, alguma coisa de absolutamente interior, de idêntico à individualidade, à sua essência íntima, ao seu modo particular de ser, que parece uma nervosidade, porque estremece em aparência como o que patològicamente se chama nervosidade.

Êsse estremecimento, porém, é uma expansão de calor, uma vibração semelhante à do ar aos raios do Sol, um movimento ardente em que a individualidade se funde do mesmo modo que a terra primaveril alaga-se de vida germinativa. Sensual como a terra na primavera, êsse hausto assusta a Bouvard e Pécuchet; mas nessa sensualidade murmura o verão vindouro, todo cheio de flôres. É possível que haja febre, mas a febre neste caso é a febre vernal do sangue em fermento d'uma geração inteira em um só indivíduo.

Precisamente quando na arte surge êste sintoma, Bouvard e Pécuchet põem-se a gritar: doença! Em um Poe, os Bouvard e Pécuchet não verão mais do que o alcoolismo, sobretudo o Bouvard e o Pécuchet contemporâneos. Entretanto, Bouvard e Pécuchet, o jornalista, Max Nordau, e todos os medíocres da atualidade em geral são, antes de tudo, enquanto produtos de seu tempo, burgueses natos, isto é homens pequeninos e mesquinhos, anchos de uma filosofia que lhes foi outorgada pela moral cristã e pelo materialismo ortodoxo; porque a moral cristã e o materialismo vulgarizado não se contrariam, sendo a primeira como é uma flor mirrada da antiga religiosidade que perdeu côr e perfume, e o segundo, com o seu *ignorabimus*, um equivalente do bioco moral: o bioco da inteligência; ao que acresce ainda a preocupação de terem encontrado na hipótese genial de um Lombroso e nas compilações de Krafft-Ebing, uma prerrogativa que os autoriza a esquadrinhar tudo, armados dos mesquinhos ressentimentos do burguês que não sabe senão andar à caça de prognatismos e outros sintomas suspeitos de degenerescência.

As obras de arte são ou as rosas selvagens da paixão ou as raras tulipas saturadas do colorido da civilização, tais como os antigos holandeses as cultivavam. Bouvard e Pécuchet, porém, não se sentem ao seu gôsto senão quando perambulam pelo jardim que plantaram ou pelos jardins públicos. [9]

---

[9] *Revue des revues*, n.º II, 1894.

## VII

## ARTIGOS DO SR. FELISBELO FREIRE. – TRADUÇÃO DAS LIÇÕES DE LASTARRÍA, POR LÚCIO DE MENDONÇA. – *A REDENÇÃO DE TIRADENTES*. – A *MEMÓRIA* DO SENADOR OTTONI. – *O IMPERADOR NO EXÍLIO*, DE AFONSO CELSO. – MEMÓRIAS E VIAGENS. – LITERATURA JURÍDICA. – CLÓVIS BEVILÁQUA. – POESIA CIENTÍFICA. – MARTINS JÚNIOR. – CRÍTICA. – CONCLUSÃO.

O espírito republicano não inspirou sòmente as obras de que me ocupei no primeiro capítulo dêste trabalho.

O Dr. Felisbelo Freire pelas colunas do *Fígaro* encetou a publicação de uma série de artigos, nos quais, com a proficiência que todos lhe reconhecem em matéria de história constitucional, propôs-se estudar a gênese da Constituição da República. Êstes artigos, inspirados na doutrina determinista e reveladores de um critério de filósofo-historiador *hors ligne*, deverão constituir a última parte da obra de que o autor, à hora em que escrevo, já publicou o primeiro volume sob o título de *História Constitucional da República dos Estados Unidos do Brasil*, e que virá a representar um dos mais valiosos subsídios para o estudo do período da organização do atual regime político.

Um livro que também não deve ser esquecido, principalmente à vista dos intuitos que presidiram a sua publicação, é a tradução de Lúcio de Mendonça das *Lições de Política Positiva* do eminente publicista chileno Lastarría. Lúcio de Mendonça dedicou essa tradução à mocidade das escolas, tornando sensível quanto aquêle livro interessa ao Brasil no momento atual.

> Muito há que aprender, diz êle prefaciando a obra, neste livro do notável publicista americano, espírito aberto às mais vastas inspirações da liberdade, e que, de par com algum iberismo de forma (permita-se-nos a expressão) com as amplificações e frondosas superabundâncias de frase, que são a culpa da nossa raça latina, tem a iluminá-lo constantemente a mais elevada concepção da liberdade humana e social.

José Victorino Lastarría pertence ao número dêsses vigorosos espíritos, que, socorrendo-se do método de Augusto Comte para libertar-se dos preconceitos metafísicos da antiga ciência social, souberam contudo evitar as tendências dogmáticas e místicas, que depois enfaixaram o sistema. "Não tenho", pondera o ilustre professor, "que a política seja ainda ciência completa, mas entendo que o método dedutivo pode vir a constituí-la e facilitar-lhe a evolução, conquanto sejam muito complicados os fatos sôbre que pode operar, e mal esboçada esteja a nova síntese. Pôsto que ainda não concluída, está já adiantadíssima a análise preparatória: muito tem sido estudada

e ainda mais controvertida. Há material copioso, que, estudado atenta e convenientemente, pode dar para que se forme doutrina acêrca das fôrças da sociedade civil e suas leis, e do meio de as dirigir em determinadas condições." Lastarría por essa razão na sua teoria social e política renuncia o dogma comtiano sem deixar de utilizar a doutrina; mas, longe de desconhecer a democracia como base do Estado, ao contrário disso, afirma-a como única fonte do que "na linguagem dos políticos modernos se chama *soberania nacional,* ou soberania do povo como poder supremo e anterior ao do Estado". Fundando a vida das sociedades modernas na *semecracia* pura, nem por isso êle se afasta dos rigorosos princípios científicos; de sorte que o seu livro representa um dos mais belos esforços realizados no intuito de conciliar a teoria dos sábios com a mais sagrada das aspirações dos povos americanos, o *self-government,* sem intercorrências de ditaduras, nem influências de podêres espirituais. Com a sua primorosa tradução das *lições* do professor chileno, Lúcio de Mendonça fêz obra de bom republicano.

Estimulado igualmente pelo sentimento de liberdade, um dramaturgo já conhecido por diversas tentativas teatrais, o Major Fernando de Almeida, deu à estampa o drama *A Redenção de Tiradentes,* no qual pretendeu simbolizar a idéia da República evoluindo através do antigo regime até concretizar-se no *15 de Novembro.* O pensamento do Major Almeida, traduzido numa espécie de revista de acontecimentos históricos, oferecia matéria para uma composição verdadeiramente épica: mas as proporções do teatro atual, e a maneira adotada pelo dramaturgo não lhe permitiram dar ao trabalho o tom escultural, que é exigido pela arte simbólica.

Dois livros, entretanto, tentaram reagir sôbre essa expansão democrática manifestada nas letras, e cada um o fêz a seu modo. Refiro-me à *Memória* sôbre o último imperador, escrita e apresentada ao Instituto Histórico pelo Senador Cristiano Benedito Ottoni, e o *Imperador no Exílio,* por Afonso Celso. O Senador Ottoni procurou fazer uma biografia à Suetônio, dominado por um espírito anedótico um tanto hostil ao monarca decaído. A *Memória,* com efeito, ressente-se de uma vivacidade maliciosa e às vêzes mordaz, bem comparável à do historiador dos doze césares, e seguramente ao autor pareceu mais fácil pintar por êste processo a figura curiosa de D. Pedro II, do que empreender um trabalho de psicologia ou um estudo como o *Anticristo e o Marco Aurélio* de Renan, no qual surgisse o neto de D. João VI com aquêle gesto dissimulado de imperante, que, convivendo com três gerações de estadistas, pôde por fim acostumar-se ao papel de Augusto, aplicando a si o célebre dístico: — *omniam eloquentiam pacavi!* Todavia, a *Memória* do venerando senador é talvez, de tudo quanto até hoje se tem escrito

sôbre D. Pedro, o que mais se aproxima de um perfil movimentado e característico. Em uns rascunhos, que tive ocasião de passar pelos olhos, escritos pelo próprio punho do ex-imperador, li uma frase, que, aceita como confissão sincera, constitui um documento importantíssimo para a reconstrução histórica do caráter do último Bragança que dirigiu os destinos desta terra. O autor dos rascunhos dizia que a sua vocação talvez o havia destinado para um bom conselheiro de Estado, para um primeiro-ministro, quiçá para a vida de gabinete de um sábio... Esta confissão, provando à evidência que D. Pedro II não acreditava na profissão de rei, explica em grande parte as suas fraquezas de estadista, a deliqüescência da sua política, a sua dubiedade diante das fôrças da nação quando estas entraram em jôgo, e conjugam perfeitamente com êsse cepticismo filosófico e essa birra contra padres, que o bispo de Crisópolis classificou de *maluquice*, e que o Senador Ottoni no seu opúsculo pretendeu acentuar como o próprio fundo do caráter do biografado. Futuros historiadores verificarão se o biógrafo de hoje acertou ou não.

Acaso o céptico, que pela última vez viu as plagas do Brasil, por êle governado durante mais de cinqüenta anos, a 17 de novembro de 1889, não estará retratado naquele personagem evadido da realeza que Júlio Lemaître tão brilhantemente descreveu no seu penúltimo romance *Les rois*? Afonso Celso dirá que não. Para êste diletante reacionário o monarca decaído era, nada mais nada menos, um Marco Aurélio desdobrado, no último período de sua vida, no vulto melancólico de um Lear, graças à imaginação chorosa de uma pátria pèrfidamente transfigurada em Cordélia e concebida pelo espírito noveleiro do sebastianismo de Iago. Afonso Celso, que não aspira às glórias de filósofo, nutrindo-se apenas de um impressionismo tropical, reconheceu que os seus livros careciam de uma estética que afirmasse uma arte qualquer; e como os seus ideais de môço tinham-se incompatibilizado com a sua atitude política, e o entusasmo do democrata divorciara-se da musa dos tempos acadêmicos, não se lhe antolhou outro caminho senão o da saudade do passado e da sensibilidade doméstica. Na impossibilidade de reviver os encantos da vida republicana e de sopitar sentimentos hostis à ordem de coisas vigentes, no intuito de conciliar as suas aptidões literárias com o meio e produzir em seus leitores as revulsões estéticas, sem as quais não há viabilidade para uma obra de arte, Afonso Celso recorreu ao *sunt lacrimae rerum;* e do mesmo modo que Chateaubriand servira-se do sentimento cristão para infundir caráter intenso em suas composições, êle hàbilmente foi buscar na *loyalty* do emigrado o maravilhoso com que daria aos seus escritos movimentação e colorido.

As tristezas do exílio, a fidelidade dos desterrados, as recordações de uma revolução, a seu ver *quase regicida,* o excídio de uma dinastia, as ingratidões de um povo, o vulto sacrossanto de um rei destronado, a resignação de um sábio, a profundeza dos conceitos de um soberano filósofo despojado de sua grandeza terrestre, a auréola do martírio, as iniqüidades da raça humana, os sacrilégios assacados contra o direito divino, tudo isto fornecia assunto para muitas páginas comoventes e para uma série de capítulos, em que a melancolia e a eloqüência dos antigos românticos de Coblentz ressurgiriam sob formas modernas, senão também com o *punctum saliens* da literatura deliqüescente. *O Imperador no Exílio,* portanto, não tem para a crítica outra significação além da que se pode deduzir de um *cânone* literário de ocasião, ou de uma excitação estética adrede procurada pelo possuidor de um estilo fácil e correntio para dar vida e expressão às suas obras.

Mais característicos do que *O Imperador no Exílio* são os *Vultos e Fatos,* de onde aliás é tirado aquêle livro. Na parte dessa obra, em que o autor se ocupa com a descrição dos lugares por onde passou e dos indivíduos com os quais conversou, há páginas que incontestàvelmente são lançadas com o amor e a volubilidade do *touriste.*

Enganar-se-á, porém, quem fôr buscar nos livros de viagens de Afonso Celso Júnior sensações fortes como as que se encontram nas cartas sôbre o Egito de Flaubert, mesmo nas de Eduardo Prado, publicadas há tempos na *Gazeta de Notícias,* ou elevação estética igual à do livro de Taine sôbre a Itália, ou observação profunda sôbre raças, povos, história e costumes à maneira de Castelar e tantos outros escritores que têm viajado e descrito suas excursões. O autor do *Imperador no Exílio* anda mais perto de Bourget e de Loti. As viagens constituem para êle mais um pretexto para voluptuosidades da inteligência do que um motivo de reflexões. É que Afonso Celso não é um artista pensador. A sua nobreza ressente-se de uma leviandade incurável; e se não fôsse o orgulho, pelo que aliás não o condeno, tenho como certo que os seus trabalhos obteriam muito baixa cotação. A prova dêste meu asserto está no livro de viagens e ao mesmo tempo de sensações domésticas intitulado *Minha Filha.* Êste trabalho literário, em que se encontram trechos deliciosos, oferece, entretanto, no seu conjunto, coisas que a sensibilidade de um pai e de um marido não podem deixar de condenar. Há carinhos na vida interior que nem em ditirambo pindárico eu admito que se tragam a público. Os grandes líricos sempre esconderam as suas mágoas e os seus entusiasmos sob artifícios onomásticos; e nenhum dêles se atreveu a expor em público com as minúcias mais particulares um ato como por exemplo o da maternidade, que pode ter todos os

encantos para o pai no momento solene de ver consumada a transmissão da vida ao filho, mas que deve ser soberanamente *shocking* para a pessoa estranha, a quem nesta angustura só excitam curiosidades indiscretas; pois bem, Afonso Celso teve o mau gôsto, digo mais, cometeu a indiscrição de, num livro que correu mundo, submeter-se a estas bisbilhotices. Não o louvo por essa falta de tato, o que, todavia, não impede a crítica de indicar nesse trabalho trechos do mais subido valor, como entre outros o que se refere à sua excursão ao Jequitinhonha.

É comovente, também, o martirológio da menina; e a recepção do pontífice Charcot tem um interêsse bem graduado; por contrapêso, a excursão a Lourdes mostra o artista descuidoso. Aquêle seu desespêro diante da ciência, e a provisória conversão, depois do capítulo dos médicos consultantes em Paris, é como se nos atirassem uma bacia de água fria — para não dizer o têrmo verdadeiro, que seria talvez ridículo. O autor orando fervorosamente em Lourdes, só por uma figura de retórica! Ou quem sabe se êste seu movimento untuoso de fetichismo católico não é um ato de concordância com os seus sentimentos de emigrado, — a continuação da piedade revelada diante do Lear brasileiro e dos seus novos ideais monárquicos?! Digo, e bem a pesar meu, porque reconheço que Afonso Celso tudo isto faz e tudo isto escreve, usando da linguagem pitoresca do povo, *dos dentes para fora;* e o diz e o faz, folgo também de reconhecê-lo, levado por um sentimento que muito o enobrece, a solidariedade com os atos de seu ilustre pai, a quem êle admira e acima de tudo venera.

Outro tanto eu desejaria poder dizer do livro de viagens publicado pelo Visconde de Nogueira da Gama. As *Minhas Memórias*, que se reduzem a impressões de um excursionista pela Europa, são mal escritas e destituídas de todo o espírito. Imagine-se um *touriste* que estando em St. Cyr, não achou senão estas expressões para descrever o que viu e o que gozou: que "rezou pela alma de Mme. de Maintenon". Quanto às graças de estilo e à dicacidade do autor, basta ler o período seguinte, que além de definir a obra, mostra a profundeza dos conhecimentos de quem a traçou.

> Ali [em St. Germain] visitamos o antigo palácio, hoje prisão militar e que estão preparando para uso do Imperador. Lá estavam engaiolados uns quinhentos e tantos, e posso asseverar-lhes *que não foi pelo que eu fiz.*

O Conde de Saint Simon, fidalgo no gôsto e na linhagem, com certeza nunca teria empregado em suas *Memórias* frases tão clàssicamente *roturières.*

Foram escassas as publicações históricas durante o ano. Não querendo falar nos volumes de Pereira da Silva publicados sob o

título geral de *Na História e na Legenda,* cujos defeitos de estilo e de concepção resultam apenas da época em que êsse estilo e essa concepção se formaram, pois o autor conta para mais de 70 anos, apontarei as belas monografias de Lúcio de Azevedo, do Pará, editadas sob a rubrica de *Estudos de História Paraense.* Entre estas monografias existe uma que merece principalmente a atenção da crítica. Lúcio de Azevedo compulsou os arquivos do Pará, examinou documentos; e, apoiado nêles, busca hoje diminuir a grandeza do vulto de Pombal, máxime no que respeita à sua política colonial. É assim que o monografista, lendo os originais que encontrou naqueles arquivos, dá-se à tarefa de demonstrar que a perseguição dos jesuítas no Brasil não foi resultado do golpe de vista do estadista genial, mas produto apenas das intrigas do Brasil, que então lhe sugeriram esta idéia truculenta. Tal asserto pretende prová-lo o escritor com a correspondência trocada entre Pombal e seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador, naquele tempo, do Pará, o qual parece até pela sagacidade e conselho, estar em plano superior ao do ministro de D. José. Lúcio de Azevedo deduz tudo isto de um fato, que êle considera capital, isto é, da circunstância de que quando foram expedidas as *Instruções* para o govêrno de Mendonça Furtado, não deixou o govêrno, no qual preponderava Pombal, transparecer qualquer prevenção hostil à Companhia; e se o grande ministro nessa época já "havia concebido o plano, que mais tarde pôs em prática, nem por vislumbres o deixava ainda suspeitar", pelo contrário, "reconhecia o grande mérito dos jesuítas como catequistas e auxiliares do govêrno temporal e recomendava a sua persistência nas missões que, por vários rescritos anteriores, privilegiadamente lhe competiam". E acrescenta que a cólera de Pombal só se afirmou contra os padres quando, baldados todos os esforços, começou a Companhia a hostilizá-lo pelo púlpito. Não estou longe de concordar com tudo isto, menos na influência oracular que o escritor paraense concede aos agentes de Pombal. Êste grande estadista, se não era homem para desprezar avisos, também não o era para obedecer a sugestões. Era êle quem sugeria. Natureza profundamente guiada pelo experimentalismo, dava o impulso à máquina de suas idéias, mas a forma, recebia-a êle das circunstâncias e dos acontecimentos. O eixo da sua política, não há quem o ignore, tinha uma extremidade no Rei e outra no *debellare suberbos.* Já se vê, portanto, que o seu encontro com a Companhia seria fatal, e que à perspicácia do marquês não devia ter escapado êsse próximo futuro; mas isto não o obrigava, desde logo, a desalojar os jesuítas dos seus antigos privilégios: era preciso esperar que êstes o provocassem. O resto está na história. Reconhecido o gênio de Pombal, o seu caráter, a fôrça com que subiu ao poder pela confiança nêle depositada pelo rei; aceito como fato incontroverso o seu autoritarismo e ao mesmo tem-

po a sua paixão pelo nôvo, sob o influxo das tendências liberais do tempo: nada mais natural do que a ação orgânica dêsse homem político contra os monopólios dos padres e o carrancismo da nobreza do seu país. A guerra estava iminente desde que êle tomara as rédeas do govêrno. Pombal quis dar ordem ao Estado, e procurou submeter tôdas as fôrças dirigentes ao seu serviço; era natural que reagissem. Os jesuítas, que sentiram mais depressa o perigo, foram os primeiros a gritar e a insurgir-se. Pombal não fêz mais do que esmagá-los.

No ramo de trabalhos históricos encontro ainda um livro muito apreciável, a *História Antiga, Oriente e Grécia*, de João Ribeiro,

O livro, como o próprio autor o confessa no prefácio, foi escrito para uso dos estudantes do Ginásio Nacional. Sem perder, contudo, as qualidades de uma obra didática, êsse compêndio revela as altas aptidões do professor para a filosofia da história e o mais completo conhecimento do estado atual desta ciência. Acresce que, como já uma vez tive ocasião de manifestar, João Ribeiro possui a faculdade da clareza e de dar concreção às idéias mais abstratas. Não há melhores compêndios do que os inglêses, e o ilustrado professor demonstra que os seus seguem igual caminho. Nas 385 páginas da *História Antiga* existe indicado tudo quanto a ciência e a investigação têm acumulado relativamente àquelas interessantes civilizações. A história torna-se ali uma coisa palpável, e o elemento pitoresco, em síntese, habilita o cérebro menos disciplinado a receber uma sensação de conjunto dos fenômenos sociais, que não tardará a transformar-se em noções abstratas de leis inelutáveis. Sob êste ponto de vista acho o livro brasileiro superior aos congêneres de Seignobos e de Corréard. A introdução é um belíssimo espécime de didatismo sóbrio e ao mesmo tempo translúcido. João Ribeiro, em menos de 27 páginas, apura todos os progressos da ciência da história com uma tranqüilidade de mestre, que, pelo muito que sabe e pelo muito que comparou, dispensa frases e suprime o entusiasmo. Tôdas as escolas são ràpidamente criticadas e reduzidas à sua expressão mais simples: os dados cósmicos e físicos, biológicos e psíquicos, quanto hoje a ciência compreende sob a designação genérica de *psicologia das nações*, enfim o conhecimento das leis de Karl Ritter, de Ratzel, de Lazarus e de Steinthal, embora não citadas, tudo se encontra nesse prólogo como em um elenco precioso, fecundo para os que estudam e muito orientador. Êsse trabalho, portanto, na aparência modesto, honra o magistério brasileiro na pessoa de um mestre, cuja competência de filólogo já é antiga, e que, além disso, tem revelado as mais decididas aptidões enciclopédicas, sem as quais não se compreende, na atualidade, um homem de ciência.

Após a história vem naturalmente a crítica. Em 1893 essa classe de estudos foi em relação a outros anos pouco produtiva. Quase que se cingiu a ligeiros *comptes rendus* de algumas obras e à colaboração dos críticos estrangeiros sôbre obras estrangeiras. Pode-se, entretanto, dizer sôbre o estado desta ciência de aplicação que ela permaneceu no ponto em que a deixaram os trabalhos de Sílvio Romero. Como ninguém ignora o autor da *História da Literatura Brasileira* encerrou a sua obra com a completa derruição do Romantismo, que, se pode dizer, é obra quase totalmente sua. O serviço, que, com êsse trabalho de Hércules, Sílvio Romero prestou a seu país, só no futuro poderá ser devidamente aquilatado, porque ainda estão quentes os ódios que a demolição causou. O que por ora se deve adiantar é que êste crítico, por ser de temperamento polemista, mais de uma vez perdeu a calma, e perdendo-a foi muito além do que devia ir, destruindo individualidades, que, na derrota do Romantismo podiam bem ficar intatas. Mas dominado pela necessidade de abrir caminho às novas idéias, a crítica literária em suas mãos transformou-se, por alguns capítulos, em verdadeira catapulta de assédio. Logo depois de finda essa fase de destruição, não faltou quem quisesse aproveitar-se dêsse benefício. Houve, então, um interregno, em que a crítica chamada sensata, na posse das novas idéias em circulação, começou a fazer pouco nos trabalhos do nosso destemido desbravador. Novas tendências, entretanto, apareceram e êsses mesmos críticos que se utilizavam do trabalho de Sílvio Romero, misoneístas eméritos, passaram a retaliar coisas muito pequeninas e até toleráveis. Como, porém, tais tendências começaram a prevalecer, Eunápio Deiró, entre outros, saiu ao encontro delas, fazendo sentir que os que vieram flutuando na onda dessas ingênuas inspirações, nada disso compreendiam, e associando-se aos reacionários de além-mar, propôs-se ensinar aos *novos* o que vem a ser a decantada *novidade*.

A êste processo chamo eu de nordalismo involuntário. O nordalismo sob tal ponto de vista, não consiste tanto no pessimismo armado contra o nôvo em nome de um *cânone* que se não possui, ou de um ideal que se não define, como no despeito disfarçado, para não dizer o têrmo próprio, que é crueldade literária. Indivíduos há que se esforçam, lutam, sofrem para fazer aceitar uma idéia, que, combatida com fôrça, aos poucos marcha, e afinal, triunfa; êstes indivíduos, porém, raramente colhem o fruto da árvore que plantaram. Para semelhante efeito foi que se criou o nordalista, porque o nordalista é o superior, o homem sem preconceitos, o equilibrista-mor; e por cima de tudo mordaz. Apenas êle vê obra pronta, ei-lo proprietário dela; mas, já se sabe, não para aplicá-la, mas para declarar que não está acabada, que lhe faltam coisas essenciais, e que só êle é capaz de compreender o que os autores pretenderam fazer

ou deviam ter realizado. Inteligente e sagaz, o nordalista, todavia, é obscuro e ambicioso; não faz sacrifícios, mas colhe com facilidade frutos que estão pendentes. Todavia, Eunápio Deiró, que é um latinista e um cultor apurado da literatura clássica, quando não o domina o espírito hostil das comparações do nôvo com o velho, deu-nos uma excelente crítica de Lucano, e soube dignamente defendê-lo das perfídias atiradas sôbre a *Farsália* pelos críticos cesaristas.

Lucano foi, incontestàvelmente, um dos poetas de mais gênio que apareceram em Itália durante o domínio dos romanos. A *Farsália* é dos poemas antigos o que mais se aproxima das concepções dos épicos modernos. Os cesaristas, porém, principalmente os do tempo de Boileau, agrediram-no como mediocridade. Os críticos mais recentes disseram que o amigo de Nero pecou na poesia, pecou na história, pecou na psicologia. Tudo isto é inexato. Lucano foi o poeta que o tempo e as intuições do gênio permitiam. Antes de tudo, o poeta gabava-se de romano: fora de Roma, como tal, só podia existir o grande César. Que era Roma então? Era o Senado, as famílias patrícias, os cavaleiros, como quem diria hoje, na Inglaterra, o *lordship* e a *gentry;* era ainda Pompeu, Catão, Bruto e Cássio, os descendentes dos Cipiões, — todo o resto do patriciado. Além disto existiam César e os desgostosos, e em tôrno dos desgostosos o exército e a plebe sem vontade; mas acima disto pairavam as leis da necessidade e o brôto do futuro, o comêço de uma nova ordem de coisas, que se agitava no tumulto de paixões, de cobiças e de terrôres muito pouco confessáveis. Para a compreensão de quanto se passava, o vencedor das Gálias tinha, contudo, as queixas contra o sogro, os ultrajes do Senado, o amor da glória, a fôrça que se domina e uma ambição descaradíssima. Mas o pobre do Lucano, vivendo junto a Nero, sem ter lido Mommsen, nem a crítica moderna, que podia ser senão o que foi Tácito, relativamente aos imperadores, — senão a indignação contra o herói, a alegria da República e a saudade do organismo que tombara? Lucano, portanto, não pôde, como também não devia, louvar a estrêla de César, mas em todo caso quem venceu os espíritos no poema foi a figura simpática do ditador e a inflexibilidade do triunfo. As rivalidades de homens insensatos, no período mais agudo da história romana, haviam pôsto êsse general de gênio em frente dessa vetusta Roma, de Pompeu desorientado, de Catão agastado, e do Senado já desfeito. César destruiu as legiões antigas, compôs exércitos novos com farrapos de tôdas as nações, e tirou a Roma o mistério, abrindo as suas portas ao Universo. Que poeta cândido podia aprovar tamanha loucura e insensatez? Os inimigos de Roma! Afiou-se, pois, o punhal de Bruto; e ainda na *Farsália* de Lucano êsse punhal desferiu as cordas do plectro e acompanhou a tuba do épico, triste e torturado.

Eunápio Deiró, se não apóia estas idéias, também não se afasta muito delas. Seu espírito, entretanto, preocupou-se demasiado com a defesa do caráter de Lucano, renovando explicações acêrca dos laços, que no comêço de sua vida o ligaram ao filho de Agripina.

No jornalismo raros artigos de crítica surgiram, durante o ano de 1893, que mereçam atenção pelo conceito ou pela forma.

Crispiniano da Fonseca, que se finou apenas encetava sua carreira literária, escreveu algumas notas, que se distinguiram pelo aticismo e pela novidade.

Viveiros de Castro ilustrou *O País* com a crítica jurídica da nova escola penal, e Osório Duque Estrada fêz sérios esforços, exibindo alguns pontos de vista de crítica social e de costumes americanos.

A literatura jurídica foi enriquecida com um livro raro entre nós, pela importância do assunto e pela novidade do ponto de vista. Refiro-me ao *Resumo das Lições de Legislação Comparada Sôbre o Direito Privado,* professadas por Clóvis Beviláqua na Faculdade de Direito do Recife, de que é um dos ornamentos.

Êste distintíssimo cearense, que ao lado de Artur Orlando, tem procurado manter naquela escola as tradições de Tobias Barreto, alia às qualidades de professor de cadeira uma orientação perfeitamente moderna e o sentimento histórico das matérias que ensina. Além disto, é crítico, conhece as literaturas dos povos e reúne à erudição um estilo fantasista.

Os antigos professôres não cuidavam de tanta coisa ao mesmo tempo; e por isso eram áridos e incompletos. No tempo do meu curso jurídico havia lentes com efeito muito versados nas matérias que professavam; alguns dotados de grande eloqüência, como o velho Aguiar, como o pai da Economia, assim chamavam ao venerando Autran, e como o nervoso Silveira de Sousa; sucedia, porém, que êstes mestres limitavam-se ao estudo de suas especialidades. O único que destoava dêste regime, e pelo que alguns o censuravam, era o Dr. Aprígio Justiniano, de quem os rapazes muito gostavam. O Dr. Aprígio prezava as letras, escrevia folhetins amenos e fazia dramas; na tribuna ressentia-se de gongorismo; e teria sido um professor completo, se, na jurisprudência, não fôsse um tanto superficial. Conheci, contudo, um de meus mestres, que podia realizar êsse tipo afamado do universitário alemão, de que tão fraca idéia se fazia naquela época acanhada; êsse chamava-se Paula Batista; e incontestàvelmente foi o mais profundo espírito que abordei nas aulas de direito. A Paula Batista nada faltava para um sábio; mas sofria do achaque da preguiça; de sorte que do seu extraordinário talento apenas deixou como vestígio dois compêndios, um de praxe do processo e outro de hermenêutica jurídica, que são prodígios de concisão didática. Da riqueza de conhecimentos que êle possuía, da

argúcia na dialética, da sua potência lógica, do seu espírito culto em filosofia, história e literatura, só podem hoje avaliar aquelas pessoas, que praticaram com êle, e conseguiram apanhar o seu bom humor em dias de disposição para a palestra. Descuidado de si, quase sempre distraído, eloqüente ùnicamente quando a discussão o irritava, o ilustre lente de decania passou quase obscuro para o vulgo, e dêle ninguém mais se lembraria se o fôro ainda não precisasse do seu compêndio.

Os nossos professôres, com o advento de Tobias, buscaram desenvolver felizmente aquelas tendências enciclopédicas, que faziam, na sua modéstia, de Paula Batista, o *primus inter pares*. Clóvis Beviláqua acha-se neste caso. O seu livro não pode ser criticado aqui. Urge, porém, dizer que vem assinalar uma fase de verdadeira renovação nos estudos de direito civil, porque até hoje as nossas aplicações sociológicas só têm versado sôbre o direito político e criminologia. Se os trabalhos de legislação civil comparada tivessem tomado o rumo que tomam agora, é bem provável que se evitasse o desastre do projeto de código do ilustrado Dr. Coelho Rodrigues.

Nas suas lições Clóvis Beviláqua adota o critério comparativo com muita largueza de vistas. Se bem que suas tendências sejam germânicas, a sua razão não descamba para o exclusivismo de escolas, e ampliando a esfera do programa que lhe foi impôsto, êle entra na análise dos costumes jurídicos tanto no tempo como no espaço. Todos os subsídios que as especialidades hoje fornecem ao estudioso para uma síntese provisória Clóvis Beviláqua põe em contribuição, e fá-lo com uma sobriedade e simpatia que não pode deixar de torná-lo muito amado de seus discípulos.

A mocidade de ordinário é fanática e gosta de um só livro, de um só homem. A idade e a experiência das opiniões é que vêm graduar êsse entusiasmo. O professor da Faculdade do Recife cedo chegou a êsse estágio. É para louvar o modo cauteloso por que êle dá entrada em suas lições às teorias lombrosianas, às leis da imitação de Tarde, às descobertas da psicologia experimental, às audácias da antropologia, mostrando aos seus discípulos, ao mesmo tempo, até onde chega o proveito dessas doutrinas e de onde começam a prejudicar-se mùtuamente e ao progresso da ciência integral, para o qual com tanto acêrto e calma têm trabalhado os Bluntschli, os Hermann Post, os Gneist, os Fustel de Coulanges, os Sumner Maine e outros.

Se há esfôrço, modesto e digno de encômios, é êsse que Clóvis Beviláqua está fazendo dia a dia, indefessamente, fora do bulício da política, com a certeza do futuro e de que contra a inércia dos tempos existe a preparação de discípulos capazes de governar amanhã êste país, com proveito de todos os brasileiros e das nações amigas.

Clóvis Beviláqua lembra um seu antigo companheiro de lutas e colaborador de vigílias literárias. Refiro-me a Isidoro Martins Júnior, hoje um pouco arredio, das letras, em conseqüência do pôsto arriscado que a República o chamou a tomar nos negócios políticos. Tem o nome de *Tela Policroma* o livro de versos que um seu amigo o Dr. Adolfo Faria mandou editar nesta capital.

Não me ocuparei com o lirismo que ressuma desta nova coleção poética, porque seria repetir o que todo o mundo sabe; falarei antes de uma tendência do autor que se tem constituído a obsessão de tôda a sua vida de homem de letras, e que, ainda mesmo em versos amorosos, denuncia-se como a mais vigorosa corda do plectro do poeta.

Cheguei. Quero estender o olhar pelo caminho
Andado. Ei-lo : é tão longo e teve tanto espinho,
Que eu não sei como pude efetuar a viagem.
Esta cota de arma alvíssima — a Coragem,
O escudo — Entusiasmo, a lança — Inspiração,
Esta viseira — a Idéia, êste punhal — Canção,
O estôfo azul do Verso, a armadura da Prosa,
As alucinações do ideal, a gloriosa
Febre da propaganda, o ódio ao Êrro, o amor
À Humanidade, à Ciência, — árvore sempre em flor;
— Tudo eu joguei, lancei por essa estrada fora,
Como um jovem nababo estúrdio que não chora
Os milhões, o ouro em pó, as fulvas pedrarias,
Alfaias e corais, perlas, tapeçarias.

Êstes versos demonstram que Martins Júnior não tem o fetichismo do amor. As suas predileções, o seu fetichismo, por educação ou por temperamento, correu todo para as regiões truculentas da política; por isso vem aqui de molde dizer algumas palavras sôbre a preconizada poesia científica, — essa poesia científica que êle desde 1880 defende, associando a sua autoridade às de Etupui, Berthezène, Ackermann, Sully Prudhomme e outros. Como todos que se apaixonam por um ponto de vista exclusivo, Martins Júnior, na defesa de sua escola, diz muitas verdades e comete erros, que, entretanto, lhe seriam facílimo desviar.

A sua teoria estética consta de um opúsculo publicado no Recife em 1883 sob o título de *A Poesia Científica, Escôrço de Um Livro Futuro;* e a sua obra filiada pròpriamente a essa intuição da arte, encontra-se no volume *As Visões de Hoje,* no qual, acompa-

nhando A. Comte, o autor apresenta quatro sínteses, a científica, a religiosa, a política e a artística. Nada me impede declarar que nesse livro existe poesia, como pode existir em qualquer outro, e que o poeta aí cuidou antes de tudo, de dar a nota aguda do *sentimento moderno*. Todavia, isto não prova que as pretensões dos poetas científicos possam ser registradas nos livros do Parnaso como fato indiscutível. Ninguém nega que a estética do século será afinal violentada pela nova concepção do mundo saído da filosofia experimental. Bastaria reproduzir as reflexões de A. Comte sôbre êste assunto, que é o resumo da de todos os esteticistas que se prezam, menos a incorporação da poesia ao sacerdócio. "Chegou a vez", diz o grande filósofo, "de cantar os prodígios do homem, a conquista da natureza, as maravilhas da sociabilidade, e o verdadeiro gênio estético, sob a impulsão do espírito positivo, encontrará uma fonte fecunda de novas e poderosas inspirações e ao mesmo tempo capazes de uma popularidade como nunca houve outra, simplesmente por achar-se em harmonia plena não só com os nobres instintos de nossa superioridade fundamental, mas também com o conjunto de nossas convicções racionais" [10] Mas as próprias expressões do filósofo indicam que a transformação do ambiente social, acarretando, fatalmente a mudança de feição de tôda a arte e poesia concomitante, não importa que todo o poeta se forme em filosofia e se habilite para escrever o seu *De rerum natura*. Os poetas científicos, contudo, laboram, numa ilusão: confundem um gênero literário com a arte em tôdas as suas manifestações.

Augusto Comte já em seu tempo mostrava o tipo do poeta do futuro em Lord Byron; nós hoje temos tipos dêstes aos punhados, o que não quer dizer que não se discipline a arte e que se anime o espírito dispersivo. A poesia filosófica como expressão lírica da própria meditação científica existiu no seu competente compartimento, em tôdas as épocas, em todos os povos. A poesia científica de hoje, portanto, limitar-se-á ao papel, que exerceram, na Índia, o *Rig Veda* e todos os poemas em que Indra e outros mitos se encarregavam de descrever os fenômenos naturais; o orfismo, na Grécia pré-homérica; os cânticos religiosos, do Egito de Ftá; e, para não correr tôda a via-sacra, nos tempos modernos, as *Meditações* de Lamartine, os *Túmulos* de Young, etc., etc.

Em última análise, sem que procure excluir uma só polegada das obras inspiradas nessa ordem particular de cogitações, eu terminarei dizendo que nessa propaganda de poesia científica dá-se o

---

[10] Aug. Comte, *Cours de Philosophie Postive*, VI, 742.

mesmo êrro de linguagem em que foi surpreendido E. Zola quando propôs o *romance experimental.* *

Findo aqui a minha fastidiosa viagem através do ano literário de 1893, com os mais ardentes votos pelo futuro da *Semana,* que, renovando o meio literário, no qual caíra a mais negra das apatias, conseguiu, quando todos só cuidavam em defender-se de granadas ou atirar granadas, atrair a atenção dos homens de letras e de um limitado público, dando movimento e excitando a cobiça estética pela abertura de concursos.

O Retrospecto de 1894 fará objeto de novos estudos da nossa literatura militante; e, se o tempo me permitir, encetá-lo-ei muito em breve, não seguindo o método cronológico, mas buscando sistematizá-lo em grupos, nos quais se veja claramente o aumento que as nossas letras tiveram em cada uma das suas províncias.

---

* (A publicação em *A Semana* finda com a seguinte declaração, omitida no volume.)

*O CREPÚSCULO DOS POVOS*

PUBLICAÇÃO NO LIVRO *MOVIMENTO DE 1893 — O CREPÚSCULO DOS POVOS* (V. NOTA ANTERIOR, P. 112). DATADA DE RIACHUELO, 28-1-1895. NÃO HÁ NOTÍCIA DE HAVER APARECIDO ANTERIORMENTE SOB OUTRA FORMA.

# I

Tenho um amigo que bem poucas vêzes deixa de estar mergulhado naquilo que Rabelais chamava *la moelle substantifique des choses.* Embora ativo e peripatético, êste meu amigo pode conservar-se em plena Rua do Ouvidor, abalroando os transeuntes, ou no meio de um café ruidoso, conversando com dois ou três camaradas, sem que isso seja motivo para que êle abandone de todo as suas preocupações *substantíficas.* Quanto maior é a vozeria, quanto mais intenso se faz o calor das discussões circundantes, quanto mais movimentada se mostra a rua pela reportagem, pelas rodas boateiras e pela *flirtation,* tanto mais fácil se lhe torna romper com o meio e voar nas asas da fantasia, numa viagem elétrica ao templo das artes e da ciência.

Quando o encontro em caminho embeveço-me também, sinto-me arrastado por êsse espírito especulativo; e raro acontece que não embarque na gôndola dêsse Lohengrin em busca das suprêsas que se nos deparam sempre nos intermúndios do pensamento. Sentamo-nos, então, junto à mesa mais óculta do primeiro café, e começamos a desfiar paradoxos sôbre o passado e a subtilizar a quintaessência do psiquismo moderno. E o fazemos muita vez, ouvindo os sons criptofônicos do aparelho de Edison, que, de instante em instante, nos transporta ao maravilhoso do século XX, ou interrompidos brutalmente pelos brados do *conclamator* ou arauto, que, no vizinho *book-maker* anuncia a vitória de Mujica ou o triunfo de algum bicho do Jardim Zoológico.

Outro dia encontrei Lohengrin no Fauchon. Tinha-se aproximado de um dos balcões, aonde exibiam-se as obras recentemente recebidas. O guloso literário, folheava um livro, passava a outro, depois a outro, nessa indecisão característica de amador, que horroriza-se diante da idéia de perder o dinheiro e o tempo, levando para casa algum trabalho de fancaria; afinal a sua curiosidade deteve-se numa obra, em dois volumes, 4.º francês, cujo índice abriu-lhe o semblante num gesto decisivo de atenção. Cheguei-me, pé ante pé, e sem que fôsse percebida a minha presença, por cima do ombro, procurei ver o que êle lia com tanto interêsse. Era a obra de Max Nordau, *Degenerescência.* Lohengrin corria os olhos justamente pelo capítulo que se inscreve "Crepúsculo dos Povos", no seguinte trecho, muito expressivo:

> A grande maioria das classes médias e inferiores não incide naturalmente na denominação Fim de Século. Não há dúvida que as

disposições atuais da alma revolvem as últimas camadas dos povos e despertam até no homem mais obscuro e rudimentar uma esquisita sensação como de quem está embarcado e tem vontade de vomitar. Êste estado, porém, mais ou menos passageiro, de enjôo psíquico não chega a produzir nos indivíduos dessa espécie os desejos das mulheres pejadas, nem se traduz no anseio de uma estética nova. O filistino e o proletário, quando não se sentem debaixo do olhar sarcástico de um homem da moda, e podem se entregar sem temor às suas inclinações, continuam a achar um prazer indizível nas velhas e velhíssimas formas da arte e da poesia. Preferem os romances de G. Ohnet a todos os simbolistas, e a *Cavalaria rusticana* de Mascagni a tôdas as obras dos discípulos de Ricardo Wagner e às do próprio autor do *Parsifal*. Divertem-se principescamente assistindo às farsas e às bexigadas e aplaudindo canções capadoçais; e se acontece irem a algum teatro, em que se executam as peças de Ibsen, bocejam ou irritam-se. Param extasiados diante de cromos que representam cervejarias e estaminetes rústicos, e passam sem olhar sequer para os quadros dos pintores ao ar livre.

Uma insignificante minoria apenas acha prazer sinceramente nas tendências novas e as anuncia com convicção como sendo as únicas justificadas, as únicas que canalizam o futuro, as únicas, enfim, que podem agradar e edificar. Mas essa minoria conseguiu ocupar tôda a superfície visível da sociedade : e o tem feito com o mesmo direito com que uma diminuta quantidade de azeite se espalha por vastas extensões de mar. Ela se compõe em grande parte de gente rica e distinta ou de fanáticos. São êstes que ditam a moda aos loucos, imbecis e pobres de espírito; são êstes que impressionam os fracos ou incapazes de pensar por si, e que intimidam os medrosos. Há esnobes, entretanto, que fingem participar dos mesmos gostos desta minoria exclusiva, que por isso mesmo que faz tabaco à parte, não trepida em passar, atirando um gesto de soberano desprêzo por diante de tudo quanto até hoje se tem reputado belo; e é assim que a humanidade civilizada parece ter aderido à estética do *Crepúsculo dos povos*.

Ao terminar a leitura do trecho, o meu amigo fechou o livro com um movimento brusco, e pude ouvir-lhe estas palavras, murmuradas com uma indignação que lhe enrubescera a face tôda:

— Hipócrita! Também existem crepúsculos na crítica, e críticos crepusculares!

Bati-lhe no ombro, e Lohengrin deixou a barca. Estava em terra; cessara a cólera.

Repeti-lhe as palavras que tinha surpreendido. Êle sorriu, e acrescentou limpando o *pince-nez*:

— Êsse Nordau parece até sebastianista.

— O crepúsculo talvez exista, disse eu, para que os morcegos circulem e suguem impunemente o sangue dos heróis, dos profetas e dos justos. Não está vendo você a necessidade dessa teoria do crepúsculo? Por tôda parte, e entre nós mesmos, acaso escapa à perspicácia dos que não são Nordaus o trabalho que lavra incessante com o fim único de evitar o raiar da alvorada? Enganam-se os que pensam que no mundo a civilização vai anoitecer; muitos, porém, entendem que se não deve deixar amanhecer. É difícil liquidar

contas ao clarão do dia; mais difícil ainda conservar a máscara que a noite permite nos teatros da vida; e sendo assim, como consentir que se dissolva essa penumbra tão necessária aos truques da eterna mágica? A êstes é que se não pode falar na mentira convencional dos grandes crepúsculos e das grandes embaçadelas.

II

Saímos. Na porta do estabelecimento o Fontenay indicava a um senador federal as novidades do dia. Era nortista, de testa ampla, gordo, pouco apreciador de modas, cujo verbo anda sempre pelas alturas de Tácito e de outros clássicos latinos.

— *Nunquam magis componere versus,* Sr. Fontenay.

O senador verberava com um implacável desdém as novas mercadorias do Parnaso. Para simbolistas tinha êle um processo de desinfecção que colhera nas *Instituições* de Quintiliano, quando outrora na cidade de Cajàzeira aprendia retórica com o sábio helenista padre mestre Rolim. — *Nobis prima si virtus perspecuitas, propria verba, rectus ordo, non in longum dilata conclusio; nihil neque desit, neque superfluat.*

O inimigo dos simbolistas ficou a debater-se apavorado diante dos poetas heteróclitos. Deixamo-lo às voltas com o Fontenay, e seguimos até o Largo de São Francisco, onde a estátua de José Bonifácio, que Cosme Peixoto diz ser de Papin, ou de Benjamim Franklin, começava a ser irrigada por uma chuvinha miúda e impertinente. Por não participarmos da indiferença do bronze, entramos na charutaria da esquina da Rua do Ouvidor.

O meu amigo Lohengrin limpou pela quarta ou quinta vez o *pince-nez,* distraído; de súbito, soltando uma gargalhada, que lhe é peculiar e que sempre dá o alarma, quando em seu cérebro deforma-se alguma imagem vulgar, disse, olhando para a estátua:

— Que juízo faria de nós o patriarca, se neste instante despertasse daquele sono metálico?

— Ora, que juízo faria! Poeta e político, Américo Elísio estaria talvez em oposição à política do triângulo. Redator do *Tamoio,* êle seria jacobino, *quand même;* e nativista, agora mais do que nunca, realizaria seu projeto de lei suntuária obrigando todo brasileiro nato a andar vestido de algodão e a trazer chapéu de palha.

Calou-se o meu interlocutor e tornou a limpar o *pince-nez.* A chuvinha continuava como a lenga-lenga de uma sogra. Atravessamos a praça e fomos abancar a uma mesa da próxima confeitaria. Apregoavam os jornais da tarde. Os *habitués* dos subúrbios, provendo-se de gulodices para a família, atrapalhavam caixeiros e patrões. Enquanto esperávamos, Lohengrin, tirando um lápis da

carteira, pôs-se a desenhar no mármore maculado pelos resíduos de cerveja uma caricatura, na qual glosava o acontecimento do dia.

A ponta do lápis ia correndo com volubilidade, e a pouco e pouco surgia o *bacillus virgula*, de ponto em branco, casaca e luvas de pelica, na atitude de quem reqüesta uma dama, envolvido pela penumbra de um salão fim de século. Defronte do cavalheiro já o caricaturista esboçara o perfil de uma matrona gorda, quase obesa, de cujos peitos pendiam seringas de todos os formatos e tamanhos.

— Deixa em paz a higiene e vamos ao encontro das idéias. Estou com o Nordau ainda atravessado aqui na garganta.

Os paradoxos dêsse húngaro, que aliás passa por alemão, clínico, não sei se feliz ou infeliz, no grande mundo parisiense, estavam a viajar, como micróbios, através dos nossos cérebros, proliferando e convulsionando os nossos dogmas literários.

O autor da *Degenerescência* precisava de uma fumigação. A verve, porém, escasseava; e o ácido cítrico, que nos tinham servido, não nos consertara o estômago.

— Afinal de contas, ponderou êle, o que sou eu, e onde vou ser capitulado, segundo a teoria de Max Nordau? Rico e magnífico por certo, ninguém dirá que o seja. Resta, portanto, escolher uma das três seguintes classificações: degenerados, neurastênicos, imbecis ou fanáticos.

— Há ainda os esnobes. Ah! o esnobismo é onde pega o carro. Quem pode escapar ao esnobismo?

— O autor talvez.

— Talvez, mas o húngaro não se lembrou de que bem podia como o cão da fábula ser obrigado a voltar ao próprio vômito. São esnobes os que julgam ou fingem enxergar alguma coisa no *Crepúsculo dos povos*. Não são, entretanto, esnobes os filósofos que asseguram ter surpreendido a *medula substantífica das coisas humanas*; que declaram ter descoberto a nova pedra filosofal; que anunciam onde se vende a segurança e a alegria; que não recusam ensinar a encruzilhada em que se acham talismãs contra o mêdo; que, todavia, inculcam possuir, com meia dúzia de sábios, a patente de privilégio exclusivo sôbre a maior invenção política, econômica e estética do século, a **CREPUSCULINA**, invenção destinada a debelar as obscuridades da psicose moderna e a restituir o sol aos espíritos do século XX.

— Sim é a tal questão do justo meio.

Lohengrin referia-se a uma discussão anterior, durante a qual se fizera a história do *in medio tutissimus ibis*, desde os tempos mosaicos até a revolta de 6 de setembro, não sendo esquecida nessa revista a própria *Bíblia do Justo Meio* do nunca assaz lembrado Dr. Patroni.

Antes de passar adiante devo fazer uma maquete do meu interlocutor.

Imagine-se o artista mais nervoso do nosso tempo, impressionável e vibrante; apaixonado como Musset e intelectual como Leconte de Lisle; dotado de uma imaginação sobreaguda à maneira de Edgard Poe, e de um poder de análise igual ao de Maurice Barrès; violento quando se trata de justiça coletiva e amorável logo que se fala em desventuras domésticas: e ter-se-á por partes a alma de Lohengrin; junte-se agora a isto um estilo ágil e agressivo como um florete e uma dialética destruidora como um canhão-revólver; adicione-se-lhe ainda uma intransigência em assuntos políticos quase feroz e estará completo o perfil do meu amigo, cujo lema pode resumir-se nas palavras heráldicas — *pro patria, non plus ultra.* Republicano por temperamento, o meu amigo Lohengrin não desmente a velha legenda. Nada de curiosidades indiscretas. Se Elsa quiser penetrar os arcanos para desvendar a origem e a natureza de seu espírito, êle a abandonará evaporando-se, e sacrificará tudo ao sentimento puro e transparente da justiça.

III

Lohengrin tinha razão. O livro de Max Nordau não passa de uma nova edição da *Bíblia do Justo Meio.* No seguimento da palestra concluímos que, sem o aparato científico moderno, o autor da *Degenerescência* capitularia diante de qualquer livro feito com espírito, e que a sua obra, sem o disparate, impressionaria menos do que a *História do Paradoxo* escrita por Lollié ou o *Manual do Demagogo* de Raul Frary.

— Mas, em síntese, diga-me, você, que já leu o livro, em que consiste êsse crepúsculo, a que se refere o autor das *Mentiras*?

— Max Nordau chama *Crepúsculo dos Povos* ao conjunto de fenômenos de decadência a que os franceses com muita graça deram o nome de *fim de século.* A denominação é francesa, diz êle, porque foi a França a primeira nação que teve consciência dêsse estado mental. "O vocábulo voou através dos dois mundos e achou aceitação em tôdas as línguas cultas; o que prova a sua correlação com uma grande necessidade." Não compreende bem essa grande necessidade; mas, dando de barato que o crítico da degenerescência tivesse estudado o fenômeno, cuido que êle, logo no primeiro capítulo da obra, cometeu uma notabilíssima imprudência, tomando a nuvem por Juno. A grande maioria dos burgueses e dos campônios nem sequer conhece de nome essa coisa chamada *fim de século;* essa gente, em última análise, segundo declara o próprio autor das *Mentiras,* não passa de um grupo muito insignificante de charlatães, de doidos, de imbecis e de fanáticos, alimentados por meia dúzia de ricaços ou magníficos, festejados pela turba dos esnobes de ambos os hemisférios. Êsse grupo carnavalesco tem conseguido chamar a

atenção do mundo sôbre si à fôrça de muito rufo de tambor e de muito reclamo pela imprensa, e, graças à habilidade dos *clowns*, que saem à rua, nos trajes próprios da profissão, a chamar o povo às barracas dos saltimbancos da literatura, para as exposições extraordinárias da psicose, para as capelas onde a Arte é Deus e o Estilo seu profeta, para os modernos bosques de Dodona, nos quais os carvalhos falam a linguagem misteriosa de Ísis e as pitonisas tripudiam blasfemando contra o papado e o materialismo. Não é senão isso o *fim de século*, na opinião de Max Nordau, idéia tão ridícula, que o crítico não duvida qualificar de zoomorfismo pueril, oriundo da fraca cerebração de indivíduos, que, ainda tomando os séculos por entidades concretas, à maneira de um homem ou de um animal, os fazem nascer e crescer, e depois morrer, no centésimo ano, atacados de senilidade e de moléstias inconfessáveis. Todavia, o escritor, assim pensando, não resolveu a questão, dizendo, como eu esperava, que para disciplinar tais manifestações e torná-las inofensivas era bastante recorrer a um Barnum. Virada a fôlha, ei-lo afirmando coisa muitíssimo diferente e a tremer diante do perigo e do contágio de uma enfermidade coletiva. Êsse *fim de século* tão falado é uma pulha; o que há de verdadeiro em tudo isto é a senilidade o fim de uma raça. Essa raça mergulhou no grande crepúsculo e o pânico se apoderou do mundo. Mas que raça e em que o mundo? Eis o que Max Nordau não explica, nem define.

— Mas... não vejo nessa fantasia senão uma ilustração moderna da tetralogia de Wagner. Siegfried na fogueira e os semideuses e heróis precipitando-se nos abismos.

— Justamente. Foi o poeta de Beyreuth quem ministrou a idéia mãe ao livro do psiquiatra; êsse mesmo Wagner, ao qual, num dos mais fortes capítulos de sua obra, o crítico classifica de bode expiatório da degenerescência, uma espécie de degenerado-mor, em cujo organismo se encontram compendiados todos os estigmas dessa enfermidade cruel, já notada em Tolstoi, em Ibsen, em Emílio Zola e em tantos outros próceres da literatura vigente. O que, entretanto, mais irrita o senso comum nessa crítica fantástica é a flagrante contradição do primeiro capítulo do livro com o resto da obra. Ao passo que o crepúsculo dos povos, segundo as afirmações já indicadas, não envolve senão uma parcela diminuta de indivíduos cretinizados pela herança mórbida, pela fadiga e pela impotência, vemos, no decurso dos capítulos que seguem, entrar na penumbra de uma loucura generalizada não só as classes dirigentes da França, mas também as de tôdas as grandes nações civilizadas. A política e a literatura convertem-se em imensos hospícios de alienados, através de cujos vastos corredores medem os passos vagarosamente ou fazem esgares de precitos os vultos mais célebres do século. Não há nome conhecido que escape aos estigmas da nefanda neurastenia, da com-

plicada histeria ou da imbecilidade incurável. Aonde ressurge um César, descobre-se uma matóide; aonde brilha um Shakespeare vê-se um singular, um egotista; aonde irradia um Swift não se encontra mais do que um horrível megalomaníaco. O privilégio do gênio sadio e equilibrado pertencia exclusivamente à Antiguidade. A moda, a puerilidade, a inconseqüência fundamental da raça humana, que em todos os tempos, em Aristóteles e em Hipócrates, no Eclesiastes e em Jó, em Bacon e em Kant, em suma, em todos os livros sagrados e em todos os grandes pensadores, achou complacência e conselho, passou a ser ESTIGMA, e o psiquiatra, perdendo a noção das proporções e também a sensação do limite entre a vida e a morte, entre o homem racional e o bruto, entre a saúde e a enfermidade, pôs o microscópio a cavalo sôbre o nariz, à maneira do feiticeiro medieval, e conclamou como o Zaratrusta de Nietzsche.

— Raça perdida! Raça depravada! Escravos! Miseráveis! Sois lama! Deixai-vos amassar, como o barro nas mãos do oleiro, pelos poucos magníficos que sobrevivem ao naufrágio, para que com êsse resíduo se construa o socalco em que virá repousar uma nova raça e uma nova inteligência...

IV

O adorável Lohengrin ficara pensativo. O caixeiro, enquanto conversávamos, aproveitando um momento de distração nossa, acercara-se da mesa, e passando sôbre o mármore uma camurça umedecida, fizera ràpidamente desaparecer a caricatura do *bacillus virgula*. O meu interlocutor quis protestar. Havia ali uma obra de arte que tinha o direito de viver, ao menos uma tarde de Malherbe; mas conteve-se, e tornou às reflexões sôbre a famosa degenerescência: as teorias de Max Nordau continuavam a fervilhar no cérebro.

— Lembrei-me agora de um fato que presenciei em 1884, quando residia em São Paulo. Havia na república de que eu fazia parte um rapaz franzino e pálido, filho de um fazendeiro rico, que se dava a estudos de ciências ocultas. Não sei como caíra-lhe nas mãos um volume, em que o bibliófilo Jacó, com uma paciência beneditina, reunira tudo quanto se tinha escrito, até a sua época, a respeito de alquimia, astrologia, predições, oráculos, magia, feitiçaria, etc., etc. O clã escolástico era muito ruidoso e vivia amotinado pela freqüência de rapazes, que aí se reuniam para jogar o solo e discutir política. Alguns dêles já eram notáveis pela nevrose parlamentar, outros pelo gôsto poético e literário, uns dois ou três pela aplicação ao estudo da ciência do direito. Raro era o dia em que, depois do jantar, não se abrisse o parlamento-mirim para debater alguma questão vigente, e em que o desencontro dos temperamentos não proporcionasse uma rusga, senão um rôlo. Pois bem, as sessões tumul-

tuosas abriam-se e encerravam-se, e nunca o assíduo leitor do bibliófilo Jacó dava o mais insignificante indício de sua atividade psíquica. Assistia a tudo impassível, quase indiferente, e quando muito intervinha para separar os desordeiros, logo que havia luta, e se acaso lhe perguntavam qual a sua opinião acêrca da controvérsia, que agitava o espírito dos acadêmicos, êle, esgravatando as unhas, sorria e olhava para cima. "Eu vejo tudo de balão." Geralmente não se tomava ao sério a excentricidade dêsse pacífico companheiro de república. "Um vadio que não abre livro de direito, não freqüenta as aulas; um romântico, um boêmio à antiga; grafologista insigne, que anda a colecionar as firmas dos colegas", — eis a opinião que formavam os freqüentadores da república do pálido e quieto aspirante a bacharel. Naquele môço existia, contudo, alguma coisa mais do que um apático, ou um preguiçoso. Numa revista acadêmica eu lera alguns pequenos artigos seus, escritos com muito cuidado e em prosa muito compacta, acêrca do poder dirigente das formigas, e êsses artigos tinham-me convencido de que aquêle leitor de ciências ocultas alimentava a preocupação do mistério, e por isso mesmo se suspendera até essa região, onde todo homem se julga invulnerável e provisòriamente seguro das suas opiniões. Uma vez, andando a passear em sua companhia pela "Ilha dos Amôres", de repente perguntei-lhe o motivo pelo qual êle respondia a tôdas as questões com o conhecido estribilho: — eu vejo tudo de balão. — "Isto cá é uma teoria minha. Quando digo que vejo tudo de balão, é porque, de cima, quero supor, da minha tranqüilidade de espírito, do meu nirvana, não distingo opiniões, só enxergo temperamentos, rolos, barulhos, poeira, sobretudo muita poeira, e no fim de tudo sempre a mesma coisa; dissolvido o temporal, — a comunhão dos despojos, a aliança de Deus com o seu povo, sol muito claro, e o arco-íris para coroar a obra. Ora, meu amigo, como eu não gosto de nadar, tôda vez que pressinto borrasca, faço como alguns animais previdentes: carrego o meu ninho para alguma eminência, de lá vejo passar o rôlo, e espero que volte a quietação à planície. *Et pour commencer, c'est toujours la même chose...*" Embasbaquei diante dessa filosofia comodista, e olhei, até certo ponto, com ódio, para aquêle homem, que, ainda môço, já se mostrava tão pervertido pela presciência da vida.

— O teu grafologista, ponderei, interrompendo Lohengrin, o teu filósofo nada tinha de beócio. Essa teoria tenho-a eu visto posta em prática por gente muito menos familiar com as ciências ocultas.

— Mas vamos ao caso. O José Cisma, era assim que o chamavam os capadócios da república, o José Cisma uma vez, porém, foi obrigado a descrer do seu sistema. Uma tarde surgiu inopinadamente no grêmio dos discursadores um indivíduo de formas atléticas, brigão, e imprudente no modo de emitir suas opiniões, e começou a

provocar em apartes reclamações acrimoniosas e violentas. Êsse brigão era burro; além de burro pretensioso. Chegara havia pouco do Rio de Janeiro, e nas palestras do Mosteiro se apresentara logo como estrênuo defensor do darwinismo, a murro. Os fortes eram os únicos dignos da natureza! Alguém metera-lhe êsse chavão nos cascos; o que é certo é que, decorridos momentos, na primeira sabatina do curso acadêmico, êle esmurrava um pobre poeta que ainda fazia versos *à minha bela*. Compreende-se o mal-estar que reinou na assembléia apenas mostrou-se a figura do Roldão darwinista, que pusera o seu braço musculoso ao serviço da *seleção natural*. Discutia-se, por fatalidade, a Abolição. Raros preopinantes contestavam a importância do movimento, que já tinha dado as cenas do Cubatão, e um entusiasta de Luís Gama, chegara, em seu lirismo, a reputá-lo a consciência mais branca de quantas consciências palpitavam no Brasil. "Desafôro! bradou então o compra-brigas. Quem tem a petulância de dizer aqui que um negro vale mais do que um branco? Pois não sabem vocês, meus camelórios, que isto vai de encontro às minhas idéias? Eu sou darwinista... Não tolero protérvias. Isto é asneira!" E ato contínuo pôs-se em atitude de esgrimir. Como é de prever, fechou-se o tempo; sôcos, cabeçadas, bengalas para aqui, cadeiras para acolá, ao fim de alguns minutos estava a assembléia dissolvida e o darwinista no meio da rua, escanchado nas costas do ocultista. O que sucedera? E qual a razão por que o homem, que via tudo de balão, exibia-se assim em pleno pugilato, fazendo recair sôbre si tôdas as culpas do parlamentarismo e tôda a fúria do Roldão? O darwinismo cortara os cabos que traziam a caranguejola do José Cisma iminente a todos os credos e a tôdas as opiniões; obrigara-o, em suma, a manifestar-se pela sua escola ou pela dos da Abolição; e como o ocultista não quis sair do seu eterno *ignorabimus*, o Roldão despertou-lhe o caráter aplicando-lhe, sem mais proêmios, dois tremendos bofetões. E aí tem você como se força um filósofo preguiçoso a emigrar de súbito do *nirvana* para o que de mais prático existe nesta vida sublunar.

## V

A parábola de Lohengrin fêz-me rir bastante.

Havia neutros em tôda a parte.

O estudante, que "via tudo de balão", afinal fôra obrigado a manifestar-se. E de que modo? Defendendo-se brutalmente.

Ora, aplicando *el cuento* ao autor da *Degenerescência*, passamos os dois a analisar a natureza do gás e a qualidade dos cabos do balão de Max Nordau, porque ficou entre nós assentado que o caso de São Paulo e o de Paris eram perfeitamente semelhantes.

— Ver tudo de balão, é não ter opinião. Nem basta o gás falsificado das *Mentiras* para simular um aspecto da filosofia contemporânea. O que são em suma essas tão apregoadas *Mentiras Convencionais*? Um jôgo de espírito; mas um jôgo mau. A ironia posta ao serviço de uma causa ruim, — uma ironia inchada de vaidade, que só ilude os desapercebidos da literatura fácil, e que, com muito pequeno esfôrço, se pode fazer rebentar como a qualquer globo de borracha pela simples punção de um alfinête. Basta dizer que o livro de Nordau gira todo sôbre um equívoco. Dêsse equívoco lança-se o ridículo sôbre a massa de preconceitos, que constituem ainda o patrimônio da humanidade indocta e da humanidade semi-instruída. Entretanto, o psiquiatra, do alto dos seus coturnos filosóficos, pensa ter aberto os olhos dos tolos e cortado as vasas aos hipócritas, quando seria tão fácil formular tôda a matéria da obra em quatro palavras tranqüilizadoras, reproduzindo o que tôda a filosofia assinala atualmente, isto é, que o mal reside apenas na dificuldade, que todos sentem, em transformar as idéias conquistadas pela ciência em voluções, máxime quando se trata de práticas concernentes ao sossêgo futuro das sociedades. E aqui tem a que se reduz todo o truque do Max Nordau das *Mentiras Convencionais*. Compreende-se que alguns espíritos, de superior envergadura, possuídos da própria fôrça, e ainda mais apaixonados pela idéia da organização de um programa de progresso humano, sintam-se poderosos no isolamento, e recorram às eminências para perscrutar os segredos do futuro. Êstes homens chamam-se Aristóteles, Bacon, Kant, Comte, Spencer, e a natureza, de vez em quando, proporciona o seu aparecimento, destinando-lhes a função de segregar idéias para benefício geral da humanidade. Creio, porém, que no futuro entre êstes nomes não figurará o de Nordau, nem tampouco o de nenhum dos filósofos do tempo, que seguem a cômoda filosofia de buscar as regiões, onde não reinam as tempestades, simplesmente para evitar que os obriguem, durante a faina da borrasca, a dar à bomba para que o navio não alague, ou a subir as enxárcias para colhêr as velas ao tufão. Livre-nos o Diabo dêstes abstratores de quinta-essência! A êles pertence a glória da criação de mais uma classe de parasitas, além das muitas que afligem a humanidade. Não lhes gabo o gôsto, por terem organizado o batalhão dos cosmopolitas, dêsses cosmopolitas, que, a pretexto de idéias gerais, de genialidade, de internacionalismo, de paz entre amigos, não fazem outra coisa senão forrar-se ao dever cívico, aos encargos da família, entregues ao mais feroz, se bem que cultivado e cortês, ao mais decidido individualismo. E não obstante apodam de furioso ao infeliz Nietzsche, porque, na sua lógica de solitário e individualista intransigente, chegou à conclusão de que Nero e Napoleão são os tipos mais perfeitos do mundo e de que o **CRUDELISMO** é a única moral capaz de nos salvar.

Lohengrin aplaudiu estas observações, porque Lohengrin é um puro e possui um adorável coração.

O meu bom amigo, antes de tudo, pertence à raça, que eu chamarei búdica, dos brasileiros natos e que renasceram com a República. Lohengrin acredita na *vis nature medicatrix,* e sente-se vigoroso encarando os acontecimentos, que se desenrolam no Brasil; mas nem por isso deixa de arrecear-se de uma grande fraude, que anda a organizar-se por tôdas as partes do mundo, onde pelo menos se ouve falar algum inglês.

Na sua opinião o povo é um grande Tartarin. A moeda, a libra esterlina, que é um pingo, como valor, comparado ao patrimônio de todos os povos juntos, está, no entanto, dando ordens diàriamente às nações pequenas, ainda mal organizadas; e o faz, não se sabe como, com tal arrogância que Tartarin encolhe-se, e o câmbio põe-se logo a ladrar como um buldogue. Lohengrin, portanto, associou-se a mim naquele instante para falar mal de Nordau e de todos os publicistas, que favorecem, direta ou indiretamente, essa fraude descomunal.

— É preciso demoli-los, disse dando um murro sôbre a mesa; é preciso pelo menos que se impeça o advento dessa escola na terra ainda virgem dos Brasis. Só nos faltava que algum Ortigão, algum correspondente português, principiasse a convencer os moços, pelas colunas dos jornais de maior circulação, de que não há como ser superior a preconceitos e fazer-se nordalista. Êstes e outros venenos são os que mais vão concorrendo para diluir o caráter nacional. Ser brasileiro é um preconceito. Triunfa o caráter *esterlino.* Nem há melhor caminho do que abrigar-se contra a influência dos que se põem no meio dessa sombra alucinante que é o *crepúsculo dos povos.* Eis o inimigo! Inimigo muito mais pernicioso, quando invade, do que o criptococus xantogenicus ou o terrível *bacillus virgula.*

— O pessimismo nordalesco tem, contudo, um lado bom, acrescentei eu, um lado de aplicação prática, pelo menos entre nós, e é o resultante da evidência em que é posta a facilidade que há hoje em combinar elementos verdadeiros e científicos para a fatura de filosofias falsas. Há para êsses processos um nome muito feio, que é escusado repetir... Todos os pronunciam apenas avistam no Largo de São Francisco de Paula algum estrangeiro manejando canivetes, no meio de um grupo de curiosos, mostrando águas milagrosas, exibindo efeitos químicos aos transeuntes que nunca freqüentaram os laboratórios das escolas. A filosofia profilática acha-se exatamente nesse caso. É preciso ler com cuidado os capítulos da *Degenerescência* que se inscrevem "Etiologia" e "Diagnósticos".

## VI

Estávamos fatigados de parlar junto àquela mesa.

O relógio de Lohengrin marcava seis horas. Era a hora *of the prayer*, como dizia lord Byron; na roça, bem entendido, porque numa cidade movimentada se transforma em hora do estômago. Despertou-se-nos então a idéia de irmos jantar em um restaurante fora da légua do impôsto.

— No Corcovado? Na Tijuca? Em Niterói?

Tudo isto ficava muito longe, e míster Gaster já começava a reclamar enèrgicamente.

— Iludamos o apetite com um cálice de vermute.

Veio o vermute e saímos. Decidido que tomaríamos o bondinho de Santa Teresa, seguimos para o *Internacional*.

A viagem correu sem incidentes; apenas tivemos de protestar duas vêzes contra a rudez do aparelho do breque, que, na Companhia de Carris Urbanos, é um verdadeiro suplício medieval; e, na subida do plano inclinado, assistimos a uma questão entre um passageiro e o condutor, que se mostrava ignorante da lei de Malthus, não permitindo àquele senhor sentar-se num banco onde já havia quatro passageiros muito esguios e que não protestavam contra a inclusão.

Durante o percurso o pitoresco da paisagem e o esplendor da baía despertaram-nos as reflexões do costume.

— Isto ainda há de vir a ser o meio do mundo — a capital da civilização.

A aragem batia às árvores, e o perfume dos capins e do ervanço, depurado pelo sol abrasador, difundia-se na atmosfera, aumentando a simpatia da montanha. Quando começamos a subir os degraus, que dão acesso ao hotel, soavam sete horas. A tarde esmorecia, ao rumorejo longínquo da cidade, policromizando os diversos aspectos da paisagem que se descortinava da esplanada do hotel com as tintas mágicas da tonalidade tropical. A planície ia-se aos poucos inflamando com a iluminação a gás e o holofote de São João injetava, de vez em quando, uma rajada de luz eclíptica na amplidão da baía. Logo que uma dessas rajadas elétricas batia em terra ou em alguma ilha, a construção militar ou o edifício civil surgia da meia escuridão como um fantasma de pedra.

Estivemos alguns minutos a contemplar êsse magnífico espetáculo e tôda a história da revolta passou por diante dos nossos olhos de sonambulizados como um sonho aterrador. Foi, porém, como uma nuvem; e o que é mais admirável é que tanto eu como o meu companheiro murmuramos as mesmas palavras e comunicamos a mesma sensação.

As luzes do *Internacional* vinham agora aumentar o feérico da situação. Havia ruído na sala e comia-se com apetite. Entramos e abancamo-nos.

Lohengrin tem a felicidade de ser *gourmet;* eu infelizmente sou *gourmand.* Apesar, porém, dessa divergência de opiniões culinárias, compusemo-nos. O garção encarregou-se de conciliar os nossos dois apetites, organizando um cardápio sob as seguintes bases: que fôsse moderado e obedecesse ao ponto de vista filosófico, pois que êle servia, não a dois boêmios ou a dois comerciantes, mas a dois pensadores muito exigentes em matéria de gôsto. O garção riu-se: compreendera o nosso pensamento. De fato daí a segundos apresentava para começar sopa de legumes e ostras frescas.

— Nada de vinhos. Águas minerais... Para embriaguez bastava a embriaguez atmosférica.

O jantar correu delicioso, entre paradoxos de tôda a ordem, mas inofensivos e perfeitamente condimentados para uma boa digestão. Ao sorvete Lohengrin não se conteve, e, lembrando-se de que o hotel não era brasileiro, apodou o rapaz que nos servia. A perfeição de seu nativismo chega às vêzes a essa lógica atrocíssima.

— Ainda um dia disponho-me a fazer a minha própria cozinha já que os nacionais ou não querem ou não podem concorrer com os *maîtres d'hotel* portuguêses, franceses e italianos.

O garção, porém, com grande júbilo nosso, declarou que era baiano. Tranqüilizamo-nos, e satisfeitos da boa ação que acabávamos de praticar, passamos ao café, e depois fomos degustar o *chartreuse* quase debruçados na esplanada.

A baía e a cidade, envolvidas agora pelas sombras da noite, pestanejavam como um campo povoado de pirilampos. Neste instante, alguém, que, na penumbra da muralha, romantizava ao clarão das estrêlas, gritou para nós em francês, que não maculássemos a paisagem com olhares de herejes da arte. Era o nosso bom camarada J. Guerra, que precedendo-nos no jantar, para ali viera fazer sòzinho o seu quilo de filósofo às horas vagas. Reunindo-se a nós, então, principiou a dar cargas ao humorismo. Digo cargas e não digo mal. Se o leitor não sabe, fique sabendo que êsse Guerra não segue a regra humorística do Artur Azevedo, que incontestàvelmente é o nosso primeiro cômico; mas tendo cedido à educação militar que o primeiro teve, faz pilhéria por fogo de pelotão, saindo-lhe a graça a estourar nos diafragmas dos amigos como uma granadazinha de mão atirada à sorrelfa num piscar de olhos miúdos e cheios de malícia.

— Ora, aqui estão vocês com uma noite, que nada tem de portuguêsa. E olhou para Lohengrin, dando uma risadinha gutural e de lábios fechados, que lhe é peculiar, como para provocar-lhe o jacobinismo; e dirigindo-se a mim: que eu naturalmente já havia

concretizado naquela paisagem alpina algum princípio de sociologia de quatro patacas.

Rimos todos três com êste prazer cândido, que não sofre a intercorrência de interêsse próximo ou remoto, e a que o povo carioca, em seu espírito atilado, batizou, há muito tempo, de *engrossamento* entre amigos. Repliquei que naquele dito havia grave injustiça, porque, desde que alí tínhamos chegado, eu e Lohengrin não trocáramos uma só palavra que precisasse de dicionário para ser entendida pelo comum bisbórria.

Entretanto, Lohengrin riscava alguma coisa sôbre a muralha.

— Temos nôvo *bacillus virgula*.

— E pela lei da analogia lá vem outra vez atrás de nós, e de carreira, o Max Nordau, que propositalmente eliminamos do cardápio. Não é isto, J. Guerra?

Fôsse como fôsse, o certo é que o autor das *Mentiras* naquele dia se constituíra uma espécie de obsessão para nós ambos. A noite forçosamente devia acabar de modo nordalesco; e J. Guerra, pegando no froco, como se diz em gíria, tornara-se naquele momento o sugestor da história.

— Ora fiquem vocês para aí a falar mal do Nordau, porque vocês não valem um dedo mindinho do alemão.

— Perdão: alemão, não; diga húngaro.

— Alemão, húngaro, ou chinês; para mim é a mesma coisa. Todos nós somos uns degenerados. Se não o fôssemos, estaríamos aqui tresmalhados, à hora justamente na qual os regulares devem achar-se recolhidos ao *próprio casal em que assistem?*

Lohengrin raivou. Entretanto, era a sua cabeça a menos própria para receber a carapuça.

— Mas está decidido, continuou o outro: "todo aquêle que, tendo família, fôr a esta hora encontrado, só ou em companhia de amigos, a jantar em hotéis alpestres, seja tido como irregular, como neurastênico, como *détraqué*, etc., etc.". Os animais de raciocínio frio e os cordatos, como o porco, nunca saem do chiqueiro. Houve quem dissesse que a gordura é uma economia fisiológica, uma espécie de reserva de carvão para os tempos de penúria; e que por isso mesmo os que a possuem tornam-se sedentários e familistas, preguiçosos e inimigos do movimento e da luta. Eu não sei precisamente se deveria adotar êsse gênero de economia para contrariar a teoria do Nordau; mas aquilo de que não tenho dúvida é que, se fôssemos equilibrados, não estaríamos neste hotel, nem muito menos à sombra desta muralha a olhar, como poetas, para o pirilampejar das estrêlas e dos lampiões de gás de Cosme Velho.

— É isso porque não é aquilo, sentenciou Lohengrin. Ah! Se Kropotkine nos ouvisse!

O Guerra ficou bastante intrigado com esta ameaça em nome do eminente anarquista; e interpelou.

Todavia Lohengrin emudeceu e continuou a caricaturar, à luz dos lampiões, sôbre a muralha impassível e mal caiada.

## VII

A volta para o centro da cidade foi insípida.

A digestão como que nos tirara a alegria. Só o J. Guerra ousava falar, ou para melhor dizer, entretinha-se em fazer *humorismos*.

Alguns estrangeiros ocupavam o bonde, e desciam como nós talvez com desígnios melomaníacos, mas rindo, e falando alto, e uma vez por outra criticando a terra.

— Nós somos cretinos, à vista desta gente!

Estas palavras do Guerra sobressaltaram a Lohengrin, que modorrava. Então veio-lhe outra vez aquêle engulho de kropotkinismo.

— Cretinos?! E por que não meninos? Nós o que somos é meninos. Comemos já o fruto da árvore da vida; mas a ciência ainda não nos produziu o aparelhamento do mal. Olha você para a América e não se esqueça destas palavras do autor da *Conquista do Pão,* que decorei e lhe vou reproduzir: "Tôda a a nossa civilização não passa de burguesia, e por isso não tem outra função senão explorar as raças inferiores e os países atrasados em indústrias. O primeiro trabalho útil da revolução, portanto, deve ser a ameaça permanente de tal *civilização* até que se possam emancipar as supostas raças inferiores. Esta ameaça e êsse benefício se traduzirá, entretanto, por uma diminuição certa e considerável remessa das mercadorias que afluem ordinàriamente para as grandes cidades do Ocidente". Ora, diga-me com sinceridade: êsses indivíduos, êsses forasteiros de gravata lavada, que por aqui andam a zombar de nós, não serão caixeiros dos tais burgueses a que se refere Kropotkine? Com certeza matemática. Neste caso nós não devemos ser para êles, porque assim lhes afirmaram os sabedores do grupo interessado a que pertencem, outra coisa senão caboclos ou cretinos, de cuja imbecilidade tudo se pode exigir. Como há classes proletárias, também há povos proletários, e nós até o atual momento não saímos dessa classe. Indústrias, para quê? Seriam uma desgraça para aquêle triste grupo ocidental. É, pois, uma intenção orgânica de todo estrangeiro, que não foi obrigado a localizar-se aqui por uma vez, contrariar o progresso real e efetivo da pátria brasileira. O capital europeu força-nos dia a dia a plantar café e só café. Abarcaram nossas minas; e os monopólios são seus. Se alguém se lembra do contrário, não faltam publicistas transoceânicos, de origem mesmo brasileira, que vão pedir a Bordier e a Leroy-Beaulieu argu-

mentos de *sustância* para combater essa estulta pretensão. Haverá melhor negócio para a Europa do que fazer uma arrôba de borracha com uma grama da mesma borracha manufaturada em seringas vulcanizadas que se lascam em poucos dias, renovando a necessidade de outra aquisição, ainda por cima do mercado? Só não vê isto quem é tolo; porque o que nos falta é experiência. E agora venha dizer-nos que Kropotkine não tem razão? Tem carradas de razão. O seu ponto de vista de europeu tem apenas uma diferença, quando aplicado à nossa terra: é que no velho mundo infelizmente a solução será terrível, ao passo que aqui tornar-se-á relativamente simples com a República consolidada.

Lohengrin não se enganava; e as suas veementes expressões punham-me na alma umas tonalidades sociológicas, que alegravam o coração.

Os infelizes não nos ouviam. Continuavam a rumorejar em tôrno das mesmas frases de plenitude de homens fartos, e por fim seguiram num bondinho da Lapa, na mais completa ignorância da conspiração de idéias, que ali tão perto dêles organizavam três perambulantes brasileiros.

Na Rua do Riachuelo o Guerra voltou-se para mim com um gesto muito cômico.

— Digam vocês o que quiserem. Hão de agüentar a imposição pelo tempo que aprouver aos estrangeiros.

— Com a federação, duvido muito.

— Por que diz isto?

— Porque a extorsão permanente, exercida pela firma Rottschild & C.ª, terminará em breve. As bombas dessa marca funcionarão mal, aplicadas ao mesmo tempo a vinte Estados diversos.

E acrescentei: — Atenda bem a que todo êsse crime se pratica sob o paládio da palavra ôca *cosmopolitismo*. O cosmopolitismo é um pretexto adrede forjado por ambiciosos e dissimulados, que tornam oportuna a conhecida fábula da La Fontaine. Conhecem todos essa fábula. A rapôsa diz às galinhas empoleiradas que desçam para festejar a paz celebrada entre todos os animais, mas foge apenas vê o cão que se aproxima porque talvez êste não tenha conhecimento do tratado. Em outros indivíduos será um retrocesso às idéias messiânicas, que já tiveram o seu tempo, *de um só pastor e de um só rebanho*, retrocesso êste presidido agora, no auge da crise européia, pela figura arcangélica do pálido Leão XIII, que já supõe possível a volta do episcopado protestante ao grêmio da Igreja Católica, como se a deserção dos bispos protestantes importasse a supressão, contra a natureza, do espírito da reforma. E que nos chamem, muito embora, nativistas... O nativismo, tanto quanto posso compreendê-lo, resulta de uma função parcial de defesa, que se irrita apenas algum perigo

ameaça o grupo a que pertencemos. Na América há um broquel contra a corrupção com que os exploradores do Velho Mundo nos invadem a política, os costumes e a economia. Podem gritar quanto quiserem que, pertencendo a terra ao homem ou à humanidade, damos arras de chauvinistas arcando contra o tumulto que nos trazem os navios transatlânticos. Quem erra é como quem não vê. E se parece ridículo, quando não perverso, interpor agravo para o messianismo, mais depravado se deverá considerar o apêlo para as coisa inatingíveis, como o imperativo-categórico *homem,* de Kant, ou como o imperativo-categórico *humanidade,* de Comte. Nada temos de comum com semelhantes atentados. E porque a América prepara-se para a resistência, a Europa desespera e busca nos arquivos antropológicos os últimos documentos para demonstrar-nos que cosmopolitismo é o sinônimo de EQUILÍBRIO EUROPEU. Pois que se agüentem no balanço, porque a hegemonia americana já se inscreveu no livro do futuro. E assim o Brasil havia de ficar na retaguarda? Nunca. Mas aqui o nativismo é o que se pode encontrar de mais modesto. O nosso nativismo cifra-se num fato claro como a água Carioca; a República, a exemplo do devedor de Shylock, reconheceu que o crédito do judeu tinha por caução a própria carne. Fêz ato de contrição; viu os próprios erros; mas também viu que a sua pior enfermidade era a manutenção do regime colonial nos costumes econômicos. De um lado a pavorosa LIBRA a mesma libra, que escangalhou Portugal e aviltou nossa independência com os *condottieri* britânicos; e de outro o esmagador e atrofiante PARASITISMO de uma nação decrépita, posta como um cadáver eterno aos nossos lombos ainda pouco sólidos e mal nutridos. Sei perfeitamente o que de inconsciente há nesse parasitismo de nação irmã, nação amiga; mas não posso recusar que o fato é clamoroso e inelutável. E existem brasileiros que estranham a irritação!? A isto chamo um desconhecimento da natureza humana.

Lohengrin, ao tempo que eu discorria, tornava à limpagem do aflitivo *pince-nez* e sorria sonhando com a sua palingenesia brasileira. J. Guerra, porém, não deu por findo o humorismo.

— Ora, meus amigos, disse êle em tom de flauta, se tais são as idéias que lhes umedecem as cacholas, expliquem, então, por que metem as botas no Nordau?

— Por quê? É muito boa. O autor das *Mentiras* não passa de um mediador plástico, um sibarita da filosofia que pretende intrometer-se entre a ciência e a crise social. E não lho dou por menos. A êle pertence a chefia de certa escola de pessimistas altaneiros e fidalgos de que eu poderia apresentar vários espécimes entre os nossos economistas. Veja você: ainda ontem, abrindo o *Jornal do Comércio,* em artigo de colaboração subscrito por pessoa concei-

tuosa, de larga inteligência em assuntos sociais, dei com os olhos por acaso nestas frases, que por muito originais e características cortei e guardei sublinhadas, aqui nesta carteira. Leia e faça você mesmo a crítica que entender ao nordalismo nacional.

O J. Guerra apossou-se das tiras e leu o seguinte tópico, que eu marcara à tinta azul:

> A ciência não é uma religião, não tem dogmas, mas princípios. O *laisser faire laisser passer* de Gournay, e o *il mondo va da se* de Galiani dizem que o estado deve intervir o menos possível na ordem econômica, mas não negam em absoluto o seu direito e obrigação de intervir; o que lhe cumpre é fazê-lo sem esquecer o que disse Rossi : "A ciência não é senão a reflexão aplicada às noções do simples bom senso." Ora, êste, no caso que nos preocupa, está dizendo que a ditadura econômica não pode *prender o câmbio,* na frase espirituosa que se atribui ao Marechal Diodoro, como o govêrno ditatorial prende suspeitos políticos. Se êstes, para evitar a prisão e fugir dela põem barbas postiças, a especulação do câmbio tomará tôdas as formas, como Proteu, para iludir as medidas governamentais.
>
> Os *amadores* em coisas sociais, diz Graham Summer, parecem-se com os amadores em medicina, que começam pelos remédios sem diagnóstico; e muitos, acrescenta Bordier, pretendem fazer política, isto é, medicina social *sem saber patologia,* fisiologia e anatomia das sociedades e ao corpo destas *aplicações obstruentes* e dososbstruentes, soporíferas e mesmo sangrias, sem haver estudado a ação fisiológica dos seus medicamentos.
>
> A *receita do govêrno,* quero dizer, o seu programa, revelado à ilustrada redação do *Jornal do Comércio* pelo cauteloso sr. ministro da fazenda, não incorrerá nesta censura; mas o seu *diagnóstico e prognóstico,* com as reticências do costume e as anfibologias impostas pela incerta situação política que atravessamos, carecem de anotações.

Mais adiante:

> O espírito revolucionário é a epidemia do século, e a palavra revolução não é mais tomada em mau sentido, está no nosso estilo, porque somos cunhados com a sua efígie, como a moeda de 93. Digamos como a de 1889.
>
> O que se está passando no *Rio Grande do Sul não é uma revolução, é a revolução em estado crônico,* multiplicando os seus acessos, transformada no Minotauro a devorar gerações até que Teseu a abata no seu próprio labirinto.
>
> O fetichismo político podia improvisar um Teseu, comparando *qualquer soldado* "ao herói que, ligado ao rochedo de Santa Helena, como Prometeu, não pode morrer, porque a sua glória afronta o tempo, que para êle trabalha, garantindo-lhe a imortalidade na história"; *mas Teseu* será o govêrno que *não tenha os senões* do herói de Strasburgo, que morreu amarrado ao pelourinho de Sedan, e que "*conspirador,* afirmava a santidade da ordem; liberal, encadeava a liberdade e lançava os seus defensores no exílio, e republicano, como Nero assassinou a própria mãe, assassinaria a República, para assumir a ditadura perpétua, se o seu dia não anoitecesse a tempo de escurecer-lhe o caminho tendo só realizado uma obra : *envenenar a alma do povo pela corrupção,* elevando esta à altura de um programa.

Considere o govêrno que a continuação daquela *charqueada humana,* custeada com centenas de milhares de contos do impôsto e do empréstimo, é uma grande calamidade, e outras poderão originar-se dela.

Os soldados não são produtos exóticos, saem do solo nacional, da cidade, do campo, das escolas, das oficinas, dos botequins, e *Mercúrio,* o deus da eloqüência, que se pinta com uma cadeia de ouro que lhe sai dos lábios e prende-se aos ouvidos dos que escutam, e a quem ofereciam as *línguas das vítimas como emblemas de retórica,* estendeu o seu culto ao Egito, Creta, Grécia e Itália, apossou-se do tridente de Netuno, da espada de Marte, da ferramenta de Vulcano, *e condenou Ixion, ligado a uma roda, a movê-la incessantemente.*

Quando Tebas se fatiga da monarquia, faz-se democrática; mas quando as pequenas repúblicas receiam sucumbir aos golpes de um vizinho poderoso, confederam-se para resistir-lhe melhor, e a nossa federação preparou os embriões de pequenas repúblicas. Rio Grande, Santa Catarina e Paraná, com afinidades geográficas, têm hoje comunhão de ressentimentos. Depois... Tarde disse: – *"a sociedade é a imitação, e a imitação é uma espécie de sonambulismo".*

No Segundo Reinado uma guerra civil, que durou tanto quanto o cêrco de Tróia, terminou por acôrdo que fêz dos republicanos de Piratinim titulares do Império.

Mais tarde, quando o govêrno quis fazer uma grande reforma sem transações, disse-se-lhe, repetindo o conselho dado por um dos mais distintos jornalistas em outra emergência: "os que têm cartas do Brasil na mão joguem com tôda a prudência, joguem com muito escrúpulo, porque *jogam rei."* Não ouviram o conselho, e na partida, sem *prudência* nem *escrúpulo* jogada, *perderam o rei.*

– Tudo isso são subterfúgios do câmbio? ponderou o Guerra, concluindo a leitura. E afinal quem é o sonâmbulo? O câmbio, o Rio Grande ou o govêrno?

– O publicista.

Seriam nove horas da noite quando nos separamos.

Tomei o trem dos subúrbios e recolhi-me a casa um pouco fatigado da conversa. Corri os olhos pelos jornais da tarde, e, metido na minha rêde de nortista, adormeci.

Alta noite despertei sob a pressão de um horrível pesadelo.

## VIII

Os terrôres que me penetraram na alma durante o sono, não os sei contar. Se bem me recordo, a imaginação, desencadeada pelo sonho, transportou-me sùbitamente a um país que só conheço pelos livros. Um lago imenso e um ruído de navegação ensurdecedor; à margem do lago uma cidade que supus ser Chicago, porque era a reprodução viva e movimentada dos cromos da exposição que por aí se encontram pendurados nas paredes de casas de barbeiros. Como eu pudera ter ali chegado não me deram em sonho explicação; apenas compreendi que a situação era gravíssima, porque um grande

alvorôço alarmava e ensandecia a cidade ianque. As barcas do pôrto silvavam, as locomotivas bramiam, os bondes nas ruas disparavam: um turbilhão de homens e mulheres despenhava-se em direções opostas; e a fôrça pública, por pelotões, avançando das praças, desfilava por bulevares. O que havia naquele mundo enlouquecido, nem o espírito que me obsedava poderá dizê-lo. Um cataclismo; era talvez um cataclismo e o corvo de Poe começou a esvoaçar. Sim: tenho lembrança de que uma ave negra, enorme, tão grande como a estátua da Liberdade, que se vê à entrada do pôrto de New York, um corvo colossal atravessava por sôbre a cidade, e grasnando fùnebremente, lançava dos olhos rútilos rajadas de luz como holofotes. Julgo até que lhe ouvi as fatídicas palavras da legenda: *Never more! Never more!* E a escuridão foi a pouco e pouco invadindo as ruas, cobrindo os edifícios, e por fim caiu sôbre a cidade. Mas o tumulto crescia, e por trás daquele véu espêsso de sombra alguma coisa pareceu-me agitar-se como o oceano. Eram sons de clarim; detonações nas trevas; brados, gemidos, e um estalar contínuo de cápsulas de revólver. Sinos ao longe badalavam; e no lago cujas águas eram revôltas, sentia-se que uma luta se consumia. Hirto, fiquei aonde estava, mas faltou-me a noção do tempo.

O dia raiou com pouco e os vendedores de jornais espalharam-se pelas praças assombrando tudo. Grandes cartazes ambulantes; anúncios e reclamos monstruosos!

— Coxey! Coxey! O exército de Coxey!

Lembrei-me, então, de que lera nos jornais alguma coisa sôbre Coxey.

— Cento e cinqüenta mil famintos! continuavam a conclamar os apregoadores impertérritos.

Por diante dos meus olhos passou uma locomotiva relâmpago, e mão forte suspendeu-me do tumulto. De como encontrei-me metido num carro de comboio, também não tenho explicação. Os compartimentos estavam cheios de soldados. Ao passar na gare um oficial gritou para o estacionário:

— Gente de Coxey perdida! General Hill, batido! Frank Caster, na Califórnia, expulso! Em Fort Keagh, Hogan prisioneiro! Kelly, Primerose, todos espalhados! Filho de Coxey associado a *Grande Desconhecido*... golpe de Estado entre vagabundos... *Away!*....

E estas vozes telegramáticas perderam-se no espaço. Que tinha eu, porém, com Coxey e a sua greve colossal? E o trem na disparada. Uma vertigem e um rolar para a eternidade. Momentos houve em que me pareceu ver o exército de Coxey em *steeple-chase*, acompanhando como serpente aquêle comboio de fôrças de Cleveland; eram projeções de sombras dos próprios carros nas florestas e nas monta-

nhas. Sonhava ou delirava? E não tardou que êsse comboio monstro penetrasse em New York. Seria o triunfo ou a derrota? Chegamos e saímos da gare como um líquido que se espalha na planície. As fôrças de Cleveland embeberam-se fantasmagòricamente nos grandes edifícios da cidade; e eu ainda não sei como, conduzido pela multidão, achei-me nessa grande rua, que, semelhante a uma calha cheia de formigas, faz rolar um povo inominado até aos estrados da ponte colossal de Brooklyn.

— É Broadway, disse comigo. Mas como de Chicago pude vir a New York num tão curto lapso de tempo?!

Segui. O dia estava claro; e o povo, em algazarra, corria e perambulava alegre. Alguém que eu conhecia — isto é, conhecia de retratos, — deu-me o braço amistosamente e introduziu-me atônito num edifício, cujas proporções fizeram-me crer que fôsse algum templo protestante. Era um restaurante. Subimos uma escadaria de mármore que dava para um frontão circular ornado de colunas de mármore. Muita gente entrava e saía; e envoltos pela turba de apressados ianques que para aí afluíam à hora do lanche e do *drink*, transpusemos os umbrais da casa de Gargântua. Um pandemônio culinário. A sala do restaurante dir-se-ia antes um *foyer* de bôlsa. Ao passo que uns irritavam os aparelhos telefônicos, comunicando-se, entre um copo de uísque e o charuto, com o mundo exterior, outros mais tranqüilos, deixando de mascar tabaco, de pé, colocados junto aos balcões amontoados de pilhas infinitas de sanduíches, de saladas de lagosta, de frios de tôdas as qualidades, engurgitavam-se de comidas esquisitas e de vinhos afamados. Centenas de caixeiros brandiam instrumentos fazendo correr o coquetel como o ouro do Pactolo. Um rumor incessante agitava aquela multidão sem nome, e, entre ianques de todo o feitio e estrangeiros vindos de tôdas as partes do universo, sussurrava a vida forte e sarapintada dos grandes empórios americanos. O meu gentil introdutor levou-me até uma dessas longas mesas de *drink*, e, ao saborear um cálice de *sherry*, saudamos espontâneamente a união do continente americano. Uma confusão extraordinária produziu-se então no meu espírito. Embora em sonho lembrei-me do meu amigo Lohengrin.

— Quem sabe se não é sua alma que aqui está comigo a fazer profalsas ao gênio americano?

Estabeleceu-se, portanto, entre nós dois uma profunda cordialidade. O cavalheiro nova-iorquino disse-me coisas admiráveis sôbre o progresso da sua pátria.

— Coxey? Que é feito de Coxey?

— Ah! o nosso país é invencível! Não sabe? Mas agora vejo que o amigo é brasileiro.

E daí saímos para cair no grande bruaá da Wall Street. Andamos durante algum tempo; mas não tardou que nos achássemos num *square* e junto a fachada de um edifício colossal.

— O *Herald*! disse o ianque num movimento triunfal. O maior, o mais poderoso, o mais rico missionário da imprensa, cujos batalhões de repórteres invadem o mundo inteiro, China, Japão, Brasil, Oceania, África e até o Pólo Antártico. A garra da notícia, nós a estendemos até às profundidades da Terra, se não vamos às regiões siderais, é porque ainda o nosso divino Edison não foi convidado por nós para êsse efeito. Não nos faltariam intérpidos como Stanley. Fiquei pasmo. Um elevador elétrico fêz-nos atravessar vários e ruidosos andares; afinal parou; e entramos num aposento de onde se descortinava grande parte da cidade *imperial*.

— Seria Bennett? pensei eu; e ao mesmo tempo o cavalheiro, correndo um reposteiro, obrigou-me a penetrar num gabinete de luxo singular: era o gabinete central da redação. Uma mesa de marfim sôbre um estrado; estantes de ébano, providas de livros especiais; um imenso globo terrestre; e num pano de parede uma verdadeira bateria de aparelhos telegráficos e telefônicos.

— O que o senhor está vendo, — disse-me sorrindo o cavalheiro, e apontou para o globo e os aparelhos transmissores, causar-lhe-á talvez espanto; mas é verdade: isto aqui é como o cérebro do mundo. Não há fenômeno, não há fato nos três continentes que aqui não seja logo registrado. O *Herald* é a bôca do mundo. E o redator do *Herald* ficou profundamente melancólico. Um tímpano repercutiu. O americano tomou o fone, escutou, em seguida respondeu, e recolhido o aparelho, disse-me sorrindo:

— O seu Brasil vai muito bem. Apenas há grilos que ainda gritam na fronteira. Coxey é que se não deu por vencido. Sabe que sucedeu? De Washington me dizem que êsse chefe de vagabundos fêz tudo aquilo apenas como reclamo para apresentar-se candidato. Prêso com meia dúzia de maltrapilhos, e submetido a processo, acaba de ser condenado por ter pisado contra as posturas na grama do Capitólio. Mas o perverso amotinador anuncia agora que não tardará em pisar o orgulho de seus pares. Barnum poderia talvez fazer reclamo muito mais original. Os anarquistas vindos do Velho Mundo pretendem macular a grande União. Explora-se o terrorismo hoje como os Bórgias exploravam os venenos. O terror é um meio nôvo de envenenar as multidões; mas isso é lá para os nervos apodrecidos de nações caquéticas que se dissolvem pela ação do tempo e pela evolução da democracia. O senhor, que é filho de uma república inexperiente, aprenda com a América a resolver as crises em saúde. Aqui, onde me vê, sou um crente do progresso e sou também um monroísta. Para que não nos devorem os micróbios saídos da putrefação das nações gastas, inventamos os emunctórios. Já uma vez os

aplicamos aos chins na Califónia; depois aparelhou-se o Japão para purgar aquela podridão que ameaçava o mundo com a inundação dos amarelos. De outra vez fêz-se a mesma operação para extirpar a *Maffia*, que da Itália corria a asilar-se na riqueza americana. Agora chega o momento dos nacionais, que pervertidos pela má cultura européia e pela sugestão dos bandidos e dos corsários da civilização, empreendem greves sem orientação. Para êstes escolheu-se o cacête de ferro do *constable*, o emprêgo paternal da metralhadora, e por fim, para os lunáticos e charlatães de coturno alto a *vaia nacional*. Coxey, que na Europa, com algum talento e arte, seria um Tolstoi, um profeta tomado ao sério, aqui na América foi, graças à energia de Cleveland e ao bom senso de todos nós, pôsto imediatamente ao lado de Barnum. O nosso socialismo consiste em não deixar que a Europa entre na nossa economia; basta que nos entre na imaginação.

## IX

Aquela história de Coxey, contada pelo redator do *Herald*, impresionara-me, e ainda mais o seu sadio socialismo monroísta. Em seguida moveu-se o reposteiro e penetrou no *sancta, sanctorum* um prêto conduzindo uma bandeja com dois copos e uma garrafa de cristal.

— Beba, disse-me Bennett, beba um vinho fabricado especialmente para mim no Oregon. Creia que não é triaga e nem perturbará as funções do seu estômago. Êste líquido precioso, extraído de uma vinha plantada pelo meu amigo Griswold, não tem rival no mundo inteiro; dêle bebem sòmente os príncipes da imprensa e por singular favor o Príncipe de Gales. Ingira-o, e depois me dirá qual o efeito dêsse néctar moderno.

Tomei um dos cálices e saboreei aos poucos o tal néctar dos deuses da reportagem. Com efeito, era uma bebida deliciosa, aromática e inebriante. Apenas a droga caiu-me no aparelho gástrico experimentei um bem-estar indizível; e um frêmito límpido e simpático percorreu-me as veias e agitou-me os nervos. Senti-me clarividente. Na ponte de Brooklyn vi, apesar da distância e das paredès dos edifícios, um grupo formado por três pessoas, que olhavam para o pôrto gesticulando. Não eram ianques. Fixei então a vista e descobri em dois dêsses agitados personagens brasileiros muito conhecidos. O terceiro dir-se-ia um europeu recém-chegado; as suas falas eram corteses e o timbre da voz germânico. Os três conspiravam; mas não contra o govêrno americano.

— É preciso eliminá-lo, disse o último, com um riso sarcástico.

— Mas como? ponderou um dos dois brasileiros. A polícia de New York nos prenderia logo e o nosso plano abortaria.

— Matá-lo-emos pela sugestão. Vamos sugerir-lhe o suicídio.

— Em todo caso é indispensável encará-lo.

— Como afastá-lo do *Herald*? No *Delmônico;* talvez daqui a pouco o encontremos no *Delmônico.*

E os três sorriram cruelmente.

Bennett, percebendo que a sugestão me impressionava, abalou-me pelo braço. Voltei a mim, e o redator do *Herald* observou que não seria errado afrontarmos as pretensões dos três conspiradores.

Descemos à rua, e, atravessando a multidão em *tramway,* dentro de poucos instantes achavamo-nos outra vez na sala suntuosa do grande restaurante. Lá estavam os três adversários a uma mesa, soturnos, murmurando entre si palavras que não pude entender. Vendo-me ao lado de Bennett lançaram-me um olhar oblíquo de gado aperreado e que quer arremeter.

— Não dê cavaco, disse-me o meu cicerone com voz firme e tranqüilizadora. O estrangeiro é Max Nordau.

E, como um velho conhecido, aproximou-se do crítico e depois apresentou-mo. Os dois brasileiros ficaram pasmos e boquiabertos. Metade do prestígio tinha por aquêle modo sido de repente interrompido.

— O senhor aqui? e declinou meu nome, — desejava conhecê-lo.

O autor das *Mentiras Convencionais* lançou-me um olhar perscrutador, e estirou a mão com um sorriso de complacência artística. Retorqui-lhe, a um aceno de Bennett, com igual intimativa.

— Francamente devo dizer-lhe, Sr. Nordau, que as suas idéias não me agradam; nem eu seria capaz de dissimular quanto as acho errôneas e depravadas.

O interpelado sorriu desdenhosamente; mas eu, reforçando a indignação, consegui rebater-lhe o gesto com um movimento selvagem que estêve em têrmos de desmontá-lo.

— Veja como atua e como fala, retorquiu êle, se não quer entrar na classe dos degenerados ou pelo menos dos atrasados.

A discussão ia tomando de soçôbro uma fisionomia aterradora. O redator do *Herald* interpôs-se e passou a moderar a conversação. Assustei-me, porque a êste tempo os dois meus patrícios, revoltosos conhecidos, não me perdoando a audácia da linguagem, apalpavam os revólveres.

— Conversemos livremente, mas com calma.

— Pois tenhamos calma!!

Max Nordau, então, começou a pontificar, reproduzindo, inflamado, a matéria inteira dos seus dois capítulos sôbre a etiologia e o diagnóstico dos degenerados. Quando êle chegou à discriminação dos estigmas e à célebre emotibilidade dos enfermos da espécie, pedi-lhe que desistisse de continuar. Tudo aquilo era muito conhecido desde 1856, quando Tissot publicara seu livro intitulado *La santé*

*des gens de lettres et la maladie des gens du monde.* Depois eu já tinha lido Moreau de la Sarthe, Charcot, Binet et Feré, os estudos publicados na *Revue Philosophique* e o próprio Morel; portanto nada adiantavam êsses lugares-comuns da psiquiatria, alguns mesmo muito discutíveis.

— A questão, disse eu, é puramente de aplicação. Estigmas existem; mas quem já pôde determiná-los no homem vivo? Onde foi também que já se viu homem hígido? Crítica fundada em estigmas, senhor e amigo, só num cérebro de fantasista. Eu a aceitaria no dia que me explicassem como o Ariosto, sendo o tipo da razão equilibrada, pôde escrever o *Orlando Furioso,* uma loucura versejada, e como Tasso, um louco varrido, conseguiu compor a *Jerusalém Libertada,* que passa por um primor de coordenação artística. Em suma se a *Degenerescência* tem como objeto curar ou corrigir os que andam transviados por essa imitação perniciosa da loucura, ainda o seu livro peca contra o bom senso, porque excita maior curiosidade pelos pretensos degenerados. O senhor chamou E. Zola de *ordurier,* e condenou a sua literatura, por serem provocações ao vício os espetáculos nauseabundos oferecidos por Coupeau e as falotomias da *Terra* e do *Germinal;* pois bem, a pintura dessa literatura de hospitais e de prisões, que o senhor faz com côres tão vivas, irá produzir igual efeito, pois que os jovens quando souberem que Wagner, Ibsen, Maeterlinck e Tolstoi são loucos quase furiosos, e críticos como Brandès e Barbey d'Aurevilly, idiotas, se não cretinos, não haverá poeta medíocre que não aspire a ser colocado no meio dêles. O senhor não passa de um perverso, e de um pretensioso da pior espécie. Bem dizia um meu amigo que o balão da sua superioridade tinha um dos cabos amarrado aos exageros de Lombroso, e o outro seguro à grande barraca do esnobismo parisiense. Vamos cortá-los para ver onde vai parar essa sua tranqüilidade.

O meu antagonista uivou com a tirada. Bennett havia desaparecido; senti-me traído, abandonado. Olhei em tôrno: quase tôdas as luzes estavam apagadas, porque tínhamos entrado pela noite. O restaurante, deserto: um ou outro retardatário. Max Nordau atirou-se sôbre mim manejando um cassetete americano; os dois brasileiros agrediram-me a punhaladas.

Estava morto?... Não; estava no soalho do meu quarto de pernas ao ar. O punho da rêde rebentara.

Ergui-me. Fui à janela. O bairro do Riachuelo nadava em luz estival. Eram sete horas da manhã.

— Ora esta! O J. Guerra me há de pagar caro o pesadelo.

# A LITERATURA DO FUTURO
# DECADISMO, SIMBOLISMO, MISTICISMO E FAQUIRISMO LITERÁRIO

PUBLICAÇÃO EM *O TEMPO*, RIO DE JANEIRO, 5 9, e 23 JANEIRO, 9 FEVEREIRO 1893. COMO SE TRATA DE TRABALHO PERTENCENTE AO CICLO DO *MOVIMENTO DE 1893*, DECIDIU-SE QUEBRAR A SEQÜÊNCIA CRONOLÓGICA, INCLUINDO-O AQUI, EM SEGUIMENTO E COMO APÊNDICE AO MESMO.

*O Tempo*, 5-1-1893

O artigo de Pierre Loti publicado ùltimamente no *Jornal do Comércio* sôbre a literatura do futuro sugeriu-me as idéias que vão servir de assunto a êste escrito.

O autor de *Pescador de Islândia* trabalha já há alguns anos para o grande público e a sua autoridade acaba de ser consagrada pela Academia Francesa de que êle é atualmente um dos membros mais falados. Trata-se, portanto, de um *imortal*, cujos conceitos devem encontrar acatamento em grande parte do mundo literário. Todavia, as proposições ali emitidas sôbre arte apresentam-se tão inquinadas de erros, os pensamentos do crítico ressentem-se de tal tibieza filosófica, que não pude resistir a tentação de escrever à margem do artigo as contestações que me pareceram oportunas.

Surgiu-me um crítico simplório; que outro nome não cabe àquele que, interrogado pelos indiscretos a respeito do que triunfará amanhã na poesia e na literatura, responde que triunfará o melhor poeta ou prosador.

Confesso que um La Palice não diria melhor.

Pierre Loti, porém, não é, como pretende ser, um ingênuo a moda dos menestréis da Idade Média. O seu discurso de recepção na Academia Francesa demonstrou claramente a todos os ouvintes que se tratava de uma nova edição da hipocrisia de Bernardin de Saint Pierre.

Com efeito foi a custa de viagens, de estudos a seu modo e de uma renascença do chateaubrianismo realizada à luz eclíptica dêste fim de século, disfarçada com muita astúcia de estreante acostumado às vicissitudes marítimas, que Pierre Loti conseguiu insinuar-se no meio brutal do naturalismo dominador e impor-se à atenção pública lembrando uns pescadores de fiordes, umas indígenas de Otaiti, uns amôres no deserto, e uns japonismos *à vol d'oiseau* de que a Europa se esquecera um tanto desde que morreram para as letras, Mery, Marmier, capitão Mariat, Alfredo de Bréhat e outros menos afamados cultores da vida exótica e transoceânica.

O truque porém, não iludirá por largos anos aos inespertos e o *mijoteur* de aquarelas modernas copiadas dos quadros dos Dafnis, das Cloés, dos Paulos, das Virgínias, dos *Renés* e das *Atalas*, mostrará de uma vez em seus estudos esotéricos que a sua alma não está

penetrada de nenhum dos entusiasmos, de nenhuma das nevroses características dêstes tempos.

Que significam afinal as melífluas invectivas dêsse crítico indeciso, pôsto entre o grande e sutil, entaipaido entre o vigor de E. Zola e a deliqüescência dos *novos*, senão que o seu intelecto não ascende aos excessos de fôrça de uns, nem compreende as delicadezas e refinamentos de outros?

Que pretende êle com êsse ceticismo azul, com essa dúvida inocente, com essa ignorância premeditada das coisas humanas, senão captar a mediocridade feliz que o velho Quintiliano já em seu tempo censurava nos Rodios, cujo estilo sem a concisão e sutileza dos atenienses e ao mesmo tempo destituído da riqueza, tropicalismo e desordem dos asiáticos, assemelhava-se às águas mortas e estagnadas de um lago, onde só vicejam flôres efêmeras?

É o que vamos ver.

## I

Antes de tudo convém saber se Pierre Loti, quando fulmina com a sua indiferença clássica as pretensões das novas escolas, se as compreende ou está em condições de compreendê-las, se êle constituiu-se, como afirma, hóspede gratuito das letras francesas, ou se a desculpa apenas significa uma evasiva para disfarçar a sua insuficiência estética.

Será verdade que nas mais recentes manifestações da arte não exista senão cansaço, neurastenia ou loucura?

Dentre os grupos militantes, o mais exagerado será com efeito o dos decadentes?

As suas idéias e tendências estéticas não poderão, uma vez reduzidas, converter-se em obras de valor artístico?

Seria trabalhoso responder a uma por uma destas perguntas, com a precisão necessária e exame das peças originais.

Como, porém, em 1888 tive a oportunidade de ocupar-me com os primeiros livros publicados pelo que então chamavam a *coterie du Vanier*, isto em época na qual o nôvo movimento ainda não se tornara notório, como efetivamente aconteceu depois, graças a *Enquête litteraire* de Huret, aos estudos de Th. Child e aos artigos dos críticos de *tout Paris;* basta-me, no tocante a êsse ponto, reproduzir os trechos mais frisantes daquele meu trabalho, os quais, apesar do tempo decorrido, continuam a ser com pequenas alterações a expressão da verdade.

Há quem suponha, — dizia eu,[1] — que o decadismo é uma transformação do naturalismo e um produto lógico dos adiantamentos científicos do século. Profundo engano. O decadismo nem é um prolongamento revolucionário do realismo, nem assenta sôbre a concepção da arte resultante da síntese moderna. Antes de tudo, essa escola, històricamente, é a sucessora, ou o último têrmo do parnasismo, que, como todo o mundo sabe, graças às suas tendências aristocráticas e especiosas, coexistiu, embora na penumbra, com o naturalismo, durante tôda a época de seu maior movimento; o que não quer dizer que os seus grandes poetas tenham deixado de atingir a glória, e que Leconte de Lisle, por exemplo, não seja, pelo talento que possui, e não pela escola, um dos mais alevantados engenhos poéticos dêste fim de século. [...]

A escola de Emílio Zola é uma escola baseada na síntese objetiva do mundo; pois bem, os decadentes, uns por sistema, outros por instinto, foram procurar a síntese adversa, a subjetiva (não no sentido do positivismo ortodoxo, mas no sentido rigoroso da palavra).*

Quem conhecer um pouco a história da filosofia e o mecanismo dos métodos científicos, não encontrará dificuldade em verificar, desde logo, a direção que fatalmente serão obrigados a tomar os indivíduos que embarcaram na última canoa. Às vistas positivas e aos poemas concretos de hoje sucederão os apocalipses, as visões, os êxtases, as idealizações mais desenfreadas que se possam imaginar. E a prova de que isto é um sintoma está em que Stéphane Mallarmé, o chefe real e reconhecido da escola simbolista, há dez anos que trabalha em um poema, no qual se supõe dar uma *explicação órfica* do universo. Como é fácil de prever, essa explicação não se funda nem na observação, nem no experimentalismo, mas nas categorias do pensamento, — no *apriorismo* de uma imaginação, segundo afirmam, profundamente tocada por êsse mesmo espírito religioso que produziu Saint Simon, Enfantin, Pierre Leroux e a ortodoxia de A. Comte.

Isto não constitui uma depreciação do movimento que surge. Não farei a injustiça de dizer, como J. Lemaître, que os simbolistas inventaram coisas, que já estavam inventadas desde Homero; que êsses novos poetas não passam de logogrifistas, incapazes de escrever na língua de todo o mundo; nem, como J. Tellier, levarei o meu espírito de crítica até o ponto de passar a vassoura sôbre tantos talentos prometedores, classificando-os de reles amigos de extravagâncias sem nome. Ao contrário, estou perfeitamente capacitado de que, nesse grupo de arrogantes enfastiados de *zolismo*, existem muitos tipos, como, por exemplo, João Moréas (grego de origem), Vielé-Griffin e Charles Vignier, ambos muito versados em ciências naturais, os quais, pelo fato de não possuírem o temperamento simbolista, hão de abrir caminho e fundar escola.

Um fato que se não deve perder de vista, e que tem dado lugar a interessantes equivocações, é o da convivência em que se acham presentemente com o simbolismo muitos poetas e romancistas, postos em quarentena pelas grosserias do pseudonaturalismo. Delicados psicólogos uns, estilistas primorosos outros, analistas sutis, pela maior parte, êstes indivíduos têm sido confundidos, senão envolvidos, pela denominação genérica da escola; e assim, desde Barbey d'Aurevilly até Paulo

---

[1] *Novidades*, n. 268, dezembro de 1888 [V. nesta edição, Vol. II, pp. 134-136].

* A frase entre parênteses foi acrescentada pelo autor na transcrição, ao lado de algumas alterações de redação, que foram corrigidas pelo texto anterior.

Bourget, desde Huysmans até Maurício Barrès, contando uma imensidade de parnasianos indecisos e de baudelairianos cansados, é possível catalogar quase tôda a novíssima geração, que, por cálculo ou sem êle, tenta libertar-se da influência ditatorial do autor do *Assomoir*.

Todavia esta convergência de simpatias e analogias literárias, que buscam um ponto de apoio para se sistematizarem, não é o que constitui verdadeiramente a escola decadente. Será uma aspiração difusa para novas idéias, para uma disciplina mais completa de ação estética: os seus cânones não foram ainda escritos, e, quando o forem, nêles será consignada a mais ampla liberdade para a exploração de tôdas as aptidões artísticas dispersas por êsse corpo chamado humanidade. Não é isto, porém, o que sucede com o verdadeiro grupo dos simbolistas, de que Stéphane Mallarmé é a encarnação perfeita, e René Ghil o retórico e o discípulo mais aproveitado. Nestes dois indivíduos felizmente, encontra-se a nova teoria de arte posta em têrmos de ser francamente apreendida, pois que o expositor da doutrina mais conhecido, Anatole Baju, não fêz até o presente senão definir as aspirações da geração atual por meio de fórmulas muito lisonjeiras e nada fiéis aos fenômenos de transformismo literário.

## II

*O Tempo*, 9-1-1893

Pierre Loti declara que nada percebeu das teorias exibidas pelos chefes do nôvo movimento, e reproduzindo o que Edmonde de Goncourt já uma vez dissera, prefaciando um romance de Francisco Poitevin, renunciou o trabalho de procurar saber em que consistem "as vitórias da prosa sôbre o invisível e impalpável".

Pois bem, era justamente êste esfôrço que se devia esperar de um crítico tão sutil, e aliás êle o teria conseguido se o temperamento e a *aequalitas* que o distingue não o tornasse incapaz de distinguir as nuanças da vida de todos os dias.

Primeiro que tudo, para bem compreender as pretensões dos decadentes, seria necessário separá-los do misticismo que se generaliza como ambiente literário neste fim de século.

Tôdas as escolas que atualmente disputam entre si o espólio do naturalismo são mais ou menos místicas. O próprio Pierre Loti, apesar de não querer lançar os olhos para o invisível, nem afundar-se no impalpável, não escapa à influência dessa aragem sobrenatural que começa a percorrer o Ocidente ressurgindo Lázaros, restaurando tradições esquecidas, desencavando dos arquivos velhas filosofias, avivando o fogo de seitas extintas, e incendiando os homens no desejo insano de comunicar com o incognoscível.

Fato com o qual já se contava, essa *aura* misteriosa não constitui por si só uma escola literária, ela é, porém, um estado dos espíritos cultos e renova com muito mais intensidade, é verdade, porém segundo

as mesmas leis, o fenômeno que os nossos avós ao alvorecer do século XIX.

Do mesmo modo que o romantismo, a corrente de misticismo que invade agora a literatura e as artes, sintetiza um movimento de saudade.

SAUDADE — eis o têrmo exato.

Saudade das origens medievais, saudade das origens cristãs, saudade das legendas populares, — diziam os poetas do comêço do século imbuídos de uma profunda nostalgia criada pela revolução e acariciada pela erudição dos que se entregavam aos incipientes estudos da arqueologia; saudade, contudo, que não chegava senão para colorir a eloqüência, para diluir a tristeza, para matizar o verso com umas tonalidades obtidas a furto na inspeção rápida e portanto falsa da história dos povos latinos e saxônios.

Saudades das origens humanas, nostalgia do desconhecido, junto a um sentimento sobreagudo de universalização, — poderiam também dizer os *novos*, os poetas do exílio secular promovido pela fadiga dos laboratórios e pela intoxicação... dos processos de análise.

Tanta ânsia de saber, tanto furor de investigação, tanto labor de experiências havia de inevitàvelmente terminar pela crise a que assistimos.

A poesia é por essência preguiçosa. A prosa, pela história e pelo romance, poderia longo tempo acompanhar as ciências de observação e nelas inspirar-se para iluminar os livros e os infólios; a poesia, porém, a custo suportaria êsse fóssil disfarçando-o nos poemas de autores cientistas como Sully Prudhomme; já tardavam, portanto, o seu *revival*, a proclamação das voltas, as cintilações fantásticas e as auroras do *orfismo*, que é um dos apanágios da espécie humana.

Aí está a insurreição, inelutável, conflagrando o mundo estético e procurando unir, sem perda do movimento ascendente, o passado a êsse futuro incerto que tudo esconde e tudo promete.

Apesar das cautelas empregadas pelos laboriosos e pacientes obreiros da ciência, apesar das constantes recomendações dos filósofos experimentais, a poesia não se conteve: e como existem problemas, que o século não se julgou ainda competente para resolver, ela, surpreendendo os estudos da psicose no seu início, alevantou o vôo e ei-la de nôvo a querer iluminar a treva do futuro com o espírito alucinado das civilizações extintas.

Não era inoportuno que sábios como Crookes, Zöllner, Richet, Rochas e a sociedade de psicologia esperimental enveredassem pela selva misteriosa dos fenômenos físicos a cata de leis que pudessem explicar certas obscuridades históricas, postas até hoje a conta de superstições; mas, como êsses fatos não se podiam estudar a maneira por que os monges e os alquimistas estudavam outrora a natureza,

sucedeu talvez um grande mal. As observações feitas nos gabinetes passaram para as revistas, das revistas para os livros, dos livros para os jornais e, vulgarizadas, acabaram por agitar os terapeutas que se encontram mais ou menos por tôda a parte.

Feitiçarias, segredos, visagens, maus-olhados, nunca deixaram de existir nas camadas inferiores; mas para que tais sensações saiam dos seus esconderijos, escalem as classes cultas, propagando-se e tornando-se moda, é preciso que sejam autorizadas pelas corporações docentes.

Foi justamente o que aconteceu; e sem isto não era possível conceber a realização de casos como por exemplo, o de Tolstoi, individual, e o da organização da *Salvation Army*, coletivo.

Pois bem, o incremento, a viabilidade, a aceitação de tais manifestações, pode-se sem susto atribuir à crença generalizada de que a ciência não as reprime, antes acoroçoa e outrossim aos núcleos supersticiosos que, aberta a porta, empregam todo o esfôrço para confundirem as suas práticas com as experiências rigorosamente tratadas pelos competentes.

É assim que já se afirma na Europa que Charcot anda entregue a ritos budistas e Lombroso quase espiritista.

São fatais êstes desacertos; mas nem por isto é lícito lançar-se a culpa aos investigadores de boa fé.

Quem podia impedir que a poesia e a arte se deixassem insuflar por êsse sôpro quente de idéias vindas de todos os pontos do horizonte e descobrissem a válvula por onde se libertassem da pressão exercida sôbre as almas sensíveis pelos problemas insolúveis.

O fato é êste. O ambiente literário está profundamente saturado de psiquismo e analisá-lo não é analisar uma escola, uma teoria de arte, mas atribuir a essa escola ou a essa teoria tôdas as diferenças, tôdas as extravagâncias colhidas no vasto campo dessas manifestações.

Como dizia, pois, em comêço, para que Pierre Loti perdesse o seu sagrado horror pelas escolas literárias em *ismo* e compreendesse o decadismo, teria sido necessário separá-lo do ambiente para estudá-lo a parte.

## III

*O Tempo*, 23-1-1893

Não pensem, pelo que ficou dito nos dois artigos anteriores, que sou paladino do decadismo. Tal qual o compreendi e não o quis compreender o autor do *Pescador de Islândia*, o decadismo é escola de aspirações estreitas e exclusivamente francesa; o que importa dizer que ela, não podendo propagar-se, terá, por fôrça, de abrir caminho a manifestações mais cosmopolitas.

Pouco interessa à crítica estudar a natureza órfica que lhe pretendeu infligir Stéphane Mallarmé, confundindo as suas idéias com o Wagnerismo alemão e o pré-rafaelismo inglês; pouco adiantaria também explicar a obscuridade da escritura, o sibilismo das idéias, a feição hierática e hermética que lhe insuflou Viellé-Grifin, voltando, sem grande arte, ao conceptismo do século XVI e à reprodução dos processos literários de Alonzo Ledesma e outros. [2]

São tendenciosas estas já perfeitamente definidas em outra parte e que não podem aumentar o patrimônio do grupo literário em causa.

ORFISMO E HIERATISMO não são característicos de escola alguma; são cordas da harpa humana, conhecidas desde o tempo dos gregos, que todos podem vibrar *ad libitum* e sem receio.

O que é pròpriamente decadista, eis aqui em breves notas:

*a)* a holofrase musical de Stéphane Mallarmé;

*b)* a instrumentação falada de René Ghil;

*c)* o horror sistematizado do exotismo.

Fora destas três originalidades, ou, para melhor exprimir o meu pensamento, — fora do desenvolvimento intenso e apaixonado destas três sugestões, nada encontro no decadismo que justifique o orgulho, aliás muito natural em quem começa a aparecer, dos seus corifeus e poetas escolhidos.

A holofrase musical é inquestionàvelmente um achado muito curioso. A primeira conseqüência da sua aplicação à poesia é a abolição quase completa do desenho, da figura; os decadistas fiéis ao respectivo processo praticam no verso o mesmo que os pintores impressionistas de certa escola, na tela: desarticulado o pensamento e diluído na mancha, no tom, na vaga impressão que deixa no espírito o fato uma vez observado, êle individualiza-se no estado condigno de cada temperamento e procura traduzir-se naquilo que o autor da *Sesta de Fauno* chama "SONHO E CANTO". Êste sonho e êste canto devem ser fixados não por uma função enumerativa, isto é, por um inventário de palavras, mas por meio de um *vocabulário* total, refeito, nôvo, estranho quase à língua e encantatório. [3]

Literatura rigorosamente sugestiva, essa que deseja implantar em França Stéphane Mallarmé, só poderá ser praticada por almas excessivamente musicais e de todo destituídas do espírito de observação.

A *instrumentação falada* é ainda mais curiosa e cheia de sutis dificuldades. Não deixa de ter base científica; e o mestre, antes de expor os seus segredos, manuseou as obras de Helmholtz e quiçá a *Métrica da Linguagem* do malogrado Pierson.

---

[2] Vide sôbre êste assunto n.os 268 e 269 do *Novidades* (dezembro de 1888) [V., nesta dição, Vol. II, pp. 136-141].

[3] Vide introd. ao *Tratado do Verbo* de René Ghil.

René Ghil descobriu que a alma pode instrumentar-se perfeitamente pelo alfabeto. A vida terrestre, segundo êle, não é senão uma parte mínima e visível do *eterno rumor invisível*. A missão do poeta, portanto, deve ser única. A sua função desvia-se, desde que êle deixa de exercer todo seu esfôrço para exagerar êsse rumor, essa oculta sinfonia.

O poeta é o microfono vivo do que a natureza encobriu como inenarrável.

Ao filósofo era vedado levantar o véu de Ísis; mas ao vate permite o século que reduza a estâncias os mais secretos suspiros da misteriosa deusa.

E como alcançar-se resultado tão pasmoso?

Pela complicação das côres e dos timbres e pela exploração das suas analogias com as vogais.

René Ghil no seu *Tratado do Verbo* explica o modo prático de arranjar êsse *spartito*.

Seria enfadonho reproduzir aqui a escala cromática das letras do alfabeto.

Aos poetas encantatórios recomendo o livro como precioso repertório de novas idéias sôbre a arte e especialmente sôbre "as propriedades geométricas, filosòficamente encaradas, da elipse".

## IV

*O Tempo*, 9-2-1893

Duas linhas encontro que merecem particular atenção, no que é concernente ao horror, manifestado por decadistas ao exotismo literário.

A primeira pertence a Moréas, o heleno, o qual professa Ronsard do mesmo modo que já se professou no Brasil Vítor Hugo.

Trata-se aqui do arcaísmo românico.

Mergulhando o seu talento nas águas lustrais dessa antiquíssima torrente, concebeu o autor do *Pelérin passioné* a idéia de que a salvação da literatura estava ùnicamente na renascença das formas poéticas da época ronsardiana, se não também de tôda a estética dos primitivos clássicos da língua francesa.

Moréas e seus discípulos esperam dêsse *revival* o nôvo vigor da expressão poética.

O seu maior empenho, todavia, resume-se no ódio sistemático a tudo quanto é gótico.

No credo do agrupamento assinala-se como principal artigo de fé a renúncia de todo o pessimismo e de tôda a vagabundagem da alma germânica.

Compreende-se, porém, que êsse movimento de ódio ao mal incompreendido, não podia fixar-se ao bel-prazer do iniciador.

Não havia só pessimismo gótico; havia o inglês e russo.

Daí uma nova projeção, na qual se deixaram arrastar muitos decadistas, que não eram precisamente amigos nem do talento, nem das idéias de Moréas.

Reação, devia eu dizer, pois que esta palavra exprime melhor do que a outra o que atualmente se observa nos círculos literários de Paris.

O malogrado E. Hennequin, em um preciosíssimo livro que compôs sôbre o que êle chamava *Les écrivains francisés,* isto é, os escritores estrangeiros que a França tem adotado e pelos quais neste século os poetas franceses mais se têm deixado influenciar; E. Hennequin demonstrou a saciedade quanto a alma francesa se deixou saturar dos perfumes acres exalados dêsses espíritos virgens e profundos vindos do norte e do centro da Europa.

Êstes escritores foram se insinuando na literatura um por um e chegaram a dominá-la. Primeiro surgiu Henri Heine; depois veio Edgard Poe; mais logo Dickens; por fim Dostoievski e Tolstoi.

Era demais o pêso de tal literatura exótica fazia e raivar em sua bonomia rabelaisiana a alma gaulesa, cujo último sacerdote, Balzac, apenas encontrava eco franco, mais ainda assim impregnado de muito veneno pessimista, no autor da *História Natural de Uma Família Durante o Segundo Império.*

Datam de 1885 as primeiras tentativas de rebelião contra tamanha tirania; e estas começaram pelos moralistas contra E. Zola.

Ainda todos se recordam do escândalo provocado pelo *manifesto dos cinco* (Rosny, Bonnetain, Paul Margueritte, Descaves e Guiches); mas o que nem todos perceberam foi o que se seguiu a tal escândalo.

Os ratos haviam pôsto o guizo no pescoço do gato.

Guardião fora, frades agora!

De todos os pontos geográficos da literatura francesa surgiram protestos no mesmo diapasão. Não bastava expelir das letras mestre Zola; convinha também limpar as estrebarias de Augias e pôr fora todos os escritores exóticos que estavam afligindo a alma francesa e empecendo a originalidade dos *novos.*

Não obstante, porém, êsse chauvinismo de última hora, a doença do exotismo continuou a revolver o espírito dos bulevares, e ainda agora da Escandinávia desce o grande Ibsen com um teatro cheio de sensações pavorosas e de um realismo indefinível.

Os protestos, por outro lado, não impedem que um poeta *nôvo,* e bem nôvo, o genial Maeterlinck esteja, no seu retiro de Gand, a restaurar Shakespeare, embora no estilo de *marionetes,* conforme êle o afirma em sua linguagem pitoresca de reformador.

Lembrem-se os leitores de um fato histórico. Quando Voltaire regressou da Inglaterra para a França denunciou a existência de Shakespeare e explorou-o como novidade.

A França, porém, apaixonou-se pelo bárbaro, e o invejoso filósofo quis muito tarde expeli-lo.

Não o conseguindo, Ducis teve depois de traduzi-lo como clássico para atenuar a fortidão do bárbaro.

Justamente êsse chauvinismo é o que preocupa a melhor parte dos decadistas.

# ANCHIETA

PUBLICAÇÃO EM *O PAÍS*, RIO DE JANEIRO, 11 JULHO 1897, E DATADA DE 28 DO MÊS ANTERIOR.

Celebrou-se o centenário anchietano, e, com pesar o digo, não concorri, por causas independentes da vontade, com uma linha para as publicações que se fizeram em homenagem ao célebre jesuíta, ao qual São Paulo deve tão gratas recordações.

Quando a imprensa anunciou que, na capital daquele estado, se realizaria uma série de conferências, nas quais o pedagogo e santo varão de Piratininga seria estudado sob todos os aspectos que a sua longa carreira de 64 anos oferecia à curiosidade erudita, lembrei-me de apressar a conclusão de um livro, em que tenho pôsto, de dois anos a esta parte, todo o esfôrço e amor literário de que me julgo capaz. [1]

1.ª PARTE – *MISTICISMO.*

I. *A Alma de Loiola.* – Evolução do pensamento de Loiola. – Onde o gênio do Mal? – Casuístas. – Onde o gênio do Bem? – Metodologistas. – Opiniões sôbre a Companhia de Jesus, de Pascal e Augusto Comte.

II. *Nas Mãos dos Padres.* – Como, porque e para que os jesuítas fabricavam anjos. – Gênese de um poeta. – Misticismo infantil de Anchieta. – O Canário.

III. *Tristeza Segundo Deus.* – A doença do Santíssimo Sacramento. – Culto de Anchieta pela humanidade de Deus e sua adoração por Maria. – Hipnose claustral.

IV. *No Oceano.* – Queda Psíquica. – Assunção. – Anchieta restabelecido. – Devaneio celestial. – Influência do mar. – Visão do Nôvo Mundo.

2.ª PARTE – *OBNUBILAÇÃO.*

I. *S. Vicente. Piratininga.* – O nôvo Adão, na frase do Padre Vieira. – Os jesuítas no Brasil. – Missões no Paraguai. – A barraquinha de caniços. – Impressões da *terra.* – O colégio de São Paulo. – Processos hipnóticos de Anchieta na catequese dos índios. – Pedagogia angélica. – Festas, folguedos, autos, farsas, diálogos, sermões. – Estética anchietana. – O sermão de São Paulo.

---

[1] Dou aqui, por antecipação, os sumários dos capítulos em que distribuí o meu trabalho.

II. *Na Floresta.* — Refém dos Tamoios. — O gênio da guerra selvagem. — O taumaturgo. — Mitologia tupi. — Anchieta em comunhão com a *terra.* — Como o catequista põe a seu serviço a feitiçaria indígena. — *Versus* pajé.

III. *Exteriorização da Fôrça do Catequista.* — Fenômenos miraculares. — Hipnose. — Levitação. — Telepatia. — Poder de Anchieta sôbre os homens, sôbre as feras, sôbre a flora. — Realização do mito de Orfeu. — O segrêdo da sua organização moral. — O Poema da Virgem.

3.ª PARTE — *NATURALISMO.*

I. *O Teólogo.* — 1564 a 1566.
II. *O Administrador.* — 1567 a 1587.
III. *Últimos Dias de Um Pensador e Filósofo.*
IV. *Transformação do Místico no Profundo Conhecedor das Leis da Natureza.*

Aquêles que leram o meu trabalho sôbre *Gregório de Matos* ficaram sabendo que *Anchieta* deveria aparecer como oposição natural ao *Bôca do Inferno.* Êstes dois homens prendem-se, à distância de um século, por um elo lógico e admirável. Naturezas completamente diversas, foram, entretanto, os representantes das necessidades sociológicas do Brasil daquelas eras. Anchieta, se me permitem a expressão, benzera a terra para onde a civilização, trazida pelas caravelas de Cabral, entrava com o soçôbro dos mal-assombramentos, dos terrôres do desconhecido e do ódio às raças inferiores e ferozes dos silvícolas. A sua principal missão consistiu, pois, em afugentar do litoral os feitiços e arredar da vista dos colonos, pela maior parte ignorantes e simplórios, a obsessão daquela figura fantástica e terrífica que Gândavo nos descreveu na sua Relação.[2]

Gregório de Matos, pelo contrário, amaldiçoou essa mesma região dos Brasis; e, pondo em perpétua agitação a sua musa maldizente, deblaterou contra céus e terras, mal pensando no veneno que derramava em tôrno de si, gemesse quem gemesse.

O Brasil do século XVII não era mais o *Pindorama*[3] encantado de que nos fala o General Couto de Magalhães. A Bahia se convertera numa sucursal da viciosa Lisboa, onde tripudiavam os marinícolas sem pudor; os *Unhates,* em competência com os membros da Companhia de Jesus, e o tipo do *xumberga,* reproduzido por mais de um governador do quilate do *Braço de Prata,* irritavam por tal feitio

---

[2] Relatório sôbre um monstro marinho que se matou na capitania de S. Vicente, em 1564. *História da Província de Santa Cruz ou Brasil,* cap. 9.º.

[3] No original estava no feminino.

a ira satírica do poeta, que êste houve de buscar o seu fadário na função de justiçador implacável, muita vez alucinado, do meio putrefato em que vivia.

A angelitude e o talento órfico do primeiro, correspondendo à legenda que se encontra nas origens de todos os povos, exigiam, assim como uma compensação necessária, o furor iconoclasta dêsse brasileiro, a quem os reinóis temiam, e que os flagelou até o âmago de suas consciências couraçadas pela ganância da pataca.

Êsse contraste, formado das duas mais interessantes figuras que se nos deparam no pórtico da nossa história, foi a chave que abriu-me os olhos a muitas circunstâncias da vida de Anchieta, as quais, sem essa sugestão, ficariam, certamente, na penumbra do espírito desalentado.

O estudo, pois, dos documentos referentes ao autor do *Poema da Virgem,* realizado sob tais disposições imaginativas, provocou a deflagração de uma luz da qual surgiu o vulto do grande catequista, nítido, fulgurante, compreensível, como se se tratasse de personagem vivo. Devo tal resultado principalmente à meditação das *cartas,* não só do apóstolo do colégio de São Paulo, como de Nóbrega, gênio completamente oposto ao do primeiro, mas sem cujo concurso a personalidade dêste não seria perceptível.

Pode-se, agora, imaginar a surprêsa que me assaltou apenas se me ofereceu oportunidade de ler dois panfletos que foram dados à estampa em São Paulo, sob o pseudônimo de *Vox Veritatis,* em cujas páginas não sei o que mais admire: se o desassombro histórico do autor, se a sua malignidade exibicionista.

Nesses dois panfletos, ou diatribes, contra um morto de há 300 anos, entre outros absurdos injustificáveis perante a crítica mais perfunctória, afirma-se que Anchieta não usava de meios brandos na catequese dos índios, era, antes, um carrasco, e que nenhum merecimento literário existe em sua obra. Ora, os conceitos que formei sôbre êsse assunto, em concorrência com a convicção contrária e imperturbável, nascida do estudo daquele personagem, cresceram por tal modo no meu espírito, que seria indiferença, senão desprêzo pelo meu próprio trabalho, não refutar aquelas estranhas proposições.

Para mim, Anchieta, tanto quanto cabe na esfera humana, realizou, fisiológica e psicològicamente, o tipo do anjo, do serafim descrito pelos hagiólogos do misticismo. A angelitude do notável catequista transparece de sua obra escrita, até hoje conhecida, e evidencia-se do depoimento da colônia inteira e também da prova circunstancial, de tôdas a menos recusável. Quanto ao valor do poeta e do artista, bastaria, para demonstrá-lo, ler o sermão da conversão de São Paulo, proferido no colégio dos padres, em 1568, no dia da sua festa.

*Vox Veritatis* (não há que duvidar), espírito carregado de ódios protestantes contra os jesuítas, pretende fazer de Anchieta a vítima propiciatória, sacrificada pelos crimes de que a história acusa a Companhia de Jesus, e que são bem conhecidos. Seu ponto de vista não lhe permite desligar o homem da roupeta, e o induz ao deplorável êrro de que o *perinde ac cadaver* e o *ut senis baculum* eram uma realidade absoluta na sociedade criada por Loiola, como se, para naturezas superiores e do quilate da de Anchieta, o princípio da subordinação não fôsse um elemento de vida, senão, mesmo, de felicidade interna ou de liberdade espiritual. E o panfletista, na inconsciência de um voltairianismo absoluto, acrescenta que, por ser republicano, "não poderia, sem um eterno remorso, calar-se ante o desprestígio da República, onde cintila a trilogia [*sic*] sacrossanta — Liberdade, Igualdade, Fraternidade". Êsse patriota desorientado não se lembrou, por certo, de que a Constituição eliminou o Estado das dissensões entre ultramontanos e regalistas, deixando de presidir as suas controvérsias.

O Dr. Eduardo Prado, com os jesuítas de Itu, exploram, segundo afirma o panfletista, e eu o acredito, estas e outras propagandas de feição monárquica, naturalmente (acrescente-se) para dar pasto ao seu diletantismo finissecular. Isto seria razão para considerar-se o centenário e a proposta da ereção de uma estátua ao apóstolo das gentes do Nôvo Mundo apenas inoportunos; mas não é admissível que se procure fazer a todo transe uma reconstrução negativa do caráter de Anchieta justamente no século em que Gregorovius pôs tôda a sua inteligência e erudição ao serviço da reabilitação de Lucrécia Bórgia.

Para a igreja católica, Anchieta é um santo, e por isso mesmo a sua beatificação e canonização foi decretada pelo Papa Clemente XII, em 1736. A nós, profanos, porém, pouco importará que a causa termine pela canonização do venerável servo de Deus que se chamou, no século, José de Anchieta. Para a crítica histórica, o caso não é de virtudes teologais e cardeais. O autor do *Poema da Virgem* apresenta-se, nesse tribunal, como um dêsses raros tipos de obstinados da virtude, que deixam sulco profundo e indelével na memória dos homens.

Anchieta era o que se chamava, naqueles bons tempos, *uma vocação,* caráter, na expressão técnica dos psicólogos britânicos, isto é, a obstinação que desde logo domina certos homens na juventude e os força a executar ou realizar uma *vida*. Anchieta nascera místico. Aos 14 anos, era triste, merencório, pensativo; grave, além do que permitia a idade, criança ainda, já tomava o mundo como uma coisa séria, senão misteriosa e digna da oração.

Obstinados têm existido para tudo: — para a virtude, para o vício, para a arte, para o imundo, para as vitórias, para as derrotas, para os atos de gênio e para os negrores do crime. Se de gênio forte, ei-los grandes capitães, tiranos, déspotas ou criminosos célebres; se de índole branda, mansos, executivos na meditação, poetas, santos, missionários ou sublimes deliqüescentes.

Anchieta pertencia à classe dos *executivos na meditação*. Tinha lágrimas na voz e fulgor nos olhos; e, quando se exprimia, causava uma dor deliciosa nos corações de grandes e pequenos, e a todos enternecia com o seu olhar de cordeiro celestial. Êsse fenômeno, a que o paganismo não foi estranho, e que lhe deu o mito de Orfeu, nos tempos mais próximos da fé religiosa, constituía uma fôrça extraordinária para os que dela podiam se servir. Das escrituras tirava-se uma curiosa denominação — *a tristeza segundo Deus.*

Foi com êsse escudo que o Padre José se aparelhou para a sua missão. A essa fôrça deveu êle todos os milagres que praticou, o prestígio que exerceu e a admiração por que se fêz acompanhar de portuguêses e selvagens, leigos e religiosos, e até das brutas feras, que irrompiam das florestas para obedecer-lhe.

Depois, o conhecimento da grande natureza o tornou ainda mais lúcido e poderoso.

# O FETICHE

PUBLICAÇÃO EM *REVISTA DO BRASIL*, SÃO PAULO, ANO I, N.º 2, 30 AGÔSTO 1897, PP. 31-34, E DATADA DE 14 DO MESMO MÊS.

Quem quiser experimentar a sensação do real na política européia, dê-se ao trabalho de percorrer os jornais caricatos que se publicam nos dois hemisférios.

A máscara é como o vinho, — facilita o dizer-se a verdade.

Na Idade Média havia o bôbo. Os tempos mudaram-se, mas não desapareceram as tendências. A função do bôbo das côrtes antigas passou para o jornalismo jogralesco, o qual, junto às democracias ou aos governos presumidos liberais, reservou para si a árdua tarefa de revelar entre risos o que punge a consciência coletiva.

O que a gravidade e a discrição do artigo de fundo repelem como inconveniente, o caricaturista recolhe e achincalha com o gesto ingênuo de criança. Aos loucos encarregava Shakespeare, em suas tragédias, de proferir as sublimes verdades que encerram o segrêdo da vida; e nêles encarnou o sábio cepticismo das coisas terrestres e a visão das divinas e inatingíveis.

Ora, com certeza foi um dêstes loucos que se lembrou de fazer a caricatura da Rainha Vitória em *Le rire*, de Paris.

Imagine-se o rosto de uma feiticeira de Macbeth: nariz adunco, queixo descaído, faces arrasadas pelo horror senil, tecidos pensos flàcidamente sôbre o peito, semblante inexpressivo, ou, antes, exprimindo a vida vermicular dos sepulcros, olhar embaciado e característico da perversidade inconsciente. Esta máscara, todavia, faz-se reconhecer de longe como retrato dessa velhinha quase centenária, em tôrno da qual os *rulers* do Império Britânico celebram o seu sabá finissecular. Esta máscara lembra a dualidade de Civa: aqui uma visão de serenidade e virtudes incomparáveis; logo adiante a figura tétrica do pavor, Durga, ornada do tradicional colar de caveiras, coberta de sangue, de facho em punho, destruindo, matando, incendiando.

O jubileu da Rainha Vitória produziu em muita gente essa dupla sensação. E quando o mundo contemplava o préstito sonambulesco, que se desenrolou por longas horas através das ruas de Londres, no dia 20 de junho, houve quem, abstraindo do ruído festivo, ouvisse dobres fúnebres para os lados da Irlanda e da Índia, quem, julgando tudo aquilo um grande carnaval, visse a velhinha Vitória transformar-se num fetiche aos ombros dos dezesseis *premiers* (*the rulers of empire*), que, aliás, um caricaturista teve a franqueza de representar, em audiência imperial, arrastando-se em direção ao trono, como se fôssem cafres e estivessem diante de algum *soba* da África Central.

Êstes e outros aspectos do Jubileu não são vazios de sentido: são sinais telepáticos dos tempos.

Já alguém disse que o Jubileu lembrava a decadência romana. Quando as nações, como os velhos impotentes, começam a endeusar a sua fôrça, em lugar de a exercerem, dão a entender que não a possuem. Um excêntrico acrescentou: "Em vez de bodas de diamante, diga-se — núpcias com a morte!" E aí têm a alta significação daquela máscara de Durga que os *rulers* impuseram ao rosto senil da pobre Vitória-regina-imperatrix.

O bom senso humano não devia sofrer uma afronta semelhante, nem a estética suportaria a orgia da imaginação de Cecil Rhodes, atiçada agora pelo *whiskey* do orgulho britânico.

Entendem que chegou o momento do triunfo do egoísmo anglo-saxônico. Dividem a humanidade em duas partes; recompoõem a idéia hebraica do povo de Deus; e êles os *Englishmen of God*, a Bíblia na mão esquerda e, na direita, a *sterling pound* pregam aos povos da colônia a teoria místico-utilitária de que cada homem tem seu preço, contanto que olhe para o sol de Windsor e eleve o espírito até o *lingam* que fecunda a chamada *regina gentium*.

Em um publicista conceituoso e de grande nota, encontro, todavia, a tradução dessas aspirações feita de um modo menos místico, se bem que um tanto simbólico. Segundo êsse escritor, o *ictus* da raça anglo-saxônica canalizar-se-ia melhor fortalecendo-se primeiro na reunião, sob a mesma bandeira, de todos os *English-speakingmen*, e depois impondo a Inglaterra à presidência da federação da Europa, que se acha em embrião.

> A Europa é um continente e constitui uma personalidade. Tendo havido, na antiga Mitologia, uma bela Europa, a quem Júpiter amou, essa história sugeriu a Tenniel a idéia de que John Bull poderia, com êxito, representar o papel de pai dos deuses e dos homens.

Esta ficção, todavia, insinua-se como uma serpente tentadora pelo ânimo de todo inglês que escreve, hoje, sôbre sociologia. E não é sòmente conjugar Júpiter com a Europa, como se não houvesse, no momento presente, Guilherme II e, um pouco mais afastada, a Rússia, mas também com o Universo. Com um pouco de boa vontade, a lei do *consensus* inclina-se em favor da Inglaterra, e a humanidade inteira corre a solicitar de um Loche coroado o favor de ser o *Ruler* de todos os povos. Para êste efeito, bastaria que os sociologistas firmassem como verdade êste aforismo: "A democracia é uma forma boçal; só o império pode ser universal; e, para exercê-lo nenhuma raça como a inglêsa." Dêste modo, suprimir-se-ia o grande engasgo das democracias existentes na América; e todos nós, americanos, poderíamos entender-nos com Júpiter-John Bull, republicanos em nossa casa e imperialistas na vastidão do Oceano.

De sonhos, porém, estão cheios os livros; e o equilíbrio europeu não se concertará: o mais certo e o mais natural é que desapareça na voragem das nações que se concertam fora da Europa.

A Mitologia sugestionou os apetites de John Bull e deu-lhe a inveja dêsse Júpiter pouco escrupuloso, que usava de tôdas as políticas e de tôdas as malandragens: — que se transformava em cisne para prostituir Lêda; que se fazia chuva de ouro para corromper Dânae; que arrebatava Ganímedes nas asas de uma águia para dar pasto a sua sensualidade contra a natureza; que desordenadamente seqüestrava as mais belas divindades, e nem as filhas dos homens respeitava; que empregava a hipocrisia quando nada conseguia pelo amor; que impunha a fôrça quando os meios astuciosos não colhiam.

Acaso êsse John Bull não teve a sua Juno, — a Escócia? Com a Índia não faria o mesmo que a outra Sêmele, mãe de Baco? E Maia? E Alcmena? O comércio e a navegação. Pois bem: que lhe falta senão extrair do cérebro a nova Minerva e esmagar os gigantes logo que êstes se atrevam a pensar em escalar o Olimpo?. . .

Essa veleidade de John Bull recorda-me uma anedota muito curiosa.

Contam que Calígula, vendo a estátua de Júpiter Olímpico, mandou-a transportar para Roma e determinou que mutilassem a obra genial de Fídias, substituindo a cabeça do deus pela dêle, imperador. Os operários aproximaram-se da estátua e empunharam os escopros; mas apenas moveram os braços, o semblante do filho de Saturno tomou tal aspecto, e tão estridente foi a sua gargalhada, que os executores das ordens de César caíram fulminados de terror, e não mais Calígula pensou em renovar a sinistra lembrança de substituir um deus.

Contente-se a velha Inglaterra com o seu fetiche. Quanto à máscara de Górgone, não a exiba mais ao mundo, porque os véus do futuro podem romper-se antes de tempo, fulgindo no espaço um raio de luz extraordinário, a cujo clarão poder-se-á então ver a sombra, o fantasma do préstito do dia 20 de junho, no qual, pelas ruas de Londres, arrastaram-se homens de tôdas as raças, representantes de tôdas as nações. Êsse fantasma provàvelmente será a nova edição da Dança Macabra.

# UM PRECURSOR DE TAINE

PUBLICAÇÃO EM *REVISTA DO BRASIL*, SÃO PAULO, ANO I, N.º 3, 30 SETEMBRO 1897, PP. 73-76, E N.º 4, 31 OUTUBRO 1897, PP. 94-98, AMBOS OS ARTIGOS DATADOS DE 3 DE SETEMBRO DO MESMO ANO.

*Revista do Brasil*, 30-9-1897

Em mais de um crítico, não só dêste século, como do século passado, encontram-se indicadas as idéias capitais que constituem o sistema do autor da *História da Literatura Inglêsa*. A própria antiguidade grega já concebia a obra de arte como um mecanismo. Para reconhecer-se isto, basta ler Aristóteles, Longino e Quintiliano. Ninguém, contudo, chegou a formular com tanta clareza como Taine a lei da criação artística; ninguém, até hoje, explicou melhor o modo por que se forma o ideal artístico e se estereotipa na obra de arte.

Houve, entretanto, no século passado, um crítico escocês que aplicou, antecipadamente, a Homero os processos do mestre da crítica moderna. E o que mais é para admirar é que êsse escritor o fizesse quando ainda nem ao menos Montesquieu houvera pôsto em circulação a sua teoria relativa à influência do clima sôbre as leis e, portanto, sôbre tôdas as relações da vida social.

O escritor a que aludo chamava-se Blackwell; nascido em 1701, professou grego no próprio colégio no qual estudou e deu à publicidade, entre 1735 e 1757, a várias obras de erudição sôbre mitologia e história, sendo daquele ano a de que me vou ocupar e que tem o título de *Investigações Sôbre a Vida e Escritos de Homero*.

Êsse trabalho obedece ao mesmo regime mental que os de Taine, exceto a técnica naturalista. Blackwell não fala positivamente em mesologia; mas, acompanhando-se o livro, vê-se que nenhum dos fatôres assinalados pelo crítico francês escapou à sua observação e à sua análise. Para reconhecê-lo, basta passar a vista sôbre os sumários dos seus capítulos. O Autor começa pelo estudo do país de Homero e do clima dessa região; analisa os costumes públicos da nação, a língua, seu desenvolvimento e as causas de seu incremento; passa depois à religião e à origem dos ritos gregos, aos costumes da época, e os compara aos dos tempos modernos, caracterizando bem a influência de tais fatôres na poesia de Homero: isto feito, aprecia a educação do poeta e o confronta com a ciência de então e com o merecimento dos predecessores; reconstrói o seu caráter à vista da profissão e modo de vida; levanta conjeturas relativamente à influência que a viagem de Homero ao Egito devera ter exercido sôbre as alegorias empregadas na *Ilíada*, não esquecendo Delfos, nem tampouco as suas relações com os fenícios, pais de tôdas as maravilhas que existem na *Odisséia*.

Que falta neste programa para supor-se o de um livro publicado nos últimos vinte e um anos? Apenas a linguagem técnica das ciências filológicas e o cotêjo das ciências naturais.

Quando Blackwell escreveu, ainda não tinha aparecido Wolf, que só em 1794 deu publicidade aos seus famosos *Prolegômenos Sôbre Homero*. Em 1735 a crítica repousava, apesar do que dissera Vico, na crença de que um só poeta compusera os dois poemas, se bem que inspirado nas produções de fundo popular, nas tradições e nos trabalhos dos predecessores. Fôsse, porém, como fôsse, para reconhecer-se o merecimento do livro de Blackwell não há necessidade de apurar êsse ponto de exegese literária. O que torna apreciável a obra é o estudo minucioso do meio em que se produziram a *Ilíada* e a *Odisséia;* e êsse estudo foi realizado com um critério e consciência que sobrelevam a tudo quanto a crítica francesa, desde Boileau até La Harpe, exibiu de mais imponente. Como parecem magras e raquíticas as considerações dêste último sôbre as obras do Melesígeno, à vista das de Blackwell!

Partindo da influência do clima no caráter da poesia homérica, o crítico escocês denuncia a perfeita concordância dessa poesia com a temperatura da Ásia Menor e das ilhas gregas, com as qualidades do solo, a salubridade do ar, a variedade dos cereais, dos frutos, a beleza dos rios, a regularidade dos ventos. Se num país assim dotado não há doçura de sentimentos, se aí a imaginação não se eleva, não se intumesce de amplificações, se o espírito não concebe a natureza sob os aspectos de verdade, então pode-se dizer que a raça que para tais regiões emigrou é uma raça detestável, degenerada. Os gregos não estavam neste caso; e, conquistado êsse país, êles traziam, além do mais, o sentimento da sua superioridade. As recordações da vitória conseguida nas muralhas de Tróia deviam enchê-los de uma soberba muito própria para acender o gênio da epopéia.

> Na divisão, — diz Blackwell, — que comumente se faz dos climas, verifica-se que os que são frios e ásperos produzem corpos mais robustos e humor mais marcial; que, nas regiões quentes, os homens são insolentes, dominados por paixões em que se assinalam a agilidade e a obstinação; que, entretanto, nas latitudes temperadas pela benígna influência de um céu risonho, há mais probabilidade para a beleza das idéias e uma justa proporção na eloqüência. O bom senso, dizem, pertence a todos os países, e eu o creio; mas os seus melhores renovos, seus mais ricos desenvolvimentos, como o das outras plantas, são devidos a condições felizes de cultura e aos favores do solo. [1]

Partindo, pois, dessa fatalidade do meio físico, Blackwell entra na apreciação da composição do meio social em que Homero se educou.

> O estado do país, — continua o crítico, — onde se nasceu e se recebeu a educação, — compreendo nessa designação os costumes gerais dos habitantes, sua constituição civil e religiosa, acompanhada das causas

---

1 Não parece estarmos lendo uma página de Taine, *v. g.*; "A Produção da Arte na Grécia"?

> e conseqüências. Os costumes se manifestam pela norma regular da vida: assim, um povo é polido ou bárbaro, faustoso ou simples. Quanto às idéias dominantes, as profissões em moda, considero-as como fatos públicos e tendo uma influência geral sôbre uma geração inteira. Existe, contudo, uma, cuja natureza me parece um tanto restrita: quero falar da educação particular e depois do gênero particular de vida que escolhemos e que seguimos, com tôdas as alternativas que dela podem advir. Afirma-se que êstes *acidentes* são a base do caráter e dos costumes dos homens, em tôda parte. Êles nos fabricam, por isso que influem sôbre os nossos sentimentos e acentuam os nossos contornos morais e as exterioridades também. Se um dêles sofre uma mudança nós também a experimentamos: e, tomados em conjunto, devemos considerá-lo como moldes em que se formam os hábitos e as inclinações que dominam a nossa conduta e determinam as nossas ações.[2]

Que a natureza da região influiu poderosamente sôbre o poeta, prova-o a familiaridade com que êste se refere aos objetos que o cercam e as situações dos personagens que entram em cena. Dessa naturalidade origina-se a grandeza de todos os autores de gênio que a Antiguidade nos legou.

> Os escritos sentenciosos de Eurípides e as pinturas elegantes de Menandro são o reflexo das suas palestras ordinárias. Os diálogos de Platão, extremamente admirados, são transcrições apenas corrigidas do que se conversava na academia. Lucílius, preferido por alguns romanos a todos os autores conhecidos, escrevia precisamente como falava. A história de Heródoto denuncia o viajante; a de Tucídides, o estadista; a de Dionísio, o sábio; e a de Xenofonte, o grande capitão e o filósofo. O caráter de seus escritos era o que êles revelavam no comércio ordinário da vida.[3]

A *Ilíada* e a *Odisséia* não guardariam o perfume natural que ainda hoje nos inebria, se quem as compôs não houvesse sido um ingênuo tradutor das cenas com as quais vivia em *tête-à-tête* no seu tempo.

*

*Revista do Brasil*, 31-10-1897

O cotejo minucioso das criações homéricas com êsse meio grego reconstituído pela erudição, na opinião de Blackwell, confirma eloqüentemente a suposição de um Homero individual, que instruiu-se em tôdas as coisas profanas e divinas, que, adotando a profissão de cantor ambulante, viajou, freqüentou palácios, capelas e santuários; que foi a Delfos, Fenícia e ao Egito; nessas peregrinações, recolheu todos os elementos geográficos, históricos e legendários necessários à formação da teia de seus poemas.

---

[2] T. Blackwell, *Recherches sur Homère*. Trad. de Quatremère-Roisecy, I, 1801, pág. 11.

[3] Ob. cit., pág. 31.

Não há quem, hoje, estudando Homero, a teologia do poema, a moral dos seus personagens, os vícios e as virtudes que aí são celebrados, não veja nessa obra um produto orgânico, perfeitamente identificado com a região, a flora, a fauna, a filosofia, a eloqüência e a religião ou o maravilhoso, atribuídos pela ciência arqueológica aos tempos chamados homéricos.

Blackwell dá enorme aprêço ao fator da educação nas criações poéticas do bardo de Quio, pelo exercício da profissão.

> É a essa profissão, — diz êle, — que Homero deve as belezas de primeira ordem, *speciosa miracula*, e que foram objetos de admiração para Horácio; porquanto foi viajando por diversas províncias gregas que êle pôde recolher as maravilhas dêsses países, maravilhas que tinha origem, seja na história natural do lugar, seja nas tradições históricas cujo assunto versava sôbre os ilustres antepassados. O lado feliz dessas histórias é o de conservarem um tom de probabilidade, por terem qualquer fundamento na natureza, nas montanhas, cavernas ou rios que feriram pela primeira vez a imaginação dos mortais, assombrando-os, e lhes fizeram conceber estranhas idéias sôbre as causas de tais fenômenos e aparências.[4]

Onde, porém, o crítico escocês mostra maior sagacidade é na seção XI de sua obra. Nessa parte das suas investigações, êle ocupa-se em demonstrar em como a *Odisséia* foi o resultado das viagens de Homero e do seu contacto com os fenícios, que, aliás, já exerciam prestígio nas ilhas gregas e na própria península, pelos emigrados egípcios, que, antes de aí estabelecerem-se, naturalmente haviam estacionado nas costas e nos portos daquele povo. Eram os fenícios os autores das mentiras, ou, antes, das histórias maravilhosas que circulavam de bôca em bôca pelos portos das ilhas gregas. Como os espanhóis posteriormente fizeram com a América, descrevendo terras reais a golpes de fantasia, assim os fenícios pintavam os pontos mais afastados da bacia do Mediterrâneo, aonde os levava a sua audácia de nautas-comerciantes. Daí as maravilhas das regiões longínquas, e, num legítimo orgulho, a necessidade de amplificar a sua coragem no desenvolvimento de histórias que causassem espanto, relativas a gigantes, monstros e feiticeiros.

> Estas histórias, — pondera, entretanto, Blackwell, — por mais extraordinárias que fôssem, e apesar de disfarçadas sob os ornatos de ficção, conservam ainda vestígios da realidade, o que demonstra a exatidão da observação do filologista, — de que, no modo de escrever de Homero, nota-se que o seu maravilhoso nunca deixa de ter por baixo a verdade primitiva.[5]

Nada, portanto, há na *Odisséia* que não seja tomado à tradição, pelo menos oral, das populações marítimas do mar Mediterrâneo.

---

[4] Ob. cit., p. 136.
[5] Ob. cit., p. 256.

As alegorias desaparecem desde que se atenda a que existiu, por exemplo, um Éolo e que êsse Éolo foi simplesmente transformado na lenda pelo que nós hoje chamamos a alma danada do boato. Na exegese de Blackwell, êsse personagem, em cuja ilha aportara Ulisses, depois de ter escapado às perseguições dos Ciclopes, não seria outra coisa mais do que um príncipe, de que Diodoro Sículo refere algumas particularidades biográficas. Se Homero diz que Júpiter lhe dera o govêrno dos ventos, concedendo-lhe a faculdade de desencadeá-los ou contê-los, isto em nada contrariava a idéia que os antigos formavam dêsse príncipe, que, "após longas observações, feitas sôbre os vulcões das ilhas de Lipari, e repetidas comparações dos sons despedidos dêsse ponto, e do volume ou violência da fumaça respectiva, enfim, das variações que um vento ou outro lhes imprimia, chegou à perfeição de poder anunciar as tempestades, prevendo a direção em que soprariam os ventos durante um período limitado". Éolo não fazia desta sua experiência mistério algum, e condescenderia em avisar os navegantes.

Esta sapiência, na bôca dos fenícios, obedecendo a uma lei que não é tão absoluta como Max Müller pretende, mas que tem inteira aplicação ao caso; êsse fato, comentado por imaginações desvairadas, cedendo a essa enfermidade da linguagem que termina por converter a metáfora em realidade objetiva, acabou por tomar a forma da fábula, como vem narrada na *Odisséia*. Éolo, para servir a Ulisses, não lhe deu simplesmente avisos salutares sôbre a navegação que êste devia fazer, mas presenteou-o com os próprios ventos encerrados em odres.

As mesmas considerações podem ser feitas sôbre o episódio de Circe e das sereias. Na opinião dos críticos da Antigüidade, não passariam da transfiguração de prostitutas, que exerciam o seu ofício em aldeias vizinhas de Nápoles e que, pelos seus encantos e seduções, conseguiam atrair os nautas, de sua passagem, desviando-os muitas vêzes do fim de sua navegação. E, como estas, tôdas as fábulas que embelezam a curiosa narrativa de Homero e que, pelo seu encadeamento, mostram quanto a poesia homérica se deixou conduzir influenciada pelas viagens, pelo gênio marítimo dos habitantes da costa do Mediterrâneo e principalmente pela fertilidade da imaginação dos engendradores do périplo de Hanão.

E aí têm de que modo Blackwell explica os poemas de Homero, estudando o meio em que se deram os acontecimentos e em que viveu o poeta, subordinando a obra às condições da vida do mesmo e da educação que pôde receber naqueles tempos.

Pelo resumo que acabo de fazer, é fácil verificar que Blackwell entrara nas linhas gerais dos processos mais modernos. Com efeito, no que respeita à formação da alma coletiva e individual, o crítico escocês frisou os pontos culminantes.

Hoje, a crítica divide-se em dois campos distintos: o dos que aristotelizam e o dos que platonizam. Os críticos da primeira espécie não se dão por satisfeitos com o bem que sentem diante das obras de arte; êles encaram-nas como o mais belo capítulo da natureza; depois de contemplá-las, como à flora, à fauna e aos aspectos do universo na paisagem, no firmamento e nos horizontes longínquos do oceano, passam a explicar o seu desaparecimento na alma das sociedades e do homem, no tempo e no espaço, buscando estudá-las objetivamente na história, nos meios sociais reconstruídos pela arqueologia, na comparação das raças e dos povos, nos laboratórios de antropologia, no movimento de vida cotidiana, nos hospitais; e, como suplemento a êsse estudo, decompõem as grandes produções artísticas, para reconhecer os métodos conscientes e inconscientes de que os artistas têm lançado mão para tornar efetiva a exteriorização do seu pensamento e das suas criações de caráter estético. Os da segunda espécie, porém, não confiando senão na vida subjetiva, atribuem tudo ao demônio de Sócrates ou a êsse furor de que nos fala Platão, no *Fedro*. A obra de arte é, para êles, um fato sobrenatural ou a reprodução de revelações feitas por êsse mesmo furor divino, e lidas pelos olhos da alma nessa vida anterior de que os pensamentos do presente são apenas reminiscências.

Blackwell pertencia à classe dos aristotélicos.

Creio também que é a escola mais fecunda. Foi ao seu contacto, outrossim, que cheguei a convencer-me de que a obra de arte há de ser sempre uma máquina de sensações, aparelhada por meio de processos semelhantes aos das máquinas que têm por fim apenas o desenvolvimento da fôrça. [6]

Todavia, sou o primeiro a reconhecer que a máquina de nada vale se não a animam a imaginação e o sentimento. Compare-se o casco de um transatlântico encostado à praia onde naufragou ao paquête glorioso que vence as ondas do Atlântico, conduzindo em seu vasto bôjo a vida, a civilização, a alegria, a paixão do belo e a riqueza.

É assim o poema. Perfeito; mas nêle não palpita o gênio, e por isso jaz nas bibliotecas, encostado como a carcaça de uma máquina sem préstimo.

---

[6] Estas idéias já foram amplamente discutidas no meu estudo "Raul Pompéia e o *Ateneu*" (1888) [V. nesta edição, Vol. II, p. 125].

# RAUL POMPÉIA
# COMO ESTETA

PUBLICAÇÃO EM *UNIÃO ACADÊMICA*, RIO DE JANEIRO, TOMO I, FASC. II, SETEMBRO 1897, PP. 110-117, DATADA DE 31 DE AGÔSTO DO MESMO ANO.

Raul Pompéia foi quase um pré-rafaelista.

Nunca lera Ruskin; mas o seu temperamento artístico, as suas tendências para as artes plásticas, contactos com as obras da arte francesa remodeladas por Maurice Barrès, de quem era apaixonadíssimo, fizeram-no adivinhar tôda a estética daquele grande crítico inglês.

Para o autor do *Ateneu*, a obra de arte era simplesmente uma **METAMORFOSE**.

Ainda não esqueci uma palestra que tivemos e cujo tema foi o processo metamórfico da imaginação. Puro ruskinianismo.

Sempre que nos encontrávamos na Rua do Ouvidor, era certo passarmos juntos o resto do dia. Quantas vêzes não sucedia separarmo-nos à meia-noite, depois de sete ou oito horas de ininterrupta conversação sôbre assuntos políticos e literários!

Raul Pompéia não pertencia, como muita gente supõe, à confraria dos devotos da arte pela arte. Apesar do seu culto extraordinário pela forma, êle entendia que essa forma nada valia desde que não estava ao serviço de uma grande idéia.

Platonista na essência, o autor das *Canções Sem Metro* era, todavia, um profundo observador da natureza ambiente, à qual pedia incessantemente os meios, as formas, as côres, os sons, para exprimir a emoção que lhe causavam os espetáculos da vida social e as tempestades da alma interior do indivíduo. Dessa estrutura do seu ser nasciam precisamente as suas predileções pelas doutrinas de Ruskin.

Uma vez estávamos em um dos pontos mais belos de Santa Teresa, e de onde a baía do Rio de Janeiro se pode contemplar como um quadro fantástico através de um caleidoscópio.

Colorista como êle sabia ser nestas ocasiões, esgotava tôda a adjetivação da língua portuguêsa.

— Você já experimentou algum dia, perguntou-me, ver o mundo de cabeça para baixo?

Respondi-lhe pela negativa.

— Pois imagine que, não há muito tempo, o fiz do Corcovado. Subi ao parapeito; virei-me de costas para o abismo; e, dobrando o corpo, invertido o busto, pus-me a olhar o Rio de Janeiro por entre as pernas, do mesmo modo por que o faria um acrobata pendurado pelos pés, do seu trapézio. Oh! não lhe digo nada! Tôda a minha antiga estética ruiu por terra; e então se me desvendou o segrêdo do que é a imaginação.

Ponderei-lhe que, à vista da posição assumida na muralha do Corcovado, a natureza só lhe podia ter aparecido truncada e com a perspectiva perturbada, como em um quadro de Hogarth.

— É um engano. O que se dá é a metamorfose da realidade.

Raul Pompéia, quando o cérebro se lhe iluminava, ficava com a vista obtusa, e por isso o *pince-nez* punha-se a viajar dos olhos para os dedos, dos dedos para os olhos, numa inquietação incomodativa. Nesse momento, vi-o quase quebrar os vidros, que usava fortemente graduados.

— Tôda obra de arte é uma metamorfose, e o instrumento dessa metamorfose é a imaginação.

— E onde coloca você a verdade? perguntei. O que faz dos princípios da escola realista?

É preciso convir que o autor do *Ateneu* nunca se pôde conformar, nem com a estética, nem com as obras definitivas de Emílio Zola.

Na doutrina do chefe do naturalismo, só um princípio o seduzia: era o respeito ao temperamento do artista: — "um canto da natureza através de um temperamento". O mais tudo, para quem escrevera *Canções Sem Metro,* não passava de grosseria e negação da arte verdadeira.

— A observação da natureza, dizia êle, não tem outro fim senão armar o artista dos elementos precisos para a realização do *milagre.* Quanto mais profunda fôr a observação, tanto mais extraordinário será o produto dessa química da alma que se chama imaginação.

Desta sorte, Raul Pompéia mal sabia que adotava o princípio cardeal da estética de Ruskin, profundamente moral, profundamente intelectual.

Recorrendo a uma descrição que Milsand faz do crítico inglês: "Vê-se que se trata de uma inteligência ativíssima, reforçada por um vivo sentimento dramático. Sua maior felicidade estava em perscrutar o segrêdo das coisas para o fim de obter a visão das fôrças que operam por baixo delas ou fazem adivinhar a história de suas magnificências. O traço fundamental e importante, a seus olhos, era o traço eloqüente, o documento que narrava os cataclismos do passado, o vestígio que traía as potências coevas do nascimento da Terra. O que o atraía, detendo-o em contemplação, eram os ângulos e as curvas que denunciam, na árvore, o crescimento, a resistência e a luta; as nuanças ou os contornos que traduzem a constituição viva das nuvens, a ação e a produção dos ventos, e que também levam o espírito a medir os gigantescos promontórios e os vales colossais dêsses Himalaias de vapôres, dos quais o pensamento nunca se avizinha sem pavor."

Em substância, encontramos em tudo isto a teoria de que H. Taine posteriormente deu a fórmula exata na sua *Filosofia da Arte*. [1]

Raul Pompéia, pois, afirmava que de três fatôres dependia o esplendor de uma ode, de um romance, de um quadro: em primeiro lugar, o artista devia ter uma intuição excepcional das leis da existência; em segundo, era indispensável que êle conhecesse a fundo e possuísse, como numa espécie de escala cromática, todos os segredos das formas, isto é, as leis da morfologia; finalmente, porque julgava mais que tudo fundamental, aparecia a potência imaginativa capaz de trazer unidade a tudo isto, iluminando, colorindo, exprimindo. Era a essa operação que êle dava o nome de metamorfose artística.

Com efeito, ninguém podia considerar-se mais distanciado do que o autor do *Ateneu* do processo dos realistas, os quais evidentemente procuravam, de preferência, o lado exterior das coisas, ocupando-se, minuciosos, com a cópia das *superfícies* dos objetos e, no que diz respeito ao homem, com a exposição dos gestos, das atitudes animais e dos instintos.

O caráter das coisas físicas e morais constituía a sua grande preocupação. Essa preocupação acompanhou-o até a política, pela qual apaixonara-se nos últimos tempos, e que foi tão funesta a seu delicado espírito.

Uma das circunstâncias que mais esclarecem êsse fato encontra-se na sua predileção pela caricatura, quando desenhava. O caricaturista, de ordinário, é um observador de caracteres. Para deformar o homem não há como conhecê-lo bem, a malignidade sem essa ciência não passa de tolice. Raul Pompéia, que não era maligno, todavia tinha indignações que muitas vêzes se traduziam em gracejos terríveis, quando, em lugar da pena, cuja dignidade êle muito respeitava, tomava o creiom para externar o seu pensamento. Lembro-me de uma dessas caricaturas, um tanto simbólica, e que

---

1 "A obra de arte tem por fim manifestar algum caráter essencial ou predominante, portanto, uma idéia importante, e de modo mais claro e completo do que o que resulta da simples observação dos objetos. A êsse efeito chega-se por meio do emprêgo de um conjunto de partes ligadas entre si, cujas relações são sistemàticamente modificadas pelo artista." (H. Taine. *Philosophie de l'art*. I, 47).

Êste modo de encarar a arte já despontava no espírito grego pelas palavras de Longino, no seu *Tratado do Sublime*: "Como há, naturalmente, em tudo, algumas circunstâncias particulares e próprias, as quais respectivamente acompanham a sua matéria, é-nos necessário, para chegarmos ao sublime, fazer escolha das *mais principais* e que vêm mais a propósito; e depois, ligando-as entre si, formar como um corpo, porque então se arrebata o espírito de qualquer ouvinte, já com a escolha dos assuntos, já com a multiplicidade das circunstâncias escolhidas, os acidentes mais excessivos e os mais intensos." (Long., cap. X. Trad. port. 1791.)

chegou a ser litografada. Representava o Brasil crucificado entre dois ladrões, — o câmbio e o comércio. Obedecendo às preocupações políticas do momento, o lápis do caricaturista não recuou diante das conveniências impostas pelo meio social, e nas figuras patibulares, que completavam o grupo do martirológio do nôvo Cristo, surgiam os tipos clássicos de John Bull e de João Toicinho.

Esta nota cruciante, porém, nunca Raul Pompéia lançou nos escritos e trabalhos literários que produzia. Quando muito, a ironia acerba, resultante do pessimismo que lhe adviera do exame da natureza humana, repontava em alguns capítulos da sua obra.

Voltando às suas teorias, devo lembrar que a sua imaginação, apesar de uma cultura intensa, feita no sentido das idéias acima indicadas, ressentia-se de um subjetivismo quase invencível.

— Para que a nossa individualidade estampe-se em nossos trabalhos, observava êle, não necessitamos de regras, nem devemos contar com êsse elemento para a estética. O *eu* é petulante; em tôda parte procura mostrar-se; e por maiores que sejam os esforços do artista, em ordem a tornar a obra objetiva, êsse *eu* há de porejar, manifestando-se por qualquer modo.

Dêsse ponto de vista tirava Raul Pompéia uma conclusão, e era de que todo nosso empenho devia convergir para o estudo da natureza exterior a nós, principalmente para o movimento das almas e da vida social. Causava-lhe riso, portanto, a estética daqueles que, a pretexto de psicologia, pretendiam cultivar o egotismo.

— Essa tendência humana é a origem da mediocridade, acrescentava. Sistematizá-la, parece uma insensatez da arte de *toute à l'heure*. O egotismo *và da se;* não precisa de guia. O que, entretanto, engrandece a alma são os reflexos divinos que os Homeros, os Dantes, os Shakespeares, os Miguel Ângelos, os Cervantes, os Calderóns lançam, sem querer, nem pensar em si, sôbre a matéria das suas obras, tiradas dêsse imenso *atelier* — a Terra.

Não é necessário ser gênio para realizar o que Boileau já censurava nos poetas medíocres de seu tempo.

> *Souvent, sans y penser, un écrivain qui s'aime*
> *Forme tous ses héros semblables à soi-même;*
> *Tout a l'humeur gasconne en un auteur gascon;*
> *Calprenède et Fuba parlent du même ton.*

Sem gênio e método, afirmava, entretanto, Longino, não há sublime inteligível. E não eram outros os preceitos de Ruskin, quando o procurava diferençar do simples ofício de artista.

> Ter a mão firme e pintar uma árvore ou qualquer outro objeto de modo a satisfazer os olhos pela verossimilhança, não passa de um talento que o primeiro pachorrento consegue com um ou dois anos de aprendizagem. Surpreender, porém, na árvore ou no bosque êsses

> mistérios de invenção e de combinação por meio dos quais a natureza fala ao espírito; desenhar a suave fratura e a curva em declívio, bem como a sombra ondeada do solo, que derrui, aplainando-se de leve, com êsses toques que lembram o tato da chuva, descobrir até nas minúcias, em aparências insignificantíssimas e desprezíveis, o labor incessante dos podêres invisíveis; proclamar, enfim, o esplendor e a beleza de tudo isso, ensinando-o àqueles que não sabem ver, nem sabem pensar: eis em que consiste o privilégio e a verdadeira vocação dos espíritos superiores; eis, por conseguinte, aonde reside o dever especial que lhes foi impôsto pela providência.[2]

Ninguém, entre nós, mostrou-se mais compenetrado desta verdade do que Raul Pompéia.

O seu trabalho era penoso, árduo, e só se concretizava em obra depois de prolongados ataques à natureza.

Observando-lhe eu, uma vez, que êsse processo, além de extenuá-lo, privava-o do prazer de mais freqüentes comunicações com o público que o apreciava, respondeu-me, com Quintiliano: — que o é grande não se fazia depressa.

— A natureza nunca mentiu à regra, tornando dependente de enormes dificuldades a produção das obras belas — *proposuit que pulcherrimo cuique operi difficultatem.* Olhem todos para um fato: os animais que têm de adquirir excessivo desenvolvimento são justamente os que permanecem por mais tempo nas entranhas maternas.

Como Ruskin, êle tinha o processo da metamorfose artística na conta de um mistério, e comparável sòmente ao fenômeno químico que se produz na água, em contacto com zinco, quando nêle se derrama ácido sulfúrico; as afinidades do ácido com o óxido de zinco, ainda não existente, impõem a decomposição da água e o desprendimento do exigênio, que, com o zinco, forma êsse óxido, ao qual tende a se unir. Essa função primordial da imaginação, a que Coleridge denominava *esemphasiica,** isto é — que unifica, era o *dada* do autor do *Ateneu,* o qual nunca a considerava bastante lúcida, no momento de escrever, para combinar os elementos necessários e aglutinar os estranhos mas indispensáveis ao complemento da obra compreendida.

Raul Pompéia mais de uma vez falou-me no plano da *Agonia,* romance que deixou por acabar.

Se não me falha a memória, êsse romance ia ter um personagem de nova espécie, que era a montanha do Corcovado. Haveria, no livro, o drama cruciante de um amor e de uma alma lutando com as agruras da vida física e das imperfeições sociais. Êsse drama seria um poema moderno, profundamente psíquico, ao qual ficaria iminente, como uma influência trágica, o mistério das florestas do Cor-

---

[2] Ruskin, *apud* Milsand, *L'esthétique anglaise,* 108.

* *Sic,* por *esemplastic.*

covado em oposição ao ruído do Rio de Janeiro. A montanha alcantilada e nemorosa seria como uma esfinge a desafiar a vida louca da cidade a decifrar o seu enigma. E a alma da mulher, ali, entre aquelas árvores seculares, posta na crise do amor pelo desprêzo do vulgar, constituiria o teatro onde se devia representar o choque da vida com a sombra, do Sol com a Terra, da loucura com a morte.

A imaginação de Raul Pompéia era sombria; e êsse romance devia acabar por converter-se em uma tragédia.

Não pude saber ainda que direção e desenvolvimento o autor deu, por último, a essa obra.

## *PREFÁCIO A O EMBRIONÁRIOS*

De Júlio Freitas Júnior

PUBLICAÇÃO EM PREFÁCIO AO LIVRO DE JÚLIO DE FREITAS JÚNIOR,
*EMBRIONÁRIOS*, RIO DE JANEIRO, TIPOGRAFIA DE MENDES, MARQUES
& CIA., 1897, PP. V-IX, DATADO DE 4 DE AGÔSTO DE 1897.

A idéia me impressiona mais do que o ritmo. Em colisão preferiria Leconte de Lisle a Heredia, — isto é, a profundeza do primeiro à pureza do verso e perfeição de cinzel do último.

Todavia, sou imensamente sujeito à hipnose da música. Não acompanho a execução de uma ópera de partitura na mão; mas quando se me oferece ouvir o *Lohengrin* de Wagner sob a batuta de um Mancinelli ou o *Prometeu* de Leopoldo Miguez, desempenhado por uma fina orquestra de professôres, como a que ùltimamente se fêz admirar no Instituto Nacional de Música, experimento uma sensação estranha, que se poderia comparar com um mergulho na eternidade.

A palavra é o fenômeno misterioso por excelência; pelo que os índios a personificaram em um Deus. Exteriorização da fôrça interna, que constitui o homem moral, ela o corporiza e o infunde nos seus semelhantes por múltiplos processos de natureza espontânea. De todos os veículos inerentes à frase nenhum tão poderoso como a métrica. "Acentuar", diz Pierson,[1] "é criar pela palavra e por seus elementos um sistema de divisões do tempo que representa tão exatamente quanto possível o movimento do pensamento, de modo que o trabalho da percepção, evitando a distração do espírito e confundindo-se com o da própria intelecção, adquire tôda a clareza e o relêvo de que o discurso é susceptível." É forçoso, entretanto, confessar que, por hábitos longamente adquiridos pela espécie humana, raças e indivíduos existem hoje que podem reproduzir o ritmo e prolongar efeitos de orquestração, sem que o pensamento colabore por via direta em tais produções. Não erraria, portanto, aquêle que dissesse que nestes casos o poeta, o orador ou o escritor produz simples *gestos* de pensamentos — *inania verba*.

É o que acontece no momento presente com os poetas decadentes. A ilusão dos estetas dessa escola, ou antes da escola dos exagerados, reside na convicção, a que chegaram, de que a poesia confunde-se com as leis da palavra, e que desta, como ente vivo e independente do conjunto humano, por meio de sortilégios, é possível extrair caudais de poesia.

Êsses místicos da retórica, porém, não tardarão em fatigar-se de tão estéril esfôrço, volvendo ao modêlo vivo e à grande natureza.

---

1 *Métrique naturelle du langage*, p. XII.

A poesia será sempre, na expressão de Emerson, uma festa, — a exclusão das sombras e o horror à tristeza. O traço real do poeta é a alegria, porque o seu fim está fixado na beleza. Shakespeare, que êste grande crítico apresenta como o tipo maior do poeta, reunia à amplidão do pensamento a grandeza moral; e quando o seu espírito se difundia sôbre o universo em busca de assuntos de arte, a expressão de seu verbo jorrava numa intensa alacridade de luz nítida e de tonalidades fecundantes.[2] Com razão, pois, dizia que os poemas do insigne Will eram o refúgio daqueles que se sentiam cansados de santos e de misticismo.

O estilo festivo da poesia verdadeira e humana não pode ser repelido impunemente.

Por felicidade de nós brasileiros não permite o meio em que vivemos que vicejem aqui swedenborguianos. Os líricos nacionais, abundantes sempre de inspiração e de seiva vital, nunca conseguiram ultrapassar, em suas tristezas, o mar da *saudade*. No Brasil ainda não pôde existir poeta compenetrado do *sunt lacrymae rerum*, nem os terrôres da vida infernal penetraram na alma de nenhum dêles para inspirar-lhes êsses cantos sepulcrais em que a luz solar se afunda no horizonte em prenúncio de uma noite eterna de desespêro, como nas regiões polares. As lágrimas de Dirceu, de Gonçalves Dias, de Casimiro de Abreu são lágrimas de doçura; a lira dêstes poetas prepara deliciosas reações às almas acrisoladas no amor. E aquêles mesmos que têm, mais modernamente, se esforçado por envenenar suas estrofes, ou por se transformarem em incompreensíveis, magnificentes e misteriosos, raro escapam de mostrar no fim da página a própria natureza, fazendo fulgir no tropo, na imagem, na contextura do verso o imperecível tropicalismo que os domina.

O autor dos *Embrionários* não incorre nesta censura. Puro de erudição, isento de pretensões estéticas, lembrou-se um dia de escrever versos, e verteu nêles o sôro de sua alma.

Alma terna, entusiasta, sensibilizada pelos aspectos da vida que mais o deviam impressionar, na idade em que o *ictus* da poesia é todo amor, nada mais natural do que propender para os assuntos amorosos. Qual o brasileiro que aos vinte anos não rouba uma seta de Cupido, e dividindo o farpão não a converte em uma pena de escrever? Êsse pecado não evitou o poeta dos *Embrionários*. Por tê-lo, porém, cometido como os de natureza comum, não se segue que, praticada a primeira culpa, deva o poeta restituir a seta à aljava do filho de Afrodite.

---

[2] Emerson. *Les surhumains*, trad. Isoulet, p. 210.

Não. Há culpas felizes. Júlio de Freitas Júnior tem estro e a linguagem rítmica lhe é natural, independente de esfôrço, o que não quer dizer que não lhe falte aquela arte que só se adquire com a observação dos contrastes e a prática diuturna dos meios de expressão.

Imagine-se um mancebo, que sai pela primeira vez de sua aldeia, e atreve-se a subir ao mais próximo oiteiro. A sua vista, até então absorvida nos atos rudimentares da vida do casal, espraia-se num horizonte relativamente largo; uma sensação de alargamento se produz em sua alma e os seus lábios balbuciam; êsse balbuciar casa-se a qualquer coisa que se pareça com uma cantilena. Foi a expansão que determinou tudo isto; e porque naquela ocasião a curiosidade fêz-se discreta e não o levou para pontos mais elevados e abruptos, voltando ao casal, êle, se topa em caminho com a moçoila vizinha, não sabe se conter, e converte tôda a expansão de há pouco em frases melodiosas que por sua doçura insólita e imagens fora do comum a espantam e a perturbam.

É o caso do autor dos *Embrionários* e de todos os poetas que pela primeira vez ensaiam navegar nos mares da poesia, arranjando a sua jangada de parceria com o travêsso menino mitológico. Essa viagem de iniciação converter-se-á depois em lição para as travessias em mar alto, se o viajante dispuser de envergadura. O aparelhamento desta depende da impressão que venham causar os diversos aspectos da natureza no espírito do nôvo observador, logo que êste grimpe as grandes montanhas e esquadrinhe as grutas dos vales.

Por ora, entretanto, sua mais séria preocupação entende com a graciosidade do sexo feminino. Os moços de ordinário, e neste ponto de acôrdo com os maometanos, julgam que dois terços do belo residem na mulher; mas aqui é a beleza física, a vênus Afrodite quem os provoca, quem lhes estimula o amor, aquecendo-lhes o sangue e acelerando a circulação.

Os versos de Júlio de Freitas são apaixonados; fluem ao acaso com a natural incorreção dos ribeiros, que não encontram leito. A abundância do sentimento não foi nêles ainda disciplinada; a forma é túrgida, e não tarda em dissolver-se amplificada pela rima que chama a rima.

Neste caso estão as poesias "Perfil", "Saudade", Recuerdo", "Último Adeus", "Magna Dolor", "Teu Retrato" e outras, nas quais, se pode dizer, o poeta só cuida em aviventar a dor dos apaixonados, pondo em relêvo, ostentando mesmo a covardia característica dos corações poéticos, — a santa enfermidade de Petrarca.

Todavia, na coleção que o poeta agora publica, não existem sòmente canções de amor.

Júlio de Freitas cultiva com rara habilidade a arte de declamar, e em teatrinhos particulares tem mais de uma vez revelado, como amador e autor, uma acentuada predisposição para o drama. Essas tendências, encontro-as firmadas em mais de uma composição dos *Embrionários*, e para não citar tôdas indicarei "Mãe e Noiva", poemeto muito movimentado, e que apenas se ressente de arranjo romântico.

Júlio de Freitas, pois, tem largos plainos diante de si. Já pagou o tributo ao amor; resta agora que estude o drama da vida e escreva o seu *Cromwell* ou o seu *Diablo mundo*.

# SÍLVIO ROMERO
## POLEMISTA

PUBLICAÇÃO NA *REVISTA BRASILEIRA*, EDIÇÃO DA SOCIEDADE REVISTA BRASILEIRA, RIO DE JANEIRO, ANO IV, TOMO XV, 1898, N.º AGÔSTO, PP. 185-203; SETEMBRO, PP. 371-379; TOMO XVI, N.º DE OUTUBRO, PP. 112-121; NOVEMBRO, PP. 188-204; E ANO V, TOMO XVII, 1899, N.º DE JANEIRO, PP. 43-70; E TOMO 20, N.º DE NOVEMBRO (?) PP. 355-370.

Êste ensaio começou a ser publicado, em 1889, na *Revista Sul-Americana*, sem que, contudo, chegasse ao fim. Dêle saíram os primeiros capítulos, nos seguintes números dessa revista (ano I, vol. I): 1, 15 janeiro, pp. 5-6; 13, 1 julho, pp. 195-197; 15, 15 agôsto, pp 225-228; e 18, 30 setembro, pp. 273-275. Com a redação profundamente alterada, algumas frases e trechos suprimidos, outros acrescentados, reiniciou e terminou Araripe a sua publicação na *Revista Brasileira*, nove anos depois, e é êste nôvo texto que aproveitamos na presente coletânea de sua obra crítica.

Cumpre, entretanto, esclarecer que o plano inicial do estudo sôbre Sílvio Romero era mais extenso do que o que finalmente realizou Araripe, de vez que, na *Revista Sul-Americana*, n.º 1, prometia êle estudar o autor da *História da Literatura Brasileira* sob três aspectos fundamentais, sendo êste um dos trechos suprimidos no texto da *Revista Brasileira*. Em 1889, dizia êle: "Dividirei, portanto, êste meu estudo em três partes essenciais. Na 1.ª, tratarei do temperamento de Sílvio Romero, isto é, encararei exclusivamente o *polemista;* na 2.ª, me ocuparei com o *germanizante* e com a cultura da escola pernambucana, fundada por Tobias Barreto; na última, mostrarei o analista e a autonomia de sua obra." Como se vê, por um motivo qualquer, o crítico desprezou as duas últimas partes em que pretendia realizar o estudo, completando e dando a publicidade apenas a primeira, referente ao Sílvio Romero polemista. Aliás, na *Revista Sul-Americana*, o título do trabalho era outro: "O Dr. Sílvio Romero e a História da Literatura Brasileira", aparecendo o subtítulo "O Polemista" a partir da Revista n.º 13, após a introdução estampada no n.º 1 apenas sob o título geral.

Ao que tudo indica, Araripe não chegou a saber que saiu o tomo XX da *Revista Brasileira*, no qual se completou a publicação dêste trabalho, pois em 1905, na revista literária semanal *Os Anais*, ano II, n.º 15, de 19 de janeiro, pp. 34-37, republicou, com a redação levemente retocada, os capítulos XII, XIV e XV (sem indicá-los como tais), acompanhados da seguinte nota: "Êste artigo é a conclusão de um ensaio publicado na *Revista Brasileira*, fascículo de agôsto, setembro, outubro e novembro de 1898 e janeiro de 1899. Chegou a ser impresso para o fascículo de fevereiro dêsse ano; mas, infelizmente, aquela ótima publicação cessou e o número não foi distribuído."

I

*Rev. Bras.*, 1-8-1898

Quando, em 1880, apareceu no Rio de Janeiro o autor da *História da Literatura Brasileira,* a avaliar pelas antipatias que contra êle se levantavam, tanto entre moços como entre velhos homens de letras, dir-se-ia que uma cascavel, vinda dos sertões de Sergipe, tinha-se emboscado à Rua do Ouvidor e ameaçava a todo o mundo com a violência de sua mortífera peçonha. Enganavam-se aquêles que isto supunham: Sílvio Romero, longe de trazer essa enorme soma de veneno crotálico, chegava à capital do Brasil ávido de boas impressões e cheio de amor pelas coisas pátrias. Um elemento, contudo, lhe faltava, — e isto é bastante para explicar a grita que se levantou então, — um elemento indispensável a todos aquêles que, propondo-se uma propaganda difícil, são forçados a realizá-la ràpidamente e entre gente habituada aos requintes da vida incomparável das grandes capitais. Êsse elemento é a sagacidade ou a polidez artificial dos centros civilizados, e a que Schopenhauer se referia, dizendo que, sem ela, os homens se entredevorariam. Sílvio Romero não a possuía. Apresentando-se na arena nu, como um atleta antigo, e com os seus hábitos de franqueza nortista, o crítico sergipano foi recebido à maneira de um bárbaro. Pouco importava que êsse bárbaro trouxesse um cérebro iluminado pelos focos científicos do neocriticismo alemão. A dinâmica de suas idéias, a rudeza dos seus argumentos, a negação peremptória de um regime literário extinto na Europa, não podiam deixar de produzir, em seu espírito, indignações indefiníveis; e estas não buscaram contornar a suscetibilidade dos que ainda sustentavam os programas de 1830 como expressão última do progresso. *Inde irae!* Ora, para evitar os inconvenientes da luta corpo a corpo, teria sido preciso que o crítico, além das eminentes qualidades de analista de que é dotado, além da proficiência filosófica que o distingue, tivesse a habilidade artística. Sílvio Romero é um pensador, e um pensador audaz; iludir-se-á, porém, aquêle que pretender encontrar nesse pensador um Michelet, um Renan ou mesmo um Taine. Ninguém, no Brasil, se tem mostrado tão apto para investigar as origens e estabelecer a filiação do pensamento brasileiro, sob o ponto de vista de tôdas as suas manifestações, *vis-à-vis* dos produtos de cultura européia; ninguém, no Brasil, dispõe de envergadura tão apropriada para empreender trabalhos semelhantes aos

que fizeram Teuffel e Barnhardy relativamente às literaturas romana e grega; devo, porém, confessar que as construções de caráter estético não são as que mais se amoldam à natureza das suas faculdades. Para isto, seria indispensável que êle fôsse mais acessível à sensação concreta das coisas, isto é, — que tivesse, em maior escala, o sentimento exterior do pitoresco da vida em seu conjunto. É êsse sentimento, de cuja ausência se ressentem, não sei se bem ou mal, muitos analistas profundos, a causa eficiente do interêsse e do colorido que se notam em certas obras de crítica, como, por exemplo, na *História da Literatura Inglêsa*, de Taine.

Foi devido a tudo isto que o *bárbaro* nortista não alcançou desde logo o prestígio a que lhe dava direito, não sòmente a sua erudição, mas também a responsabilidade de portador de adiantamentos científicos apenas acusados por dois ou três madrugadores da ciência no Brasil. Hoje, que a sua reputação acha-se firmada por uma série de trabalhos importantes, nada perderá o escritor com a análise do que há de excessivo e acerbo no seu temperamento.

## II

> "Êste livro", diz Sílvio Romero, na introdução da sua *História da Literatura Brasileira*, "é um livro de amor, feito por um homem que sente, há perto de vinte anos, sôbre o coração, o pêso do ódio que lhe tem sido votado em sua pátria."

E acrescenta "que, se houve, em sua vida, uma fase de pessimismo radical e intratável, a que deu curso em seus primeiro livros", chegou, por fim, a praticar "uma crítica imparcial, eqüidistante da paixão pessimista e da otimista, reputadas igualmente perniciosas". Tais palavras, na minha opinião, pintam com a maior fidelidade o temperamento do crítico. Aceitando-as como confissão sincera, não as julgo, todavia, expressão exata do fenômeno que presentemente se dá no caráter de Sílvio Romero.

Em 1882, o autor destas linhas escrevia que Sílvio Romero não fazia senão dar arras do seu excessivo subjetivismo, criticando os seus patrícios com um acrimônia e fúria holoférnicas, e atribuía tais excessos, não tanto à leitura assídua das obras de Schopenhauer, como ao seu espírito de combatividade. [1]

Muitos sucessos se têm produzido nos quinze anos decorridos; e se, por um lado, os prefácios e declarações do crítico revelam desejos de moderação, que se explicam bem pela idade e pela experiência dos homens e das coisas, por outro, verifica-se, no mesmo esfôrço, o excesso de dosagem que houve nesse caráter, no que diz respeito

---

[1] Araripe Júnior, *José de Alencar, Perfil Literário*, 2.ª edição, p. 196 (V. esta edição, Vol. I, p. 129).

ao amor da luta, à paixão pelo *sport* literário, ao arrastamento para os atos de agressão. É verdade que o autor da *História da Literatura Brasileira* não padece mais das exaltações dos tempos acadêmicos. O conceito público que atualmente cerca seu nome, a respeitabilidade inerente à posição de um dos membros mais conspícuos do magistério e o acatamento com que, em diversos círculos, é recebida a sua palavra, apertam-no em uma esfera de ação cautelosa e o obrigam a uma vigilância sôbre os próprios atos e discursos, a que dantes êle não se julgava obrigado, na qualidade de crítico demolidor. O escritor de agora já tem uma obra a defender, e nada deve preocupá-lo tanto como a necessidade da economia do esfôrço, para manutenção das glórias que tão acirradas batalhas lhe custaram. Tomar uma praça de assalto, derrocar uma bastilha e atear-lhe fogo é simplesmente obra de coragem, de arrôjo; mas, sustentá-la contra a conflagração iminente das regiões circunvizinhas, é questão de perseverança e, mais que tudo, de astúcia, virtude que Homero atribuía aos encanecidos na guerra.

Não quer isto dizer que o crítico brasileiro já atingiu a idade em que, com os cabelos brancos, o homem começa a preferir às glórias de Aquiles as de Fábio Cunctátor. É certo, porém, que os primeiros sintomas da aproximação dêsse estado se manifestam: o que não importa mudança, nem de temperamento, nem de métodos. Pela leitura dos livros de Sílvio Romero, vê-se que o polemista não perdeu nenhuma das suas qualidades fundamentais e que apenas deslocou os seus aparelhos de crítica, trasladando-os do terreno do ataque pessoal para um campo mais vasto, o das escolas ou das teorias.

## III

Em 1868, Sílvio Romero cursava a Faculdade de Direito do Recife, e poucos anos depois formava-se em ciências jurídicas e sociais, deixando entre os acadêmicos a tradição de um nome aureolado pelas glórias de homem de letras. Desde êsse tempo o encontramos dominado pela vocação do crítico, empenhado em campanhas jornalísticas e já planejando uma história da formação do espírito nacional. Datam dessa época os veementes artigos que lançou, sob o título de "Romantismo no Brasil", e os seus primeiros ataques àquilo que se lhe afigurava uma idolatria indígena. Êstes estudos, que se prolongaram até 1878, foram, depois, sucessivamente publicados em séries, no Rio de Janeiro, com a designação geral de "Oito Anos de Jornalismo". A sua entrada na liça não foi destituída de sensações. O jovem sergipano não trazia sòmente a impetuosidade de um temperamento bilioso, nervoso, insubmisso, propenso ao estrépito; teve,

por cima, a fortuna de encontrar o instante azado para o advento de sua individualidade.

O Brasil recebia então os primeiros ósculos da nova aurora que raiava nos horizontes da filosofia. Uma estranha corrente de idéias vinha agitar as nossas eminências intelectuais. Sílvio Romero, na idade dos entusiasmos irresistíveis, foi um dos mais afoitos na marcha para o Oriente. Fazer o que êle fêz, isto é, desprezar os cânones acadêmicos, as fórmulas consagradas e aceitas pela turba literária de seu tempo, era um fato tão natural como seria, em outra época, dadas as mesmas condições do seu temperamento, defender aquêles cânones, impondo-os aos rebeldes medíocres com a ferocidade do selvagem.

A irrupção do polemista foi tremenda, e, nos círculos acadêmicos, operou-se o mesmo fenômeno que numa reunião popular, quando um homem audaz avança brandindo uma lâmina afiada. Formou-se um vácuo em tôrno do agressor. Uns fugiram, outros puseram-se, de longe, a invectivá-lo. A estranheza do instrumento, tido como perigoso, deu que falar à gente ignara. Os menos cegos, contudo, puderam, afinal, certificar-se de que essa arma escandalosa, de que o crítico se servia para aterrar os adversários, não era senão a teoria positivista. Inteligência vivaz, Sílvio Romero bebera essa teoria a longos sorvos e sentira-se tomado de súbita embriaguez. Invadira-o logo um pessimismo objetivo intransigente; e o que há mais truculento na política de Augusto Comte traduzira-se-lhe em aplicações brutais. Só quem nunca houver trocado idéias com os discípulos ortodoxos do filósofo de Montpellier desconhecerá o orgulho e a segurança com que um positivista responde às objeções opostas à doutrina do mestre. Arquitetado com um arrôjo verdadeiramente genial, desenvolvido com uma lógica de bronze, partindo das idéias mais gerais e percorrendo tôda a escala dos fenômenos, até chegar aos mais complexos, sob o tríplice predomínio das concepções sôbre a ordem cósmica, do desenvolvimento histórico e da gradação didática, o positivismo, como todos sabem, extinguiu tôdas as dúvidas e vacilações do espírito humano, fechou o inquérito às curiosidades do pensamento, deu solução a tôdas as questões e fêz a alma ascender para regiões inacessíveis ao vulgo profano e vertiginosas para os espíritos intolerantes. É fácil avaliar o grau da soberba que penetrou na alma dêsse crítico ardente e impulsivo, vendo-se, de súbito, colhido nas malhas de um aparelho filosófico, do qual raramente o sectário se liberta, e que, por isso mesmo, comunica uma inexorabilidade sem nome àqueles que se lhe tornam familiares. Sílvio Romero, pois, apesar de um percurso imperfeito da série hierárquica das ciências fundamentais de Augusto Comte, se julgou logo apto para a luta em todos os terrenos, e começou a medir a

estatura dos homens e a analisar a vida da sociedade brasileira com o aprumo dos generais vitoriosos já antes do combate.

Um sistema forte e bem constituído é como a legião romana, que, resumindo a civilização de seu tempo, e organizada para dominar, tinha em si a expansibilidade e a vitalidade necessárias para avançar e manter-se entre os bárbaros e arte para contê-los, reprimi-los, subordiná-los. Nenhum sistema filosófico vejo tão parecido com a criação romana do que o positivismo. Sílvio Romero não foi, pròpriamente, um legionário, mas um vélite; isto era quanto bastava para que, em suas correrias, inspirasse um verdadeiro terror filosófico. Schérer, Taine e outros críticos, que aplicavam os métodos das ciências naturais ao estudo das literaturas, bem como os folcloristas, ministraram-lhe as armas para as primeiras investidas. De dois bordões servia-se êle então: "a metafísica morrera", — "o romantismo era uma árvore sem frutos".

## IV

A hostilidade de Sílvio Romero contra a metafísica explicava-se nas exigências de seu temperamento, que o impelia contra as construções respeitáveis. Como, porém, agredir idéias, abstrações, princípios filosóficos, coisas intangíveis, dotadas de impassibilidade, seria perder tempo, o crítico brasileiro procurou, primeiro, encarná-los em um homem ou num grupo de homens que fôsse suscetível de irritar-se, de reagir, e que, portanto, pudesse tornar a luta interessante e pitoresca. Êste processo é utilizado, invariàvelmente, por todos os temperamentos de combate. Entre nós mesmos, dão exemplo disso os jornalistas Carlos de Laet e José do Patrocínio, os quais nunca obtiveram êxito fora da objurgatória sensacional e sem o auxílio da sátira ou do epigrama.

Na investida contra a metafísica, foi o Brasil a primeira vítima que o autor da *História da Literatura Brasileira* ligou ao potro. Que valor podia ter êste país, diante da mentalidade européia? Desgraçado mestiço, que esmorecia à margem dos grandes rios, na sua indolência tropical, e deixava-se adormecer sob a copa dessas mesmas palmeiras que Gonçalves Dias celebrara em seus versos, embalado nos sonhos da *jurema*, o Brasil julgava-se um gigante, um portento, um nume, quando tudo estava a demonstrar que êsse sonho não era mais do que uma prostração de deliqüescente e um sintoma de idiotia. A verdade, porém, era que não conseguira ainda penetrar no cérebro dos diretores intelectuais desta terra a convicção de que não passávamos de um povo atrasado, e, para arrancarmo-nos a êsse *in pace*, parecia-lhe que nenhum outro meio havia senão o

azorrage da crítica empunhado por mão vigorosa e empregado com ira e violência.

Aí vinham os adoradores do *Grão-Caboclo*, os metafísicos, casta infame, raça perdida, bando de malfeitores, que tinham saído de uma Calábria intelectual para devastarem o pecúlio dos ingênuos, roubando a pátria e apunhalando, no transvio dos grandes caminhos, a alma dos ignorantes de tôda ciência. Sílvio Romero foi inexorável com essa gente depravada, e, propinando-lhe a pior das triagas, lançou-lhe o *raca* truculento de que se servia a escola positivista qando queria fulminar algum adversário.

É célebre a cena que o crítico provocou quando pela primeira vez encontrou-se em *tête-à-tête* com a ciência oficial. Defendia êle teses para obter o grau de doutor em ciências jurídicas e sociais perante a congregação da Faculdade do Recife. Fôra incumbido de cortar-lhe as asas, no vôo temeroso, o Dr. Antônio Coelho Rodrigues, ex-senador federal e então uma das mais recentes e fogosas ilustrações daquela corporação. A argüição tinha começado sob os auspícios das doutrinas filosóficas de Cousin; e os lentes, de Charma em punho, buscavam amordaçar o doutorando com argumentos fariscados em B. Constant, Oudot, Taparelli, Troplong, Bergier, Ortolan e *tutti quanti*. O argüido ouviu as primeiras objeções; não tardou, porém, em inflamar-se, e, estranhando que professôres ilustrados se ocupassem ainda com as célebres distinções entre o direito e a moral, ergueu-se, por último, escudado nas grandes autoridades do século, e apostrofou os seus argüentes, classificando-os de ineptos e ignorantes. Às apóstrofes responderam os Cujácios do Recife com o sorriso catedrático de quem apanha o mau estudante em flagrante delito de ignorância da postila exata, correta e aceita pela unânime aclamação da rotina. Não se imagina a indignação que se levantou no espírito daquele que já ousara criticar os melhores poetas e escritores do Brasil. No decurso da discussão, que se travara mais acesa com o ilustre romanista acima citado, surgiu, incidentemente, a frase: "a metafísica morreu". Não é aqui ocasião de estabelecer confronto entre os dois contendores. Todavia, direi que o Dr. Coelho Rodrigues pertence à classe dos literatos cujo gôzo primacial consiste em sentir-se sempre em desacôrdo com o presente, defendendo as usanças do passado. Em França, o Dr. Coelho Rodrigues, com um pouco mais de imaginação, seria um outro Barbey d'Aurevilly, e teria escrito, em vez do *Manual do Súdito Fiel*, uma biografia *à la diable* do regente Feijó, ou realizado conferências sôbre as primazias de Amador Bueno e Anhangüera, em lugar de * ocupar-se com a apologia de pai João e mãe Maria, os bons prêtos velhos *du temps jadis*.

---

* Esta passagem está de acôrdo com o texto estampado na *Revista Sul-Americana*, n.º 15, de 15-8-1889.

Tendo, porém, a sorte determinado que a sua atividade intelectual se exercitasse sôbre as Pandectas e as Ordenações do Reino, depois de um longo tirocínio na aula régia em que se retalhavam as carnes das nádegas das crianças para introduzir com sangue as primeiras letras da arte latina do Padre Pereira, sucedeu ao ilustre romanista o que sucede a todos aquêles que se habituam a gracejar através dos satíricos latinos. Para responder ao Dr. Sílvio Romero, foi pedir a Horácio um dos seus dísticos, e aos reinícolas, o grotesco filipino. [2]

— Declarou-me o doutorando, acrescentou êle então, que a metafísica morreu. Quem a matou? Dar-se-á o caso que fôsse o senhor?

A pergunta pedia uma réplica de espírito; e os textos caricatos do livro 5.º das Ordenações do Reino teriam fornecido mais de um mote para ser vantajosamente glosado pelo argüido. O polemista, porém, perdeu a calma e, levantando-se cheio de uma ira holoférnica, passou a invectivar nos têrmos mais acrimoniosos tôda a corporação docente. Não fôra êle quem assassinara a idéia caduca, mas Comte, Darwin, Spencer, Haeckel, Stuart Mill, Littré, Taine, Buckle e todo o estado-maior do positivismo, tanto ortodoxo como heterodoxo. Esta explosão de desrespeito universitário deu lugar à interrupção do ato e a um processo que se tornou célebre. Sílvio Romero, contudo, não fazia senão manter as proposições que anteriormente (1873) avançara, em dissertação apresentada na aula do 5.º ano daquela faculdade, respondendo à seguinte tese: "Se a economia política tem todos os caracteres da ciência e a que ramo científico pertence."

> A Faculdade Livre de Direito do Recife, — dizia êle nesse trabalho, — tem o privilégio do estacionamento. Há cinqüenta anos agita-se o mundo científico por fora, e ainda ali não se ouviram os ruídos de tantas pugnas. Há cinqüenta anos a sua congregação togada vai recebendo, como religiosa herança, o mesmo punhado de princípios, vertidos nas mesmas fórmulas *programáticas*. Quem intentasse escrever a história daquele instituto da ciência, achar-se-ia, de pronto, diante do fato anômalo de um corpo docente que repete as mesmas noções, repisa as mesmas idéias, declama as mesmas decrepitudes e, ao todo, ordena as mesmas *dissertações*, no vasto período de meio século! São, estas últimas, uma série limitada de teses caducas, que se hão guardado santamente, para o zêlo dos estudantes e o *tormento* dos doutorandos. Sempre idênticas no fundo, são alteradas na forma, segundo as preocupações estilísticas de seus autores.[3]

---

[2] A um velho desembargador ouvi ainda dizer que numa aula régia por êle freqüentada, encontrara a tradição de um banco a que os meninos davam o nome de *cascudo*, em razão de já estar prêto de sangue escorrido das nádegas dos meninos ali surrados.

O professor que ensinava na dita aula tinha acabado com êsse costume bárbaro; entretanto, na época de que se trata, nem todos os pedagogos dispensavam a prática do preceito: *literae sine sanguine non intrant*.

[3] Sílvio Romero. *Estudos de Literatura Contemporânea*. Rio de Janeiro 1885, p. 5.

Passando, pois, aos seus mestres o diploma de incompetentes, e tachando-os de "espíritos, largamente impregnados do almíscar seminarístico", Sílvio Romero prescindiu do capelo de doutor e, com o seu título de simples bacharel, penetrou na vida real.

Durante essa fase de erupção, nada, porém, parece tê-lo caracterizado melhor do que os artigos que publicou, em 1873, sôbre o romantismo no Brasil, e que formam, hoje, o texto do livro intitulado a *Literatura Brasileira e a Crítica Moderna* (1880). O espírito que transpirava dêsses artigos foi tido como truculentíssimo e abstruso, tal era, com efeito, a ignorância dos leitores relativamente aos progressos realizados pela crítica filosófica em diversos departamentos da literatura e das artes.

Dois nomes avultavam, então, na literatura nacional, um já quase em declínio, outro, porém, no apogeu de sua fôrça. Êstes nomes eram os dos romancistas Joaquim Manuel de Macedo e José de Alencar. Tamanha glória, em pleno desacôrdo com o estado das questões literários que se agitavam na culta Europa, mal podia ser sofrida pelo gênio irritadiço do crítico sergipano. O *pieguismo* de Macedo e o *indianismo* de José de Alencar se lhe afiguravam as maiores calamidades que podiam desabar sôbre êste infeliz Brasil.

"Velharia romântica", "sofisticaria indigna", "degradação", "mentira", "magicatura", "maus instintos", "decrepitude", — eis o que significavam, não só estas duas manifestações beletrísticas do momento, mas também as suas correlativas nas ciências, na política e nas artes. E tôdas essas misérias se davam no tempo "em que Humboldt escrevera o *Kosmos*, Darwin, a *Origem das Espécies*, Haeckel, a *História da Criação*, Ranke, Mommsen, Sybel e outros, suas obras históricas, Virchow, a *Filosofia*, e Hartmann, a *Filosofia do Inconsciente*".[4] Não havia motivo, portanto, para hesitações. Era preciso demolir aquêles monólitos literários ou relegá-los para os museus de antiguidades antropológicas. Mas como? Com o ridículo, arma de que Sílvio Romero não dispunha, para fazer obra igual à de Cervantes? O seu temperamento indicou-lhe o caminho. Atacou sem piedade.

A maioria do país deliciava-se nas obras do autor de *Iracema*. Aquêles idílios selvagens ou semicivilizados, o aveludado daquele estilo sedutor e traiçoeiro eram a coqueluche * da mocidade. A maioria resistia. Razão de sobra para que o crítico reduplicasse os seus ferocíssimos intuitos de demolição.

— Recalcitram! Pois bem, agredirei agora os deuses e os seus

---

[4] Sílvio Romero. *Estudos de Literatura Contemporânea*. Rio de Janeiro, 1880, p. 86.

* No original estava no masculino.

exércitos sagrados. Entre inimigos, nunca se devem reconhecer qualidades de exceção. Tudo é ruim!

E, ato contínuo, passando em rápida revista todos os monumentos da história literária brasileira, começou a espalhar ao vento as fôlhas dos romances de *balaio* [5] do autor da *Moreninha* e a espicaçar a *moleza* do caboclo do *Guarani* e a *facilidade* da indecisa heroína do poema *Iracema*.

> Não se podem, — exclamava o crítico, — nem se devem fazer grandes despesas de considerações com vultos dêsse quilate. Seria completa bancarrota para prender um pensamento que não existe... Eu quisera penetrar, quanto pudesse, no âmago da sociedade brasileira, quanto pudesse, no segrêdo de espíritos como o do Dr. Macedo, — e dar a razão primeira e final de livros como o *Môço Loiro* e as *Vítimas Algôzes*. Uma consideração, que é uma lei, veda-mo. É que aquêles espíritos não são originais, como não o é o presente período da existência nacional. O Brasil vai vivendo uma vida de combinação sem critério, de contrafações sem alcance, que lhe podem ser muito fatais... Os dois romancistas são dois personagens sem significação viva e profunda. Terão de representar, ao que parece, um papel quase todo negativo na história literária, qualquer que possa ter sido a sua importância no mundo oficial... O drama, quando é tecido por mãos semelhantes, é quase nulo. *Mãe* e *Lusbela*, por exemplo, estão abaixo de medíocres.

E acrescentava:

> É triste que, quando o romance francês personificou-se em obras sérias pelos largos visos de veracidade, como a *Comédia Humana*; eloqüentes pelas fundas peripécias do problema social, como os *Miseráveis*; mimosos pela magia de um estilo límpido, como *Lélia*; — é triste que haja vestido os andrajos do pobretão para coxear no *Guarani* e tombar, morrinhento, no *Môço Loiro*. É que não foram aquêles mestres que no-lo ensinaram. Não foram Balzac, Hugo ou Sand que nos mostraram as maravilhas do gênero, e, sim, as baixas mediocridades do Segundo Império. [6]

## V

Para que se possa formar idéia de tôda a extensão da cólera literária de Sílvio Romero, durante a primeira fase de sua carreira como polemista, basta dizer que não houve manifestação de atividade intelectual que êle não denegrisse, nos artigos que escreveu entre os dezoito e vinte e cinco anos de idade.

Usando de uma frase lamentável de Paulo Luís Courier, dizia o crítico que o Brasil chegava também a ser *le plus valet des peuples*. Como é natural que suponhamos, esta acerba ironia vinha-lhe aos

---

[5] Ob. cit., p. 132.
[6] Ob. cit., p. 130.

lábios inconscientemente. Era o resultado do contraste súbito das novas idéias com a pacatez do pensamento nacional. A Sílvio Romero, criança ainda, sucedera o mesmo que, segundo Taine afirma, deu-se, na França, em 1793, — uma verdadeira intoxicação filosófica. Justiça, porém, lhe seja feita. Esta intoxicação devia ter sua utilidade. Sílvio Romero agitou o nosso meio intelectual; e êsse fato, só por si constitui um motivo de reverência, desde que se atenda a que a reflexão, nos trópicos, é tardia, e as transformações filosóficas, difíceis, enquanto não tocadas por um sôpro sentimental. A demagogia literária do crítico sergipano, portanto, tinha todo cabimento, o que não quer dizer que a renovação não se pudesse realizar com mais vigor e comedimento e menos injustiças.

Transportando-se para o Rio de Janeiro, o futuro autor da *História da Literatura Brasileira* não podia, com o temperamento que possuía, escapar a uma preocupação, que devia agravar o estado irritadiço de seu espírito. Êle julgava-se destinado a uma missão e, como conseqüência natural, sentia-se ameaçado por uma resistência formidável.

Em 1870, êle e um comprovinciano de grande talento, o Dr. Tobias Barreto de Meneses, haviam encetado, no Recife, o trabalho de renovação filosófica e literária do Brasil, sem audiência dos próceres da capital do então império. Essa audácia não podia deixar de ser capitulada como um crime imperdoável. Sílvio Romero não esperou que os sábios do Rio de Janeiro o acusassem ou o contestassem; deu o fato como consumado, e, ao próprio silêncio que se mantinha no Sul, relativamente àquele notável esfôrço de reformista, êle batizou com os nomes mais ofensivos que o vocabulário da polêmica pode oferecer.

Invadindo o Rio de Janeiro e atirando à publicidade o seu livro *A Filosofia no Brasil*, nenhum pensamento sobrelevava, no crítico, ao que nascia do seu orgulho e da convicção em que se achava de que ninguém dispunha, nesta capital, de instrução suficiente para resistir aos aparelhos científicos dos quais era portador. Na sua opinião, a ignorância, no primeiro centro do Brasil, era tal, em 1876, que bastaria o toque das trombetas do positivismo para que os muros dessa nova Jericó caíssem de uma vez por terra.

A impressão que o livro acima indicado produziu no Rio de Janeiro não deve ser avaliada senão pelos despeitos daqueles merecimentos que, nesse panfleto filosófico, eram negados. Com efeito, Sílvio Romero não pôs outro cuidado, nesse trabalho violento, senão em mostrar a ignorância do Sul, relativamente ao Norte. Era indispensável fazer, com os próceres da capital, o mesmo que fizera, na sua defesa da tese, com o Dr. Coelho Rodrigues: chamou-os de retrógados, atrasados. "A metafísica morrera, e, no entanto, êles ainda sorriam diante do seu cadáver".

Fôsse por que motivo fôsse, Sílvio Romero sustentava que, no Rio de Janeiro, não havia um só homem que pudesse competir, em estatura intelectual, com o Dr. Tobias Barreto. Como é fácil imaginar, aquêles que mais de perto eram ameaçados de expropriação nos seus títulos de benemerência literária criaram logo um apôdo espirituoso para deprimir as pretensões que o livro denunciava. Disse-se que Sílvio Romero era o corifeu de uma escola sem discípulos, à qual se deu o nome de *teuto-sergipana,* e não houve despropósito que se lhe não atribuísse.

O que é certo, porém, é que o livro a que me refiro, postos de parte os entusiasmos de môço e o espírito de agressibilidade instintiva do autor, constitui um dos capítulos mais vibrantes da nossa história literária, e, seguramente por esta última razão, foi que êle se tornou tão ofensivo. Pode-se afirmar que o panfleto filosófico foi escrito no intuito exclusivo de provar que, se no Brasil existia algum comêço de cultura, não era isto devido senão a um outro provinciano, que não tivera a *ventura* de sepultar-se na esterilidade dos corrilhos científicos e literários do Rio de Janeiro.

Sílvio Romero passa em revista, na sua obra, todos os trabalhos de brasileiros, sôbre filosofia, até então publicados. A filosofia oficial, não levando em conta o Dr. Soriano de Sousa, carunchoso sectário do tomismo, e o obscuro e estapafúrdio Padre Patrício Muniz, era representada pelo pregador Frei Francisco de Mont'Alverne e pelo Dr. Domingos José Gonçalves de Magalhães, autores, o primeiro, de um compêndio de filosofia, e o segundo, da obra intitulada *Fatos do Espírito Humano.*

É visível a influência do livro de Taine, *Filósofos Franceses do Século XIX,* nesses estudos de Sílvio Romero. A mesma preocupação de matar o pensador pelo ridículo.

O crítico começa por assinalar que o "digno franciscano" publicara o seu compêndio no mesmo ano em que Darwin dava à luz a *Origem das Espécies;* e que, não obstante já terem Kant, Hegel, Schopenhauer, Hamilton, Comte e Romagnosi "revirado o terreno das velhas idéias em todos os sentidos", Mont'Alverne continuava a ter os olhos da alma tão cegos como os do corpo. A sua reles filosofia não passava de um condillacismo subalterno "por via de seus mais ínfimos sectários: Genuense e Ponelle".[7] O que se segue no livro é uma verdadeira vaia impiedosa passada no pregador brasileiro, nesse mesmo pregador cego, que dera a José de Alencar assunto para um dos seus mais belos folhetins. É inútil repetir a crítica que se poderia fazer a um frade eloqüente, orgulhoso e cheio da história da filosofia de Cousin; para mostrá-lo, porém, não havia

[7] Sílvio Romero. *A Filosofia no Brasil.* Rio de Janeiro, 1878, pp. 4 e 5.

necessidade de humilhar tão afrontosamente a memória dêsse pobre franciscano, "que mal tinha saído do período fetíchico" e que ingênuamente lastimava "não conhecer a realidade em si, *das Ding an sich,* segundo a expressão de Kant".

Quanto ao poeta Magalhães, não são menos agressivas as suas observações. Em má hora metera-se o autor da ode a Napoleão a escrever sôbre questões de filosofia. Sílvio Romero não lhe perdoava essa temeridade, nem admitia que, pelo fato simplesmente de se ter ouvido Jouffroy em Paris, se julgasse um indivíduo habilitado a deitar sabença filosófica. Na sua opinião, Magalhães não era senão um discípulo de Mont'Alverne.

> Escritor vulgar, sem elevação de idéias, sem firmeza de doutrina, sem firmeza de análise, sem habilidade na forma, gira num círculo de raio tão curto, a ponto de não ter enxergado os grandes astros que hão ilustrado o nosso século.[8]

*Rev. Bras.*, 9/98

O poeta Magalhães propusera-se desenvolver uma *nova* teoria da sensibilidade. É para ler-se a página do livro em que Sílvio Romero faz a crítica dessa ridícula tentativa.

> Os novos achados do nosso autor, — diz o crítico, — são muito interessantes. Consistem nisto: êle é um duodinamista, como tantos outros: admite duas entidades imateriais no homem, a *alma,* com o pensamento e a vontade, e a *fôrça vital,* que se encarrega da vida e a que êle atribui a faculdade de sentir.

E a êste trecho segue-se uma surriada, em que, mostrando que Ahrens já havia dito a mesma coisa, Sílvio Romero só não dá bôlos de palmatória no filósofo porque materialmente não o pode fazer, mas procede ao exame da obra como se fôra prova de examinando, e, no fim, declara-o reprovado, e reprovado por não conhecer os compêndios modernos de filosofia. Em suma, na opinião do crítico, o filósofo dos *Fatos do Espírito Humano* pouco ou nada adiantava dos que tinham estudado êsse preparatório por Charma e pelo *Memento,* ou *Capadinho,* do Dr. Herculano Bandeira, lente dessa disciplina, em 1865, no Colégio das Artes do Recife.

Ponhamos de parte as diatribes particulares contidas na obra e vejamos a sua alma, isto é, o espírito que a ditou.

O fim principal do livro foi apresentar o Dr. Tobias Barreto como o fundador da filosofia no Brasil. Para chegar a êste resultado, Sílvio Romero não hesitou em diminuir, tanto quanto estava em suas

---

[8] Ob. cit., p. 23.

fôrças, o prestígio de alguns brasileiros que, antes daquele ilustre sergipano, ou quase na mesma época (1868-1874), tinham abordado a filosofia positiva. São êstes brasileiros o Dr. Luís Pereira Barreto, autor das *Três Filosofias* (1874), o Visconde do Rio Grande, que, em 1875, publicara o *Fim da Criação ou A Natureza Interpretada pelo Senso Comum,* e o Dr. Domingos Guedes Cabral, médico distinto, que escolhera para assunto da tese inaugural *As Funções do Cérebro* (1876).

O primeiro é um "comtista ferrenho, que, com o mestre, quer até reformar o calendário". [9]

Neste momento, que é precioso para o crítico, Sílvio Romero julga necessário declarar que o positivismo é um sistema fecundo, como muitos outros que tem havido; mas êle não se submete a êsse sistema, nem o considera o último avanço do espírito, antes, já vê êsse grande edifício pelas costas. Outrora sectário de Littré, teve a felicidade de encontrar-se logo com Haeckel, Büchner, Vogt, Moleschott, Huxley e outros, que deram-lhe as verdadeiras proporções dos problemas filosóficos. Sílvio Romero faz alarde, então, da sua despreocupação filosófica, e é neste ponto de vista, isto é, de uma espécie de ecletismo naturalista, que êle se propõe mostrar a inópia, não só do Dr. Pereira Barreto, entrincheirado no seu exclusivismo comtista, como do Barão do Rio Grande * e do Dr. Guedes Cabral, esterilizados na mania darwinista.

Passemos por cima da crítica a que Sílvio Romero submeteu, naquela época (1878), o positivismo de Comte, ao qual, em última análise, êle reconhece o "grande mérito de haver abraçado e ajudado a desenvolver e a propagar os quatro princípios fundamentais do monismo contemporâneo: a relatividade, a imanência, a evolução e a unidade dos Sêres". Embora, nesse tempo, o crítico sergipano não houvesse, [10] como o fêz depois e se verá adiante, declarado guerra à lei dos três estados, já tinha, entretanto, como é fácil de prever pelas suas relações amistosas com Huxley e Spencer, descoberto dois erros capitais da doutrina comtista, "duas falsas apreciações, que importam, ao mesmo tempo, duas graves injustiças: o considerar o espírito crítico como um dado da metafísica e o perdurar em tachar o materialismo de errôneo e igualmente pertencente a esta fase anterior". [11] Ora, tocar nestes pontos, era mesmo que ferir o positivismo no coração, pois que todos sabem que A. Comte não poupava cóleras contra o espírito de Martinho Lutero, contra o livre exame,

---

[9] Ob. cit., p. 67.

* Aqui, como, uma vez mais, adiante, o autor se equivoca, escrevendo Barão do Rio Grande em vez de Visconde.

[10] Cf ob. cit., pp. 69 e 88.

[11] Ob. cit., p. 73.

os seus mais atrozes inimigos. É curioso que Sílvio Romero, o mesmo homem que, em 1870, escorchara intolerantemente o Professor Coelho Rodrigues como metafísico, fôsse o próprio a se encarregar, em 1876, da defesa de filósofos que a ortodoxia do mestre averbava de suspeitos à verdadeira ciência.

Sílvio Romero necessitava de quem viesse assumir, no Brasil, a responsabilidade de tais heresias. Apareceu o Dr. Pereira Barreto; o crítico estava nos seus gerais; atacou-o sem piedade.

> Não deixa de causar certa impressão fortemente cômica, — dizia êle, — ver um epígono, como o Dr. Luís Pereira Barreto, chamar a homens como Darwin, Haeckel, Moleschott... os mestres da ciência européia, de metafísicos.

E ei-lo a demolir o sectário que pretendia ser mais católico do que o papa e transformava o espírito político-religioso do mestre em reles logomaquia de sacristão metido a teólogo.

Em última análise: para Sílvio Romero, êsse médico filósofo de Jacareí não passava, então, de um compilador, diletante exagerado sempre, e infiel *quand même*, o qual, na sua fúria de seide maometano, não trepidaria em queimar todos os livros de físicas e química, convencido de que a matéria em si não era cognoscível.

> O nosso autor, — acrescenta o crítico, — devia ser um pouco mais ponderado e indagar do estado atual das questões, para não se expor tão fàcilmente.[12]

E termina alcunhando-o de obcecado, intratável, fanático, digno do riso de Molière, e de cujos esconjuros êle fazia tanto caso como o Dr. Coelho Rodrigues fizera das suas apóstrofes, em 1870.

Uma coisa, porém, deve ficar assinalada aqui, e é que o crítico, naquele tempo, realizava essas correrias no mundo filosófico tirando pólvora dos arsenais do materialismo científico. Convém, outrossim, registrar, para futuros confrontos, as seguintes palavras de Sílvio Romero:

> Não me anima o mais leve sentimento de oposição ao velho sistema que em outros tempos professei. Por amor da verdade, fui levado a abandoná-lo; vejo, porém, que, deixados certos prejuízos, êle é a verdadeira filosofia. Suas leis da História são imorredouras. O que lhe cumpre é alijar-se da má bagagem que o desvirtua, e não contrariar a marcha do pensamento contemporâneo, de que foi um dos mais poderosos instituidores.[13]

Outro ponto que não posso deixar que passe despercebido é a veracidade com que o crítico, apesar da opinião formulada anterior-

---

[12] Ob. cit., pp. 74 e 79.
[13] Ob. cit., p. 86.

mente, aplaude o Dr. Pereira Barreto, apenas êste começa, na sua obra, a atacar os homens e as coisas do Brasil, fazendo aplicação do critério da nova filosofia à nossa história política. O polemista encontra um colega e enche-se de simpatias pela frase crua do filósofo de Jacareí, entanto que êste se propõe jugular os partidos nacionais, julgando o país "envolto em sombras e digno do estigma teológico de Jó: *Et circumdebit eum Deus tenebris*".

A sabatina continua quase no mesmo tom com os outros dois filósofos.

Encurtemos estas considerações, porque há pressa em passar ao Dr. Tobias Barreto, assunto obrigado e incandescente de tôda a polêmica do futuro autor da *História da Literatura Brasileira*, durante o período a que estou me referindo.

O Barão do Rio Grande, não obstante ser franco sectário do darwinismo e de elucidar muitos pontos obscuros da geologia brasileira, com método e grande clareza, e ser o seu livro um dos mais notáveis publicados no país, não passaria também de um diletante; faltava-lhe a envergadura do verdadeiro sábio e o conhecimento dos trabalhos de Van Broech, de Tschermak, de Vézian, de Schimper, de A. Gautier e de outros que, por aquela época, estudavam a mesma questão. A sua teoria do crescimento da Terra, com vida própria e *sui generis*, já havia sido exposta por Menier e Delbou. * O alemão Hartmann proclamara, por êste tempo, na *Filosofia do Inconsciente*, que tôda a matéria existente é dotada de vida, sensibilidade e inteligência. Que lhe restava, então? De um lado, uma tautologia filosófica, a de dar um fim à Terra, — o crescer, que, a meu ver, é tão boa tautologia como dizer que o fim do planêta é resfriar ou condensar-se; de outro, a insólita pretensão de negar a teoria de Laplace, que o crítico julga inatacável, em vista da "insigne harmonia que reina entre ela e as leis gerais astronômicas formuladas por Kepler e Newton, o sistema universal do *éter*, de Fresnel e Boucheporn, a doutrina geológica evolucional, de Lyell, o sistema genealógico, de Lamarck, a teoria da seleção, de Darwin e Haeckel, as vistas positivas, de Comte e Spencer, e a teoria evolucionista". [14]

## VI

Vejamos agora o que, em 1876, o Dr. Sílvio Romero pensava de Tobias Barreto, cuja obra limitava-se então aos *Ensaios e Estudos de Filosofia e Crítica* e a alguns artigos publicados em alemão.

---

* Alguns dêstes nomes citados não puderam ser identificados. Van Broech será o viajante flamengo Pedro Van der Broecke (1575-1641), que viajou pela América? Menier será o geólogo francês Etienne — Stanilas Meunier?

[14] Ob. cit., p. 111.

Ao Dr. Guedes Cabral, não concede outro merecimento além de certa audácia em reproduzir idéias correntes na Europa, mas que ainda escandalizavam a ciência carunchosa das Academias. A obra *Funções do Cérebro* é um resumo de Büchner, Moleschott, Taine e Bain.

Antes de tudo, o filósofo sergipano era um desconhecido e um odiado, e, na opinião do crítico, assim sucedia porque êle constituía uma forte indidualidade.

> Havia 14 anos que o jornalismo tinha-o em seu seio, sempre ruvinhoso e elevado, sempre descontente e original.[15]

O resto do país, em matéria de ciência, — um bando de cretinos.

> O Dr. Tobias é, entre nós, o mais completo tipo de escritor provinciano independente. Nunca fêz *romarias literárias* à capital do império ![16] É sabido quanto pesa esta lacuna. Não ter escrito para o *Jornal do Comércio* ou para o *Diário do Rio*, não ter já sido visto por alguns conselheiros e dado o braço ao Sr. Alencar... oh! isto é uma falta imperdoável ! Mas o castigo vem logo; nas classificações de poetas e prosaístas, de literatos e oradores, que na tal *Côrte* se fazem como os *alistamentos* para o serviço militar, o nome do digno filósofo não aparece nunca !

Sílvio Romero não perdoa êsse atentado cometido contra a província. O contacto do Rio de Janeiro, êle o considera pernicioso e declara, em alto e bom som, que nada devem os talentos do Norte a esta "grande *ladra* que se chama *Côrte*". O Dr. Tobias Barreto era o homem destinado a dar um ensino a essa gente; só êle podia suspender êsse jugo vergonhoso, mudando o curso das idéias; só êle tinha envergadura para convocar o *jovem Brasil*, à maneira da *jovem Alemanha* e da *jovem Inglaterra*, e encetar a campanha da regeneração. A metrópole estava falida; era preciso dar o alarma contra alguma coisa em *ismo*, que se denominaria *macedismo e alencarismo*, "do nome dos dois corifeus que mais haviam contribuído para o estrago fluminense".[17]

Aqui começa a apologia do mestre, cuja biografia o crítico desenrola, tornando saliente a sua origem humilde e as dificuldades que superou para surgir no mundo das letras e da ciência. É curioso ver como Tobias sofreu, nos primeiros anos de sua existência, a influência inculta do meio. Sergipe era "a pátria da modinha, com seus versos langues e a sua música lasciva, o retiro dos mestres

[15] Ob. cit., p. 138.

[16] Alusão a uma visita de Castro Alves a José de Alencar, da qual resultou uma carta célebre a M. de Assis, apresentando o novel poeta ao mestre da crítica do tempo.

[17] Ob. cit., pp. 140 e 141.

régios e dos professôres de latim". [18] O futuro filósofo teve, portanto, de ser um autodidata. O talento desenvolveu-se-lhe fulminante, segundo diz o biógrafo, de sorte que aos 17 anos, nêle já havia um latinista, um componista e um poeta ousado, embora meio selvagem (1855-1862), ignorando tudo quanto até essa época lia-se de Lamartine e Byron. Sílvio Romero refere como, em 1860, o poeta sergipano, estando, no Seminário da Bahia, para tomar ordens, foi obrigado a sair dêsse retiro religioso por haver, alta noite, no dormitório, puxado de um violão e soltado a voz numa modinha, e como depois fugiu para o Recife, onde se formou em direito e fundou uma escola poética, que posteriormente o Sr. Capistrano de Abreu batizou de "condoreira". O autor destas linhas assistiu a esta fase de desenvolvimento do talento do autor dos *Dias e Noites* e pode atestar que, com efeito, entre 1865 e 1870, não houve, na Academia do Recife, individualidade que produzisse maior ruído, nem mesmo a de Varela, que por lá apareceu por êsse tempo, levando do Sul um nome cheio de mistérios, acompanhado de prestígio semelhante ao de Álvares de Azevedo. Todavia, descrevendo a luta que então se travou entre Tobias Barreto e Castro Alves, o crítico exagera a característica sentimental do gênio do primeiro, que, em substância, como poeta, não passava de um épico de sacadas, e cujo lirismo ressentia-se da incurável lubricidade da raça a que pertencia.

Só depois da formatura foi que êsse ilustre sergipano dedicou-se à literatura histórica, à alta crítica e à ciência jurídica; e é dêste esfôrço, e dos trabalhos do mesmo resultantes, que Sílvio Romero, no seu rancor contra a "ladra da Côrte", procurou tirar suas armas de ataque.

Se é verdade que Tobias Barreto deve a Sílvio Romero a reputação de que hoje goza, não é menos exato que êste tem havido, daquele seu amigo, pretexto para os seus melhores dias de glórias. Não direi que o autor dos *Dias e Noites* representasse o papel de gato morto atirado à cara da Messalina fluminense; mas penso que o antigo mestre de latim serviu-lhe de magnífica funda para arrojar pedras aos gigantes da Rua do Ouvidor. Cada qual tem o direito de usar dos processos que lhe são mais fáceis. Neste particular, Sílvio Romero foi um artista.

## VII

*Rev. Bras.*, 10/98

A alma do mestre posteriormente forçou com êle as portas do antigo colégio de Pedro II.

Em 1878, Tobias Barreto, não obstante, era, para Sílvio Romero, um estilista movimentado, germanizante de primeira grandeza, "como

---

[18] *A Filosofia no Brasil*, p. 142.

poeta e prosador, completo fragmentista". [19] Ninguém abusou mais da eloqüência; entretanto, o seu primeiro ato de energia consistiu *em pôr o dedo em cima do aleijão que nos deturpa.* Êsse aleijão era a *bacharelice.* Semelhante guerra aos bacharéis, burros ou charlatães, constituiu uma das alavancas de que se serviram os dois sergipanos para abrirem caminho à fama. Não serei eu, bacharel também, que vá defender a classe que deu tantos juízes municipais, para lutarem, com os bacamartes dos jagunços e dos mandões do sertão, em benefício da civilização. É bom, porém, que fique assinalado nesta página o desapêgo da carta dos dois polemistas, aliás incoerentes, porquanto não renunciaram às vantagens que lhes advinham do miserável pergaminho.

Tobias Barreto, porém, não perdeu por isto. Do depoimento de Sílvio Romero, resulta, — pelo menos é esta a minha impressão, — resulta que êle não era um refletido, e que a filosofia moderna, ou melhor, alemã, entrara mais na imaginação do que na razão dêsse homem impetuoso. Tobias Barreto, impulsivo em tudo, filosofava por explosões, com grande estrépito, aplicando o paradoxo a cada instante e usando hàbilmente dos aparelhos escolásticos. — "*Distinguo, nego;* ora, os fatos históricos e os grandes dizem isto, *ergo,* você é um atrasado, e etc., etc." É singular o ataque à ciência psicológica, ilusória ciência que, no seu parecer, consagrando um sem-número de erros em suposto conhecimento do homem, "arroga-se o poder de surpreendê-lo no retiro de sua consciência, a fim de assistir a tôdas as evoluções genésicas do crime".

São dêle ainda estas palavras:

> É desta arte que o direito penal decompõe o ato criminoso em elementos sucessivos, partindo da intenção. Manejando os chamados princípios psicológicos, julga ter penetrado na essência da criminalidade. Inúmeras são, talvez, as vítimas caídas sob tão fátua pretensão dos legisladores e filósofos. Se há uma razão para explicar por que os cálculos humanos tanto falham, no que interessa às relações sociais, é que as almas nunca chegam a conhecer-se mùtuamente e a psicologia não descobre uma só das leis que determinam a formação do indivíduo. Não canso de repeti-lo: a ciência do *eu* implica contradição. Abstraído da pessoa e do caráter que a constitui, o eu — é coisa nenhuma; nada significa. Mas onde estão as induções científicas, feitas de modo que possam garantir nossos juízos sôbre a marcha normal da personalidade alheia? Eu disse alheia, e pudera também dizer própria. Todos sabemos, por experiência, que, as mais das vêzes, o que nos desarranja e nos perturba, no curso ordinário da vida, é a ignorância de nós mesmos, da fôrça de nossas paixões ou da fraqueza da nossa vontade. Não sei qual seja o psicólogo capaz de medir com o olhar da reflexão tôda a extensão de seu ser. Não sei quem foi que desceu ao fundo do abismo e voltou trazendo na bôca a palavra enigma. E já lá vão centenas sôbre centenas de anos, depois que a ciência da alma trata

---

[19] Ob. cit., p. 147.

de constituir-se e organizar-se! Não obstante, é, ainda hoje, insuficiente para fornecer ao homem uma noção menos ambígua de si mesmo. Tais são, por certo, as minhas convicções, que me parecem baseadas nos fatos. Contudo isso, é aqui o momento de advertir que não rejeito absolutamente os trabalhos de observação subjetiva. Julgo aplicável à psicologia o que disse da economia política um jurista francês: ela não é uma ciência, mas apenas um estudo; e eu acrescentaria: um entretenimento. Não contesto se possa adquirir, por êste meio, noções mais claras do papel e do jôgo mútuo das nossas faculdades. Êsse exame de *consciência*, a que se entregam os psicólogos professos, sem ser de utilidade geral, encerra, talvez, algumas vantagens pessoais. Pelo menos, o hábito da reflexão é um obstáculo sério aos ímpetos apaixonados. Os místicos servem de exemplos. Não se leva a refletir contìnuamente sôbre a alma e sua natureza sem acabar por cair-se em uma espécie de indolência e torpor, que neutraliza as sugestões sensíveis. Eu duvido que um pensador ao jeito de Jouffroy, tenha tempo e disposição para engolfar-se em qualquer doce corrente do mundo visível. Sem ironia, apresso-me em declará-lo: o espetáculo de um homem que empalidece de viver sempre atufado no antro escuro de seu próprio pensamento, respirando apenas por minutos o grande ar da vida comum, tem, decerto, alguma coisa de tocante. Não é uma vocação que me pareça invejável, é um nobre esfôrço, que se pode admirar, juntando à admiração sincera pena de não vê-lo empregado em matéria de mor proveito.[20]

Inimigo da psicologia como ciência, Tobias Barreto escreveu o ensaio *A Ciência da Alma, Ainda e Sempre Contestada*. Sílvio Romero eleva êsse trabalho à altura duma revelação para o Brasil, não obstante dar-lhe o nome de *reator* e achar que, em sua crítica, o filósofo ia além do alvo, máxime quando manifestava desprêzo por Descartes. Isto, porém, estava na índole do mestiço que escandalizara os padres do Seminário da Bahia, despertando-os de seu sono beatífico com os uivos do cantador de modinhas do sertão. E, daquele trabalho por diante, Sílvio Romero, em seu livro de crítica, não faz senão acolitar o pessimismo desbragado do conterrâneo. É assim que êle não tem palavras bastante fortes para exalçar o valor da diatribe de Tobias que se intitula *Uma Excursão de Diletante no Domínio da Ciência*, e na qual o autor aprecia o deplorável estado de nossa cultura, no que toca à filosofia e à crítica religiosa, posta muito abaixo da da Austrália e até da Índia Inglêsa. Tem graça ouvi-lo dizer que os ortodoxos do Brasil não sabiam mais do que o seu Chateaubriand e o seu Balmès, e os adiantados, a *Origem dos Cultos*, de Depuis, e as *Ruínas*, de Volney. Que país, êsse, em que os escritos de um Ganganelli, pífio voltairiano, abriam infinitos horizontes à crítica indígena, dando-lhe como critério o ponto de vista da *Dedução Cronológica*, do Padre Antônio Pereira. Ao passo que Abreu e Lima, nas *Bíblias Falsificadas*, andava pela orientação do oratoriano português, Tobias Barreto lia "Geiger, Dorner, Chwolson,

[20] Ob. cit., p. 153.

Reuss, Schérer, Michel Nicolas, além dos grandes mestres reconhecidos da crítica histórica alemã". E se bem que revelasse, nos seus estudos sôbre os judeus, uma grande simpatia pela raça semita, a cujos poemas deveu grande parte da fôrça do seu espírito poético, o autor dos *Ensaios e Estudos* não derrogava do seu entusiasmo pela ciência da Alemanha, ao mesmo tempo que confabulava com o inglês Darwin, o francês Comte, o belga Laurent, o russo Turgueniev, o americano Emerson, o dinamarquês Brandes, o italiano Morselli, nomes então completamente desconhecidos aos nacionais. O critério de Tobias Barreto, fortalecido em tais fontes de informação, não podia deixar de levá-lo a considerar Portugal e Brasil países mergulhados na mais lastimável miséria intelectual. Sílvio Romero faz-lhe, por isto, um interminável ditirambo. Alexandre Herculano, e ainda mesmo os novos da terra de Camões, com Teófilo Braga à frente, não passavam de tristes epígonos, dentre os quais o último se destacaria apenas por um atraso menor, mas ainda assim não inferior a 50 anos, prêso às fachas de Schlegel, triste compilador que estava para Buckle e Lazarus em proporção igual à de Garrett para Goethe ou Walter Scott. Um indigesto escritor, um filósofo intragável, ao qual o mestre aplicaria as palavras do pessimista judeu: *faciendi plures libros nullus est finis*. No Brasil, "idêntico espírito de sequacidade". [21].

Na opinião de Sílvio Romero, Tobias Barreto teve êste grande merecimento: o de "resumir a consciência da mendicidade do pensamento brasileiro" e acirrar em si êsse ódio à mediocridade, que logo se converteu em espírito de propaganda pelas idéias alemães. Sem receio de ser tachado de antipatriota, fêz o nosso apocalipse no *Brasilien wie es ist* e fustigou o torpor nacional impelindo-nos para a cultura européia. Nestas condições, pois, o filósofo sergipano obseda-o e converte-se, aos seus olhos de amigo e de discípulo, no representante da ciência nesta terra. O seu vulto cresce desmedidamente, e essa nobre individualidade determina a *ouverture* de uma fase de engrandecimento às letras e sentimentos enfezados dos brasileiros.

Em sociologia, Tobias Barreto não era o que se chama um republicano prático, o que não importava que fôsse um monarquista teórico. A realeza, como a Igreja, no ponto de vista darwínico alemão, eram, para êle, "órgãos rudimentares da sociedade humana, condenados a gastarem-se e, por fim, a desaparecerem". A política brasileira tinha como móvel principal a mentira, a cegueira como guia e, como fim, a deglutição. Quanto a partidos, dizia:

> Todos valem a mesma coisa. Tudo, no Brasil: Deus e o Diabo, o Papa como o Imperador, a Igreja, o teatro, a Bôlsa, a Monarquia, a República, tudo tem o seu partido... Só a liberdade não tem o seu:

[21] *Apud* ob. cit., pp. 153-154.

digo a liberdade especialmente como *sentimento de honra e de dever*, e não como *deusa* ou *fantasma* de que tão entusiàsticamente falam os nossos liberais.[22]

Eis, em resumo, o que encerra o livro *A Filosofia no Brasil*, de Sílvio Romero, livro antes de ataque do que expositivo de doutrina.

Embora diga o autor que o seu sistema filosófico reduzia-se a não ter nenhum, vê-se, todavia, que, naquele tempo, a sua orientação era a resultante de um paralelogramo das fôrças da filosofia de Comte em conflito com o transformismo de Darwin. Incontestàvelmente, o livro é vívido e encerra tôda a espontânea floração do espírito juvenil e adiantado do então jovem sergipano. O que depois o autor realizou, não seria, em essência, senão o desenvolvimento dêsse primeiro impulso, perturbado, aqui, pelos ódios, ali, pela emulação, mais adiante, pela bile constitucional do seu temperamento.

Sílvio Romero tem forcejado por construir; mas os fatos hão assegurado que êle fatalmente viverá encarcerado na sua índole de polemista.

## VIII

Antes de chegar ao Rio de Janeiro, nova Jericó que devia ruir ao som das trombetas do Josué sergipano, Sílvio Romero andou exercendo o cargo de juiz municipal em Parati.

Êste período, ao que parece, foi-lhe de proveitosa incubação: bacharel que se interessava mais pelos estudos antropológicos do que pela aplicação, a seus jurisdicionados, das leis do processo civil, leu e releu o que achou por tôda a parte e juntou os elementos com os quais compôs os três volumes do *Folclore* brasileiro, anunciados então pelo *Combate*. Não tardou a sua entrada nesta capital, e, se não me falha a memória, as suas primeiras publicações datam da aludida fôlha, em que escrevia o tribuno Lopes Trovão.

Os artigos que aí apareceram, depois editados em livro, com o título de *Crítica Parlamentar*, marcam o comêço da segunda fase da vida do polemista. O eixo da sua irritação deslocara-se do ponto de vista geral dessa nação mentalmente inferior, chamada Brasil, para o exclusivismo do Sul do país. O crítico voltou-se, cheio de simpatia, para os companheiros particulares de lutas políticas que tinham ficado em Pernambuco.

Disse anteriormente que Sílvio Romero constituíra-se o corifeu da escola chamada teuto-sergipana e mostrei como procuraram os seus adversários tirar partido dêsse aspecto provinciano do seu germanismo.

---

[22] Ob. cit., p. 179.

Essa resistência só fêz aumentar o sentimento do contraste que realmente havia entre a vida intelectual do Sul e a do Norte do Brasil. A sociedade fluminense estava organizada, inconstestàvelmente, de modo muito diferente da de Pernambuco. No Recife, por exemplo, não se viram interêsses verdadeiramente sistematizados, nem uma vida subterrânea como a que acusavam os grandes órgãos da imprensa, não só nas suas gazetilhas, mas também na enormidade da seção dos apedidos. Ali não se encontravam cépticos práticos iguais a Lafaiete, nem oradores de audácia fria e calculada, comparáveis aos cujos discursos ouvira no salão da proverbial Cadeia Velha, O que, nas margens do Capiberibe, o impressionara, fôra a indisciplina oriunda da pobreza daquelas regiões e a existência descuidosa, clara e transparente, pode-se dizer que ao relento, dos sertanejos ainda incultos, atrevidos, julgando as coisas pelo critério do simples e em face do tradicionalismo das liberdades de 1817 e 1824. Se é verdade que, com a morte de Feitosa, se havia dissolvido a paixão cultural dos manes de Nunes Machado e o entusiasmo dos praieiros, sobrava-lhe a lembrança das figuras de José Mariano e do seu *alter ego* José Maria, que reviviam o brôto dos caudilhos.[23]

Sílvio Romero pretendeu, pois, avolumar tais afoitezas; e, incorporando-as à crítica, olhou para a hierarquia entrosada aqui no Sul como para uma tartaruga enorme e misteriosa, que, à maneira da indostânica, sustentava no dorso a tôrre social.

Em 1880, Sílvio Romero[24] forçava, como já disse, as portas do antigo colégio de Pedro II, fazendo um concurso ruidoso. Há uma frase, se não me engano de Lopes Trovão, que define por miúdo o escândalo produzido na exibição das provas. Foi ainda o polemista que venceu, com aquela arrogância de que o Dr. Coelho Rodrigues recebera as primícias. A frase de Lopes Trovão foi proferida nas seguintes condições. Os argüentes eram, uns, ortodoxos, e outros, retaliantes. Para bater a uns, Sílvio Romero serviu-se da dialética como maça de combate; para espantar a outros, negou tudo, e atravessou-se com o espantalho do positivismo. Um dêsses argüentes era um médico, havia pouco tempo vitorioso em disputadíssimo concurso, arguto, sutil, epigramático nas discussões, educado na filosofia da Igreja. Não lhe dera quartel o concorrente, e maltratara a sua filosofia de maneira a quase transtorná-la, apesar de se tratar de um dos homens de mais espírito do Rio de Janeiro. Concluída a prova, e porque o médico sustentara o mundo invisível das categorias de S. Tomás de Aquino e o bacharel em direito tirara a maior parte

---

[23] O tempo se encarregou de mostrar que a ressurreição dessas formas era ilusória. A República substituiu-as ou dissolveu-as, abrindo às energias democráticas de Pernambuco horizontes bem diversos. O espírito da praia foi pintado diversamente por Joaquim Nabuco.

[24] Nomeado por decreto de 13 de março, tomou posse a 30 do mesmo mês.

dos seus argumentos da biologia, o tribuno aproximou-se do primeiro e, batendo-lhe no ombro, disse-lhe que ali tinha-se dado uma metátese, o médico passara a bacharel, e o bacharel, a discípulo de Esculápio.

Não tenho bem presente se a publicação dos artigos sôbre os parlamentares se verificou antes ou depois dêste concurso. O que sei é que, desde êste dia, o autor da *História da Literatura Brasileira* passou a ser olhado como uma fôrça. O ridículo emudeceu. Os adversários buscaram armas mais pungentes.

Não me demorarei na crítica política contida no livro mencionado. Todo o seu valor pode-se aferir pelos fatôres que o produziram: o *parti pris* da inanidade dos talentos de Lafaiete, Cotegipe, Rio Branco, Joaquim Nabuco e outros parlamentares, e o processo instaurado por Tobias Barreto ao parlamentarismo brasileiro, produto da mentira, da frouxidão, da ignorância e da mania de gritar.

## IX

*Rev. Bras.*, 11/98

O período decorrido de 1880 a 1885 foi decisivo na vida de Sílvio Romero.

Antes de ràpidamente o percorrermos, convém verificar que idéias sustentava o filósofo nesta data. É pela tese apresentada no concurso da cadeira de filosofia que se aferirá o estado dêsse espírito buliçoso. Para estabelecer essa aferição, bastaria reproduzir os dois pensamentos com que o autor da tese epigrafou o seu trabalho. São os seguintes: "As regras e fórmulas, instrumentos mecânicos do uso, ou, antes, do abuso de nossas faculdades naturais, são as cadeias que nos retêm em perpétua menoridade", de Kant. "Só existem, hoje, os ignorantes e os espíritos grosseiros para acreditar em uma liberdade pertencente a cada um dos atos do homem, em um *liberum arbitrium indifferentiae*", de Schopenhauer.

O programa da tese fôra êste: "Interpretação filosófica dos fatos históricos". Sílvio Romero informa que um dos modornos [*sic*] da comissão julgadora disse-lhe que o sentido da proposta não podia "deixar de ser a discussão dos três únicos sistemas que existem em filosofia da história, isto é, o providencialismo, o livre-arbítrio e o fatalismo". O defendente sacudiu logo a albarda e disparatou, mostrando em como havia para mais de oitenta sistemas e até uma história da filosofia da história. Quem dera essa questão estava, por certo, no ponto de vista de Sto. Agostinho e Pelágio. Antes de expor as suas idéias, Sílvio Romero deu, portanto, uma carga sôbre a "camarilha científica", chata e presunçosa, de onde tinham saído seus juízes; e como não lhe era possível, numa tese crítica, "o *acaso* de

Demócrito e Epicuro, os *ciclos* de Platão, o *desenvolvimento orgânico dos povos* de Aristóteles, o *messianismo profético* dos judeus, a *graça* de Paulo e Agostinho, a *predestinação* de alguns teólogos, a *providência* de Bossuet, os *ricorsi* de Vico, a *imanência* panteística de Spinoza, o *otimismo progressista* de Leibniz e, mais modernamente, o *pessimismo* de Schopenhauer, o *inconsciente* de Hartmann, o *trágico* de Bunsen, a *imaginação* de Forchammer", limitou-se à afirmação de que "a concepção dos acontecimentos tem atravessado, até hoje, quatro largos períodos: — a teologia, a metafísica, a física da história e, finalmente, a história científica".

Sílvio Romero analisa ligeiramente o transcendentalismo, a imanência panteística, a imanência monística, e fixa-se no realismo crítico, isto é, no evolucionismo histórico ou critério científico da história, — ação das leis físicas e intelectuais. Feitas as reduções naturais aos primeiros sistemas, passa o crítico a apreciar "as duas correntes gerais que, na sua opinião, constituem por si só tôda a revolução do século XIX". São estas, de um lado, o desenvolvimento das ciências físicas e, de outro, a descoberta dos antigos monumentos do pensar humano, isto é, o sânscrito, os hieróglifos e as inscrições cuneiformes, fundamento da crítica histórica.

Não tem palavras bastante eloqüentes para admirar essa construção que se chama o método histórico-naturalista, ou comparativo, e do qual resulta a descoberta sempre crescente das leis de filiação e de coexistência, ou das existências no tempo e no espaço. A obra de Buckle, por isso, parecia-lhe, naquele instante, representar o que havia de mais notável como interpretação dos fatos históricos, pois que êsse notabilíssimo escritor, firmado em Kant, buscava provar "que nossas ações são sempre influenciadas por seus antecedentes, pelo meio em que vivemos, por nosso organismo, nossas aptidões hereditárias e muitos outros móveis obscuros, que a ciência pode dilucidar", [25] e pelo mesmo caminho vira-se enveredarem os mais distintos filósofos e críticos — Schopenhauer, Wagner, Drobisch, Lange, Büchner, Haeckel, Herzen, Ferri, etc., etc.

Nesse trabalho, Sílvio Romero não cuidou de expor rigorosamente o *modus operandi* da ciência nova, nem mesmo se ocupou da feição particular de cada um dêsses propagandistas, o que devia merecer-lhe maior carinho; mas levantou as objeções gerais opostas ao método, máxime as que derivam do conceito de liberdade ou do livre-arbítrio, Buckle definia "uma conquista da inteligência sôbre o fatalismo da natureza", e do fenômeno do remorso, aliás reduzido ao sentimento agudo da nossa inferioridade, angústia comum ao reconhecimento dessa queda, não só quando se trata de ofensas à mo-

---

[25] Sílvio Romero, *Estudos de Literatura Contemporânea*, p. 60.

ral, mas também aos erros de ordem intelectual e até às imperfeições físicas.

Estas idéias não se alteraram profundamente. O criticismo kantiano de Sílvio Romero foi evoluindo para uma franca adesão à construção de Spencer e concomitante expulsão dos resíduos comtistas, que, ainda na época predita, fragmentavam o seu espírito.

Uma vez dentro da praça, retomou o crítico a sua maça de combate. Ressurgiu o propagandista, o polemista. No artigo que se intitulava "Vista Geral Sôbre a Escola Literária do Recife", Sílvio Romero cometeu nova imprudência. Negara êle, em trabalhos anteriores, ao Rio de Janeiro, qualidades de iniciativa científica e literária, pelo que se tinham coligado contra êle as antipatias de muitos fluminenses. Isto parecera-lhe pouco; negou também ao Recife a precedência com que os pernambucanos se andavam pavoneando. Êsse artigo, ao que parece, se dirigia particularmente ao falecido Dr. Antônio Herculano de Sousa Bandeira, pernambucano, môço já ilustre e muito conceituado na administração, graças a qualidades diametralmente opostas às do crítico sergipano, o qual, em dois artigos, pela *Revista Brasileira*, atacara o livro *Filosofia no Brasil*, classificando o autor de eclético estéril e incoerente. Sílvio Romero, pois, começou a dizer, de público, que o Recife apenas dera casa aos fautores do movimento de 1870. A maior parte dos indivíduos que ali tinham feito época, de 1862 em diante, eram adventícios, filhos de Sergipe, da Bahia, do Maranhão, do Ceará.

No aludido período, vemos ainda o seu espírito de oposição manifestar-se contra a escola realista triunfante. Como se sabe, o sucesso do naturalismo, no Brasil, se deu intercorrentemente com a aparição do *Primo Basílio*, de Eça de Queirós. José de Patrocínio, Hop-Frog, Aluísio Azevedo tinham-se enchido de entusiasmos pela nova escola literária, e depois disto a mocidade não quis ver outra coisa senão a vida nos seus aspectos repugnantes, traduzida em linguagem desenvolta e crua. O talento agressivo de E. Zola não podia deixar de ser simpático ao crítico sergipano, e por isso êle o apoiou, em parte. É singular, porém, que êste começasse criticando o autor dos Rougon-Macquart, precisamente pelo falseamento e injustiça com que atacara Sainte-Beuve e aos críticos contemporâneos. Sílvio Romero atribui êste desvio, numa inteligência tão vigorosa, como era a de Zola, à mais profunda ignorância da história das literaturas e a uma completa indisciplina científica. Neste ponto, o autor da *Filosofia no Brasil* descobria a falha real da armadura do gigante. Tal dissentimento, porém, é bem provável que não viesse a lume se Sílvio Romero não experimentasse o desejo de dar por terra com os entusiasmos dos que êle chamava então "os palhaços nacionais do realismo

bruto".[26] Tratou, pois, de tornar evidente a contradição de Zola consigo mesmo, quando dizia que "a obra de arte era um canto da natureza visto através de um temperamento", e ao mesmo tempo exigia que o artista se fizesse o servil copista do mundo exterior; e depois passou a mostrar em como o romancista francês desmentia a sua própria teoria, recuando dêsse ponto de vista acanhado tôda vez que a sua "óptica pessoal" lhe fornecia meios eloqüentes de juntar alguma coisa nova à natureza "fielmente" observada. Acreditava Sílvio Romero, ou fingia acreditar, que os imitadores nacionais não percebiam a duplicidade de Zola, e, atribuindo-lhes "interpretações coxas e trapentas", concluía por condená-los ao banco dos "plagiários estonteados" e dos "cozinheiros da literatura".

Em 1882, Sílvio Romero deu à publicidade, em livro, os *Contos Populares do Brasil,* em 1883, os *Ensaios de Crítica Parlamentar* e os *Últimos Arpejos,* 1884, os *Cantos Populares,* e, em 1885, os já citados *Estudos de Literatura Contemporânea.*

Não entra no meu plano apreciar o poeta, nem o ensaísta político, nem o erudito folclorista; bastando aqui dizer que o poeta, porque a natureza, nessa província da atividade intelectual, lhe negara o estro e o dom da forma, foi o mais irritadiço de todos, deixando-se arrastar a uma polêmica, que ficou célebre, com o autor da *Vida de Seu Juca;* que o crítico político nem sempre se apresentou com a calma que exige a ciência da história e dos costumes. Quanto ao folclorista, é justo que se diga que, por maiores que sejam as lacunas encontradas em seus trabalhos, não se lhe pode negar um esfôrço, tanto mais notável quanto o terreno era sáfaro e completamente inexplorado.

Sem embargo dos óbices que o temperamento irrequieto do crítico lhe andou * sempre criando, os lazeres do magistério permitiram-lhe que, em 1888, publicasse a sua grande obra *História da Literatura Brasileira.*

Esta obra compreende quatro livros, em 1.486 páginas. No 1.º, trata-se dos fatôres da literatura brasileira; no 2.º, dos cronistas, poetas e prosadores que apareceram entre 1500 e 1750; no 3.º, da escola mineira e dos vultos de tôdas as classes literárias que se produziram até 1830; no 4.º (1830 a 1877), ocupa-se com os poetas representantes das duas fases do romantismo entre nós.

Na introdução da obra, o autor promete "mais calma e mais confiança" e garante o adiamento das paixões para "dar entrada à imparcialidade".[27] Ver-se-á adiante como o crítico desempenhou-se dessa tarefa dificílima.

---

[26] *Estudos de Literatura Contemporânea,* p. 285.

* No original estava "andaram".

[27] S. Romero, *História da Literatura Brasileira,* vol. I., p. XXII.

O eixo do primeiro livro, incontestàvelmente o mais interessante da obra, é o fato da fusão das raças branca, preta e vermelha no Brasil, sob o influxo da cultura trazida nas caravelas de Pedro Álvares Cabral. Esta tese, que von Martius já em 1847 discutia com a amplidão de vistas que lhe era peculiar, Sílvio Romero desenvolve-a brilhantemente, auxiliado pelo aparelho da crítica vigente e pela interpretação biológico-psicológica da história *à la Darwin*. O que há de mais importante, porém, nesse livro, que vai até a página 140, é o relêvo que o crítico conseguiu dar ao produto de origem popular, bem como à psicologia nacional. Incontestàvelmente, nessas páginas, feitas as reduções dos exageros que os excessos de doutrina nelas puseram, encontra-se, estereotipado, o nosso perfil no convívio das nações, embora tôsco, flutuante em muitos pontos, mas já indicando o ponto de onde brotará, quaisquer que sejam, de ora em diante, os elementos de imigração, o brasileiro do futuro. Se não me engano, porém, êsse ótimo critério, Sílvio Romero perdeu-o apenas entrou em contacto com os autores, já não digo do século XIX, que não podiam deixar de exasperá-lo, pela oposição de idéias e conceitos, mas os do século XVII e XVIII, que representavam tendências diversas das que hoje nos assoberbam. Explico tal desvio pela pouca aptidão do crítico para o estudo dos indivíduos. O processo de Sílvio Romero, uma vez abandonados os estudos de conjunto, é reduzir as manifestações da época estudada a categorias; desde que, pois, os indivíduos não cabem nessas categorias, a sua opinião está feita, e o criticado, demolido; se os autores são do seu agrado, êle os funde na atmosfera de um só talento. É assim que o crítico, apaixonado pelo chauvinismo e pela agressibilidade de Gregório de Matos, afoga quase todos os escritores da mesma época, inclusive Rocha Pita, na mesma *gourme* que tornara o poeta, o *Marinícolas*, tão infenso ao espírito colonial. Ora, Rocha Pita é, justamente, o brasileiro dos tempos coloniais que mais dilatou a glória e honradez dos vice-reis, dos bispos, capitães-generais e provedores de fazendas que então machucavam o Brasil; mas compreende-se em como não podiam ser senão dêsse feitio as amplificações do historiador, que, não sabendo senão ser gongórico, nas descrições da terra, aguardava, ao mesmo tempo, as acumulações de honras que lhe foram deferidas pela Academia Real de História Portuguêsa e por D. João V, que o nomeou fidalgo de sua casa, bem diferentemente do procedimento que D. Pedro II usara para com Gregório de Matos.

O talento de polemista de Sílvio Romero, mais do que em qualquer outra de suas obras, avulta neste estudo. É intuitivo que uma obra dessa natureza não comporta discussões. Trabalho de construção, uma história, quando não queira cingir-se à apresentação dos documentos e à sua classificação, deve sintetizar tudo pela

descrição. O crítico sergipano, porém, apesar dos seus protestos, não se conteve; e quem lê a sua obra, a cada instante sente-se interrompido por uma briga, senão com o autor analisado, ao menos com algum escritor que já se tenha ocupado do assunto. Daí um contínuo tumulto no livro, que não permite acompanhar de ânimo sereno as apreciações históricas, nem fixar o caráter dos respectivos vultos.

No livro 3.º, aborda Sílvio Romero o período que chama de desenvolvimento autonômico (1750 a 1830), "fase da preparação do pensamento autonômico e da emancipação política". [28]

O indianismo de Santa Rita Durão e Basílio da Gama e o nacionalismo dos Inconfidentes constituem, por assim dizer, na sua opinião, o raiar da aurora dos espíritos para a fatura da nação brasileira; e a irrupção da escola mineira, com ser um fato de ordem literária, não deixa de aparecer como um sintoma do que, 30 anos depois, se devia realizar.

> Nosso progresso foi conquistado quase sempre a esforços nossos, amassado com as nossas lágrimas e com o nosso sangue. O Brasil desenvolveu-se por si. Invadido o interior pelos paulistas, descobertas as minas de ouro, rechaçados os estrangeiros da costa, fundadas as vilas dos sertões, o progresso surgiu; a nação estava feita. A idéia da independência foi amadurecendo e, em 1789, a Inconfidência bruxuleou no céu de Minas.[29]

O surto nacional deu-se por modo tão cheio de vida e originalidade, que o crítico, reconhecendo-o, vê-se forçado a reclamar para o Brasil daquele tempo a preeminência na literatura portuguêsa. Todavia, êsse entusiasmo de Sílvio Romero pelos grandes poetas mineiros, apesar de muito justo, não é senão preparo para, por contraste, sepultar em ruínas os grandes poetas brasileiros do século XIX.

Como não é meu fim especial, neste estudo, analisar as idéias literárias do autor da *História da Literatura Brasileira*, passemos por sôbre os vates e trovadores de Vila Rica, cujo lirismo excede a tudo quanto depois se tenha feito no país, e, dando uma visada sôbre as opiniões do crítico, relativamente aos autores de 1808 a 1830, entremos no romantismo, sôbre o qual o 2.º volume desabou.

Antes, porém, de o fazer, estampemos a preocupação do crítico, no ponto em que êle desdobra a sua atenção por sôbre a obra de um dos mais fortes poetas da Inconfidência, o infeliz Alvarenga Peixoto.

> A poesia, — diz êle, — do malogrado inconfidente não era convencional, êle não era um charlatão, um vadio, um debochado dos botequins; era um homem positivo, adestrado no trabalho, ativo, empreendedor... O brasileirismo de Peixoto era ativo, militante.

---

[28] Ob. cit., vol. I, p. 212.

[29] Ob. e vol. cit., p. 219.

O coronel não contemplava a pátria só nos versos, por um desfastio pedantesco; êle a contemplava também no seu desenvolvimento político e social, e bem provou que a lira do poeta poderia ser substituída pela espada do guerreiro, se os acontecimentos o houvessem consentido... Só nesse tempo teve, entre nós, a poesia um certo alcance social, não tendo, nos tempos posteriores, quase se elevado da retórica mesquinha e fútil, de um entretenimento de ociosos, de uma frivolidade posta ao serviço da vagabundagem intelectual...[30]

Parece que, uma vez encharcadas estas prevenções, o crítico iria mostrar a absoluta inanidade do espírito dos poetas e escritores que fizeram as delícias da côrte de D. João VI e glosaram os motes daqueles mesmos fidalgos que a crônica nos descreve pondo os brasileiros para fora de suas casas e chasqueando do Padre José Maurício. Êsse período, cuja inferioridade não precisa ser demonstrada, escapou à acurada investigação e às indignações que merecia. Sílvio Romero limita-se a tornar saliente o púlpito, o gênio científico de Fr. Conceição Veloso e do Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira e a índole poética de Natividade Saldanha e de José Bonifácio. Não lhe valeu nada o estudo positivo do meio em que se operaram os fenômenos da decadência do espírito nacional e da bestialização do país e a conseqüente reação durante a qual a poesia caiu, é verdade, mas para surgir na oratória política, na atividade patriótica, que, invadindo o Brasil e ocupando o melhor do seu talento, tomou, por último, a forma do jornalismo, da advocacia e da tribuna parlamentar. É assim que um poeta como Maciel Monteiro, que podia ter sido um lírico inexcedível, atufando-se inteiro nas conquistas da eloqüência, invaginou de todo a musa.

A literatura política, que abrange o período de 1820 a 1842, compreendendo a Regência, e que constitui o grupo mais interessante de nossa história mental, ficou na penumbra.

Sílvio Romero tinha pressa de chegar ao seu objetivo; ao movimento romântico iniciado por Sales Tôrres Homem, Domingos Magalhães e Pôrto Alegre e à análise dos poetas que se lhe seguiram e encheram êsse período, até 1870, época na qual o crítico, com tôda razão, coloca o renascimento da filosofia no Brasil.

É êste o assunto do 2.º volume da *História da Literatura Brasileira,* e que ocupa 803 páginas da obra.

Hesito em classificar êste volume, que, a meu ver, podia existir perfeitamente separado das teorias que o autor, tão lúcido, desenvolveu na primeira parte do primeiro. A impressão que êle me causa é a de um motim ou de um tumulto literário, em que a sátira, e não o conceito estético, faz as maiores despesas do trabalho.

---

[30] Ob. e vol. cits., p. 279.

X

Sílvio Romero enceta o estudo, ou, para exprimir melhor, a carga sôbre os poetas contemporâneos, definindo o romantismo.

Na sua opinião, o romantismo não foi, como disseram alguns críticos de vista curta, do período "tôlamente" denominado "emanuélico", uma reação religiosa contra o filosofismo do século anterior; muito menos deve ser encarado como uma reação contra a Renascença e um retôrno à Idade Média. Ainda mais fraca é a explicação daqueles que, nessa fase, enxergam ùnicamente uma função do cepticismo, da dúvida filosófica, de que Byron foi o corifeu; ou a sistematização do sentimentalismo de Rousseau, derramado pelos conhecidos tipos de Werther, René, Adolfo, Jocelyn *et reliqua;* ou o predomínio da fantasia sôlta, traduzida nos Quasímodos, nos Asveros, nos Vautrins; ou a história natural dos caracteres, tal qual se nos pretendeu representar na fauna humana de Balzac. O romantismo foi tudo isto, ou deu cabimento a tudo isto, e mais alguma coisa, ainda mesmo mais do que ao *domínio do liberalismo na arte,* como o entendia V. Hugo. A idéia de conjunto partiu da Alemanha. Schlegel, em 1794, já pressentia a necessidade de aproveitarem-se os "ensinamentos da ciência, da história e da crítica"; e Grimm caracterizara, por sua vez, a originalidade dêste século pela volta de tôdas e cada uma das nações do Ocidente às suas criações populares. A isto acrescenta Sílvio Romero que a "nativização ou a naturalização da poesia e da literatura em geral fôra, talvez, o maior feito do romantismo".[31] Para completar a compreensão do fenômeno, o crítico observa que, obedecendo a evolução intelectual à lei do *consensus,* a literatura não podia, no século XIX, deixar de obedecer também à mudança que se tinha operado no eixo da ciência e da filosofia. Ora, tendo êste século abandonado a concepção do absoluto pela do relativo, teve necessàriamente, de substituir a gramática universal, o direito universal, a arte universal, o modêlo universal, para tudo, enfim, e que os nossos maiores haviam adotado, pelo direito, — função da vida nacional, pela língua, — formação nacional, e pela poesia decorrente de uma idealização nacional. * "O romantismo, pois foi uma mudança de método na literatura", como bem diríamos, — uma descentralização literária, em que a ciência representaria o papel de fôrça integrante. Neste pressuposto, Sílvio Romero, e com razão, combate a contínua cantilena dos críticos franceses, que vivem a dar Rousseau e Montesquieu como ponto de partida das inova-

[31] Ob. cit., vol. 2.º, p. 688.

* O período acima está, evidentemente, truncado. Se não houve algum salto, parece que a leitura deve ser: "o modêlo universal, tudo, enfim, o que os nossos maiores..."

ções modernas, idéia que, aliás, vejo hoje rejuvenescida pelo crítico dinamarquês Brandes; e lembra, com todo fundamento, a elaboração anterior realizada na Inglaterra e na Alemanha.

É brandindo êsse instrumento, ou usando dessa craveira, que o crítico sergipano penetra no Brasil literário.

O Brasil, país nôvo, colonial, sem tradições próprias, formado por estratificações recentíssimas e oscilantes, não estava em condições de oferecer o flanco a uma crítica assim aparelhada.

Compreende-se que, no primeiro período de sua missão, Sílvio Romero utilizasse o processo de demolição, uma vez que estava convencido da necessidade de desviar os espíritos dos moldes envelhecidos e diante dos quais homens de letras ainda se mantinham estarrecidos. Logo, porém, que êle empreendeu escrever a história do romantismo no Brasil, êsse ponto de vista, ou, antes, êsse *modus operandi* não podia senão ser-lhe fatal; porque, posta a craveira na altura em que êle a colocou, nenhum esfôrço dos intelectuais do Brasil escaparia à decapitação, e o trabalho, em vez de tomar a feição de uma sóbria explicação das intermitências do nosso esfôrço e das dificuldades mal vencidas por uma nação púbere, tornar-se-ia uma série de libelos, cada qual mais acerbo, obedecendo a orientações subjetivas diversas, isto é, à natureza da antipatia particular que lhe inspirava cada um dos poetas submetidos à sua análise.

Sílvio Romero, no prefácio, como vimos, prometera calma e eqüidade. O segundo volume da sua história, porém, longe de realizar essa promessa, converteu-se numa carnificina, da qual apenas escapam Tobias Barreto e alguns epígonos, que lisonjearam o paladar estranho do crítico.

Neste ponto, devo fazer reparo sôbre uma contradição em que caiu o autor, naturalmente arrastado pelo sentido que os alemães dão à palavra *cultura,* reincidindo na predileta tautologia moral daqueles que trazem a cultura separada da natureza, isto é, consideram o transformismo e o princípio da luta pela existência, aplicado, como fôrça, à civilização, independente da matéria. Êste ponto de vista não está de acôrdo com o *stock* científico de que o filósofo sergipano faz cabedal em outras partes de sua obra, e explica muitos dos seus desvios em matéria de crítica, porque é um retrocesso ao dualismo, por êle negado a cada instante.

Sílvio Romero, assim, ligando o nosso movimento romântico à lei da evolução, procura caracterizá-lo pelos momentos, destacando os prógonos dos epígonos.

> O primeiro momento da romântica brasileira, — diz êle, — foi aberto sob a influência de Lamartine : é a fase religiosa emanuélica. Domingos Magalhães foi o prógono, o chefe.[32]

---

[32] Ob. cit., p. 698.

Os prógonos que se seguem, na ordem cronológica, são: Gonçalves Dias, o propulsor do indianismo, imitado de Chateaubriand e de Cooper; Álvares de Azevedo, discípulo de Byron e Musset; Tobias Barreto, o provocador do hugoísmo ardente e humanitário; finalmente, a reforma pelo cânone de uma poesia nova, inspirada na ciência e na filosofia, e de que o crítico se constituiu arauto, ao mesmo tempo que Luís Delfino dava o exemplo do parnasianismo. Sem entrar na crítica destas divisões, muito contestáveis, pelo modo peremptório por que são feitas, vejamos como os epígonos, chefiados à fôrça pelos aludidos generais, são tratados na revista de mostra a que o crítico os submete, negando-lhes desde logo qualidades fundamentais.

Magalhães é um "lírico quase ilegível". A sua ode a Napoleão não parece escrita pela mesma mão que delineou os outros trabalhos do mestre. Pacato, vulgar, insípido; clássico nos hábitos, falso romântico, quando quis criar uma literatura nacional; épico infantil; trágico de uma fraqueza lastimável; quanto à elevação, não ia além daquela metafisicazinha que tirara do ecletismo francês.

Se o prógono sofre estas reduções, pode-se imaginar o que não são os seus epígonos. A Pôrto Alegre, concede apenas, e porque era pintor, algumas qualidades de paisagista. *Colombo*, como poema, como ação, é uma maçada, "eriçado de um maravilhoso extravagante", comparável, entretanto, a uma "pinacoteca cheia de belíssimos quadros, perdidos no meio de telas maldispostas e mal-acabadas". Êste epígono tem imaginação e leitura farta.

Teixeira e Sousa foi um mero *sporcatore di carta;* Norberto de Sousa e Silva, exato como historiador, teve algum espírito na poesia; concebia, porém, a arte como uma diversão e levou a aspirar tôda a vida a sorte de Horácio. Em Dutra e Melo há mais um temperamento de crítico do que de poeta; tinha grande talento, mas desapareceu aos 22 anos.

Ocupando-se de Otaviano Rosa, o crítico não dissimula o desejo que nutre de ofendê-lo, ao que parece, pelo fato revoltante de lhe haverem dado, durante algum tempo, o cetro da poesia e da jornalística. Esta eleição revoltava-o, como revoltou-o terem feito o mesmo a João Cardoso de Meneses, a Luís Delfino e a Machado de Assis. Sílvio Romero descobre nisto uma tendência inexplicável dos fluminenses para o *sacerdotalismo*. E onde é que não há êsse sacerdotalismo? Otaviano fôra elevado àquela magna posição simplesmente porque fornecera prólogos a livros novos. Nega-lhe temperamento literário; como lírico, acha-o desgracioso, por exceção mimoso e meigo em algumas composições do segundo período; como jornalista, leve, mas refratário ao espírito crítico e de vôo curto. Talvez que o seu talento não passasse do de um *causeur* interessante, epicurista, nos intervalos deixados pela *Messalina política*, a cujas orgias estêve

sempre presente; "palavroso, retórico, sem calor, sem vida, fluente, mas de uma fluência mortiça, pálida, doentia. Sua frase não tem colorido, nem tem nervo; é flácida e mole como as bochêchas de um velho".

A Cardoso de Meneses não cabe sátira menos pungente. Êste poeta pertence também à mitologia literária. Pode-se avaliar o espírito de tôda a crítica feita a êste poeta pelo seguinte expressivo epigrama: "Entre as poesias, figura a 'Serra de Paranapiacaba', fonte inspiradora do título de seu baronato. O nosso poeta deu também o nome a uma rua da capital do império americano."

Gonçalves Dias mereceu do crítico os maiores encômios. Embora o apresente como o propulsor do indianismo, entre nós, defende-o da crítica pequena que propalou ter sido Gonçalves Dias um cantor exagerado dos indígenas.

O estudo que Sílvio Romero dedica a êste mestiço, em cujas veias corria o sangue de três raças, é, talvez, o mais sincero do livro. Não são raros, aí, os movimentos de simpatia pelo poeta brasileiro que mais concorreu, já como lírico, já como paisagista, para caracterizar a nossa diferença de Portugal. As teorias, porém, não tardam em emergir. O crítico lembra-se do princípio etnológico e do que êle chama *luta reversiva pela vida* no seio da história, e então, como Gonçalves Dias não era um Shakespeare, mas um mestiço desequilibrado, augura-lhe um futuro pálido, apenas garantido por meia dúzia de poesias líricas.

Êste juízo é arbitrário. Oportunamente, em monografia especial, dir-se-á em como ao bardo maranhense garante-se uma glória muito maior do que a que tem tido até êste momento.

*Rev. Bras.*, 1/99

Passarei por cima de Álvares de Azevedo e daqueles que, segundo o crítico, formam a coorte de imitadores do malogrado autor da *Noite na Taverna*, ao qual erradamente se atribui a introdução do byronismo, ou satanismo, no Brasil. Baste acentuar que Álvares de Azevedo, pelo fato de pôr a geração do seu tempo em contacto direto com Shakespeare, com os autores inglêses e com a poesia alemã, sem perder o elance nacionalista, libertou-nos definitivamente da influência mental portuguêsa. Outrossim, direi, de carreira, que, nos estudos sôbre José Bonifácio e Laurindo Rabelo, Sílvio Romero deixa abrir o sol da sua bonomia, de modo a surgirem, o primeiro, como um lírico de alto quilate, fora do comum, sem par no grácil, embora, orador e político, não passasse de um místico piegas, o segundo, como o talento mais espontâneo que tem existido no Brasil, boêmio incoercível, reunindo a uma suprema compreensão dos sofrimentos do coração uma verve inesgotável.

Incontestàvelmente, o crítico derramou alguma simpatia por sôbre os dois grupos em que êle dividiu essa época, isto é, os subjetivistas da plêiade azevedina e os sertanejistas do Norte, grupos dos quais emergem as figuras interessantes de Junqueira Freire, Casimiro de Abreu, Bernardo Guimarães, Gentil Homem, Joaquim Serra, Juvenal Galeno, etc., etc.

Surgem então o "lirismo sociolístico" de Pedro Luís e Fagundes Varela e o "condoreirismo" de Tobias Barreto e Castro Alves.

É neste ponto da obra que Sílvio Romero restaura uma discussão que, em 1886, teve com o autor destas linhas, relativamente à influência do meio sôbre a literatura brasileira. Esta questão versou sôbre saber qual dos dois fatôres, meio ou raça, houvera mais poderosamente influído para a diferenciação do caráter nacional e, portanto, da literatura brasileira. A raça, dizia Sílvio Romero; eu inclinava-me para o meio. [33] Nessa discussão, o crítico ainda mais uma vez mostrou a ardência que usa na polêmica. Preocupado com o seu ponto de vista exclusivo, não quis atender à nuança com que eu me aventurava a propor aquêle critério. Fui tachado, já se sabe, de excessivo. Entretanto, o que eu dizia era que "a questão da história da literatura brasileira só podia ser resolvida pela concentração das nossas vistas sôbre o meio físico". As razões eram óbvias, e eu as emitia mais ou menos neste têrmos: O meio físico era o único fator estável da nossa história, o único que se conseguia apanhar sem soluções de continuidade; o que não queria dizer que fôsse o principal, pois considerava averiguado que, na fusão dos vários elementos constitutivos da nacionalidade brasileira, nenhum se avantajava ao da raça portuguêsa. Todavia, como estava persuadido de que o valor de um elemento dessa ordem não dependia tanto da quantidade como da qualidade, era obrigado, por método, a dar mais importância, no caso da história literária, ao particular do que ao geral. Tratando-se de uma história universal, não duvidaria conceder a Portugal o papel eminente que lhe cabe no povoamento do Brasil; mas desde que se cogitava de escrever uma história particularíssima da nossa vida sentimental ou estética, forçoso seria procurar o fio dêsse trabalho no meio físico ou nos fenômenos resultantes do isolamento do colono nesse teatro regional desconhecido, a que as caravelas de Cabral haviam aportado um dia. Tudo mais tornar-se-ia cediço, senão repetição das generalizações feitas sôbre os colonos portuguêses da Índia e África, diluídas em generalizações mais amplas e resultantes de observações realizadas sôbre europeus transportados, pela civilização e pela necessidade de expansão, aos novos mundos transatlânticos. Para tornar-me mais explícito, por êsse mesmo tempo,

---

[33] Vide artigos publicados na *Gazeta da Tarde*, sob a rubrica "Semana Literária", 1882. (Na presente edição êstes artigos aparecem no Vol. I, pp. 291-301.)

eu escrevia o meu programa para o estudo da história da literatura brasileira, adotando, até certo ponto, as idéias de Sergi, no que entende com as influências mesológicas. Como se sabe, êste ilustre professor de antropologia da Universidade de Roma, para representar o fenômeno a que me estou referindo, traça um diagrama, no qual se vê um ponto que indica o indivíduo envolvido por cinco círculos concêntricos *a)* a família, *b)* a cidade, *c)* a nação (*razza*), *d)* o elemento internacional (*fra-razze*), *e)* o ambiente físico.

> Nestas condições, — diz o autor citado, — o indivíduo se desenvolve em um ambiente limitado e primitivo, que é a família, que vive em outro ambiente maior, a cidade, a qual, por seu turno, mergulha num ambiente ainda mais vasto, chamado nação, raça, que voga num vastíssimo, o mundo das nações. O indivíduo, pois, é o centro de uma esfera, composta de esferas concêntricas, das quais mais externa e universal é o ambiente físico. Nos povos primitivos e selvagens, essa esfera é mais restrita; as esferas concêntricas são menores; as influências e os ambientes maiores são os da tribo e da raça.[34]

Sem embargo da limitação assim posta ao meio físico pelas interposições sempre crescentes dos outros ambientes, me parecia que a longinqüidade dessa influência não embaraçava a sua relativa importância na história literária do Brasil, principalmente no século XVI. Era nesse ponto que então me socorria de uma observação de Buckle, relativamente ao fenômeno que se dá nas civilizações exteriores à Europa, nas quais "a natureza conspira para aumentar a influência das faculdades imaginativas e enfranquecer a razão". Neste pressuposto, entendia eu que, pelo menos no Brasil, durante os primeiros tempos, esta lei tinha-se operado com violência extraordinária. Rotos os ambientes da família, da pátria, da raça e das nações, o colono, imigrante ou aventureiro, aberta profundíssima fenda na estratificação da sua natureza de homem civilizado, pusera-se em contacto direto com o ambiente primitivo, e dêsse contacto resultara uma queda psíquica, um regresso, uma quase-selvageria, da qual a pouco e pouco, e com o avolumamento das influências exteriores ao país, se foram êles retirando, até que o Brasil chegasse ao estado de nação autônoma.[35]

Esta discussão, porém, nada produziu, porque Sílvio Romero, preocupado com a antropologia, não quis enxergar o *Mal-entendu*. Eu apresentava o meio físico como influência de ordem psíquica sôbre o homem atual; êle respondia como se se tratasse de transformações de natureza puramente fisiológica. Daí tôdas as injustiças das suas afirmações.

---

[34] Sergi, *L'educazione del carattere*, pp. 48 e 49.

[35] Vide estudo publicado na *Semana* (1.ª série), sob a rubrica "Literatura Brasileira", 1886. (Na presente edição êste estudo figura no Vol. I, pp. 489-497).
Foi publicado em *A Semana*, como diz o autor, mas em 1887, e não em 1886.

Continuemos. Fagundes Varela é, na opinião de Sílvio Romero, "o laço que prende o lirismo de Álvares de Azevedo e companheiros, o sertanejismo de Bittencourt Sampaio e colegas ao *hugoanismo socialístico* da escola condoreira". [36] Não foi "um triste, nem um alegre, nem crente, nem um céptico, nem um liberal, nem um autoritário, porque foi tudo isto ao mesmo tempo, conforme o ensejo e a ocasião". Um agitado, diz o crítico, lembrando que também o foram os boêmios incorrigíveis chamados Gregório de Matos, Laurindo Rabelo, Aureliano Lessa e Bernardo Guimarães. Nega-lhe o crítico a qualidade, exaltada por Franklin Távora, de poeta bucólico, e classifica-o de fantasiador "vago, aéreo e brumoso, cheio de doçuras, e sonoridades, alguma coisa de impalpável e quimérico, de vaporoso e dúbio, como os sonhos de um espírito alheado da realidade". [37] O lirismo de Fagundes Varela não era precisamente isto, e se já houve poeta, no Brasil, mais concreto e menos alemão, êsse poeta foi o autor do *Cântico do Calvário.* Luminoso e modulado, o seu idealismo nunca ultrapassou os limites da imaginação latina, ligeiramente colorida pelo sol dos nossos sertões e cromatizada pelo doidejar de um temperamento tropical. Todavia, Sílvio Romero, negando-lhe a faculdade objetivista, considera-o um dos nossos maiores poetas, se poesia é uma "região encantada, criada pelas almas de eleição, para delícia e prazer de nós outros, os pobres condenados às cruezas da vida". Esta concessão ao poeta fluminense trai a preocupação já manifestada pelo crítico na introdução da obra. Êle, a cada instante, nesta parte do livro, alardeia o esfôrço que emprega para ser brando e equitativo nas suas apreciações.

> O meu leitor, — diz Sílvio Romero, — terá notado que o tom dêste livro, até quando me refiro a Machado de Assis, é mais brando e cordato do que o foram alguns de meus antigos trabalhos sôbre literatos e escritores brasileiros. [38]

É visível que o polemista quer mudar de método, justificando a violência dos ataques anteriores pela necessidade em que se achava de reagir contra as autoridades da época, as quais obstruíam o caminho das idéias; e ambiciona colocar-se nessa região serena do historiador, em que as individualidades desaparecem, ou pelo menos recuam no cenário, para dar lugar, no primeiro plano, às leis do conjunto social. E logo procura mostrar em como, assim procedendo, êle não se contradiz, e que apenas muda de estilo. Não repudia os seus livros antigos, que conservam, "a seus olhos, o seu valor como obras de combate, de reação, de polêmica", mas também "não trans-

---

[36] Sílvio Romero, *História da Literatura Brasileira*, Vol. II, p. 1198.

[37] Ob. e vol. cit., p. 1204.

[38] Ob. e vol. cit., p. 1233.

porta para a história a sua índole agressiva, útil ali e desjeitosa cá". Êste depoimento do crítico estereotipa a natureza da sua evolução. Há quem tenha acoimado de incoerente o autor da *História da Literatura Brasileira*. Nada menos exato. Percorri tôda a obra do escritor, desde os seus trabalhos acadêmicos até ao seu último livro sôbre Machado de Assis, e posso afirmar que as modificações nas suas teorias são quase imperceptíveis. A sua obra está inteiramente cheia do desenvolvimento das idéias emitidas no livro *Filosofia no Brasil*. Sílvio Romero é um temperamento forte, vibrante, possuindo alguma coisa de *condottiere*. Não nasceu para a meditação. Apto para compreender tudo, dotado de golpe de vista rápido e generalizador, falta-lhe a paciência para o exame das particularidades de um assunto e pertinácia imaginativa para elaboração de um ideal. Daí tôda a sua vida de jornalista, polemista e discutidor. A sua paixão é o assalto. Desde que a praça tenha capitulado, as suas faculdades se enfraquecem e a sua imaginação vacila. Cessa o *quaerens quem devoret*.

Na *História da Literatura Brasileira*, mais do que em qualquer outro livro de Sílvio Romero, sente-se esta lacuna. É evidente a falta de divisões. As questões se metem umas pelas outras. Sòmente o crítico de profissão sabe o que existe de importante e verdadeiro sob o ponto de vista filosófico no meio dêsse tumulto de impressões pessoais, de simpatias e antipatias, a que o autor não consegue impor silêncio e a que muitas vêzes dá um colorido sertanejo original, um tom pitorescamente rude, cujo segrêdo lhe pertence.

Estudando o movimento de 1870, naquela obra, Sílvio Romero não faz senão repetir ou transcrever os seus escritos anteriores a 1876. O vulto de Tobias Barreto reaparece como Goethe da nossa literatura. Que a sua influência foi profunda sôbre a mocidade do Norte do Brasil, não há meio de negar; e dêste fato dou testemunho, declarando que o movimento inaugurado por êsse mestre propagou-se tanto, que até foi me inquietar no Ceará, quando eu aí exercia o lugar de juiz municipal, em 1872. Sílvio Romero, contudo, esquece-se de que o poeta alemão, com ser o gênio que todos reconhecem, não deveu pouco do seu desenvolvimento aos amigos, e particularmente a Schiller, sem * cujo contacto talvez não aparecesse o *Fausto*. [39]

O temperamento, porém, do crítico sergipano, por insóbrio, ** não se pôde manter, ainda desta vez, nos limites da sua promessa anterior, e, chegando ao perfil do autor dos *Dias e Noites*, assumiu as cóleras acadêmicas.

---

* Estava "em" no original.

[39] Convém ler o que, sôbre êste assunto, Eduardo Rod escreveu no seu *Ensaio Sôbre Goethe*.

** *Sic*, "Insóbrio"?

> Conheço, — afirma êle, — muitos espíritos dêsse quilate (charlatães), que do próprio escritor sergipano foram, em Pernambuco, imitadores, senão plagiários servis, e, em romarias literárias cá pela côrte, apresentaram-se como grandes letrados e poetas, caídos do céu para maravilhar-nos a nós outros, pobres-diabos terrestres, humildes e obscuros. Estou no meu direito em ter predileções, e noto que elas mais se arraigam à medida que sofro ataques dos invejosos e dos intolerantes. Tanto pior para mim... que mais irreconciliável me torno com meia dúzia de grandes sacerdotes literários cortesãos, dirão talvez... Tanto pior para êles... que cada vez me parecem mais desfrutáveis e banais, digo, por minha parte.[40]

Pondo de parte o que há de destoante e inartístico nesse trecho, inserido, como foi, num livro de história, que deve ter harmonia de composição, vê-se bem quanto Sílvio Romero se mostrava injusto para com o rival de Tobias, o poeta Castro Alves.

Pois é possível, na crítica mais elementar, admitir que o autor da *Cachoeira de Paulo Afonso* seja um imitador e um plagiário de Tobias Barreto, simplesmente porque ambos se ressentem da imitação de Victor Hugo?

Para chegar a êste resultado, Sílvio Romero institui o que êle chama o "moderno método de *comparação*". Creio que o crítico, neste ponto, equivocou-se, ou pelo menos confundiu o processo dos paralelos, de que Plutarco, nas *Vidas dos Homens Ilustres,* se utilizara com grande brilho, com o processo científico particular à morfologia, e que neste século tem sido aplicado a tôda ordem de estudos, inclusive ao das literaturas. Está visto que nenhum interêsse de natureza científica pode haver no simples confronto de dois autores. Laharpe confrontou Voltaire e Racine. Mas o seu critério provinha das regras de Aristóteles e de Quintiliano, o que importava dizer que o confronto podia ser perfeitamente dispensado.

No caso do método comparativo moderno, são outros os meios empregados, e o seu fim especial é determinar quais as formas que predominam num grupo dado, para depois classificá-las. Antes de tudo, porém, convém que não nos iludamos com os resultados obtidos por êste método. Stuart Mill, na sua *Lógica,* mostrou claramente até onde o método experimental podia ser aplicado às ciências sociais.

> O primeiro obstáculo que se nos oferece, — diz o filósofo inglês, — quando aplicamos os métodos experimentais na descoberta das leis dos fenômenos sociais, é a dificuldade de realizar experiências artificiais.[41] Quando mesmo fôsse fácil praticar experiências e repeti-las indefinidamente, não poderíamos fazê-lo senão em condições extremamente desvantajosas; primeiro, porque seria impossível reconhecer e registrar todos os fatos de cada caso, e depois, porque, dando-se com êsses

---

[40] Ob. e vol. cit., p. 1249.

[41] Stuart Mill refere-se aos quatro métodos de descoberta, que êle denomina de concordância, de diferença, de resíduo e de variações concomitantes.

> fatos mobilidade e transformação contínua, sucederia que, antes de decorrido tempo suficiente para obtenção do resultado da experiência, certas circunstâncias importantes teriam deixado de existir. Inútil, pois, parece, determo-nos diante das objeções lógicas opostas ao valor das experiências, porquanto tal processo nos é vedado. Resta-nos apenas espreitar aquelas que a própria natureza realiza ou que são praticadas noutro intuito. É-nos impossível apropriar nossos meios lógicos às necessidades da pesquisa, variando as circunstâncias, como o exigem as necessidades da eliminação. Se os exemplos oferecidos espontâneamente pelos acontecimentos contemporâneos e pela sucessão de fenômenos registrados pela história fornecessem uma variedade suficiente de circunstâncias, nada obstaria a que se chegasse a uma indução pela experiência específica; mas não é isto o que acontece. Tôda questão está em saber se as condições requeridas para a indução relativa às causas de efeitos políticos, ou às propriedades de agentes políticos, podem ser encontradas na história, compreendida também a contemporânea. E, para fixar as idéias, convém que se suponha essa questão posta relativamente a algum assunto especial de investigação ou de controvérsia política, tal como, por exemplo, a tese, tantas vêzes discutida neste século, da influência exercida pela legislação comercial restritiva e proibitiva sôbre a riqueza nacional.[42]

Estas dificuldades oferecidas pelo método indutivo puro vão todos os dias sendo reconhecidas pelos que se dedicam aos estudos filosóficos da história. É assim que Langlois e Seignobos, embora reconhecendo os serviços que o método comparativo prestou na fundação da lingüística, da mitologia e do direito comparados, manifestam o receio de que nada mais se possa obter por tais processos, ainda mesmo utilizando-se paralelamente o método estatístico segundo o princípio rigoroso das tábuas de concordância de Bacon.

> O vício de todos êsses processos, — dizem êles, — reside no fato de operar-se sôbre noções abstratas, em parte arbitrárias, algumas até sôbre aproximações de palavras, sem o preciso conhecimento do conjunto de condições em que os fatos se produziram.[43]

Seja qual fôr a importância de tais métodos, não é a êles que Sílvio Romero submete o estudo das personalidades de Tobias Barreto, de Castro Alves e de outros poetas do mesmo tempo.

No trabalho sôbre o bardo sergipano, êle começa pondo em relêvo as qualidades superiores do filósofo e do crítico. Êsse estudo já estava feito na *Filosofia no Brasil*; Sílvio Romero, todavia, o reproduz quase *ipsis verbis*. O conceito de superioridade, não há quem conteste; mas o que convinha, efetivamente não fêz o autor da *História da Literatura Brasileira*, foi mostrar como as faculdades se desenvolveram, sob o aspecto poético, em Tobias Barreto, e, ins-

---

[42] Stuart Mill, *Système de logique, déductive et inductive*. Trad. Louis Peisse, tomo 2, p. 471.

[43] Langlois e Seignobos, *Introduction aux études historiques*, 1898, p. 252.

taurando o processo acima indicado, não só tendo em vista as literaturas que então influíram no Brasil, mas também as manifestações literárias internas, extrair a equivalência dos caracteres predominantes e, entre êles, classificar o autor dos *Dias e Noites*. Sílvio Romero preferiu utilizar o método que estava mais nas suas cordas. Esbordoou o poeta Castro Alves, servindo-se da incontestável superioridade de Tobias Barreto como cultura filosófica. Isto pode ser tudo, menos método comparativo.

Vejamos, entretanto, em que clave tocava, como poeta, segundo Sílvio Romero, o autor dos *Dias e Noites*. "Para mim", diz êle, "Tobias foi e é, antes e acima de tudo, poeta." "Um dos mais extremos e genuínos representantes da gente brasileira." [44] Comodista, descuidoso, sincero, independente, lhano, inimigo das convenções teatrais, Tobias Barreto era tipo apresentado pelo crítico em contraste com os poetas pacatos das secretarias da Côrte. A poesia, nesse poeta, apresentava-se como função da luta e do sofrimento, função sem a qual Sílvio Romero não acredita que ninguém possa ser poeta. Objetivista e saturado da inspiração popular, o lírico sergipano "não pranteia, diz o que viu e sentiu e não assume ares de filósofo, de raciocinador, nem tampouco de carpideira". [45] Foi armado dêsse instintivo estro hugoano que êle investiu contra essa poesia, lastimável prolongamento da choradeira de Álvares de Azevedo, que fazia as delícias do Recife. "A choraminga morreu desde aí", diz Sílvio Romero; e Castro Alves, mais môço do que o autor dos *Dias e Noites*, entra no número dos seus discípulos, se bem que para imediatamente romper com o mestre por motivos de namoros com atrizes dramáticas.

O crítico não explica em que consiste a subordinação do talento de Castro Alves ao de Tobias Barreto; das suas palavras, porém, apenas se colhe que ambos liam V. Hugo e imitavam, náquela época, as suas hipérboles, as suas antíteses, o seu gênio exageradamente antropomórfico e o movimento dos seus versos.

Do confronto que se possa hoje fazer das obras dos dois poetas, resulta que, dotados de temperamentos diversíssimos, cada um seguiu o seu caminho, hugoizando a seu modo e na conformidade das suas sensações originais. O humanitismo e socialismo românticos que, naqueles bons tempos, a mocidade bebia, a cada instante, nos *Miseráveis*, de V. Hugo, nas páginas de Pelletan e Esquiros, eram mais francamente cristalizados nos versos do autor da *Cachoeira de Paulo Afonso*, por isso mesmo que não contrariavam a sua filosofia, ao passo que, em Tobias, encontravam o germanizante imbuído de Strauss, de Schopenhauer, e saturado dos novos processos de estudar

[44] Ob. e vol. cit., pp. 1260 e 1261.
[45] Ob. e vol. cit., p. 1263.

a questão histórica e social, extraídos de Comte, Stuart Mill, Littré e outros reformadores. Tobias devia acentuar-se mais na política concreta; e, como bem diz o crítico, foi o Tirteu, em Pernambuco, da Guerra do Paraguai. Natureza irrequieta, o poeta sergipano preferiu a posição de combatente à de piaga; e, repelindo o conceito de Pelletan, de que, "para o culto do pensamento, se faz mister a instituição de uma classe bramânica, sagrada", todavia buscou afastar a mocidade dêsse romantismo imoral, que andava em moda e de que os liristas modernos apenas conheciam a corda do prazer e da voluptuosidade.

Foi com o seu condoreirismo, segundo se depreende da crítica de Sílvio Romero, que o autor da *Lenda Rústica* fêz frente a essa onda de volúpia.

> Sua musa nunca teve necessidade de desenhar, nos *alcouces, barregãs, crimes esverdeados*, erotismos monomaníacos, pinturas afrodisíacas.[46]

Acresce que êle, como certos monomaníacos, poetas por graça de Deus ou do Diabo, nunca se concentrou para acumular ruínas, compondo "longas máquinas de martírios, verdadeiras polés para o leitor, como a *Independência do Brasil* ou a *Confederação dos Tamoios*". Não se preocupava com planos, com a feitura de obras vastas, mas entendia que a poesia era "uma questão de festa, de alegria, de divertimento".

Êsse anacreontismo de Tobias Barreto dificilmente se concilia com "as proporções excepcionais" que, conforme diz o crítico, os olhos do poeta costumavam dar a tudo quanto feria a sua retina de alucinado.

Sem embargo disto, Sílvio Romero, confundindo sempre o prosador com o poeta, e interpolando a crítica do filósofo e agitador de idéias, incontestàvelmente grande, na do versejador, incontestàvelmente medíocre, consegue erigi-lo no centro da sua história literária à guisa de pirâmide cercada de ruínas e cabanas de beduínos.

É verdade que, nem Castro Alves, nem qualquer outro poeta do seu tempo, seria capaz de escrever páginas de crítica iguais às que Tobias Barreto dedicou a Shakespeare. A intuição literária do sergipano era formidável e iluminava os olhos de quem o lia. Contudo, dessa intuição à posse dos recursos que a arte subministra aos seus efeitos vai uma grande diferença; e, por mais esforços que empregue Sílvio Romero para apagar as antinomias existentes entre o poeta e o crítico, não consegue senão mostrar o seu *parti pris* de exaltar um amigo à custa do desprestígio de talentos muito recomendáveis.

---

[46] Ob. e vol. cit., p. 1268.

Na polêmica, o bardo sergipano nunca pôde ocultar o gênio que a natureza lhe dera. A sua poesia, em grande parte, foi um prolapso dêsse temperamento, de vez em vez coado através de uma lubricidade incoercível, apesar dos protestos lançados contra a volúpia pelo crítico, que era de primeira ordem.

## XI

Vimos como, na *História da Literatura Brasileira*, o gênio do polemista se comportou relativamente àlguns * personagens que nela figuram.

Apreciemos êsse mesmo espírito inteiramente desencadeado contra um dos próceres da literatura portuguêsa, o Sr. Teófilo Braga, no panfleto intitulado *Uma Esperteza*.

Trata-se de um caso de improbidade literária. Teófilo Braga solicitara de Sílvio Romero permissão para imprimir em livro os trabalhos do crítico sergipano sôbre a novelística e o cancioneiro nacional; realizando, porém essa publicação, o autor das *Visões dos Tempos*, cometendo escandaloso abuso de confiança, cortara um trecho da advertência preliminar, em que Sílvio Romero dava conta da divisão da obra, apresentara esta como sua e, no intuito de fingir trabalho próprio, passara os contos de origem tupi para a seção dos africanos, incluindo os contos tupis de Couto de Magalhães; e, por fim, escrevera um prólogo "disparatado, inçado de erros trapentos, em oposição aos *Estudos sôbre a Poesia Popular Brasileira*, do colecionador, onde, aliás, o compilador açoriano fôra beber o poucochinho que sabe a respeito de literatura popular desta parte da América". [47]

Nunca plagiário ou mestre de obra feita foi zurzido tão violentamente como Teófilo Braga nesse folheto. No parecer do panfletista, o crítico português não passa de um fazedor de tramóias e de maroteiras, com que tem "engazopado a lusitana e brasileira gente", juntando-se a um celebérrimo Alejandro Guichot y Sierra, para darem, de súcia, Mato Grosso e Goiás como colegas de Couto de Magalhães e autoridades em matérias de etnografia. Espírito caótico, não compreende a doutrina de Augusto Comte, ou sacrifica-a, no momento em que pensa aplicar ao Brasil o dualismo sociológico do Velho Mundo, isto é, o princípio organizador dos latinos, com o catolicismo e a realeza, em oposição ao individualismo, ou espírito de livre exame, inaugurado pela reforma germânica e pelas seitas que se seguiram a Lutero. Diz Sílvio Romero que Teófilo Braga, em troca da influência do catolicismo e da realeza, que de-

* *Sic*. Em vez de "a alguns", o autor grafou "àlguns", craseando.

[47] Sílvio Romero, *Uma Esperteza*, p. 12.

vera ter presidido ao consórcio do português com o índio e o africano, dá-nos a sua descoberta dos turanos * do Nôvo Mundo, aos quais se vieram abraçar os da Ibéria; e o crítico, não trepidando em batizar essa audácia de charlatanice etnológica, lembra em como o próprio Augusto Comte, cuja doutrina Teófilo Braga preconiza, condenou as especulações dêsse gênero, o que não o embaraça de meter-se pelas classificações de Bunsen, Max Müller e Lenormant.

> Que o Sr. Teófilo Braga, dispondo apenas de atrapalhados estudos de humanidades que lhe ministraram nos Açôres, do mau curso de direito que fêz em Coimbra, das leituras sem método de crítica literária, história geral, filosofia e etnografia, feitas em Lisboa, escreva a história da literatura de seu país, colija-lhe os cantos e contos populares, faça compilações de filosofia patusca ou de pretensa história universal, vá feito; é admissível. Mas que um homem sem preparação científica regular, quer em tôdas as ciências particulares da hierarquia comtiana, quer especialmente naquele grupo de estudos que constituem as ciências sociológicas, meta-se a resolver problemas técnicos de lingüística, de mitografia, de pré-história e antropologia, é feio; porque é pedantismo, e da pior espécie, o pedantismo letrado, e fútil na sua literatice. Onde o Sr. Teófilo Braga estudou as línguas arianas principais, o sânscrito, o zenda, o grego, as línguas eslavas e germânicas, para discutir mitos arianos? Onde e quando aprendeu o caldeu, o hebraico, o árabe, o fenício e outros idiomas semíticos, para discutir mitos semíticos? Onde e quando viu livros da família ugro-altaica, para escrever, com ares de *magister*, sôbre mitos acádicos, fineses, etc.? [48]

No parecer, pois, de Sílvio Romero, o crítico português não faz senão copiar, "caladinho", o seu Bréal, o seu Max Müller, o seu Renan e o seu Lenormant, e tudo isto sem preparação científica, ou sem crítica, que é a mesma coisa. Assim é que Teófilo Braga ainda se deixa levar pela teoria de Max Müller, que, como se sabe, explicava o conto popular atribuindo-o a uma degenerescência do mito, quando é certo que, hoje, as doutrinas do professor de Oxford sofrem contestação vitoriosa por tôda a Europa. Não menos embrulhado se mostra no desenvolvimento do que êle denomina a *sua doutrina* sôbre a simultaneidade e independência dos mitos, lendas e contos, "coisa velha, mal e pèssimamente exposta" pelo historiador da literatura portuguêsa. "O homem primitivo", pondera Sílvio Romero, "apareceu-lhe, em imaginação, armado de tôdas as peças, compondo mitos, lendas e contos, tudo isto ao mesmo tempo", e, nessa "confusão diabólica", escapa-lhe a "intuição naturalística e espontânea do fetichismo primitivo", verdadeira razão dos fatos. "Teófilo Braga, em sua falsa idéia de simultaneidade, esquece-se da lei da evolução, do desenvolvimento progressivo, que tem também aplicação em mitologia."

---

* *Sic*. Com certeza, "turânio" (= turaniano).

[48] Ob. cit., p. 52.

No que diz respeito às tradições de proveniência africana, o professor de Lisboa começa "plagiando um pedaço inteiro da *Revista Brasileira,* concernente à escravidão antiga e moderna", e passa "ineptamente, logo depois, a copiar trechos e mais trechos d'*O Abolicionismo,* de Joaquim Nabuco". No mais, contradição, erros de detalhe, trapalhadas, como, por exemplo, a afirmação de que, na Grécia, do mesmo modo que no Brasil, a fábula era também considerada proveniente de uma civilização negróide, idéia esta erradamente tirada da *História da Literatura Grega,* de Otto Müller.

> Müller, acrescenta Sílvio Romero, tratando da poesia jâmbica e trocaica, entre os gregos, caracteriza a fábula helênica distinguindo-a da fábula imitada dos orientais. Fala, de passagem, nas fábulas líbicas, sibáricas, cilicianas e cípricas, gêneros diferentes das fábulas cárias e gregas. Muito longe do pensar de Müller estêve sempre a suposição de uma origem negra para as fábulas líbicas. O impertinente trapalhão português é que nutre tão desastrosa a estúpida crença.[49]

E o crítico, não contente com os epítetos emitidos, chimpa-lhe ainda os de "presunçoso e atrasadíssimo" e compara-o ao mau estudante de geografia, que, ao falar-se em África, pensa logo num *continente negro* ou numa vasta região onde borbulham prêtos, revelando a mais crassa ignorância de que, pelo norte dessa região, andaram camitas, cuchitas, semitas e até arianos.

> Braga, — continua êle, — é um açoriano, um ilhéu. Mal-aquinhoado de fortuna, em seus princípios, ou, antes, para dizer tôda a verdade, reduzido às mais apertadas condições econômicas, teve de iniciar os estudos universitários em Coimbra. Precisou de fazer cópias para seus colegas. Curioso, dotado de grandes ânsias de aparecer, sua má posição e o manejo das cópias despertaram-lhe dois impulsos psicológicos, que têm vindo depois a frutificar: a sêde de fortuna, que o tem levado a uma sovinaria proverbial, de um lado, e, de outro, o sestro de ler e escrever aos trambolhões pela monomania de compilar a torto e a direito. Daí o pecúlio bem regular que hoje possui e a grande ruma de livros em que se pode deitar. Um tal regime teve um lado bom, porque afeiçoou-o ao trabalho, mas teve também um lado ruim, porque secou-lhe as fontes da espontaneidade, dos impulsos originais, mecanizando-lhe a inteligência.[50]

Essa psicologia do célebre escritor português leva-o à conseqüente análise dos seus processos literários, que, na sua opinião, resumem-se em extrair notas materialmente dos livros que vai lendo, para depois condensá-las em obras estapafúrdias, sem distinguir a incomunicabilidade das idéias obtidas, em 1860, na Universidade, através de V. Hugo e Quinet, das que, nos últimos tempos, lhe foram ministradas por Augusto Comte.

---

[49] Ob. cit., p. 73.
[50] Ob. cit., p. 81.

Sílvio Romero não perdoa tais fraquezas; não cinge-se a enumerar os erros de antropologia, lingüística, etnologia e história, cometidos pelo crítico português; na sua indignação, nega-lhe peremptòriamente competência nesses assuntos e por pouco não chega a diplomá-lo com o título de filósofo cretino.

Na ordem dos espíritos que sustentam então o nome de Portugal ao par dos países civilizados, Teófilo Braga é colocado abaixo de Antero de Quental, Oliveira Martins, Ramalho Ortigão, Eça de Queirós, Guerra Junqueiro, Consiglieri Pedroso, Leite de Vasconcelos, Adolfo Coelho, Luciano Cordeiro, Joaquim de Vasconcelos, Gomes Leal e outros. Qualquer um dêstes, segundo pensa o crítico sergipano, representa instrução mais sólida, na sua espécie, mais ponderação, mais método e reflexão. Teófilo Braga, entretanto, julga-se só, e possuidor de qualidades especialíssimas, — as de polígrafo. Mas êsse poligrafismo, aliás incompatível com a envergadura dos gênios e dos grandes talentos, que são "sempre naturezas unitárias, exclusivistas, salientadas numa ou duas faces do espírito" [*sic*] êsse poligrafismo desandou num tremendo charivari, mergulhou num "pélago de plagiatos, de contradições, erros, obscuridades, disparates, contra-sensos, em 90 volumes". Às *Fôlhas Verdes,* dá o crítico o nome de monstrengo calcado sôbre as poesias de Quental; à *Poesia do Direito* o de catagem malfeita nas *Origens do Direito Francês.* de Michelet, e na *Simbólica Jurídica,* de Chassang; às *Civilizações Semitas* e às *Civilizações Turanianas,* o de plágios vergonhosos das obras *História Geral das Línguas Semíticas,* de Renan, e d'*As Primeiras Civilizações* e *Histórias Antigas dos Povos do Oriente,* de Lenormant. A *Bibliografia Camoniana* é uma cópia servil dos *Anais da Biblioteca* do Rio de Janeiro; a *Gramática da Língua Portuguêsa,* uma transcrição de Brachet. Que diremos do positivismo colhido pelo nebuloso e fantasmagórico transcendentalista saído da Universidade de Coimbra? Tocado pela vara mágica de Littré, fiel ao seu sistema de tesoura, não tardou em tirar da algibeira os *Traços Gerais de Filosofia Positiva, trapos de filosofia,* na frase de Camilo Castelo Branco, livro êsse arranjado, quanto à parte geral, à custa daquele mestre, e, quanto à fisiologia, graças a Luys.

Na *História da Literatura Portuguêsa* pode-se encontrar tudo, menos unidade de vistas. Foi encetada sem plano. O fim não se parece com o princípio; e o crítico lembra que o autor andou fazendo marchas e contramarchas, ora se ocupando com o século XIX, logo depois com o XVI, e que tudo parece desconexo, sem embargo dos esforços postos em prólogos de novas edições, destinados a dar ordem a êste caos, onde não se descobre, ao menos em brôto, uma "doutrina etnográfica determinada, nem uma filosofia certa". As opiniões emitidas sôbre Gil Vicente, Sá de Miranda, Camões, Bocage e Herculano são verdadeiras ratices. No que toca às influências dos diversos povos

que passaram pela península, não se sabe o que êle quer que tenha preponderado: aqui, tudo é romano, ali, só se vêem origens célticas, mais adiante, nada que não seja produto do gôdo. Estas deliqüescências de historiador criam uma confusão inextricável, que ainda se aumenta com a invasão das duas raças fantásticas dos moçárabes e turanianos.

> Em tôda a enorme obra da *História da Literatura Portuguêsa*, enfim, não há a pintura de uma época, o retrato de um autor, um simples esbôço, uma *silhouette*, sequer, que se possa apontar como um exemplo, um modêlo, no gênero.

Êste caráter pessoal dado por Sílvio Romero à polêmica é o mesmo que se encontra nos seus trabalhos intitulados *Etnologia Brasileira*, estudos críticos sôbre Couto de Magalhães, Barbosa Rodrigues e Ladislau Neto, nos quais o crítico ocupa-se mais em ferir de incompetência os autores do que de apurar a verdade científica ou refutar doutrinas tidas ou não como obsoletas.

Não permite a sua índole franca e rude o uso de arma florentina. Se é agredido, defende-se a cacête, e não o aflige ver os miolos do adversário espalhados pela arena ensangüentada.

Descreve o Ariosto, em seu imortal poema, uma cena em que Rolando, enfurecido, porque Angélica o traíra, lança de si a espada, despe-se da armadura, começa a desarraigar pinheiros e a destruir o que se oferece aos seus olhos apaixonados. As cóleras de Sílvio Romero, em certos momentos, fazem lembrar os arrebatamentos épicos do guerreiro de Roscenvalles. * Se não o conhecesse de perto, atribuiria tais violências às disposições incoercíveis de um temperamento truculento. Nada disto, porém, parece verdadeiro. O autor da *História da Literatura Brasileira*, no trato particular, é brando, ameno, jovial, engraçado, bondoso e até tolerante com relação às suas idéias mais extremadas. O silêncio do gabinete, a meditação e, principalmente, o que se pode chamar o momento psicológico da composição, segundo creio, é que nem sempre deixam-no trabalhar com serenidade. Julgo bem possível que, nestes instantes, a contensão do espírito produza, nêle, o mesmo fenômeno que os biógrafos referem de Chateaubriand. Dizem êstes biógrafos que o simples fato de pegar na pena inflamava por tal modo o autor de *Atala*, que êle não dava mais conta de si senão depois de por completo extinta a *verve* incomensurável; lançadas as primeiras linhas, o escritor não combinava períodos, nem ajustava proposições, bombardeava o papel com aluviões e aluviões de imagens e de impressões, as quais cresciam e decresciam, na proporção do aquecimento ou resfriamento do sangue que se lhe agitava nas veias. Quem nos dirá que com

* *Sic*. Em vez de "Roncesvalles".

Sílvio Romero não suceda a mesma coisa? Talvez a única diferença seja que, no poeta, o fenômeno nascia da intensidade de imagem, no crítico, da desproporção entre o critério do filósofo e a pequenez ou impertinência do objeto criticado.

## XII

O triunfo das novas idéias filosóficas e literárias no Brasil, por um lado, o advento da República, por outro, produziram, no espírito de Sílvio Romero, profundas modificações.

A propaganda terminara; e, no país, não se encontrava quem pretendesse desconhecer os resultados da revolução científica. O positivismo ortodoxo crescera, e a construção religiosa de Comte se apresentava, entre nós, sustentada por dois campeões, aos quais seria descabido averbar de atrasados ou de incompetentes. O polemista, pois, teve de mudar de armas. Não se tratava, então, de atacar indivíduos, mas de dar cêrco a um extenso acampamento. Dessa indeclinável necessidade de luta nasceu o livro *Doutrina Contra Doutrina*.

Livro concebido e executado em ódio a uma escola, a *Doutrina Contra Doutrina*, de Sílvio Romero, traduz o temperamento do autor com muito mais fidelidade do que todos os livros até hoje por êle dados à estampa.

No seu entender, o positivismo é um artifício da demonologia filosófica moderna. Convencido de que a humanidade, especialmente o povo brasileiro, só tem que perder com a sua vitória, enchendo-se de furor sagrado contra os propagandistas daquela escola, agride-os com uma violência bem comparável à do autor de *De tribus impostoribus*.

Quaisquer que sejam os defeitos dêsse livro, não se lhe pode negar calor e eloqüência. A obra é extensa e promete desenvolver-se em sucessivos volumes, nos quais o crítico atacará a construção de Comte em todos os seus redutos.

O instrumento de que se serve, a espada com que pretende cortar os nós górdios do humanitismo, é forjada e afiada nas oficinas de Spencer. Ao positivismo opõe êle o evolucionismo, e, com o auxílio dêste, propõe-se mostrar a inanidade da doutrina, não só nas suas aplicações, isto é, na política e na moral prática, mas também nos seus fundamentos lógicos. Tarefa árdua, apesar dos trabalhos de Stuart Mill, Littré, Huxley, não hesitou o crítico empreendê-la, e começa analisando, neste primeiro livro, em três longos capítulos, a razão fundamental do positivismo, a classificação das ciências e a lei dos três estados. A êstes capítulos deverão seguir-se outros, sôbre as três filosofias de Comte, sôbre a política, a religião e a ação pessoal

do mestre e de Clotilde de Vaux. Finalmente, a obra será encerrada com a história e a crítica do positivismo no Brasil, sob o ponto de vista de sua influência no regime republicano.

Pela rápida leitura que fiz desta primeira parte do trabalho do ilustrado professor de sociologia do Ginásio Nacional, convenci-me de que, na tentativa de demolição do positivismo, entra, talvez, um têrço do espírito filosófico do autor, ficando os dois restantes para o do panfletista e do agitador. O spencerismo, coando através dêsse prisma, perdeu muito da sua clássica serenidade. Não é, porém, ocasião, e não o poderia fazer aqui, de estudar o livro em tôda a sua extensão e no conjunto; todavia, não posso resistir à tentação de chamar a curiosidade dos leitores para o prólogo, vibrante de cóleras azuis, no qual o autor define os partidos políticos, ou antes, as correntes de idéias que se têm formado no Brasil, graças ao advento da República. Êstes grupos são os seguintes:

Os sebastianistas, a que Sílvio Romero dá o nome "neocaramurus", "em recordação ao partido restaurador da época regencial, dirigido pelos Andradas, e que constitui na história, mácula inapagável do nome dêsses bons patriotas".

Os tipos característicos dêsse agrupamento encontram-se em Joaquim Nabuco, Carlos de Laet e Escragnolle Taunay. Trabalha em suas entranhas a oposição do sangue azul, pelo menos a preocupação das idéias azuis, contra a mestiçagem, senão também contra as idéias "mulatas", que são, aqui, sinônimas de democráticas. Restaurar, neste caso, importa o mesmo que restituir o Brasil ao Cassino (antigo), aos petropolitanos e ao rothschildismo.

Os socialistas. Uma zombaria, não precisa dizer de quem... Reivindicações, em um país onde tudo se entrega a quem vem chegando, só entrariam na cabeça, diz Sílvio Romero, de pobres de espírito ou de "pobre por inércia". Embalde se procurará, nos socialistas brasileiros, uma justificativa dessa triste macaqueação do que, na Europa, noticiam os jornais. Nenhum dêles fêz ainda estudos análogos aos de Carlos Marx, de Engels, de Bebel e Liebknecht, demonstrando a existência do mamonismo, se é que existe no Brasil, por meio de trabalhos demográficos e estatísticos; e o seu papel, portanto, reduz-se a uma *pose ridìculamente* teatral.

Os jacobinos. "Resto de doutrinarismo romântico revolucionário", sem valor prático, "tomado aos grossos armazéns de 89 e 48". "Históricos e irredutíveis", são, de todos os sectários, os mais "estreitos", porque são os mais ignorantes. Iguais aos judeus-cristãos do tempo em que São Paulo pregava a boa nova em Antióquia, os jacobinos não admitem republicanos prepuciados ou incircuncisos. O autor do livro esqueceu, entretanto, a psicologia que da espécie fêz Hipólito Taine, na sua *Revolução*.

Os militaristas. "Em rigor, não existe, entre nós, um partido dessa natureza, porquanto chama-se um partido, em política, a um certo complexo de idéias, um determinado programa, defendido por um grupo maior ou menor de cidadãos." Sílvio Romero pensa que êste partido confunde-se com intervenção militar e que os militares políticos têm sido, em regra, mais vítimas das suas pretensões, nas mãos dos civis, do que chefes de opinião.

Os positivistas, finalmente. "Casa de maribondos", assim os denomina. Distribuindo-os entre ortodoxos e meramente simpáticos à doutrina, o crítico alcunha-os de "neojesuítas". Reputa-os sòmente aptos para organizarem a China do Ocidente e atribui tudo quanto êles têm feito, até hoje, no Brasil, à mais dissimulada hipocrisia. Na sua opinião, nenhum dos cinco agrupamentos é tão perigoso como êste, principalmente porque os seus fautores são os mais obstinados e dispõem, para iludir os inespertos, de uma grande máquina filosófica, e, para esmagar as consciências, de uma religião calcada sôbre o catolicismo e de um sacerdócio feroz, cujo lema político é — *guerra à imoral democracia.*

Declara Sílvio Romero que a nação nada tem de comum com êsses cinco bandos, que entre si disputam a posse e a direção mental e material do povo brasileiro; e acrescenta que todos êles marcham maquinalmente para a ditadura, aceitando, sem o saber, a ascendência do positivismo, cuja doblez singulariza-se na combinação original que fazem da ordem com o progresso. "Possuidores de duas caras, os positivistas, quando se volvem contra os elementos conservadores das nações modernas, mostram a figura truculenta de Danton; quando se viram contra a democracia, apresentam a carranca de Maistre." E, não contentes com isto, nas bases de uma constituição política ditatorial federativa, que formularam por ocasião de se reunir a Constituinte, ameaçam o país com a fusão dos partidos militantes em dois: ditatoriais e democratas. Contra esta pretensão, Sílvio Romero concita vigorosamente os republicanos. O Brasil não deve continuar "a ser *anima vilis* de experiências extravagantes"; e, no seu conceito, a democracia correrá grande perigo, se os brasileiros não tomarem os exemplos da Suíça e da América do Norte, para o fim de "manter ileso o culto da liberdade e a expansão normal de tôdas as atividades".

Não pude verificar até onde chega a exatidão dos receios manifestados pelo autor da obra, quanto à sinceridade do trabalho e ao advento da doutrina ditatorial do grupo positivista. Acredito, mesmo, que a atual igreja militante luta com a profunda desinteligência do meio a que se dirige, o qual está muito longe de oferecer o flanco aos proselitistas, como outrora os sírios ofereceram à pregação de São Paulo, antecipando a conquista da Cidade Eterna. Para que, de militante, passasse essa igreja a triunfante, seria necessário

uma conversão miraculosa, que, nem os antecedentes brasileiros, nem as simpatias dos militares novos, conseguiram veicular no terreno prático da política. Fundado na renúncia de si mesmo, o positivismo político e religioso, produzindo a tristeza, gerando o pessimismo deprimente, é, pelo menos na atualidade, doutrina muito pouco viável no Brasil, principalmente porque o socialismo, seja qual a forma que tome, está condenado a vegetar, na América, ao menos por êstes cem anos.

É inegável, porém, que o sistemático horror que a escola vota às instituições dinásticas tem constituído, até hoje, um auxílio ao lançamento da idéia de uma república nacionalista.

## XIII

*Rev. Bras.*, 11?/99

No estudo de Sílvio Romero sôbre Martins Pena, publicado na *Revista Brasileira*, em 1897, salienta-se um sistemático pessimismo, que o crítico sergipano ostenta quase chegando ao absurdo. Neste trabalho, êle incumbe-se de provar que o Brasil está condenado a uma eliminação completa do quadro das nações intelectualmente civilizadas.

Êste capítulo é triste; e ainda mais triste é que, com seus conceitos, concordem José Veríssimo e João Ribeiro, cada um por seu feitio.

José Veríssimo diz, por exemplo, "que, assim como, em filosofia e em ciência, somos ineptos para cogitações abstratas e generalizações fecundas, somos, por igual, impróprios para as criações artísticas que demandem capacidades eficientes de observação, de análise, de generalização e de síntese. Não temos, até hoje, um verdadeiro pensador, no rigor do têrmo." [51] Tais palavras revelam, senão desalento ocasional, pelo menos necessidade de coerência; parecendo, antes, que o autor, ao verberar a literatura apressada dos nossos tempos, para diminuir a crueza dos têrmos em que atacava a *Flor de Sangue*, romance de Valentim Magalhães, não achou outro jeito de ser justo senão fundamentando os seus assertos numa leviandade constitucional da raça brasileira. Procedendo por êste modo, o crítico esquecia, não só que ia exigir um impossível do Brasil, nação de ontem e mal-educada, pedindo-lhe aquilo que só pode, em suma, aparecer no fim de séculos de mestrança, mas também que punha de parte a biografia e os produtos intelectuais de homens como João Francisco Lisboa, José Bonifácio, Gomes de Sousa, Teixeira de Freitas e outros, que só não foram maiores por falta de teatro adequado a

---

[51] *Revista Brasileira*, 1897, tomo 10, p. 212.

uma produção mais copiosa. Porque não somos desde já a Alemanha, ou a Inglaterra, não se segue que nos falte a faculdade de abstrair e generalizar. Ao contrário disto, vejo, no Brasil, bastantes disposições para isto. Lembre-se o ilustre escritor de que até aos últimos dias do Império não se nos deixou escrever a nossa história, e é bem sabido o porquê dessa lacuna. Como era possível que houvesse pensadores ou filósofos originais, rigorosamente falando, onde a história política ainda não pudera ser cultivada?

João Ribeiro, no denegrimento das condições da existência nacional, é mais percuciente. A sua viagem à Alemanha, se, por um lado, permitiu-lhe apoderar-se de uma bela armadura científica, máxime no que entende com os estudos sôbre a história da civilização, por outro, fêz-lhe germinar no espírito prevenções, não direi demoníacas, mas de um cepticismo cruel, aliás cheio de simpatias e entusiasmo pela cultura teutônica. O fenômeno, porém, por operar-se num espírito cordato e sereno, como folgo reconhecer-lhe, tem explicação na alma poética e cheia de sensualismo artístico dêsse sergipano de aparências mais que burguesas. Passado o soçôbro estético, a reflexão o reconduzirá à medida da filosofia, que ambos professamos, depois de havê-la bebido nos bons autores inglêses. Todavia, não convém deixar sem comentário, embora rápido, as novas idéias de tão alevantado talento.

O digno professor do Ginásio Nacional também sustenta a nossa incapacidade para tudo quanto não seja fazer desordens e publicar versos líricos. Para condenar a vida brasileira, êle começa por atacar a democracia e o patriotismo. Os argumentos, vai-os buscar no humanitismo de Goethe e Schiller, desenvolvido de modo mais completo pelos belos espíritos da Germânia de hoje. E quais são êsses argumentos? São os que se deduzem da qualidade provisória dêsses sentimentos. João Ribeiro, que não trepida declarar-se contrário ao patriotismo e ao liberalismo, diz, para quem o queira ouvir, que o "patriotismo é um sentimento mortal na América do Sul" e que "todos os americanos patriotas são, por isso mesmo, aborígines provisórios, primitivos pelasgos, autóctones, que a civilização um dia varrerá do solo". [52] Sem entrar na explicação do que se deva entender por autóctones, *vis-à-vis* do que se chama civilização, nem tampouco definir o que venha a ser essa humanidade concebida, não por filósofos, mas por artistas, descuidados da observação dos fenômenos expansionistas e econômicos, bastaria, para provar a inanidade de tais idéias, lembrar o fato, aliás visível para os menos instruídos, de que, no momento atual, as nações

---

[52] *Revista Brasileira,* tomo XIV, pp. 182 e 183. (*Sic.* pp. 183-184; e o texto começa assim : "Todos os americanos que são patriotas", etc. J. Ribeiro, "Impressões da Alemanha".

civilizadas, ou européias, são as que mais se acirram no patriotismo, que outra coisa não é senão a tendência cada vez mais crescente, em cada uma delas, de se individualizar no concurso feroz da apreensão das riquezas produzidas pelos povos ditos coloniais. É verdade que essas injustas nações, enquanto se conservam dentro do próprio território que a história lhes assinou, não se descuidam de ler os seus filósofos e pregar a utopia do humanitismo, sem a qual já se teriam entredevorado; mas o que é revoltante é que elas, no momento em que, montadas em suas esquadras, se afastam do Mediterrâneo e das costas do Atlântico, não escrupulizam construir essa teoria inominada, de que os povos transoceânicos não têm *humanidade* e, portanto, na qualidade de provisórios, deverão ser varridos da face da Terra, ou melhor, escravizados. E por que não elas, *si mutato nomine, de fabula narratur*? Acaso haverá maior e mais escandaloso provisório do que o dessas potências que, aferradas à manutenção incondicional das suas tradições, desorientam-se, todavia, no inútil esfôrço de dissimular a necessidade de transformações sucessivas dessa sua milenária estrutura, que é incompatível com o mundo e que as está arrastando a guerras expansionistas, — guerras que já lhes vão custando terríveis desenganos?

Porei de parte o que o publicista nos pretendeu dizer, acompanhando David Strauss, que, aliás, teve, em Lange, cabal refutação a respeito do que há de misterioso e divino na idéia monarquista, porque não compreendo como a República pôde eliminar, no Brasil, os valôres criados pela instituição decaída, a não se querer corporizar êsses valôres em alguns homens ainda vivos, como o Visconde de Ouro Prêto e Andrade Figueira. E acredito que, no momento atual, João Ribeiro, a quem, incontestàvelmente, se reserva uma brilhantíssima carreira, terá, diante dos fatos recentes, modificado suas idéias, repelindo a lição de Rich, Andree, quando diz que "a civilização é um produto da Europa, pela Europa e para a Europa, e que, fora do seu grupo, ela não existe". [53]

Nenhum dos dois pessimistas citados, porém, ataca tão fundamentalmente a nossa cultura e o nosso desequilíbrio como o autor da *História da Literatura Brasileira*.

Sílvio Romero começa fazendo a história da maledicência brasileira. Desde Gregório de Matos até Abreu e Lima, são postos em contribuição todos os pessimistas de vulto que falaram mal de sua terra. O crítico sergipano condena-os e não lhes dá quartel. Todavia, se bem que se declare colocado no meio-têrmo entre o otimismo e o pessimismo, desanima de que o Brasil possa tão cedo vir a ser uma verdadeira nação, dominada, como é, por uma maioria de mestiços. Pensa êle que, só quando a imigração povoar de brancos o

---

[53] *Revista Brasileira*, tomo XIII, p. 354.

Sul do Brasil, e êste refluir sôbre o Norte, se tal hipótese se der, haverá alteração da constituição do exército de mulatos que nos governa e a vida nacional tomará outro ritmo. "Até lá, muita água terá que rolar pela cachoeira de Paulo Afonso, e o Pão de Açúcar será testemunha de muito acontecimento." [54]

E porque somos, segundo a ciência, um povo secundário, não há senão esperar a mais completa anarquia política e a mais completa ausência de dotes artísticos e literários. É a essa mulataria que devemos as desgraças que nos oprimem; foi ela que, em todos os tempos, se produziu na história como fautora dos mais deploráveis erros. Sílvio Romero, porém, não aduziu os fatos que devem robustecer essa sua teoria. Entretanto, seria ocasião de perguntar se os escândalos de tôdas as épocas e a política desequilibrada que secularmente nos aflige têm sido obra de outros que não os descendentes da raça branca.

Gregório de Matos não era branco? Os Andradas não seriam brancos? Não era branco o Sr. D. Pedro II? Cito apenas três exemplos para não fatigar os leitores, aos quais não será difícil organizar o catálogo dos escandalosos por temperamento e dos fautores dos erros políticos cometidos nesta pátria. Por outro lado, perguntaria de que raça seriam os que mais concorreram para a coordenação da vida nacional. Não me encarregarei, neste momento, de citá-los, para não despertar fúrias etnológicas.

Na opinião, pois, de Sílvio Romero, não haverá melhor providência a adotar do que entregar o Brasil à direção da política puramente internacional, cujas belezas todos nós, no momento em que escrevo, estamos contemplando, surpresos e combalidos. *

A lógica devia forçá-lo a esta conclusão. Mas não. O crítico sergipano é muito caroável a êstes e outros arrastamentos. Foi a política de Sergipe que levou o seu espírito de ataque a exprimir-se como acabamos de ver. E as comédias de Martins Pena, que era mais ** observador e ainda pior psicólogo, ministraram-lhe as cenas e os aspectos todos falsos do Brasil, que, no momento, convinha apresentar como justificativa dos seus assertos.

Que êsse pessimismo é todo ocasional e determinado pelas necessidades físicas do polemista, prova-o aquilo que o mesmo Sílvio Romero escreveu, em 1888, na *História da Literatura Brasileira*, onde não se encontra precisamente a apologia dos que fulminam a incapacidade da mestiçagem. Ao contrário, o crítico defende-a dos

---

[54] *Revista Brasileira*, tomo X, p. 251.

* Na transcrição in *Os Anais*, Araripe acrescentou a seguinte nota: "Referia-me à política contra a China, ou melhor, à tentativa, que falhou, de devorar a China e aos pródromos da tragédia do Transvaal."

** *Sic*. Deve ser "mau". No texto de *Os Anais*, está "pouco".

hibridistas e enaltece a raça nacional, a ponto de dizer que, excluído Camões, nada há, em Portugal, que nos possa causar inveja; e ainda melhor, essa sua opinião é defendida por Hipólito José da Costa, que o crítico escolheu para patrono de sua cadeira na Academia Brasileira de Letras.

Não pertenço à casta dos críticos indiferentes; e já uma vez disse que não afagaria os intelectuais sem pátria, que, a título de filosofia primeira e de grande arte, pretendem sistematizar o sindicato do gôzo *sôbre-humano*, evadindo-se às mais elementares responsabilidades da espécie e do grupo que os formou. [55] Se estou em êrro, direi, parodiando Leopardi, apesar de pessimista: *naufragare in questo mare m'è dolce.*

Estou convencido de que há idéias traidoras, como há homens pérfidos e dissimulados. Ora, o pessimismo de alguns de meus patrícios nasce, não de uma filosofia, vem * dêsse desalento que gera a decadência, mas, em regra, de se terem encasquetado de que o pessimismo constitui um instrumento de progresso. Não há quem desconheça que, no homem, como nas sociedades, o impulso nasce do confronto que se faz da realidade com o ideal que cada um ou cada uma pôde arquitetar. Tôda a dinâmica social encerra-se nisto: sair de um estado de consciência inferior para um superior. Se se trata da obstinação em buscar êsse incremento preferindo o esfôrço contínuo à imobilização no *statu quo*, serei o mais refinado pessimista, pois ninguém tem vivido mais do que eu a ansiar por tais deslocações. Não é êste, porém, o pessimismo que professam os críticos nacionais a que me refiro; e um dêles é até nacionalista. Que é, pois, que os impede de tomar o caminho dêsse meliorismo de que falava George Eliot, e de se tornarem menos acrimoniosos para a gente brasileira? Cuido tê-lo descoberto na sugestão da idéia infiel de que o desprêzo das qualidades constitutivas do fundo brasileiro é o único meio de transformar esta terra em um país civilizado. Lembrou-se um dia Gustavo Le Bon de atribuir o "atraso das repúblicas americanas do sul, na freqüência das suas revoluções, ao mau resultado produzido pelo cruzamento de raças desigualmente desenvolvidas". Essa idéia, em grande parte produto da angústia latente na Europa, e para cujo corretivo a Alemanha tem buscado remédio na teoria das raças e no darwinismo, achou a sua primeira repercussão séria, entre nós, através do livro de Eduardo Prado, *A Ilusão Americana*, e avolumou-se com o concurso de opiniões laterais, mas que, na minha opinião, levam-nos forçosamente a concentrá-las, por via direta ou indireta, num só movimento, — no desprestígio das demo-

[55] *Hist. da Lit. Brasil.*, 1.º vol., pp. 91, 138 e 212 e §§; vol. 2.º, pp. 858, 860, 867 e 1177.

* *Sic.* Deve ser "nem".

cracias americanas. Neste pressuposto, o Brasil apareceu como uma nação perdida, não só por fôrça das instituições *impossíveis* que adotou, mas também porque a raça compósita, que forma a sua população, é uma raça decadente, arruinada, incapaz de desenvolver-se e de criar.[56]

Ora, eu acho-me inteiramente em discordância com êste conceito, por mais apadrinhado que venha pelo darwinismo, que, aliás, não o sufraga, e por sábios europeus, indiferentes às nossas desventuras. Ao contrário disto, penso que temos raça capaz de todos os progressos e que, longe de desprezarmos as nossas qualidades diferenciais, devemos cultivá-las com amor, de sorte que, entrando no concêrto das nações e tirando dêle a fôrça que nos falta, possamos dizer ao mundo qual nosso papel e a feição * que a natureza nos destinou.

Não é o Brasil *les plus valet des peuples,* como dizia Sílvio Romero, 1872. Nem nos deixemos confundir pelo daltonismo que essa teoria, fundada para autorizar a expansão e justificar a expropriação dos povos sem esquadras, inventou a filosofia fim-de-século inspirada pela audácia dos Guilherme II, dos Cecil Rhodes e de outros impulsivos que se iludem, tomando * a hipertrofia da volição pela idealização diretora das nações.

Felizmente, vejo que nem todos os escritores europeus se deixaram perverter por êsse arrastamento, misto de terror e de anseios de grandezas, do qual só tenderá a sair o *substratum* de que se formarão os Neros modernos. O ilustre russo Novikov, na sua obra *L'avenir de la race blanche,* refuta cabalmente a hipocrisia dessa escola política que tem procurado fundar numa pretensa nobreza étnica tôdas as pretensões das nações anglo-saxônicas ao predomínio, ora místico, ora industrial, do mundo, e ao seu consectário, que é o extermínio das raças inferiores que ameaçam, pelo número, a civilização européia. Neste livro, são dignos de leitura os capítulos escritos em resposta aos terrôres de Faguet, diante de uma imaginária probabilidade de invasão amarela, e às teorias de Le Bon, e principalmente de Lapouge, o qual inventou, para a raça a que pertencem os seus clientes, o princípio etnológico do *eugenismo,* que não é outra coisa senão a glorificação dêsse dolicocéfalo louro, o *Homo Europaeus,* em oposição ao braquicéfalo moreno e ao mesatocéfalo miserável, teoria esta que prestou mão forte aos despautérios poéticos de Nietzsche.

Todos os exageros científicos têm o seu limite no tempo e no espaço. A comparação e os sucessos posteriores à doutrina acabam

---

[56] Araripe Júnior, *Literatura Brasileira. Movimento de 1893.* (V. neste mesmo volume, p. 101.)

* Correções pelo texto de *Os Anais.*

por tirar-lhe o útil, e, desprezando o extravagante, fazem-na entrar na ordem universal e na marcha histórica da humanidade, que ela tentou perturbar. É o que já vai acontecendo com a teoria dos filósofos puramente biologistas, que tudo querem reduzir ao seu ponto de vista de ratos de laboratório.

O fator que excede a todos em ensinamentos é o da sucessão das idéias na vida da humanidade.

> As idéias dos homens determinaram o seu estado social, — diz Novikov, — e, sendo êste estado, em última análise, uma resultante de causas inúmeras e complexas, é inevitável que escapem à debilidade de nosso espírito, o que parece muito natural, porquanto, perturbando-se, diante dessa infinidade de malhas inextricáveis, para escapar ao sofrimento resultante dessa ansiedade, por uma espécie de reação, se é levado a atribuir tudo a uma causa única. Assim, por exemplo, no que entende com a civilização, cada autor sugere uma causa diferente: segundo Lapouge, ela procede do eugenismo; segundo Buckle, da difusão dos conhecimentos positivos; segundo outros, da religião dos grandes homens, etc. etc. [57]

E tudo isto cifra-se num misto de preguiça e orgulho que não se sujeita à lei da continuidade do trabalho, pensando, cada grande filósofo, como cada grande conquistador, que o mundo pode um dia se acabar.

Não sirva, pois, o ponto de vista eugênico de pretexto para que as nações adiantadas se precipitem como feras sôbre as que se atrasaram um pouco, como o estão fazendo agora, porquanto, não só poder-se-á encontrar, nessas mesmas nações, surprêsas para a ciência e reações inesperadas na política, mas também ninguém sabe que fôrças se ocultam entre os povos hoje chamados bárbaros, e que combinações a história está disposta a tirar das combinações dêsses novos elementos.

Não necessitamos, portanto, para salvar o solo do Brasil, eliminar o povo, que o tem regado com lágrimas e suor, e chamar a conquista européia ou americana, como único meio de fazê-lo * florescer e de libertar esta terra "da humildade do negro, da indolência do índio e da incapacidade do português".

## XIV

Na República, foram ainda as faculdades agressivas de Sílvio Romero que lhe proporcionaram ocasião de manifestar-se na crítica política.

---

[57] Novikov *L'avenir de la race blanche*, p. 118.

*Estava "fazê-la". Correção pelo texto de *Os Anais*.

A revolta de 23 de novembro de 1891 agitou as saudades do parlamentarismo, e tanto bastou para que o crítico sergipano, esquecendo-se do seu Spencer, se atirasse contra o presidencialismo.

Refiro-me ao autor dos *Primeiros Princípios* intencionalmente, porque êste mestre não sufragaria as idéias do escritor do panfleto *Parlamentarismo e Presidencialismo,* publicado em 1893.

Com efeito, as idéias de Spencer, expostas na sua *Sociologia,* quando descreve a tríplice natureza das organizações políticas adiantadas e o modo por que se constitui a função reguladora das nações, não nos induziriam no desconhecimento da sobreexcelência do regime descoberto pelos americanos, sobreexcelência esta que Boutmy, na obra que o publicista brasileiro cita, não consegue, como pretende, desfazer, antes, pelo contrário, explica, embora julgando, na qualidade de francês, o regime perecível, por falta dêsse *poder moderador,* que a prática inglêsa criou para decidir as pendências dos dois sindicatos de famílias entre si alternadas no govêrno da Grã-Bretanha, e que os franceses pensaram ter assimilado desde a publicação da obra de Benjamin Constant. [58]

Neste trabalho, o publicista pôs o talento que possui a serviço de seus caprichos e indignações de momento. Não é difícil, porém, apreender onde se esconde a razão do equívoco dos seus argumentos contra o presidencialismo: essa razão encontra-se na preocupação de um desequilíbrio possível dos três podêres que dividem entre si a soberania nacional. Sílvio Romero chama a isto a sistematização da desordem. A palavra é espirituosa, mas não corresponde aos fatos, porque, em substância, ela existe no mais absoluto e uno dos governos. A expressão podêres independentes e coordenados, usada pela nossa Constituição, condensa perfeitamente o estado de uma sociedade pacificada pelos antecedentes de sua história. É a perfeição da representação popular; é o *consensus* político; é a lógica da História.

O presidencialismo, têrmo criado para exprimir o pensamento daqueles que não compreendem execução embaraçada continuadamente pelas oposições sistemáticas, nem o feitio de govêrno de discussão tão ao sabor dos críticos de tôdas as naturezas e dos incontentáveis de temperamento diserto; o presidencialismo passou a ser, na sua opinião, o regime, ou da desordem, ou da carnificina. Entre nós, êle, pelo menos, já soube impor silêncio aos faladores e também às veleidades de mudanças diárias de situação. Quando, porém, essa experiência não nos convencesse da melhoria do regime, não seriam as opiniões latitudinárias de Bryce, nem de Noailles, nem de Boutmy, que nos demoveriam de reconhecer a verdade.

---

[58] Spencer, *Sociologie,* trad. Cazelles, vol. II. Cf. Boutmy, *Études de droit constitutionnel* e *Le développement de la constitution et de la société politique en Angleterre.* [Nota localizada pelos *Anais*. Na *Revista Brasileira* não havia indicação de local no texto.]

Sílvio Romero, todavia, não cingiu-se às autoridades que se têm pronunciado na matéria, aliás européias, pela maior parte, sem o sentimento da realidade prática, pois nem os autores americanos, nem os que, de outra origem, como von Holst, escreveram sòmente depois de identificados com a prática do sistema, admitem essa desconfiança; êle foi buscar razões fundadas na precedência histórica; e, numa série de artigos publicados na *Cidade do Rio*, defendeu as proposições emitidas no opúsculo atrás citado de um modo que não revela * senão espírito de polêmica.

O Dr. Felisbelo Freire emitira o pensamento de que o presidencialismo representava a mais recente criação da ciência política dos povos, e o autor destas linhas acrescentou, depois, que achava a tese daquele ilustrado brasileiro perfeitamente de acôrdo com os fatos. Tanto bastou para que Sílvio Romero se julgasse obrigado a investir contra o autor dessa blasfêmia e tratasse de provar que o presidencialismo era anterior ao parlamentarismo, que, por sua vez, passava a ser a última expressão das instituições políticas. Não é preciso dizer que êsses artigos, em grande parte, eram invectivas em que tudo se negava ao publicista agredido. Nem êle, nem o autor destas linhas tinham lido Freeman; logo, nada podiam articular, nessa matéria, que não fôsse êrro. Como se o grande filósofo da história política da Inglaterra tivesse em si o segrêdo e as chaves dos arquivos dessa nação, tratando-se de uma questão de fato ou de documentos existentes em tôda a parte.

O crítico sergipano pensa, entretanto, ter provado o que esposou. Mas não admira que assim aconteça quando não é nôvo chegar-se ao que se quer logo que a gente se sente animado por uma idéia preconcebida ou por uma intenção sistemática. Já houve quem, numa obra exaustiva, demonstrasse em como as instituições americanas não eram obra de colonos inglêses, mas de holandeses, e que tinham sido transportados para a América, de Haia ou Amsterdão, no *Mayflower*.

## XV

O último trabalho de tomo, dado aos prelos por Sílvio Romero, foi um estudo sôbre Machado de Assis.

Um fenômeno curioso é o que se nota nesse estudo. Sílvio Romero, a cada instante, declara que mudou de temperamento, amainou as velas e acha-se predisposto a uma grande complacência. Machado de Assis não lhe parece ser o homem impossível que êle atacava em 1872 e 1880. Tem qualidades e representa um bom esfôrço literário. Tôdas estas declarações, porém, são ilusórias; e o

* No original estava "revelam".

crítico, que, segundo me parece, não quis concentrar o seu espírito na obra, já bastante extensa, do autor de *Brás Cubas,* faz ressurgir suas antigas antipatias, recorrendo ao seu processo predileto de esbordoar os outros com essa clava de Hércules chamada Tobias Barreto.

Com justa razão, geralmente se achou extravagante que o crítico escolhesse o falecido lente de criminologia do Recife para confrontar com o nosso, pode-se dizer, único humorista. Se ainda o fizesse para mostrar o contraste dessas duas naturezas, vá; mas não se deu isto: o autor da *História da Literatura Brasileira* pretendeu, antes de tudo, mostrar que Tobias era um humorista valente e incomparável, diante das deliqüescências de Machado de Assis.

Não sei se deva dizer que o que ali se expende, a respeito do autor de *Dias e Noites,* causou a impressão de um corpo estranho metido à fôrça numa garrafa de azeite. O livro, na sua maior parte, repete o que Sílvio Romero já disse vinte vêzes sôbre o talento indisputável do grande sergipano; apenas acrescenta algumas novas considerações relativas ao seu temperamento alegre. Tobias, porém, podia ser tudo, menos um humorista; e nem ao crítico apadrinham as opiniões de Schérer e Taine, quando definem êsse gênero de literatura.

Que pode haver de comum entre êsse excentricismo ou humorismo anglo-saxônio e a alegria ruidosa de Tobias? Conheci o ilustre morto nos seus melhores tempos; e posso garantir, pelo que observei e tenho lido dêsse autor, que nunca, sôbre a Terra, pisou homem de alma menos tristonha. Tobias era um boêmio incorrigível, genial, talvez, para cujo temperamento maligno nada havia superior, em deleite, ao exercício do espírito de *tropa.* Nas questões mais intricadas e sérias, raro era que êle não desse largas ao seu gênio e, de súbito, não irrompesse em verdadeiras *molecagens* para fazer encavacar os seus antagonistas. Ainda tenho presente uma dessas troças. Examinavam um estudante em direito eclesiástico, e Tobias, no impedimento de um dos catedráticos, fazia parte da mesa-examinadora. Perguntara o lente da cadeira, ao examinando, o que era cardeal. — "Cardeal", disse o rapaz, "é uma dignidade da igreja que fica metida entre o Papa e o bispo." Como era natural, o examinador irritou-se com a resposta e começou a invectivar a ignorância do estudante. Tobias ouvira tudo isto sorrindo e puxando um bigode hirsuto. De súbito, brilharam-lhe os olhos! Dirigiu-se, então, ao colega, e, interrompendo-o: — "Perdão; agora, eu..." E virou-se para o argüido: — "Diga, Sr. estudante, que o seu professor não lhe quer revelar a verdade verdadeira. Respondeu bem. Cardeal é uma espécie de intruso na igreja, que lambe os pés do Papa, enquanto não lhe chega a vez de ser lambido, e que olha de esguelha

para o bispo, cuja autoridade não exerce, por ser eunuco, nem respeita, por ser safado. E há outras coisas mais que essa dignidade acumula; mas que só no compêndio de Bocácio o senhor terá ocasião de aprender, logo que se liberte dêsse direito espoliástico."

Aqui termino êsse estudo sôbre a personalidade de Sílvio Romero polemista. Escolhi o traço agressivo, de preferência aos outros, porque é a sua característica.

Deixei um pouco de lado o filósofo, o homem das grandes generalizações sôbre a história do país, porque êste não me interessava tanto; além de que, seguindo suas próprias opiniões, em filosofia, os brasileiros, por ora, pouco valem, por serem, talvez, um povo de mestiços incapazes de produzir um Spinoza ou ainda um Stuart Mill.

# A PEDAGOGIA RABELAISIANA

PUBLICAÇÃO EM *UNIÃO ACADÊMICA*, RIO DE JANEIRO, TOMO II, FASCÍCULO VI, OUTUBRO 1898, PP. 131-141, E DATADA DE AGÔSTO DO MESMO ANO.

Todos os pedagogistas modernos reconhecem no autor do *Pantagruel* um dos seus mais legítimos precursores.

Espírito profundo, enciclopédico e observador, Rabelais teve uma grande vantagem sôbre todos os sábios do seu século e do século que se lhe seguiu: amou a natureza com a fôrça da raça a que pertencia, e procurou banir do espírito humano a tristeza, iluminando discretamente as conquistas da Idade Média com as luzes e irradiações do gênio pagão.

Rabelais pregou a alegria: "Pensez vivre joveux di par li bon Dieu et li bons homs. Autre soing, autre soucy ne soit recup on sacrosaint domicile de vostre céleste cerveau. La sérénité d'icelluy jamais ne soit troblée par nues quelconques de pensement passementé de meshaing et fascherie." [1]

A sua filosofia pode-se traduzir na palavra – serenidade. Todo segrêdo do seu riso e do seu bom humor residia no firme e constante propósito de purgar o cérebro de tudo quanto era fortuito e de só atender ao que, sendo substancial, concorria para o acréscimo da fôrça moral ou do equilíbrio da vida humana.

"Uma alegria fundamental", pondera Stapfer, "exuberante, efeito natural de uma saúde esplêndida e robusta, de um temperamento jucundo, de um humor otimista, reveste a sátira de Rabelais de aspecto único; e não é exageração dizer que essa sátira incomparável destila tudo, menos fel; esta sátira não faz mal a ninguém; ao contrário, ela espalha em tôrno de si a alegria e a saúde, de que está cheia, e exerce, por isso, uma influência salutar sôbre a alma e sôbre o corpo. Longe de contristar as pessoas honestas às quais se dirige, desabrocha o espírito e dilata-o; dispõe a gente à benevolência e à cordialidade, em vez de inclinar o homem, como sucede em outras obras do mesmo gênero, às reflexões misantrópicas e à melancolia." [2]

Guerra ao constrangimento, eis a sua divisa; e o seu mais visível intento consistia em combater a escravidão na qual os teólogos, a que êle apelidava, em sua linguagem pitoresca, de "sorbonagros", procuravam manter a consciência humana, e eliminar a tristeza mística sobreposta ao mundo pela educação gótica ou pela resignação católica.

---

[1] *Pantagruel*, III, 2.

[2] Stapfer, *Rabelais, sa personne, son génie et son oeuvre*, 94.

Refere o grande satírico que, um dia, Grandgousier, pai de Gargântua, teve a lembrança de examinar as habilitações do filho. Não se calcula qual foi o seu indefinível desprazer. A educação de Gargântua, que até então fôra confiada a um grande doutor sofista chamado mestre Tubal Holofernes, não tinha passado da carta do a b c, que o educando, em verdade, sabia de cor e recitava de trás para diante e de diante para trás com incrível segurança. Indignado com o triste resultado dêsse ensinamento, que "para nada prestava", e que, além disto, estava pondo o estudante completamente "doido, pateta, preocupado e embrutecido, *tout rêveux e rassoté*", pensou que mais lhe valeria nada aprender do que exercitar-se na leitura sob a direção de tais preceptores", porquanto via-se que o "seu saber não passava de toleima, *bestise*, e a sua sapiência, de automatismo, abastardamento dos bons e nobres espíritos e corrupção de tôda a flor da mocidade." [3]

Nenhum pedagogista dos tempos que correm usaria de uma linguagem mais elevada, nem se mostraria tão bem orientado no que entende pròpriamente com a psicologia da infância.

A Rabelais causavam horror os processos dos teologastros da Sorbona, refúgio dos inimigos dos grandes homens da Renascença; e todo o ridículo de que podia dispor a sua musa facêta foi empregado na demolição dêsse edifício universitário, aonde só se falava de entidades, essências, *quiddités*, acidentes, *hocceités*, amplificações, reduplicações, exponenciais, insolúveis, e se discutiam teses desta natureza: *Utrum porcus qui ad venalitium agitur ab homine an a funicula teneatur?* se o porco, quando conduzido ao mercado, é sustido pelo homem ou pela corda?

Foram, então, horríveis quanto certeiros os golpes que êsse Hércules desfechou sôbre a "Senhora Quinta-Essência", essa ilustre soberana do reino da Enteléquia, e que se dizia descendente de Aristóteles; e é com verdadeira admiração que se lê êsse capítulo XIX do livro V do *Pantagruel*, em que o grande satírico descreve as sutilezas dos trabalhos científicos a que se dedicavam os habitantes dêsse país. Era aí que se encontravam, entre outros abstratores de quinta-essência, uns sociologistas daquelas épocas, que levavam o tempo a medir os saltos das pulgas, e que, quando se lhes perguntava qual a utilidade de tamanhos esforços, respondiam que tais experiências "eram mui necessárias aos governos dos povos, ao manejo das guerras, à administração da república", conforme se podia verificar das atestações de Aristófanes relativamente a Sócrates, o qual fôra "o primeiro a fazer baixar a filosofia das nuvens à Terra, tornando-a útil e proveitosa, em vez de objeto de ócios e curiosidade". [4]

---

[3] *Gargantua*, I, 14, 15.

[4] *Pantagruel*, V, 23.

*Science sans conscience n'est que ruine de l'âme,* clamava Rabelais; e êsse grito, repercutindo nos *Ensaios* de Montaigne, na célebre frase *sçavoir par coeur n'est pas sçavoir,* forma o fundamento de tôda a pedagogia moderna.

Apesar, porém, da franca manifestação do filósofo de Meudon em favor do naturalismo, não falta quem o acuse de ter caído no repreensível excesso das "humanidades". É verdade que, no capítulo VIII do livro II do *Pantagruel,* encontra-se uma carta de Gargântua, dirigida ao filho, quando estava em Paris, na qual, até certo ponto, o espírito rabelaisiano se deixa seduzir pelo que há de comunicativo nas letras. Com efeito, referindo-se à restauração das antigas disciplinas e à instauração das línguas clássicas, êle enumera "a grega, sem a qual é vergonhoso que alguém se intitule sábio, e mais a hebraica, a caldaica e a latina". "É minha vontade e desejo", dizia Gargântua, "que aprendas as línguas perfeitamente, em primeiro lugar, a grega, como o entende Quintiliano; em segundo, a latina, e depois, a hebraica, para o conhecimento da Sagrada Escritura, e a caldaica e a arábica igualmente. Convém que formes o teu estilo, quanto ao grego, imitando Platão, e, quanto ao latim, praticando Cícero. No que toca à história, é preciso que tenhas tudo na memória. Das artes liberais, geometria, aritmética e música, ministrei-te alguns conhecimentos quando eras pequeno e não passavas de cinco ou seis anos; trata agora de prosseguir nestes estudos, juntando a êles a astronomia. De direito civil, quero que saibas de cor os belos textos e que mos confiras com sua filosofia." [5] Esta sobrecarga humanística, porém, acha correção cabal no plano de educação de Ponócrates, o professor do próprio Gargântua, cuja doutrina Rabelais adotou, consagrando o verdadeiro método naturalista.

A primeira prova de habilidade pedagógica, segundo mui judiciosamente pondera Stapfer, deu-a Ponócrates, observando o seu nôvo discípulo e pondo-o a andar, *pour le commencement, à sa manière accoustoumée... considerant que nature n'endure des mutations soudaines sans grande violence.* [6] Era o meio mais profícuo de conhecer ou julgar o feitio do aluno. Para começar, então e depois de examinados os vícios do discípulo, Ponócrates pediu a um médico sábio de sua amizade para "purgá-lo canônicamente com o eléboro da Anticira, e, por via dêsse medicamento, limpou-lhe o cérebro de tôda a corrupção e hábitos perversos, e ao mesmo tempo fêz-lhe esquecer tudo quanto aprendera sob a direção dos antigos preceptores". [7] Em tal sistema de pedagogia, o ponto era não perder uma só hora durante o dia. A distribuição do tempo, porém, se fazia

[5] *Pantagruel,* II, 8.
[6] Stapfer, ob. cit., 289.
[7] *Gargantua,* I, 23.

por um método tão racional, que tudo parecia concorrer para torna a vida uma festa e o estudo uma alegria, um desafôgo da natureza ou um contentamento da alma.

Se é verdade que Ponócrates não deixava o espírito do seu discípulo em repouso senão nas horas destinadas ao sono, não é menos certo, por outro lado, que, longe de, como o sofista sorbonífero seu antecessor, pôr o pobre Gargântua completamente doido, obrigando-o a decorar tudo a torto e a direito e enchendo-lhe a cabeça de asneiras, êle não se descuidava de consultar as disposições naturais do seu discípulo, variando as impressões e dando repouso a umas faculdades, quando outras entravam em exercício.

Melhores conselhos não oferece Spencer no seu livro sôbre a educação, quando se ocupa do equilíbrio das fôrças psíquicas por uma justa aplicação daquilo que hoje se chama educação física.[8]

Gargântua acordava às 4 horas da manhã. Uma vez de pé, era submetido à massagem, e entregava-se a passeios matutinos, durante os quais o professor induzia-o a "considerar o estado do céu, se êste mantinha-se com o mesmo aspecto notado no dia anterior, em que signos entrara o Sol e qual a posição da Lua naquele dia". Logo depois desta lição peripatética, vinham os exercícios do corpo, e, enquanto o discípulo vestia-se, repetiam-lhe as lições do dia antecedente. A isto seguiam-se as leituras ordinárias. Não tardava a digressão ao campo, onde "jogava-se a péla, a peteca e faziam-se outros exercícios correspondentes ao movimento que se tinha imprimido à alma". Os jogos eram em completa liberdade e nada coagia o aluno; êle podia deixá-los desde que se sentia aborrecido ou cansado. A mesa era um lugar de diversão instrutiva. "No comêço da refeição lia-se alguma história jovial concernente às proezas dos antepassados, isto até servir-se o vinho, após o que, ou se continuava essa leitura, ou se palestrava alegremente sôbre a virtude, propriedades eficazes e natureza de tudo quanto era servido na mesa, como o pão, o vinho, a água, o sal, a carne, o peixe, as frutas, as ervas, batatas e do modo de prepará-las. E assim ia o aluno aprendendo, sem sentir as passagens, a êstes assuntos referentes, de Plínio, Ateneu, Dioscórides, Julius Pollux, Galeno, Porfírio, Opiano, Políbio, Heliodoro, Aristóteles, Eliano e outros."[9] Terminada a refeição, continuava a palestra sôbre as lições lidas de manhã, e em seguida traziam cartas, não para jogar, mas para servir de pretexto a mil pequenas invenções tiradas tôdas da aritmética. E daí não era difícil passar às outras ciências matemáticas, como a geometria, a astronomia e a música. Enquanto se fazia a digestão, ocupavam-se com os intrumentos e traçavam figuras geométricas, praticando, assim, os cânones astro-

---

[8] Spencer, *A Educação*, cap. IV.

[9] *Gargantua*, I, 23.

nômicos. Divertiam-se cantando por música, em quartetos ou quintetos, ou sôbre um tema qualquer; e, por êste modo, o discípulo não custava, à vista dos instrumentos, a aprender a tocar cítara, espineta, harpa, flauta, viola e outros.

Não é necessário ir mais longe para reconhecer que Rabelais não esqueceu um só dos recursos explorados modernamente para o fim de combater o *surmenage*.

Uma das coisas a que Ponócrates dava mais importância era o estudo das ciências naturais. Êste estudo, porém, efetuava-se sem esfôrço, como um verdadeiro recreio, em passeio pelos pomares e pelos prados, onde professor e discípulo colhiam plantas, contemplavam as árvores, notavam os acidentes da flora, da fauna e dos terrenos, como mais proficientemente não realizariam hoje, em seus acanhados museus, os príncipes dessas ciências.

Eram freqüentes as grandes excursões à moda alemã, as visitas às fábricas e às oficinas, e repetiam-se os exercícios que podiam familiarizar Gargântua com as indústrias e ofícios manuais. Por todos os modos buscava o mestre excitar a curiosidade do discípulo, instituindo, por meio de uma criteriosa distribuição da atividade física e mental, o ensino que hoje se denomina objetivo ou lição das coisas. [10]

Nada, porém, preocupava tanto a Ponócrates como os exercícios ginásticos. Êsse capítulo da pedagogia rabelaisiana seria um dos mais brilhantes até hoje escritos, se, exagerando, não traísse uma reação sistemática empreendida pelo paganismo de Rabelais contra o que êle chamava o "gótico sorbonífero".

A sua grande vitória, confirmada pela pedagogia dêste século, está, todavia, em haver êle introduzido na escola a filosofia do contentamento próprio, da confiança nas fôrças naturais e na abolição do mêdo e também dos moinhos de retórica e de latim.

"Rabelais, médico", diz Petit de Julleville, "inaugura a educação física, diminui, pela variedade dos exercícios, a fadiga intelectual, ensinando tudo sem êsse ridículo e pedantesco aparelho, e usando, tanto quanto possível, a inspeção direta dos objetos". [11]

Transformando a curiosidade científica, não em um martírio, mas em um alimento agradável e útil ao espírito, o grande autor do *Pantagruel* restituiu ao homem a sua candura natural e aquela alegria ou aquela sã filosofia que pacifica o temperamento e o recon-

---

[10] Issaurat, *La pédagogie, son évolution et son histoire*, cap. IV. — Compayré, *Histoire critique des doctrines de l'éducation en France*. — Stapfer, ob. cit. — *Histoire de la langue et de la littérature française*, publ. de Petit de Julleville, III.

[11] *Hist. de la langue et de la litt. franç.*, III, 70.

cilia com a razão, *cette joyeuseté confitte en mespris des choses fortuites,* sem a qual o homem se faz o sepulcro da própria felicidade.

Rabelais foi acérrimo pregador do riso, que se pode reputar o mais eficaz dos medicamentos até hoje descobertos para curar essa tristeza que a teologia conseguia pôr na alma dos povos.

*Le rire est le propre de l'homme.* Êste riso, que nada tem de comum com o de Voltaire e de outros pessimistas, é o elemento de que mais carecem as escolas, porque exprime sintomàticamente a saúde do cérebro e prenuncia a existência de uma moral de resignação comedida e ao mesmo tempo ungida dessa serenidade de consciência resultante da segurança da própria fôrça e da simpatia do ambiente social.

E já que falei em serenidade, vem de molde citar um pensamento de Edgar Quinet, cujo esplendor não cesso de admirar.

Dizia o poeta do *Ahasvérus,* buscando corrigir o célebre conceito de Schelling, quando afirmava que "um véu de côr sobrepunha-se à natureza inteira", ser necessário temperar a árida probidade do sentimento cristão com as ilusões do paganismo. De feito, dois mil anos fazem que no mundo houve uma época de serenidade, durante a qual os gregos, segundo referem os doutos, transformaram a vida numa festa. Êsse fenômeno atribui-se à indulgência com que procediam os deuses que êles mesmos tinham inventado. Mas o que nos impede, perguntava o sábio, de inventar outros iguais ou ainda melhores? "Por que a ciência de hoje não conseguiria restituir aos espíritos a paz oriunda da ficção?" [12]

É forçoso que se extermine essa ciência do desespêro que a Alemanha, pelos seus filósofos Schopenhauer e Hartmann, desde 1872, injetou na imaginação extenuada pela guerra e pelas derrotas dos povos que se nutrem do verbo francês, e que agora Nietzsche transforma na teoria social do crudelismo e do pró-homem.

Há extravagância, senão improbidade, em tôdas essas filosofias extraídas do suicídio, que, em última análise, não passa, na opinião do mesmo Quinet, de um epicurismo disfarçado ou de um egoísmo feroz. Procuremos, antes, a sinceridade do universo e não deixemos perecer a fôrça que êle pôs em cada um de nós.

Odiosíssima frase é esta: "perdi as minhas ilusões". Quando o homem chega a pronunciá-la, abdicou do seu principal atributo, pode-se dizer que justamente daquilo que mais o separa dos animais irracionais.

Estas ilusões de que fala o filósofo não são mais do que o ideal; e, na atualidade, a ciência tem demonstrado que a ausência de ideal

---

[12] E. Quinet, *L'esprit nouveau,* 6.

é um sintoma mórbido gravíssimo, pois que, sendo êle o próprio eixo da vida psíquica, torna-se impossível concebê-lo como um produto arbitrário, senão como a condicionalidade da existência moral do homem.

Quem diz, portanto, que perdeu suas ilusões, deve acrescentar que morreu, isto é, que não tem mais motivo para viver, ou melhor, que perdeu a fôrça indispensável para a exteriorização da idéia no ato.

De ordinário, a perda das ilusões significa um cérebro apagado ou uma volição extinta.

Quinet vai mais longe, imputando êsse terrível fenômeno à insinceridade de certas naturezas humanas diante do mundo, que é comparável à sépia. Desde que o homem pretende iludi-lo, êsse mundo oculta-se às suas vistas, lançando de si um líquido escuro que o torna impenetrável. É ainda por isso, acrescenta êle, que a mulher que perdeu suas ilusões se faz cortesã, o político torna-se reacionário, o padre se embrulha no jesuitismo, o banqueiro transforma-se em bancarroteiro, o general capitula em campo raso, o amigo do povo se converte num Tibério ou num Bonaparte e o povo adota a escravidão.

Digo e repito que a serenidade é tudo para o homem e para a sociedade. Tôda a educação deve convergir para ela; e, a meu ver, se simplificará o processo do respectivo desenvolvimento, cultivando sistemàticamente a alegria, que, em última análise, não é mais do que o exercício de uma sã atividade.

Os americanos do norte estão nos dando o exemplo do que pode êsse estado de espírito até na guerra. Ali a educação popular tem sido um contínuo evolver do instinto da grandeza tanto física como moral.

A essa serenidade deve aquêle grande povo a glória da transformação do direito internacional e da mudança do eixo do mundo civilizado, pela inauguração de um regime, o qual, se bem compreende o que está se passando, promete substituir a justiça acanhada do grupo jurídico europeu pela justiça de um grupo mais amplo e que mais se aproxima daquele tipo universal sonhado pelos sociologistas.

É ainda a essa grandeza moral que, segundo confio, vamos ser credores do incalculável benefício da restauração do ideal republicano, que a Europa, principalmente a Alemanha, por órgão de seu imperador, êsse, na frase rude do russo Novikov, glorioso chefe dos flibusteiros internacionais, ameaçava eliminar da Terra sob o patrocínio de uma deslumbrante, mas, em muitos pontos ilusória, senão pérfida cultura.

E porei fim a êste artigo, que já vai longo, repetindo as entusiásticas palavras de Ferrero: "tutto il lavoro di una socità è soltanto uno sforzo verso la felicità; cio che noi chiamamo i progressi della civilitá sono simplecemente i successivi e laboriosi avvicinamenti a una soluzione sempre più perfecta, più definitiva e stabile di questo grande problema: esser felici, non ciascuno di noi per se solo, ma tutti insieme, nella communanza della vita sociale... il concetto di un aumento della felicità universale." [13]

---

[13] Ferrero, *Il militarismo*, 6.

# ULISSES E O MUNDO MODERNO

PUBLICAÇÃO EM *O PAÍS*, RIO DE JANEIRO, 17, 18 E 23 DE OUTUBRO, 29 DE NOVEMBRO, E 29 DE DEZEMBRO DE 1898, E DATADOS OS ARTIGOS, NO FINAL, DE RIO DE JANEIRO, AGÔSTO DE 1898.

## I

*O País*. 17-10-1898

Tinha acabado de reler o *Burro de Ouro,* de Apuleu, e entregava-me a êsse sibaritismo literário conhecido dos leitores assíduos dos autores da Antiguidade, o qual consiste em assinalar com o lápis os trechos originais onde o espírito vagabundo encontra eloqüentes alusões ao tempo presente.

Em Apuleu há muito de Voltaire e de Renan. Foi um dos tópicos do livro que qualquer um dos dois escritores não recusaria subscrever a origem dêste trabalho. Nêle o autor do mito de Psique ocupa-se com a guerra de Tróia, e a propósito dessa guerra, passando a invectivar Homero, bem como os poetas que o copiaram, acusa-os de terem injustamente atacado a honorabilidade de diversos personagens celebrados nos versos da *Ilíada* e nos de outros poemas.

Na opinião de Apuleu o verdadeiro herói da guerra de Tróia fôra Ájax, filho de Telamon, o qual, conforme se verifica das próprias narrações de Homero, suportara todos os trabalhos da campanha, desde que Aquiles se recolhera à sua tenda até a morte de Pátroclo. Com efeito, não é destituída de fundamento a asserção de Apuleu, se se atender a que durante todo êsse período foi Ájax quem fêz frente à fúria de Heitor e manteve o serviço da guerra na altura do valor dos gregos, não se poupando a sacrifícios e expondo a vida em combates incessantes e renhidos. A figura dêsse guerreiro incontestàvelmente enche com o seu vulto a maior parte da epopéia. Enxerga-se, porém, fàcilmente qual o intuito do poeta, que fazendo cabedal ùnicamente da bravura de Aquiles, o qual teria, por fôrça dos oráculos, de imolar no fim o divino Heitor, precisou de guardar as proporções, enquanto não chegava o momento de modificar a cólera do herói do poema, transformando-a na fatalidade que deveria concorrer para a destruição de Tróia. Mas era isto precisamente o que mais escandalizava Apùleu. E em sua mente o rebaixamento dos méritos de Ájax não teria sido senão uma falsificação caluniosa, forjada, como se diria hoje, por hábeis *repórters,* que tais não deixavam de ser os poetas daquele tempo, com o intuito premeditado de alevantarem a fama dos poderosos e o orgulho das famílias sobreviventes. Ao passo que o verdadeiro herói da guerra de Tróia se chamava Ájax, no parecer de Apuleu, Agaménon não passaria de um chefe caprichoso, sem prestígio, e Aquiles, de um or-

gulhoso, relativamente fanfarrão, pois desertava do campo de batalha, quando mais eram necessários os seus serviços, talvez no fundo por indolência natural. Quanto a Ulisses, e aqui é que aparecem as maiores prevenções do crítico de Cartago, não escaparia à acerba increpação de ter sido um dos mais refinados tratantes da Antiguidade, mentiroso, contador de histórias, embusteiro e o mais acabado tipo de charlatão, de que o mundo deu exemplo. As suas glórias tinham sido obtidas pela fraude e preparadas por meio de uma eloqüência ardilosa e pérfida. Apuleu afirmava-o, mas não aduzia provas. E é revelando um espírito igual ao que posteriormente levou Voltaire a escrever a *Pucelle*, que êle mostra-se indignado contra a caluniosa história da loucura e do sucídio de Ájax.

Como todos sabem, êsse episódio deu a Sófocles assunto para uma das suas melhores tragédias. As armas de Aquiles tinham sido deferidas a Ulisses; Ájax, não querendo suportar essa afronta, jura vingar-se dos gregos, o que determina Minerva a tirar-lhe a razão. O infeliz herói, nessa triste situação fisiológica pratica todos os desatinos que podem comprometer a dignidade de um homem tido e havido como sério. Entre outras loucuras, assistem os gregos à cena em que o filho de Telamon põe-se a degolar carneiros, julgando que trucida os seus inimigos. Recobrando depois o juízo, o herói sente-se desonrado principalmente quando percebe que os seus atos de alucinado vão ser objeto dos maliciosos comentários do exército.

Nesta angústia, não tendo coragem de ficar diante dos muros de Tróia, nem de regressar à Salamina, onde existe ainda o velho pai, êle resolve matar-se, e assim o faz, depois de um discurso comovente, que é um dos mais belos trechos do teatro antigo.

Pois bem nada disto sucedeu, e Sófocles não fêz outra coisa senão sancionar com o seu gênio uma verdadeira alicantina política, porquanto o que parece averiguado é a profunda mágoa de Ájax diante da perfídia de Ulisses, mágoa nobremente traduzida por êsse herói nos infernos, quando aí o pai de Telêmaco ousou dirigir-lhe a palavra. Sabe-se por Virgílio que Ájax respondeu a essa injunção com um silêncio glacial, virando-lhe as costas.[1]

Não tem explicação a prevenção do autor do *Burro de Ouro* contra um dos tipos mais interessantes que a poesia grega nos soube conservar, tanto mais quanto pode-se dizer que, se houve na decadência latina espírito que mais se aproximasse do gênio de Ulisses, êsse foi Apuleu, o mais aventuroso de quantos escritores enciclopédicos percorreram a bacia do Mediterrâneo.

Seja, porém, como fôr, é certo que a antiguidade grega pensou mui diferentemente a respeito das virtudes do rei de Ítaca.

---

1 Longino, no seu *Tratado de Sublime*, reputa êsse trecho de poesia um dos mais belos que a arte escrita tem produzido.

Ulisses aparece em todos os escritos da Grécia e Roma como a alma da própria raça. Êle simboliza a aspiração, o gênio civilizador do Mediterrâneo, a sagacidade científica, junto à eloqüência do estadista, a curiosidade da imaginação, unida à perseverança nos trabalhos da vida e à audácia da invenção. Depois do Júpiter, que civilizou a Grécia, e de Minerva, que entronizou a justiça em Atenas, é lícito afirmar que foi o gênio de Ulisses que conquistou, em Sócrates e Platão, o mundo das idéias, em Aristóteles, os fenômenos do universo, em Demóstones, a política, e ainda posteriormente pôde invadir Roma e transformar Tarquínio e Bruto nos Cipiões.

Um retórico moderno, apaixonado por essa figura insinuante, tão belamente descrita por Homero, chega a atribuir-lhe "um culto profundo pelo belo e um amor inato da proporção".

"Conhecer bem êste personagem, diz Ordinaire, importa o mesmo que conhecer a eloqüência grega até a época em que os retóricos aperfeiçoaram-na com a sua arte e também a corromperam." [2]

No parecer dêste ilustrado professor, a eloqüência de Ulisses, que, estando muito acima da de Nestor, pela sobriedade teria de transformar-se na de Demóstenes, apenas o grego se fizesse cidadão, representa no tempo de Homero a ciência do govêrno, dando aquêle que a produz a verdadeira fisionomia do que chamaram então *pastor dos povos*. É precisamente a essa qualidade que Ulisses deve na *Ilíada* o prestígio a que não escapa o próprio Agaménon.

Quem ler cuidadosamente êsse poema e a *Odisséia* reconhecerá quanto o rei da Ítaca mereceu os carinhos da musa homeriana e quanto empenho foi pôsto pelo poeta na glorificação do gênio heleno simbolizado nesse personagem. Tudo quanto cerca Ulisses é bárbaro e selvagem, só o seu espírito arguto sabe desembaraçar-se das trevas da mitologia e da confusão dos acontecimentos. Se, como afirmava Protágoras, o homem é a medida do universo, e dessa concepção de relativismo nasceu a civilização mediterrânea não há dúvida que nenhuma encarnação mais fecunda houve dêsse movimento do que a dêsse Ulisses, cuja clarividência permitiu separar o homem da barbaria circundante para fazê-lo o que êle foi depois em Péricles.

Hércules limpara a Terra dos monstros, Teseu vencera os salteadores; o gênio de Ulisses fêz mais do que êsses tipos legendários: na política e na vida social realizou o mesmo que Fídias na estatuária — tornou o homem compreensível na sua beleza e na sua fôrça, sem auxílio das divindades fabulosas. E como a função principal da cultura grega devia ser precisamente a de converter a vida humana numa florescência artística, transparente, nítida, que não se confun-

---

[2] Ordinaire, *Rhétorique nouvelle*, p. 58.

disse em coisa nenhuma com o ambiente turvo onde residiam as fôrças da natureza, Ulisses surgia na obra homérica como o ponto inicial dessa revolução — a civilização do homem, não mais pelo terror de Júpiter, nem pela ação de semi-deuses ou de heróis como Prometeu e Jason, mas pela influência da palavra, pela eloqüência aplicada ao bem social, pela experiência das coisas, pelo bom senso e por uma atilada condescendência diante das fôrças naturais que terminava resolvendo-se numa infinda simpatia pelo homem, em suma, pelo desenvolvimento de faculdades que teriam depois de criar êsse sentimento de humanidade e cosmopolitismo, apanágio dos tempos modernos.

II

*O País*, 18-10-1898

Homero, dirigindo-se ao povo, não podia deixar de dar a Aquiles a grandeza que lhe deu. Mas essa parte do poema, destinada a falar às paixões dos bárbaros, não é o que os reis e os pensadores ouviam recitar com mais interêsse. Nos atos e nos discursos de Ulisses é que se encontra êsse interêsse.

> Aquiles é belo, — diz o autor citado, — bravo, eloqüente, poderoso, filho de uma deusa, mas o seu orgulho intratável não consegue dobrar-se à obediência. Diomedes é valente como Marte, mas, impetuoso e temerário, vai até ao ponto de pretender lutar com os próprios deuses. Ájax, armado do seu escudo retoucado de sete couros, urrando como um touro, com o seu porte de gigante, seria um excelente chefe de tupinambás. Só Ulisses apresenta a configuração de um verdadeiro príncipe. Bravo como convém a um capitão responsável pela vida de seus soldados e do êxito da emprêsa, êle não procura nem foge ao perigo; não recorre ao emprêgo da fôrça senão quando esgotados todos os meios astuciosos. A espada se lhe afigura apenas o gume da política. Às violências dos adversários êle opõe a impassibilidade da fôrça serena e senhora de si mesma e nunca seus lábios proferem, à guisa de qualquer orador de hoje, palavras como estas: "vossas injúrias não chegam à altura do meu desdém!", porque prefere o interêsse público ao amor-próprio, julga mais eficaz convencer os outros do que humilhá-los.[3]

Esta habilidade de estadista e de diplomata, observada por Ordinaire, forneceram-lhe um dos melhores capítulos de ensino para o desenvolvimento da eloqüência natural. Com efeito tal eloqüência existia em Ulisses no mais alto grau e os seus discursos na *Ilíada* e as suas práticas na *Odisséia* põem em relêvo tudo quanto o gênio da Hélade tinha em embrião antes de avizinhar-se o brilhante século de Péricles.

---

[3] Ordinaire. *Obra* cit., p. 60.

Incontestàvelmente naquele poema Ulisses impõe o seu critério como uma fôrça invencível e a que ninguém resiste senão desarrazoando como Tersites, único a quem o grande homem replica esbordoando com o cetro. Era por isso que Minerva o reputava semelhante a Júpiter pela prudência.[4]

À perícia com que procede e ao conhecimento que tem dos caracteres de todos os chefes adjuntos do Agaménon deveu êle o poder salvar o exército grego da anarquia que seguiu-se à querela havida entre Aquiles e aquêle rei, em conseqüência de Briseis.

Arguto, Ulisses enxergou logo a gravidade da situação e, colocando cada um dos fatôres da guerra em seu lugar, tratou de guiar os acontecimentos por tal modo que os melindres de cada chefe fôssem respeitados. O que convinha antes de tudo, era evitar que os gregos fizessem, como ameaçavam, uma retirada vergonhosa, ameaça que aliás por mais de uma vez vê-se repetida no poema e que o rei de Ítaca consegue embaraçar, usando de vários estratagemas. Desde êsse momento vê-se Ulisses tomar pé em tôdas as negociações e levá-las com êxito até ao seu têrmo. É assim que êle começa por firmar com jeito no ânimo dos chefes mais cordatos e dos tímidos o princípio da legitimidade do ato de Agaménon, a quem Júpiter dera o poder soberano e que, portanto, depois de sondados os ânimos, tinha o direito de punir os refeces. "Nem todos podem comandar aqui; é perigoso que haja tantos superiores."[5]

O primeiro efeito dessa diligência no acampamento foi restituir a Agaménon a tranqüilidade e o prestígio que o brutal desacato cometido por Aquiles lhe havia arrebatado. Isto, porém, não era bastante para a boa marcha dos negócios; era preciso também empecer a propagação da *cólera* do filho do Tétis, cujo procedimento ulterior poderia contaminar aqueles generais covardes, que, não tendo mais interêsse na guerra, só pensavam num pretexto para voltar à Grécia ou para irem piratear no mar. O perigo estava no modo por que se neutralizaria o orgulho daquele imprudente cabo-de-guerra, cujas façanhas anteriores, riquezas e genealogia davam pretexto ao seu desrespeito a todo mundo. Para Aquiles a simples eloqüência de nada valeria; o que parecia mais conveniente era obtemperar lisonjeando a sua vaidade de homem necessário. E, pois, enquanto o formidável guerreiro "jazia deitado junto aos seus navios, entregue ao seu rancor, lamentando, cheio de saudade, a perda de sua Briseis, conquistada em Lirnasea a custa de tantos trabalhos", o diplomata homérico cogitava nos meios de mantê-lo nessa situação neutral, até que os acontecimentos se encarregassem de realizar

---

[4] *Ilíada*, C. II.

[5] *Ilíada*, C. II.

os oráculos. Ulisses bem via que Aquiles não se tornava inativo por motivo tão fútil; a sua sagacidade de psicólogo, como se diria hoje, ia mais adiante; o filho de Tétis era um leão e como êsses felinos gostava de entregar-se a preguiçosos lazeres, desde que não tinha diante de si uma prêsa imediata para segurar. A guerra prolongava-se e não proporcionava então as depredações em que êle fôra tão fértil nas costas da Ásia. Agaménon conduzia a guerra lentamente; essa direção, além de fatigá-lo, feria seu orgulho. Ao seu mando é que deviam estar tôdas as fôrças; e pois que o ofendiam, que terminassem a guerra sem o seu concurso. Foi antecipando êsse secreto pensamento de Aquiles que Ulisses pautou o seu procedimento.

Da eloqüência pròpriamente dita dêsse herói temos uma digna descrição na bôca do troiano Antenor, quando êste, nos muros de Tróia, à vista do exército dos gregos, confabula com Helena, referindo-se aos merecimentos dos seus generais. Para Antenor, Ulisses é o espantoso; e os troianos guardavam ainda a lembrança da agilidade intelectual por êle revelada quando fôra àquela cidade em companhia de Menelau negociar a entrega da mesma Helena.

> Ulisses erguia-se sempre para falar como se fôsse um noviço na sua arte: permanecia por algum tempo quieto, com os olhos fixos no chão, sustendo o cetro, firme, sem movê-lo, nem para um lado nem para outro; dir-se-ia um homem sucumbido, ou dominado da cólera ou perturbado sùbitamente por alguma idéia que lhe tirava a razão. Apenas, porém, soltava a loqüela, forte e sonora, as palavras saíam em borbotões como os flocos de neve no inverno descem sôbre os campos; e então nenhum mortal seria capaz de lutar com êsse orador. Todos esqueciam o seu exterior, pouco recomendável: a sua eloqüência, porém, causava uma impressão inolvidável.[6]

Pois bem, êsse dom invencível nem sempre servia à sua astúcia. Êle o empregava quando e onde era indispensável * e de acôrdo com os indivíduos aos quais se dirigia. A prova de que isto não é uma invenção minha encontra-se no Quarto Canto da *Ilíada*. Homero descreve uma importante conferência entre êste chefe e o rei dos reis. Parece que nesse momento Agaménon dirige-se com imperícia no conselho e infantilmente tenta desmanchar a obra de disciplina que tanto dera que fazer ao Taleyrand helênico, aludindo à falta de coragem dos chefes coligados. De que modo iria proceder Ulisses? Fingiu-se comovido, depois mostrou-se irritado, e, graduando a impressionabilidade de Agaménon, terminou por desandar-lhe uma repreensão em regra.

> — Atrida, diz Ulisses, lançando um olhar severo, e cheio de dignidade, que palavras são estas que acabas de pronunciar ? Ousas, então, dizer que a coragem de nós outros arrefeceu ! Quando empenharmos o

[6] *Ilíada*, C. III.

* No original estava no plural : "eram indispensáveis".

> primeiro combate com o inimigo verás, se por acaso tomares parte nêle, o pai de Telêmaco afrontando as linhas avançadas dos troianos e batendo-se com os que forem mais valentes. Isto que dizes chega a ser insulto, senão gratuita afronta.

A estas frases o rei interpelado, reconhecendo a sua miserável indiscrição, respondeu já em outro tom, desfeito num sorriso:

> — Filho de Laerte, prudente Ulisses, longe de mim a idéia de ofender-te, ainda mesmo excitando o teu valor.
>
> Ninguém melhor do que eu sabe que tua alma só se nutre de desígnios úteis à nossa causa, e que teus sentimentos são perfeitamente acordes com os meus.
>
> Vai combater e assim repararemos tôdas as nossas perdas; e se alguma palavra houve de sentido duvidoso no meu discurso, que os deuses a apaguem da lembrança de todos nós.

Outro é o estilo do insigne diplomata quando as circunstâncias o forçam a entender-se com Aquiles, cuja insociabilidade a todos amedrontava. Os gregos acabavam de sofrer um grande revés; tinham sido repelidos por Heitor até ao litoral. Agaménon passara uma terrível noite de insônia; o abatimento dos ânimos era geral; via-se a consternação em todos os semblantes; e o próprio Ulisses achara prudente transportar-se com sua gente para os navios. A reflexão não havia desamparado, porém, ao pai de Telêmaco; e como Nestor ponderasse que a noite que se ia seguir decidiria da sorte do exército grego, recobrados os espíritos do primeiro abalo, resolveu-se em conselho que se implorasse o auxílio de Aquiles. Essa assembléia é talvez a mais importante dentro as que nos descreve Homero, justamente porque nessa ocasião se revela todo o espírito conceituoso e previdente de Ulisses, por sua ausência. O grande planista, embora cônscio da gravidade da situação, não a julgava tão apertada que por falta de socorro dos contingentes de Aquiles, pudesse determinar a exterminação dos aliados. A sua clarividência militar mostrava-lhe até que ponto a fúria dos troianos podia ser-lhes perniciosa; e com essa clarividência vinha a certeza de que, desde que obtemperassem, os gregos, mais cedo ou mais tarde, obteriam o concurso do rei da Tessália. Por outro lado sabia que Aquiles naquele instante não cederia dos seus caprichos, e por isso mesmo que não considerava o caso perdido antevia que o orgulho daquele chefe o manteria na mesma posição erecta da divindade que espera o momento oportuno para intervir. Provocar essa intervenção era justamente o que o seu espírito procurava. Todavia, não recusou a missão de que o incumbiram, de ir convencer Aquiles, acompanhado de Ájax e Fenix. A recepção dos embaixadores nas tendas do filho de Peleu realizou-se na altura de tão altos personagens e do bom humor em que se achava o príncipe. É, porém, para notar-se a figura com que Homero conduz esta importante cena.

III

*O País*, 23-10-1898

Ulisses, todos os gregos, e o menos diserto, Fênix, embora velho e respeitável, fala para se acabar, e não há recanto de adulação que êle não esquadrinhe para agradar ao temperamento de Aquiles e despertar as suas ambições de glória. Ájax discorre com a impetuosidade própria de seu caráter.

O rei de Ítaca, entretanto, opera com prudência, cingindo-se a dizer o estritamente necessário. No seu discurso não há palavra que não seja calculada e medida para os devidos efeitos — como se dissesse um relatório sêco da situação da guerra, acompanhado da enumeração dos presentes, das vantagens e dos tributos que por Agamenon lhe eram oferecidos em troca da atenuação da sua cólera. A estas palavras Aquiles responde a princípio com brandura; à proporção, porém, que no espírito cresce a imagem de Agaménon, a sua ira se levanta e o diapasão da voz aumenta. Nada pode seduzi-lo: a sua resolução é irrevogável.

> Bem conheço Agaménon, para recear que consiga me persuadir.

Demais, não tinha êle sem seu concurso, realizado tantos e tão árduos trabalhos?

Pois que fizesse o mesmo com Heitor.

À ironia segue-se a injúria; à injúria pospõem-se recriminações acerbas e palavras de descrença. Os gregos não tinham outra coisa a fazer senão retroceder a seus lares. A tais injunções Ulisses não replica. Emudece, e com o seu silêncio dá os sinais do homem político que rumina.[7] Não o aflige, como aos outros, o convite de Aquiles para que desertem daquela guerra, porque sabe que Aquiles não se retirará enquanto não contar uma vitória. Diomedes é quem exprime junto a Agaménon o pensamento verdadeiro.

> Grande Agaménon, rei dos homens, teria sido melhor que não houvesses implorado a misericórdia do filho de Peleu com tanta abundância de coração. Êste guerreiro já era soberbo; os passos que demos não serviram senão para torná-lo ainda mais intolerável. Que vá se embora ou fique se quiser e não pensemos mais nisto; Aquiles surgirá no campo de batalha quando o coração der-lhe para isso, ou quando alguma divindade o excitar. O meu conselho é que vamos repousar, refazer as fôrças, combater.

A sorte da batalha que se segue, apesar dos prodígios de valor de Ájax, inclina-se ainda em favor dos troianos.

---

[7] *Ilíada*, C. IX.

Dos navios, Aquiles, observando os acontecimentos, sorri e denuncia tôda a maldade de seu espírito orgulhoso: "Nobre Pátroclo, caro amigo, é chegada a ocasião de ver os gregos a meus pés: essa gente não tem outro recurso". [8] Aquiles pronuncia-se por êste modo, e ao mesmo tempo Ulisses desenrola a sua tática, sugerindo a Nestor o seu oculto artifício. A luta continua cheia de alternativas e durante ela incuba no ânimo de todos o desenlace que afinal surge de improviso. Graças àquelas sugestões, Pátroclo é demovido da segurança em que vivia junto de Aquiles, e em lágrimas obtém ordem de combater adornado das armas do amigo. Era a conquista, calculada por Ulisses, que sorrateiramente se operava. O próprio filho de Peleu não pode ficar indiferente e apressa-se em levantar os contingentes que deveriam auxiliar a ação do amigo a quem amava mais do que a saudosa Briseis. O que houve depois todos os leitores da *Ilíada* sabem de cor. Na conformidade das previsões de Ulisses. Pátroclo entra na liça para morrer às mãos do feroz Heitor. Desde êste instante Aquiles, não conseguindo mais dominar o seu furor, corre ao campo inimigo para vingar o excídio daquele a quem êle dedicava maior amor do que a uma espôsa, e assim terminou a crise.

Na *Ilíada* a fisionomia de Ulisses é precisamente a de um grande diplomata, em cuja competência todos confiam, e que Agaménon encarrega de tôdas as negociações. O gênio de Homero, apesar do que dizia Apuleu, fêz nessa admirável criação o esbôço de tôdas as aptidões políticas que os gregos teriam de futuro de encarnar nos personagens mais notáveis de sua história. *Na Odisséia*, o tipo menos ao gôsto, talvez, porém, mais interessante, apresenta-se sob os aspetos da vida social e doméstica, revelando o lado verdadeiro, poético e humano da raça mediterrânea.

Há quem pense que o Ulisses da *Odisséia* difere completamente do da *Ilíada*. Reinach é dessa opinião e julga até que o personagem poderia pertencer a outra mitologia. "Odisseus em etrusco é Nanus, que quer dizer anão, pequeno. Ulisses, o astuto, devia ter sido um dêsses maravilhosos homenzinhos audaciosos e ao mesmo tempo sagazes, semelhante aos que se encontram nas mitologias do norte". [9]

Não me parece que tal modo de ver tenha assento nos textos do poema. Dez anos eram decorridos depois de arrasamento de Tróia. Todavia, o Ulisses que em companhia de Ájax penetrara no campo dos troianos, à noite, o imolara em silêncio mais de um guerreiro, mostrando a coragem refletida dos grandes chefes, é o mesmo que aparece nos últimos contos da *Odisséia*, vigoroso e forte, disputando nos jogos o primeiro lugar aos perseguidores de Penélope, e que

---

[8] *Ilíada*, C. XI.

[9] Reinach. *Manuel de Philologie classique*, I, 350.

continua as suas antigas façanhas exterminando os miseráveis que enxovalhavam a sua casa.

Esta segunda obra de Homero não é senão a amplificação das qualidades do predileto dos gregos e que no poema das grandes batalhas não podiam deixar de ter sido sacrificadas. Imaginem-se as faculdades de um estadista de súbito afastado dos negócios e pôsto em disponibilidade, buscando objeto em que se apliquem. Eis Ulisses na *Odisséia*.

A alma de um homem de alta competência nunca fica estéril ainda que desviada dos objetos que constituem a sua principal paixão. Pode se calcular de que natureza seria a tranqüilidade que descia sôbre essa prodigiosa atividade, depois de concluída a guerra. A consciência repleta de dez anos de serviço contínuos e sempre profícuos; a imagem diante dos olhos de uma obra de habilidade complicada, mas sempre vitoriosa; a lembrança de que sem a sua inteligência astuta a bravura de chefes como Ájax e Aquiles de nada valeria o que sem o roubo de paládium e a estratégia final do cavalo de madeira a luta não teria um têrmo: tudo isso devia produzir nesse coração, então deserto das emoções do ofício político e de conselheiro de guerra, necessidades urgentes de movimentos reparados.

Foi na *Odisséia* que o bardo de Quio procurou desenvolver essa necessidade e ao mesmo tempo mostrar a maleabilidade do caráter jônio em contraposição às asperezas da raça dos dórios.

Não diz a legenda qual a causa precisa que determinou o afastamento de Ulisses do seu objetivo, que era a volta ao seio de sua família. Pouco importa, porém, sabê-lo desde que se possa haver essa peregrinação forçada pelas ilhas do Mediterrâneo como natural naqueles tempos. O que nos interessa hoje nessa fertilíssima narração é a piscologia de caráter do pai de Telêmaco.

Em todos os cantos da *Ilíada* em que surge o rei de Ítaca, um fato nos impressiona: é a clareza e o golpe de vida. Êle nunca se ilude no que respeita ao caráter de cada um dos seus companheiros.

Na *Odisséia* essa qualidade, transportada para outro terreno de observações, dá como resultado a curiosidade helênica, a coragem *vis-à-vis* das fôrças inconscientes da natureza e o espírito experimental que deveria depois concentrar-se em Epicuro e Aristóteles. Grande parte do poema compõe-se de legendas, de feitiçarias, que o espírito de Ulisses desembrulha. A sua sagacidade difere profundamente da dos outros, e a sua imaginação, superior a tudo, não o deixa ficar inerte e espavorido no meio das crendices que o espírito noveleiro dos fenícios espalhara pelas costas da Grécia e da Sicília.

A primeira impressão que se experimenta ao entrar na *Odisséia* é a gentileza dêsse velho que tivera ainda o poder de apaixonar uma

deusa como Calipso. Não nos lembra porventura êsse episódio o que depois sucedeu com César junto a Cleópatra? Os homens dessa estatura são sempre muito sensíveis à beleza e aos encantos femininos; todavia, nota-se que, se êles por um lado não repudiam o gôzo, por outro não perdem a prudência, guardando vigilantes a fôrça necessária para oportunamente se salvarem. Como geralmente se diz na história, César, perdendo Cleópatra, conquistou o mundo. Para que Ulisses fôsse completo, era preciso também que as contingências de amor não o suplantassem como pelos tempos adiante sucedeu com o desgraçado Marco Antônio.

IV

*O País*, 29-11-1898

A linha de cavalheirismo, Ulisses nunca a perde.

As suas maneiras no episódio de Nausicaa deixam a perder de vista o que possa haver de mais delicado na literatura dos trovadores.

Homero foi de rara felicidade compondo êsse episódio.

Nesta parte da *Odisséia* encontro Ulisses náufrago dos furores eróticos de Calipso, graças aos ardis sugeridos por Mercúrio, salvo na ilha dos Feácios. O poeta descreve-o profundamente adormecido num leito de fôlhas, sob um docel de verdura, onde nunca haviam penetrado, nem os ventos, nem o sol, nem a própria chuva. Minerva, impelindo-o para êsse retiro delicioso, proporcionava assim ao herói extrema alegria. A tranqüilidade descera ao seu corpo fatigado e infundira-lhe deliciosos sonhos. Sucedia, porém, que êle se tivesse dirigido para as vizinhanças do palácio do rei da ilha, Alcineus, cuja filha, Nausicaa, naquele dia, como qualquer aldeã das margens, se dera ao capricho de ir lavar a roupa à fonte, na companhia das suas criadas.

O ruído feito pelas raparigas desperta o espôso de Penélope, o qual, vendo-se nu e a descoberto, corre para a parte mais espêssa da folhagem.

É neste ponto delicado que o gênio de Homero se revela, dando a Ulisses o tato do diplomata bendito entre as mulheres. A situação de escândalo era inevitável. Que faz então o ardiloso qüinquagenário? Na sua robustez de guerreiro traquejado por uma guerra que parecia infinda e pelas traições de ninfas e sereias, tendo diante de si a beleza de uma criança ingênua, cujos olhos velados de pureza o vestiriam miraculosamente, pensou no perigo da situação, e resolveu-a com a argúcia de costume. Não há monstros nus, e o horrendo não tem sexo. Vendo que o seu corpo, desfigurado pela espuma

e pelo lôdo do mar, dava-lhe o aspecto de um habitante netunino, êle atirou-se sôbre o grupo de alunas do palácio de Alcineus, que debandaram logo, dando gritos de terror, e se foram ocultar nas grotas do litoral.

Homero compara Ulisses nesse primeiro movimento ao leão enfurecido pela presença súbita de um rebanho de carneiros. As privações e os infortúnios, a influência dos ares netuninos haviam provávelmente refluído sôbre o erotismo do guerreiro; e desta circunstância perversos escritores tiraram tema para glosas ofensivas do caráter dêsse ilustre conselheiro de Agaménon. Ovídio, por exemplo, descreveu êsse episódio com côres tais que o próprio Príapo recusaria transcrever.

Ulisses, todavia, reflete; e o jônio delicado recobra a sua costumada firmeza. Das raparigas, a única que não foge é a filha de Alcineus, porque não se assombra, antes pensa que se trata de algum fauno inofensivo.

A ilusão não dura muito. Ulisses calculava *in pelo* vestir-se de dignidade aos olhos daquela inocente e adorável criatura. Vacilando, porém, entre ir abraçá-la pelos joelhos humildemente, ou pedir, de longe, dentre os rochedos, que lhe mande vestidos e ensine o caminho da próxima cidade, toma, por último, o alvitre de insinuar-lhe, de onde estava, já meio escondido, as seguintes frases:

> — Princesa, acha-se diante de vossos olhos um súplice mortal. Se sois uma das deusas, que habitam o Olimpo, já não duvido que sejais Diana, filha do excelso Júpiter, pois tendes a sua beleza, a sua majestade e os seus encantos. Se, porém, pertenceis ao número dos mortais, que habitam na Terra, não tenho senão que dar parabéns aos vossos venturosos pai e mãe e aos vossos felizes irmãos. Que fonte inesgotável de prazer não deve ser para êles o terem diàriamente uma menina tão admirável adornando as suas festas íntimas! Mas mil vêzes mais venturoso seria ainda aquêle que, após a opressão das dádivas, preferido entre os rivais, tivesse a fortuna de conduzir-vos ao lar; pois acreditai, nunca vi objeto tão surpreendente. Fulminam-me o espanto e a admiração! [10]

Não fica nestas palavras a apresentação do cavalheiro Ulisses. E se se expungissem do seu discurso os vocábulos que lembram a mitologia e a geografia grega, seria para julgar que se está lendo a fala de algum herói dos tempos clássicos do galanteio.

Com efeito Ulisses, uma vez tranqüila a sua gentil interlocutora, com a habilidade que lhe era particular, passa a exercer a benéfica fascinação, que os grandes homens de sua espécie sabem produzir, apesar da idade, em pessoas juvenis — um misto de carinho paternal e de amor. Diz-lhe primeiro que em Delos junto

[10] *Odisséia*, liv. VI.

do altar de Apolo vira um dia de repente emergir do solo uma belíssima e esguia palmeira que o enchera de assombro; e que a sua súbita aparição não lhe causa menor admiração, nem o maravilha tanto. Em seguida, buscando quebrar o efeito do sentimento majestoso, que infundia a sua virilidade e o seu hábito do comando, põe-se a escolher no vocabulário humano o que há de mais terno e abdicante na afeição do maior para o menor.

— Só o temor o impede de aproximar-se dela para embraçar-lhe as pernas. A fadiga, a dor e a tristeza o haviam reduzido a nada, a um náufrago, incessantemente perseguido por deuses vingativos, pelas ondas revôltas e pelas tempestades implacáveis. Que novas misérias o esperavam talvez naquela ilha? Felizmente, porém, ali estava uma princesa generosa, que de suas desventuras se apiedaria.

Depois de tantas aventuras era ela a primeira pessoa, cuja proteção êle se atrevia a implorar. E conclui por pedir-lhe a esmola de alguns trapos com que se abrigue, e conselhos quanto ao caminho que deverá seguir. Encomenda-a aos deuses e faz votos para que lhe dêem um marido digno de sua prosápia e de sua florescente estirpe e capaz de perpetuar a união dos esposos — o melhor presente que os imortais podem conceder ao homem.

Pode-se imaginar o efeito produzido por esta lábia no coração virgem e meigo de Nausicaa, impressionada por tanta delicadeza de maneiras e tanta prudência viril. A petulância própria das naturezas francas, como era a da filha de Alcinous, eleva logo o espírito da princesa. A sua resposta é de protetora. Um homem perseguido não aportaria àquela ilha, separada do mundo e amada dos deuses pela benignidade dos habitantes, sem que fôsse tratada como merecia a desventura, segundo os princípios de hospitalidade. Ordena, pois, às fâmulas que lhe dêem alimento, e o banhem no rio ao abrigo dos ventos. As raparigas obedecem; faz-se tudo à feição do mínimo desejo da gentil senhora.

Ulisses, todavia, sempre astuto e delicado, declina daquele excesso de bondade, e pede permissão para ser êle mesmo quem cuide de limpar-se da espuma do mar e dos sargaços que o desfiguram e que se perfume. Não ousa banhar-se à vista das raparigas, não porque os costumes o proibissem, mas porque o pudor e o respeito impediam sua delicadeza de mostrar-se em estado de indecência.

A comitiva de Nausicaa afasta-se; e o diplomata Ulisses, que estava ávido de luxo, entrega-se com furor à toalete, que há tanto tempo não fazia. A sua transformação dá-se por completo. Diz Homero que Minerva aumentara-lhe o porte, tornando-o mais majestoso, contornara-lhe os belos cabelos de novas graças e que "semelhantes à flor do jacinto caíam em grossos anéis sôbre as espáduas".

Minerva, enfim, derramara por tôda a personalidade de Ulisses a beleza, a nobreza e a majestade.

Já não é mais o selvagem marinho de há pouco; é o homem, é o grego e o tipo do herói mediterrâneo, amadurecido pela luta e pela meditação. Cônscio do prestígio que emana de sua pessoa, êle afasta-se um momento para beira-mar, senta-se num rochedo e medita sob os olhores da princesa, que não cansa de admirá-lo, surprêsa!

— Será aquêle estrangeiro, semelhante aos imortais, o marido sazonado que Júpiter lhe destina?

Ulissés segue-a silencioso, discreto; Nausicaa sente-se coata e conduz o hóspede ao palácio de seu pai.

A impressão dessa história não lembra a paixão de Madame Lesseps, quando, ainda adolescente, sentiu-se ferida pelo fulgor dêsse belíssimo espécime de qüinquagenário que abrira o istmo de Suez e que a desposou?

Vejamos agora o pai de Telêmaco em ação na vida *high-lifeana*, como se diria hoje.

A cidade dos feácios era à beira-mar, e os itinerantes tinham de atravessar as obras do pôrto, onde uma população de marinheiros maldizentes se ocupava de fazer cancãs sôbre tudo quanto se passava nos arredores. Esta circunstância determina a bela página, em que Homero descreve os escrúpulos de uma donzela que não quer passar por imprudente, expondo-se à difamação, e que ao mesmo tempo trai-se inquieta diante de um belo estrangeiro. Nausicaa observa a Ulisses que não lhe era lícito acompanhá-la, sem comprometimento, nos lugares públicos da cidade, pelo que convida-o a separar-se.

Uma vez no palácio de Alcinous começa Ulisses a mostrar a finura do seu tato de um homem afeito a tudo. A gente que o cerca é meticulosa e de temperamento chauvinista.

O regime patriarcal da família de Alcinous não era incompatível com a grandeza e com o luxo. O marido de Penélope encontra, pois costumes, entre os quais vê-se obrigado a navegar com as mesmas cautelas que já empregara na Sicília. Basta dizer que, iluminado por luzes ofuscantes, tinha o palácio salas forradas de ouro, outras de prata e muros de bronze. À porta viam-se dois molossos de ouro fabricados por Vulcano, com arte infinda, os quais a defendiam mecânicamente, pelo que o poeta dizia que eram imortais. Nas salas viam-se em roda donzéis do mesmo metal, que suportavam os tocheiros nos dias de festim. A princesa era servida por cinqüenta escravas, que se distribuíam em minúcias de toalete. Riquíssimos estofos e móveis reluzentes.

O cavalheiro Ulisses apresenta-se revestido de modéstia. Estuda os circunstantes e busca descortinar os tiques do caráter de Alcinous, de quem dependerá o seu regresso à Ítaca.

Retirados os convivas, começam os agrados verdadeiramente familiares. A curiosidade da rainha, que desconfia reconhecer nas vestimentas do herói roupa de casa, cria-lhe as primeiras dificuldades. A história, porém, das suas aventuras e especialmente das perseguições de Calipso, aplaca essa curiosidade feminil, que se converte, para logo, em egoísmo maternal. Já lhe quer parecer que o episódio de sua filha Nausicaa tem grande significação; e, cedendo a uma natural indiscrição, propõe ao guerreiro ilustre tomá-lo para genro. É a condição do seu regresso. Ulisses não se sofre de contentamento; mas compreende logo as novas dificuldades que lhe vão criar as gentilezas dessa família de fidalgos. Redobra de astúcia e refina as suas qualidades de homem de sociedade.

Não é meu propósito dar aqui uma nova ilustração dêsse delicioso trecho da *Odisséia*. Basta indicar o que fêz Ulisses no conselho dos feácios, reunidos por Alcinous, para resolver sôbre o pedido do estrangeiro, que pretendia voltar à sua terra.

Não é preciso dizer que o porte e as maneiras do herói vencem o espírito pequenino dos nobres da cidade, e que daí a nada se decreta que seja aprestado um navio para conduzi-lo à Ítaca.

Seguem-se os recreios com que a educação atlética dêsses povos desarmava o mau humor e reconciliava os piores temperamentos. Ulisses, que nas salas do palácio, ouvindo os cantos de Demodocus, fôra um artista, e que, dirigindo-se aos circunstantes, mostrara a sua infinda delicadeza de maneiras e de imaginação, nos jogos desenvolve sua perícia até o ponto em que não ofenda a vaidade das pessoas que o hospedam. Nas danças o sucesso da gentileza, com que soubera vencer, é excedido ainda pelo encanto com que o herói acompanha e lisonjeia a agilidade dos filhos de Alcinous. Nausicaa, cada vez mais subjugada, envolve-o num olhar de admiração saudosa. A obsedação dos agrados de tôda essa gente, conseqüência irrecusável dos dotes de feiticeiro do marido de Penélope, obriga-o por último a declarar quem é, a referir miùdamente os trabalhos que suportara, e a confessar o seu estado de casado e as torturas que o eterno feminino já lhe tinha feito sofrer. A habilidade, com que o narrador prepara o seu memorial e dispõe em seu favor o gênio da admiração, dá em resultado um lucro a que o rei de Ítaca não era indiferente. Além da paixão que provoca, a sua eloqüência artificiosa, capaz de quebrar os maiores preconceitos, acaba por produzir em Alcinous e nos príncipes que o cercam o delírio da prodigalidade. Querem que êle volte para junto da espôsa, mas carregado de presentes, tal era o prêmio de tanta bondade,

virtude, talento e heroísmo, pois Demodocus, em seus cantos, dissera o que fôra Ulisses no cêrco e na expugnação de Tróia.

A naturalidade desta cena é extraordinária. A insobriedade das manifestações pela grandeza é um defeito — talvez uma boa qualidade — humana, que existia na Grécia e existe ainda hoje, porque, humana e sadia na sua origem, que é a doçura dos instintos de simpatia pelo que se apresenta no homem com o caráter do belo, só degenera quando atiçada pela política do interêsse e da inveja.

Ulisses, que no fundo é sempre um diplomata, não desdenha dêsse engrossamento; e deixa-se conduzir pelos deuses a novas aventuras.

## V

*O País*, 29-12-1898

Se na vida elegante e suntuária dos palácios a astúcia do divino Ulisses se manifestava pelo modo anteriormente descrito, não menos cheia de interêsse se apresentava a sua atividade na faina dos negócios civis ou domésticos. [11]

Ulisses encarna não só a política fina e ampla da sua raça, mas também o gênio comercial que deveria depois insuflar nos romanos grosseiros e simplesmente fortes em suas virtudes agrárias o talento que bateu no Mediterrâneo a pretensão semita.

Cartago caiu, por assim dizer, graças às lições de Ulisses.

O gênio de Roma fundava-se na expansão da propriedade territorial.

Foram os últimos Cipiões, educados então na ciência e arte gregas, que fizeram êsse povo deixar a terra para arrostar os mares em novas aventuras, tentando a via comercial.

---

[11] Quando já estavam escritos os quatro primeiros artigos dêste ensaio, sucedeu cair-me nas mãos a obra de Delorme, intitulada *Os Homens de Homero*. Li-a e fiquei surpreendido com a identidade de alguns pontos de vista. Dissipada a surprêsa, porém, não me foi difícil descobrir a razão da similitude: a origem comum da sugestão. Eu, para o meu estudo, recorri à leitura da *Ilíada* e da *Odisséia*: os aspectos particulares me foram despertados pela impressão diretamente obtida nas páginas de Ovídio, em especial nos *Diálogos*, de Luciano, no *Burro de Ouro*, de Apuleu, no *Satiron*, de Petrônio Arbiter, em Valério Máximo em Aulo Gélio, finalmente em Dictis e Darés, através dos belíssimos estudos que se encontram na *História da Literatura e Língua Francesa* publicada, sob a direção de Petit de Julleville.

Felizmente para mim Delorme não se lembrou de estudar Ulisses nas suas missões diplomáticas: tomou-o apenas em bruto como tipo da sagacidade, nem tampouco cogitou na identidade dêsse espírito com o da civilização mediterânea e seu conseqüente desenvolvimento moderno. Penso que nisto reside alguma coisa que possa salvar o meu trabalho da vulgaridade, se é que algum escritor a mim desconhecido já não fêz estudo semelhante.

Verifica-se, contudo, pelo estudo da engrenagem dos fatos históricos, que os romanos, pròpriamente ditos, nunca usaram da astúcia espontâneamente. A legião, que foi a sua arma invencível, dispensou-os por muito tempo dos esforços e argúcias da diplomacia. Como a fôrça cônscia de si marcha sempre de frente, êles não contornavam o inimigo; estavam acostumados a jugulá-lo. Sem embargo disso, Aníbal obrigou-os a refletir e só então convenceram-se êles de que deviam utilizar a experiência do gênio grego. Sabe-se que a brilhante decadência do período alexandrino pôs todos os seus trabalhos e estudos ao serviço do povo que se dizia *rei*.

Quem não vê em cada grego que entra em Roma um Ulisses em casa de Alcinous?

O Grande vencedor de Tróia representa, pois, a iniciação do espírito jônio na formatura do espírito ocidental. Para chegar a esta conclusão basta acompanhar com cuidado os trabalhos dêsse herói na *Odisséia*, que, por ser o documento da gênese dêsse espírito, tem para nós mais interêsse do que a *Ilíada*, onde apenas se põe em relêvo a vitória do ramo de uma raça sôbre outro, interêsse, portanto, remotíssimo.

Na *Odisséia* o espírito jônio torna-se característico em dois pontos de grande importância: — o princípio da dissolução dos mitos comerciais ou fantasmas egoísticos que envolviam em malassombramento a bacia do Mediterrâneo, e a propaganda da indústria realizada pela astúcia.

O poema doméstico de Homero nesta parte sobreleva a tudo quanto se possa imaginar de mais completo, pois que êsse poema reflete os aspectos que a evolução helênica deixara impressos nos litorais e nas ilhas existentes entre a Trinacria, o delta do Nilo e o Bósforo.

Consideremos, por exemplo, o episódio de Polifemo.

Ulisses é colhido pelo ciclope, que Homero descreve como um homem de prodigiosa estatura, isolado dos outros ciclopes, levando numa gruta, cercado dos seus rebanhos de carneiros, uma vida selvagem e brutal. Antes, porém, de entrar em relações com o monstro, o sagaz companheiro de Ájax e Diomedes prepara o último *salto do gato*: leva consigo bem guardada uma urna contendo um vinho com que o presenteara Maron, filho de Evantes, o grande sacerdote de Apolo em Ismara. Êsse vinho delicioso e perfumado caía no gôto de quem o bebia, e não havia prudência, nem temperança que lhe resistisse.

O ciclope tinha um ôlho só. Horrendo, intratável, desconhecia a hospitalidade. Ao contrário disto, pela narração homérica. vê-se que não seria senão a representação legendária de régulos ou povos da bacia mediterrânea, menos freqüentados, suspeitos à ci-

vilização grega e que só a conheciam pela ação dos seus piratas. Compreende-se que tais ciclopes não podiam avistar gente de costumes civilizados, sem entrar logo em desesperada cólera. Quando os pilhavam, trucidavam-os; os fenícios em extorsões do trabalho alheio e rude, mestres dos gregos, inventavam que êsses pobres-diabos não passavam de antropófagos, fora da lei e da humanidade.

Ulisses seguramente, quando os encontrou pela primeira vez, reconheceu a sua verdadeira natureza. Os companheiros, porém, não pensaram do mesmo modo, exigiram que se voltasse aos navios levando as vasilhas de leite, os queijos e os rebanhos para bordo. À rapinagem o marido de Penélope preferiu o amansamento do monstro. As prevenções do ciclope, bem como as suas intuições de homem que só tinha um ôlho, entram em perplexidade, e levam Polifemo a dizer:

> — Estrangeiro, tu não tens juízo, ou não nos conheces. Fica sabendo que os ciclopes não fazem caso de Júpiter nem de todos os deuses juntos. Nós valemos mais do que êles; portanto é escusado procurares esbarrar a minha cólera, à fiúza de que eu, com receio de tais divindades, vou já me enternecer e sucumbir à piedade. [12]

A luta é inevitável. Como neutralizar essa enormíssima brutalidade. Ulisses, que nunca dispensava a violência, quando necessária, vendo alguns companheiros mortos, considerando, por outro lado, que Polifemo encerrava a todos na sua caverna pondo à entrada um rochedo que só êle mesmo poderia erguer, treme diante da inutilidade da luta e pensa em descobrir um ardil que liberte a todos.

Não lembra acaso êsse episódio fantástico o que se tem dado com muitos exploradores na África, e, sob aspecto menos bravio, o que sucedeu a Bompland no Paraguai, retido durante perto de 20 anos, entre a vida e a morte, pelo lipemaníaco Dr. Francia? Êsse ciclope do Paraguai era também um desconfiado até a atrocidade, terrível no seu isolamento, e se não foi bárbaro, teve contudo um só ôlho na consciência, que era aquêle que lhe mostrava a traição em todo elemento alienígena. O infeliz Bompland, porém, não dispunha do vinho mágico de Ulisses. Querendo naturalmente convencer o tirano, como naturalista, das verdades científicas, de que era portador, comprometeu-se ainda mais, e por isso teve de curtir um cativeiro longo e sem nome na História.

Ulisses, pelo contrário, abandona a eloqüência, e da civilização tira o tóxico com que há de vencer o selvagem. Na Ásia os inglêses haviam de posteriormente usar do mesmo estratagema alargando o comércio do ópio. O ciclope, pois, deixa-se conduzir; aceita o vinho que Ulisses lhe oferece, repete a dose, embriaga-se, por último, cain-

[12] *Odisséia*, liv. IX.

do de costas, sepulta-se num sono profundíssimo. Nesta situação o engenhoso pai de Telêmaco fura-lhe o ôlho único com um varapau em brasa; o ciclope desperta dando urros; mas os vizinhos ciclopes que acodem em seu socorro retiram-se logo, porque o estratagema do grego pusera nos lábios do monstro a palavra *Ninguém.* [13]

Não me alongarei reproduzindo uma história que todos conhecem. O modo astucioso pelo qual Ulisses conseguiu libertar-se, utilizando a própria fôrça de Polífemo para desobstruir a entrada do antro, ainda vem demonstrar quanto a musa homeriana, embora grácil e satírica, excede a quantas pinturas fizeram Estrabão e os geógrafos do período alexandrino da situação real da barbaria quando entrou em contacto com a civilização dos gregos.

Dêstes ciclopes saíram depois os Rômulos, os Tulos-Hostílios, os Tarquínios.

Os episódios da *Odisséia* que se seguem ao de Polifemo; as lendas de Circe, dos odres de Éolo, das Sereias, de Scilla e Caribdes e outras são perfeitamente traduzíveis, sem recorrer à simbólica dos alemães, que buscam enxergar em tudo tranformação ou expansão de *raizes místicas.*

Os fenícios, quando andavam dominados da febre de expansão igual à que hoje devora as nações européias com relação aos povos chamados coloniais, cuidaram logo de afastar a concorrência. Os gregos, naturalmente, foram os primeiros concorrentes. Dali nasceu o encontro de duas mitologias; a semita e a ariana.

Os fenícios, logo que voltavam das suas explorações, fertilizavam as mentiras que contavam com as idéias e imagens terríficas que lhes ministravam os Baal-Fegors, os Melkarts, os Molocs, os Tanits, da sua religião de sepulcros. O fim principal dessas mentiras desavergonhadas era afastar os navegantes gregos, aparentemente tímidos.

A alicantina, porém, dos nautas semitas, fertilíssimos em intrigas atinentes ao monopólio dos mares, figurados sempre como *mare clausum* pelo terror e pelo sobrenatural; essa alicantina não prosperou. A luz diáfana do espírito heleno iluminou com pouco as margens de todo o Mediterrâneo. A Moloc sucedeu Júpiter, enérgico, porém, simpático ao homem, senão quase homem, e a ação depredadora mudou de eixo para transformar-se em ação moral e estética. Os gregos começaram a colonizar e comerciar; mas onde Júpiter impunha com o raio a obediência, Apolo instalava logo a lira e as artes, Minerva a ciência e a justiça. Brilhavam os mármores à luz do Sol; as estátuas dos deuses e dos heróis aviventavam o bulício das cidades: o mercador era um poeta, o nauta fazia-se filósofo.

---

[13] É sabido que nesse momento os ciclopes, perguntando quem ofendera a Polifemo, êste respondeu que *Ninguém,* nome que Ulisses dera como próprio.

Cartago caindo não venceu pela influência de sua civilização a alma do romano, porque os sufetas só cuidavam em fundar *comptoirs* e subterrâneos em que sepultassem suas riquezas de usurários.

O gênio de Ulisses animando o Mediterrâneo chegou até as margens do Tejo, segundo a tradição.

Não foi só isso. A *Odisséia* nos seus últimos livros mostra-nos a domesticidade e a varonilidade da família tal qual a monogamia a sagrou entre os gregos.

Essa parte do poema é uma das coisas mais belas que a poesia tem produzido.

Muito se tem celebrado a virtude de Penélope: ainda mais o vigor marital de Ulisses e a sua sagacidade na defesa do organismo constituído pelo lar doméstico, pelos bens de fortuna, pelas tradições, pela amizade e pelo respeito dos fâmulos. Há, porém, um traço que excede a tudo: a ligação do filho de Laertes com o fiel mordomo Eumeu. Ali está inteiro o germe da aliança futura do homem dirigente com o homem do povo. A solução econômica acha-se ligada àquela afeição do que dita a ordem ao que a cumpre com amor e dedicação. A sabedoria e a vigilância, unidas à veneração e à simplicidade de coração, para expelir do grêmio da vida honesta o parasitismo e a insobriedade de todo gênero.

Homero, sem querer, descrevendo a volta de Ulisses a sua casa, carregado da ciência e da experiência do mundo, analisando a situação da sua família, apreciando os dotes de Eumeu como administrador, iluminando a cólera do marido e a tática paterna quando expele e castiga os pretendentes que desonravam-no e ao mesmo tempo dilapidavam a sua fortuna; Homero, digo, pintava as dificuldades da sociedade moderna.

O mal de hoje reside todo na casta dos *pretendentes* e numa *elite* só habilitada para o gôzo. Enquanto o Ulisses moderno não se reunir ao seu Eumeu e ao seu Telêmaco para tornar impossível a vida incomparável dos parasitas, o problema não se terá encaminhado à sua definitiva resolução.

E não será por falta da introdução do espírito jônio nos hábitos de pensamento modernos que deixará de haver essa regeneração, pois que Ulisses atravessou a Idade Média nas trirremes do ideal e da arte.

Com a Renascença êle penetrou na política: e houve então um Maquiavel, que fundiu a sagacidade do rei de Ítaca na *política* de Aristóteles.

Maquiavel, porém, falhou, porque perdeu de vista os fins ulteriores do homem, só cuidando em remodelar o homem político na

Itália e expelir os bárbaros da península. Faltou-lhe Eumeu; êle não viu Telêmaco.

Depois do autor do *Príncipe* ainda se sistematizaram em desproveito daquela bela tendência da raça humana as superstições dos Niebelungen. O ouro do Reno envenenou a raça teutônica.

O anglo-saxônio, mais velho na civilização, inventou a *libra* com a qual substituiu o poder da legião romana.

Ulisses refugiou-se por algum tempo na França. Os seus companheiros, porém, mais de uma vez ali têm sido vítimas de Circe, das sereias e de outros monstros ainda piores do que Scila e Caribdes.

Ainda hoje a prudência e o engenho daquele povo, tantas vêzes celebrado como sucessor dos atenienses, acham-se em risco de afundar-se no horror de um sangrento disparate.

O espírito jônio, todavia, palpita por todo o mundo civilizado, ainda mesmo onde êle pareceria ser mais antipático.

Não esqueçamos que no meio das tortuosidades e brutezas em que têm vivido as nações ocidentais, há um contínuo forcejar no sentido da paz e da harmonia dos interêsses.

Essa aspiração é flutuante; mas no entanto irradia e cresce e aumenta em esperança e se corporiza em representantes de doutrinas várias.

Quem a mantém? Quem a segura nos transes angustiosos? O espírito da arte, o gênio das proporções, o módulo grego, o ritmo da vida; acrescente-se o ideal da sagacidade, aplicado a dominar as asperezas dos negócios e a conciliar o egoísmo do homem brutal com a grandeza, com o esplendor da vida de conjunto.

As nações da América talvez no século XX possam responder se os destinos de Ulisses lhe são fatais...

Sei que o maior inimigo de Ulisses tem sido e será ainda por tempo incerto o gênio da Igreja.

Dante o condenou, de acôrdo com a teologia, a pena infamante dos falsários na guerra, embora celebrasse êsse mesmo espírito de astúcia em Guido de Montefeltro, que é o precursor do homem moderno. Naturalmente não o devia fazer de outro modo, desde que seu mestre Virgílio, partidário dos troianos, chamara Ulisses *dirus* e *soevus*.[14]

O catolicismo, jurando nas palavras de Virgílio, ao qual não se pagaram suficientemente os serviços prestados como feiticeiro na Idade Média e os imortais versos da Sibila, tem votado guerra a Ulisses sob o disfarçado motivo da corrupção pagã, que aliás no tempo dos Medicis deu pretexto a muito belas orgias papalinas e cardinalescas.

---

[14] *Inferno*, C. XXVI.

Êsse *mal entendu,* porém, não durará por muito tempo. Os jesuítas, principalmente na América, foram, quando bem lhes pareceu, excelentes pescadores de almas, como disse Ribeiroles; e as conquistas êles nunca as realizaram senão com auxílio do *remo* de Ulisses.

O mal, contudo, resultava de que êstes soldados de Cristo, celibatários por ordem, místicos alguns, outros ferozes na dominação, estragavam o gênio sagaz da civilização, pretendendo transportar-nos dêste para o outro mundo, sem garantia nem apólice de seguro.

CLÓVIS BEVILÁQUA

PUBLICAÇÃO EM PREFÁCIO DO LIVRO DE CLÓVIS BEVILÁQUA, *ESBOÇOS E FRAGMENTOS*, RIO DE JANEIRO, LAEMMERT & CIA., 147 PÁGINAS.

Em 1877, o autor destas linhas fazia parte de uma das mesas de exame de preparatórios na Inspetoria-Geral de Instrução Pública desta capital. Presidia a essa mesa o velho Pedro Autran, que fôra lente de economia política na Faculdade de Direito do Recife. Um dia, fazendo-se a chamada, ouvi pronunciar o nome: Clóvis Beviláqua. Olhei: o seu portador era um rapazinho baixo, moreno, pálido, atarracado, cabelo muito corredio e emborcado sôbre a nuca, olhar meigo, melancólico, tímido; tipo de nortista. A minha usual distração acordou à vista dêsse môço; e a fisionomia do examinando fixou-se-me na memória para sempre, simplesmente por causa da singularidade daquele nome. Mal sabia eu que o mesmo Clóvis, vinte e um anos depois, dar-me-ia ensejo a tomar da pena, não para notar-lhe erros numa prova de madureza, mas para aplaudir uma série de provas de talento, exibidas em livro de altíssimo valor. O estudante fêz modestamente o seu exame e teve nota boa ou distinção, pois não me recordo do grau.

Agora veja o leitor um contraste de temperamento. Pela mesma ocasião, apresentava-se também a exame um outro menino, que depois eu teria de encontrar, com surprêsa, no mundo político, realizando grandes proezas. Êste era trêfego, petulante, de uma vivacidade irrequieta e com um brilho nos olhos que mo assinalou por uma vez. Chamava-se Silva Jardim. Tirado o ponto, que era de história, sentou-se êle à banca respectiva, e, após um curto espaço, assinou a fôlha de papel em branco e veio apresentá-la à mesa. Surpreendido o velho Autran com êsse ato, disse-lhe que não podia aceitar aquilo como prova, e que êle, examinando, não podia ser admitido ao exame oral, visto como aquêle ato equivalia a uma retirada. Silva Jardim acendeu-se em cóleras e protestou em têrmos bruscos contra a decisão. No seu modo de entender, a prova tinha sido feita, desde que a fôlha de papel, devidamente rubricada, estava por êle assinada. O ponto não tinha sido respondido? Pois bem, considerassem a prova negativa e pusessem-lhe nota má. Era isto justamente o que êle desejava: — a nota má! Embalde o presidente procurou mostrar o artifício da argumentação. Silva Jardim a nada se rendeu. Produziu novos argumentos e fêz um barulho ensurdecedor. Por último, desenganado de conseguir entrar em exame oral, argüiu a mesa de ter substituído um ponto por outro e declarou, não só que iria discutir o caso pela imprensa, mas também que não se afastaria dali senão quando terminados os exames.

Diante de tal arrogância de um fedelho, foi necessário pedir a intervenção do Inspetor-Geral, cargo então exercido pelo Barão de S. Félix, o qual, tomando conhecimento do incidente, mandou retirar o aluno sedicioso. Posteriormente, disseram-me que Silva Jardim fizera aquela manobra pela muita confiança que já tinha na sua impetuosidade tribunícia. O ponto que lhe saíra era escabroso; não quisera se arriscar a pôr no papel coisas que o comprometessem. Imaginara, pois, salvar-se da dificuldade pelo exame oral, em que tinha certeza, fôsse qual fôsse, de atrapalhar os examinadores e assim realizar um brilhareto.

Ora, aí têm dois temperamentos opostos determinando, desde os primeiros passos, a carreira que teriam êsses dois rapazes de seguir.

Silva Jardim, revolucionário desde menino, agitou o país e, afinal, foi acabar nas lavas do Vesúvio. Clóvis Beviláqua, brando e meigo, apesar de atraído, como o seu companheiro de lutas acadêmicas, Martins Júnior, para a política, porque lhe repugnava a duplicidade da vida partidária, desligou-se dela, e, recolhido a sua cela de estudioso, entregou-se à filosofia e à meditação.

## I

O trabalho em que o autor do *Direito das Obrigações* indicou, pela primeira vez, as suas tendências literárias foi publicado no ano de 1882. *Esbôço Sintético do Movimento Romântico Brasileiro* era o título dêsse escrito, no qual são visíveis as influências da propaganda realizada por Tobias Barreto e Sílvio Romero entre a mocidade do Recife em favor dos nossos ideais.

Apesar de feito por um môço de pouco mais de vinte anos, o *Esbôço* revela já um critério literário seguro, sóbrio e tranqüilo, graças às qualidades inatas, que êle teria de aperfeiçoar com o estudo e a observação. Nesse tempo, parece que lhe eram familiares os grandes autores contemporâneos franceses, russos e italianos. O seu gôsto formara-se na consulta de críticos da envergadura de Taine, Schérer, Settembrini, e a direção inicial de seu espírito, na leitura de Comte, Spencer, Haeckel, Littré, Stuart Mill, Bain, Morselli, Ihering, Hermann Post, Sumner Maine, Ferri, Tarde e outros. A natureza plácida, porém, dêsse aluno da nova filosofia, embora começasse a ensaiar-se na escola dos haeckelianos, cedo premuniu-se do vício que os biologistas, por preguiça, introduziram nos estudos de sociologia. Das exagerações de tal escola Clóvis Beviláqua se foi pouco a pouco libertando, à proporção que a inteligência lhe ia ampliando o horizonte da ciência; o seu critério acentuou-se logo que, nomeado lente de legislação comparada para a Faculdade de Direito do Recife, as circunstâncias o forçaram a mais largas inves-

tigações no campo da história das instituições políticas e da gênese dos institutos universais da vida civil.

O conhecimento do nosso folclore, então explorado por Celso de Magalhães e Sílvio Romero, deu-lhe o fio para a caracterização da literatura nacional. São palavras suas:

> A civilização americana, sendo menos original que a européia, as literaturas desta parte do mundo vinculam-se, por laços de filiação e de imitação, às do velho continente, mas aqui adquiriram qualidades novas e diversas, mais ou menos salientadas.[1]

Na sua opinião, tais transformações começaram, tanto na língua como no caráter do pensamento, tendendo o Brasil a se constituir nação, desde o século XVII, por Gregório de Matos, Durão, Basílio da Gama, Sousa Caldas, etc., etc.

O romantismo fôra um enxêrto entristecedor. Clóvis, naturalmente dominado pelo entusiasmo levantado pelo naturalismo, não viu nêle senão sintoma característico de decrepitude precoce, que, todavia, não gerava desalento em seu ânimo otimista, ao contrário, convencia-o, ao mesmo tempo, de que "possuíamos boas qualidades, que haviam de reflorir, possantes, em ocasião mais propícia".

Não se afigurava grande a importância dos fautores dêsse romantismo no Brasil, haurido, em Paris, na segunda fase do movimento, justamente quando êle era mais uma sucursal política do que um produto legítimo de arte. Contudo, dentre Magalhães, Pôrto Alegre, Teixeira e Sousa e os imitadores de Byron, W. Scott, V. Hugo, Lamartine, surgira um poeta que a todos vencia pelo mimo, pelo dom da forma e pela verdadeira unção da poesia. Faltava-lhe a profundeza; mas o seu estro, justamente impressionado pelos costumes selvagens, pôde criar, no indianismo, uma feição tôda sua, que conseguiu fixar-se na memória da nação.

Clóvis Beviláqua, apesar dêsse valor reconhecido do poeta da "Minha Terra Tem Palmeiras", não julgou derrogá-lo elevando à categoria do "vulto mais eminente do romantismo", o autor do *Guarani*.

José de Alencar não tinha as aptidões de psicólogo que o romance de hoje exige como principal instrumento de análise. O crítico, porém, reconhecia-lhe o predicado pelo qual a posteridade o há de consagrar, confirmando o ato que levou o Rio de Janeiro a erigir-lhe uma estátua no largo do Catete. Êle saturara-se do gênio nacional, e, inspirado no povo, se bem que exagerando, veio "favorecer a aspiração, engrossar a corrente que marchava para a fundação de uma literatura nossa, extremada, independente da portuguêsa".[2]

---

[1] Clóvis Beviláqua, *Épocas e Individualidades*, 33.
[2] Ob. cit., 47.

Se a sua obra, neste sentido, não foi completa, — e aqui convém acrescentar que devido ao excesso de fantasia, — representa, incontestàvelmente, um esfôrço superior no sentido de libertar-nos da influência portuguêsa.

Um outro vulto que o crítico destaca do grupo de poetas da segunda fase do romantismo brasileiro é Álvares de Azevedo, pasmoso talento, que concorreu enormemente para a nossa desenvolução civilizadora.

Sempre judicioso, Clóvis Beviláqua, nesse trabalho, percorre tôda a galeria dos nossos homens de letras pertencentes ao período romântico e os coloca nos seus devidos lugares, segundo o grau de importância e influência exercida no meio intelectual.

> Aqui, como em tôda a parte, o romantismo foi uma fase transitória e reacionária, — dizia êle, — mas despertadora dos elementos nacionais da literatura; uma suave luz crepuscular a prenunciar o dia que vem perto; o peristilo de vasto e luxuoso edifício.[3]

Êsse edifício não era outro senão o que a crítica científica e filosófica começava a construir no Brasil, por órgão de Tobias Barreto, do Dr. Pereira Barreto, de Sílvio Romero e de outros que iam acudindo ao grito de alarma. Na literatura, o fenômeno se manifestava pela repercussão da decomposição do romantismo e pelo advento da escola naturalista, que, entre nós, encontrou representante no romancista Aluísio Azevedo.

Na discriminação dêsse progresso, Clóvis Beviláqua mostrava-se cauteloso.

A sua natureza vivaz, mas delicada e meiga, não lhe permitia a encampação das grosserias do dialeto naturalista de Zola, que, repleto de Claude Bernard, pretendia reduzir o romance à reprodução dos movimentos puramente fisiológicos da atividade individual e social. Com o máximo cuidado, êle examina como se deu o progresso da arte de observação, desde Stendhal até George Eliot, através de Balzac, Flaubert, Dickens e Gogol; e condena os excessos do realismo, que, preocupado da verdade, acaba por mutilar o homem, dando, em lugar de um belo espécime da raça, troncos informes e objetos de monstros, que outra coisa não são os personagens viciosos, repulsivos, coribânticos, cheios de chagas cancerosas, sem os contrastes da virtude e da nobreza, que não deixam também de ser humanas. Para Clóvis Beviláqua, a arte não pode ser isto; nem há quem, sinceramente, procure nela tal concepção, quer se trate de um fino habitante das cidades, quer de um rústico do sertão, quer de um sábio, quer de um ignorante. Todos buscamos

---

3 Ob. cit., 71.

"uma excitação cerebral acompanhada de contentamento, que exerça sôbre nós ação altamente fortificante e grandemente salutar". [4]

Poucas palavras bastariam ao jovem crítico para fazê-lo entrar inteiro no capítulo da recente obra de Tolstoi *O Que É a Arte?* em que êsse profeta russo tenta demonstrar, como Comte, que a arte é um instrumento de aperfeiçoamento humano, e não de aviltamento.

Como Aluísio Azevedo comportou-se, entrando na corrente naturalista, di-lo o crítico com aquela simpatia e amenidade indispensável à análise do que nos pertence.

São palavras suas:

> O *Mulato* (publicado no Maranhão, em 1881) é um bom livro, digamo-lo sem receio: — sério, pensado, verdadeiro, moderno [5]

Como construção, o crítico acha-o ótimo; como estilo, um tanto descuidado. Poder evocativo e profunda caracterização dos personagens. Sem embargo, porém, das suas incorreções, reputa-o um verdadeiro artista: o livro são e útil. Parece-me, todavia, que, na apreciação das outras obras de Aluísio Azevedo, o crítico descambou um pouco, por excesso de simpatia, do seu critério anterior. Se é verdade que no *Coruja* e na *Casa de Pensão*, sob o ponto de vista do talento evocativo, encontra-se o seu melhor trabalho, o romancista conservou o seu talento da preocupação fisiológica e pornográfica, outro tanto não sucede no *Homem* e no *Cortiço*, em que avultam páginas revoltantes e, além de tudo, inúteis para a marcha do interêsse da ação e do desenvolvimento dos caracteres.

No volume *Épocas e Individualidades* deparam-se ainda alguns trabalhos anteriores a 1888, os quais justificam a existência, nesse hoje historiador e crítico do Direito, de um tato literário completo e gôsto apuradíssimo.

O seu estudo sôbre o teatro brasileiro, primeiro ensaio, talvez, que se tenha feito nesse sentido, entre nós, é um trabalho digno de nota.

O golpe de vista lançado pelo crítico sôbre a pobreza relativa da nossa cena, que, incontestàvelmente, não pode competir com a produção dos romancistas nem com a dos poetas líricos, parece-me seguro. De entre os dramas do período romântico, êle destaca o *Leonor de Mendonça*, que reúne tôdas as grandes qualidades emotivas exigidas nesse gênero de composição.

Macedo não tem a *vis* dramática, mas, em compensação, dispõe de uma musa brincalhona e de uma verve satírica. Quer um, quer

---

[4] Ob. cit., 152.
[5] Ob. cit., 156.

outro, cada qual na sua espécie, produziram melhor do que o fundador do teatro nacional, Gonçalves de Magalhães, o qual escreveu tragédias falsas, quando do próprio fundo, ou macaqueou Ducis, que, por sua vez, já macaqueara o grande Shakespeare.

Quanto a José de Alencar, que também abordara as dificuldades cênicas, pensa Clóvis Beviláqua que êste autor, como dramaturgo, ficou muito distante do romancista. Acha convencional a sua psicologia teatral; apenas encontra, no *Demônio Familiar*, alguns traços reveladores do espírito de observação.

> O lado externo e social, — diz êle, — de seus dramas e comédias revelam uma observação mais atenta e baseada em fundamentos incomparàvelmente mais sólidos.[6]

A todos êstes, porém, sobreleva o talento de Agrário de Meneses, o ilustre baiano roubado tão cedo às glórias do teatro. O *Calabar*, a obra-prima dêsse escritor, embora não expungida de defeitos de urdidura que se não encontram nos *Miseráveis* e *Bartolomeu de Gusmão*, deve ser reputada "de valor inestimável pelo estilo, sempre correto e cheio, umas vêzes delicioso de lirismo, outras veemente e nobre, também o deve ser pelo desdobramento da ação e pelas situações de efeito distribuídas com mestria".[7]

Outro baiano, o grande lírico Castro Alves, também deixou um drama opulento no *Gonzaga*, mas que se recomenda sòmente pela ousadia do estilo gongórico e da imaginação.

O lugar proeminente, todavia, no teatro nacional, cabe a Martins Pena, que foi cognominado o Molière brasileiro.

Clóvis Beviláqua não se ilude quanto às proporções concedidas a êste comediógrafo. Reconhece que o meio * não lhe era propício e, falhando êste, a sua musa não podia atingir a altura da grande escola psicológica em que se libraram os profundos moralistas da cena. A principal qualidade de Pena era o saber ver. Êle o fêz como nenhum outro, e as côres de sua palhêta riquíssima traduziram a sua visão cômica com um adorável pictoricismo. Sempre versando sôbre costumes nossos, as suas comédias, embora "ligeiras, alegres e folgazãs, sem azedume, sem mordacidade", pintam exatamente os ridículos do Rio de Janeiro de sua época, com expressão insólita.

Vê-se, dessa rápida enumeração dos autores característicos, não contando, mesmo, França Júnior, Pinheiro Guimarães, Domingos Olímpio e outros, que o teatro brasileiro teve um momento de vida insuflada pelo romantismo. Quais as razões por que decaiu ou quase

---

[6] Ob. cit., 99.
[7] Ob. cit., 103.
* Estava "medo" no original.

desapareceu? Clóvis Beviláqua atribui êsse fenômeno a incapacidade do realismo para a cena. Devendo o drama, como o romance, traduzir os resultados de um estudo de temperamento, ou ser a exposição de algum caso teratológico individual ou social, ou um pedaço de vida dessas mil colméias que constituem a sociedade, compreende-se quanto fatigante não deve tornar-se uma exibição impessoal de personagens que têm de ser o que são pelas próprias palavras e não através do estilo do prosador. Nestas condições, pensa Clóvis Beviláqua, apesar dos triunfos do naturalismo escandinavo, que, na atualidade, só o teatro para rir pode verdadeiramente preencher as necessidades do meio moderno.

Não é só esta causa que atua sôbre nós. Há uma mais íntima, "não imanente ao caráter do nosso povo", que, em grande parte mestiço, entesoura ardor bastante para o elance teatral, mas o momento histórico, a crise econômica, que não permite o luxo de cultivar uma arte, a qual, segundo Buckle, não se consegue apurar senão no meio de uma ociosidade relativa, criada pela abundância.

Não sei até que ponto possa ser aceita esta explicação, quando tivermos em consideração as épocas em que floresceram o teatro de Ésquilo e os grandes mistérios da Idade Média.

No livro que cito ainda encontro um estudo sôbre o romance russo que demonstra o vigor do jovem ensaísta, o qual não encontraria dificuldades em disputar um dos primeiros lugares na crítica literária, se o quisesse. Êsse trabalho revela conhecimento dos autores eslavos que têm sido vertidos para o francês e denota o tato do analista que soube logo penetrar no espírito dos dois mais extraordinários autores que o Norte da Europa russa tem produzido, Tolstoi e Dostoievski. Na apreciação do último, Clóvis Beviláqua torna saliente a profunda psicologia que o romancista russo faz de Raskolnikov, herói do *Crime e Castigo*, que, segundo penso, não é senão o misticismo criminoso trabalhando na alma de um Hamlet moscovita.

O lugar de Clóvis Beviláqua estava marcado em esfera mais elevada. Atraíam-no os estudos de sociologia, principalmente no departamento do Direito.

A sua função, determinada pelos dotes de brandura com que a natureza o adornara, devia ser a de moderador da insobriedade nacional em matéria de doutrinas novas e espalhafatosas. Essa função, se êle já não exerce completa, a exercerá em breve: e eu ouso vaticinar que será grandemente benéfica, dando ao historiador futuro motivos para alegrar-se de que o Ceará houvesse produzido êsse belíssimo espécime de homem, meigo, como afirmam todos, principalmente cheio de probidade, tanto no aprender como no ensinar.

A obra de Tobias, em suas mãos, humanizou-se. A filosofia moderna saiu das regiões dos trovões e das tempestades para penetrar

nos amenos vergéis da temperança e do amor. Clóvis Beviláqua imprimiu-lhe logo a serenidade de sua índole e, como Hermann Post, um dos seus melhores mestres, envolveu-a, por mais árida que fôsse, na clâmide de seu gênio artístico.

Para êsse resultado muito concorreu o prévio desenvolvimento literário que o jurista cearense deu aos seus estudos.

Há um livro de primícias, escrito quando o autor ainda era preparatoriano. Dado à estampa em 1894, êsse livro é dedicado à espôsa do escritor e está saturado das ternuras que precederam ao enlace do feliz par. Clóvis Beviláqua vive atualmente para a família, para os seus alunos e para os seus livros. Fora dêste círculo, a sua alma, ao que parece, se sentiria *dépaysée*. As *Frases e Fantasias* dão eloqüente testemunho disto. No fundo dêsses escritos, há um voejar contínuo para a tranqüilidade do lar e para a contemplação da harmonia do universo, como se êste fôsse a prolongação amorável da família. A alma do poeta que os compôs não tem, por certo, os raptos audaciosos de Hugo, nem a convulsão do estro apaixonado de Musset, mas branda, cordata, esperançada, ela filosofa sôbre as pulsações do coração, fazendo dêsse órgão a lira em que tange a melodia do afeto. A prosa poética de Clóvis Beviláqua lembra, *mutatis mutandis*, o timbre argênteo de Lamartine na *Graziela;* e, se êle se dedicasse à ficção, é bem provável que nos desse belíssimas pastorais, no gênero de Longus ou de Bernardin de Saint-Pierre. Tal conceito justifica-se na leitura de "Miloca" na "Helênia", "A Morte do Pássaro" e "A Flor de Tuberosa".

Semelhantes disposições afetivas explicam muita coisa que se há de encontrar depois no modo do sociologista e jurista encarar certas questões.

Êste tirocínio feito na literatura desenvolveu em Clóvis Beviláqua qualidades que iam servi-lo como poderoso instrumento da comunicação nos trabalhos que posteriormente empreendeu. A cultura geral, demonstrou-o a pedagogia moderna, tem a grande vantagem de superativar as faculdades imaginativas e de invenção, além de aperfeiçoar o dom de escrever e de compor. Clóvis Beviláqua é o exemplo disto. O seu preparo literário, fundado em estudos regulares das ciências físicas e naturais, proporcionou-lhe visão nítida das coisas e arredou-o da rotina. Acresce a circunstância de que, tendo sido, em 1889, nomeado lente de filosofia do curso anexo à Faculdade de Direito do Recife, a regência dessa cadeira o obrigou a fazer estudos mais profundos sôbre a história e métodos daquela disciplina. Em 1891, obteve a cadeira de Legislação Comparada, que ainda hoje ocupa com brilhantismo excepcional. É dessa época que data a sua verdadeira fecundidade. Apareceu o jurista-filósofo, e desde então contam-se por meses os seus triunfos como publicista.

Não me é possível guardar aqui a ordem cronológica na apreciação dêstes trabalhos, senão a da respectiva publicação em livro, e pôr em ordem de matérias. De 1891 até hoje, Clóvis Beviláqua tem dado à estampa, além dos dois volumes já citados, [8] as seguintes obras: *Legislação Comparada; Direito das Obrigações; Direito da Família; Juristas Filósofos; Criminologia e Direito; Direito das Sucessões.*

Comecemos pelos seus ensaios publicados com o título de *Criminologia e Direito.* Como o próprio autor se encarregou de dizer, êstes ensaios representam a primeira emoção com que êle abordou, em épocas diversas, de 1887 a 1894, as questões que fazem objeto dos respectivos artigos. O volume encerra estudos de direito criminal, principalmente no que entende com a responsabilidade dos delinqüentes, inquéritos relativos ao princípio de raças aplicado às questões jurídicas e preciosas diversões sôbre a filosofia do direito, evolução do conceito jurídico e história das instituições e dos costumes.

A leitura dêsse livro, graças ao calor e entusiasmo com que o autor escreveu as suas diversas partes, é agradabilíssima, atraente, principalmente porque nêle se encontra a alma do jurista dominado da preocupação única de levar ao espírito de quem percorre a sua prosa o esplendor da verdade das doutrinas, um fio perene de concisão e de clareza, nunca perturbado por laivo sequer de hipocrisia.

Não há, em Clóvis Beviláqua, a *pose* de que se ressentem tantos eruditos ou publicistas de notoriedade inconstestada. Ao contrário, a candura de que se serve para expor as opiniões, que chegaram a integrar-se em seu espírito, toma proporções tais, que se pode dizer que êsse *charmeur* já conseguiu ensinar o direito na sua seção mais árida com aquêle mesmo encanto e sedução que Michelet pôs nos seus livros históricos.

A primeira conquista que essas páginas realizam em quem as lê é a de confiança. Não parece que se trata de um môço erguido à função de professor de altos estudos, mas de um verecundo prático que ensina o caminho aos seus comparoquianos.

A criminologia, hoje elevada a ciência, é incontestàvelmente, um dos departamentos do saber humano em que o espírito do charlatanismo mais tem exercido o seu ofício nefasto. Todavia, Clóvis Beviláqua pouco se ocupa em mostrar a inanidade das pretensões dos que se têm arrogado o direito de subordinar o universo ao ponto de vista dos curandeiros e flibusteiros da ciência.

---

[8] Ordem das publicações das obras de Clóvis Beviláqua, anteriores a 1891 : *A Filosofia Positiva no Brasil; Estudos de Direito e Economia Política; Biografia do Desembargador José Manuel de Freitas* e *Épocas e Individualidades.*

No primeiro estudo que se encontra naquele livro, o crítico limita-se a expor com clareza a situação das duas correntes de opinião que se têm formado dentro da esfera positivista relativamente às questões do livre-arbítrio e da responsabilidade criminal, e mostra as razões por que simpatiza com uma delas. Refiro-me à escola antropológica e à escola sociológica. Com Alimena e Carnevale, Clóvis Beviláqua busca o critério mais consentâneo da verdade e próximo dos seus estudos de jurista.

> A idéia do crime, — diz êle, — constitui uma *oppositio contraria* à idéia do direito. Se existe crime é porque existe direito, e a idéia subversiva de um é como que a sombra da idéia construtora do outro. Nasceram conjunta e simultâneamente, têm vindo a rolar, engalfinhados um ao outro, através das idades, transformando-se, muitas vêzes, em repercussão recíproca, e, se o direito já conseguiu dilatar consideràvelmente seu campo de ação, não expulsou da sociedade, nem jamais expulsará, o elemento desorganizador que ela fermenta.[9]

Isto pôsto, declara o jurista que é indispensável atender ao conhecimento do modo por que o crime tem atuado sôbre a organização social e, ao mesmo tempo, ao estudo das evoluções biológica e jurídica. Para que se possa chegar a resultado categórico e determinar a noção do crime, é necessário prèviamente firmar a noção do direito: por seu lado, ter-se-á de examinar como o direito lutou com as tendências maléficas do homem e, por outro, em que grau de dependência, nas transmutações sucessivas, se têm mantido as formas criminais com o ideal traduzido nas formas jurídicas.

É dêste critério que Clóvis Beviláqua parte para estudar a questão da responsabilidade. Como conseqüência natural, seu espírito vê-se coagido a repelir as pretensões exageradas da escola antropológica, à qual, aliás, se deve a negação do livre-arbítrio, a idéia de defesa social, o estado do delinqüente e do delito e de latitude da prevenção, e profliga a preocupação dos que, não tendo meditado bastante o seu Spencer, ao que entende com a organização discreta da sociedade, querem-a tratar como se tivessem diante dos olhos um verdadeiro animal ou um organismo contínuo. Lembrarei aqui que a esta semelhante tendência deve Fausto Cardoso o ter considerado a civilização uma função do crime, paradoxo êste que estaria mui bem colocado num livro humorista de Machado de Assis, mas que derroga da severidade doutrinária do autor da *Taxinomia Social*.

A antropologia, indo além do que devia ir, seduziu os espíritos leves e as imaginações intertropicais. As soluções tornavam-se fáceis, e os processos, por genéricos, pareciam dar resultados brilhantes;

---

[9] Clóvis Beviláqua, *Criminologia e Direito*, 1896, Bahia, p. 13.

daí a gana com que a maioria atirou-se a essa escola. Clóvis Beviláqua, porém, não se deixou por muito tempo imbuir dessa ilusão, e buscou circunvalá-la. Assim êle não desconhece, hoje, que há um "patos criminogênio", e contra o qual a pena, no máximo dos casos, nenhum efeito produzirá, e que, com certeza, o delinqüente tem uma constituição fisiológica adequada à eclosão do crime, pelo menos em sua generalidade; todavia, por isso mesmo que considera os fenômenos psíquicos fundamentalmente consonantes com os fisiológicos, não pode deixar de atribuir à pena "uma poderosa fôrça modificadora das condições gerais da criminalidade". Daí também a convicção de que a mesma pena, "agindo sôbre os indivíduos, com a continuação de sua ação, produzirá, no organismo psíquico, na consciência da espécie, uma saturação dos princípios que ela defende". Outrossim, de tudo isto resulta que a repressão, embora busque diretamente o criminoso, alveja, por último, o grupo social e atinge, por tabela, o delito que se pretende extirpar, e, atacando de frente o indivíduo, modifica a coletividade, cuja modalidade se vai diuturnamente transformando.

Dêste modo, vê-se que Clóvis Beviláqua professa, em criminologia, uma doutrina que nada tem de acanhada, a qual nem recusa valor aos trabalhos anteriores, nem despreza as inovações dos obreiros da última hora. Não é simplificando os fatos, de sua natureza complexíssimos, nem deformando-os por comodidade, que se há de chegar à verdade; mas o esplendor desta verdade há de encontrar-se na simplificação do método, na precisão do seu emprêgo e na paciência da observação.

> Assim, — diz êle, — a concepção do crime subordinada à noção mais vasta do direito e esta à da sociedade, como a da sociedade se subordina à do universo, os vários ramos do conhecimento humano que procuram determinar as leis que presidem aos fenômenos aparecem nesses departamentos da vida cósmica e social, também se acham em subordinação correspondente, numa concentração harmônica de esferas que se envolvem sucessivamente umas às outras, do pequeno para o grande, do particular para o geral.[10]

No que entende em particular com a teoria da responsabilidade, as idéias de Clóvis Beviláqua não têm nugas. Com o citado Alimena e os escritores pertencentes à mesma escola, êle começa por unir, pela sinonímia, os vocábulos *responsabilidade* e *imputabilidade*. Não abraçando por terminantes os conceitos de Garofalo, Kraepelin, João Vieira e outros, que, para resolverem as dificuldades postas pelo fato da responsabilidade, acharam mais simples suprimi-lo do que interpretá-lo, o professor da Faculdade de Direito do Recife

---

[10] Ob. cit., p. 18.

procura cautelosamente suprir a lacuna cavada pela inteligência humana entre o conceito do livre-arbítrio e o da fatalidade das leis psicológicas.

A solução de Fouillée parece-lhe apenas engenhosa, quando diz que o espírito, embora escravizado por aquelas leis, cria a ilusão da liberdade, isto é, "formando ela a idéia de liberdade, esta, por sua própria fôrça, por sua tendência a atuar externamente, cria o fato que ela representa, cria a liberdade". [11]

Tôdas as tentativas de ressurreição do livre-arbítrio, tal qual o compreendia a escola clássica, têm falhado, afirma Clóvis Beviláqua. Conforme pondera o ilustre Bain, a idéia de liberdade sempre foi desastrosa na explicação teórica da vontade, de onde a todo transe devemos expulsá-la, substituindo-a pela noção clara do que se chama aptidão (*ability*), e, quando muito, se deve aceitar a conciliação proposta por Baldwin, psicólogo êste que, embora reconheça não haver escolha sem motivos, atesta que a determinação nunca é adequadamente representada por nenhum dos motivos presentes, mas confunde-se, como deliberação, numa síntese de todos êsses motivos ou na prelação de uma atividade *sui generis*, sem analogia com a composição das fôrças físicas. Nestas condições, "a escolha livre é, em cada caso, condicionada por seus elementos, mas não é, em caso algum, causada por êles". [12]

Analisando a *Criminologia* de Garofalo e os princípios em que êste tratadista faz assentar a sua concepção, acha Clóvis Beviláqua que, como bases de doutrina, a conservação e defesa sociais, o crime considerado "como ofensa dos sentimentos constitutivos da parte fundamental e universal do senso moral contemporâneo", e a reação penal como correlativo, são de uma clareza maravilhosa. Mas o seu espírito justo não lhe permite permanecer nessas generalidades. O critério nu da temibilidade não se lhe apresenta como decisivo. Para êle, o problema da responsabilidade continua imanente a tôdas estas explicações, e à sua inteligência impõe-se a necessidade de uma noção mais clara e satisfatória.

Seduzem-no as explanações de Tarde e Paulhan. O primeiro deduz a responsabilidade da "combinação de dois elementos, a identidade individual e a semelhança social", e o crime, da ruptura do vínculo criado por êstes hábitos, ou da insurreição do agente contra essa dupla solidariedade do indivíduo consigo mesmo e com o grupo em que vive e que constitui a sua atmosfera moral.

Clóvis Beviláqua, entretanto, acha, ainda assim, que, "na idéia de responsabilidade, existe alguma coisa além dos dois elementos apontados e que êles são condições da responsabilidade". O jurista

---

[11] Ob. cit., p. 30.
[12] Ob. cit., p. 31.

cearense di-lo qual seja, acompanhando, neste ponto, a doutrina de Palhan. Êsse elemento complementar da interpretação tardiana é a volição clara, junto ao conjunto de idéias e sentimentos do sujeito, encadeada à previsão das conseqüências do ato praticado.

> Se esta coordenação é completa e perfeita, a responsabilidade atinge o seu máximo grau; em caso contrário, diminuirá progressivamente, até extinguir-se.[13]

As conseqüências que naturalmente decorrem de semelhante ponto de vista são humanas, fortalecem a justiça, elevam o seu conceito e arrancam o direito penal à brutalidade do sistema de eliminações, preconizado pelos teoristas amigos das soluções peremptórias.

Pode-se calcular quanto êste instrumento de crítica, nas mãos de Clóvis Beviláqua, consegue dulcificar a doutrina e iluminar o espírito dos seus discípulos, inclinando-se, ao mesmo tempo, para a bondade que transuda de uma ciência nunca indiferente à fragilidade humana.

No livro, de que vou aqui dando notícia, encontram-se, ainda, outros estudos de grande valor.

O estudo, por exemplo, sôbre a criminalidade no Ceará é um trabalho original e sugestivo, o qual, embora calcado sôbre dados estatísticos incompletos, lança grande luz sôbre fenômenos étnicos até hoje despercebidos no Brasil.

Os que se intitulam — *Da Concepção do Como Refletora da Concepção do Mundo, Sôbre a Filosofia Jurídica, Introdução à História do Direito* e *Fórmula da Evolução Jurídica* dão a chave do espírito do autor como filósofo. Nestes eloqüentes artigos está resumida a teoria do jurista inspirado no movimento universal. Agnóstico da boa escola, evolucionista sem materialismo, Clóvis Beviláqua cedo convenceu-se, nas páginas de Sumner Maine, Hermann Post e Spencer, de que o direito é um episódio da vida universal e não pode ser compreendido senão à luz das leis gerais reguladoras dos fenômenos indistintamente; que ao jurista filósofo cabe distinguir, nos fatos, nos costumes, nas leis escritas, o que pertence diretamente à atividade humana refletida, do que nessas leis, nesses costumes, nesses fatos se deposita como resíduo da ação coletiva da reação, dos instintos e de outras influências mais longínquas; que, finalmente, para conhecer com exatidão essa vida jurídica e reconstituí-la em benefício do futuro ou reagir sôbre ela por meio de um ideal fundado na verdade e de acôrdo com as necessidades físicas da espécie humana, é indispensável estudá-la, não só nas formas primitivas, que "potencialmente contêm tôdas as formas tomadas mais

---

[13] Ob. cit., p. 43.

tarde pelo direito", mas também na comparação dos espécimes atuais, desde o hotentote até a União Americana, a Inglaterra e a Alemanha, sem mesmo esquecer a análise das analogias surpreendidas nas colméias dos animais inferiores.

Na faina de concorrer com o seu contingente para essa sociologia geral, a que se refere Hermann Post, e da qual dependerá a jurisprudência do futuro, Clóvis Beviláqua reuniu ao livro de que me ocupo uma notícia sôbre as instituições e costumes jurídicos dos indígenas brasileiros, ao tempo da conquista, no qual se confirmam ainda uma vez as leis de unidade jurídica da natureza humana.

II

Data de 1893 a publicação, em 1.ª edição, do *Resumo das Lições de Legislação Comparada Sôbre o Direito Privado,* de Clóvis Beviláqua.

Êste trabalho faz época na vida do jurista cearense, porque, se até então êle mostrara aptidão para as questões filosóficas e literárias, desde o dia daquela publicação tornou pública a sua capacidade para empreender, entre nós, obra semelhante à realizada por seu mestre Hermann Post, na Alemanha.

Não cabe, neste perfil de Clóvis Beviláqua, feito às pressas, como quem viaja em estrada de ferro através de uma região farta de leivas e propriedades rurais, dar uma idéia senão perfunctória daquele livro interessante, hoje em segunda edição.

Deve-se calcular que o professor de Direito, aplicando os princípios já nossos conhecidos ao estudo da legislação civil do seu país, em confronto com a estrangeira, não podia senão fazer progredir a jurisprudência nacional; e o fêz, porquanto, até o seu advento, os trabalhos congêneres, no Brasil, se tinham limitado à oposição ou conformidade material dos textos.

Clóvis Beviláqua, nas suas lições, foi mais longe. Procurou a lei de adaptação dos institutos jurídicos alienígenas e o segrêdo da fusão dêsses institutos com os nossos, isto é, com os de origem portuguêsa, deformados pelos costumes coloniais, pelos da escravidão africana e até indígenas. É assim que êle divide os povos em criadores e imitadores. Criadores todos aquêles a quem as circunstâncias, juntas ao surto nacional, têm permitido manter a tradição e desenvolvê-la por sua conta. A êsse fenômeno dá o autor o nome de *idionomia.* À classe dos imitadores pertencem os que, não tendo a mesma fôrça produtora, são obrigados, pela superioridade da legislação exótica, a admiti-la, eliminando ou modificando profundamente as criações próprias. A êsse segundo fenômeno, denomina *alotrionomia.*

Evidentemente, por transplantação e imitação, o Brasil jurídico pertence ao grupo ocidental ou moderno, que, na frase do jurista cearense, não passa de uma "combinação terciária de elementos gerais ou universais, elementos nacionais ou próprios e elementos estrangeiros".[14] Rigorosamente, o autor devera classificar-nos já como uma combinação quaternária, atento o espírito nôvo que invade a legislação americana, em oposição às nacionalidades européias. Seja, porém, como fôr, Clóvis Beviláqua concretiza estas noções, com relação ao Brasil, do seguinte modo: elementos vindos do direito romano e veiculados por tôda a legislação do Ocidente, incluídos nêles, não só as tendências jurídicas do grupo ariano e os rudimentos a que obedecem todos os povos da Terra; elementos tomados por empréstimo aos povos cultos militantes, principalmente ao francês, no que diz respeito ao direito civil, e, na atualidade, ao americano, no que interessa ao direito constitucional; por último, os produtos da nossa inventiva jurídica, ainda tímida, mas que, em todo o caso, já apresentam alguns pontos de originalidade.

Como exemplo dessa elaboração original, Clóvis Beviláqua cita, entre outros, o nosso antigo código criminal, organizado por Bernardo Pereira de Vasconcelos, no qual se nos deparam modificações do código penal francês, a par de disposições novas, que não acham similares nos códigos anteriores.

No decurso das aludidas lições, o professor empenha todos os seus esforços para tornar bem visíveis os casos de formação idionômica do nosso direito pátrio; e não se lhe pode senão louvar o trabalho, por sua vez original, difícil e de conseqüências valiosíssimas para o surto da jurisprudência nacional, porquanto tais divergências não são caprichosas; elas surgem sempre para satisfazer necessidades mal esboçadas; se afagadas, favorecem o seu progresso. Logo, pois, que os juristas se preocupem com o fenômeno e o ajudem a manifestar-se, compreende-se até que ponto pode chegar o seu crescimento.

Como já fiz ver anteriormente, a cadeira de legislação comparada foi o felicíssimo ponto de partida para essa brilhante viagem empreendida por Clóvis Beviláqua através dos institutos jurídicos nacionais.

Disse eu algures que o *Direito da Família*, publicado em 1895, honraria qualquer nação civilizada. Não sou jurista, não tenho competência, nem estudos especiais para dizer sôbre trabalho tão ponderoso; todavia, auxiliado pela reminiscência de leituras sôbre a matéria e pelo resíduo dos trabalhos que outrora empreendi no fôro, quando advogava, ousarei dar, pelo menos, a impressão que me deixou, não só êste livro, como o *Direito das Obrigações*.

---

[14] Clóvis Beviláqua, *Legislação Comparada*, p. 37.

Nas palavras iniciais do *Direito da Família*, diz o autor que à obra do Conselheiro Lafaiete solicitara contìnuamente subsídios para a composição do seu tratado, o qual não vinha "pedir-lhe meças, porém, simplesmente, apresentar uma outra forma de pensamento". A diferença de método, não obstante, sem ofensa à modéstia do jovem professor, deu-lhe ensanchas para instituir um trabalho nôvo.

A parte histórica do livro é escrita com estilo e atrai o leitor numa visão nítida da gênese da família. De certo que não encontrará surprêsas quem estiver familiarizado com as construções de Spencer, Sumner Maine, Fustel de Coulanges, Westermarck, Mac Lannan, Lubbock e outros. Não se trata, porém, de descobrir regiões inexploradas, mas de saber se o professor conseguiu fazer sentir as doutrinas que esposou. Sob êste ponto de vista, os novos métodos aplicados à exegese dos textos do direito pátrio sôbre a família nada deixam a desejar. O nosso direito tornou-se mais claro, e as suas deformações, muito mais apreciáveis.

Uma coisa notei logo às primeiras páginas do livro. Clóvis Beviláqua, apesar da complexidade do assunto, não perdeu a sua natural cautela diante da variedade de opiniões, no que entende com as diversas formas que têm tomado as relações entre os cônjuges e os filhos. É assim que com Westermarck, o autor do *Direito da Família* não se embarca na fantasia do matriarcado e vai buscar os verdadeiros antecedentes do instituto moderno no eixo da raça humana por onde se selecionou a cultura que hoje reage sôbre os desvios oriundos das nossas raízes animais. A ginecocracia não devia, pois, assinalar-se na história da família senão como uma dessas caprichosas discussões em que foi tão fértil a Escolástica, e que encheram de tão grandes entusiasmos os *sorbonagros*, cuja psicologia encontramos nas obras do divino Rabelais.

No ponto de vista social, o que mais interessa no livro é a instituição do casamento.

Se é verdade que, no estudo da legislação, segundo o método histórico e comparativo, assumem imensa importância as tradições e fatos étnicos, e o meio ambiente, grande refletor e sugestor das ações humanas, não menos certo parece que, tratando-se de um fenômeno dominado pela reflexão, não só na objetiva da consciência social, mas também na da individual, o casamento, como todos os demais institutos jurídicos, passa a ter mais ligações com o futuro, com o seu aperfeiçoamento, do que com o passado. Sabemos hoje tanto quanto basta para dirigirmos a nossa ação nas relações da família, sem violar as leis da natureza; consciente, porém, o homem do que vale, do que pode, certo dos limites que as condições da vida social lhe impõem, resta-lhe conceber o *quod opportet*, que os romanos tão sàbiamente aplicaram à manutenção do seu organismo

político, mas que, na atualidade, transfere-se a um campo mais vasto, não só interessante ao sossêgo de cada povo, mas também ao das nações, para não dizer da humanidade.

Basta êste enunciado para ter-se a justificação do casamento civil, tal qual o adotou a República Brasileira.

A legislação anterior, produto híbrido das ligações da Igreja com o Estado, era a anarquia. As exceções, criadas por várias leis e aceitas pelo poder eclesiástico, que fazia tamanho cabedal do sacramento inicial, não conseguiam senão desmoralizar o mesmo sacramento. O decreto de 24 de janeiro de 1890, como bem pondera Clóvis Beviláqua, veio pôr têrmo às meticulosidades com que até aí se consentia na intervenção do poder civil nessa matéria melindrosíssima.

Não cabe aqui ocupar-me de tôdas as partes do livro, senão sòmente tocar de leve no ponto capital da obra, isto é, no que atualmente mais interessa à opinião em movimento. Quero falar do divórcio.

Sem embargo da extensa curiosidade mental de Clóvis Beviláqua, o seu espírito não se deixou seduzir pelas conquistas da propaganda feminista, nem pela influência das *spinsters* tão estigmatizadas por Ferrero. O equilíbrio da família não pode existir sem distribuição das funções conforme os sexos. A afetividade ou a eqüitativa da mulher completa o instinto de comando do homem Invertidos êstes fatôres, dar-se-ia, na família, uma perturbação igual à que se dá na moralidade do indivíduo, quando entregue a vícios contra a natureza. Degradam-se ambos.

Há muito tempo que a poesia realizou, pelo amor, o tipo orgânico do casamento indissolúvel, em que homem e mulher não formam senão um todo harmônico e inseparável. Homero pintou-nos o casal de Ulisses e Penélope; o autor do *Sacuntala* extasia-nos diante da perfeição de um outro casal ainda mais poético; e em cada povo encontrar-se-á a mesma idéia do forte junto às perfeições do coração procurando realizar-se na poesia. O que a humanidade pretende alcançar, em matéria de casamento, portanto, já de longo tempo existe formulado. Os legisladores não têm feito, nos países civilizados, senão colimar êsse *desideratum*, através das dificuldades que as revoluções, as religiões e os interêsses políticos opõem, de vez em quando, a essa pretensão; e se, no atual instante, há quem perturbe essa tendência, é isso devido ùnicamente ao conflito iminente entre as classes dirigentes e os desclassificados. O casamento livre seria uma belíssima instituição, se o homem se houvesse já convertido em anjo. Infelizmente, porém, a raça humana, para progredir e manter os resultados da cultura anterior. Não prescinde ainda de um poder coercitivo. O mundo não é ainda um dourado vale de

Caxemira, em que a paz haja descido para dispensar-nos de estatutos, tribunais e soldados que garantam o homem-anjo contra o homem-lôbo de Hobbes. Nas ruas e nas estradas ainda vagam bandos de tigres, rapôsas e chacais, ferozes, uns, por natureza, outros, por terem fome, aos quais não se dá de saltarem sôbre os mansos, apenas desapareça o policial, que, afinal de contas, não deixa de ser um chacal *apprivoisé*.

Estas observações, que me foram despertadas pela leitura do *Direito da Família*, conduzem-me naturalmente às páginas em que Clóvis Beviláqua se ocupa do divórcio.

O jurista cearense hesita entre os dois remédios oferecidos pelas legislações modernas para resolver o conflito matrimonial: a separação perpétua e o divórcio *a vinculo*. No que diz respeito à primeira, êle não dissimula quanto o injusto constrangimento do cônjuge inocente e a necessária contração de relações ilícitas e de filhos extramatrimoniais deve ser perturbadora da moralidade e da vida social. A solução radical, porém, não o seduz, em tese, por lhe parecer um aceno a freqüentes desuniões, quando é certo que "a missão do direito cifra-se em canalizar os impulsos humanos para os fins da conservação e do bem-estar social, que não reduz-se sòmente à procriação, que postula a necessidade da duração da união sexual humana". [15]

Forçado, todavia, a escolher um dos dois caminhos, julga preferível "permitir o divórcio com a máxima parcimônia, em casos graves e taxativamente limitados pela lei, interdizendo-se ao cônjuge culpado contrair novas núpcias". [16] Esta permissão ainda assim só se deve estender àqueles povos cujas condições de vida o exigirem "de modo inequívoco". A sensibilidade do filósofo cearense não consentiu que o jurista encarasse esta questão de um ponto de vista decisivo. A respeitabilidade atual da família brasileira se lhe afigura um embaraço à expansão do princípio do divórcio *a vinculo*, e quiçá ameaçada, em seu sossêgo, por uma inovação talvez prematura e entontecedora.

Não lhe queiramos mal por isso, porque o tempo, com a experiência, se encarregará de mostrar que, na própria França, aonde a instituição do divórcio tem produzido tantos escândalos, pelo abuso dessa medida salutar, os contínuos requerimentos de divorciados não vêm senão provar o vício do regime anterior, e a incoerência com que se estabeleciam êsses vínculos perpétuos sem o cimento das virtudes exigidas para a constituição da família. O divórcio, pois, naquele país, apareceu a tempo de desmascarar a hipocrisia doméstica e a base falsa em que os costumes burgueses haviam pôsto êstes

---

[15] Clóvis Beviláqua, *Direito da Família*, p. 357.
[16] Ob. cit., p. 359.

negócios de matrimônio, — quando se dizia, pela cançoneta cínica da ópera bufa, *casar com mulher sem dote, era remar contra a maré*. Não há dúvida, conforme afirma o autor do *Direito da Família*, que, depois do restabelecimento do divórcio em França, a duração média dos casamentos dissolvidos não excede de doze anos; mas não devemos esquecer que aquêles que têm recorrido a êste extremo, não passam de evadidos do regime de família, e que esta nada lucraria em conservá-los arruinando-a por modo muito mais corrosivo, como cancros profundos, que só se tornam visíveis pela morte.

Passemos ao *Direito das Obrigações*. Êste livro, no dizer dos competentes, representa a culminância do talento jurídico de Clóvis Beviláquia, e, segundo êsse parecer, é, incontestàvelmente, um livro magnético. Tratando-se, como se trata, da parte mais árida e complicada do direito civil, era de esperar que fôsse, das obras de Clóvis Beviláqua, a que encerrasse menos atrativos. Pois deu-se inteiramente o contrário.

O tratado do *Direito das Obrigações* prova que uma das mais formidáveis conquistas do espírito moderno foi o método da simplificação das idéias e dos resultados da experiência pela iluminação filosófica. Não há ciência, não há matéria de estudo, por difícil que pareça, que não possam ser reduzidas a estados de consciência nítidos e perfeitamente definidos. A obra prodigiosa da escola evolutiva reside principalmente nisto: no extermínio das hipocrisias universitárias, tornando os resultados obtidos pela ciência acessíveis ao vulgo. Esta revolução pedagógica, que, se pode dizer, foi iniciada verdadeiramente por Kant, na introdução da sua *Crítica da Razão Pura;* esta revolução é o produto do método que consiste em familiarizar o homem com as leis naturais. Hoje não há quem ache embaraço em compreender a física e a química: por quê? Porque estas ciências estão reduzidas aos seus princípios filosóficos, e, quem diz filosofia, diz intimidade com os fenômenos lògicamente coordenados. Qual a razão que não se havia de dar o mesmo com as ciências sociais e jurídicas? Por serem os fenômenos a que elas se referem mais complexos, mais obscuros? Mas a filosofia justamente opera sôbre o caos das idéias, das noções desconexas, para dar-lhes eixo, orientação e luz.

A glória do dia de amanhã será esta: as noções do direito civil ensinadas nas escolas primárias com o mesmo êxito com que hoje já se preparam os alunos nos elementos das ciências físicas e naturais. Para êste fim trabalham os que, como Clóvis Beviláqua, transformam o ensino do direito numa continuidade da noção do Universo.

Para quem está habituado a ver no direito, principalmente no direito contratual, um produto do capricho e da convenção, o livro

do professor de legislação comparada da Faculdade de Direito do Recife será uma surprêsa. Esta surprêsa irá, porém, desaparecendo, à proporção que fôr se adiantando na leitura da obra e verificando em como tôda essa construção, que constitui hoje o que se chama o crédito, tem suas raízes no passado, no mais longínquo passado do homem, obedece, como instituto, a leis inelutáveis, recebeu, durante a vicissitude, as formas intermédias que vão da semente à árvore florida e que nada, nela existente atualmente, deixava de ser eflorescência de rudimentos, confusos, é verdade, mas nem por isso menos verdadeiros, na sua forma caótica, do que na diferenciada pela evolução do conceito jurídico e da técnica posterior. E verificará que, se chegamos à compreensão nítida do que é o fenômeno da obrigação, no sentido restrito, isto é, como diz Clóvis Beviláqua, "a relação transitória do direito que nos constrange a dar, fazer ou não fazer alguma coisa econômicamente apreciável, em proveito de alguém, que, por ato nosso ou de alguém, conosco juridicamente relacionado, ou em virtude de lei, adquiriu o direito de exigir de nós essa ação ou omissão", foi preciso atravessar muitos séculos e passar por muitas lutas e vicissitudes.

Não é a um ato espontâneo da vontade que o homem deve o vínculo em que reside a base do direito das obrigações. O vínculo estabeleceu-se por fôrça de tendências de ordem social e psicológica. Como tôdas as outras relações formativas da contextura da vida humana, o vínculo contratual começou por pressão exterior, impôsto pelas primeiras necessidades, vago, talvez sobrenatural, envolvendo o indivíduo e suplantando-o como quantidade mínima no torvelinho das urgências resultantes do viver coletivo e promíscuo do clã. Êste aspecto da vida, porém, devia, como todos os outros, desenvolver-se buscando atingir as fulgurações da consciência individual.

A civilização tem tido essa marcha contínua. O homem libertou-se primeiro das fatalidades materiais, que o jungiam à condição de puro animal; a colméia humana para logo o absorveu; começou a luta pela liberdade; e esta não se acentuou enquanto o conceito da dignidade de cada um, como ente responsável, não pôde emergir do globo moral em que a solidariedade do grupo, da tribo, do clã, adquirira coesão como se fôsse uma pessoa. De sorte que, aquilo que se faz hoje artificialmente, e a que damos o nome de pessoa jurídica, precedeu, como responsabilidade, à pessoa individual. A alma humana também tem a sua nebulosa.

A evolução, todavia, dêsse conceito, no que êle tem de pròpriamente jurídico, pois que os gregos já haviam elaborado o conceito político e o artístico, só apareceu, tornando-se palpável, quando a sabedoria romana, por seus jurisconsultos, encarregou-se de formular

leis e preceitos de acôrdo com os fatos e pleno conhecimento dos fenômenos positivos. Teòricamente, então, se soube que o *vinculum juris* obrigacional se distinguia fundamentalmente do direito real. Outrossim, só então se abrigou a personalidade humana das violências que, a título de garantia, se impunham à pessoa do devedor, cujo patrimônio passou exclusivamente a responder pela execução do prometido.

Para que esta concepção chegasse à perfeição moderna, abstrata e móbil, em que a coação pessoal se reduz ao mínimo, ainda foi preciso o elaborar diuturno dos jurisconsultos influenciados pelas novas doutrinas. No dizer de Cogliolo, é verdade que "o vínculo prende duas ou mais pessoas entre si, no intuito de *aliquid dare vel facere*, mas não menos certo é que essas pessoas não são sòmente aquelas que o contraíram, mas quaisquer que lhes hajam tomado o lugar, de sorte que as pessoas, entre as quais existe o vínculo, são genéricas, não individuais, e por isso a obrigação vive independente delas", [17] conceito já muito diferente do de Savigny, que mantinha fragmentos da personalidade ainda sujeitos ou escravizados à vontade do credor.

Do conceito transato decorria a prisão por dívidas e outros vexames inúteis, que por muito tempo vigoravam nas próprias legislações modernas Ao contrário disto, porém, as tendências atuais levam-nos até ao *homestead,* brilhante concepção fundada no princípio de que a atividade humana é inviolável, que a segurança do crédito não a deve destruir; e que só na região do crime se pode justificar a sua súbita paralisação pelo mandado judicial. Ainda mais, não é só a inviolabilidade da atividade, é também a do abrigo indispensável ao seu exercício e dos instrumentos de trabalho sem os quais êsse exercício torna-se impossível.

Não me ocuparei aqui do que há de encantador no livro de Clóvis Beviláqua, quando explica o fundamento filosófico das obrigações, de acôrdo com Stuart Mill, buscando-o na necessidade em que está a sociedade de suprir a natural tendência dos homens para a falta de fé e conseqüente ausência de confiança mútua. Os capítulos que se referem a êsse assunto, bem como aquêles em que o autor trata da evolução dos direitos obrigacionais, são magistrais e dão o máximo relêvo às investigações de Sumner Maine, Hermann Post e von Ihering.

A parte do livro que se ocupa das conseqüências da inexecução das obrigações, *v. g.*, penhora, ação de perdas e danos, falência, podia, entretanto, ser mais desenvolvida, e nesse ponto as imperfeições da legislação atual, nos povos ainda os mais cultos, em que a ciência ainda não conseguiu expungi-la de sobrevivências medie-

---

[17] Clóvis Beviláqua, *Direito das Obrigações,* p. 7.

vais, dos resíduos de direito senhorial e de outras, prestava-se a uma crítica salubérrima, para a qual o espírito filosófico de Clóvis Beviláqua está perfeitamente aparelhado.

É bem provável, porém, que o jurista cearense tenha reservado estas considerações para quando vier a tratar especialmente da hipoteca e outros fenômenos jurídicos de ordem creditória, que não se acham incluídos no quadro restrito do livro de que me ocupo neste instante.

Belíssimas páginas são as que, explicando o regime dos contratos, o põem na categoria dos instrumentos, não só de aperfeiçoamento social, mas de pacificação dos interêsses. O jurista mostra em como êsse regime, começando pela violência, hoje não é concebido fora da troca legal, voluntária, complementar da atividade de cada um, segundo o seu trabalho, e da expansão comercial ou livre cooperação, presidida pela justiça, aliás ainda pouco respeitada por governos militares e gananciosos.

O estudo do que se pode chamar a psicologia do contrato, traduzido nas diversas formas a que o empirismo sujeitou essa expressão da personalidade humana, é feito com carinho e com amor de verdade. Os momentos de elaboração interna ou meramente psíquica, e os de elaboração externa, forneceram assunto a considerações de tão alto valor, e são analisados com tal clareza, que, depois de lidos os parágrafos que a esta matéria se referem, não é mais lícito ignorar o significado preciso das modalidades que a diuturnidade das relações desta natureza tem deixado impressas na legislação.

Descrita a gênese do contrato, desde o momento em que se elabora na mente de uma das partes o projeto de proposta, até que, convertido em volição, invade a esfera da vontade alheia e se resolve no consentimento desta, há uma série de questões implícita e nìtidamente reduzidas. Compreende-se, por exemplo, como e porque o bom-senso prático exigiu a insinuação nos casos de doação. Não existe munificência onde se dá coação, e, para que um ato de tamanha delicadeza possa ser aceito como perfeito, é indispensável que se estabeleça a preliminar de que o doador não é vítima de uma violência, ainda mesmo de ordem moral, — uma sugestão maligna. Assim também vê-se imediatamente porque o êrro essencial vicia qualquer contrato: bem como o dolo, — a *calliditas, fallacia, machinatio ad circumveniendum fallendum, decipiendum alterum, adhibita*, de Ulpiano, incluindo nessa espécie as inibições produzidas pela obediência dos hipnotizados, a violência atual, o exercício da fôrça moral irresistível e a simulação em tôdas as suas formas.

O autor não revela menos perspicuidade quando aprecia a lesão como fundamento da resilição nos contratos. Baseado o preceito na

comiseração que os desprotegidos da fortuna e os aguilhoados pela necessidade sempre merecem dos legisladores e dos jurisconsultos, pode-se definir, penso eu, a lesão como oriunda do mesmo sentimento de descoordenação que leva o homem ao suicídio. A lesão, pois, é o suicídio do patrimônio, que deixou de ser garantido pela previdência ou pela integridade social do sujeito. A lei corre em socorro dos miserandos que foram assim levados a propor ou a aceitar alienações destrutoras da própria substância da vida patrimonial. Flagelos meteorológicos, sêcas, epidemias, guerras, perturbações econômicas, produzem, fatalmente, o aumento da esfera dessas transações lesivas. E não seria eqüitativo que os contratos realizados dentro dessa atmosfera jurídica doentia fôssem respeitados, embora só a moral atinja os que auferem lucros em tais momentos; bem como não o é que se deixe de considerar as exceções que nesta espécie se reproduzem na vida normal e até se sistematiza pelos conhecidos aspectos das casas de prego, rebatedores de ordenados e outras tripotagens exploradoras da miséria social.

Fazendo a história da legislação concernente, Clóvis Beviláqua, todavia, premune-se contra o sentimentalismo que levou alguns legisladores a exagerações funestas, nas quais a liberdade de transigir chegou a ser ameaçada e substituída pela repugnante tutela do Estado no comércio, o que constitui um malefício ainda maior.

A mesma crítica poder-se-ia fazer quanto ao modo de encarar os vícios redibitórios.

Não são menos instrutivos os parágrafos que se referem à forma dos contratos. Os debates mais intricados, e em que a metafísica do direito mais se tem alargado no fôro, são os que nascem da forma dêsses atos. De ordinário, é por onde a má fé das partes e dos patronos costumam falsear a discussão e confundir a razão natural da existência do ato.

> Há formas intrínsecas ou viscerais, — como bem diz Clóvis Beviláqua, — que constituem a parte interna e essencial dos contratos, como, por exemplo, a vontade das partes; e há formas extrínsecas, que são as exterioridades que afetam os atos jurídicos ao se concretizarem pela celebração ou que devem assumir para serem provados.[18]

A regra é que a existência da transação pode ser provada por todo meio de prova. É intuitivo, porém, que, na cumplicidade do exercício dessa função, casos há em que o legislador deve intervir, prescrevendo a forma prévia e substancial de transação, à qual teriam de sujeitar-se os contratantes, sob pena de não poderem nunca pedir o mandado judicial. Nestas condições, a forma externa

---

[18] Ob. cit., p. 206.

"consubstancia-se com o elemento interno, anatômico do contrato, aplicando-se em seu pleno vigor a máxima — *forma dat esse rei*".

O conceito, nesta matéria, é claríssimo; e não existirá rústico a quem, propondo-se a questão, não declare peremptòriamente quais os ajustes em que, pela sua natureza e complexidade, a escritura seria indispensável, aonde, por exemplo, o próprio depoimento dos interessados de boa fé tornar-se-ia duvidoso, vacilante, senão incerto, quanto ao ajustado ou à responsabilidade formidável e irreparável firmada pelo ato imporia o solene aparelhamento prévio do direito.

III

Dei, em ligeiros traços, a feição do livro interessantíssimo de Clóvis Beviláqua sôbre o direito das obrigações; resta-me agora falar sôbre as suas últimas publicações: os *Juristas Filósofos* e alguns dos ensaios que formam o volume a que êste esbôço vai servir de prefácio.

Os *Juristas Filósofos* são rápidas *silhouettes* feitas sôbre os autores que, na opinião do professor da Faculdade de Direito do Recife, assinalam os momentos decisivos da filosofia do direito e das suas transformações como concepção, ou sôbre "os nomes típicos, representativos de uma nova forma do pensamento jurídico, quando não criadores de uma fase nova da ciência".

Trabalhando nos moldes prediletos de Clóvis Beviláqua, de iluminação sentida do passado, embora não pretenda os foros de substancial, êsse livro constitui uma leitura agradável e ao mesmo tempo útil.

Na introdução, o autor faz um lúcido bosquejo da história do direito, da jurisprudência, desde os precursores gregos até os últimos germinantes. Tornando saliente, neste percurso, a luta incessante em que a concepção jurídica se deixou envolver, na companhia, ora do idealismo, ora da tendência oposta, e o papel positivo que os juristas de Roma representaram na constituição dêsse mundo extraordinário, o historiador mostra como, depois da derruição do império, as nações dêle oriundas reconstituíram-no sôbre as suas ruínas, os efeitos que sôbre êsses *membra dejecta* produziu o direito visigótico, e, por último, em como a ciência do século XIX, expungindo o direito natural platonizado pelos juristas dos séculos XVII e XVIII, por último estudadas as origens e as relações atuais do direito por tôda a face da Terra, conseguiu reunir o passado e o presente num corpo de doutrina, ao mesmo tempo sólida, clara e ao acesso de tôdas as inteligências, pelo seu acôrdo com as leis da natureza.

Esta viagem através da história e da ciência é veloz demais, tem, contudo, a vantagem de fornecer ao leitor uma visão de pers-

pectivas largas e a cavaleiro dos vales, como essas que se observam correndo pelos visos das montanhas.

O corpo do livro ocupa-se com a vida das idéias de dois filósofos juristas antigos, Cícero e Montesquieu, dois contemporâneos, estrangeiros, Ihering e Hermann Post, e dois nacionais, Tobias Barreto e Sílvio Romero.

Não inquirirei porque o autor dos escorços limitou a tão poucos nomes a sua coleção, e porque não compreendeu nela Bacon e Bentham, para não falar em Sumner Maine e outras sumidades decisivas no progresso da ciência jurídica e, aliás, inspiradoras dos trabalhos dos alemães acima citados.

A introdução supre essa lacuna, e as predileções justificar-se-ão pelo modo pitoresco no qual os juristas descritos são postos em foco no livro de Clóvis Beviláqua.

O perfil de Cícero fêz-me saudades de um tempo em que êsse personagem muito me interessou e obrigou-me a assíduas leituras, não só das suas obras, mas também do período da história romana que mais me atrai ainda hoje. Houve um livro, então, que me deixou um sabor particular da vida que levavam os homens na cidade eterna. Refiro-me ao livro de Gastão Boissier, — *Cícero e Seus Amigos*. Esta monografia é simplesmente evocativa; e por mais que se tenha lido Mommsen, Baudment, Middleton e Plutarco, penso que não se pode prescindir dêsse trabalho para haver uma visão completa do mundo doméstico ao tempo em que Cícero andava às voltas com Pompeu e com os seus outros contemporâneos. Li as suas cartas e a oração *pro Milione*, e logo se me afigurou o pobre orador nas alternativas que constituíram as deliqüescências de sua vida particular e pública, e também os raptos de sua eloqüência, o seu amor ao estudo e a sua felicidade diante do caso de Catilina. Só aí compreendi o conceito de Plutarco, quando diz que Cícero foi uma criança pela bondade do coração, inteligente para tudo, mas amante de zombarias, quando senhor de si, ao mesmo tempo que pusilânime diante do olhar dos fortes.

E porque Cícero não fôra senão um gênio literário de caráter feminil suplantado sempre pela popularidade, um como artista impotente perante o aplauso das multidões, vivendo delas e pelo mesmo modo aterrado pela virilidade dos tiranos, é que o enxergamos hoje nôvo, no rigor da expressão, junto aos rapazes, nas reuniões da cortesã Clódia, velho com os próceres que o fulminavam com a autoridade do olhar de Catão, arrojado nas asas da oratória, quando esta se casava com o interêsse dos senhores da situação, tímido e inibido até na dicção, logo que via a turbulência dos agitadores; a correr agora ao *forum* no meio de ovações estrepitosas, hoje triunfante, amanhã sumido, a perorar no Senado como se fôsse

a própria Justiça contra uma conjuração; estarrecido pelo alto predicado de pai da pátria, que lhe davam, a fugir, sem deliberação, mais logo, ao aceno das armas de César ou de Antônio; e, por último, a deixar-se matar num resto de aceno de eloqüência; feliz e infeliz, tanto na vida como na morte, retinindo sempre como um instrumento vibrátil, ao sabor dos caprichos do meio em que vivia.

Podia uma natureza assim organizada ser um filósofo e um jurista, no rigor da expressão técnica?

Ninguém o afirmará. Cícero era um artista que tudo sabia de quanto se ensinava no seu tempo.

Clóvis Beviláqua assinala a fraqueza congênita do político e concomitante ausência dessa audácia e vigor moral indispensáveis para a realização das grandes reformas do pensamento. Vivendo Cícero, como viveu, no tempo em que "começava a se operar a fusão da civilização grega com a latina", [19] não fêz senão vulgarizar a ciência e a filosofia resultantes dessa fusão, procurando, aliás, um ecletismo comparável ao de Cousin. Diletante, êle pôs ao serviço das idéias o seu talento de escritor e de orador, enfeixando em belos ramilhetes tudo quanto a filosofia grega, casada à jurisprudência romana, oferecia de mais perfumoso na sua época. Nesse ponto, não teve quem com êle rivalizasse na Antiguidade. Êsse ecletismo, porém, concorreu para que a sua influência fôsse puramente oratória. Os jurisconsultos seus contemporâneos não se impressionaram profundamente com a sua pregação. Se Cícero não tinha convicções profundas, como podia evangelizar? Entre Platão e Aristóteles, a sua doutrina foi sempre flutuando, se bem que o gênio oratório do primeiro o contivesse em suas malhas quase sempre.

Encontro citado no estudo de Clóvis Beviláqua um fato que é suficiente para caracterizar a pouca consistência do pensamento ciceroniano; é a sua cobardia diante de Carnéades, sofista arguto, brilhante, fascinador, falso como Judas, mas enérgico, e que teria sido capaz de virar o mundo, se os romanos não lhe intimassem o silêncio.

Para refutar Carnéades, teria sido preciso empunhar um instrumento de lógica decisivo e fundado em fatos, usar do que se chama a coragem filosófica e não temer ferir as conveniências do seu tempo. Cícero não era homem para isto. Assim, pois, recuou no campo doutrinário, buscando esconder-se nos *faux-fruyantes* de uma moral deliqüescente. E quando o impetuoso filósofo de Cirene dizia que o direito natural era uma quimera, êle, em vez de preencher o vazio aberto pela argumentação do sofista grego no organismo do direito com o desenvolvimento que o empirismo romano

---

[19] Clóvis Beviláqua, *Juristas Filósofos*, p. 33.

dera à profunda concepção de Aristóteles, preferiu acusar essa falha real, indicada nas preleções do dito Carnéades, como uma armadilha de que todos deviam fugir.

O estudo sôbre Montesquieu não é menos interessante do que êste. Um tímido, mas não glorioso; tímido da sua pessoa, mas não de suas idéias.

Clóvis Beviláqua reconhece a justa e poderosíssima influência que êste filósofo exerceu e ainda exerce sôbre o mundo moderno. Basta lembrar os Estados Unidos e a formação do caráter científico dos patriarcas da Independência e dos autores do *Federalista*. Se é verdade que as suas doutrinas, especialmente no que entende com a ação dos climas, têm sofrido modificações, não é menos certo que não há, hoje, quem medite um pouco sôbre leis e organização política que não sinta em si algum fragmento de Montesquieu. A atmosfera, pelo menos, em que giram as idéias orgânicas da vida social, foi obra sua; isto é, foi o autor do *Espírito das Leis* quem tornou essa atmosfera respirável.

Os verdadeiros carinhos de Clóvis Beviláqua, porém, voltam-se para os dois filósofos alemães, Rudolf von Ihering e Hermann Post.

Pela leitura dos escritos relativos a êstes juristas, vê-se a grande influência que exerceram no movimento iniciado por Tobias Barreto, em Pernambuco, e a larga contribuição que deram ao espírito do autor.

E merecem-no, porque, incontestàvelmente, são dois espíritos brilhantes, profundos, e que conseguiram tornar o evolucionismo amável, mostrando em como a ciência do direito, a que menos devia dêle esperar luz, podia sùbitamente iluminar-se, e de fato iluminou-se, tornando-se solidária com o movimento universal.

Clóvis Beviláqua fêz sentir, descrevendo a obra de cada um, em como ambos se completam.

O trabalho mais notável do primeiro foi tornar palpáveis, num estilo mágico e percuciente, as regras latentes do direito, inconscientemente aplicadas, mas que nem por isso exercem menos poder, complementando os preceitos expressamente formulados e que, ligados em grupos, formam o que o mesmo Ihering chama "a ossatura do direito", isto é, as instituições jurídicas.

A beleza do *Espírito do Direito Romano*, e o que faz essa obra diferir, como bem pondera Clóvis Beviláqua, dos outros trabalhos sôbre o mesmo assunto, reside no critério geral que levou o autor a não ficar na parte somática do seu assunto, na estrutura anatômica do direito, mas a procurar a vida, o movimento, a dinâmica; daí a nova luz dos seus estudos.

Pode-se afirmar que Ihering fêz no Direito Romano o mesmo que Michelet na História; evocou a resistência atual para poder

vê-lo funcionar e compreender melhor as relações mortas na máquina despedaçada, cujos resíduos andam na tradição ou infundidos na legislação dos povos seus herdeiros.

Trabalho desta ordem só podia ser realizado por homem que ao mesmo tempo fôsse jurista e dispusesse de grande imaginação reconstrutiva. Ihering estava predestinado para esta missão. Pertencente à mesma família de temperamento dos Wolf, dos Niebuhr, dos Bunsen, dos Mommsen, êle sentiu-se apto para obra igual, encarou-a e realizou-a numa linguagem nobre, e usando de um estilo que não deixa dúvidas sôbre a efetividade de suas faculdades imaginativas.

Não há quem não descubra desde logo os perigos que resultam do contacto com um temperamento desta ordem. E se bem que êsse Michelet do direito romano, evocando à vida os institutos antigos, os contornasse jungido aos esquemas de uma rigorosa crítica científica, era inevitável que o fogo da imaginação e a necessidade de ver tudo por concreto o obrigassem a deter-se nos painéis e a perder a perspectiva de uma nação em marcha.

Esta falta, que, até certo ponto, é compensada pelo vigor do pincel que induz ao êrro, notou-a Clóvis Beviláqua, dizendo que Ihering "deixou a morfologia do direito quase em olvido".[20]

A Hermann Post, segundo o mesmo Clóvis, coube a missão de supri-la; e supriu-a adotando método diferente, lògicamente falando, embora sob a mesma inspiração.

Ihering deduzira do transformismo evolucionista de Darwin e Haeckel o organismo dentro do qual, por meio de análise psicológica, fêz agitar-se depois a máquina, a engrenagem jurídica. Hermann Post se avantajou seguindo o caminho oposto, — o método indutivo; e os seus estudos preliminares se realizaram nos mesmos têrmos pelos quais já os mestres noutros ramos da ciência haviam-no conseguido nas línguas, nas religiões, nas literaturas. Acreditava êsse lúcido professor que, desde o momento em que isto se fizesse, a ciência jurídica perderia a sua aridez e interessaria aos menos cultos.

Na opinião de Clóvis Beviláqua, o engenho de Hermann Post não tem rival como resistência e clareza. As profundas simpatias por êste mestre são visíveis; e bem se percebe que o brasileiro dêle tem recebido exemplos profícuos, se é que já não tem o direito de sucedê-lo na região em que o colocaram os seus dotes naturais e a fatalidade geográfica.

Não cabe aqui dizer mais sôbre os dois alemães que proporcionaram ao autor do *Direito das Obrigações* escrever tão belas páginas.

---

[20] Ob. cit., p. 71.

A influência que os dois juristas exerceram no Brasil é afirmada pelos estudos sôbre Tobias Barreto e Sílvio Romero, cujas obras são, em grande parte, eco inteligente do *Espírito do Direito Romano, Finalidade do Direito, Luta Pelo Direito, Jurisprudência Etnológica* e *Fundamentos do Direito.*

Clóvis Beviláqua foi iniciado por Tobias Barreto; e se não é, hoje, um discípulo seu, no rigor da palavra, é, pelo menos, um sucessor, e, acrescentarei, um mestre, o que não era o autor dos *Dias e Noites,* antes propagandista apaixonado, não duvidarei dizer, genial. No seu trabalho, portanto, muito há que atribuir à simpatia. Isto, porém, não impede reconhecer que o perfil dêsse ilustre sergipano acha-se magistralmente traçado.

Ruidoso, temperamento de mestiço, pertencente à classe dos grandes ruminantes da imaginação, Tobias Barreto só não causou sensação no continente por ter vivido num círculo de onde o irradiar era impossível. Conheci-o, e, tendo assistido aos seus primeiros triunfos acadêmicos, posso atestar quanto se tornava absorvente a sua loqüela e como a sua imaginação operava vertiginosamente nas massas e nos círculos escolásticos. Tobias poetava, então, no meio patriótico criado pela guerra do Paraguai. Pessoalmente, poucas vêzes comuniquei com o sergipano. Êle pertencia a grupo de ano superior da Faculdade e, além disto, os cearenses dessa época não comungavam muito com baianos e sergipanos, acrescendo que a *república* que eu freqüentava não se decidira pela poesia condoreira. Em compensação, apanhei muitos trechos de conferências feitas por Tobias nas rodas de estudantes, porque êle as fazia filosofando por tôda a parte onde o provocavam, nos cafés, nas calçadas, nos corredores da Academia; e uma vez ouvi-o, admirado, falar, talvez durante uma hora, sôbre arte, filosofia e direito, no saguão do teatro Santa Isabel. Está visto que a loqüela dirigia-se *soto voce* a um pequeno grupo; mas Tobias Barreto não podia manter por muito tempo êste diapasão; passados poucos instantes, a sua voz estrondava e todos ouviam. Foi nesta ocasião que, pela primeira vez, soube que havia um Darwin e um Haeckel. O sergipano lançava as primeiras tarrafadas na pesca dos prosélitos.

Que não lhe faltavam qualidades para isto, di-lo Clóvis Beviláqua, o qual atribui-lhe um talento evoluído através de "poderoso vidro de aumento". A sua estética era a emoção violenta, irritada, a vazar-se em antíteses furibundas e em imagens hipertróficas. Na tribuna, um coribante: gesticulação exagerada, frase tumultuosa, expressão fisionômica de trágico e de cômico ao mesmo tempo. Clóvis, com razão, lembra a semelhança que existe entre Tobias e Laurindo Rabelo; outrossim, diz-nos que Schopenhauer, quando se animava na conversação, não devia ter sido menos impetuoso, a dar crédito às palavras de Gwinner.

O filósofo emergira do crítico, como o crítico emergira do poeta. O seu espírito educou-se na Alemanha. Libertando-se de Comte, vemo-lo dar fundo na angra do criticismo de Kant e depois varar portos diversos, pilotado por Lange, Schopenhauer, Hartmann, Haeckel e Noiré, até criar a sua própria carta de navegação nos mares da metafísica.

Nos últimos tempos, e porque o seu talento conquistara-lhe um lugar excepcional entre os lentes da Faculdade de Direito do Recife, inclinou-se para a jurisprudência, tentando especializar-se na criminologia. Parece incontestável que, dos seus trabalhos, data a regeneração dos estudos jurídicos no Brasil. Arrancou os rapazes a Oudot, Taparelli e Bellime e pôs o ridículo no direito natural. E se é verdade que nem sempre a prudência doutrinária o acompanhou, fazendo-o evitar excessos de escola e antipatias de germanizante contra a filosofia de Spencer e a sociologia como ciência geral, pode-se afirmar que ninguém, até a sua época, nem na compreensão do movimento do século, nem no arrôjo das idéias, lhe seria comparável.

Tobias Barreto não chegou a convir em que se fundisse o naturalismo na história. *Inde irae.*

Neste ponto, Sílvio Romero conseguiu, nos últimos tempos, aproximar-se mais da verdade.

A progressão sempre crescente do espírito dêste filósofo para a doutrina de Spencer tem-lhe proporcionado meios de manter um maior equilíbrio entre Kant e as novas aplicações do critério monista.

Clóvis Beviláqua faz-lhe a devida justiça dando-lhe lugar marcante na história da transformação do pensamento nacional.

Os *Juristas Filósofos* são, pois, um dos mais interessantes livros do jurista cearense, em que o estilista, sem perder a gravidade do homem de ciência, aproveita todos os seus dotes imaginativos para construir a personalidade dos indivíduos cujo perfil busca traçar.

Estas mesmas qualidades farão a fortuna dos ensaios à inglêsa que formam o volume que o leitor vai percorrer.

Destacarei, dentre êles, como os mais frisantes, os que se intitulam: "Finalidade do Mundo", "A Luta das Raças", de Gumplowicz, e "Gustavo Le Bon e a Psicologia dos Povos".

No primeiro ensaio, o autor estuda a obra filosófica do cearense Farias Brito.

Nesse trabalho, Clóvis Beviláqua, como em parte alguma, dá a medida do seu espírito eqüitativo.

Farias Brito é um môço de grande talento, que tem lutado pela vida e mais ainda pela filosofia. O autor destas linhas sabe, pessoalmente, quanto um espírito de nortista tem padecido para surgir do abatimento em que profundas meditações filosóficas o prostraram.

Afinal, porém, venceu, e o livro de que se trata é o atestado dessa vitória, na qual o filósofo, como Jacó, lutou uma noite inteira com o anjo do Senhor. Digo venceu, no sentido de que o estudioso cearense chegou a têrmo de poder exprimir claramente numa obra a sua dissensão com a filosofia determinista.

Farias Brito acredita na finalidade, não à moda de Ihering, quando considera impossível o movimento da inteligência sem um objetivo que a atraía. É rudimentar a idéia de que a volição não se determina sem que antes se tenha aquecido o foco da idéia e que esta se tenha antecipado ao ato ainda como o feixe de capim do asno da legenda. A máquina humana não se agita, tanto individualmente como coletivamente, senão em vista de alguma coisa percebida pelo intelecto como destino; e êsse destino, que pode ser remoto ou próximo, conforme se trata de atos que ferem os fundamentos da própria existência física e moral, ou de deliberações passageiras, como, por exemplo, dar uma passada para evitar um mau encontro, levar a mão ao bôlso para tirar o relógio, salvo o que é reflexo, êsse destino nunca prescinde de um plano. Não é dêsse feitio a finalidade, conforme a entende o autor da obra de que se trata, ou melhor, Farias Brito, considerando a evolução um fato universal, consolida no mesmo fenômeno a deliberação inteligente humana e o movimento da matéria, partindo do princípio matemático de que o movimento implica fim.

Mas, como bem observa Clóvis Beviláqua, essa intrepidez do filósofo cearense resolve-se numa ilusão lógica. De fato, se Farias Brito conseguisse realizar esta consolidação diante da qual têm esbarrado os mais extraordinários cérebros do mundo, isto é, mostrar quando e como o movimento se transforma em pensamento, a filosofia teria terminado a sua missão: não haveria mais sôbre que filosofar e a humanidade entraria no verdadeiro *Nirvana*, dissipado de uma vez o Incognoscível.

Vê-se, pois que não se trata senão de um nôvo metafísico da espécie panteísta. Isto, porém, não lhe valeu, na alma meiga de Clóvis Beviláqua, motivos de cóleras, como, por certo, se daria se o crítico fôsse Sílvio Romero; antes, pelo contrário, o jurista do Recife sente-se bem com o adversário, e na própria oposição comove-se diante da obra que combate.

A análise do notável livro de Gumplowicz mostra ainda a segurança do critério de Clóvis Beviláqua.

Os excessos dos darwinistas, ao que parece, não lhe causam grandes entusiasmos, e Gumplowicz é um dêsses excessivos. Não basta atender ao princípio da luta pela vida. Se êle fôsse o único fator, nada mais fácil seria do que filosofar. O autor dos estudos de que falo não se deixa iludir por tão fáceis soluções.

Quanto ao livro de Gustavo Le Bon, não há palavras bastante enérgicas para louvar o bom-senso exibido por Clóvis Beviláqua no respetivo estudo.

Delicado e cortês, o crítico não recusa ao sociólogo francês os elogios que merece a sua obra. Não poupa, porém, doestos às aplicações da doutrina brutal do chauvinismo europeu à América do Sul.

O que há de horroroso na doutrina de Le Bon, fundada no conceito das raças, é o valo profundo que êle cava entre umas e outras, a título do que êle chama a alma étnica, substância incoercível e indemonstrável, a menos que essa alma não passe de hipótese para a facilidade de suas construções. Gustavo Le Bon, porém, para dar coesão à sua teoria, precisava dessa alma; sem ela, as lutas das raças não podiam ser tão peremptòriamente explicadas, como êle as conseguiu explicar. Povos, como nós compreendemos, penetram-se fàcilmente; almas étnicas destroem-se por incompatíveis; a superioridade engole a inferioridade; e é assim a história, e assim devemos aceitá-la.

Clóvis Beviláqua não aceita essa pérfida teoria.

Felizmente, para os povos americanos, tão malsinados pela ambição européia, nada disso se tem como verdade; e as *sociologias de encomenda* mal encobrem as intenções funestas das classes dirigentes e dos governos do lado oposto do Atlântico.

No que entende em particular com o Brasil, vê-se, da explanação do crítico, que o sociólogo francês deu até cincadas. Ao mesmo tempo que êle prostrava a inocuidade das formas de govêrno, o que, entre parênteses, não passa de um despropósito, afirmava que o Brasil deveu à tutela monárquica o ter, até 1889, se salvado da anarquia congênita dos povos sul-americanos. Que havia de escrever sôbre nossa pátria, de longe, um estrangeiro que só a conhece pelos livros de Eduardo Prado ou de viajantes naturalistas, nem sempre bem informados, quando não ùnicamente preocupados com as riquezas da nossa flora e fauna e com a geologia?

Buckle tinha condenado o homem branco a ser esmagado pelos fatôres mesológicos tropicais; esta sentença, porém, fecharia o Brasil à imigração, à exploração. Que fizeram os filósofos dos sindicatos das *Novissimas Indias Ocidentais*? Provaram que tal teoria estava errada. Que o branco por tôda a parte vence, adaptando a região às suas necessidades; e que, além disto, o Brasil não é todo tropical, possuindo vastas regiões de clima igual ao do sul da Europa. Era, pois, indispensável demonstrar a incapacidade do mestiço, mas a incapacidade absoluta para ascender ao que mais preza a civilização — o caráter.

Esta questão, todavia, não foi ainda estudada. E, com certeza, pretendendo fazê-lo, o sociólogo francês não meteu nenhuma lança em África. Acresce que o Brasil não é só de mestiços: e se êstes muito têm concorrido, na arte, para o seu desenvolvimento, não é menos certo que a raça branca não perdeu aqui os seus foros hereditários. Os sertões estão cheios de espécimes dêsses antigos portuguêses mais fáceis de quebrar do que de torcer. E se fôsse só de mestiços, se a mestiçagem pudesse ser a que, na história de São Paulo, ficou célebre pela denominação de mamelucos, então acharíamos também um elemento étnico de energia incomparável.

# O PÃO DO ESPÍRITO

PUBLICAÇÃO EM UMA SÉRIE DE 17 ARTIGOS, SOB A RUBRICA GERAL DE "O PÃO DO ESPÍRITO", NA *GAZETA DE NOTÍCIAS*, RIO DE JANEIRO, 1900. PARA FACILIDADE DE APRESENTAÇÃO, FORAM NUMERADOS EM ORDEM CRONOLÓGICA.

## I

## FELISBERTO CALDEIRA — CRÔNICA DOS TEMPOS COLONIAIS [1]

*POR RODRIGO OTÁVIO*

*Gazeta de Notícias*, 2-8-1900

Acabo de ler o livro de Rodrigo Otávio sôbre Felisberto Caldeira. É um livro sugestivo; escrito com muito carinho. E como, ordinàriamente, do que digo a respeito das obras que critico, grande parte nasce da impressão por elas produzidas em meu espírito, nestas linhas os leitores de preferência encontrarão o resultado do jôgo em que as páginas dessa crônica dos tempos coloniais andou pondo a minha imaginação.

Que de associações de idéias não me provocaram os seus capítulos iniciais! As origens de Diamantina são a história de tôdas as nações que se formam pela religião do ouro, — *a auri sacra fames*. Audácia, assombro, perversidades, injustiças, morticínios, megalomanias, traições, tôda a psicologia do mal aí se nos depara vitoriosamente, tudo menos a piedade, em qualquer de suas formas, religião, direito, família, amizade e entusiasmo. O ouro, já não digo nas relações de uma sociedade culta, mas nas de grupos organizados no deserto, como foram as bandeiras, no intuito de dar-lhe caça; o ouro dissolve as mais caras tendências da raça humana para o progresso verdadeiro e para a vida do sentimento. Dir-se-ia que êsse, na frase dos que o não possuem, vil metal, tem em si qualidades maléficas, demoníacas, que perturbam o homem, tiram-lhe a razão e o obrigam a descer na escala animal à maior degradação. Não foi talvez sem razão que o gênio da Hélade o personificou em Midas e distinguiu na lenda do Velocino, e que as nações primitivas da Europa Ocidental o cantaram nos poemas terríficos de devastação do *Ouro do Reno*. A Terra, vingando-se dos menoscabos da raça que a explora, faria surgir de vez em quando do seu seio uma substância luminosa e rija, que ensandeceria seus filhos, produzindo a guerra e matando o amor humano e a fé no divino.

---

[1] Rio de Janeiro, Laemmert & C., Editôres.

Ainda agora os descendentes das mesmas nações que criaram essa poesia estão a justificar a verdade da lenda, no extremo Oriente, tentando retalhar a China, esquecidos do direito que elas próprias inventaram, transidas de mêdo de si mesmas, agonizantes na moral que destruíram ao pêso dos seus insustentáveis exércitos e aparelhos militares, famintas do trabalho alheio convertível nesse ouro maldito com o qual deverão prover-se dos alimentos que a sua péssima organização não lhes permite obter do próprio solo; e quando, apesar de nutrido pelas auras menos mefíticas da América, ponho-me a pensar nos desastres que se escondem nesse cavalo de Tróia do futuro, tremeria receoso das repercussões que em todo o orbe deverão ter sucessos tão pasmosos de infância social e de loucura, sucumbiria, confesso, a êsse pensamento sinistro, se não acreditasse nas leis históricas; se não tivesse certeza de que entre êsses piratas, que cobrem hoje os mares asiáticos, navega êsse mesmo gênio da raça jônica, que, personificado em Ulisses, amenizou os costumes da Europa, desenvolveu a arte e transportou a guerra das florestas para a diplomacia, aniquilando em Roma a ferocidade cartaginesa, subjugando na Igreja a hipocrisia dos papas e a cólera sangrenta da Inquisição, repelindo nos tempos modernos a melancolia fratricida de Napoleão; porque, finalmente, espero que do ciclone, que ameaça subverter o mundo, a França, surgindo do seu abatimento, como a eterna mediadora das crises seculares, mostrará aos povos sua loucura e estenderá os braços para essa América, que ela ajudou a crescer e há de ser impreterìvelmente o refúgio da civilização européia.

Eis a que sonhos já me iam conduzindo as sugestivas descrições do livro de Rodrigo Otávio.

———

Trata-se nessa obra de reconstruir a vida e feitos de um homem, que muito influiu nos sertões de Minas durante o século passado, ligou seu nome ao desenvolvimento do Distrito Diamantino, e deixou uma prole ilustre, de que ainda hoje são conhecidos membros muito distintos pelo saber e pela resistência de caráter.

Felisberto Caldeira Brant, que viveu entre os anos de 1710 e 1755, era descendente de D. João III, Duque de Braubaret (1355), e foi tronco da família de cujo seio saíram o Marquês de Barbacena e o atual monogenário visconde do mesmo nome.

O Dr. Rodrigo Otávio, lendo as crônicas e os documentos inéditos, que se referem a história dêsse bandeirante ilustre, tomou amor ao assunto; e, sendo como é, poeta e romancista, sem perda das suas qualidades de investigador e de emérito jurista, cuidou talvez em aproveitar as notas recolhidas não só daqueles documentos, mas

também de tradição oral de um bisneto de Felisberto, o referido Visconde de Barbacena, escrevendo assim um romance histórico nos moldes de W. Scott. Recuando, porém, dessa idéia, em razão do descrédito em que alguns críticos têm feito cair êsse gênero de composição literária, abalançou-se a traçar a crônica pelo processo tão belamente pôsto em prática pelo historiador português Oliveira Martins.

Êste processo consiste em filtrar o documento através da imaginação emocionada do artista e em dar à exposição dos fatos verificados o colorido da realidade possível, utilizando os diversos estilos, lírico, realista, e mesmo místico, exigidos pela conformidade dos acontecimentos.

Não há quem não conheça as magnificências contidas nos livros de Carlyle, de Savage Landor, de Michelet, de Renan, de Emerson, de Macaulay; não também quem desconheça o que a crítica tem dito de mal a respeito de tais historiadores, preferindo-lhes os Mommsen, os Curtiu, os Taines e outros mais irredutíveis, que substituíram a forma descritiva pelo agrupamento de fatos de modo sistemático, pelo raciocínio construtivo e pelas fórmulas gerais; convindo não esquecer que mestres existem na atualidade, os quais pretendem levar o rigorismo a ponto de reduzirem a história a uma mera classificação de documentos, sem estilo, sem exposição.

Nem tanto ao mar nem tanto à terra.

O subjetivismo dos grandes autores será, enquanto o homem não mudar de natureza, um preciosíssimo elemento de comunicação. Vê mais um vate, instruído nas coisas humanas e divinas, do que um mero colecionador de fatos, embora aparelhado com todos os recursos que os laboratórios do mundo lhe forneçam. Juntar não é ver; classificar não é interpretar. E aí tem a razão por que Tucídides, Júlio César e Tácito ainda são lidos com desespêro dos mestres e o serão por longos séculos, pelo menos enquanto a espécie humana não alcançar novas faculdades.

A imaginação reconstrutiva continuará, pois, a ser o nosso mais poderoso instrumento de progresso social, contando que nunca deixe de operar sôbre a realidade, nem se desprenda da contemplação do modêlo vivo.

Para os perigos que podem resultar da obstinação da lógica e da hipertrofia da atenção, há a higiene da cultura universal e a função daquela faculdade que Rabelais tão excelentemente preconizou no *Pantagruel* — isto é, o poder que tem a alegria de expelir do cérebro o fortuito, conservando apenas a *medula substancial das coisas.*

Isto pôsto, saibamos em que documentos se fundou R. Otávio para reconstruir êsse belíssimo e generoso caráter, que no livro se atribui a Felisberto Caldeira, de onde colheu o autor elementos para

descrever essa cena do amor que constitui todo o interêsse do capítulo VII, intitulado "Piracatu?" Parece-me que tanto neste, como no II, que se denomina "A Árvore Sagrada", muito andaram trabalhando a imaginação do autor e a lenda transcrita do romance *Acaiaca*, do Dr. Felício dos Santos. Há descrições de cenas domésticas e diálogos nesses capítulos, que já roçam pelo estilo da novela, e derrogam do trabalho do historiador.

Não queiramos, por êste motivo, nenhum mal a R. Otávio, porque o seu livro está muito bem-feito e inaugura um gênero nôvo de monografias entre nós.

O essencial ao seu trabalho era vindicar a memória de Felisberto Caldeira. R. Otávio o faz vitoriosamente, revendo o processo; e como hábil advogado restituiu aos documentos e aos depoimentos o seu caráter verdadeiro. O cronista psicólogo leu, comparou, compulsou, e das entrelinhas deduziu os falsos testemunhos com que os coevos pretenderam macular para sempre a honra daquele nobilíssimo caráter.

Assim, êle nos apresenta Felisberto chegando ao Tejuco em 1747, as suas entradas de Goiás; e descreve a sua vida até o seu fim triste logo após o terremoto de Lisboa.

As cenas que precedem a aparição da família Caldeira naquelas regiões são traçadas com calor talvez demasiado. O assunto pedia um pouco mais de filosofia. A sugestão do quadro sertanista supre, porém, essa deficiência. Bastam as indicações que aí se encontram para que a lógica reconstrutiva se encarregue do resto do cenário e das ações dos homens.

Todos sabem o que era uma bandeira: era uma legião organizada, não segundo a sabedoria de governos longamente aparelhados para a conquista, e que, como o de Roma, enviavam para o centro dos bárbaros, na ordem militar, uma miniatura de tudo quanto a civilização pusera na cidade dos Gracos e dos Césares; mas um singular agregado de elementos infernais, organizados pela cobiça e dirigidos pela intrepidez de um homem, ordinàriamente inculto, sem moral, sem respeito à vida humana e sem outro regulamento, que não fôsse o mêdo. Essa associação rudimentar seria talvez a única possível para os fins que se propunham os primeiros conquistadores do sertão; e o govêrno português, como era natural, não se opunha a que essas organizações se fizessem sob os seus auspícios, enquanto nos povoados; logo, porém, que essas companhias afastavam-se do litoral ou dos centros de população civil, começava nesses grupos a atuar a influência do meio; descivilizavam-se os seus aderentes gradativamente; e então cada chefe de bandeira transformava-se num pequeno Átila, que, na conformidade da energia pessoal de que dispunha, podia assumir o exercício da mais completa e brutal so

berania. Calcule-se, pois, o que uma bandeira não seria capaz de praticar, quando seu diretor ou soberano, além da intrepidez, tinha consigo a ferocidade do comando e a intrepidez dos apetites carnais e exterminadores do selvagem.

Em 1722 a descoberta do Cêrro atraíra para essa região, não uma, mas muitas bandeiras, que o tranformaram logo no teatro das maiores perversidades. Estas começaram pela extorsão feita aos pobres selvagens, aos quais, em nome do rei, se pôs como crime o não quererem ou não saberem dizer onde existia o ouro e desconfiarem dos brancos, que os afagavam, para logo os matarem, sem a mínima piedade.

A história, pois, do Distrito Diamantino reúne-se numa palavra: — o sangue. Afastados os selvagens, começou a concorrência entre bandeirantes de diversas procedências. A descoberta do diamante enrubesceu a cobiça; e essa cobiça, assim atiçada, gerou pungentes dramas, que o deserto pôde aparelhar. Traições, infâmias, baixezas de tôda a casta viram-se no Tejuco; por fim chegaram as autoridades da metrópole; e passou-se, então, à segunda parte da conquista, que não é menos curiosa, porque surge o arauto do rei para regular a cobiça, restringindo a soberania dos matadores de gente. Os representantes da metrópole, todavia, não escapavam à desmoralização do deserto, além de que o fisco, por abstrato e muito lógico, sempre foi canibal, ainda nos centros civilizados.

Há quem empreste ao Tejuco uma população de 40 mil habitantes, em 1732. Compreende-se que, quando a mineração se aproximava destas proporções sociais, não podia o govêrno português deixar de acreditar que êsse agregado, para o qual em nada tinha concorrido, era obra sua; e que neste caso só conviria pôr côbro aos ladrões, hipotéticos, da real fazenda, mas também legislar sôbre as *custas e propinas* devidas a Portugal, primeiro pelo trabalho de Pedr'Álvares Cabral, depois pelo da dilatação da fé, pelo das tropas e navios que vinham para o Brasil, e finalmente pelo do ofício de reinar; por cima, ainda, as dos delegados do rei, que não haviam de ser pagos pelos dinheiros de Lisboa.

R. Otávio transcreve, às páginas 63-65, o edital do ouvidor-geral de Vila Rica, publicando o laudo de D. Lourenço de Almeida, governador da capitania de Minas Gerais, de 2 de dezembro de 1729, de onde resume essa alta sabedoria.

A crônica refere que um frade, encontrando no Tejuco grande quantidade de pedrinhas, que os moradores guardavam como galanteria ou usavam como fichas, nos jogos, descobrira serem diamantes, as substituíra por outras que dizia procedentes do Jordão, e safara-se misteriosamente com êsse tesouro, sem que a consciência de religioso o impedisse do primeiro embuste. Não é, portanto, para

admirar que, logo depois, o govêrno português mandasse ordem a fim de que se seqüestrassem as datas da terra já concedidas para mineração, estabelecendo a jurisprudência de que, o intuito tendo sido de ouro, anulada estava a jurisdição para tanto, desde que conjuntamente das minas se extraíam diamantes. E por êste modo em 1729 se preparavam as regras de direito que haviam mais tarde de servir à inveja para demolir o prestígio de Felisberto Caldeira. O govêrno fêz-se síndico.

A fase pròpriamente selvagem do Tejuco dissipou-se por volta dêsse tempo; mas a selvajaria passou a exercer-se entre a lei, o intendente do ouro, o ouvidor, o contratador da mineração e os pretendentes à substituição no contrato. São êstes os personagens do drama, que a crônica de R. Otávio põe em relêvo em cenas pungentíssimas.

O essencial era enriquecer, no Tejuco, quando a família Caldeira ali apareceu. Gente parecia esta de tal estirpe, que se, no Brabante, teria naturalmente ilustrado nas grandes campanhas do tempo, ou nas companhias coloniais, ou nos empreendimentos de Law. Os seus instintos de grandeza não se desmentiram naquelas regiões.

Felisberto, portanto, sobrepôs-se à bruteza do meio que o buscava envolver. À sua intrepidez deve-se a fundação de Piracatu, onde revelou as mais admiráveis qualidades diplomáticas, transformando uma luta iminente entre bandeirantes ciosos de ouro numa boda, que se resolveu da fusão da sua com a família dos que lhe disputavam a fazenda.

De volta do Tejuco em 1747, já opulentíssimo pelo que granjeara em Piracatu, o ex-bandeirante, no ano seguinte, fêz-se o contratador da mineração de diamantes. É fácil imaginar o que os instintos dessa raça de brabantinos, fundida na dos paulistas, seria capaz de praticar, dispondo de montes de ouro, para dar pasto ao sentimento do luxo e da grandeza. É irrecusável o testemunho aritmético dos documentos; e o resto pôde-se avaliar pelo que ainda hoje se encontra em ruínas como as de São João d'El-Rei. A vida, pois, por aquelas regiões tornou-se espetaculosa; e os que a souberam criar gozavam todos os prazeres que a riqueza pode ministrar, vencendo distâncias e transferindo dos lugares mais longínquos os objetos de luxo, que são o delírio das mulheres. Alfaias, sêdas, adornos: tudo se mandou buscar no reino; e os Caldeiras triunfaram no Tejuco, dando aos povos que ali paravam uma sensação momentânea de civilização, como o fizera em Pernambuco, *mutatis mutandis*, o Príncipe Maurício de Nassau. É lícito, portanto, pensar que Felisberto Caldeira, maneiroso, bom, bem-casado e pai de família de lei, como era, dispensasse grande dose de felicidade àquelas regiões.

•

Tanto bastou para que os seus adversários — e êle os tinha em grande número, — se combinassem para demoli-lo.

A obra foi bem feita; e a luta tremenda. Perderam-no, primeiro no ânimo do Marquês de Pombal; depois, desenvolveram essa prevenção de ânimo jurídico no de Gomes Freire de Andrade. Felisberto devia ser um grande ladrão: tanto bastou para que o fôsse; e mais ainda, um homem perigoso, que estava a prejudicar no Cêrro as normas do sacrossanto amor da religião e do rei, *nosso amo*, como então se dizia. Foi o *tolle geral*. O destemido descendente dos duques de Brabante sentiu-o; e, olhando para os horizontes, viu que a tempestade se aproximava. Resignou-se à luta e à morte. Não houve meio de salvá-lo. Portugal, com a sua desconfiança, e a colônia, com tôda sua inveja, caiu sôbre o lutador e esmagou-o. Para êsse efeito não foi preciso mais do que mandar-se para o Tejuco um ouvidor môço e maluco, pôsto ao lado de um dêsses intendentes, que têm a maneira burocrática de achar fraudes em tudo. Êsse ouvidor era um peralta de Lisboa, segundo se diz, muito imbuído do liberalismo anti-religioso, que o marquês pusera em moda: chamava-se José Pinto de Morais Bacelar.

Numa festa de igreja portara-se êle inconvenientemente, atirando um botão de rosa ao seio de uma sobrinha de Felisberto, muito galante e pela qual se fizera apaixonado; escândalo que deu cabimento a um desfôrço de palavras, por parte do chefe da família Caldeira, e logo, fora da igreja, há um encontro a espadim e punhal, do qual ia o dito peralta saindo mal, se não interrompessem os padres celebrantes da festa religiosa.

Não é preciso indicar o resto. A cama de Felisberto estava feita: processos, perseguições, desfeitas de caráter oficial, suspensão de contrato, protesto de letras suas em Lisboa; pôsto como assassino, contrabandista, foi achado, pelas contas que adrede lhe fizeram, um desfalque da real fazenda; e, como não bastasse isto, descobriram-lhe ainda crime político, isto é, intenções de fazer-se rei da Diamantina.

Então o prenderam, quando muito justamente o fidalgo brabantino se encolerizava por mandar o ouvidor que êle e sua gente se incorporassem à criadagem na comitiva do governador interino José Freire de Andrade, por ocasião dêste fazer a sua entrada na vila do Príncipe, aonde ia examinar a situação das coisas.

Remetido, em algemas, para Lisboa, e encerrado no Limoeiro, veio a ser libertado do esquecimento do cárcere pelo terremoto que em 1755 apavorou aquela cidade. Logo depois faleceu, indefeso, das moléstias com que os desgostos da vida o haviam premiado.

A narração dos sucessos, que aqui deixo ligeiramente esboçados, é feita no livro de modo despretensioso; e, segundo parece, confere com o manuscrito da Biblioteca Nacional intitulado *Do descobri-*

*mento dos diamantes e dos diferentes métodos que se têm praticado na extração.*

São muito dignos de nota os estudos que o autor desenrola dos conhecidos tipos do capitão-de-mato e do quilombola.

A vida do garimpeiro ofereceu-lhe motivo para páginas muito interessantes. As crueldades regimentais empregadas contra os escravos se acham descritas pelos documentos com eloqüência.

Rodrigo Otávio, portanto, contraiu a dívida de fazer-nos outros livros neste gênero.

Rio, 29-7-1900.

## II

## UMA SOLUÇÃO JURÍDICA [2]

*Gazeta de Notícias*, 7-8-1900

Um dos mais simpáticos escritores da nova geração de juristas franceses é por certo Raoul de La Grasserie, bastante conhecido entre nós pela sua obra, por mais de uma vez citada, *L'état féderatif*. Ainda môço, juiz do Tribunal Civil de Rennes, êsse jurista não pertence à classe de magistrados que cingem-se a estudar literalmente a lei e a colecionar os precedentes, no intuito único de obter da profissão o maior provento com o menor esfôrço: ao contrário, êle é um sociologista distinto, que nada tem a invejar a Tarde e outros, e que, além disto, ocupa as horas vagas com estudos de lingüística e literatura, especialmente no departamento da América do Sul, estudos aliás, necessários para melhor compreensão das leis dos povos latinos dessa parte do Nôvo Mundo, a cuja análise o ilustre juiz se tem ùltimamente dedicado.

Preocupou-o ùltimamente uma questão muito séria: a dos meios de resolver a crise anarquista pelo desenvolvimento de certos institutos jurídicos.

Não há quem não se tenha impressionado, por um lado, diante do desenvolvimento que as teorias individualistas tomaram desde o século passado, e por outro, diante das tendências reacionárias ou retrógradas da escola socialista e do fundo tradicional das nações européias. A luta entre estas duas disposições antagônicas da natureza humana feriu-se neste fim de século de modo brutal e aterrador. Considerado sob o exclusivo aspecto econômico, ela, arrastando de envolta o espírito científico, tem assumido tôdas as formas revolucionárias e místico-religiosas. A bibliografia dos livros de economis-

---

2 *De l'indisponibilité et de l'indivisibilité totales et partiales des patrimoines*, par M. Raoul de La Grasserie, Paris, 1899.

tas e de filósofos profetas já não cabe nos limites de uma brochura em que se os tentasse catalogar, desde o que se tem escrito sôbre pura economia política até as soluções ultratranscendentes do espiritismo, de Prudhon a Tolstoi, de Pierre Leroux aos últimos discípulos de Allan Kardec, do Abade St. Pierre a Karl Marx, Lassale e Kropotkine.

Nenhum grande espírito, porém, da atualidade cogitou de um modo preciso em resolver essa antimonia ou pelo menos remediá-la recorrendo a uma conciliação no seio da jurisprudência, pelo desenvolvimento prático dos institutos preexistentes e pela criação dos que lògicamente se oferecem como cumprimento dos aparelhos conhecidos, sem os quais se não compreende a função social do direito e a definitiva organização da justiça civil. O anarquismo ameaça devastar a sociedade moderna; mas o que é verdade é que maiores devastações são as que virá um dia produzir o socialismo nas mãos dos podêres coercitivos constituídos ou que se constituírem, se a justiça civil não se interpuser, como já se interpôs em outras épocas, como paradeiro às crises de insensatez das religiões, das filosofias, da política e das ambições pessoais dos *parvenus* da História.

Vejamos que idéias apontam nos horizontes da ciência do direito, indicando a rota por onde o bom senso da espécie humana nos deve conduzir, através dos escolhos, que a fome de uns, a loucura de outros e a imaginação do maior número, de vez em quando, fazem surgir *nel camin de nostra vita.*

É generosa e sugestiva a descrição que nos dá Raoul de La Grasserie do movimento que do fim do século passado para cá tem recebido o princípio de liberdade absoluta, movimento êste, pelo qual, na minha opinião muito desarrazoadamente se tem responsabilizado Kant e ùltimamente Spencer. Nem a *Crítica da Razão Pura,* nem *Os Primeiros Princípios,* o sufragam; porquanto em nenhum dêsses livros encontra-se que o homem possa ser considerado tal fora das relações de interdependência social, senão condicionado no pensamento delas, e possuindo uma atividade em tudo e por tudo, subordinada ao agregado humano. Todavia, à fiúza disso e contra isso, o filosofismo e o liberalismo dos belos tempos constitucionais entenderam que, para subtrair o homem ao jugo das pedras e à tirania dos reis, não havia como subtraí-lo à própria sociedade, que aliás um filósofo sutil da atualidade, Isoulet, autor da *Cidade Moderna,* chegou a considerar o exclusivo fator disto que se chama a alma do homem, não levando absolutamente em conta o substratum individual. Seja, porém, qual fôr a origem da corrente individualista, o que se observa é que a liberdade individual por aquêle modo entendida trouxe como conseqüência uma mobilidade no que diz respeito não só à pessoa, mas também ao patrimônio; e, na marcha

ascendente suspeitada, não tardaria que os códigos civis fôssem obrigados a suprimir os títulos que se inscrevem "Das Pessoas e das Cousas". E como todos os despenhadeiros sociais são lógicos, semelhantes tedências muito naturalmente degenerariam no mais puro anarquismo.

Tudo hoje leva o homem de ciência a não perder de vista êste cifrão, que o século XIX pôs diante do problema histórico; e não há mais pensar em nenhuma questão que envolva a atividade social, sem que se tenha em conta êsse fator, o qual se não confunde com escolas ou partidos, mas preme a sociedade inteira acusando como o barômetro uma profundíssima alteração incoordenada das condições da existência humana.

O indivíduo, que vivia outrora encerrado no seio da família, começou a buscar fortuna em aglomerações mais densas, e, passando a ser um "desarraigado", uma vez isolado do conglomerado que anteriormente o protegia, não tendo mais fôrças para resistir, deixou-se absorver pelas grandes emprêsas e associações nascidas do regime do anonimato.

Daí o rebaixamento fatal dos salários, a criação do feudalismo financeiro e o aumento vertiginosamente crescente da tirania do capital transformado então no mais poderoso instrumento de exploração do trabalho humano.

As pessoas naturais foram substituídas, no desenvolvimento da riqueza, pelas pessoas jurídicas de direito privado; e a êsse desassociamento moral e econômico dos indivíduos acompanhou como conseqüência funesta a "pulverização da propriedade". A evolução dêsses institutos deu um amplo resultado como conseqüência ainda da lei que diz que tôda a fôrça social tende a transformar-se em individual. surgiram os *trusts*, coligações colossais de interêsses infrenes, de ordinário dirigidas por um homem ou triunvirato, os quais, se tornando mais fortes do que o Estado, mantêm o intuito de escravizar o assalariado e destruir a concorrência, sem responsabilidade.

No meio dessa corrente vertiginosa, a que ficaria reduzido o esfôrço individual isolado, no instante em que se verificava a extinção de tôdas as fôrças protetoras do antigo regime? Quando o espírito libertário acabava de pulverizar lateralmente tôdas as cadeias que outrora mantinha a família feudal — indissolubilidade do casamento, tutela da mulher, subordinação do filho, imobilidade do patrimônio, regime dotal e de sucessões, e outros aparelhos, que ligavam os homens ao solo e estabeleciam uma vida média — pergunta-se, se a extrema mobilidade, impressa pelos tempos que correm a tôdas as relações humanas, dando os frutos já conhecidos da exploração da vida coletiva pela paixão dos hábeis, deve ser considerado um bem que se acoroçoe ou um mal cuja extinção esteja a reclamar o clamor dos homens bons? A estas interrogações Raoul de La Gras-

serie procura responder com a sistematização da prática dos povos antigos e modernos e do bom senso universalizado.

Não há quem hoje se lembre de reconstruir os latifúndios, a escravidão, e todo o sistema tutelar, em que se fundava a sociedade antiga, isto ainda a pretexto de combater o anarquismo quando mesmo ameaçasse dissolver a sociedade inteira. Sem participar dos terrôres daqueles que não esperam soluções do tempo, Raoul de La Grasserie entra na análise dos meios já existentes em brôto na atual organização e, estudando-os, considera-os suscetíveis de uma amplidão suficiente talvez para pelo menos diminuir o número dos "desarraigados".

Outrossim não duvida que êsses meios impeçam a marcha que há tempos se fêz do campo para as cidades, aonde as fábricas, novos latifúndios, acenam ao trabalho, semelhante à miragem do deserto.

Como conseqüências funestas do anonimato e da responsabilidade limitada, aliás tão necessária ao crédito, e daquele movimento dispersivo acima aludido, êle assinala fatos evidentes; a completa destruição dos mais estreitos laços da família, a exaltação do indivíduo até o egoísmo insensato, a decadência da influência paterna, transferida ao Estado que dela não cuida, a dissolução da veneração nos filhos, a morte do amor do lar, a mulher igualada ao homem; quanto ao patrimônio temos a sua mobilização extrema, a divisão da sucessão ilimitada, a legitimação do jôgo, a circulação sem regulador e instantânea, a restrição testamentária dos podêres paternos abolindo indiretamente a própria família. É incontestável que de tudo isso resulta a pulverização da propriedade média e a desclassificação contínua dos indivíduos e da família com repercussão na ordem social.

Diz La Grasserie que são os burgueses desclassificados, talvez mais do que os miseráveis proletários, que, revoltados contra essa depreciação fundada ou infundada, de que são objeto, são os burgueses os que com maior veemência pregam o anarquismo, desviam-se da rota batida dos seus antepassados e aparentam febre de pior caráter na propagação do incêndio, no qual desejam ver subvertidos os governos de todos os povos.

Eu disse que não havia quem pensasse em voltar ao regime antigo. Não é pròpriamente exato. Na reação contra o dinamitismo dos anarquistas e do seu opositor, senão colaborador, o sindicato, o qual não só explora as massas, como os governos, segundo atesta a atual guerra do Transval, conservadores desorientados já cuidaram em reviver instituições perdidas e condenadas pelas leis da História. É assim que se assinalam nas legislações de povos cultíssimos fenômenos de atavismo ou de regresso a instituições mortas, como por exemplo, a restituição das corporações dos ofícios e o morgadio, e a

revivescência do antigo pátrio-poder, esta última incluída no Código Civil Suíço. Raoul de La Grasserie, todavia, não enxergava nesse fato senão uma confusão de tendências, em que a verdade e o êrro vão de parceria. Não convém, diz êle, restaurar ruínas. O passado instrui o presente, contanto que não se perca de vista o que é compatível com o futuro. É preciso marchar; marchemos. A desordem apresenta-se empecendo essa marcha ascendente; pois bem, saibamos qual a nova direção que os fatos imprimem ao espírito humano e busquemos na experiência dos séculos recursos para combater os sintomas alarmantes que põem a sociedade atual em sobressalto.

Não permitem os limites impostos a êste artigo acompanhar o trabalho do ilustre jurista de Rennes. Basta, pois, indicar os pontos culminantes da sua sistematização.

Dois são os pontos centrais da sua teoria, os quais correspondem às duas situações do homem no meio da vida social, como atividade livre ou trabalho e como atividade subordinada ou propriedade. Garantir um e outra contra as eventualidades da evolução social, eis o problema. Raoul de La Grasserie, recorrendo à história do direito e ao estudo comparado dos fenômenos vigentes, julga ter atingido à solução do problema reconstituindo racionalmente os antigos institutos jurídicos destruídos pela autonomia individual e coordenando com êstes as criações democráticas do *homestead*, do *hoferecht*, das associações de socorros e de outros institutos que andam dispersos pela legislação dos povos. Desta sua concepção resulta a proteção ao potencial do trabalho humano e a imobilidade relativa do capital, da propriedade adquirida como base da felicidade da família e da ordem pública. O mais completo respeito às leis da interpendência das atividades postas em jôgo na vida social e o mais intenso desenvolvimento do aumento da fôrça de cada um para resistir à absorção das grandes associações de capitais, aos *ladrões do trabalho*.

As peças fundamentais do aparelho jurídico proposto por La Grasserie são a indisponibilidade e a indivisibilidade relativas ou parciais do patrimônio, ao que se poderia dar num código civil, segundo penso, o título particular de *fundo de reserva social ou humano*, se quiserem. Êsse fundo de reserva até certo ponto é o que pode haver de mais racional, à vista do que ordinàriamente o bom senso pratica e tendo-se em atenção às leis que regulam a energia, tanto no mundo da física como no da biologia.

Alguns dos institutos, cuja sistematização se propõe, existem como voluntários; seria preciso torná-los obrigatórios, como por exemplo temos no Brasil o montepio dos funcionários públicos.

Há, — diz La Grasserie, — muitos fins importantes a realizar: 1.º, impedir a desclassificação, sobretudo *desclassificação súbita* com suas con-

seqüências pessoais e sociais cruéis e perigosas, seja para o indivíduo, seja para os fracos dêles dependentes, a mulher, o filho, seja para a família inteira, e fazer com que aquêle que gozou de certo bem-estar não se veja privado inteiramente dêle; 2.º, proteger a fortuna nascente, cercá-la como de uma paliçada, pelo menos pelo tempo necessário a que se firme; 3.º; e — êste item é concernente às classes operárias —, impedir que do trabalho próspero se vejam sem êle, caiam na miséria, na vagabundagem ou na assistência pública. Êstes fins diferentes têm aplicação à universalidade de indivíduos, porque os que não têm patrimônio em capital o têm em trabalho.

La Grasserie divide o seu plano em duas partes: patrimônio-capital e patrimônio-trabalho. A reserva pessoal do patrimônio-capital compõe-se de três elementos: indisponibilidade, indivisibilidade e seguro. O primeiro evita a diminuição da reserva por ato judiciário além do que é racional; o segundo, a divisão por muitos, de sorte que cada um só tenha uma parte insignificante em espécie; o terceiro, a perda material por efeito de destruição ou degradação física.

A indisponibilidade resolve-se na inalienabilidade ou interdição de gravá-lo com direitos reais, hipotecas ou servidões; na não penhora; na imprescritibilidade. Acresce que essa indisponibilidade é subjetiva, quando instituída em razão da incapacidade relativa da pessoa; por outro modo ela ainda se compreende em proveito do indivíduo, da mulher e do filho comum, etc., e da família inteira; enfim, a indisponibilidade é tácita, voluntária ou imposta pela lei. A seu turno, o segundo elemento constitutivo da reserva do patrimônio-capital, a indivisibilidade, pode ser voluntária ou forçada; essa se faz no interêsse da família. O terceiro elemento, o seguro, garante os objetos do patrimônio contra os riscos materiais, o fogo, o raio, a inundação, se se trata de construções; a saraiva, a epizootia, o transporte, a insolvabilidade, se se trata de outros objetos. É também voluntário ou obrigatório.

No estabelecer esta reserva pessoal sôbre o capital, é preciso observar dois limites, sem os quais, perfeita em teoria, ela fôra impraticável e até nociva na prática: 1.º, só deve ser parcial quando se trata do conjunto do patrimônio, de outro modo êste sofreria uma perpétua imobilidade, que seria causa de depreciamento para o próprio indivíduo; 2.º, deve ser antes em valor do que em espécie, isto é, deve-se poder trocar o bem atingido por outro ou aliená-lo com cláusula de reposição garantida.

A reserva pessoal do patrimônio-trabalho aplica-se : 1.º, aos intrumentos de trabalho; 2.º, ao capital em via de formação; 3.º, ao salário; 4.º, ao equivalente do salário; 5.º, ao potencial do trabalho. Êste último realiza-se mais freqüentemente por meio de seguros contra a morte, acidentes, doença, invalidez, velhice, falta de emprêgo. No que concerne às quatro primeiras, trata-se da indisponibilidade; no que concerne à última, do seguro.

Não há relativamente ao trabalho nada que corresponda ao que é a indivisibilidade em matéria de capital, a não ser no caso do *homestead*, em que a inatingibilidade é acrescida de uma certa indisivibilidade. A reserva do patrimônio-trabalho pode ser voluntária ou obrigatória. Para aproveitar ao indivíduo só ou também à mulher e ao filho.

Eis em resumo as idéias oferecidas pelo plano de Raoul de La Grasserie. Os que entendem de sociologia não dissimularão o que há de frágil em muitos pontos dêsse plano. À primeira inspeção vê-se logo que os aparelhos propostos não podem resolver a questão do trabalho em si, havendo como há quem sustente, Novicow, por exemplo, que o desperdício dos produtos não é a única causa do desequilíbrio social. Todavia, na obra do jurista francês encontra-se razoável solução à tendência dissolvente da burguesia desclassificada e uma legítima oposição aos sindicatos desmoralizadores do trabalho, que, a meu ver, pedem instante uma lei semelhante às que outrora atacaram as corporações de mão morta.

O anarquista, querendo uma igualdade perante a lei que corresponda à de fato, como bem pondera Luigi Luzzati, não recua em proclamar a irrisão do espetáculo que oferecem proletários miseráveis estorcendo-se na promiscuidade da corrupção e nos horrores da fome, ao mesmo tempo que se vangloriam de ter o direito de votar. A questão urge e não é fora de tempo que os juristas tragam o seu contingente para a solução final dessa crise temerosa.

Rio, 6 de agôsto de 1900.

## III

## UM VELHO LÔBO-DO-MAR [3]

*Gazeta de Notícias*, 14-8-1900

O título que a redação da Gazeta deu a estas despretensiosas crônicas não está de acôrdo com o meu temperamento. Não fui consultado. Aceitei-o como uma fineza. Escolhido por mim revelaria talvez orgulho; e eu não posso ser orgulhoso. Outrossim, reputo-o místico; e até hoje tenho feito guerra de morte ao misticismo e a todos os seus dialetos. Fique, pois, sob a responsabilidade dêste jornal a denominação. Em todo caso, ela vem lembrar-me a juventude da minha terra nativa, onde fundou-se, não há muito tempo, uma *Padaria espiritual*, que não cogita todavia em descidas ao Inferno, nem em ascensões ao Paraíso.

---

[3] *Quatro Séculos de Atividade Marítima. Portugal e Brasil*. Por A. Jaceguai e Vidal de Oliveira. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional 1900.

Vou hoje ocupar-me com um livro precioso, escrito em parte por um almirante o qual fêz-me passar por diante dos olhos a figura tétrica de um velho e valente lôbo-do-mar, o Visconde de Inhaúma.

Há tempos achando-me no *five o'clock tea* da *Revista Brasileira*, entrou para a sala da redação o Barão de Jaceguai; e travou-se conversa entre êle e os circunstantes, que eram, se não me engano, José Veríssimo, Joaquim Nabuco, Tasso Fragoso, Antônio Sales, João Ribeiro e Graça Aranha. Nesse dia eu tinha lido um artigo daquele ilustrado marinheiro, cujo estilo ferira-me profundamente: e como, quando admiro não hesito em dizê-lo, desde que a familiaridade não derroga da minha natural altivez, interpelei o autor do artigo, no qual encontrara trechos descritivos de um singular poder de sugestão. Êsse artigo tem por título "A Primeira Missão Brasileira à China", e encontra-se no tomo XII da referida revista.

— Por que, almirante, não escreve um livro igual aos de Juliem Gravieri, o senhor que maneja a frase como já manejou a coragem no Paraguai, e que parece guardar na retina de pilôto tantas coisas coloridas pelas viagens que tem feito?

A esta minha pergunta o almirante, retraído a uma discreta modéstia, respondeu protestando que não era escritor.

Que o é de primeira água acaba de demonstrar no livro ùltimamente publicado e escrito de parceria com Vidal de Oliveira.

O livro trata, na primeira parte, da história da marinha portuguêsa, da colonial e da brasileira até 1860. O trabalho até aí pertence ao segundo signatário da obra; é bem-feito e resume os fatos claramente, se bem que muito a cavaleiro dos assuntos. Pena é que o escritor não quisesse aproveitar-se das investigações e documentos publicados pelo Sr. José Higino, relativamente às esquadras holandesas quando andaram nos mares do norte do Brasil, para dar-nos uma restituição do grande combate no qual pereceu Adrião Pater.

A segunda parte é da lavra do Almirante Jaceguai; e não sei o que mais aprecie nesse trecho; se a crítica, se a descritiva. Da crítica não me ocuparei, porque não entendo de tática naval; mas senti o seu valor. Quanto à descritiva posso afirmar que constitui uma das nossas mais belas páginas de literatura militar, e faz lembrar um dos livros que mais honram a literatura nacional, a *Retirada da Laguna*. Como Taunay, o Almirante Jaceguai conta o que viu, e a pena treme-lhe nos dedos vibrada por uma emoção retrospectiva.

Deixo o combate do Riachuelo, em que aliás a figura de Barroso e o entrevêro das duas esquadras são pintados com o estilo de Vítor Meireles. Não é sem intenção que aproximo o pintor do Marinheiro. Quem conhecer o célebre quadro do autor da *Primeira Missa* e ler a página em que vem descrito aquêle feito naval, há de confessar a similitude involuntária. Na tela de Vítor Meireles há

qualquer coisa de etéreo e luminoso de mais, caracteres que levaram a crítica a achar no quadro um quer que seja de apoteose ou mágica de teatro. Não podia ser de outro modo. O combate de Riachuelo efetuou-se às 8 horas da manhã. O dia estava claro e o sol irradiava. O fumo dos canhões, perturbando essa claridade imensa, só podia concorrer para tornar a cena mais solene e mais feérica. O almirante referindo-se a Barroso diz o seguinte:

> Desde êsse momento um ardor aquiliano inflama o peito do velho guerreiro; seus olhos despejam relâmpagos através da nuvem da sua barba branca agitada pelo vento; a lança, que só êle pode manejar, como o herói de Homero, é a proa do *Amazonas*, e Gustavino é o seu Automedonte! Uma vez envolvido na peleja, êle renuncia ao mundo à distância, além das bordas do Amazonas; nem um nôvo sinal da capitânea: *que cada um cumpra o seu dever;* êle comanda pelo exemplo, pela presença do seu vulto venerando no passadiço do navio; êle sente que a unidade tática, que obedece à sua voz imediata, basta para exterminar tôda a esquadra inimiga. *Minha resolução,* disse êle em sua participação oficial, *foi de acabar de uma vez tôda a esquadra paraguaia*. Para dar uma idéia do efeito de cada um de seus golpes, sôbre os navios inimigos, êle usa da expressão depreciativa : *escangalhei-os !*

Não se podia retratar melhor o herói do Riachuelo: e porventura absolvei-o de todos os erros que a crítica venha a opor ao seu plano de combate. O seu ímpeto e o seu golpe de vista salvaria tudo. Era o homem talhado para o momento.

Quão diferente desta figura irradiante nos aparece o Visconde de Inhaúma na passagem de Humaitá!

Ali, luz, rapidez, violência, tudo num ápice *escangalhado;* aqui, trevas, lentidão, tudo se alongando no mistério e na astúcia protelatória.

O Almirante Jaceguai começa representando-nos êsse velho lôbo-do-mar, cujo denôdo e valentia ninguém pôs nunca em dúvida e que o autor do livro é o primeiro a reconhecer, dominado por uma espécie de espírito infernal, o da dúvida e da protelação. Com efeito, Inhaúma, ao tempo em que se fazia necessário transpor as unidas Termópilas do Paraguai, era uma sombra do que fôra. O espírito estava alquebrado e padecimentos crônicos tiravam-lhe a vontade, êsse impulso firme e persistente, sem o qual é impossível todo o esfôrço do comando. O velho marinheiro sentia-o, mas, como se diz vulgarmente, "não dava o braço a torcer", o seu orgulho militar não permitia que dissesse: "Vão, sigam, deixem-me ficar, que eu já não posso."

> Aos 61 anos de idade, diz o historiador, minado por moléstia cruel, já não era senão o fantasma de um almirante. Suas ordens-do-dia extravagantes, suas preocupações místicas, sua postura habitual abandonada, tudo denotava nêle decadência senil prematura.

Inerte, sem entusiasmos, perdida a indignação indispensável ao militar para fazer *versos de fogo*, sem cessar, Inhaúma vivia quase invisível no seu camarim de bordo, escrevendo a torto e a direito, pois que essa manta o tomara nos últimos tempos. O que mais é para admirar é que escrevesse literatura e até correspondência para a *Semana Ilustrada*: periódico em que figurava com o pseudônimo de *Leva-arriba*. Dêsse seu estado de incapacidade física, para o movimento, e da embolia da vontade no tocante às resoluções audazes, nasceu o seu sistemático horror tático à passagem de Humaitá com uma esquadra insuficiente.

Foi preciso, pois, ainda mesmo depois da chegada de novos vasos de guerra, a pressão de todos os elementos que tornavam indispensável a intervenção da esquadra em Humaitá, a pressão da opinião militar, a da imprensa platina, a do Rio de Janeiro, a do rio Paraguai que encheu, finalmente a ordem terminante do Marquês de Caxias, para que o lôbo-do-mar se movesse, e desse o sinal de avançada. E assim o pobre velho, qual galera desarvorada, ao contrário do que, em passagens semelhantes fizeram Nelson e Farragut, foi a reboque de sua própria esquadra, a contragosto, e desesperado por sentir o seu sistema protelatório completamente destruído.

Dêste modo interpretados os fatos, fica sem significação aquêle verso famoso e tantas vêzes entoado pelo povo —

Inhaúma e Caxias venceram!

É triste, mas parece em todo caso ser a verdade verdadeira.

A descrição dessa passagem memorável, que se afigura mais importante do que a de Hamptom Roads no Mississipi durante a Guerra de Secessão, fêz-se numa noite sombria. A região onde o fato se produzia era quase selvagem; e por isto pode-se dizer que os navios brasileiros atiraram-se à aventura como verdadeiros índios, que de faca nos dentes, clava em punho, se insinuavam pelas trevas, apalpando aqui uma dificuldade, saltando acolá um vão, transpondo adiante um precipício de ôlho grelado na escuridão, ouvido atento, em busca de um inimigo perigoso que se calculava surpreender ou iludir. Assim penetrou a esquadra brasileira nesse desfiladeiro de fundo líquido e móvel que se chamava Humaitá.

O Almirante Jaceguai narra esta ação com o amor de quem era magna parte nela. A seu comando estava o *Barroso* que foi enviado na frente como aríete contra o mistério das correntes obstrutoras do rio. Ao mesmo tempo que êle diz, com o vigor do marinheiro, que viu e manobrou as peripécias da arriscada emprêsa, comenta a tática empregada e não perde os elementos de conjunto. Nisto está o maior valor da descrição.

As barrancas de Humaitá eram terríveis. Imagine-se um semicírculo de terras aliás fortificadas, já de si invulneráveis ao bombardeio e ainda por cima artilhadas com 90 canhões, dos quais o de menor calibre era de 32: do lado oposto o Chaco, isto é, o alagadiço, a mobilidade do fundo do rio e a incerteza das águas e o *guet-apens* de líquidos estagnados; junte-se a tudo isto o ângulo da correnteza do Paraguai, que varando sôbre aquela muralha natural, de súbito fazia meia volta à direita, para seguir no declive da bacia do Prata e ter-se-á a representação exata dos perigos que a esquadra ia correr.

Apesar da estreiteza do canal e dessa curva dificílima de transpor, Inhaúma mandou que os navios mais fracos marchassem embonados aos mais resistentes, para que não oferecessem tão grande alvo aos tiros do inimigo. A crítica do Almirante Jaceguai atinge êste processo, porque, segundo se verificou, estando as baterias superiores de Humaitá muito a cavaleiro da linha de flutuação, os tombadilhos dos dois navios ofereciam um objetivo muito mais amplo e vulnerável; o que seguramente não compensava os embaraços que êsse embono devia produzir nas manobras de curva. Não queiramos mal por isso a Inhaúma, porque sem esta circunstância Mauriti não teria tido oportunidade de mostrar o esbôço de um Nelson. De feito, ou por que uma bala paraguaia cortasse o cabo que ligava o *Alagoas* ao seu defensor, ou porque alguém o fizesse desligar à machadinha por mêdo de que os navios xifópagos fôssem à garra, o que é certo é que êsse vaso de guerra, girando sôbre o pão de ré, com o empuxão rebentou o segundo cabo, precipitou-se águas abaixo e só parou junto à capitânea. É sabido que o chefe da esquadra fêz sinal ao comandante para que desse fundo: mas o 1.º Tenente Mauriti não quis entender a língua que naquele instante lhe falavam e, cheio de fogo, tornou a passar as baterias de Humaitá, reconquistando a posição que um êrro talvez de apreciação lhe fizera perder com risco da vida e da própria embarcação.

A cena foi terrível e parece exceder a tudo quanto a imaginação possa crer de satânicamente teatral.

> No meio do troar de mais de 300 canhões em ação, — escreve o almirante, — ouvia-se de bordo distintamente o estrépito das balas que devastavam a floresta do Chaco. É possível que o clarão das gigantescas fogueiras, que, como por encanto, se acenderam na margem do Chaco para iluminarem o passo, e bem assim os reflexos de fogo que pareciam abrasar a superfície das águas, tivessem prejudicado a visão dos artilheiros paraguaios, de modo a poder se explicar tão grandes erros de pontaria. O que é certo é que, depois de quase extintas as fogueiras, com uma luz mais suave, êles acertaram a valer nos navios que passaram mais tarde. No trajeto do *Barroso* e *Rio Grande*, desde a altura de Ponta de Pedra até ao canal junto do barranco, apenas seis balas tocaram os dois navios.

Quem comandava, como já disse, o primeiro dêsses dois navios era o 1.º Tenente Silveira da Mota, hoje Almirante Jaceguai, que teve o ingente prazer de soltar os primeiros fogos de alegria, anunciando à esquadra que as célebres correntes de Humaitá tinham sido transpostas e que não eram insuperáveis.

O escritor não fala na sua posição eminente no triunfo. É um ato de modéstia, que o honra sobremodo: apenas êle descreve, a furto, as dificuldades que o *Barroso* teve de vencer.

E Inhaúma? Enquanto se realizava no meio de mil peripécias a passagem, primeiro, do *Barroso* e do *Rio Grande*, segundo a do *Bahia*, que se separou do *Alagoas*, quem sabe se para aliviar o pêso no *sleeple-chase*, a do *Tamandaré* irmanado ao *Pará* e, por último, a do *Alagoas*, que teve de suportar sòzinho todo fogo infernal dos paraguaios, Inhaúma mantinha-se em baixo de Humaitá, na divisão que se chamou esquadra de proteção. Era ainda a inércia do velho cabeçudo e valetudinário, que, vencido nos conselhos e desobedecido na ação, pouco se sentiria entusiasmado pelo triunfo da rapaziada, a qual incontestàvelmente representava o maior fator da vitória ganha. Essa inércia não deixou de ser contagiosa. O chefe da divisão da vanguarda, que era genro do da esquadra, necessitou de um *Siga!* oficial, para que de fato se colocasse no segundo plano da ação. O prático lhe dissera que o *Bahia* não resistiria à passagem; e tanto bastou que, vacilando, consultasse a capitânea. Esta não podia deixar de honrar a firma; e, ser verdade tudo quanto chego a capacitar-me de que, uma vez vencidos os perigos e reconhecida a praticabilidade da passagem, na *reta*, o *Bahia* alijou o *Alagoas* para ver se chegava primeiro. Não chegou; e a psicologia histórica descobrirá muita coisa que os interessados julgam sepultadas.

O trabalho do Almirante Jaceguai, quando não tivesse o alto merecimento, que tem, como obra de crítica naval, teria o de sugerir idéias novas.

O maior defeito do livro é ser pequeno; creio, porém, que em breve teremos o prazer de apreciar os detalhes dessa jornada extraordinária.

Não se cingiu êle no livro que acabo de folhear a falar em navios, planos, tática e no chefe da esquadra brasileira. Há, em tôrno dêstes, outros vultos, que, embora fugitivamente, aparecem muito bem caracterizados.

É assim que se sente perto a influência do Marquês de Caxias. Das palavras do escritor deduz-se quanto êle confiava na prudência, sisudez e firmeza dêsse velho soldado. Não era êle um Napoleão, no ímpeto, mas tinha as qualidades de um Wellington. Parava um instante diante dos conselhos técnicos; mas, uma vez convencido, seguia devagar, mas calmo, metódico e seguro do que ia fazer. Era um

dos raros políticos que não faltavam à palavra. "A palavra de um chefe, dizia, não se altera senão em virtude de coisas sobrehumanas; sem o que, nem existe disciplina, nem respeito, nem confiança." Nisto consistia o segrêdo do seu prestígio no Exército, que, depois de sua morte, não achou perigo em divorciar-se da Monarquia.

Mitre, pressente-se. Pouco se diz, no livro, da sua intervenção na passagem do Humaitá. Êsse pouco, porém, exprime bem a simpatia e elevação dessa figura. Não tinha, todavia, noção clara do que seja tática naval; e, por isso, o encontramos a insistir, antes do tempo, na avançada da esquadra, com o que, mais de uma vez, inquigilou-se a alma doentia de Inhaúma.

Rio, 12-8-1900.

## IV

## TÍTULOS AO PORTADOR NO DIREITO BRASILEIRO [4]

*Gazeta de Notícias*, 21-8-1900

Não estranhem os leitores desta seção que eu de vez em quando me preocupe com obras de direito. Aqui não se tratará sòmente de literatura. Nas fôrças limitadas do meu espírito darei atenção tanto à beletrística, como às questões sociais e às que entendem com os institutos jurídicos.

Hoje me ocuparei com um livro que, publicado em 1898, só agora pude ler. Refiro-me à obra — *Títulos ao Portador no Direito Brasileiro* pelo Dr. Inglês de Sousa, — escritor que a um grande engenho literário, pois é insigne romancista, junta reconhecida competência de advogado e de jurista. Não lhe faço com estas palavras nenhum favor, nem preciso defendê-lo dum preconceito, — afagado pelo advogado Tôrres Neto, sob a égide de Demoulins, — de que Têmis nunca tolerou a imaginação, e que ainda agora não se digna visitar Apolo e as suas filhas.

O Dr. Ferreira foi exímio na arte de julgar, e não se esqueceu de escrever a *Inês de Castro*. Gabriel Pereira de Castro, com a mesma pena com que traçou a *Ulisséia*, fêz o *Tratado de manu regia*.

Assombrados ficariam os clientes do Dr. Inglês de Sousa se lhes dissessem que êsse advogado, endurecido no ofício de pleitear com máxima proficiência áridas questões comerciais, é o próprio autor do *Missionário*, um dos mais belos romances, que honram as nossas letras.

[4] Inglês de Sousa. *Títulos ao Portador no Direito Brasileiro*. Rio de Janeiro. Alves & C. Ed. 1898.

Vejamos o que é o livro do jurista.

Na introdução, o autor faz um interessante estudo histórico do crédito e especialmente dessa forma flutuante e caprichosa que se conhece pela denominação genérica de títulos ao portador.

Nessas páginas o escritor encontra-se em duplo elemento, da história e do direito; portanto não admira que provoque o interêsse do leitor com as louçanias de um estilo, aliás sempre incisivo e claro. Aí êle estuda o assunto no ponto das tradições dos hebreus, dos chins e dos gregos; depois envereda pelo direito quiritário, passa às instituições germânicas e indica o que deflui da Idade Média. Chegando a Portugal mostra como no primeiro quartel do século XIV já o contrato de câmbio tinha sido introduzido pelos judeus na península, conforme se evidencia da Ord. do liv. 4.º títu. 67, cujo dispositivo remonta a Afonso IV. Segue-se a história do crédito público em Portugal e a da transformação do padrão de juros em títulos ao portador e em papel-moeda. Dêste ponto começa a própria história financeira, em que surgem êsses 50.000:000$000 da dívida nacional, contraída para exonerar-se a mãe pátria da garra inglêsa e que desgraçadamente alastrou como um cancro que, ainda hoje nos corrói.

É curiosa a gênese do crédito que se fundou em nossa terra sôbre os destroços do Banco do Brasil, a que os fidalgos portuguêses haviam retirado todo o ouro existente ao voltar às antigas plagas. O vício do empréstimo, pois, tinha-se implantado; e não custou ao Marquês de Queluz transformar-se no nosso primeiro Messias do tesouro aconselhando a fundação da dívida segundo o sistema Price. "A lei de 15 de novembro de 1827 reconheceu e legalizou a dívida pública, fundando-a, estabeleceu a Caixa de Amortização e mandou comprar ou trocar seis mil contos pelo menos de notas do Banco."

Não cabe aqui acompanhar, senão perfunctòriamente, a história dos títulos ao portador em sua curiosa evolução no Brasil, nas marchas e contramarchas que fêz, segundo o espírito ousado ou tímido dos ministros da fazenda que se seguiram e que trataram de desenvolver a carta de lei de 12 de outubro de 1808, que autorizou expressamente o Banco do Brasil a emitir letras ao portador à vista e a prazo. Sabe-se que receios a criação de vários bancos nas antigas províncias gerou no espírito dos financeiros ainda os mais liberais; Sousa Franco, por exemplo, em 1847 publicava um opúsculo profligando os abusos da emissão de bilhetes ao portador de várias espécies, o que não impediu que o Código Comercial, em 1850, consagrasse "a liberdade de passar papéis de prazo fixo ao portador, não só implicitamente pela tolerância concedida aos endossos em branco, como explìcitamente pela permissão das notas promissórias e créditos ao portador, equiparados às letras de câmbio".

O Dr. Inglês de Sousa lamenta que essa tendência dos nossos costumes comerciais, perfeitamente caracterizada num *leader* da indústria, num homem superior, como todos reconhecem ter sido o Visconde de Mauá, e que não só colaborou naquele código, mas também em 1851 fundou o segundo Banco do Brasil sob as vistas largas da circulação dos títulos ao portador, fôsse algum tempo depois, isto é, em 1860, contrariada pela reação conservadora do Ministro Ferraz, o qual, seguramente iludido pelas aparências, atribuía os males do tesouro e as aflições do povo à liberdade, quando é certo que a desordem e a moléstia residiam em lugares muito diferentes. O escritor mostra em como a lei de arrôcho, votada e publicada em decreto de 22 de agôsto daquele ano, de nada serviu para melhorar as condições da praça, nem impediu a quebra do banqueiro Souto e o pânico que dêsse desastre derivou, verificando-se então a inanidade da dita lei que não pôde suprimir a expansão natural dos vales, ao portador, firmados à vista e que naquele momento fizeram ato de presença ruidosa perante as casas que os haviam emitido. O Govêrno não trepidou, à vista do descalabro, em exercer a ditadura financeira; e, como é de prever, exerceu-a mal, porquanto, desconhecendo a natureza da função comercial que se propunha regulamentar, à maneira de todo empírico, a título de guiá-la, protegê-la ou esclarecê-la, suprimiu-a, pois tanto significava o Decreto n.º 3.323 de 22 de outubro de 1864.

O imperador era, ao que parece, muito pouco versado em matéria financeira. Suponho, pois, que daí por diante êle teria representado perante os ministros da fazenda o papel de um grande fator na teoria das finanças do *mêdo*. Tudo quanto não fôsse navegação de cabotagem nos mares do comércio não lhe parecia justo; andar com pilotos de longo curso em mar alto, era coisa que talvez o horrorizava. Assim vegetou o Brasil entre as idéias do Sr. Dr. Andrade Figueira e a de outros retardatários, até que em 1882 apareceu, sob os auspícios audaciosos do Sr. Afonso Celso, a lei sôbre as sociedades anônimas, aliás preparadas por estudos anteriores mal correspondidos. Embora com as limitações que o senado pôs à autorização concedida a tais sociedades para contraírem empréstimos por meio das obrigações ao portador, essa lei destruiu o preconceito antigo, ampliou o direito de transigir, e, abolindo a severa legislação de 1860, deu um grande passo no sentido da completa liberdade de transação; mas ainda o interdito só fôra supenso no que entendia exclusivamente com as ações e obrigações das sociedades. Tudo fazia então supor que a evolução abolisse em tempo próximo o preceito proibitivo da cláusula ao portador em quaisquer outros instrumentos de crédito.

> Não aconteceu assim, — diz o autor. Apesar da tendência do comércio e do público em geral para a consagração da liberdade na forma do contrato e para afirmar a crescente abstração do direito das coisas; apesar do bom senso estar indicando que a conseqüência iniludível da reforma de 1882 era a admissão dos títulos ao portador em geral, uma reação legislativa veio perturbar a marcha progressiva do nôvo direito que se acentuava no país, por efeito do regime adotado em 1889. Contrariando a evolução jurídica, o legislador republicano afirmava princípios que se ligam ao conceito feudal da propriedade.

E o primeiro responsável dêsse desvio foi o Dr. Rui Barbosa, que por assim dizer vacinou o Ministério da Fazenda com a ressurreição de uma tendência retardatária, que só se pode explicar pelos seus hábitos de incompleta meditação. A um dos seu auxiliares ouvi dizer que quando S. Exa. aquecia no trabalho da confecção das suas exposições de motivo, era dificílimo acompanhá-la.

Dir-se-ia uma locomotiva de trem-relâmpago a correr *full spear*, em linha franca, sem tomar água, sem prover-se de carvão em demanda de uma estação terminal desconhecida, com todos os registros abertos, atravessando estações sem sinais de licença, como o fantasma daquele comboio diabólico, que Emílio Zola tão admiràvelmente descreve no seu romance *La bête humaine*.

O autor dos *Títulos ao portador* chama a atenção para êsse fenômeno, e nota a confusão de idéias que resultou de tão deplorável processo.

> Reformas importantes, acrescenta êle, como a do regime hipotecário e das sociedades anônimas, consistiam em tomar o texto das antigas leis, em fazer nesse texto as alterações que se queiram, e mandar publicar o borrão, sem cogitar de antinomias e contradições o monstrengo oferecia. Decreto houve em que as antigas denominações monárquicas de *côrte e províncias* reapareciam, para atestar o açodamento e a incúria dos que se incumbiam do trabalho de consolidação. Descuidos como êsse afetavam apenas a forma da lei e eram fàcilmente corrigíveis; outros, porém, resultantes da intercalação de artigos novos nos textos, antiquados mas harmônicos, do direito imperial, de trama nova em velho urdume, produziram dificuldades insuperáveis na apreciação da teoria legal e na aplicação dos princípios.

Não era só isto. Ao primeiro ministro da fazenda do govêrno provisório faltava quiçá verdadeira orientação filosófica; nem parecia que êle fôsse arrastado por um sistema de idéias premunitório instintivo daqueles disparos de eloqüência, em que uma vez adquirida certa velocidade não trabalhava mais a crítica da razão, mas sòmente o prazer de produzir essa mesma velocidade. Quão diversa teria sido a influência do reformador de então se o houvesse sèriamente preocupado o ideal, que rege, na fase do direito que atravessamos, o desenvolvimento dos institutos jurídicos correlatos à expansão já não direi sòmente da função comercial, mas de tôdas as

outras funções sociais que entendem mais de perto com a mobilidade do indivíduo. Longe disto, o Dr. Rui Barbosa, ora navegava para cima, ora para baixo; e o seu astrolábio parecia-se bem com o daqueles navegantes primitivos, que figuravam o céu cheio de animais terríveis e os mares ocupados por continentes que nunca apareceram.

Infelizmente êle não tem querido saber da verdadeira geografia; e o regime contratual, que segundo promessas do princípio evolucionista, uma vez eliminados os perigos do mercantismo e do anarquismo, virá a ser em próximo futuro o sucedâneo da tutela administrativa, não lhe mereceu o cuidado previdente, que êle soube, pôr, por exemplo, no desenvolvimento das idéias *regalistas* com que colaborou no decreto de 7 de janeiro de 1890.

Os *microcéfalos* e *casmurros* talvez se tivessem impressionado muito mais com essas frioleiras; S. Exa. não estava disposto a prestar atenção a cousas mínimas; e a conseqüência, di-lo o ilustre escritor que vou comentando, foi nada se fazer naquele período para libertar de seus preconceitos a emissão dos títulos ao portador e de acôrdo com o verdadeiro regime republicano.

> Nenhuma providência geral completou o pensamento da lei de 1882, ao menos para explicar que bem pode assinar letras, vales ou quaisquer instrumentos de dívidas ao portador a curto prazo quem goza da faculdade de se obrigar por *debêntures*, obrigações ao portador, títulos de empréstimos lançados ao público. Mas não; parece que o ilogismo não saltava aos olhos do legislador, e assim como um ministro acenava aos armadores nacionais com a hipoteca marítima que outro proibia, um decreto do ministro da fazenda fazia objeto de privilégio uma faculdade que dois dias antes o mesmo ministro prometia; e foi assim que o decreto n.º 169 A, de 19 de janeiro, substitutivo da lei hipotecária de 1864, permitiu especialmente às sociedades de crédito real, autorizadas pelo Govêrno, a emissão de letras ao portador a prazo fixo, o que importava proibi-las às outras sociedades anônimas, que podiam, entretanto, lançar debêntures à *circulação*.

O que posteriormente se realizou, em 1893, e 1897, ressente-se da mesma preocupação terrorista de 1860. Voltou-se ao rigorismo preconizado por Angelo Monize, o decreto de 24 de abril, em perfeita oposição às idéias emitidas na exposição de motivos que o precedeu, proibiu títulos permitidos pela lei anterior e, à força de prevenir, acabou atacando a liberdade dos contratos, aliás sem eficácia no que diz respeito às emissões ilegais.

Todavia, o direito abstrato, graças à ação dos mestres e à jurisprudência dos tribunais, não deixou de progredir, afirmando-se essa evolução na crescente tendência de separar o homem da cousa e o proprietário da propriedade, "constituindo-se o título de crédito independente do credor". Mas desgraçadamente a teoria legal, assi-

milando o que ensinam notáveis comercialistas modernos e a legislação dos povos mais adiantados, não se desinfetou bastante de vícios que encontram sua origem na timidez de juristas nacionais ainda aferrados ao conceito da antiga tutela administrativa, e no êrro vulgar de sociologia dos que confundem a função coercitiva ou inibitória do Estado com a reguladora da indústria e da expansão individual.

A obra do Dr. Inglês de Sousa é dividida em duas partes; na 1.ª trata dos títulos ao portador em geral, na 2.ª das diversas espécies de títulos.

Há capítulos magistrais nessas duas partes do livro, ricamente documentados, não só com a ilustração dos mestres da ciência, mas também com os fatos da nossa história jurídica e com a jurisprudência dos tribunais.

Dentre êsses capítulos destacarei os que se inscrevem com os títulos de "Teoria Legal", Vínculo Jurídico", "Títulos Estaduais" e "Debêntures".

Uma das questões mais sutis que se têm controvertido nesse departamento do direito é a que se refere à natureza do vínculo jurídico criado pelo título ao portador e de cujo modo de encarar dependem as soluções práticas.

O autor, para melhor estudar essa matéria, acompanhando Ihering, abstraiu das concepções do Direito Romano, cujos conceitos, aplicados a um instituto, que os romanos não conheceram e que é inteiramente contrário à índole daquele povo, não podem hoje senão perturbar as relações oriundas dêsse instrumento. Antes de tudo, é preciso não perder de vista o fim para que o comércio criou êsse aparelho.

Da certeza do devedor e da mobilidade do credor nascem tôdas as dúvidas teóricas. Uma obrigação, à qual se poderia aplicar a imagem de Pascal sôbre o infinito, esfera cujo centro esteja em parte nenhuma; eis a que Siezei e com êle o Código Civil Alemão reduzem êsse direito, fundando-o no simples compromisso unilateral.

Meter na esfera do contrato um credor que pode estar em tôda parte, eis o que a teoria metafísica não quis fazer. O Sr. Inglês de Sousa, espírito claro, antes de tudo lógico, soube repelir essas sutilezas germânicas, adotando a limpidez nesta parte do direito nacional.

> Desde logo, — diz êle, — se oferece ao espírito uma censura incontestàvelmente justa à teoria da vontade unilateral, pela criação ou pela redação do título, que afinal, bem apuradas, vêm a ser uma e a mesma coisa. Ela é inaplicável a uma grande categoria de títulos ao portador, às ações de companhias ou de sociedades em comandita. O ponto de vista estreito e artificial do código civil alemão e da teoria que êle consagra, não permite o estudo do título ao portador senão como documento de obrigação. Figure-se o título ao portador servindo para documentar um direito real, ou um quinhão social, constituindo

um arrendamento, como nos Estados Unidos da América do Norte, e ver-se-á que nenhuma aplicação tem a êstes casos a doutrina da vontade unilateral como fonte de obrigação para o emissor ou signatário do título.

Parece, pois, inútil todo esfôrço empregado em formular teorias mais ou menos esdrúxulas, mais ou menos fantasiosas, que podem convir a metafísicos alemães, sempre em busca de generalizações não sem perigos, mas que perturbam e dificultam, sem vantagem de espécie alguma, a visão clara do problema prático.

Teorias de *criação, de redação, de contrato com o público* ou com a *generalidade dos portadores futuros*, que tudo se reduz a explicar a origem da obrigação pelo decurso de um ato *unilateral de vontade*, violentam a índole do direito e alteram as redações jurídicas, deixando ao mesmo tempo de levar em devida conta as condições especiais e íntimas em que o fenômeno se efetua.

Não me sobra espaço para apreciar o que se contém de interessante e útil na parte do livro relativa às *debêntures*. Com justa razão dizem os competentes que esta seção da obra do Dr. Inglês de Sousa constitui um dos mais completos tratados que se têm publicado sôbre o assunto, pela clareza, pela abundância de idéias elucidativas e pela crítica incisiva à interpretação corrente dêsse instituto jurídico. Foi a impressão que causou, pelo menos, a lucidez com que nessas páginas o professor de direito comercial explica o mecanismo da *debênture* e a elasticidade dos recursos que se encerram nesse instrumento de progresso.

Espírito arguto, tranqüilo e progressivo, o autor dos *Títulos ao portador* representa entre os novos juristas brasileiros um dos mais valentes campeões da renovação do direito, pela aplicação dos princípios da escola evolutiva e pela lição de Sumner Maine, de Ihering, de Spencer.

Rio, 20-8-1900.

## V

## SONHO CHINÊS

*Gazeta de Notícias*, 29-8-1900

Grande movimento na estação Central da Estrada de Ferro. Oito horas da noite. Os globos elétricos inundam as plataformas de uma luz branca e muito intensa; as tonalidades nessa luz, sincopadas por elipses rápidas, que parecem soluços, na claridade; e nas sombras, projetadas sôbre o pavimento e sôbre as paredes, julgo

sentir o efeito do luar das praias em noites serenas ou o alvorecer em dias límpidos de maio.

Quando penetrei na gare lembrei-me dos engenheiros a que se devem a vida e movimento hoje observados nesse próprio nacional.

Conversando, então, com um engenheiro, que esperava partir para São Paulo ouvi-lhe estas palavras:

— Que magnífico prefeito daria o Dr. Passos! Olhe. Em um ano êle teria encetado obras de asseio, de comodidade pública e de embelezamento da cidade, com tamanha precisão, que os seus sucessores não encontrariam jeito de deixar de concluí-las. O prefeito do Distrito Federal deve ser um homem dotado de três requisitos: energia, cálculo e gôsto artístico; na energia incluem-se a capacidade administrativa e o conhecimento dos segredos com que se quebram resistências; no cálculo, a previsão dos recursos orçamentários; no gôsto, a cultura geral, a imaginação prática e a experiência obtida na elegância das grandes capitais, onde existem obras de utilidade pública e monumentos arquitetônicos. Ora, êsse engenheiro possui tudo isto. Não faz de Moisés, nem empreende mudar o curso natural dos líquidos, violando as leis da natureza; mas, em compensação, sabe onde pisa, e quando pisa, firma o que conduz.

Comprei o bilhete de passagem, despedi-me dos meus, e desinfetado, tomando o vagão-leito, não demorei em acomodar-me para dormir.

Dormir, sonhar, enquanto se transpõem distâncias colossais! Que delícia e que fantástica realidade!

O leito estava fôfo; a temperatura, boa; a alvura do linho e o asseio dos acessórios convidavam-me à tranqüilidade e ao repouso.

Sou um grande dorminhoco; e dou-me por bem pago do que sofro, porque essa boa qualidade constitui para mim uma válvula de segurança. Não sei o que é insônia; na Idade Média pintavam-na, como também ao pesadelo, com a forma de íncubos tremebundos. As monjas, os frades moços e os poetas infernais eram vítimas dessas entidades fantásticas; e muita lágrima derramou-se por causa de pesadelos. Hoje tudo isto corre por conta das nevroses e das dispepsias.

Quando o trem moveu-se, já eu sonhava com a China; de sorte que não tive ocasião de observar o Rio de Janeiro, de estrada de ferro, em noite de luar e sob as boas promessas de um feriado, livre de trabalho.

O sonho que me dominou foi um tanto esquisito. Sonhava que residia em Pequim, e era feito mandarim de primeira classe. As unhas que tinha sido obrigado, pela dignidade do cargo, a deixar crescer, eram tão compridas e retorcidas que não me permitiam coçar as costas, coisa que para mim constitui um gôzo supremo. Digo supremo, porque, no Brasil, um homem, nas minhas condições,

não tem tempo para se mover, quanto mais para se coçar. E sempre em sonho – eu, na qualidade de mandarim, fôra chamado a dar a minha opinião sôbre a invasão que as nações tentavam contra o Celeste Império. A imperatriz Sy-Pay-Hen, apesar da idade, aparecia-me fulgurante de beleza, dessa beleza manchu, que se não confunde com a amarelidão pergaminhosa do tipo mongol feminino. A sua tez tinha a alvura do marfim transcendental, de que os artistas geniais do Império do Meio tiram as estátuas de Buda para o culto secreto da família imperial. Dos seus olhos, ligeiramente oblíquos, defluía uma luz tão intensa, que cegava; os lábios rubros como a laca da ponte sagrada de Kiang-Fu, riçavam um sorriso quase diabólico, como o poeta do Ocidente não soube pôr igual na comissura do Satanás do *Paraíso Perdido*. Na fisionomia divina ondulavam prazeres inextinguíveis; dela ressumbrava essa vontade potente, invencível, que a marcha do espírito, orientado para o *Nirvana*, exalça em fulgurações capazes de subverter o mundo. Diante dessa figura extraordinária que me impunha ordens com o simples movimento do sobrolho, senti-me tão mesquinho, tão vil, tão ridículo, apesar do tamanho das minhas unhas tradicionais, que me ajoelhei para beijar-lhe as plantas divinais.

– Levanta-te, disse-me: os tempos são chegados. Desta vez os filhos do Sol irão a Kamakura, e então Buda nos dará a vara com que se há de medir o mundo pondo na Terra os tribunais que terão de julgar os piratas do Mar Amarelo e êsses piores varredores de nações, chegados de tôdas as partes do universo.

Embora mandarim, pude me lembrar do que significavam estas palavras da Imperatriz. Kamakura é um povoado e um templo do Japão, e nesse sítio existe uma estátua colossal de Çakya Muni, que é uma maravilha. Os filhos do Sol não perdoam a Nifon o possuí-la porquanto êsse ídolo foi outrora arrebatado ao solo chinês e as suas virtudes são tamanhas, que quando a terra treme, a estátua move-se e inflama-se de modo a ser vista de longes terras. Para os budistas chineses a conquista de Kamakura importa no mesmo que para o cristão a conquista de Santo Sepulcro.

Eu estava em adoração diante da bela Sy-Pay-Hen. O jardim para onde ela me atraíra palpitava de uma vida singular, estranha, oriental. Era noite, fazia luar. Os crisântemos suspiravam ao pêso do orvalho e despendiam aromas embriagadores; das sombras, que sob a relva lançavam os tufos de arbustos floridos, saíam gemidos de aves noturnas, às vêzes crebros, outras, soluçantes.

Os meus cabelos eriçaram-se; pela espinha dorsal senti correr como um álgido caroço de mercúrio. A imperatriz olhou-me cheia de ternura e piedade; e suspendeu-me a alma num raio celestial do seu olhar heróico.

Transformei-me e erigi-me altivo e seguro do que lhe devia dizer, se ela exigisse de mim qualquer conselho. Sy-Pay-Hen fêz então com o olhar um sinal de aquiescência.

— Excelsa Imperatriz, disse-lhe eu, depois de uma ligeira pausa, a minha opinião é talvez indigna de subir até aos vossos ouvidos, habituados a escutar sòmente a poesia das alturas e a ciência do invisível.

— Fala, respondeu a divina criatura; fala, porque a minha serenidade é ampla, e pode acolher, sem indignações, o que por teus lábios vai dizer Confúcio e a sua doutrina cruel, materialista, talvez mais pecaminosa do que a dêstes homens de cabelos dourados que nos surgem do Ocidente. Eu te escuto. Abre a bôca e pensa.

— Senhora, quando o mandarim, que vos fala, vivia no corpo de um homem simples, e, perdido nas ruas de uma cidade do continente sul-americano, filosofava sôbre as coisas dêste vasto país, de si para si, teve mais de uma vez ocasião de dizer que os filhos do Celeste Império não haviam ainda entrado na história do que então chamamos civilização; mas que, quando isto se desse, o ruído seria tão grandioso e terrível que as águas do oceano iriam subverter o pólo. Êste momento, senhora, parece-me haver chegado; e aos vossos olhos não terá passado despercebido que as nações européias, em sua tradicional cegueira, apesar do que os seus mandarins têm escrito sôbre a subversão dos grandes impérios e sôbre as leis que regem as deslocações da hegemonia humana, não vêem que são arrastadas pela política internacional do expansionismo industrial para um verdadeiro Maelstroon, onde os seus maus governos — não os povos — se afundarão aniquilados. Não é preciso ser sábio para ver que os diretores dessas nações estão a aplicar erradamente as leis históricas descritas por Montesquieu, autor que conheceis perfeitamente. Êles, coitados! desgraçadamente para os que vão na guerra ser sacrificados, — êles estão a supor que o caso emergente singulariza-se numa simples reprodução do desmembramento do Império Romano, quando o mais inábil estudante de filosofia da história sabe que a situação atual do mundo se oferece com uma feição inteiramente contrária à que teve a Europa nos séculos que se seguiram à primeira invasão dos bárbaros.

O Império do Meio não vive como vivia Roma, e nem as nações européias estão para a China na proporção moral e militar que os bárbaros guardavam para com o Império decadente dos Césares. Basta êste simples confronto para que se sinta logo a estupidez dos diplomatas ocidentais.

Êles começam por tomar a posição dos bárbaros. Ora, não há beócio, que, raciocinando dois minutos, não reconheça a posição falsa dêsses *bárbaros civilizados*, que serão obrigados a recuar em

suas pretensões espoliatórias, desde o instante em que sejam por sua vez coagidos, para manter a guerra, a pôr em prática a *lógica dos bárbaros*. Haverá aí quem suponha que os europeus sejam capazes de marchar para o desconhecido com obstinação igual à dos selvagens que desceram sôbre a Europa durante a Idade Média? Por certo que não. Isto seria simplesmente incompatível com os interêsses econômicos do mundo civilizado e com o estado cerebral dessa gente que se dirige ao Oriente. É impossível ao europeu regressar ao estado da lógica animal; e para vencer, desmandibular o Império do Meio, seria necessário que, sem discrepância, as nações ocidentais adotassem essa lógica de demônios, essa lógica de que tereis ouvido falar longamente a propósito dos poemas *Mahabarata* e *Ramaiana*, dos nossos vizinhos brâmanes, onde cinocéfalos, conduzidos pelos deuses infernais, devastavam regiões inteiras, arrasando florestas, incendiando cidades e fazendo o Ganges refluir, até as suas origens, pelo acúmulo de cadáveres lançados às suas águas. Não! divina Sy-Pay-Hen; não! mil vêzes não! A China não pode ser vencida; e o único perigo que a deve preocupar é a ambição dos nossos primos, os habitantes de Nifon. Êles estão de posse de dois segredos; são brancos e são amarelos. Evoluíram, como se diz nas universidades européias; evoluíram da sua civilização sem dela perderem nada, até chegar à civilização dos brancos de olhos azuis e cabelos d'oiro. Mas. . . por que não querem que nós façamos o mesmo? por que êsses orgulhosos nos expuseram a tantas humilhações, supreendendo-nos na paz divina dos nossos jardins? Corromperam-se talvez! Beberam demais na taça cheia de filtros e venenos que obtiveram dos ocidentais. Os japonêses, pois, são os nossos únicos inimigos. É preciso vencê-los e então incorporados, os asiáticos, veremos como entrar no convívio universal.

De súbito interrompi-me. A imperatriz, por um dêsses fenômenos de levitação tão comuns no Oriente, tinha-se erguido do chão e pousara na corola de um gigantesco girassol. Os seus olhos despendiam uma luz branca e elíptica como a do luar; doíam docemente na minha alma; e a sua bôca abria-se como a lótus num sorriso de divindade bramínica.

Tremi. O sangue môrno, que me percorria as veias, dulcificou-se, como se injetassem nelas o perfumoso eloendro usado pelas princesas de Kiang-Loh nos seus banhos deliciosos, ao pôr do Sol, nas margens do rio Azul.

Sy-Pay-Hen, então, dirigiu-me a palavra num sorriso que faria, lançado às flôres, desabrocharem tôdas instantâneamente, perfumando o ambiente de aromas loucos.

— Ministro da minha vontade, disse, tu adivinhaste, e tua alma penetrou, por certo, no meu cérebro, para que pudesse enxer-

gar tantas coisas sutis e admiráveis. Nós precisamos avançar para Kamakura. Buda nos aguarda ali para dar-nos a senha e o santo do futuro. Vou agir sôbre os Sudras, e desde êste momento o incêndio se ateará nas almas dos patriotas da China. Olha; vê: sabes o que significa aquilo; é o incêndio de Pequim! Não fizeram igual os tártaros de Moscou! E os exércitos do Ocidente tinham a sua frente um general igual a Rama! Caíram. Cairão novamente. O Cristo não vale Buda; e Buda transformará o Ocidente, fazendo que a corrupção se infiltre, pela terra, através do granito, e vá em busca do fogo purificador. Então a China, sendo o primeiro povo do mundo, fará a atmosfera humana tão diáfana que os maus pensamentos ofuscados, darão à vida a sua verdadeira significação.

Quis beijar os pés microscópicos da Imperatriz. Um raio de cólera fuzilou-lhe no olhar; uma impressão dolorosa atingiu-me a ponta do nariz.

Despertei, olhando através dos vidros do carro; verifiquei que o trem tinha parado. Vultos agitavam-se do lado de fora na penumbra de uma luz mortiça. Uma voz gritou: Pindamonhangaba! Dei um salto e pus-me fora do beliche. Clareava o dia; os passageiros matinais começavam a preparar-se para a baldeação em Taubaté.

Defronte de mim estremeceu a cortina adamascada, que encobria duas camas; ouvi estas palavras:

– Panchita, vamos descer?

Era voz de homem. A Panchita, nesse tom dolente de quem não quer sair do aconchêgo do leito môrno e com o qual o corpo já se acostumou, respondeu logo:

– Que horas são?

– São seis. É preciso prepararmo-nos.

O trem rodou; e daí a minutos as camas estavam tôdas desfeitas e transformadas tôdas em confortáveis assentos.

A Panchita surgira então para mostrar, no seu roupão de viagem, que a sua voz doce e engraçada não desdizia de sua beleza de andaluza. Os olhos eram claros; tinham a expressão quebrada de uma languidez risonha. Ao oval do rosto cingiam uns cabelos negros crespos, flutuantes, coroados por um chapèuzinho de lontra que ia-lhe a morrer. O véu côr-de-rosa desmaiada mal encobria a penugem do buço, sob o qual de vez em quando apareciam, no cacoete da garradice feminina, uns dentes alvos e petulantes que mordiam os lábios para dar-lhes mais vermelhidão.

A voz maviosa e cheia de ciciados entreteve a curiosidade dos passageiros tanto que o trem corria.

Algumas senhoras, receosas e acanhadas pela falta de hábito de viajar nos trens noturnos, disfarçavam a timidez olhando para a paisagem, que se desenrolava de um e outro lado da via férrea.

Todavia, logo que a andaluza trocava palavras de galanteio com algum cavalheiro menos puritano, elas davam entre si sinais de inteligência, e num olhar de revés fulminavam-na com a mais soberana reprovação.

Nisto dei com o engenheiro que me falara sôbre o Passos na estação Central. Saía do *toilette* pronto para saltar.

— Já sei, disse-lhe, que vai ver os trabalhos da Light & Power.

— Quero ver para crer.

A máquina apitou. Chegávamos.

O dia foi distribuído em Taubaté entre visitas e passeios pelos arredores.

À tarde tomei o *troly* de um amigo e despenhei-me pela estrada Ubatuva. Tarde tropical, límpida, serena; nem uma nuvem no céu azul de esmeralda; nem uma nuvem de poeira no caminho. Depois de uma hora de viagem começou o *troly* a subir a Serra do Mar, através de uma encosta muito acidentada, fendida aqui, ali, acolá, por fortes correntes de água, que davam à região um aspecto abrupto, quase selvagem. Os animais suavam; e, apesar da perícia do cocheiro, uma vez por outra, o veículo tombava, pondo a mim e ao meu companheiro de viagem fora dos assentos.

— Que bela paisagem, disse eu, lobrigando um pano de floresta alpestre que se desenrolava ao longo da garganta por onde íamos correndo.

A vegetação caía justamente a pique sôbre a entalha, que o engenheiro fizera em terras marnosas para dar passagem ao traçado da estrada. Para baixo abria-se um abismo verde-escuro, no qual a vista perdia-se, flutuando entre vertigem e admiração. Havia um rumor surdo e misterioso de águas que se precipitavam, rompendo pedras e obstáculos; e um eflúvio fresco de aromas, desprendidos das flôres do manacá e do cedro, balsamizava o ar completando o prazer que a mim causavam tão belos aspectos da natureza.

Ofereceu-se-me, então, fazer uma observação.

— Eis um terreno que nos explica como os bôeres puderam produzir tamanhas complicações na guerra do Transval. Ora, imagine você que nós somos aqui a artilharia inglêsa e que os amigos de Kruger acham-se escondidos por aquêles flancos de montanha, orientados em tôdas as direções. Acredita você que nós com tôda essa artilharia pudéssemos escapar à pontaria dos seus hábeis atiradores? E as carrêtas, os reparos e os caminhões? Onde iriam parar, atravessando uma senda pedregosa e tão estreita como esta, se os animais disparassem assombrados nestas tortuosas veredas por uma artilharia sempre oculta?

Mal terminadas estas palavras, o *troly* adernou sôbre um grande buraco, onde ainda havia vestígios de lama das últimas chuvas.

Apeamo-nos e, enquanto o cocheiro aliviava o veículo, nós seguíamos a pé, em busca de terreno menos acidentado, onde pudéssemos retomar os nossos assentos.

A fazenda para onde nos dirigíamos fica a três léguas de Taubaté. Escurecia. Transpusemos a porteira que dá ingresso para a espécie de parque, em que estão assentes a casa de vivenda e as máquinas de beneficiar café. À porta central da casa senhoril achava-se o proprietário, homem carinhoso e distinto, o qual me recebeu com um abraço muito afetuoso.

Reduplicaram os requintes de acolhimento dêsse bom amigo. Conversei todavia ligeiramente e, com sua permissão recolhi-me ao confortável aposento que me era destinado. Estava um tanto fatigado do corpo e do espírito. Não tardei em ferrar o sono. Desta vez o dormir foi tão calmo e profundo que não sonhei; mas, por volta de 5 horas da madrugada, despertei e não consegui mais reconciliar o sono. Então pus-me a matutar; e daí a pouco o pensamento, dissoluto, insóbrio, como um cavalo em liberdade, depois de larga reclusão começou a galopar em tôdas as direções, nitrindo, lançando a crina ao espaço, escouceando.

Levantei-me, acendi a vela que estava sôbre o criado-mudo, e sôbre uma tira de papel pus-me a tomar notas a lápis.

Sôbre que havia de ser? Um projeto de artigo para a *Gazeta*. Depois, no Rio de Janeiro, completaria as minhas idéias lendo o Boutmy, o Fremau, o Taine, o Gneist e o Jussurand, sôbre a Inglaterra.

Escrevi: "Comentário a um telegrama de Lord Salisbury — Diz o lorde que não há dúvida que uma acirrada anglofobia percorre o mundo — De quem a culpa? De onde vem o mal? Será infundado êsse sentimento? Será inveja? Estupidez das nações chamadas inferiores? — Nada disto — Causas da impopularidade do atual organismo político inglês: I — A Inglaterra divorciou-se do espírito dos seus melhores filósofos. II — As suas tendências expansionistas estão de acôrdo com o *Leviathan* de Hobbes (*homo hominis tubus)* mas nada tem de comum com a moral de Bacon, de Hamilton, de Adam Smith, de Stuart Mill, de Spencer (*on liberty*). III — A nobreza associada à *gentry* e aos industriais perdeu o seu prestígio histórico; degradou-se no mercantilismo; as bulas que expede não são mais do quilate da Carta de *João-Sem-Terra*. Ela dissolve-se gradualmente e torna-se imprestável como o saco de areia em que ainda hoje sente-se o *speaker* da Câmara dos Lordes. IV — Moral inglêsa perdeu o perfume bíblico. O *não matarás*, transformou-se no *make money by God*, John Bull, Armstrong, Cecil Rhodes & Company... V. — Imcomportabilidade da ilha. Necessidade de alimento. Insuficiência na própria casa. Quem não produz para comer, aparelha-se para

matar... *et te reste*. VI. — Judaísmo bancário. A cambial, não como instrumento de crédito e de permuta, mas como ficha de jôgo e...

Ia eu escrevendo estas palavras quando reparei que o dia principiava a clarear. Ergui-me e abri uma janela, que dava para o jardim. Um jato de luz matinal penetrou no aposento; e do jardim, ao lado, soprou uma aragem fresca e aromatizada pelos eflúvios das rosas e dos jasmins que desabrochavam. Vesti-me ligeiramente e saí.

Os primeiros raios do sol iluminavam as montanhas circunjacentes com uma luz sanguínea, entremeada de laivos de ouro. Num pano de floresta, ao longe, o céu recortava-se em tela de um azul intenso como um bastidor de teatro. A eira começava a animar-se com o movimento dos colonos. A máquina silvava, desprendendo a primeira carga de vapor; e um ruído surdo, como de gigantes que viessem descendo alguma grande escada de madeira, enchia a amplidão; eram a roda de água que trabalhava e os aparelhos de beneficiar café que se moviam lentamente.

Tudo isto, eu observava de uma varanda coberta de parreiras, que dava para o jardim. Desci para êsse jardim, fechado por quatro extensíssimos renques de bambus; e ao som festivo da passaralhada, que esvoaçava sôbre os pessegueiros e laranjais, passei a discorrer pelas aléias floridas, aspirando o aroma das rosas e dos araçás que maduravam.

Deliciosa manhã! A imaginação calma, sorridente, cheia de frescor pôs-se logo a criar mil situações agradáveis ao meu amor-próprio e às minhas nunca satisfeitas aspirações de exprimir as coisas com vigor.

Ao contornar um renque de jabuticabeiras, dei de face com um monjolo, essa curiosa armadilha inventada para economizar o esfôrço do homem, a qual, segundo reza a crônica, fôra introduzida em São Vicente pelo ilustríssimo Brás Cubas. O monjolo estava coberto de lôdo e líquens; tinha sido abandonado. Pareceu-me o cadáver de um velho, que outrora despendera grande soma de atividade e que por isso agora encontrava-se decrépito e desprezado. Nisto, ouvi uma voz que me falava; voltei-me; era o proprietário que aquela hora já empreendia a primeira inspeção do serviço das máquinas.

Um moleque o acompanhava, trazendo uma bandeja com duas xícaras de café e biscoitos; ingerindo o saboroso néctar, como o chamam os poetas, saímos do jardim e seguimos para a casa das máquinas. Em caminho vi passar uma matilha de cães atrelados, que o guardador dos cavalos levava para o pasto da fazenda.

— Vão ser curados, disse o fazendeiro. Preciso fazer por êstes

dias uma batida de catetus; e, se quiser acompanhar-me, venha do Rio, o que será um imenso favor.

Declinei do convite. Por algum tempo estive a observar a faina do serviço; e, logo que comecei a sentir monotonia, voltei ao meu quarto e pensei em continuar as notas.

– Não, disse comigo mesmo. Vamos primeiro afinar os nervos num banho de cachoeira; e assim fiz. Mas estava escrito que eu naquela manhã não escreveria mais; e de feito, apenas me dispunha a pegar de nôvo no lápis, chegaram-me jornais de São Paulo e desta capital, cuja leitura me absorveu até à hora do almôço, que foi por volta de onze horas.

Fome negra; apetite devorador; acepipes paulistas muito adequados ao paladar de um neurastênico. Comi como um alarve; e mais teria comido se à mesa não houvesse encontrado, além do amigo que tão gentilmente me hospedava, um frade austríaco que viera desobrigar os colonos italianos da fazenda e o administrador da fazenda, pessoa viajada e de conversação fácil, que, enquanto ingeria os alimentos, muito vagarosamente, ia propondo casos entremeados de gostosas anedotas.

Falou-se depois em política, passou-se à lavoura, ao câmbio e aos preços correntes do café.

Terminado o almôço, fomos todos para a varanda fumar e fazer o quilo. O religioso meteu as mãos nas mangas do burel, inclinou-se humildemente e foi tratar das suas confessadas.

Uma vez repoltreados em boas cadeiras de molas, recomeçamos a palestra. Narrei as minhas impressões do Rio da Prata. Descansado o almôço, saímos, então a cavalo, a percorrer os vastos cafèzais.

À tarde voltei de *troly* para Taubaté. Durante a viagem preocupou-me um pensamento de John Morley, que eu lera no seu ensaio sôbre Maquiavel: "A concepção moderna do Estado tem gradualmente transformado êste numa pessoa moral capaz de direitos e de erros, exatamente como os indivíduos que o compõem." Não será possível restringir a ação maléfica dessa pessoa jurídica de direito público chamada Estado de modo que os seus vícios deixem de ser os dos estadistas que ocasionalmente com ela se identificam? A solução dessa pergunta seria desenvolvida no n.º VII do artigo projetado.

Às 10 horas da noite tomei o trem noturno. As cogitações, a que me entreguei antes de adormecer, não desembrulharam o problema que a mim mesmo havia proposto.

Rio, 25-8-1900

## VI

## SIMBOLISMO [5]

*Gazeta de Notícias*, 5-9-1900

Após uma crise de materialismo a poesia tentou de nôvo penetrar no céu com as asas do Ícaro.

Verdade é que os Ícaros de hoje não acreditam em Júpiter, nem mesmo no Logos dos neoplatônicos.

No ponto em que devíamos encontrar êsse deus concreto, ou essa vontade onipotente, que do nada tirou o mundo, êles colocaram o **ALÉM** um grande advérbio, que pelo menos tem a vantagem de exprimir a vacuidade do cérebro, desde que êste busca pensar no que é impensável.

Com efeito nunca a poesia empreendeu obra mais difícil do que esta de dar forma à substância fora das condições naturais do pensamento. Êsse embaraço alguns poetas franceses modernos julgaram ter vencido com a substantivação de algumas partículas do discurso e com a adoção do sistema de escrever os substantivos abstratos em maiúsculas, o que em última análise demonstra a própria angústia que sentem êstes poetas tôda vez que imaginam transportar as suas idéias do mundo dos fenômenos para o dos noumenos, para os quais, caso Emanuel Kant não se tenha equivocado, é escusado buscar expressão ou linguagem ainda nos mundos incriados.

Os decadentes, pelo menos no primeiro momento, supuseram resolver a questão proclamando a inutilidade da análise no discurso. Pensar, que é o mesmo que condicionar, segundo a enérgica expressão de Spencer, seria para o homem a maior das degradações. E a poesia, assim encarada, não passaria de sensação vaga do movimento universal, sem articulações. Ondulações sonoras, curvas infinitas, vibrações intérminas, manchas de luz, o pó das estrêlas – e o que sei mais, – o abismo – a vida – a morte – nada!

Parece-me, contudo, que nesta clave poética pouco haveria que acrescentar ao que os poetas indus já puseram nos hinos sagrados do Rig-Veda. Os velhos brâmanes ao menos interrogavam afrontosamente a escuridão do incognoscível. Quando, porém, concebiam respostas personificando na natureza as próprias idéias e volições, êles não desprezavam as contingências da própria existência mundial.

De onde procedia o universo? perguntava o Richi no Rig-Veda.

De que natureza era essa onda indistinta de onde saiu Tudo?

---

[5] Mário Pederneiras. *Agonia*. Rio de Janeiro, Tip. Aldina, 1900.

Em que consistia êsse UM formidável envolvido pelo vácuo, e que agitara em tôrno as fôrças dispersas?

Como surgira o amor, e dêle o primeiro germe do pensamento?

De que lado veio a raiz transversal que fêz urdume dos mundos? De cima? ou de baixo?

Quem explicaria a posterioridade e a anterioridade?

Haverá um Anterior a Tudo e ao qual se deva a emissão das coisas existentes?

E se esta Anterioridade existe, tem ela consciência de si mesma?

A poesia do Richi rodava assim no vácuo, quando a imaginação hindu criou Varuna. Se a filosofia comporta essa atitude diante do vácuo, numa eterna interrogação eternamente irrespondida, não sucede o mesmo à sua irmã mais velha, que vive de construir, de interpretar, de reproduzir em formas tangíveis o vago e indeciso das coisas que a circundam. Os poetas menores inspirados nas criações de origem popular, na mítica espontânea, cantaram o Céu, o ôvo cósmico, as Nuvens, a Água, o Fogo, a Árvore, etc.; a Palavra deixou de ser uma divindade, porque Varuna agora traduzia-se nos elementos do Universo, que passaram a agitar a inteligência humana!

Max Muller julgou que os mitos teriam aparecido na história dos povos, que primeiro se ilustraram nas ciências e nas artes, como produto de uma enfermidade da linguagem. A expressão é engenhosa, mas infeliz, porque opõe-se à realidade; e a poesia não foi verdadeiramente grande sendo quando o homem deixou de transformar o vazio das palavras em entidades, e apossou-se do drama real da vida e do drama das paixões que o assoberbavam. Foi então que os gregos possuíram um Homero, um Ésquilo, um Aristófanes, um Sófocles; e a musa irradiou naquele fulgor divino, que fêz de Apolo o sol da inteligência.

Felizmente vemos que o ínvio caminho, por onde enveredaram os primeiros autores da reação contra o materialismo, não tardou em ser abandonado. Os simbolistas compreenderam que sem uma reconciliação com os fatos a poesia tornar-se-ia uma coisa estéril. Pondo o homem entre dois infinitos, não lhes foi impossível distinguir o alcance do raio que mede os dois horizontes da vida, o místico e o real.

As velhas teogonias asiáticas esgotaram a mística astral ou exterior, assim como o Egito e a Idade Média, no seu ascetismo claustral, percorreram todo o ciclo das visões interiores. Seria descabido, portanto, depois de constituídas as ciências como foram no século XIX, retrogradar à tateação da natureza, com ingenuidade igual à de que usaram os povos em sua infância. Uma qualidade, porém, conservou-se como herança dos antepassados; essa coisa foi a emoção

diante do Universo e do mistério que envolve a própria vida. A missão da poesia e da arte não podia, entretanto, converter-se na explicação do inexplicável e na expressão do inexprimível. O realismo expelira brutalmente a imaginação da literatura, como se tem dito tantas vêzes. Era indispensável que a imaginação voltasse; porque, como bem o demonstrou Ruskin, é essa faculdade dominadora que ilumina a região obscura, em que mergulha a realidade que constitui o objeto dos nossos conhecimentos; e o homem, não se contentando com o aspecto material das coisas, quer-lhes um significado, ou pelo menos quer senti-las numa atmosfera transcendente, colorida pelos raios de uma *aparição* de ordem estética. Ora, êsse fenômeno, que verdadeiramente só se opera nos temperamentos emotivos, êsse fenômeno traduz-se de ordinário na *metamorfose* artística, isto é, no desdobramento da realidade através do sentimento trágico ou lírico despertado pela simples contemplação do fundo torvo que a natureza apresenta nas mais comezinhas relações da vida humana.

Todavia, a pretexto dessa agonia da imaginação emocionada, que atrás de cada fato observado coloca uma sombra, uma penumbra, ou melhor, um fantasma da realidade, não pretendemos evadir-nos, como fazem os espíritas, às condições da nossa própria existência e à fatalidade da matéria. Leibnitz já dizia que o homem libertado da matéria seria um desertor da ordem geral, o que não passaria de um absurdo sem nome.

A renascença da imaginação, pois, constitui a característica do movimento literário dos últimos dias dêste século. Dêem-lhe o nome de simbolismo ou outro que melhor pareça, o que é evidente é que Dostoievski, Ibsen, Tolstoi Bjornson, Wagner, Strindberg, Hauptmann, Maeterlinck, Ola Hanson, Korolenko, Sudermann, Knut Hamsun, e todos os escritores moços que os acompanham nas variadas maneiras de exprimir ou metamorfosear a realidade observada, não têm cogitado senão em fazer entrever sombras ou fantasmas de caráter universal através do que há de contingente nas aparências da vida real ou quotidiana. Para o sentirmos basta contemplar as figuras que essa nova literatura tem produzido no romance e no drama. Que fantasmas, que aparições não despertam em nosso espírito Rascolnikoff, Kiriloff, Sonia, Verkhovensky, Hakon, Skien, Peer Gynt, Solness, Hjalmar, Maleine, Melisandre, Siegfried, Parsifal, etc., para não citar os de procedência vulgar, e que no entanto mais de perto entestam com os mais simbólicos da tragédia antiga: Prometeu, Édipo, Ájax; dos tempos modernos: Hamleto, Lear, D. Quixote, o Cid, Joana d'Arc, Guilherme Tell, Ahasverus, Claudio Frilo, e todo êsse mundo de personagens maravilhosas que a Renascença e o Romantismo transcendental conseguiram perpetuar na literatura !

Estas considerações ocorreram-me ao manusear alguns livros de brasileiros, todos muitos verdes ainda, que pretendem filiar-se ao neo-simbolismo.

Então inquiri como êstes novéis artistas nacionais buscaram representar o seu *Além*. Vejo que em regra êles se deixaram arrastar pelas formas místicas e religiosas da escola francesa. Seduziu-os a hipnose monacal dos claustros da Idade Média; e, sem que o verdadeiro sôbro da fé nas virtudes teologais, nos mistérios contidos no símbolo dos apóstolos e no ceremonial do sacrossanto sacrifício da missa, lhes infundisse o ascetismo necessário para que a poesia envergue o burel e tome o cilício, começaram a buscar nas formas litúrgicas, nas ripanças do ritual católico, nos aspectos da vida estática dos santos da Igreja, a ilusão dentro da qual sobredourariam as manifestações do seu amor terrestre. Não cabe aqui dizer o que há de triste ao mesmo tempo de factício nessa deserção de um mundo vivo para um mundo amortalhado, cuja sugestão só nos pode vir pelas páginas do livro ou pelos monumentos religiosos, que aqui no Brasil não possuímos.

O autor do trabalho que eu agora estou folheando limitou-se a procurar na Bíblia o assunto, que mais lhe apareceu adequado ao canto de um simbolista, resolvido a experimentar tímido vôo através do sonho, dos intermúndios do pensamento e de uma dor inarrável.

Para um poeta, cujo verso imita o desferir nos espaços da harpa eólia da Agonia, não haveria assunto superior ao daquele árabe sofredor, que nas Escrituras se fêz conhecido pelo nome de Jó. A *Agonia* do Sr. Mário Pederneiras propõe-se descrever, ou melhor, fazer sentir por um feitio inédito a dor mais estupenda, o sofrimento mais heróico de que a lenda e a história nos dão conhecimento.

O poema semita, como todos os poemas dessa origem étnica, é escrito num tom excruciante e monótono, mas ao mesmo tempo quente como um ocaso de sol nos adustos desertos da Arábia. Na penumbra do horizonte volteia a figura sinistra de Satã, de que Javé se serve para infligir no seu servo fiel as maiores torturas que um homem já pôde sofrer. Jó ainda há pouco o mais rico dos mortais, hoje reduzido a raspar com uma telha, em cima da esterqueira, as úlceras de que a hedionda moléstia cobrira todo o seu corpo, ouve as injustiças dos homens, suporta as palavras inúteis dos amigos, atura as invetivas da mulher, sente o desprêzo universal e o nojo até dos cães, e apesar de tôdas as contumélias que lhe atiram, resignado, humilde, beija as próprias chagas e volve os olhos, ainda agradecidos, para o Senhor, que o fere, porque de outro modo não devia comportar-se a contingência do ente criado em face da misteriosa vontade do Criador. Êsse poema de paciência resignada, de submissão absoluta, como teatro é o interior de uma alma semita,

em que o monoteísmo refinou todo o gênero de crueldades para mostrar como Javé devia avassalar a alma da sua criatura; êsse poema, no qual a poesia hebraica destilou todo o onipotente fulgor do Deus de Abraão, daquele espírito, a cuja ira ninguém resistiria, e que quando passava fazia os cabelos da carne arrepiarem: o Sr. Mário Pederneiras transformou na Agonia luminosa de um espírito ariano, em busca do paraíso que Dante descreveu. Jó não mergulha mais no animismo hebraico, nem desce ao inferno da própria alma, duvidando de que o justo tenha direito a não sofrer; o Jó do nôvo simbolismo amaldiçoa Satã, cara a cara, na frase bíblica, voa através dos astros numa elação de lirismo sideral, e impreca o sol que êle abomina "como fulguração de um dardo filisteu".

> Sol ! Régio salmo de um rude !
> Que a Alma brutal das Alegrias uiva,
> Há clangôres de Luz e de Saúde
> Na tua excelsa cabeleira ruiva.
>
> SOL ! Nota rubra de um Hino
> Clara, abafando o temporal de um Rôgo,
> Pelos ocasos a fugir das Preces
> Que malvam Alves de um Luar, pareces
> Velho SATÃ de fogo
> Embuçado num manto sulferino.
>
> SOL ! Blasfêmia de ouro
> Que é raivosa explosão d'Alma pagã
> Rútila ecoa pelo espaço louro.
>
> Quando em flamíneo e rútilo tropel
> Rompes o teto casto da Manhã
> Lembras o lustro fulvo de um broquel
> Afivelado ao braço de Satã.
>
> SOL ! És o eterno agouro...
> A minha Mágoa, o meu Pesar antigo :
> Maldito seja Tu... Eu te maldigo
> Porque és todo de ouro.

Eis o que o poeta encontrou de mais sublime e mais digno para pôr nos lábios de Jó. Creio, porém, que nunca concepção estêve mais longe da alma de Isaías, de Daniel e ainda mesmo de São João do Apocalipse.

Será difícil definir o que o autor da *Agonia* pretendeu tirar do espírito dêsse legendário sofredor, diluindo à luz dos astros, entre luas brancas, e saudades roxas, rumo da Galáxia, o perfume do seu martírio, no regaço dos anjos que se livram em asas diáfanas, de onde chove a poeira dos sóis e caem as fulgentes vibrações do amor divino.

Naturalmente um quadro bíblico, segundo os processos de Puvis de Chavannes. A metamorfose, porém, de fatos da vida real, nesse sonho estelífero de via-láctea, oferece muitas vêzes resistências à expressão, quase invencíveis. E na *Agonia* sente-se o esfôrço empregado na adjetivação para chegar a produzir o efeito dessa luz indefinível que o amante de Beatriz, chegando ao fim da viagem misteriosa, descreveu nos últimos cantos do *Paraíso*, fundida no sorriso da Portinari:

> La lucente sustanzia tanto chiara
> Nel viso mio, che non la sustenea

Desçamos ao *inferno*. Não acharemos aí essa luz que perturba o espírito e ofusca a vista; mas a poesia exultará no beijo de Francesca e na fome de Ugolino.

## VII

## A PROPRIEDADE

*Gazeta de Notícias*, 11-9-1900

A muita gente parecerá estranho dizer que José de Alencar o publicista conservador das *Cartas de Erasmo*, pensava, no que entende particularmente com a propriedade, quase como um anarquista. Pois é a verdade.

O fino idealista da *Iracema* e do *Guarani*, tendo um dia se proposto estudar a história dos institutos de direito civil, tais impressões recebeu das suas leituras que saiu profundamente abalado e convicto das iniqüidades acumuladas em tôrno dêsse monstro chamado propriedade. Na sua imaginação avolumou logo um fato: tudo tem progredido, tôdas as instituições humanas têm melhorado — o direito público, o criminal, o comercial, o administrativo; mas desgraçadamente o direito civil estacionou petrificado nas formas elaboradas em Roma, com uma ou outra interpolação de leis extravagantes oriundos do feudalismo.

"A constituição da sociedade civil ainda não recebeu o influxo poderoso, que a civilização moderna já tem inoculado em todos os ramos da ciência e da legislação." Isto escrevia êle em 1870, quando entre nós não eram conhecidos os trabalhos de Ihering, nem ainda haviam sido vulgarizados os de Hermann Post e os dos civilistas italianos. Pressentiu-os a inteligência iluminada de quem nos deixou as páginas literárias mais cheias de lirismo que se têm escrito no Brasil; e a lógica, determinada pelos arroubos de uma imaginação vívida, encarregou-se dos complementos da doutrina.

Justamente impressionado pelo *quid apporiet* do direito público romano, José de Alencar não trepidou em fulminá-lo em suas deduções práticas.

> A propriedade, — diz êle, — se manifesta logo sob a forma de uma tirania. Ela tem o poder de infundir no cidadão livre, no *civis romanus*, uma entidade escrava e possuível. O homem politicamente independente é servo na vida privada. É ela ainda essa tirania da propriedade que no seio mísero da democracia transforma o santuário das afeições domésticas em uma servidão e o poder marital e o paterno numa autocracia despótica.

Comovido diante dessa hipertrofia da propriedade, que, nas suas primitivas manifestações, chegou brutalmente a absorver em si a própria liberdade do homem, reduzindo-o a coisa, e escravizando-o, o jesuíta pergunta se já não é tempo de considerar tôdas as faculdades jurídicas como instrumento de progresso, incluindo nelas as relações de que se trata. Pois não é para horrorizar que, quando se pensa num código civil, não se tenha em mente outra coisa senão a riqueza, os interêsses materiais, e que a mesma família figure aí apenas como um anexo à propriedade dela derivada e inteiramente dependente?

A esta pergunta responde o escrito com a teoria da unidade do direito, invectiva acerbamente a constituição dessa prática situada no espólio e na herança, e fulmina leis ainda hoje conservadas no intuito único de garantir o dote da mulher e tutelar a fortuna dos órfãos.

E o homem? Ah! o homem é o servo da propriedade; aquêle que a ela não está entendido, o que nada possui, não precisa dessa legislação civil "falsa e hipócrita como ela mesma". Entretanto, observa José de Alencar, "o direito é o homem", e é por se ter desconhecido êste princípio que conservamos ainda hoje a personalidade humana assim mutilada, o que constitui um atentado, uma usurpação, sem nome, uma monstruosidade orgânica, que por ter sido gerada em Roma foi imposta pelas circunstâncias históricas aos povos bárbaros de que descendemos.

Propondo-se descarnar êsse "aleijão jurídico" no livro *A Propriedade* José de Alencar inspira-se na Revolução e no ódio ao feudalismo. A lógica faz o resto.

Estudando a concepção do direito real o autor não custa descobrir que a propriedade, "a faculdade por excelência, o direito suserano, enche quase todo o âmbito dos códigos". A coisa é tudo, a pessoa quase nada. "Sob o primeiro aspecto a propriedade recebe o nome significativo de *domínio*, único direito real, de que os outros não são mais do que porções ou fragmentos. Sob o segundo aspecto, a propriedade é considerada apenas como um meio de adquirir o

*domínio*, e forma a máxima parte do direito pessoal. Resta pois um canto do direito pessoal para o qual são atiradas a êsmo as outras faculdades, vassalas da propriedade. Encontram-se de feito nos códigos civis algumas disposições relativas à existência e à liberdade; mas se conhece que elas não entraram no santuário pelo seu próprio merecimento e importância, senão pela necessidade de completar o regime patrimonial. A existência aí é apenas o modo de ser do proprietário, não do homem, a liberdade é instrumento e nada mais, para transferência ou ataque à propriedade."

Fustel de Coulanges, na *Cité antique*, obra que o escritor brasileiro não podia conhecer, porque, ao tempo que êle compôs o seu livro, aquela não tinha sido ainda vulgarizada, explicou êsse fenômeno pela eliminação do indivíduo em proveito da religião doméstica, cuja fôrça consistia em inibir tôda expansão pessoal ligando a família inteira ao altar, à terra, e aos produtos destinados à manutenção do culto transmitido com todos os seus aparelhos, de pais a filhos.

A diuturnidade dos tempos e as revoluções políticas modificaram profundamente as formas derivadas dêsse modo de conceber o direito; mas a superstição ficou; e o sentimento, pelo menos religioso da propriedade como base da personalidade, ainda trabalha poderosamente nos recessos da consciência jurídica dos legisladores.

Dissipar esta superstição, libertar a pessoa dêsse casulo, inverter os papéis, de maneira que a propriedade passe ao papel de instrumento ao serviço daquela, eis a aspiração dos povos, que sentem quanto o regime patrimonial, com êsse especto hierático, tem dificultado a solução da felicidade coletiva.

Desse um passo mais no sentido das idéias que emitiu, e José de Alencar, levado pela conveniência de dar à propriedade mobilidade igual à que é compatível com a do indivíduo, não tardaria em subscrever a crítica que Kropotkine fêz da atual organização social da *Coquête de pain*.

Não é possível aqui acompanhar o autor do livro na exegese da técnica jurídica dos civilistas, que pela maior parte têm despendido tempo e paciência em procurar meios e modos de reconciliar a boa razão com as ficções absurdas do direito romano, isto é, têm gasto a sua dialética em realizar os mesmos *tours de force* que os gramáticos empregam submetendo à regência proposições introduzidas viciosamente na linguagem pelo uso popular.

No que entende com a concepção do *domínio* José de Alencar, frisando a controvérsia antiga dos Proculianos e dos Sabinianos, procurou deslocá-la dos seus fundamentos, como dizia êle, materialistas, para firmá-la no princípio do trabalho, na expansão da vitalidade humana. É pena que o escritor não tivesse tido tempo de

desenvolver tão interessante monografia; e é bem provável que, se vivesse, entrasse na corrente evolucionista; então, modificados os seus extremos de nacionalista, evitaria os perigos da lógica, dessa lógica que fatalmente o ia conduzindo ao dogmalismo individualista dos anarquistas, que suprimem a ação da história, esquecidos do conselho de Gaia no Fr. 1.º D. *de origine juris*: *Istoe proefationes et libentius nos ad lectionem propositoe materice producunt, et cum ibi venerimus, evidenliorem proestante intellectum.*

Passando à análise do regime hipotecário, o jurista vai mais longe ainda na aplicação do seu individualismo revolucionário de racionalista. Nunca contra a hipoteca escreveu-se tão violento libelo. Na sua opinião êsse instituto, tal qual o encontramos na legislação moderna, é um aparelho de infâmias e iniqüidades.

> A inutilizada de semelhante contrato, — diz êle, — salta aos olhos a hipoteca não é mais do que um corolário do mútuo, sujeito à vontade das partes. Mas êsse luxo de fórmulas, essa filigrana de palavras, não é nada à vista das terríveis conseqüências que se desenvolveram dêsse germe funesto. Foi o vírus de um cancro que se inoculou no corpo da lei civil, e que até hoje ainda não houve escalpêlo que o extirpasse.

Em primeiro lugar, José de Alencar mostra o êrro dos que consideram a hipoteca um direito real na coisa alheia (*jura in re alinea)* quando é certo que em substância ela não é senão um interdito parcial lançado sôbre a pessoa do devedor, ao qual, ao mesmo tempo que não se permite alienar o bem, consente-se fluí-lo, abusar dêle e até destruí-lo, sem cometer furto contra o credor.

Êste êrro, porém, de ordem metafísica é o menos grave na crítica das leis da propriedade. O crítico procura vê-las sob o aspecto social; e neste ponto a hipoteca não continuaria a ser senão um ataque à liberdade, um prolapso da interdição dos loucos e menores, que nada garante na prática, nem o crédito, nem a ordem social, nem a felicidade individual, — mas uma máquina de tiranias e usurpações, um ardil ou um aparelho de perversidade, criado em benefício dos fortes, dos usurários, e destinado a fazer passar para as mãos dêstes as pequenas fortunas imprevidentes, os haveres dos descuidados e o trabalho dos minúsculos sociais.

A servidão e a aquisição incorrem nas mesmas censuras, oriundas do ponto de vista personalíssimo do autor.

Em tudo a ficção do romanismo ocultando a realidade dos fatos, isto é, — a captura da vontade humana e a sua subordinação irracional ao conceito materialista da propriedade.

Onde, porém, José de Alencar se manifesta com audácia pouco vulgar é na teoria da posse. De um golpe suprime os interditos possessórios.

> Atribuir à posse, — diz êle, — isto é, ao fato, o poder de regular o direito, é dessas blasfêmias que só se encontram no direito civil. Consentis que a propriedade se mova, que os direitos se entrelacem, que a sociedade viva enfim à sombra da lei, e de repente a supreendeis, como o salteador de emboscada, no momento em que se separa de sua propriedade, para dizer-lhe escarnecendo — *A posse vale título !*

José de Alencar, portanto, não distingue o direito de posse do de domínio. Segundo o seu conceito a posse é o corpo de que o domínio é a alma; não se separam, nem podem conceber-se desunidos. A ocupação material é um fato e nada mais. Convertê-la em instituto aparelhado para a resistência legal é o mesmo que justificar o crime por meio de uma anistia forense inadmissível em face dos verdadeiros princípios de justiça.

E tanto é assim que os juristas não se têm poupado a retratações. Elas são inúmeras. A legislação criminal não submete a propriedade à posse; o direito ao fato material. Os códigos não concedem interditos possessórios aos estelionatários, ao contrário disto punem-os com penas severíssimas. As "fraturas dêsse sistema vicioso" encontram-se na própria jurisprudência. Que significa a posse imaterial nos objetos incorpóreos, a *quase possessio* do direito romano? "Uma posse que não é posse; uma apreensão corpórea de uma coisa espiritual; uma excentricidade metafísica." Para que êsse sofisma da posse simbólica, da posse fita, da *clausula constituti?* Tudo isto, no parecer do autor da *Propriedade,* só indica a incoerência da doutrina dos civilistas. Não podendo reagir contra o materialismo brutal das suas concepções, êles acabam transigindo com a realidade dos fatos e dando-se por satisfeitos diante de duas palavras cabalísticas.

A posse não é pois senão um direito conexo à propriedade, como o é o uso e o usofruto. "A exploração dêsse direito nada tem de especial; é sujeito à mesma regra que a espoliação de todo e qualquer direito... O êrro da jurisprudência está em confundi-lo com o simples fato material, a *detenção.*"

E o que dizer do privilégio? Direito bastardo, eis o nome que lhe cabe. Sentimentalismo ridículo da lei civil, que aliás tem por efeito ao seu epicurismo humanitário suprimir sofrimentos que não existem, em benefício único da astúcia e do jôgo. Que coisa indecente é essa chamada concurso de credores! Não seria melhor dar-lhe o título de *tapête de lasquenet? Hoc craditorum labyrinthum* já o havia denominado o comendador Voet, ad Pandect. L. 20, Tit. 4 n. 17. Na realidade não passa de caixa de Pandora, de onde podem sair as maiores surprêsas. Os privilégios reais e os pessoais digladiam-se, entrechocam-se, dão-se mútuos assaltos, e não há critério que chegue para iluminá-los.

> O axioma de direito, — pondera José de Alencar, — consagrado pelo próprio direito romano, *qui prior in tempore potior in jure*, é sem dúvida alguma o critério único da legitimidade do direito na concorrência de atos jurídicos capazes de transferir a propriedade... A prioridade foi, porém, substituída por uma falsa e hipócrita eqüidade, deduzida da natureza da dívida *Privilegio non ex tempore aestimantur sed ex causa*. L. 32, D., e reb auct. jud. E acrescenta que seguramente o legislador, quando isto escrevia, olvidava "que êle havia derivado a propriedade do direito do primeiro ocupante!"

As regiões por onde enveredava o espírito impávido do autor do *Guarani* eram vulcânicas; e êle não teve tempo talvez de medir tôda profundidade do abismo revôlto das reivindicações sociais, limítrofes das estrumeiras do direito civil, que o jurista não receou revolver com o gancho de uma crítica impiedosa.

Rio, 10-9-1900.

## VIII

## A CULTURA DOS CAMPOS

*Gazeta de Notícias*, 20-9-1900

Quando as caravelas de Pedro Álvares Cabral aportaram ao Brasil, aos navegantes, fatigados do oceano, se afigurou que tinham descoberto um país fantástico.

A terra, com efeito, se apresentava misteriosa e muda. Não lhes dizia nada. A imaginação povoou-a de coisas extraordinárias; e o govêrno português logo que soube da descoberta tratou de fechá-la como um tesouro.

Dos primeiros que a avistaram só um teve a noção concreta do que se conquistara para a coroa de Portugal. Foi Vaz Caminha. Espírito, ao que parece, observador e penetrante, êsse escrivão de armada, hoje justamente consagrado num monumento de bronze, enxergou imediatamente o Brasil verdadeiro, o Brasil que deveria entrar na história.

Gândavo e Thevet, por exemplo, andavam vendo fantasmas por tôda parte; e intoxicados pelo que havia de capitoso no clima tropical, escreveram poemas compostos de mentiras colossais. Daí nasceu um Brasil de *Mil e uma noites*, que foi depois causa de grandes decepções, se bem que desse origem a aventuras loucas pelos sertões, convertidas posteriormente, quando a imaginação esfriou, em trabalho útil, pois que a terra ficou dêste modo conhecida. O criterioso Caminha, porém, indicou logo por onde deveria começar a posse desta região e onde residia a riqueza aproveitável. No momento de lavrar o auto de descobrimento, êle não se deixou iludir nem por

encantamentos, nem por monstros guardadores das cavernas cheias de ouro e pedrarias, nem por cidades fabulosas cujos habitantes se mostrassem cobertos de ouro e de pó de diamantes. Os seus olhos baixaram primeiro sôbre o homem que habitava a terra, cujas boas mostranças aos portuguêses produziram tão forte impressão no seu bondoso espírito. Depois preocupou-o a região. A temperatura parecera-lhe deliciosa, como a dentre Douro e Minho; as graças seriam tantas, que tudo aí se poderia aproveitar por bem das águas e pela uberdade do solo.

Êsse aspecto bucólico com que se apresentou o Brasil a Pêro Vaz Caminha não foi de todo estéril. Dêle encontramos o vestígio nas cartas de Anchieta e de Nóbrega; e ao sentimento que o gerou devemos os primeiros engenhos de açúcar e as plantações do Recôncavo da Bahia, de Pernambuco, de São Vicente.

Não houve um Vergílio que escrevesse as nossas *Geórgicas;* mas sobrou entusiasmo a alguns práticos para comporem livros, que, pela sua estreita e íntima comunicação com a *alma mater* do Brasil, deixaram a história eloqüentíssima dêsse sentimento tão mal remunerado.

Um dêstes livros é a *Cultura e Opulência do Brasil,* obra publicada em 1711, atribuída a André João Antonil, e que o govêrno português suprimiu, pensando talvez nos perigos da sua vulgarização.

Com efeito, a nação poderosa, pelo desenvolvimento da cultura de seus campos, que se esboçava nesse código da lavoura, deverá ter causado sôbro aos que então não pensavam senão em tirar dêste país ricos produtos sem o mínimo trabalho.

O que era o recôncavo da Bahia no fim do século XVI e o que chegou a ser Pernambuco no XVII, como projeto de vida nacional e brôto de uma organização econômica, mostrou-o Gabriel Soares no seu *Roteiro,* mostraram-o os senhores-de-engenhos dos litorais adjacentes ao Recife nas suas guerras com os holandeses e com os mascates.

Infelizmente no século XVIII o país caiu de nôvo no domínio da aventura. A gana das minas e a desorientação que produziu o delírio das descobertas vieram enfraquecer êsse esfôrço tão pacífico quanto procriador.

Houve uma síncope na indústria da lavoura e da criação dos gados que só depois de um século ressurgiu em espírito na do café.

Custa, entretanto, acreditar que aquelas duas atividades produtoras no fim do século XIX se conservem senão inferiores, ao menos sem coisa que as diference profundamente do modo por que se exerciam há cem anos passados.

Um brasileiro notável, não só pelos seus talentos, mas também pelo seu amor a esta terra, o Dr. Assis Brasil, atribui grande parte

dos males, que nos afligem, ao desvio das nossas atividades do leito que a natureza lhes indicou.

> É vergonhoso, — diz êle no livro que tenho diante dos olhos, a *Cultura dos Campos*, — que o nosso país dispondo de uma enormidade de terreno, tão fértil como o que mais o fôr, não tenha sequer a independência do próprio estômago, e vá pedir ao estrangeiro os gêneros mais necessários à vida! O Brasil importa por ano mais de cem mil contos de réis em gêneros alimentícios só das Repúblicas do Prata. Uma estatística publicada no *Jornal do Comércio* e citada pelo Dr. Luís Pereira Barreto, na *Revista Agrícola* de São Paulo, mostra que a importação total de gêneros alimentícios, entrados só pelo *pôrto do Rio de Janeiro*, subiu a mais de cento e vinte e um mil contos de réis, em 1893... Bastaria estancar essa horrível sangria para que o mau câmbio e muitos outros sintomas de anemia nacional desaparecessem. Mas longe de a estancar fazemo-la engrossar assustadoramente.

Em 1892 a importação do milho por Santos e Rio computava-se em 142.000 sacos; em 1896 atingira a progressão espantosa de 1.500.000!

> O feijão, — acrescenta o mesmo publicista, — chegamos ao aperfeiçoamento de o receber do México e do Chile, dois países longínquos, quase nossos antípodas. O do México vem ainda com escala por New York. Recebemos arroz da Índia, que nos fica do lado oposto do planêta e que não tem terras melhores do que as nossas.

Como sustar essa ruína econômica?

O remédio encontra-o o Dr. Assis Brasil, não em empréstimos, nem em impostos, mas em administrar melhor e produzir mais, e principalmente em variar de lavoura, de modo a não ficarmos a uma só amarra, como tem acontecido, graças à superstição do café.

O autor da *Cultura dos Campos* pertence à classe dos espíritos cultos, que não acreditam muito na metafísica dos economistas. A sua escola é a do Conde Oxenstiern, o prudente estadista sueco, o qual, tendo governado o seu país por longos anos, dizia ao filho, seu sucessor na direção dos negócios públicos, que êle não precisara de mais de duas ou três máximas para resolver tôdas as questões de política e administração.

> São os especuladores dos povos, — pondera o ilustre diplomata brasileiro, — quem tem criado uma atmosfera de mistério em tôrno das palavras *economia e finanças*.

É indispensável, portanto, simplificar o problema, arrancando-o à retórica dos que vivem dessa ciência. A solução virá espontânea, desde que o nacional se disponha a pedir à terra as suas riquezas e tenha coragem para valorizar o seu trabalho.

O livro do Dr. Assis Brasil com ser essencialmente prático, é sobremodo sugestivo para produzir os efeitos imediatos que se têm em vista.

Basta aplicar um pouco de atenção e de bom senso aos capítulos que se referem às plantas forraginosas existentes nos nossos campos, para se reconhecer quanto somos perdulários por pabulagem e pobres por desídia. Há nada mais simples do que a ensilagem dos pastos? Entretanto, a importação de feno faz ainda avultar a do pardo milho e do feijão, provas do que ainda podem entre nós "a rotina, a indolência, e a covardia moral oriunda da ignorância".

Em boa hora lembrou-se a *Sociedade Brasileira Para a Animação da Criação e Agricultura* de difundir gratuitamente a obra do Dr. Assis Brasil, buscando, de acôrdo com os conselhos do autor e à imitação do que se pratica em França, introduzi-la como leitura nas escolas públicas para os alunos mais adiantados. Seria um meio de ir desde logo familiarizando o nacional com as noções de agricultura e quiçá despertando a vocação daqueles que melhor do que em outra profissão encontrariam nesta os complementos de sua felicidade.

Todavia, parece-me que a propaganda não deveria parar aí. Penso eu que de tôdas as necessidades a mais urgente é a de dissipar a ignorância, a qual, como bem o afirmou o Dr. Assis Brasil, constitui a causa primordial da rotina e da desídia. Quem não sabe é como quem não vê. Muita gente há pelos nossos campos que deixa o gado morrer a míngua, por não achar quem lhe aponte com o dedo aquilo que está ao alcance da mão e com que poder-se-ia alimentar manadas e rebanhos em épocas mesmo de penúria.

A escola prática para o operário agrícola seria talvez um meio conducente ao desentorpecimento das faculdades dos que por êsses sertões jazem sem exercício.

Agora mesmo acabo de prefaciar um livro do Professor Rocha Pombo, em que êsse distinto paranaense desenvolve um projeto de escolas mistas, nas quais, ao mesmo tempo que se poderá preparar o agrimensor, o veterinário, o lavrador, na promiscuidade dos campos de experiência, se educará o operário ou o trabalhador, civilizando-o, tornando-o sociável.

Compreende-se, porém, que êsse campo de ação deverá por muito tempo conservar-se restrito à zona de uma propaganda na qual poucos são os efeitos e múltiplas as dificuldades.

O ponto principal, pois, está na escala comum: obrigar a ler não só ao nacional, mas também ao filho do imigrante, que peneira no país tão ignorante como o nacional. Êsse imigrante vem para trabalhar, e é introduzido com o auxílio das classes dirigentes num intuito de aumento das fôrças benéficas da produção e de engran-

decimento da prática brasileira. É indispensável, portanto, que êle não se converta em mero explorador do que já existe organizado, mas que se transforme em agente de progresso simpático e idêntico ao nacional. Nada, porém, se tem feito de eficaz, suponho, neste sentido.

Neste particular parece que os argentinos têm sido mais perspicazes do que nós. E, no momento em que escrevo, encontro uma publicação do Conselho Nacional de Educação de Buenos Aires, na qual se topam curiosíssimas indicações concernentes ao assunto, e que nos podiam servir de estímulo.

Nesse trabalho vê-se a importância que ali se está dando ao censo escolar e aos meios de evitar o abandono da escola. Uma outra idéia que lhes tem merecido carinhos excessivos é a de transformar a aula primária num aparelho de incorporação ou de nacionalização de elemento alienígena. A fôrça de tais agregados é tão grande que na República Argentina mais de uma vez se tem tido ocasião de lamentar a desnacionalização do próprio indígena, só pelo fato de haver êste freqüentado escolas estrangeiras ou confessionais, preferíveis muitas vêzes às do Estado.

A observação é do Dr. Joaquim V. Gonzales, vogal daquele conselho, pedagogista que se não cansa de indicar essa medida como urgente e de alcance vital para o país.

Os brasileiros temo-nos descuidado deploràvelmente da solução dêsse problema nas colônias alemães de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

> Só há caminho, — diz o citado autor, — para chegar a uma solução satisfatória dêste duplo problema: a ampliação suficiente da escola pública, de sorte que possa conter e dar o ensino, de acôrdo com o plano de estudos assentados, ao maior número possível de crianças, que por negligência, ignorância dos pais, são em regra retidos no trabalho e que, quando enviadas às escolas particulares, são logo retiradas, antes mesmo de haverem adquirido o *minimum* de conhecimentos indispensáveis à vida ou quase analfabetos.

Essa providência conjuga com uma questão, que em Itália já tem sido objeto de prescrições muito importantes inseridas no código civil.

Refiro-me à proteção da infância desvalida, que entre nós se oferece como o elemento mais próprio de ser encaminhado para os trabalhos agrícolas. Não são desvalidos sòmente os órfãos de que a sorte atira às sargetas das ruas.

São-no também os que os pais exploram miseràvelmente por faltar-lhes a condição essencial para o exercício do pátrio-poder — o amor e os sentimentos de humanidade. Náufragos da vida, êsses pais, coisa estupenda! alcoolistas, viciosos ferozes, entendem trans-

formar as pobres criancinhas em tábuas de salvação. E elas, frágeis e débeis, que suportem tôda a gravidade da situação, todo o pêso acabrunhador de uma miséria para que de nenhum modo concorreram!

Resta saber se já não digo o Estado, mas as classes dirigentes, de contínuo ameaçadas pela animalidade dêsses desgraçados, devem permanecer indiferentes ao aumento de tal degradação.

Os publicistas que se têm dedicado a estudar esta questão, perguntam se, ao menos no período próprio para a educação, é vedada a intervenção dos governos no sentido de subtrair o menino a êsse pátrio-poder, tão mal exercido, para entregá-lo à escola. Não se deveria considerar esta ação dos governos como supletória do consentimento paterno, *ad instar* de outras instituições jurídicas, como por exemplo o que se pratica nos casos de oposição ao casamento dos menores quando os tribunais verificam desarrazoamento nos pais? Não estará essa atribuição inclusa nas que a lei confere aos curadores gerais do órfão? Com certeza que sim; mas como é inútil esperar de tais órgãos atrofiados uma atividade correspondente à extensão das necessidades criadas pela indústria moderna e pelo progresso ruidoso da sociedade atual, seria de bom conselho legislar de modo que a ação da assistência pública aos meninos desamparados se transformasse numa fonte de benefícios menos ilusória.

No projeto de constituição para o província de La Rioja encontra-se êste dispositivo: "Ficam proibidas tôda a ocupação que interrompa a educação dos menores até a puberdade, os contratos por serviços pessoais antes da emancipação ou maior idade, em todo caso, ocupações nocivas à saúde."

Não seria tempo de legislarmos no mesmo sentido?

Aí está um campo de propaganda para o qual não se volveriam infrutìferamente às cogitações do Dr. Assis Brasil e da *Sociedade Brasileira Para a Animação da Criação e da Agricultura.*

É preciso dirigir a infância desamparada para os riquíssimos campos de nossa terra; e os imigrantes prometem fornecer um grande resíduo para a formação de núcleos agrícolas, onde se preparem os futuros operários da nossa lavoura.

Conta Rabelais nas imortais aventuras de Pantagruel que, tendo êste herói chegado ao extremo limite dos mares glaciais, ouvira palavras misteriosas, que, estalando no espaço, vinham ferir-lhe os ouvidos de um modo singular. Quem tê-las-ia proferido, se não havia naquelas regiões senão focas e ursos-brancos? O comandante do navio, então, explicou-lhe o fenômeno estranho. Havia anos que ali se dera um combate entre dois grandes exércitos. E, como o frio nesse ano fôra de uma intensidade sobrenatural, os ruídos da peleja, os relinchos dos cavalos, os clamores dos soldados, os gemidos

dos moribundos, as vozes dos generais, tudo ficara gelado nos espaços. Eram estas palavras, êstes sons que, agora derretendo-se, tornavam-se sensíveis aos ouvidos do filho de Gargântua.

Dir-se-ia que o mesmo fenômeno se opera no Brasil com as opiniões dos publicistas que se ocupam com assuntos de instrução. Os seus conceitos, uma vez proferidos, agitam os que o ouvem por segundos e congelam-se no ar.

Todavia, como não sou pessimista, espero que essas opiniões se derretam, se difundam e voltem a impressionar os ouvidos e a imaginação daqueles que as deixaram perder-se como as brisas do oceano glacial.

Rio, 17-9-1900.

## IX

## DOIS POETAS SIMBOLISTAS [6]

*Gazeta de Notícias,* 25-9-1900

O marinheiro curtido de tempestade, no hábito de conversar com a vaga misteriosa, não se ilude quando vê o mar tranqüilo demais. É que o mar incuba a cólera da tormenta ainda oculta nas dobras do horizonte. Ergue-se então súbito e solta a pupila vigilante atrás de um ponto incerto do oceano.

A vaga surge escura e avança tímida; mostra-se, entretanto, mansa; não vem revôlta, nem esfrola espumas; e a sua superfície líquida, verde-negra, alisa-se como o dorso do felino traiçoeiro. Em tôrno nada denuncia senão sossêgo. O céu límpido, o sol brilhante, o ar quieto. Todavia, sente-se no ambiente um surdo arquejo; êsse torpor da natureza, êsse silêncio enigmático é o prólogo de alguma coisa que se avizinha embuçada na hipocrisia dos elementos, solidários contra o homem.

O céu e o mar empalidecem e conspiram como Cassius e Brutus.

Alguns minutos mais, e o clangor dos ventos e o rugido das ondas enraivecidas estouram na revolta como de fôrças indomáveis. A tormenta salta ao pego profundo e os rochedos tremem sacudidos pela tormenta que assombra o espaço.

A embarcação estala, mergulha e despedaça-se; os náufragos dispersos são uns cuspidos ao acaso pelas praias, outros engolidos pelo oceano.

O marujo, que conseguiu, porém, salvar-se, varando nos destroços de um mastro alguma ilha deserta, e por navio inesperado foi

---

[6] Félix Pacheco. *Via Crucis*. Rio de Janeiro, 1900. Carvalho Aranha. *Teias. Eu*. São Paulo, 1900.

restituído à pátria, um dia, junto à mesa de um *ship chandler,* narra comovido o que viu e o que ouviu; a narração inflama-lhe a imaginação; exalta-o a eloqüência; e a procela, que se agita retrospectivamente em sua mente, passa inteira para os corações ainda virgens de tempestades dos que o escutam.

O poeta verdadeiro há de ser como êsse marujo; uma imaginação que vibre à lembrança do que viu, do que sentiu, atravessando a vaga túmida das paixões humanas, ou que o adivinhe, perscrutando o silêncio da vida onde muitas vêzes oculta-se o drama, senão a tragédia sangrenta e pavorosa.

O poeta há de ser isto; ou será lírico, quando não propenda para o cômico.

O que eu não compreendo é a poesia puramente cerebral, a que nasce de uma ansiedade indefinível resultante da anemia da volição gerada pelo pessimismo.

Tal poesia, oriunda de uma espécie de reumatismo da alma, usando de engenhosa expressão de Mme. de Sevigné; tal poesia começa por mutilar o coração e, eliminando assim a própria essência da vida neste mundo, acaba por descobrir o sentimento e perder o significado dos nossos destinos afetivos.

Ora, neste ponto eu penso com Emerson, quando dizia que o poeta não é uma cabeça cheia de guizos, mas um coração que ressoa em consonância com o seu tempo e o seu país.

O autor da *Via Crucis,* em boa hora o diga, não veio felizmente chocalhar-me o cérebro com os guizos a que aludia o célebre ensaísta americano. Os seus versos excluíram os moinhos de palavras; e a sua lira desprendeu-se da ponta do rochedo do invisível. O coração palpita-lhe na terra; nem o cantor pôs-se a salmodiar no espaço a litania da nostalgia celeste, com o ôlho petrificado num ponto fixo da esfera de que jamais conseguirá aproximar-se.

Na "Panóplia Azul" êle conta o que foi e diz o que será. Se passou pelas catedrais, e ainda em sua alma de poeta badalam sinos e ouvem-se preces, tudo isto já soa longe, e o sonhador solta a estrofe em busca de continentes novos e inexplorados:

Usei arma da Fé, fulgurante de gemas,
Arma de oiro, sem gume, arma que não vitima,
A cada golpe seu jorrava a Estrofe, a Rima;
Em vez de ondas de sangue espadanavam Poemas,

Fui cético; vibrei Dúvidas e Dilemas.
A Nevrose empunhei que tortura e dizima
O Sonho, lança azul, brandi, que fere e anima
Sôbre alfanges gravei Rancôres como Lemas.

Desferindo o vôo como o Satanás de Milton na direção do Sol, não tarda volver os olhos para êsse canto do Paraíso em que se abriga a criatura humana, e então assalta-o a inveja profunda do amor e da ambição que se fruem nesta terra pobre, mas em todo caso apetecível.

*Ânsia de luz!* diz o poeta. Êsse grito é precursor de outro. Ânsia de viver — de sentir o que há de capitoso na vida sublunar!

*Via crucis!* E por que não — primeiras torturas do ideal?

Que faz Félix Pacheco nos versos que compõe, liberto do casulo antigo, senão pousar de leve em todos os sentimentos que alegram e glorificam, abatem e supliciam esta triste humanidade?

Dominado pela nevrose de uma curiosidade afetiva, êle pressente o assombro que nesses mesmos sentimentos a vida traduz ainda pelos aspectos mais comuns.

Que a sua poesia vibra a êsse contacto, não há que duvidar. Se é verdade que a sensação que reponta na estrofe nem sempre é sobreaguda, e a expressão apenas contém uma violência de aparato, não é menos certo que em algumas delas descobre-se uma vibração, cuja intensidade não se perde nas banalidades das lamentações de amor.

O defeito do poeta reside principalmente no seguinte: as suas qualidades emotivas parecem andar pedindo assunto em que se encarnem e que as exprima, quando seria mais razoável que o objeto poético, invadindo-lhe o campo da consciência, antecedesse ao desenvolvimento da paixão.

Daí um requintado na frase, um sobreexcesso de colorido na imagem, um hipertrofiamento na adjetivação, que com irrecusável vantagem podiam deixar-se substituir pela notação simples das modificações da sensibilidade aguçada pelo estado ditirâmbico.

Não lhe façamos carga por essa intemperança de artista nôvo.

Quem escreveu o "Ofertório", "Argonautas", "Intangível", "Símbolo dos Símbolos", "Never More", "Pesadelo", tem direito a ascender a um degrau mais acima da escada do Parnaso.

E, para que se não suponha que exagero, aqui transcrevo uns versos, que, se não me iludo, são traçados por um poeta. É o sonêto "Nela Miséria":

Ah ! com que dor acerba recordamos
De outros tempos as galas feiticeiras !
Restam-nos só Crepúsculos e Poeiras,
Vê tu que espectros fúnebres os ramos;

Roxas perpétuas, tristes como freiras,
Nascem sôbre os caminhos por que andamos
O tenebroso canto que escutamos
É o das tôrvas corujas agoureiras.

Uma Tôrre no chão, desfeita em Ruína,
Duas sombras estranhas e esquecidas,
Cumprindo Agonia e mesma Sina...

Que importa ao Mundo vário um Sonho morto?
Unam-se numa só as nossas Vidas:
Uma Angústia comum vale um Confôrto.

Não posso dizer tanto, nem com tanta franqueza, de um nôvo que se encarregou êle próprio de quotar o merecimento de sua obra.

Refiro-me a Carvalho Aranha, autor de uma coleção de "canções sem metro", e que aparece com o título geral de *Teias*, sugeridas talvez pelo nome de quem as entreteceu.

O volume de que me ocupo traz o subtítulo de *Eu*. Os seguintes volumes esgotarão a lista dos pronomes pessoais: *Tu, Êle, Nós, Vós, Êles.*

"Êste livro, diz o escritor sem embaraço, de há muito anunciado por tôda a imprensa do meu país, com imerecidas palavras de animação...."

Vê-se, pois, que o novel escritor está possuído de uma profunda comoção diante da publicidade em cujos resultados confia, persuadido como se acha de que o público não o perde de vista e que a obra vai ser lida com sofreguidão. É natural num inexperiente essa ilusão; e não serei eu que o tente desiludir.

Não devo, porém, deixar de pôr alguns reparos num fato. Carvalho Aranha tem a preocupação do estranho e por um pouco que não se coloca na situação do que a crítica francesa chama um egoísta, um Maurice Barrès, por exemplo. Mas Maurice Barrès escreveu *Sous l'oeil des Barbares, Le jardin de Bérénice, Les derracinés,* onde em todo caso a imaginação desculpa o que porventura haja de excessivo, mesmo mórbido, no orgulho de um artista sistemático.

Ao brasileiro não sei se falta essa qualidade; o que pude verificar, percorrendo as páginas do seu *Eu,* é que êle não pensa senão em deificar as suas superlatividades de poeta, único talvez no amor.

O objeto dêsse amor, um simples pretexto. No seu intensíssimo subjetivismo, o autor das *Teias* esquece-se de celebrar a dona dos seus anelos para mostrar o infinito da sua mente de sonhador e a presença de seu estro. Não é, como sucede no poeta da *Via Crucis,* o coração que palpita nas páginas do livro, mas a cabeça que extravasa atrás de um ideal de egoísmo inominado.

Vós e quedas, — escreve Carvalho Aranha, — Condor rapace demandando, galhardamente, na alucinação das altíssimas ascensões, as meias-tintas intraduzíveis, reflexo pálido de cordilheiras e cordilheiras, o bico, de rapina, aberto, na ânsia de estraçoar os sinos que te viram, mil vêzes bendita, nascer; serpe chocalhante, humílima como os amigos, quando animados em tudo, coleando, na sombra impenetrável, onde as

> flautas finíssimas do mêdo erriçam o cabelo do viandante incauto, por noite velha.
>
> Ah ! se para sempre a víbora nojenta conseguir prender a cabeça achatada à cauda, que atroa o bosque no guisalhar irritado, o *Eu* terá resolvido o problema asfixiante do que o vulgo denomina, desta vez sem a imbecilidade e perfídia proverbiais, um homem ditoso.

É ou não estranho, para não dizer extravagante, o que aí fica transcrito?

Essas "flautas finíssimas do mêdo", no rebuscado da imagem e na impropriedade da aplicação, ao estado de um viajante transido pela solidão moral, sofreriam a mesma censura que Longino opôs aos escritores insóbrios, comparando-os aos hidrópicos, que quanto mais inchados tanto mais perseguidos pela sêde.

O poeta do *Eu* nos "seus séculos de insônia" não se lembrou seguramente de uma circunstância para a qual o tempo e a experiência chamar-lhe-ão, mais cedo ou mais tarde, a atenção.

A arte não é o extravagante. E se assim fôsse não haveria na *Inês de Castro*, de Camões; no *Hermann e Dorotéia*, de Goethe; no *Paulo e Virgínia*, de B. de Saint Pierre; na *Graziela*, de Lamartine; nos *Cegos*, de Maeterlinck; no *Inocente*, de G. de Anunzio; no *Caminho dos Gatos* e no *Desejo*, de Suderman, na *Sagesse* do próprio Verlaine, e em tantas outras obras em que a clareza da concepção pede meças à simplicidade dos meios empregados pelo artista para chegar ao máximo de intensidade de expressão.

Mas a originalidade?

Quanto à originalidade, vem ao caso repetir-se a sentença de Schopenhauer: "Na moral, a boa vontade é tudo; mas na arte não vale nada."

Sendo o estilo a fisionomia do espírito de cada um, é preciso que êsse cada um tenha nascido com a capacidade de descobrir aspectos novos em coisas velhas.

O mais é torturar a pobre alma em vão e querer saltar por cima da própria sombra, como dizem os positivistas que fazem os metafísicos quando tentam explicar o espírito humano.

Sempre que assisto aos esforços inúteis empregados por êsses caçadores de borboletas invisíveis, lembro-me de um apólogo de Goethe que os alemães muito apreciam.

Intitula-se êsse apólogo "O Discípulo do Feiticeiro". Trata-se de um rapaz que se pusera a aprender feitiçaria com um velho bruxo, cuja ciência misteriosa trazia espantada tôda a região em que os seus podêres mágicos se exerciam. O aprendiz andava ainda muito pêco na arte que lhe ensinavam, ou porque não desse para aquilo, ou porque fôsse cedo para meter-se a feiticeiro; não obstante isto, um dia percebeu que o mestre possuía palavras cabalísticas em

virtude das quais dava vida às coisas inanimadas. Então viu um fato surpreendente; o bruxo a cochichar com um cabo de vassoura, o qual, imediatamente, adquirindo as faculdades de um criado diligente saiu com um balde e daí a pouco voltou da fonte trazendo-o cheio de água para lavar a casa. O rapaz guardou as palavras que escutara e esperou a primeira ocasião para experimentar o seu progresso na magia.

Com efeito, logo que o mestre se ausentou, êle aproximou-se do cabo de vassoura, e deu-lhe ordens, usando das expressões que guardara de memória.

O estranho criado obedeceu *incontinenti*, e não só executou a ordem fielmente como repetiu as viagens à fonte, insurgindo-se contra o amo improvisado a cujas palavras agora não atendia.

Só nesse instante o imprudente rapaz lembrou-se de que não dera atenção aos vocábulos de contra-ordem, que os havia decorado. Pode-se imaginar o seu terror. Recorreu aos rogos; exortou; imprecou. Nada. O cabo de vassoura continuou na faina. Passou a descomposturas e ameaças. O mesmo resultado. Desesperado, então, tomou de um machado e, avançando para o terrível cumpridor de ordens, partiu-o de meio a meio. Foi pior. Agora eram dois a transportar baldes d'água e a inundar o pavimento. Nova agressão a machado; novos criados.

E, assim despedaçado, fragmentado o cabo de vassoura, já não eram aguadeiros, mas uma legião dêles, numa vertigem medonha, em vaivém contínuo, da casa para a fonte e da fonte para a casa, a conduzir baldes e a despejá-los em tamanha abundância que não tardou em transformar aquela brincadeira da cabalística em verdadeira inundação.

É ao tempo que o velho feiticeiro chega para salvar da morte o autor daquela calamidade e puni-lo por ter abusado de segrêdo mal compreendido.

Mme. de Staël, em cuja versão li esta fábula interessante, pensa enxergar nela uma sátira de Goethe àqueles que sem jeito procuram imitar os grandes segredos da arte.

Meditem-na os descuidados e premunam-se de imprudências literárias que possam um dia colocá-los em situação tão aflitiva como a do aprendiz de magia negra.

Rio, 24-9-1900.

## X

## OS RAROS[7]

*Gazeta de Notícias*, 2-10-1900

É êste o nome que Rubén Darío dá aos escritores modernos que, conquanto não sejam pròpriamente gênios, todavia caracterizam-se por uma profunda divergência de gôsto e expressão inimitáveis.

Grandes são, por exemplo, Chateaubriand, Balzac, Victor Hugo, Emílio Zola. E o são seguramente porque, abrangendo na órbita de suas obras as sensações que mais interessam à coletividade, usam uma linguagem universal e dirigem-se ao grande público. Ao lado, porém, dêstes mestres surgem artistas, que tudo podem pretender, menos ser apreciados pelo vulgo; e a razão por que assim andam afastados da multidão está em que êsses artistas não se filiam a escolas, nem representam as correntes caudalosas do pensamento humano: excêntricos e desabusados, como verdadeiros quiosques do espírito e da imaginação, se deixam colocar à margem da estrada por onde passa o redemoinho do século, e aguardam a visita apenas dos viandantes desgarrados ou dos gulosos de curiosidades teratológicas ou de sensações delicadas.

Querem a sensação do raro em literatura? Pensem em Henrique Heine, em Stendhal, em Edgar Poe, em Baudelaire. Será impossível fazer com que o povo leia êstes autores. Mas que sabor esquisito não encontra o homem de letras nos seus livros e na individualidade picante de cada um dêles?

Rubén Darío procurou escrever um livro mais ou menos no gênero dos *Grotescos*, de Th. Gautier. Todavia, cumpre notar que nem todos os escritores por êle designados possuem rigorosamente aquelas qualidades. Neste caso acha-se Ibsen, que embora tenha escrito algumas obras raras, tende pelo seu gênio universal a conquistar a atenção das massas e a invadir o teatro, sinal certo de que o seu talento não exclui a comunicação com o grande público.

Do autor de *Los raros* sei apenas que é môço, e que pertence ao círculo dos novos que em Buenos Aires procuram acompanhar o movimento literário da Europa; que há tempos redigiu com Jaimes Freire a *Revista de América*, e que colaborou na *Biblioteca*, periódico hàbilmente dirigido por Paul Groussac, um dos escritores platinos de mais alevantados méritos como estilista.

No seu entusiasmo pelos novos ideais, Rubén Darío tomou como lema combater os fetiches e opor-se aos iconoclastas. A literatura, pois, afigurou-se-lhe logo um organismo vivo e solidário com o seu passado.

---

[7] Rubén Darío. *Los Raros*. Buenos Aires.

Tão absurdo é repelir os que chegam com o pensamento de renovar a arte, como desprezar os monumentos respeitados pela crítica de todos os tempos.

> Levantar, — dizia êle, — oficialmente a bandeira da peregrinação estética, auxiliando o visível esfôrço com que se empenha a juventude da América Latina para conduzi-la aos Santos Lugares da Arte e aos desconhecidos Orientes do Sonho — eis o nosso propósito.

Daí a sua paixão pelos raros, ao menos na expressão, e o seu fanatismo por êsses espíritos originais, em cuja convivência se descortinam, particularizando-se os segredos da arte de traduzir as sutilezas do pensamento.

A galeria é encantadora. E a fisionomia dos poetas e escritores que aí se encontram deixa na retina a impressão como de figuras esboçadas pelo processo dos aguafortistas; as deformidades dêsses espíritos se tornam mais visíveis.

Rubén Darío possui incontestàvelmente o dom de interessar; e se na crítica de merecimento de cada escritor nem sempre parece exato, não sucede o mesmo quando êle fere as características dos criticados e destaca, segundo a sensação que lhe causam, as anomalias de concepção e as excentricidades de estilo.

O volume abre-se pelo perfil de Leconte de Lisle, a quem o crítico desejaria que tivessem feito funerais homéricos, queimando-lhe o corpo numa fogueira de madeiras odoríferas, em tôrno da qual um côro de poetas cantasse as suas odes e rapsodos recitassem as suas estrofes divinas. Só assim se honraria dignamente a memória de um homérida ressurgido no século XIX.

Na sua opinião, êsse desertor da Hélade, apesar da sua serenidade olímpica e marmórea, assumiria de súbito o aspecto de um jovem Pã "que vagasse pela montanha sonora, possuído da febre da harmonia, em busca dos caniços de que tiraria a sua frauta rústica, e a quem Apolo daria uma lira ensinando-lhe ao mesmo tempo a arte de arrancar de suas cordas sons sublimes".

Leconte de Lisle descobrira o segrêdo de comunicar movimento e vida aos monumentos antigos; e, como ninguém, soube reproduzir a sensação que os gregos naturalmente experimentavam diante dos produtos de sua arte olímpica. Essa palingenesia, êle a realizou com uma solenidade e amplidão de formas que não poderão ser fàcilmente imitados; e o valor de suas obras excede a quanto se possa desejar em matéria de pureza de linhas e sobriedade de ornatos.

Passar do autor dos *Poemas Antigos* para Verlaine é o mesmo que sair de um templo grego para entrar num bosque entremeado de retiros amorosos.

Imagine-se um sátiro que se houvesse evadido dos bosques de Afrodite e se convertesse em lastimoso trovador, mas em trovador agora armado cavalheiro andante, e mais logo, de cogula num convento, adorando as chagas de Cristo e a hóstia consagrada.

E dizer-se que êsse violador de hamadríadas foi o poeta mais comovido dêste fim de século!

E Villier de L'Isle Adam?

Êste era um rei. A sua prosa, um manto roçagante em que o gênio peregrino da fantasia se envolvera para que ninguém ousasse pôr-lhe as mãos. Escolheu para morada um dos castelos imaginados pelo Ariosto; e fêz guardar a porta por uma águia e um unicórnio.

Descendente de antigos servidores da grande Ordem de Malta, meio louco, meio gênio, fêz em literatura verdadeiras evocações disbólicas. A sua *Eva Futura* é uma obra de feitiçaria que assustaria ao próprio Édison. *Axel*, poema hermético da castidade e do triunfo da pureza sôbre a carne, pôde mais na imaginação dos jovens estetas do que o *Lohengrin* de Wagner, apesar dos encantamentos da música de Beyreuth.

Para contrastar com essa fidalguia desdobrada através da alma de um quase ocultista, Rubén Darío dá-nos em seguida o retrato de um feroz, a quem William Ritter chamara "o verdugo da literatura contemporânea".

Leon Bloy, que a imprensa francesa finge ignorar, é a renovação do Aretino nas galas de estilo de um parisiense revoltado contra a autoridade dos mestres consagrados. O paradoxo religioso é o seu forte. E a sua maneira de agredir se torna original por uma extranhíssima fusão do estilo dos profetas bíblicos com o calão de Rabelais.

Quer o leitor um tipo mais raro do que o dessa Rachilde, escritora de extraordinários dotes de espírito, que aos dezenove anos, guardando inteira a sua pureza de virgem, podia escrever livros que fariam enrubescer os apóstolos de mármore do Vaticano?

Essa mulher, de quem Maurice Barrès dizia "que aquêles que gostam do raro e examinam com inquietação", é uma coisa fenomenal: uma Santa Teresa de Jesus, agitada por sonhos de uma descomunal lubricidade patológica e que o descreve com a febre do estilo de um J. J. Rousseau. Parece incrível!

> Figure-se, — diz Rubén Darío, — o doce e puro sonho de uma donzela, cheio de brancuras, de tons suaves e delicados, uma festa eucarística, uma páscoa de lírios e de cisnes. Então aparece um demônio — Behemot, por exemplo — o mesmo de Tamar, o mesmo de Halagabal, o mesmo das possessas de Lodum, o mesmo de Sade, o mesmo das missas negras: e eis que naquele sonho casto brotam as flôres roxas das aberrações sexuais, os extratos e aromas que atraem os íncubos, as visões loucas de vícios incógnitos e desoladores, os beijos envenenados e malignos dos bruxedos, o crepúsculo misterioso, em que se juntam e confundem o amor, a dor e a morte.

Pois a verdade é que essa mulher, numa linguagem admiràvelmente sugestiva, por uma série já bastante extensa de obras, tem oferecido aos paladares mais discretos estudos de aberrações que excedem em terror a tudo quanto os psiquiatras possam ter observado na clínica dos manicômios.

Que se trata de uma escritora e de uma artista vê-se desta página que o crítico transcreve:

> Em nossos dias há instigadores de idéias, como antes havia condutores de lôbos, pois em nossa época, chamada moderna, mil vêzes mais sinistra do que a sangrenta Idade Média, são necessárias aparições mil vêzes mais flagelantes; e êsses condutores, guiando suas idéias carniceiras ao assassinato das velhas teorias, dos velhos princípios, abrindo loucamente os olhos do espírito, são também os precursores do Angelus!
>
> Loucos são os que não compreendem que os tempos estão próximos, porque os açuladores de idéias se sucedem com assombrosa rapidez na linha sombria do horizonte!

Muitos outros perfis, cada qual mais interessante, atravessam as páginas do livro de Rubén Darío: J. Richepin, J. Moreas, Theodoro Hannon, o Conde Lautreamont, Max Nordau, G. d'Esparbes, Augusto de Armas, L. Tailhade, Eduardo Dubas, José Martí, Eugênio de Castro.

A nenhum, porém, o autor de *Los raros* dedicou tamanhos elogios como a Edgar Allan Poe.

Belíssima é a página em que o crítico descreve a sua chegada a New York, e a maneira por que o despertou do horroroso tumulto de Broadway o espírito de cantor de Lenora. Ao espanto que lhe causaram os ciclopes da ilha de Manhatan, sucedeu o enlêvo da arte e do ideal.

> Caliban, — diz Rubén Darío, — reina na ilha de Manhatan, em São Francisco, em Boston, em Washington, em tôda a América. Êle conseguiu estabelecer o império da matéria, desde o seu estado misterioso com Edison, até a apoteose do porco, nessa abracadabrante cidade de Chicago. Caliban satura-se de whisky, como, no drama de Shakespeare de vinho, e se desenvolve e cresce; e sem ser escravo de nenhum Próspero, nem martirizado por nenhum gênio do ar, engorda e se multiplica: seu nome é Legião.
>
> Dentre êsses monstros, todavia, permite Deus que brote algum ser de natureza superior que estende as asas à eterna Miranda do ideal. Então Caliban move contra êsse gênio a perversidade de Sicorax: e o desterra ou o assassina. Assim apareceu no mundo Edegar Poe, o cisne desventurado, que melhor conheceu o sonho e a morte.

Êsse contraste da fôrça material com a beleza, dos instintos do grande com as delicadezas da imaginação, explicava-lhe todos os segredos da extraordinária fantasia do poeta do "Corvo".

Nas ruas de New York, na ponte de Brooklyn se lhe depararam todos os tipos femininos e inolvidáveis, de onde Poe tirou a magia da formusura estranha de Ligéia, o encanto doloroso de Lenora, a apaixonada boniteza de Estela e de Irene, o misterioso fulgor dos olhos de Ulalume e de Anabel Lee; e as sombras vivas de tôdas essas mulheres revelaram-lhe porque ali o Minotauro ainda não devorara a poesia.

Existe o ídolo americano! E ninguém melhor do que o poeta do "Eureka", depois de Shakespeare, soube vibrar essa nota sobreaguda e ao mesmo tempo sombria do coração do homem.

Tem razão Rubén Darío em manifestar tão grande predileção por Edgar Poe. Êsse fantasista é a obsessão dos moços e o desalento dos velhos. A sua influência cresce cada vez mais na alma literária do século; e quanto mais se o lê e se o estuda, mais se verifica quanto êsse torturado penetrou no mundo intermédio da vida e da morte, da realidade e da ilusão.

Nunca em obras da arte escrita se mostrou uma imaginação tão perfurante; nem houve quem como êle soubesse dar à fantasia êsse caráter raciocinante que distingue as suas evocações.

Foi Edgar Poe que verdadeiramente descobriu que as coisas materiais têm uma fisionomia e uma alma como o homem, para o sentido estético; outrossim que existem Emênides dormindo escondidas por trás dos fatos mais insignificantes da vida. Basta para o sentir ler *The Fall of the House of Usher.*

Só depois de Poe pôde ser compreendida a parte criptogrâmica que ela tem de puramente estrutural.

Não é pois embalde que se recorre às suas páginas para obter os segredos da composição artística; e nenhum retórico já pôde ensinar como êle de que se desmonta e remonta uma obra de arte no que ela tem de puramente estrutural.

Ainda a Poe devemos o estudo mais profundo que se tem feito até hoje sôbre a psicologia da *atenção* como faculdade artística. Nenhum esteta percebeu de modo mais claro a necessidade de economia do esfôrço na produção dos efeitos artísticos. Daí a lei, que êle erigiu em princípio básico de sua retórica, isto é, que a obra de arte não deve ser por forma alguma extensa, e que para que adquira a perfeição e nada perca no concernente às energias da expressão, é indispensável que não exceda os limites de uma primeira intenção inspiradora.

Não foi o autor do "Corvo" um produto do alcoolismo, como muita gente ainda supõe, graças à calúnia repetida de Griswold; Ingram dissipou essa legenda: e se bem que não recusasse acreditar nos acessos de tristeza que acabrunharam o poeta e o levaram a desvarios de conduta, não é menos exato — e êle o afirma — que du-

rante essas crises a sua musa emudecia de todo, nunca permitindo que as buscasse como recurso contra a ausência de inspiração. Ao contrário disso, o amante de Lenora nunca sentiu o estro tão afinado como quando, feliz e na plenitude das suas fôrças produtivas, dominava a imaginação, impondo-lhe o critério de suas altas faculdades de homem que sabe o valor do raciocínio.

São inteiramente desconhecidas as composições que Poe houvesse realizado durante aquêles períodos negros de sua vida de artista amargurado.

Êsse raro, pois, não servirá jamais de preceptor aos poetas que ainda cuidam em substituir a estética pelos paraísos artificiais.

O que em Edgar Poe encontrarão todos será uma profunda subordinação da arte à ciência e à razão.

## XI

## A NOVA FASE DO DIREITO CIVIL

*Gazeta de Notícias*, 9-10-1900

Os escritores italianos sempre se distringuiram pelas suas qualidades emotivas.[8] Se é verdade que os franceses se fizeram em todos os tempos apreciáveis pela clareza e pelo método, não é menos exato que muitas vêzes êles têm nos deixado, à força de generalizações prematuras, perplexos entre o brilhantismo da exposição de um vago cepticismo e as seduções de um ideal de contínuo renovado pelo espírito *frondeur* que caracteriza a raça. Não acontece assim aos compatriotas de Dante. Em todo o escritor italiano há uma alma profundamente apaixonada e ardente, na qual os problemas sociais ou humanos se esboçam sob um aspecto dramático, senão trágico.

O grande Maquiavel, com ser um profundo filósofo, não deixou em alguns dos capítulos do *Príncipe* de confinar com as mais sombrias passagens do *Inferno* de Alighieri. Nada mais difícil de encontrar em Itália do que um espírito perfeitamente igual ao de J. J. Rousseau. A alma trágica do florentino seria incapaz de se associar a um movimento de origem democrática e produzir essa miragem que a Constituição Revolucionária se traduzira nos direitos do homem abstrato. O gênio italiano jamais prescindiu de um conceito de política concreta, em que se percebessem as pulsações do sangue

---

[8] Enrico Cimbali. *A Nova Fase do Direito Civil, em suas Relações Sociais e Econômicas*. Trad. de Aderbal de Carvalho. Rio de Janeiro, Editor Francisco Alves, 1900.

e os impulsos do coração de quem governa. Daí esta *plástica da ambição*, que na frase feliz de Ferrari constituía o segrêdo dos escritos do grande secretário da República de Florença.

E tal tem sido a fôrça dêsses hábitos de meditação impressos pelas lutas políticas ocorridas na península, que os publicistas, ainda os mais elevados do liberalismo francês, como Filangieri e Rossi, nunca se mostraram completamente isentos dessa comoção oriunda da experiência diuturna de uma raça, de tôdas a mais trabalhada pela dinâmica revolucionária.

O francês descança fàcilmente no ideal risonho da liberdade e propaga a sua alegria em farândolas intermináveis, como sucedeu em 1789. O italiano teme a alma humana: empalidece, franze o cenho numa preocupação às vêzes de precito; e surge adiante transfigurado num César ou num Cassius. Combure-o de contínuo a ambição do govêrno; — exalta-o o sentimento do mundo; — e o impulso de uma vontade forte, que, sem ilusões abstratas, modela a plebe, no ponto de vista artístico-político, segundo a alma dos Gracos, quase sempre os conduz à arquitetônica das construções verdadeiramente romanas — os coliseus e os vaticanos políticos.

É por isso que quando vemos os novos civilistas italianos empreendendo a renovação dos institutos jurídicos, os encontramos antes de tudo empenhados em afastar as concepções do individualismo puro, dominados sempre pela concepção altamente sugestiva do Estado.

Agora mesmo tenho diante dos olhos o livro de Cimbali, *A Nova Fase do Direito Civil*, traduzido pelo Dr. Aderbal de Carvalho, o qual não desmente êsse espírito de artista da alma humana com vistas políticas e sociais.

Foi êste notável jurista o primeiro em seu país que tentou estudar os institutos civis sob o critério dos princípios darwinistas. Mas, longe de chegar ao *crudelismo* dos que aplaudem as idéias de Nietzsche, êle buscou infundir no código civil um forte sôpro de piedade, arrancando a bomba de dinamite à mão do anarquista e substituindo-a por um regime contratual tão forte e poderoso que apagasse o incêndio das reivindicações impossíveis e insensatas.

É pelo código civil que se há de principalmente operar a transformação social, porque só na lei civil encontrarão as sociedades prestígio suficiente para o estabelecimento de um antemural aos apetites humanos — prestígio que outrora se ia solicitar das ditaduras consecutivamente a grandes revoluções.

As leis políticas são muito móveis e a ciência da economia política torna-se flutuante, desde que dela se exigem soluções positivas. O remédio, pois, não se há de ir buscar senão na remodelagem das

instituições civis, que é onde a vida humana deixa mais fundamente estratificados os seus verdadeiros interêsses.

> O período individualista, — diz Cimbali, — sob cujo influxo e para cuja disciplina foram escritas as legislações civis vigentes, parece agora destinado a desaparecer, cedendo pouco a pouco o campo ao período da SOCIABILIDADE.. O indivíduo humano abstrato, considerado como o único ente real da vida, como a forma típica da pessoa humana, sujeito absoluto de direitos, entrará, é certo, como parte integrante na composição das futuras legislações civis, mas tendo-se em vista as condições infinitamente múltiplas, a que dá lugar a associação de indivíduos para viverem e trabalharem juntos com o fim de conservar e aumentar o seu poder. E estas quotidianas combinações, nas quais a individualidade humana entra como simples átomo, como molécula elementar com disposição perene a unir-se a outros átomos e a outras moléculas elementares, para formar os tecidos e os órgãos do corpo social e obrar institucionalmente à guisa de função orgânica dos mesmos, constituem outras tantas pessoas, sujeitos de direito, não menos reais e viventes, que a simples individualidade, física e ainda mais e melhor do que esta, enquanto representam a individualidade humana elevada ao estado de organização social.

O vício capital dos códigos reside, pois, em não terem ainda de modo categórico regulado as relações destas entidades, fundando o direito social privado como complemento do direito individual privado.

As desordens do presente são em grande parte determinadas pela irresponsabilidade de fato de tais pessoas jurídicas. Poderosas como fôrças representantes das aspirações da indústria e do progresso, não é para admirar que elas, desenvolvendo-se ao acaso e quase sempre fora da justiça, convertam-se na tirania do número incerto ou do capricho individual do momento.

Cimbali demonstra que por três fases tem passado a evolução das relações jurídicas de ordem privada: a primeira, que se caracterizava pela confusão e completa absorção do elemento individual no social, quando não se sabia o que era indústria; a segunda, em que êsse elemento individual emancipou-se do social e pôde criar a pequena indústria; a terceira e última, na qual se apresentam como problema a reconciliação e reintegração daqueles dois fatôres do desenvolvimento gigantesco, a grande indústria.

Um perigo, porém, se produz hoje e ameaça converter-se em fonte perene de desassossegos sociais. É que a grande indústria, representada antes pelo capital do que pelo operário, não se deixou ainda desapossar de privilégios de que naturalmente se considerou sucessora, logo que o individualismo arrancou às classes antigas desmoronadas pelo movimento revolucionário, e no momento que atravessamos recusa-se entrar no direito comum. Daí leis de exceção,

cavilosas nos seus intuitos, às quais a economia política oferece o flanco para a fuga diante dos tribunais.

Cimbali exprime a necessidade de dissipar as anomalias criadas pela invasão dessas novas relações sociais e econômicas na ordem jurídica.

> A economia política, — diz êle, — ocupa-se em determinar o seu melhor uso e o seu melhor destino [do patrimônio da sociedade moderna] com o intuito de conseguir a máxima vantagem com o mínimo dispêndio possível. É mister agora que o direito se ocupe também, debaixo de outro aspecto, como lei suprema da sociedade, em determinar e regular, tendo-se em conta sua natureza e seu mister, a razão e a ação dos sujeitos singulares a quem tais bens se enlaçam, com o fim de manter o equilíbrio entre as fôrças indefinidamente várias e perenemente atuantes e reagentes dos diferentes organismos e elementos sociais, assinalando a cada um aquela esfera de liberdade e de propriedade que lhe compete para viver e desenvolver-se sem prejudicar a vida e o desenvolvimento de todo o organismo social. O mundo econômico com suas fôrças e seus elementos em ação laboriosa e fatigante, para tornar vitoriosa a batalha da vida, oferece a matéria ao mundo jurídico, cujo dever é manter a ordem e a justiça — fôrça específica da sociedade — como se disse magistralmente, do mesmo modo que a afinidade o é das substâncias químicas, a vital das orgânicas, a psíquica das animais — determinando a esfera e a medida da ação de cada organismo para garantir a vida e a ação proporcional de todos.

Não quer o civilista italiano afirmar com isto que se tenha deixado de legislar no sentido dessas necessidades sociais; mas é que as leis não dissimulam o critério vicioso de onde têm emanado. Na Áustria e na Alemanha, por exemplo, se têm elaborado e promulgado regulamentos, organizando a indústria e estabelecendo regras para o trabalho e para a vida contratual entre capitalistas e operários. A própria designação do assunto mostra a tendência de auxiliar com o apoio tutelar da lei o operário, que, só tendo por si o seu braço, entregue à ação da livre concorrência, não tarda cedê-lo a vil preço, diante das excruciantes condições que lhe são impostas pelos capitalistas. Tais regulamentações, todavia, ainda flutuam nos círculos das escolas filosóficas. A exagerada tutela do Estado pode por fim passar da lei para administração; e nesse caso teríamos um mal mil vêzes mais atrofiante do que o que se procura combater.

O que parece incontestável é que as relações industriais e a defesa dos direitos delas decorrentes devem ficar por uma vez fixados e aparelhados com uma ação respectiva, como acontece com outros institutos que já figuram no plano dos direitos imprescritíveis.

Como bem pondera Cimbali, o triunfo do individualismo se foi um bem, porque desterrou a onipotência do Estado e criou no mundo as maravilhas do capital; por outro lado pôs nas mãos dos

sagazes, meios terríveis de frustrar os efeitos racionais e benéficos das instituições civis. A fôrça bruta dos tempos feudais se deixou substituir pela fôrça do capital, e uma nova tirania surgiu, matando a pequena indústria e o trabalho caseiro e conseqüentemente extinguindo os vínculos da família. A máquina, vencendo a natureza e aumentando o gôzo das classes superiores, escravizou por nova forma o homem do trabalho. Associando-se entre si e completando essa ação absorvente, os bancos, as companhias e as sociedades anônimas sêres impessoais e inacessíveis a todo sentimento de piedade e de generosidade, vieram consumar a ruína dos pequenos proprietários, que transformados pela necessidade em operários, tiveram assim de aumentar a legião dos descontentes, com grande risco para a tranqüilidade do interior do Estado.

O Estado nestas condições "além das velhas funções de limitação, de integração e de tutela, é chamado a exercer no mundo moderno uma função inteiramente nova, que pode se denominar função pròpriamente *social*". Moderador de excessos do egoísmo das classes, é indispensável que êle ajude o fraco sem reduzir o forte à impotência e contenha nos justos limites a ação dos fortes para que não se excedam, de modo a evitar a destruição dos elementos da vida coletiva, destruição que sempre tem como conseqüência o triunfo da própria tirania.

Não dissimulo o perigo da doutrina de Cimbali, aliás justificada pela descrição de graves sintomas sociais. Para que dela possa resultar o máximo benefício, é necessário que a *sociabilidade* preconizada pelo ilustre jurisconsulto não degenere em socialismo do Estado; que a intervenção do poder público nunca se faça sentir por via administrativa, mas que se opere ùnicamente pelo órgão legal da magistratura, a quem a lei deu a faculdade de decidir segundo as regras de direito.

Tôda a dificuldade está em não sair do regime contratual e em armar definitivamente os oprimidos com os interditos e aparelhos judiciários necessários à defesa dos seus direitos de trabalho, criando ao mesmo tempo jurisdições claras no que entende com a ação supletória dos órgãos da justiça pública.

A tradução do Dr. Aderbal de Carvalho vem prefaciada pelo notável jurista brasileiro Clóvis Beviláqua.

Ao tradutor, que já nos deu em vernáculo uma das melhores obras de Ihering, lembraríamos que fizesse o mesmo com as obras de Hermann Post.

Rio, 8-10-1900.

## XII

## UM POETA ROMÂNTICO

*Gazeta de Notícias*, 16-10-1900

Na barca de Niterói, os passageiros que não cochilavam liam os jornais da tarde ou palestravam.[9]

A meu lado estava um dêsses tipos raros de que o autor dos *Maias*, tirou o seu incomparável conselheiro Acácio. Êsse passageiro não lia, nem cochilava; expunha a sua importância. Erecto, vestido de prêto, com a barba escanhoada, óculos de ouro, fazia adivinhar, pela sua compostura de cavalo enfreado, um mundo infinito de dignidade recolhida. Ao vê-lo nessa atitude hierática de sacerdote da tolice presumida, lembrei-me de um pensamento de La Rochefoucauld: "A gravidade é um mistério do corpo inventado para encobrir a ausência de espírito."

Estaria eu talvez enganado. Provoquei-o a falar.

Passávamos por defronte de Villegaignon, da barra soprava uma aragem fresca e as lufadas de harmonia desferidas pela banda de música de um couraçado estrangeiro passavam pelo ar, quebrando a monotonia da viagem.

— O cavalheiro não é amante de ruínas? perguntei-lhe acenando para a fortaleza ainda desmantelada.

— Não! respondeu-me êle fazendo um movimento trágico com a cabeça.

— Pois olhe: eu sou louco pelas ruínas. Acho-as poéticas. Creio que contraí êsse gôsto lendo repetidas vêzes os romances de Walter Scott. Se fôsse o govêrno não teria mandado restaurar aquelas muralhas.

Era mais um elemento pitoresco na baía de Guanabara.

— O clássico prescinde do pitoresco, que quase sempre é o sujo.

— Já vejo que priva com as musas!

— Fui poeta à antiga.

— Neste caso há de convir que aquêle coqueiro, sobrevivente na ilha às devastações da guerra civil, merecia uma ode igual à que Horácio dedicou ao cedro que em sua queda quase uma vez o ia matando; e com mais razão, porque se trata de um vegetal, que assistiu, no século passado, ao bombardeio de Duguay Trouin, e ainda teve alma para resistir, neste século, às granadas de São João e de Santa Cruz.

---

[8] Melo Morais Filho. *Cantos do Equador*. Rio de Janeiro, Garnier & Cia, 1900.

O meu interlocutor empalideceu e esboçou um gesto de indignação. Teria acaso ferido as suas sucetibilidades de pseudoclássico? Parece que sim, porque êle voltou à carga em latim.

— *Facetum carminis genus!* Isto entendo eu. A dicacidade, porém, causa-me engulhos. E, segundo me parece, êste vício tem embrutecido o século. Com Filinto Elísio e Barbosa du Bocage, morreram a língua e a literatura portuguêsas.

Fiquei espantado. Tinha diante dos olhos um verdadeiro fóssil literário.

Inquiri-o sôbre o que pensava dos nossos poetas e prosadores: de Gonçalves Dias, de José de Alencar, de Castro Alves, de Machado de Assis, de Raimundo Correia, de Olavo Bilac, de Coelho Neto, dos românticos, dos naturalistas, dos novos, dos simbolistas. Arrasou-os todos, sem exceção. No seu conceito a literatura moderna não passaria de uma estalagem ou de um cortiço, como o Cabeça de Porco, aonde se homiziavam, fora da ação da polícia, vagabundos de tôdas as nacionalidades. Enquanto por decreto se não restaurasse a arte poética de Horácio e de Boileau, não teríamos, em parte alguma, coisa a que decentemente se pudesse dar o nome de belas letras.

— O senhor já leu a *Morte de Nero* por Suetônio e a de *César* por Plutarco?

Essa pergunta, feita assim de chôfre, pareceu-me bem semelhante ao *Avez-vous lu Baruch?* de La Fontaine.

Aquêle sujeito com certeza tinha acabado de descobrir os dois clássicos a que se referia, se é que não os citava por contágio de Montesquieu, que eleva as duas aludidas narrações à categoria de obras-primas.

E então, por associação de idéias, lembrei-me do alarido que num concurso de retórica fêz um dos nossos mais antigos professôres dessa disciplina, argüindo um candidato de grande talento, que tivera a audácia de falar no vigor realista das páginas de Flaubert e de Balzac. Era um cego para o presente êsse professor; e na sua opinião a Antiguidade esgotara os recursos de que dispõe a arte para exprimir tôdas as realidades possíveis e impossíveis.

Que se poderia, dizia êle, comparar em realismo às cenas domésticas da *Odisséia* e ao incêndio de Tróia descrito por Virgílio na *Eneida,* não falando no que há de cruamente verdadeiro em Apuleu e em Petrônio? Depois, passando a Camões, exaltava até às nuvens o conhecido episódio dos doze de Inglaterra; e os versos

> Mastigam os cavalos escumando
> Os áureos freios com feroz semblante,

bem como as estâncias que se lhe seguem, deram-lhe ensejo a debulhar todo o arsenal de Quintiliano na demonstração de que em matéria de epopéias, prosopopéias, anargucias e outras geringonças

de retórica nós somos verdadeiras crianças comparados aos mestres de outrora.

O meu companheiro de barca, pertencia a essa classe de Epimênides literárias.

Permitira o acaso que eu levasse comigo o volume de Melo Morais Filho, *Cantos do Equador,* edição definitiva que a casa Garnier acaba de imprimir nìtidamente em Paris.

Mostrando-lhe o livro, perguntei-lhe se nem ao menos o comoviam as cenas pátrias descritas com aquela doce melancolia, que fôra o segrêdo do período chateaubriânico.

O poeta clássico esticou ainda mais os freios do seu estoicismo literário e deblaterou:

— Eu já disse ao cavalheiro que fiquei, em matéria de poesia, no que as regras da arte permitiam antes da invasão dos pedreiros livres da literatura.

— Pois é pena, porque os pedreiros livres de que fala com tão grande desdém têm construído nos últimos tempos edifícios muito mais belos do que a própria catedral de Notre Dame de Paris.

Fazendo-lhe esta observação, não tardei em verificar que não tratava com um clássico empedernido, mas também com um nevropata, atacado da mania das traduções latinas.

Êsse original sabia de cor, ao que pareceu, e de cabo a rabo, a *Odisséia* de Odorico Mendes, e pretendeu ma recitar. Disparei para o tombadilho da barca e, livre daquela obsessão, pus-me a contemplar os arredores da baía.

A tarde estava calma; o céu de um azul brilhante e profundo, convidava o pensamento às revoadas da poesia tropical. Não é sem razão que se elogia o panorama que as serras dos Órgãos e da Tijuca oferecem ao olhar fatigado de quem evade-se à fuligem das casas e ao entaipamento das ruas malcalçadas do Rio de Janeiro. O sentimento da natureza aqui reconquista o homem saturado de pessimismo pela psicologia inquieta e malsã da Rua do Ouvidor. Os horizontes largos e o aspecto abrupto das serranias operam na alma efeitos sedativos; e o espírito do contemplador não tem outro remédio senão concordar com os antigos poetas românticos, que procuravam no infinito da paisagem e no pitoresco dos retiros saudosos, respeitados pelo ruído civilizador, o feitio dos seus sentimentos artísticos.

Foi nestas paragens que Gonçalves Dias inspirou-se da paixão própria do seu tempo e que se impregnou das côres com que a sua imaginação devia retraçar o *Gigante de Pedra.*

Essa poesia desbotou-se diante dos novos ideais. Feneceu quase com os poetas que a criaram. E a crítica pôs à sua conta muitas tristezas, atribuindo-as à melancolia do Cristianismo, religião que,

segundo afirmava o autor dos *Natchez*, despovoando os bosques e as florestas das divindades pagãs, restituíra à natureza o seu mistério e o seu silêncio, onde o poeta só podia sentir o sôpro de Deus e a imensidade da criação.

Fôsse por essa razão ou porque no homem do século XIX se despertassem curiosidades que a antiguidade desconhecera, o que é certo é que essa navegação da alma poética, através das marés ignotas que ao espírito fantasista dos moços tinham aberto a sensibilidade de Rousseau, a delicadeza de Bernardin de St. Pierre e a imaginação sobressaltada de Chateaubriand, produziu o estilo mais cheio de encantamentos de quantos têm emocionado os que se aprazem em viver nas obras da arte de preferência a agir e a lutar.

Nem todos se resignaram a abandonar êsse mundo de plástica serenidade. Veio o naturalismo psicológico, que devastou a alma humana, criando tristezas de outra ordem e muito mais amargas do que as de Byron e de Leopardi. Veio ainda a poesia dos impassíveis; e viu-se por largos anos o delírio dos cinzeladores do verso e da prosa pondo em contribuição tudo quanto a arte torturante da palavra tem conquistado à natureza. Por último surgiu a escola dos que, na frase expressiva de De Laprade, buscam, como a Idade Média, esculpir "a estátua do Infinito e fazer o retrato do Invisível". Houve poeta, porém, que, indiferente a tôdas essas revoluções da arte, permanecesse naquele arroubo de imaginação em que encontramos o autor do *Guarani*, no momento de extrair do passado de sua pátria um mundo inteiro de recordações deliciosas e vivificantes.

Neste caso acha-se Melo Morais Filho, que estacou na poética de 1856 a 1870. Para muita gente o seu volume de versos será hoje um trabalho incolor e sem significação. É que para compreendê-lo e senti-lo faz-se mister recorrer à solidão, à roça, à floresta, às paiagens descortinadas das serras e aos recessos dos grandes rios encachoeirados. Não foi de outro modo que há tempos pude encontrar nôvo encanto nas poesias de Fagundes Varela.

O Rio de Janeiro atual não se parece mais com o que José de Alencar descreveu no *Ao Correr da Pena*. Os bondes elétricos, a estrada de ferro do Corcovado, a jogatina, o *sport*, o *rowing*, as revistas teatrais, tiraram-lhe os aspectos romanescos que aqui ainda se encontravam quando se viajava para a Tijuca em simples diligências.

O espírito de todo o mundo não sai dêsse *in pace* em que exaurem-se tôdas as energias vitais e se morre de correr atrás de gozos que jamais se alcançam.

Como entender, na tradução poética, sensações cujo segrêdo quase se perdeu e que, mal despontam, são dissipadas pelas palpitações que o Encilhamento deixou como moléstia crônica nos corações de tôda a população do Rio de Janeiro?

Sentei-me num dos bancos do tombadilho da barca e, abrindo os *Cantos do Equador*, pus-me a ler a "Tarde Tropical".

> Se iluminam de insetos cintilantes;
> As corujas, nos ares ululando,
> E a velha da tribo, a feiticeira,
> Evoca os gênios da floresta, errantes!
> E se os lumes sinistros da fogueira
> Aos sortilégios ilustram mais fumantes,
> As corujas, no ares ululando,
> À face do Crescente vão voando! ...
>
> Nos braços do letargo, frouxa luz
> Do sol que morre, — dorme a natureza!
> E as rôlas pelas moitas dos bambus
> Arrulam doces cantos de tristeza
> E o caboclo, que leva os filhos nus
> Do Amazonas à rija correnteza,
> Penetrando a floresta — em mudo assombro,
> A um tem pela mão — traz outro ao ombro! ...
> Tardes de minha terra! ó prado! ó flôres!
> Bosques cheios de sombras e de harmonias!
> Vales e serras, mágicos vapôres,
> Vinho das graças nas lagoas frias!
> Vós recordais-me a trilha dos amôres,
> O côlmo das deixadas fantasias,
> Por onde essa ilusão que a alma nos cansa
> Pendura as rêdes d'ouro da esperança!
> Adeus, é tarde, adeus! que os horizontes
> Cobrem do dia morto o corpo algente...
> Turva neblina rola pelos montes
> — Cinzas das asas dêsse Sol poente!...
>
> Ave Maria! Ao céu quando remontes,
> Da natureza eterna ao hino ardente,
> Que a ti subam dest'harpa os sons finais
> Aos enlevos das tardes tropicais!

Não há negar o sabor particular que encerra êsse gênero de poesia. Existe uns recantos n'alma humana a que ela incontestàvelmente se dirige; e se é verdade que êsse recanto chegou um dia a dar asilo aos habitantes todos do Parnaso, sem exclusão dos trôpegos e doentes, não é menos exato que em tempo algum a Musa foi mais sonora, jogando ao mesmo tempo com o que mais entende com a poesia — a sensibilidade, ritmada pelo coração e colorida pela fantasia.

O que estragou êsse gênero de poesia foi a imitação mecânica e às vêzes monocórdica dos que a não sentiam, mas que queriam a todo transe acompanhar a corrente do século.

Quantos charcos lodosos, quantas lagoas salobras não gerou o "Le lac", de Lamartine? Entretanto, onde já cantor fêz vibrar os sustenidos e os bemóis da alma poética com intensidade maior do que a que se encontra nesse verso sublime:

Ainsi toujours poussés vers de nouveaux rivages...?

no qual não sabemos o que mais admirar — se a clave, onde o autor pôs os acordes de uma alma profundamente combalida pela frágil filosofia de seu tempo, se as harmonias espontâneas desferidas de harpa eólia, que a natureza tinha encordoado nos nervos do autor de *Jocelyn*.

Essas coisas começam hoje a nos interessar de nôvo e por outro modo, porque para nós passaram a ser exóticas. Somos estrangeiros no país em que elas foram cantadas.

Desabituados dêsses ritmos e dessas sensações, ao lermos os poetas que verdadeiramente sentiram tôda a intensa curiosidade do romantimo e se deixaram arrebatar pelo tufão das paixões do seu tempo, não nos escapa a verdade que se encerra nas palavras do crítico, quando dizia que a arte vive da contínua combinação dos nossos sentimentos com os do passado revolvidos pela curiosidade fatigada do presente.

Melo Morais Filho abriu os olhos à literatura no romantismo e no romantismo tem-se conservado. Não quis evoluir, e viu agitarem-se duas gerações de poetas, duas escolas estéticas, sem que as galas estranhas de uma nova concepção da arte o seduzissem e conseguissem arrancá-lo ao Brasil, que êle constituíra pela imaginação dos cronistas e pela observação dos costumes, que ainda existem como sobrevivências nos sertões de nossa pátria.

Não sei se o acuse por êsse casmurrismo literário; eu teria sido bem capaz de acompanhá-lo nesses sentimentos, se a natureza me houvesse concedido o dom da poesia. Teria feito êsse holocausto ao romantismo pelo muito gôzo que me proporcionaram, em tempos que já lá vão, os livros de W. Scott, os poemas de Ossian, as obras de Byron e outras coisas fantásticas, que, durante largo período, tiveram pelo menos a vantagem de dissimular o amargor da luta pela vida e o tédio do ramerrão da labutação quotidiana.

Que saudades das minhas antigas divagações não me causou a leitura daquele auto de Anchieta, em que o autor dos *Cantos do Equador* buscou reconstituir a vida simbólica do evangelista das selvas?

Interrompendo a leitura e lançando os olhos para Villegaignon e para as serras dos Órgãos, todo o passado histórico da região se reconstituiu em minha imaginação. Por aquelas serranias alcantiladas andara o apóstolo catequizando os índios, pacificando os tamoios. Aqui o Caim da América levantara-se um dia abrasado

pelas controvérsias calvinistas e representara um drama pungentíssimo.

O caráter principal do romantismo estava no seu poder evocativo. Melo Morais Filho com certeza não possuiu essa faculdade no grau de desenvolvimento em que a tiveram os próceres daquela escola. Há nas suas poesias sôbre assuntos indígenas e lendas coloniais um esbatido nas descrições que lembra os reflexos, mas não o calor, de uma imaginação *prime-sautière*. O seu brasileirismo, todavia, acentua-se melhor, padece menos de indolência na inspiração quando o poeta, abandonando as lendas amazônicas transcritas de Carlos Hart, de Agassis, e de Barbosa Rodrigues, procura traduzir diretamente dos fatos observados as cenas da escravidão e o pitoresco dos aspectos puramente nacionais, que vão gradualmente desaparecendo do quadro da vida brasileira, transformada agora pela invasão das indústrias alienígenas.

Neste ponto das minhas reflexões a barca abicava a ponte, no bonde de Icaraí reparei que o pseudoclássico botava-me uns olhos furibundos de ódio. Neles li a exasperação que lhe havia causado a minha fuga diante da ameaça de uma recitação dos versos de Odorico Mendes.

— O pitoresco não é o sujo, meu caro amigo! estive quase a dizer-lhe, apontando-lhe para as belezas da praia que atravessávamos. Em todo caso a grenha verde-negra do caboclo de pedra que ali vêdes é preferível à cabeleira lustrosa do velho ancilosado que se pinta e que se não resigna a ser privado da escôva almiscarada nos fígaros da Rua do Ouvidor.

Rio, 15-10-1900.

## XIII

## O TIRANO ROSAS

*Gazeta de Notícias*, 23-10-1900

Há tempos caiu-me debaixo dos olhos uma pequena brochura publicada se não me engano, em Tarija, na qual se busca provar, com argumentos tirados à escola lombrosiana, que Francia, Melgarejo e Rosas não passaram de loucos furiosos atacados da mania homicida.

O autor dessa brochura é um sacerdote; e, ao que parece, escreveu o estudo biográfico comparativo dos três tiranos talvez com

o propósito único de carregar a mão no último, vingando antigos agravos.

Está visto que as anedotas sangüinárias atribuídas à vida de Rosas foram tôdas postas em relêvo, e algumas mais características provàvelmente inventadas. Duas deixaram-me impressão inolvidável pelo descomunal da imaginativa.

Na primeira o escritor noveleiro narra o furor com que o tirano de Palermo se comportou mandando degolar um bando de lindas galinhas bramas, cuja criação era um dos seus enlevos. Essa pena bárbara o malvado impusera às pobres aves porque num dia de mau humor, chegando a casa muito tarde, as encontrara famintas dentro dos seus aposentos particulares, sem que os fâmulos tivessem oposto a mínima resistência a essa invasão, obedecendo às ordens terminantes de quem caprichosamente se reservara o prazer de dar com as próprias mãos o alimento a tais bichinhos.

A outra anedota refere-se à censura da imprensa, que se fazia quotidianamente em Palermo, trabalho a que Rosas muitas vêzes se entregava em pessoa e com ferocidade neroniana.

Foi o caso que o tirano, implicando com o vocábulo *Pabellon*, inserido nuns versos, em que aliás o poeta o elevava aos cornos da Lua, determinou ao amanuense, que examinava a peça literária para pôr-lhe o visto, que o substituísse por *bandera;* e, como o dito empregado observasse que a rima por êste modo deixaria de existir, o tirano encolerizado, ordenou-lhe que, sem embargo disto, alterasse o texto, porquanto daquele momento em diante, graças às *faculdades extraordinárias* das quais o investira a nação, ficava decretada a rima de *bandera* com *rincón*.

Estas e outras histórias extravagantes, postas à conta de Rosas, demonstram a intensidade do ódio com que os seus inimigos e os partidos de oposição procuraram enegrecer a sua memória.

O escritor argentino Ernesto Quesada, no seu interessante livro *La epoca de Rosas*, dá a razão do êxito dessa escola de denegrimento.

Rosas teve a infelicidade de incompatibilizar-se com os poetas e literatos de sua terra, isto é, com os ideólogos do tempo em que no Prata o caudilhismo da espada pouca diferença fazia do das idéias.

A esta circunstância acrescia que a imprensa oficial e o partido que a animava foram muito escassos de informes ao público, sempre ocupados com a ação direta do govêrno sôbre os acontecimentos.

Outro tanto não sucedia com os publicistas do partido unitário. Emigrados, pela maior parte homiziados sem ocupação em Montevidéu, não dispondo de recursos de popularidade para agir internamente no país, recorriam a todos os meios de publicidade para plantar no espírito das nações, que contemplavam a luta, a crença de que se tratava de dar por terra com um nôvo Calígula, tão atroz

como o romano e bem capaz de, no delírio homicida que lhe subvertera a razão, substituir as águas do Paraná por caudais de sangue argentino.

> O partido unitário, — diz o escritor aludido, — encarregou-se durante trinta anos de inundar a imprensa dos países limítrofes, e ainda a de algumas nações européias, com um malestrom de livros, folhetos, opúsculos, avulsos, periódicos, diários e de quantas outras formas de publicidade existem. Partido composto de gente ilustrada e que na maioria sabia escrever, esgrimiu contra Rosas essa arma terrível; e o fêz com energia, com habilidade, com eloqüência, aproveitando tôdas as ocasiões, adotando tôdas as astúcias, sem nunca desmaiar. A opinião estrangeira viu-se por êste modo solicitada, obsedada, subjugada por aquela chuva constante de publicações, que, em todos os tons, pregavam a *delenda Carthago* do romano antigo, e a lenda assumiu os caracteres de história.

Sabe-se quais foram os efeitos dessa desastrada propaganda. A França e a Inglaterra, movidas pela palavra dos políticos, cuja eloqüência chegou a penetrar nos parlamentos, cuidaram em enviar expedições militares aos mares do Sul da América "para representar o papel sedutor de *tutores da liberdade* e inimigas da tirania".

Foi a lenda, adrede arranjada pelos poetas, mais do que a necessidade histórica, que determinou os lutuosos acontecimentos que transformaram Buenos Aires em 1840 no inferno ao qual se referem os historiadores.

O autor do livro propõe-se justamente a dissipar o nevoeiro que essa ilusão lançou sôbre os fatos verdadeiros depois de arrastar ao crime muitos dos emigrados; e sem que seja um afeiçoado de Rosas, procura, simplesmente dominado pelo critério de escola histórica moderna, explicar o fenômeno da ditadura que se produziu naquela época, reduzindo os fatos às suas proporções naturais e distribuindo a responsabilidade das crueldades, então praticadas, por todos os que para elas concorreram.

A isso chama Ernesto Quesada inspirar-se no *critério do tempo*. Êsse critério era o *terror*. Não foi Rosas quem o inventou. Êle vinha de longe, dos tempos coloniais, senão da raça; e os chefes, os governadores, os caudilhos não conheciam outro método de govêrno senão o que derivava do mêdo, da ameaça, da violência.

Tal feitio, dado pelo sentimento à seção governamental, estava tão radicado na alma das populações do Prata que, em 1810, Mariano Moreno, reputado hoje um dos pais da pátria argentina, não trepidou, apesar de sua cultura, aconselhar em documento escrito o terror como o único sistema político que poderia garantir a independência daqueles povos contra a reação do espírito colonial e restaurador.

Ernesto Quesada transcreve êsse documento truculento, ao qual sòmente falta a assinatura de Robespierre para que o julguemos firmado em Paris, por volta de 1793 ou 1794.

> Em tôda a revolução, — dizia Moreno no seu plano das operações que o govêrno provisório das Províncias Unidas do Rio da Prata devia pôr em prática para consolidar a grande obra da liberdade, — em tôda a revolução há três classes de indivíduos: a primeira, composta dos aderentes ao sistema que se defende; a segunda dos inimigos declarados e convencidos; a terceira dos espectadores silenciosos, que, mantendo-se neutros, são verdadeiros egoístas.
>
> ... Com os segundos, deve o govêrno observar a conduta mais cruel e sanguinária possível; a última espécie deve apenas ser castigada. A menor meia-prova de fatos e palavras etc., contra a causa, devem os culpados ser castigados com pena capital, principalmente quando concorrer a circunstância de recair sôbre indivíduos de talento, riqueza, energia...

Ora, Rosas não fêz senão aplicar êstes princípios várias vêzes, sem todavia apregoá-los; e o fêz quando as contingências da luta, no seu período agudo, o coagiram a estabelecer a defesa da sua autoridade no próprio campo da morte, "dente por dente, ôlho por ôlho."

Ainda não foi êle quem inaugurou a *mazorca*. Afirma-se que essa obra pertence ao partido unitário, e para prová-lo basta citar as palavras de Aguero, quando dizia: *haremos la unidade a palos*.

O federalismo respondeu: a *cuchilo*.

E quando Rosas para dominar a anarquia expunha o sistema de um govêrno forte e se identificava com os meios de fazer respeitar o poder, até então usados, procuraram os seus adversários provar ao mundo que o caso era de um tirano feroz por temperamento, de um desequilibrado, cujo único comprazer consistia na matança.

Nada disto. O que os documentos mostram, hoje que as paixões estão arrefecidas e deixam enxergar os fatos com mais clareza, é que Rosas, o ogre de Palermo, não foi senão um homem de excepcional energia, dotado de golpe de vista incisivo na política e diplomacia e compatível com o círculo em que êle se agitava, astuto e conhecedor dos homens, e que sabia mandar e fazer-se obedecer; outrossim, que não teve escrúpulos no capítulo concernente à inviolabilidade da vida humana e que, na realização de seu plano político, nunca hesitou em aceitar os meios oferecidos pelas apertadas circuntâncias da luta, — não deu quartel a adversários.

Resta saber se êste homem, que exerceu por mais de vinte anos a função suprema de árbitro dos destinos de um povo, ligou a sua atividade a uma obra de interêsse coletivo, ou se se manteve no poder ùnicamente para, sem trabalho, sem esfôrço, sem sacrifícios,

dar pasto a um sibaritismo comparável ao daqueles imperadores romanos degenerados que o capricho dos pretorianos elevava ao Capitólio com a mesma facilidade com que os despenhava das alturas.

O escritor argentino pinta-o como um homem de maneiras cultíssimas, afeito aos rudes trabalhos de estancieiro de que tirara a fortuna que possuía ao entrar na revolução, fino, educado como os melhores e dispondo de uma figura distinta, a que davam realce uns olhos azuis, cuja expressão sedutora e fôrça sugestiva passavam por proverbiais.

Êsse *monstro*, "a par de uma inquebrantável energia, desenvolvera no govêrno dotes singulares de estadista e um poder incrível de trabalho; o seu espírito ativo em tudo intervinha; êle tudo estudava; trabalhava em sua secretaria quase sem dar-se uma hora de repouso, alternando por turmas os empregados que se sentiam fatigados, enquanto que êle, sempre disposto, não cedia em exigências."

Basta êste braço para reconhecer que não foi senão a trôco de um esfôrço indefesso e do exercício de faculdades pouco comuns que o poder de Rosas teve a latitude que sabemos. "Manejava homens e dirigia acontecimentos." Consciente da sua fôrça e do destino que as circunstâncias lhe pareciam indicar, tratou de exercitá-los, sem conselho de ninguém, só e certo de que as leis e os fatos o acompanhavam: e por isso nunca tolerou oposição ao que reputava necessário e constituía o seu programa político.

Êsse programa, segundo crê o publicista argentino, fôra-lhe impôsto pela anormal situação em que se achou o Rio da Prata desde o ano 20, período histórico êste ao qual se poderia chamar a "Idade Média argentina".

Cada caudilho que se mostrasse mais ávido do mando e que o exercesse com mais urbana liberdade, senão incontrastável capricho! O tirano de Palermo foi o homem de pulso que se propôs primeiro e com irrecusável êxito debelar a anarquia e submeter êsses senhores feudais, acostumando-os ao princípio de acatamento à entidade moral que veio a chamar-se Confederação Argentina.

Esta obra, porém, não podia executar-se sem ofensa a grandes interêsses e preconceitos, que eram representados por fôrças não despiciendas. Tais fôrças, ainda que antagônicas, buscavam coligar-se em tôrno do partido unitário, que sentia-se profundamente atacado em sua vida orgânica pelo plano federalista de Rosas, cujas tendências nativistas não eram para ser dissimuladas.

A luta durou longo tempo, com intervalos de quietação, em que mais de uma vez o govêrno instituído pela ditadura pareceu consolidado.

Mas os emigrados não descansavam e a diplomacia de Rosas, por mais astuta que fôsse, teve por fim de ceder diante da inexorabilidade do ódio dos seus implacáveis inimigos.

Pôsto entre a caudilhagem, de um lado, que êle ora esmagava, ora utilizava, conforme as necessidades, e de outro a coalizão dos unitários, dos coloniais ou monarquistas, dos mascates e dos ideólogos, que sucessivamente conseguiram organizar o bloqueio e a invasão sob os auspícios de governos estrangeiros, não tardou que o ditador de Buenos Aires, sentisse vacilante a sua autoridade e se deixasse dominar pelos instintos selvagens da política terrorista, única eficaz naquela zona.

Cercado de dificuldades insuperáveis e de conspirações sempre crescentes, não se convenceu, todavia, de que êsse grupo, sem programa definido e que no estrangeiro ia buscar elementos para agir, pudesse ser a nação; e resistiu lançando mão de todos os recursos que se lhe ofereceram como oportunos para defender o que se afigurava a pátria, a ordem, a República.

Ameaçaram-no com esquadras, em que tremulava pavilhão diferente do da revolução; êle não trepidou então em soltar contra a demagogia externa a que naturalmente se levantava em Buenos Aires.

Foi essa a época dos horrores, dos clubes, da mazorca. De quem a culpa? De Rosas ou dos que, com Echeverría, tornavam impossível a moderação, repelindo hoje a intervenção das potências, mas aceitando amanhã os *subsídios* e aliando-se aos *lansquenets* estrangeiros?

> Que ninguém se detenha com preocupações de estrangeirismos, — dizia Alberdi. — Esbarrar diante de considerações de que se empregam franceses, pode ocorrer a nós outros; não em Buenos Aires, *pues lo que se desea es salir hasta por la pata del diávolo.*

Não há quem ignore como Rosas respondeu a essa terrível injunção.

Se todos os meios, inclusive a traição, eram próprios para dar o golpe sôbre aquela cidade, todos os recursos, ainda os mais sangrentos, eram *ipso facto* indicados a quem assumira as responsabilidades do govêrno.

O duelo prolongou-se; a catástrofe entregou Buenos Aires aos emigrados.

A resultante, porém, de todos os esforços postos em jôgo foi muito diversa do que se afigurava ao partido dirigente.

Prevaleceu a federação.

E o que se não deve negar é que Rosas, presidindo a evolução por espaço de 22 anos, não foi quem menos influiu para que a

constituição atual da República se tornasse coisa possível. No longo período das lutas que se desdobraram sob a ação do seu govêrno, a Argentina passou da caudilhagem ao estado de um país organizado. Os erros, as mesmas perversidades que são lançadas à sua conta tiveram uma compensação larga nos resultados hoje usufrídos pelos autores de uma política menos guerreira.

É esta pelo menos a conclusão a que chega o livro de Ernesto Quesada, que vai até considerar Rosas o eixo daquela evolução. Rosas não só concebeu como dirigiu tão transcendental movimento, e isto

> no meio de dificuldade indescritíveis, guerras civis permanentes, guerras internacionais contra nações poderosas da Europa, sem recursos, quase sem colaboradores, sendo obrigado a improvisar tudo, a impor o seu ideal à viva fôrça, usando dos meios ferozes que o ambiente de ferocidade exigia, repelindo o ferro a ferro, o sangue com o sangue, sem nunca vacilar, sem dar ouvidos a escrúpulo algum, suprimindo obstáculos a fio de espada, sem perturbar-se com os clamores das vítimas às vêzes inocentes.

Apesar de considerar essa época um pesadelo atroz, julga-a o autor do livro a mais fecunda em resultados para a marcha política do país e de uma magnitude sem exemplo no que entende com a diplomacia.

Afirma Ernesto Quesada que no meio daquela estupenda crise os interêsses da América do Sul foram servidos com tino e acêrto singulares e que a chancelaria argentina nessa ocasião defendeu galhardamente o princípio fundamental de resistência às intervenções abusivas das potências européias.

Rio, 22-10-1900.

## XIV

## RIMÁRIO [10]

*Gazeta de Notícias*, 30-10-1900

Devo dizer com franqueza que um dia dêstes, vendo sôbre minha mesa de trabalho uma pilha de livros de versos, tive um movimento de despeito.

---

[10] Valentim Magalhães. *Rimário*. Paris. Aillaud & C., Editôra, 1900.

Pode ser imensa a satisfação de quem compõe poemas, máxime quando êstes são inspirados por uns olhos matadores. O mesmo, porém, não sucede quando é-se obrigado, não a escrevê-los sob os auspícios de uma Ligéia, mas a lê-los por ofício de crítico, sem gôsto, inoportunamente, e debaixo de uma temperatura senegalesca.

O leitor deve, portanto, imaginar os riscos que correm, nestas condições de espírito, as obras submetidas à análise do cronista literário. Por menos pessimista que seja êste, os versos parecem descoloridos e a eterna litania do amor se afigura uma banalidade. É que, como eu dizia em uma das palestras anteriores, os poetas, para que sejam bem compreendidos, devem ser lidos, em momentos em que a imaginação esteja disposta a divagar pelas regiões do sonho e, tranqüila, possa recolher-se a um retiro saudoso, onde encontre encenação correspondente, e sinta-se capaz de recompor a situação física do autor do livro.

Calcule-se o assomo de ira que em mim determinou a hipótese simplesmente de que teria de engolir, anoréxico, todos aquêles volumes de versos.

Acudiu-me então um pensamento perverso. Lembrei-me do processo de crítica, pelo fogo, de que se utilizou o cura amigo do cavaleiro da Triste Figura para liberá-lo dos romances de cavalaria, que tanto haviam concorrido para a sua loucura.

Mas isto seria adotar a filosofia utilitária mazorral de Sancho Pança. E como todos temos dentro de nós um D. Quixote, achei mais prudente, não protestar contra os moínhos de vento e os elmos de Mambrino, aceitando como muito sinceras e verdadeiras as qualidades atribuídas às novas Dulcinéias.

---

Já houve quem dissesse que no Brasil todo rapaz passa pela poesia lírica como as crianças pelo sarampo. É uma crise inevitável. Dir-se-ia que antes de entrar na vida prática, todo o brasileiro é forçado a pagar êsse tributo à natureza tropical. Uma vez satisfeito o impôsto de raça ou de clima, o autor do volume de versos desaparece, e, confundindo-se com a turba de burgueses atarefados, quando muito lembra-se de longe em longe de saudar algum batizado num sonêto, ou lançar duas quadrinhas no álbum da vizinha.

Tem havido, todavia, exceções a esta regra entre os que não fizeram como Casimiro de Abreu, Franco de Sá e outros que, mal publicaram os seus primeiros poemas, julgando-se incompatibilizados com a vida, preferiram despedir-se dela, antes de esgotado o cálice da amargura. É assim que não raramente vemos o estudo ditirâmbico tornar-se crônico e resistir a tôdas as influências do pro-

saísmo da política, da magistratura, da burocracia ou do exército, da advocacia e da medicina.

Entre nós ainda não existe a profissão de poeta. Quando, porém, a musa torna-se contumaz, não há senão acomodá-la ao meio hostil em que a obrigam a comungar.

Valentim Magalhães pertence ao número dos que, apesar dos 40 anos, ainda cogitam em versos. Fêz mais; conseguiu homiziar a musa numa atmosfera comercial; de modo que todos inquirem, mesmo, como foi possível ao poeta de "Colombo e Nené" realizar o milagre de ser poeta e ao mesmo tempo presidente de uma florescente companhia de seguros.

É verdade que o poeta em uma nota do livro de versos que acaba de publicar, recapitulando os fatos da sua vida literária, explica em parte êsse fenômeno.

> Em 1879, — diz êle, — era eu então terceiranista na Faculdade de São Paulo, publiquei um livro de poesias. Intitulava-se *Cantos e Lutas* : tinha 86 páginas e constava apenas de 21 composições. Era dedicado à república e a D.M.C. Ocultavam estas iniciais o nome da minha noiva, poucos meses depois minha espôsa... O êxito do livrinho ultrapassou a minha expectativa. Atribuí e ainda atribuo boa parte dessa fortuna à nota nova que êle fazia vibrar, talvez o primeiro no Brasil, da poesia humanista, mais chamada então "socialista" e que era apenas a repercussão dos versos rubros clangorosos de Antero de Quental, Guerra Junqueiro, Gomes Leal, Guilherme de Azevedo, Sousa Viterbo e outros apóstolos da Idéia Nova. A nota era falsa, mas emitida com a crença ingênua de que era sincera e espontânea, o que lhe emprestava o calor da sinceridade. O êxito dos *Cantos e Lutas* foi brilhante, e o seu jovem autor foi consagrado "gênio" em mais de um rodapé benévolo ou parvo.
>
> Mas essa parte do livro, pela razão supra-indicada, envelheceu depressa. A prosa absorveu-me, conquistou-me, quase me roubou completamente à poesia.
>
> Conquanto atirasse a público, de vez em quando, um punhado de rimas que não desagradavam, fui sendo esquecido como poeta : passei de moda. A princípio fui "gênio" — mais tarde coisa nenhuma; hoje César, João Fernandes amanhã. *Ni cet excès d'honneur, ni cette indignité !* era o caso de exclamar-se.

Dêste ligeiro traço autobiográfico, em que aliás se traduz um ressaibo de ironia muito própria de quem o lançou no papel, verifica-se que Valentim Magalhães não se deixou por muito tempo iludir quanto às suas aptidões de lírico, nem quanto ao valor da idéia nova que o seduzira por volta de 1879.

A tranqüilidade do lar doméstico modificara-lhe os arroubos dos primeiros anos, e a experiência não tardou em desbotar as côres rubras de um socialismo reputado sem eco junto às florestas do Brasil.

É que as verdadeiras tendências do seu espírito impeliam-no para regiões muito diferentes daquelas. A vocação real de Valentim Magalhães era o humorismo e a comédia. Mas parece ainda que, no desenvolvimento dêsse seu talento natural, perturbou até certo ponto a influência de Guerra Junqueiro.

Ninguém entre nós definiu melhor a natureza dêsse poeta lusitano do que o malogrado crítico Raimundo de Rocha Lima. O autor da *Morte de D. João* foi um talento épico forçado pelas condições da época e do seu meio intelectual a transformar-se num poeta satírico, para não dizer num revoltado feroz, num vate truculento para quem "a escola era um matadouro, – a aldeia, a luta, – o povo, rei como Jesus, – as janelas, fiteiras onde os pais expunham as filhas – a alma das massas ignorantes, um covil de feras, a sociedade, um altar em que a pobreza seria imolada à voracidade dos ricos". Os seus alexandrinos vibravam como azorragues de fogo. A sua ironia diante da que se lhe afigurava aleijões do organismo social, espumava numa epilepsia ferina, sarcástica, doentia. Daí as paródias coléricas e sangrentas, cheias de clangôres de clarins belicosos, que fizeram a sua fortuna literária.

Poetas brasileiros, e entre êles Valentim Magalhães, pensaram que, imitando o autor da *Velhice do Padre Eterno,* e suspendendo na frente dos seus poemas a cabeça da Gorgone, produziriam o mesmo pânico, que no meio da pacata e burguesa sociedade de Lisboa e Pôrto haviam provocado as cóleras poéticas do petulante companheiro de Eça de Queirós e Ramalho Ortigão.

O nosso meio já democratizado e sem os preconceitos que constituíam a atmosfera que sufocava a alma do artista português, não oferecia alimento ao escândalo de tão irritante poesia.

A questão social de fato, como a da abolição do elemento servil e a propaganda de uma República efetiva e não teórica, desviaram o espírito nacional de colaborar nessa raiva impotente, que só na falta de um derivativo procuraria a forma literária.

Àquêle gênero pertencem algumas poesias que no *Rimário* de Valentim Magalhães estão colecionadas sob a rubrica de "Rimas Heróicas", mas basta ler de tôdas elas a mais rubra para reconhecer quanto era factícia a indignação do autor. Intitula-se "Soldado".

> Das tropas do direito ao clangor triunfante
> Tombam as Jericós do crime e da opressão
> Desmorona-se o céu, tenebroso, atroante,
> Por sôbre o velho mundo aos golpes da Razão.
>
> Como os torvos titãs dos círculos de Dante,
> Os déspotas e os vis – Torquemada e D. João –
> Sentem do Nôvo Dia a aurora chamejante
> Derreter-lhes no peito o bronze o coração.

E morrem lentamente. Apenas tu, soldado,
Rígido, bestial, poento, ensangüentado,
Conservas inda erguido o sinistro porte.

Hás de cair também! Fôrça passiva e bruta,
Cega, negra, impiedosa, hás de cair sem luta;
— A vida há de esmagar-te, apóstolo da Morte.

O poeta, como vimos atrás em solene confissão, foi o primeiro a convencer-se da necessidade de abandonar êsse tom heróico incompatível com a indolência tropical e a bonomia dos costumes brasileiros.

A *verve* que lhe era própria e a *vis comica* de que por outro lado poderia ter tirado os maiores resultados, êle as andou ensaiando em alguns poemas joco-sérios, e depois empregou-as exclusivamente na prosa saltitante da crônica, no conto humorístico e no romance. Forçoso, porém, é reconhecer que tôda vez que o autor do *Rimário* deu largas ao seu verdadeiro estro, foi feliz no que produziu. Alígero, então, o verso saiu-lhe fluente, e, cascalhando aqui e ali, gárrulo, quando tratava de amar, logo grácil, comentando um incidente qualquer da vida quotidiana, quase sempre humorístico, não raro percutiu a alma popular satirizando algum ridículo que lhe passava por diante dos olhos de crítico desapiedado, todavia humano.

Há no livro de Valentim Magalhães muitos episódios e descrições que revelam tendências psicológicas. Essas composições têm vida e são coloridas sempre pelo sentimento que constitui o fundo da alma do artista. O autor do *Rimário* não é um pessimista. Ao contrário disto: sente-se nos seus versos, ainda quando nêles estoura a blasfêmia, sob a influência de autores adorados como Richepin e Guerra Junqueiro, sente-se que êle ama a vida, sabe seu valor e a procura saborear com êsse apuro de sibarita literário, cujo principal prazer está em experimentar os efeitos da popularidade e da consideração que o cercam.

Eu te bendigo, ó vida! Abençoado
Céu dêste dia, ar que respiro ansioso,
Sol, que me espreitas como um rosto amado!
Benditos! Derramai-me em ondas n'alma,
Como as de um áureo rio, o riso e o gôzo!
Felicidade, existes! Hoje, ao menos,
A melodia escuto-te tão calma,
De tão límpidos sons e tão serenos,
Como as rugadas águas preguiçosas
Sob as múrmuras, curvas rimarias.

Êsse temperamento nunca abandona o poeta. E quando a sua musa procura acaso ferir alguém ou tinge algum acontecimento de côres carregadas, vê-se que a tela da imaginação foi nessa parte perturbada por uma superfetação qualquer; porquanto o fundo primitivo da alegria do escritor aí continua a trair a insubmissão de uma natureza ridente e satisfeita consigo e com o mundo.

Que a nota cômica é a característica de Valentim Magalhães como artista, verifica-se lendo os poemas em que êle mais empenho pôs em sensibilizar-nos, narrando, à maneira de Coppée, alguns dêsses fatos de todos os dias, fatos corriqueiros, mas que no entanto podem encerrar dramas íntimos e pungentíssimos. Neste caso acha-se o poemeto "Colombo e Nené", onde tudo quanto existe de emocionante na simples narração dilui-se na graça, pode-se dizer no ar de riso, com que o autor refere as peripécias dêsse drama infantil.

Valentim Magalhães nada tem de contemplativo; e, se eu houvesse de notar lacunas no seu registo de poeta, não deixaria de referir-me à sua quase indiferença pela natureza ambiente. Não chegarei a dizer que lhe falta êsse sentimento; e num brasileiro seria fenomenal a ausência dessa repercussão do mundo tropical, que, como sabemos, tem sido a feição mais acentuada da poesia nacional. Porventura o poeta do *Rimário* esforçou-se por libertar-se dessa influência. Tocado da retórica realista, é bem provável que, intencionalmente e porventura levando êsse propósito até ao exagêro, evitasse tudo quanto pudesse induzi-lo à reprodução das impressões estéticas que constituíram o enlêvo das páginas de Chateaubriand, de Cooper, de Gonçalves Dias e de José de Alencar.

É difícil encontrar no *Rimário* um verso que traduza, ainda que fugitivamente, a impressão causada na alma do poeta por uma nesga do céu, um sol poente, um pano de paisagem, a encosta abrupta de uma montanha, pelos aspectos das bocainas que se descortinam das nossas serranias.

Furta-se aos espetáculos da natureza americana; e quando por acaso delibera ocupar-se com algum aspecto exterior, a descrição processa-se pelos vocábulos cenvencionais da poesia clássica:

> Sol de verão, astro fecundo,
> Globo de fogo alto e jocundo,
> Jorrando luz desde o arrebol,
> És a alegria, a alma do mundo ,
> Glorioso Sol.
>
> Como espelhentas cimitarras,
> Brilham as palmas e as cigarras
> Contìnuamente nos folhais,
> Vibram estrídulas fanfarras,
> Clarins marciais.

Na coma esparsa das cascatas,
Fulgem, correndo, ouros e pratas,
Safiras, prásios e rubis;
Vêm do recôndito das matas
Ruídos sutis.

Rebrilha o Sol do céu em meio...
Da umbrosa selva ouve-se o seio
Misterioso palpitar:
Aves, reptis, feras, no anseio
Canicular.

Êstes versos demonstram, pela generalidade do vocabulário na ausência de côres características do cenário e que não escapariam ao observador comum, que Valentim Magalhães nunca olhou com interêsse artístico para êsse mundo exterior que no Brasil envolve a todos nós como em um sonho oriental.

É que tôdas as suas preocupações de poeta se absorveram na pessoa humana, com uma grande dose de malignidade, aliás, temperada por muita graça e muito espírito. Essa malignidade, que por mais de uma vez êle buscou desenvolver em estudo psicológico, incontestàvelmente proporcionou-lhe meios de traçar páginas interessantes e pulverizadas dêsse espírito latino ao qual o gênio francês deu forma definitiva.

Daí a sua predileção pelos perfis, silhuêtas e retratos, que abundam em sua obra. Não são pròpriamente caricaturas; mas, ainda quando o retrato não se preste, como por exemplo o seu amigo Assis Brasil, senão a traços graves, impostos pela envergadura filosófica, o espírito cômico do poeta não se contém de todo e faz-lhe esfusiar no perfil severo o riso de Fígaro ou de Falstaff:

Êste é filho da terra de Pelotas
Dos bons *churrascos* e da *chimarrita*,
Por isso é que nos Papas mete as botas,
E contra os reis e imperadores grita.

Contra as coroas todo o mundo incita,
Desvendando-lhe manhas e patotas,
E a "Federal República" é escrita
Contra as reais farsadas idiotas.

Ó poeta dos férvidos "Libelos!"
Eriçam-se-me as carnes e os cabelos
Lendo-te; e vejo a imperial escória,

Que o canhão democrático esbarata:
— Vacila o trono sôbre a terra ingrata,
Rola a tiara no areal da História.

Hoje Valentim Magalhães escreve versos por desfastio.

A prosa, como êle próprio se encarregou de declarar, o absorveu completamente; e não raro vemos a musa trêfega do autor da *Vida de Seu Juca,* envolvida no bloco do pensador, desprezar a alacridade natural de um temperamento que serviria talvez melhor a literatura seguindo o seu curso primitivo.

Não cabe ao cronista protestar contra tais resoluções.

O autor do *Rimário,* devido à experiência que os 40 anos lhe trouxeram, seguramente, colocando-se no terreno da análise das paixões em estilo grave, reputa-se mais ao seu gôsto do que pintando-as como humorista em cenário adaptado à reprodução da comédia social.

Rio, 29-10-1900.

## XV

## O BRASIL POR UM NÔVO PRISMA

*Gazeta de Notícias,* 6-11-1900

De Lisboa chega-nos um livro escrito por um português, ainda môço e cheio de ilusões. Êsse livro parece-me sintomático. Refiro-me ao *Do Civismo e da Arte no Brasil,* pelo Sr. Joaquim Leitão. [11]

Trata-se de um sonho, da primeira à última página: mas um sonho dourado, sôbre a nossa pátria, no qual não sei que mais admirar, se o otimismo do autor, se a originalidade dos pontos de vista em que êle se coloca para observar a vida brasileira.

É o primeiro escritor estrangeiro, pelo menos que me conste, que vejo francamente entusiasmado pelo nosso povo, pela nossa atividade, pelas nossas idéias.

Até hoje tenho lido páginas líricas, de procedência alienígena, só referentes à natureza brasílica, ao solo ubérrimo, às assombrosas florestas, aos rios incomensuráveis, à beleza da fauna e da flora tropical e às inextinguíveis riquezas mineralógicas de nossa terra. Quanto ao brasileiro, pouco sempre, muito pouco... E se algum estrangeiro já o achou inteligente, capaz de algum progresso, dotado de imaginação viva e apto para as artes, nunca êsse elogio deixou de vir acompanhado de malévolas reticências no que toca à atividade, senão ponteado de formosas increpações à indolência nacional, atri-

---

11 Joaquim Leitão. *Do Civismo e da Arte no Brasil.* Lisboa, 1900.

buída felizmente ao clima, como se êste país não estivesse em grande parte situado na zona temperada.

O Sr. Joaquim Leitão não pensa assim. Môço, fino, educado, poeta, tendo vindo ao Brasil, não com o fim de procurar fortuna, mas para conhecê-lo e estudá-lo, de volta a sua terra não quis ocultar o que viu e o que sentiu: e então saíram-lhe dos bicos da pena páginas tumultuosas, um tanto desconexas, talvez por faltar-lhe ainda êsse método de observação que só aparece com a idade madura — páginas todavia, impregnadas da realidade do meio social que as inspirou e coloridas de um sentimento esquisito do pitoresco indígena. O seu livro não é um roteiro de viajante: é uma coleção de odes e ditirambos ao Brasil.

Há no primeiro capítulo da obra uma descrição do país, *à vol d'oiseau*, que dir-se-ia um pesadelo topográfico. Os aspectos gerais da região entontecem-no. A variedade da natureza tropical, os grandes rios encachoeirados e o planalto central, em oposição às savanas do Sul e às águas intérminas do Amazonas, embriagam a sua imaginação juvenil e induzem-na a excursões verdadeiramente fantásticas e extravagantes.

Só o deslumbramento produzido pela vastidão da terra justificaria períodos como êste:

> Depois de trepar aos miríficos pendores de Ouro Prêto e de vos haverdes perdido no mistério suntuoso de Goiás, atirai-vos de nôvo pelo Rio Grande do Sul a fora. Atravessai Santa Catarina, onde sôbre um vasto mundo de campina verdejante gados nédios folgam no pascigo; e seguindo a brenha eriçada, que mura Goiás, após a noite de plena floresta, ireis amanhecer nos seringais da Amazônia, rolando sempre por uma cachoeira volumosa de frondes, apenas entreaberta para dar caminho à artéria cafeeira de São Paulo, desviando-se para não atalhar os poços de outro de Minas, detendo-as para acenar-vos como num prêmio de sonho, tentador, com a feeria luxuriante da Guanabara.

Não lhe queiramos mal por essas incongruências, e levemos o que há de abracadabrante nesse trecho de prosa à conta de surprêsa que o contraste de mundos tão diferentes pôs-lhe no espírito transoceânico, porque maiores devaneios ainda deverão embalar-lhe a alma poética, quando tiver de observar a mulher brasileira, na qual irá encontrar todos os encantos e misteriosas *catitices* descritas por Michelet em êxtase diante da *menagère* francesa.

Na opinião do autor do livro, em tôda brasileira se desvenda uma Marília de Dirceu, "pedaço do céu da manhã santificada de Minas", ou uma Iracema, em cujos lábios de mel a poesia condensou tôdas as delícias da vida conjugal. A harmonia da sua parlenda pe-

netra-lhe nos ouvidos e revolve-lhe a alma como um fenômeno nôvo e nunca visto.

> E essa doçura no falar é o traço de união lavrando a aliança de tôdas aquelas dissidências da raça que surge diferente em cada cantão de diferente natureza. Nos lábios da mulher brasileira, em perpétua prece de beijos, essa pronúncia alada, embebida de afável calor, rescende a uma voluptuosa suavidade, a uma harmonia inebriante que sussurra mais branda que os murmúrios amaciados dos fulcos d'água faiscante, que o marulhar das aves silvestres noivando nos caules exaltados.
>
> É uma balada de ondas adormecidas, com sonhos ditosos num leito de jaspe, um lavrado maravilhoso fiado por fusos d'oiro, essências que voltam de conchas de nácar fumegando volúpias; fala-nos de preguiças de sonhos fulvos, de desejos frementes, de saudades; acaricia-nos com pétalas de sêda, transporta-nos a um reinado da graça, onde o amor se mantivesse inviolado na espiritualizante condensação da galanteria. E a rígida língua portuguêsa rejuvenesce modelada numa gracilidade escultural, dulcificada pelo hausto sensual daquela natureza, exprimindo agora as côres sutilíssimas dos gozos e das paixões, e deixando sempre no ouvido a sensação inefável duma sinfonia de quebrantos. Providencialmente, decerto, foi dado à mulher brasileira êsse canto de sereia para que ela tivesse o poder de acalmar a rivalidade do clima com o homem, deleitando-nos, adormecendo-nos, fazendo-nos esquecer tudo o mais com aquelas falas translúcidas e doces, como abelhas adejantes, que nos trazem a alma já choradas e gozos já prontos.
>
> Pela pronúncia ainda, tem ela o condão mágico de se transformar numa rainha altiva, numa senhora habituada a ser obedecida por escravos, ou uma gatinha blandiciosa, alongando o corpo num espreguiçamento lento, as fibrilhas escuras inteiriçadas de amor, retraindo-se ao afago de luz: e das gengivas vermelhas os dentinhos ressaindo gulosos. Mais cariciosa, mais meiga que a mulher portuguêsa, ela resume tôda a doçura da alfacinha derretida ao sol dos trópicos. Oh! êsse *me-dá* nos lábios da fluminense! Êle evoca, como uma brisa de perfumes, uma hora inteira todo um dia vivido, e, através o afastamento no tempo ou no espaço, a enlevadora impressão fica para sempre.

E com efeito, parece mesmo que a embriaguez do Sr. Joaquim Leitão foi tão intensa e perturbadora, ao pisar em Pindorama, que a terra se lhe converteu numa espécie de romance oriental, e do feitio daqueles que Mery escreveu sôbre a vida fantástica que os colonos europeus levam na Índia, pelas fraldas dos Gates, em Calcutá, Beneres e Bombaim.

O seu deslumbramento não seria inferior ao que padeceram os companheiros de Pedr'Álvares Cabral, quando descobriram êste rico e vasto território.

Nôvo almirante dos mares ocidentais, munido do astrolábio da admiração e dos óculos de alcance da simpatia, cheio de sentimentos cavalheirescos, alimentados certamente pela escola mística que manuseia, pôde descobrir um outro Brasil, ainda mais curioso e interessante, — o Brasil moral, o Brasil das energias do trabalho.

Os pessimistas nacionais, acostumados não só a ouvir como a repetir, que somos um povo liquidado, anêmico e sem vontade, ficarão pasmados quando souberem que um estrangeiro, que um português sentiu-se exaltado diante do movimento e da pujança de vida de nossas duas maiores cidades — Rio de Janeiro e São Paulo. Ingenuidade! dirão êsses irredutíveis pessimistas.

Mas por que não há de existir um fundo de verdade nas frases encomiásticas do jovem escritor? Não haverá nessa depressão de sentimento de grandeza nacional alguma coisa que se possa atribuir à sugestão da antipatia e da injustiça com que tantos estrangeiros, por motivos diversos, se têm referido à índole dos brasileiros? Acaso o Brasil será o primeiro povo que excita cobiças e cujo natural cauteloso ou reservado produz o contrachoque das represálias da difamação internacional? Não é tão recente o exemplo dos Estados Unidos, a quem, só se concedendo aptidão industrial, negavam-se grandeza moral, ciência, instintos artísticos — calúnia ou preconceito que para dissipar-se precisou que êsse povo entrasse em guerra com a Espanha?

Tôdas estas interrogações não são para desprezar. E os nossos defeitos, as nossas hesitações não são de tal natureza que obscurecem qualidades preciosas, desconhecidas por nós mesmos, mas que um estrangeiro pode muito melhor do que nós e desprevenidamente apreciar e analisar.

Disse no começo que o livro do Sr. Joaquim Leitão era um livro sintomático. Essa publicação seria impossível dez ou doze anos atrás; seu autor não teria coragem de fazê-la; e as razões dêsse fenômeno já foram amplamente desenvolvidas em uma outra publicação de origem portuguêsa — *O Brasil Mental* — de Bruno, onde se lêem trechos bastante característicos.

> Confessemos francamente, — diz Bruno, — que até 1889, isto é, até a data de proclamação da República no Rio de Janeiro, de banda da gente portuguêsa não despontara o menor interêsse por inquirir do desenvolvimento mental brasileiro. E o motivo residia em que — para a inteligência — o Brasil não contava. Não se supunha que brasileiros fôssem capazes de mais do que vigiar pelos engenhos do açúcar.

E o crítico então refere o espanto com que se ouviu em Portugal o *Guarani* de Carlos Gomes, audição a que antecediam apenas, como antecipando a aproximação dos intelectuais dos dois hemisférios, as rixas e objurgatórias provocadas pelo *Cancioneiro Alegre*. Ainda desta vez o conhecimento da fisionomia mental brasileira escapara aos escritores portuguêses, e desta maneira para a nação de além-mar o brasileiro continuou a ser o tipo que o ódio de Camilo

Castelo Branco colorira de um proposital ridículo nas páginas de seus romances. A mais completa ignorância das coisas do Brasil, das suas aptidões, dos seus homens políticos e da sua literatura, dava cabimento a extravagâncias de tal ordem que só podiam ser respondidas em apodos e na forma de represálias truculentas.

> Quando em Portugal se soube, acrescenta Bruno, que um literato brasileiro, de nome arrevezado, Sílvio Romero, escrevera e publicara uma espécie de história da *Filosofia no Brasil*, em Portugal, foi, após o pasmo, um sucesso de gargalhadas. "Ora isto ?!" dizia-se às mesas dos cafés, nas palestras dos jovens curiosos de espírito. "Com que então : a filosofia do Brasil? Hem? Esta nem ao Diabo lembra ! Se fôsse a carne-sêca do Brasil, ou a feijoada do Brasil. Valha-nos Deus !" E riam jubilosos da sua insuficiência. Com efeito, o *brasileiro* tornara-se para o português o tipo de um grotesco infinito. De longe se lhe atribuíam todos os vícios, todos os dislates, tôda a sordidez possível e impossível, de alma e de corpo. Dava-se esta coisa insensata : Portugal não tomava a sério Brasil.

Tudo isto mudou repentinamente: e agora os escritores que aqui vêm, longe de tomarem os nossos costumes como pretexto para paródias ao gênero de *Le Brésil tel qu'il est* de Charles Expilly, buscam à porfia exagerar o lado simpático da vida brasileira, achando-lhe encantos novos, e descobrindo originalidades por nós mesmos ignoradas.

Não é sòmente a Bruno, João Chagas e Silva Pinto que acodem movimentos de justiça e de simpatia. Estrangeiros de outras procedências publicam escritos sôbre a nossa política, sôbre a nossa literatura, sôbre os nossos homens de ciência; surgem livros reveladores de que, pelo menos, a curiosidade se desenvolve em tôrno do Brasil, que afinal há quem se interessa pelo engrandecimento desta terra.

O trabalho do Sr. Joaquim Leitão exprime antes de tudo uma profunda emoção diante dos nossos costumes democráticos. A incontestável superioridade do meio político e industrial brasileiro não podia deixar de impressioná-lo vivamente; e o ruído de uma capital americana como o Rio de Janeiro, o bruaá que aqui já vai imitando a vida das grandes capitais do mundo, em contraste com a pacatez de Lisboa e do Pôrto, arrancam-lhe frases de prazer e de admiração.

O grotesco fôra substituído pelo extraordinário do pitoresco que se encontra no cosmopolitismo americano.

Os exageros do livro neste caso não nos fazem mal. E ao cronista cabe tão-sòmente felicitar o escritor pela vivacidade de uma imaginação irmanada à brasileira, e pela insobriedade tropical que lhe encheu os olhos de tantas coisas formosas, chegando ao ponto

de ianquizar-nos e de descobrir entre a Rua Direita, Ouvidor e Carioca alguma coisa de parecido com um pedaço de Nova York.

Quem quer que leia a descrição que o Sr. Joaquim Leitão faz da Rua do Ouvidor e da Praça do Comércio, de duas às três horas, pondo de parte as irregularidades do estilo, devidas seguramente ao anseio com que o escritor pretende falar de tudo quanto se lhe gravou na retina, pensará que está folheando algumas páginas do *Outre-mer* de Bourget.

A "faina" é o têrmo que lhe acode a todo instante. Por tôda parte regurgitam a vida e o espírito brasileiro. Os bondes atordoam o transeunte. O brado do trabalho ensurdece o visitante e o *flaneur*.

> Dir-se-ia ser um dia festivo, exclama o escritor, ou que algum acontecimento anormal concentra tôda a gente. Todavia é assim todos os dias, durante todos os meses e estações do ano: ruído, sorrisos, galanteios, aglomeração, bulício, exibição, ostentação, alegria, luxo. Mas em todo êsse luxo, essa agitação nessa doce ociosidade, um grande jato de vida comercial inflama o ar. E, a não ser aqui, onde se flana, isto é, onde se vive, tudo o mais trabalha. Aqui evolam-se perfumes, sussurram galanteios; bem perto, nas ruas paralelas e transversais sua-se o barulho das carroças, o baque dos fardos de fazenda que rolam no lajeado, num som sêco, levantando poeira, substituem ali o *frou-frou* roçante das sêdas.
>
> Em tôrno só se pensa em ganhar dinheiro. Ninguém parado. A bengala, que é o símbolo dos desocupados, banida. Os médicos e os advogados têm também essa desprendida aparência de quem trabalha. Todo o mundo lida. Vai um afã. Fala-se pouco, por interjeições. Daquela legião de empregados, que além se mexe nesse infinito armazém, nem um só cessará a sua tarefa, para vos responder. E o negócio fecha-se à americana, com duas penadas: "Está direito." É a palavra de honra, o sêlo, a decisão, a firma. Sente-se que o *strugle-for-life* da North America lavra também aqui.
>
> Às três horas da tarde, começam a passar indivíduos com maços de notas na mão, desembrulhadas, o que seria imprevidência noutro meio onde a confiança mútua não tivesse, como aqui, raízes de dogma. São os empregados do comércio que vão depositar o dinheiro nos bancos.

Depois disto toca o movimento dos bondes dêsse centro tumultuoso para a periferia da cidade. É a volta da multidão para os arrabaldes e para as montanhas.

Que encantamentos não oferecem ao fluminense e ao estrangeiro, fatigados, as tardes, gozadas nas vilas risonhas e perfumosas que se lhes deparam nesses retiros chamados Jardim Botânico, Tijuca, Laranjeiras, Santa Teresa, Silvestre, Icaraí!

Feérico! exclama o Sr. Joaquim Leitão. Feérico!

E nós, aborrecidos, fartos, enjoados do feerismo que nos cerca, não guardamos na retina senão o descalabro do Canal do Mangue e a desordem das ruas centrais do Rio de Janeiro, que já uma vez

arrancaram esta frase a um ilustre viajante: "A capital da República assemelha-se a um cidadão rico, embrilhantado, que, não obstante anda de colarinho sujo, sapatos acalquinhados e que nunca se lembra de fazer a barba a tempo."

Falta-nos uma municipalidade que aos talentos de economista reúna a perícia de um barbeiro parisiense.

Rio, 5-11-1900.

## XVI

## O BRASIL INTELECTUAL

*Gazeta de Notícias*, 13-11-1900

Na têrça-feira passada ocupei-me de um livro escrito por um português sôbre o nosso país — livro inspirado numa profunda simpatia por esta terra.

Surge agora outro, publicado em Buenos Aires, por um argentino muito nosso amigo e que, devido a isto, pôde, interessando-se pela literatura brasileira, estudá-la cuidadosamente e por extenso nas obras de alguns autores contemporâneos.

O leitor está vendo que se trata do *Brasil Intelectual*, de Martín García Merou. [12]

Êsse livro, aliás em parte conhecido por alguns capítulos que apareceram na revista *A Biblioteca*, foi distribuído ùltimamente na capital argentina como uma homenagem ao Brasil, associada às festas com que a república amiga acolheu a visita do Sr. Dr. Campos Sales.

Ainda, por uma espécie de ilusão telegráfica, soam aos meus ouvidos os brados de alegria e as aclamações ruidosas no meio dos quais o povo de Buenos Aires andou mostrando as belezas de suas avenidas e dos seus monumentos, e o luxo interior de seus palácios aos ilustres brasileiros que formavam a comitiva presidencial e aos representantes da imprensa.

Calculo o que deviam ter sido essas festas pela impressão que me ficou de uma rápida digressão que fiz por aquela formosíssima cidade, cujos aspectos exteriores produziram em meu espírito uma ilusão bem comparável à de um álbum de vistas fotográficas folheado às pressas.

---

[12] Martín García Merou. *El Brasil intellectual. Impresiones y notas literarias*. Buenos Aires, Felix Lajouane, editor. Rio de Janeiro, E. Briguiet & C., 1900.

Os nossos homens de letras que lá estiveram naturalmente já traduziram, nos ligeiros relatos feitos em confabulação com os amigos íntimos, o encantamento, em que viveram durante os oito dias ali passados, como em capítulos vivos das *Mil e uma noites*.

Nenhuma das esfuzidas do entusiasmo e do carinho argentino ter-lhe-á, porém, agradado tanto como êsse livro de García Merou, no qual, a par de uma inexcedível gentileza, o escritor não trepidou render ao Brasil a maior das homenagens, dando-lhe a primazia entre as nações sul-americanas, no que entende com a cultura literária e o desenvolvimento intelectual.

> De minha parte, diz o autor da obra, não vacilo em confessar que, surpreendido pela variedade e valor real da produção literária brasileira, tenho perguntado mais de uma vez a mim mesmo como foi que ela pôde passar até hoje despercebida, estando o Brasil como está ligado a nós por vínculos tão apertados. Nossa história política está em contacto com a sua desde os tempos coloniais.
>
> Cruzamos as nossas armas em guerras gloriosas, favorecemos juntos o nascimento de outras nacionalidades, lutamos depois nas mesmas fileiras, em uma campanha brilhante, se bem que deplorável; nossos interêsses comerciais são solidários e os produtos de nosso solo se completam; a extensa linha de nossas fronteiras facilita a amizade vicinal; nossas grandes capitais, os centros pensantes e dirigentes de ambos os países, estão apenas separados por três dias de viagem; finalmente, vazamos nos mesmos moldes as nossas instituições políticas e fomos surpreendidos pelos mesmos obstáculos, quando tivemos de pôr em prática os seus princípios liberais.
>
> Como explicar, — pergunta García Merou, — à vista dêstes antecedentes, o afastamento em que vivemos? Como desculpar a mútua ignorância em que nos achamos relativamente às nossas modalidades, às nossas virtudes nativas, ao nosso estado de civilização ou de cultura, à forma e importância de nossa produção intelectual?

Não é talvez irrespondível essa pergunta.

Ocupadas as nações sul-americanas com a sua vida interna, até bem pouco tempo não podiam cultivar o espírito no sentido restrito da palavra; e desta maneira forçoso era que tôdas as suas energias se empregassem em vencer as dificuldades diuturnamente oferecidas pela natureza, primeiro aos conquistadores do país, depois aos seus descendentes, quando quiseram constituir-se como nações autônomas.

Com efeito, escassa sempre foi a atenção prestada pelos americanos ao que, a par do desenvolvimento de cada um, se ia passando nas regiões adjacentes. As metrópoles exigiam e atraíam naturalmente tôda essa atenção, ou, para dizer melhor, todo o excedente de atividade física dispensado pelo labor quotidiano de povos, que, ainda empenhados, usando de expressão familiar, em ganhar a vida, *devoravam o pão que o Diabo amassara*.

Essa corrente física obrigada e a superioridade dos centros europeus, de onde nos tínhamos destacado para, como rebentões transplantados, vegetarmos por algum tempo dêste lado do Atlântico, são suficientes para explicar o nenhum caso que se fazia de literaturas porventura cultivadas no meio de canaviais, de xarqueadas, ao relento dos sertões adustos do Brasil ou na amplidão dos pampas do Sul.

Foi preciso que essas nações chegassem a um certo grau de desenvolvimento econômico e começassem a sentir a própria grandeza e a ter a consciência de sua fôrça e dos seus destinos, para que se entreolhassem, buscando, na troca das idéias, novos elementos de vida, nova base de cultura.

Até poucos anos a nossa luta literária regia-se pelo pensamento de insurreição contra os próceres da literatura portuguêsa. Queríamos ser originais; e o único meio que se nos afigurava conducente a êsse resultado era repelir a imitação dos autores pertencentes àquela nacionalidade. Hoje, com as tendências de integração americana, surge um outro movimento de ordem moral, e portanto de ordem literária, que anuncia uma fase estranha de progresso e uma grande mudança de hábitos mentais na América do Sul. Êsse movimento, que se acentua agora por uma viva curiosidade de país a país, relativamente à fisionomia de cada um e às idiossincrasias de seus escritores, não pode deixar de gerar uma enorme e benéfica emulação, bem como uma maior confiança nos produtos indígenas, — confiança resultante da comparação.

Êsse fenômeno de subjetivismo nacional não tardará em converter-se num aumento de fôrça coletiva, e então não será surprêsa para nós a glorificação estética dêste grupo de nações, que parece destinado a reproduzir em outros moldes a civilização que nos legaram as raças educadas no verbo latino.

Os povos americanos, pois, começam em boa hora a se examinar, a se estudar e a se apreciar mùtuamente. Dessa recíproca penetração é impossível que não resulte um acréscimo de vitalidade para o nosso continente e que êsse acréscimo de luz não se transforme em uma nova direção dada ao progresso.

Da comparação sempre colheram as sociedades elementos com que se fecundassem. A originalidade das produções, principalmente literárias, não raras vêzes tem nascido da reação ocasionada pelo contacto de povos de costumes diferentes.

Não podemos ainda calcular o grau de calor que no mundo estético virão despertar leituras, por exemplo, como a de *Facundo*, de Sarmiento, onde incontestàvelmente encontra-se um espírito nôvo que não é pròpriamente o europeu.

Que sugestões e que horizontes desconhecidos!

E a reversa não será também exata?

Com certeza. E foi obedecendo ao impulso de idêntico sentimento que o autor do *El Brasil intelectual* se propôs fazer uma rápida viagem através do nosso espírito, ou dos nossos livros.

Não é o livro de Martín García Merou, rigorosamente falando, um trabalho de crítica, nem mesmo uma exposição exaustiva do estado das ciências, letras e artes no Brasil. Como o próprio autor se encarregou de declarar, êle não pretendeu dar a êsse seu trabalho outro caráter que não fôsse o de ligeiras impressões, em que ficassem consignados os traços fundamentais da intelectualidade brasileira, "desenhando as figuras mais salientes de um grupo seleto de seus publicistas".

De fato, o âmbito das suas perseguições foi limitadíssimo, cingindo-se o autor quase rigorosamente ao estudo dos críticos e sociologistas ou publicistas, oito ou dez figuras, estudo êste que ocupa três quartas partes do livro, ao passo que nas páginas restantes acumulam-se notícias, às vêzes indicações fugitivas sôbre os demais autores, compreendidos nesse elenco os jornalistas, poetas e romancistas, que mais nomeada adquiriram nos últimos tempos.

Penso que num livro de apresentação como o de que se trata, era vulto obrigado o de Machado de Assis. Entretanto, o autor do *El Brasil intelectual* apenas lhe concedeu uma página. Outro tanto poderia dizer a respeito de José do Patrocínio e de Coelho Neto, cuja obra avulta no meio dos trabalhos de ficção nacionais.

Verdade é que essa lacuna é explicada pelo escritor platino da seguinte maneira:

> Machado de Assis, como Coelho Neto, Olavo Bilac, Aluísio Azevedo, Rodrigo Otávio, Afonso Celso, Raul Pompéia, Isidoro Martins Júnior, V. Magalhães, etc., etc., reclamam um estudo detido que não me é permitido empreender neste livro para não sair dos limites que a mim mesmo havia traçado ao escrever estas ligeiras notas. A crítica de tais autores será matéria de uma nova obra que completará a presente e cujos lineamentos gerais já lancei no papel.

Todavia, a lacuna não deixa de se tornar sensível num volume de iniciação.

Seja porém, como fôr, com êsse ou sem êsse defeito, o livro constitui uma importante contribuição para que no estrangeiro, principalmente nas repúblicas espanholas, se comece a conhecer a alma brasileira.

Desta vez, felizmente, o crítico não faltou, como tem sucedido a outros, sem saber do que falava, nem deu cincadas iguais à de certo escritor europeu, que confundiu Goiás e Mato Grosso com romancistas e poetas nacionais.

Garcia Merou leu e estudou os autores cujas obras analisa, e, descrevendo-os com amplas transcrições dos textos originais, consegue dar uma idéia sempre exata do espírito e das indiossincrasias de cada escritor.

Alguns exageros otimistas, porventura encartados nas conclusões dos seus juízos, devem ser levados à conta da grande simpatia com que as suas vistas se dirigiram para nosso lado e se saturaram do meio intelectual brasileiro, o que nunca seria um mal, senão o veículo mais fácil de chegar ao conhecimento das virtudes como dos defeitos brasileiros.

Sem embargo disto, eqüitativo.

A prova dêsse sentimento de justiça encontro-a neste trecho, cuja transcrição convém fazer:

> Uma das faces mais interessantes da intelectualidade brasileira é a do jornalismo, ao qual, pode-se dizer, têm pertencido, por maior ou menor período, todos os homens distintos do Brasil.
>
> Suas tradições têm andado intimamente ligadas aos destinos nacionais da república irmã desde os tempos coloniais até aos nossos dias. Os diários brasileiros, menos *yankees* que os nossos, menos providos de elementos de informação contemporânea, mais parcos no uso dos cabos telegráficos e em abundância de correspondências estrangeiras, — levam vantagem a êstes em encarnarem e representarem os ideais de partidos políticos subordinados a um programa de govêrno, acrescendo que por trás de seus artigos editoriais existem personalidades caracterizadas, que não se limitam ao exame negativo e demolidor dos atos do govêrno.
>
> Nêles predomina, por outro lado, o elemento nacional, mais apto para comprender as questões locais e palpitar consoante a alma popular do que escritores estrangeiros, inclinados, apesar da lucidez dos seus talentos e de sua honorabilidade pessoal, a divorciar-se dos sentimentos e das aspirações dos homens a quem são obrigados a combater por dever profissional. Nos diários fluminenses, e o mesmo sucede em todos os Estados, não aparecem nomes de correspondentes europeus em tão grande número como os dos que enviam cartas aos órgãos principais da nossa imprensa.
>
> Em compensação, porém, aquelas missivas são escritas em estilo geralmente mais literário, e, à maneira dos seus congêneres franceses, os jornais brasileiros fazem sempre a nota ligeira, a crônica do dia, o comentário feito com espírito e em que são mestres Coelho Neto, Olavo Bilac, Ferreira de Araújo, Carlos de Laet e Machado de Assis.

Em outra parte do livro lê-se esta sintética descrição do desenvolvimento das letras no Brasil.

> A atividade intelectual daquela nação é sem dúvida superior à que mostram os seus irmãos do Continente.
>
> O Brasil pode mostrar com orgulho, no passado e no presente, um núcleo compacto de sábios, de escritores e de estadistas dignos de figurar em qualquer dos centros mais adiantados do Velho Mundo. Uma instrução metódica e séria, em que têm predominado os estudos

> clássicos, um gênero de vida mais reduzido do que o nosso, menos subordinado aos atrativos do prazer e aos esplendores e refinamentos de um sibaritismo elegante, um largo período de tranqüilidade e de pacífico desenvolvimento, sob o influxo de administrações sossegadas e de móveis elevados, — tôdas essas causas juntas à inteligência natural de seus homens, às tendências artísticas da raça e às vantagens de um meio mais uniforme, mais interessado pelas coisas do espírito, — têm concorrido para dar ao Brasil uma cultura literária mais sólida e original que a das outras nações sul-americanas...
>
> Basta considerar um simples fato histórico para reconhecer a diferença que existe, a êste respeito, entre o Brasil e a República Argentina. Em 1838 fundava-se no Rio de Janeiro o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, associação que subsiste ainda hoje e à qual têm pertencido todos os homens eminentes daquela nação. O cultor das letras e o investigador tranqüilo e assíduo da história pátria encontravam um centro propício e silencioso onde pudessem unir seus esforços em colaboração para a obra benéfica de sua civilização e do seu progresso moral. Naquele mesmo ano — com que tristeza o lembramos, — as sombras da ditadura empenhavam-se em apagar todos os fulgores da inteligência argentina.

García Merou é um escritor de raça: e nos seus livros encontra-se sempre essa qualidade que faz o encanto dos livros franceses — a clareza das idéias junta ao correntio de uma frase familiar e ao mesmo tempo elegante.

Já o conhecia pelos seus excelentes trabalhos biográficos e críticos sôbre J. R. Alberdi e sôbre Echeverría, e dos quais tive ocasião de ocupar-me em 1894 em um estudo publicado na *Semana*.

Dêsse exame da personalidade do escritor resultou para mim a convicção de que se tratava de um dos espíritos mais vivos e sagazes da nova geração literária das regiões do Prata.

Não posso fazer juízo sôbre as suas qualidades de historiador, porque ainda não tive ensejo de ler a sua recente *História da República Argentina*. Mas a avaliar pelos dotes revelados como biógrafo, se o autor tiver sabido refrear a imaginação que tanto trabalhou naqueles perfis, se também na parte descritiva der menos largueza às suas qualidades de poeta e de impressionista, é bem natural que essa obra constitua a melhor prova das suas aptidões para o desenvolvimento dos fatos em que se envolve o segrêdo orgânico daquela nacionalidade.

Rio, 11-11-1900.

## XVII

## DOIS ROMANCES

*Gazeta de Notícias*, 20-11-1900

"Inveja matou Caim" – era a frase que eu ouvia impreterìvelmente da bôca da pequenada, quando outrora, no meio dos brinquedos infantis, algum companheiro se lembrava de depreciar por gestos ou por palavras as virtudes e os dotes alheios [13].

Então, perguntava a mim mesmo se a vítima não fôra Abel.

Não.

As devastações dêsse negro sentimento chamado inveja, se fìsicamente, conforme diz a lenda hebraica, atingiram a Abel, moralmente fizeram do irmão homicida o mais desgraçado dos homens, a mais torturada das criaturas, e cujos sofrimentos não encontram paralelo nem no Orestes de Ésquilo, nem no Hamlet de Shakespeare, nem mesmo no Jó das Escrituras.

A raça dos monstros para a dor não se extinguiu com a maldição do Céu. Ao contrário ela pulula, vulgariza-se e difunde-se.

Agora um romancista platino toma alguns espécimes dessa raça cainita para assunto de uma interessante análise psicológica, e o desenvolve num estilo meio Bourget, meio d'Annunzio. *A Raça de Caim* é o título do livro.

Êsse romance que li de um fôlego, apesar da originalidade do título, não conterá talvez elementos que já não tenham sido explorados por outros escritores. Todavia, os dois *ratés*, que nêle representam os papéis mais salientes, são estudados com carinho e vivem de uma intensidade própria. São produtos da observação direta do autor.

Trata-se dos dois *ratés*, Cássio e Guzmán, que Carlos Reyles descreve em seu livro, não como egoístas vulgares, mas como idólatras de si mesmos – de idólatras que confundem as suas aspirações truncadas com um ideal soberbo de existência, e que não encontrando em si mesmos fôrça suficiente para realizá-lo, nem condescendência no ambiente relativamente às suas veleidades, aos seus sonhos de crescimento, rebelam-se contra a vida, conspurcam a moral e tomam-se de indignações loucas contra os fortes, os bons e a ordem normal da sociedade, que, indiferente, os deixa à margem da estrada.

---

[13] Carlos Reyles. *La Raza de Cain*. Montevidéu, Dornalechely Reys, Impresores, 1900.

Cássio e Guzmán representam a inveja que se não conhece, a inveja da importância orgulhosa, a inveja, finalmente, raciocinante e que a todo momento ergue-se em sistema para justificar-se perante o êrro implacável do mundo e a desigualdade do destino.

O primeiro, entretanto, não passa de um megalomaníaco, de instintos baixos, perversos, e cujo orgulho decompõe-se em infâmias, que êle muito naturalmente pretende estejam inclusas no seu direito de defesa.

Guzmán, menos antipático, é o tipo do *raté* literário, dêsse tipo curioso de que Lollié deu as verdadeiras origens no seu estudo — *Nos gens de lettres*.

O romance de Carlos Reyles, portanto, nada tem de obscuro. Os intuitos são claros, e nem o autor quis penetrar nessa psicologia nebulosa, onde o espírito perde-se em conjecturas e dúvidas angustiosas, quando tenta compreender a natureza real dos personagens.

Ao contrário disso o autor d'*A Raça de Caim* não deixa espaço a vacilações. Os seus tipos explicam-se e êles próprios encarregam-se de definir-se e condenar-se.

Ei-los um defronte do outro:

> A felicidade dos outros me irrita, me subleva como uma grande injustiça, diz Cássio. Ah ! a raça de Seth ! Não sofrem os dessa raça, não padecem, não lutam e se mostram orgulhosos de sua bondade, de sua estúpida bondade ! Triste coisa ! Submetam-nos a prova dolorosa e os verão desaparecer como palha atirada ao fogo. Êste miserável mundo, porém, pertence-lhes. Tudo lhes sorri; tudo quanto tocam se lhes converte em frutos perfumosos, como se suas mãos possuíssem alguma virtude desconhecida aos demais mortais. Caminham como os cegos, com os olhos volvidos para o céu, e não ensangüentam os pés nas urzes do caminho, pisam alfombras de flôres, que esmagadas retribuem em aromas. Se algum dêles as colhe carinhosamente para cheirá-las com cuidado, cerram as fôlhas, murcham e morrem...
>
> Não me envergonho de dizê-lo: odeio-os, sim, odeio-os com o grande direito que me dá a minha dor, o meu injusto destino. A minha indignação estala, quando me comparo aos venturosos. Por que preço insignificante obtiveram a riqueza, a tranqüilidade de espírito, o gôzo, e por meu lado, quanto tenho lutado contra a sorte implacável para só desposar, no fim de contas, a Desgraça, a amarga companheira de minha vida.
>
> Não importa : algum dia há de vir em que os meus tormentos, em vez de rebaixarem-se, me elevarão ao nível dos eleitos. Sim tenho orgulho, orgulho satânico, porém glorioso, quando considero que minha alma resplandece de luzes negras como diamantes negros... Não renego minha pátria : não me humilha pertencer à *estirpe dos que, deserdados e vencidos, sonham em silêncio*...
>
> Os *ratés*, os que tudo anelam sem nada conseguir, os que sentem o despeito roedor dos vencidos e a raiva dos filhos de Caim, são meus irmãos.

Não será de admirar que depois desta formal sistematização da inveja, Cássio seja levado ao crime, e que nem mesmo na carreira

das indignidades êle saiba dirigir-se e possa transmontar o desfiladeiro que vai ter à cidadela do gôzo e das grandezas.

A alma de Guzmán ressoa de outro modo. A sua inópia desenrola-se através de um cepticismo dourado que acaba por afogá-lo na volúpia artística, no sensualismo desfibrante da mulher impura. Êste, ao menos, reconhece que há uma filosofia na vida: e o que mais o faz sofrer é não conseguir surpreendê-la, não achar o caminho para as grandes manifestações artísticas.

A nevrose da inveja dilui-lhe o caráter por um processo menos revoltante.

Cássio destrói como um assassino vulgar, covardemente, o objeto de amor que a sua ambição desmarcada anela com desespêro, mas não pode conquistar devido à desproporção que existe entre os seus anseios insensatos de triunfo e sua deplorável falta de vontade.

Guzmán nada tem de impulsivo. Não há violentas desordens na sua volição.

O mais que êle produz em tôrno de si verifica-se precisamente pela inércia de seu caráter, por uma espécie de bondade difusa que se perde na indiferença e acaba irritando a energia alheia.

> À fôrça de reveses acabei por convencer-me, — diz êle, — de que para viver é necessário que a vida tenha um objeto, é necessário desenvolver de qualquer modo as energias de que a gente se reconhece dotado. A quietação, a inação fazem apodrecer as virtudes do homem, do mesmo modo que se corrompem as águas estagnadas. As minhas amarguras nascem de que a minha vida não tem um fim determinado...
> Tomei um rumo desde comêço que não podia conduzir-me a bom pôrto; adquiri uma grande cultura literária e artística, que para nada me serve neste bendito país senão para tornar-me suspeito e antipático pelo que lhes parece diferente e estranho.

E prosseguindo na sua litania, êsse debilitado tudo enxerga, menos a causa real de seus males.

A atividade literária ou artística, no meio em que êle vive, não passa de um brinco pueril e ridículo, pois que nenhuma necessidade real e profunda da civilização uruguaia, incipiente e incolor, a reclama.

Literatos e artistas ali são objeto de riso. A mediocridade o horroriza por tal modo que no seu conceito mereceria morrer de fome.

E todavia Gurmán não se corrige e nutre-se ou melhor, entrega-se de corpo e alma ao furor da análise de si mesmo: suicida-se psìquicamente.

É doloroso o grito que então lhe rebenta do fundo da alma:

> Eis o fruto raquítico que consegui colhêr da meditação e dessa vida solitária, em que, como Amiel, não vivo, se é que não decompo-

nho a vida. Neste ponto conheço que sou sagaz e que a minha penetração excede a tudo; o meu bisturi vai até o âmago das coisas e de mim mesmo; e tenho tanto valor para as puras especulações como cobardias e desconfiança no que respeita às coisas materiais. Os mais insignificantes incidentes se me antolham como montanhas. Não sei *querer* e, sabes, uma criatura sem vontade é um navio sem pilôto, que voga para onde o arrastam as correntes e os ventos. Em conclusão, confiando em meus talentos, ambicionei destinos tão altos, que agora tudo quanto poderia empreender se me afigura mesquinho e desprezível. Por isso dizia que a minha maldita cultura e as minhas primeiras inclinações me haviam inutilizado para todo e qualquer esfôrço ou trabalho.

Sem embargo de tão pungentes exclamações, êsse desgraçado ainda fala nas inefáveis emoções e nos grandes prazeres que semelhante estado lhe proporciona; provàvelmente, assim sucede enquanto sonha, e quando sente desdobrar-se a sua personalidade e sutilizarem-se os seus sentidos no desvendamento da razão oculta das coisas e dos mistérios da alma. Mas que despertar! e que desengano!

O envenenamento pelo ópio não produz efeitos mais atrozes. E não obstante a vítima de tão degradante vício prefere a tudo delirar nessa viagem vertiginosa para a loucura e para a morte.

O livro de Carlos Reyles revela em seu autor um talento seguro para o gênero.

O drama em suas páginas desenrola-se sem grandes complicações. Sóbrio nas descrições, preciso nos diálogos, o romancista consegue interessar sem recorrer às *ficelles* já gastas do romance psicológico.

------

Um outro romance cai-me hoje debaixo dos olhos.

É a *Girândola de Amôres*, de Aluísio Azevedo, outrora publicado com o título de *Mistério da Tijuca*.

Êsse livro, que nada encerra de psicologias e apenas mostra as aptidões do autor do *Cortiço* para os romances de enrêdo ou de intriga policial, dá-me saudades da época brilhante da publicação da *Casa de Pensão*, do *Coruja* e do *Homem*.

Aluísio Azevedo, incontestàvelmente um dos nossos romancistas de mais fôlego, arredou-se por algum tempo dos seus prediletos trabalhos de ficção.

A vida diplomática o andou entretendo pelo Japão, e agora o conserva em La Plata, prêso às ásperas obrigações da nova profissão que adotou.

Um trabalho seu se anunciava relativamente a êsse Japão tão falado depois da guerra com a China, que êle viu e estudou, e que, segundo li algures, proporcionou-lhe ocasião de verificar quanto o Japão descrito por Pierre Loti nas *Japoneries d'automne* e na *Mme. de Chrysanthème* está longe da verdade.

Essa obra deverá ser uma confirmação das qualidades de observador que tão salientes se tornaram naqueles romances e que colocaram o escritor brasileiro entre os mais distintos representantes da escola realista nos dois mundos em que se fala a língua portuguêsa.

O Oriente na retina dêsse tropical com certeza ter-se-á convertido em visões de uma realidade quente e viva como a das paisagens que se nos desvendam todos os dias no meio americano em que nos agitamos.

Em vez dêsse livro encantador, porém, o autor do *Mulato* nos vem despertar os apetites literários com a reedição de uma obra imputada aos seus vinte anos e escrita no gênero dos romances de Gaboriau.

Os apreciadores de guloseimas novelescas e de sensações fortes que lhe agradeçam. Nós outros preferíamos que o romancista continuasse a série dos seus estudos sôbre a vida brasileira, tão belamente encetados naqueles livros, e que o fizesse sob novos aspectos, porventura aproveitando uma maneira diferente.

Ainda não me esqueci do singular processo que Aluísio Azevedo empregava na composição de seus romances.

Era por volta de 1884, se não me trai a memória, e nessa época Aluísio Azevedo residia na Rua dos Inválidos, quase meu vizinho.

Um dia, passando por sua casa, entrei para visitá-lo e topei-o ocupado em escrever numas grandes fôlhas de almaço.

Era o *Cortiço*.

Leu-me nessa ocasião algumas cenas, que causaram logo em meu espírito profunda impressão como cópia fiel de costumes fluminenses. A verdade dos caracteres descritos era perfeita; e eu quase podia dizer que via os modelos vivos de que Aluísio se servia nas adjacências da rua, pelo bairro, palpitantes, cheios de interêsse, pedindo a sua transcrição num livro intenso e colorido.

Nisto feriu-me a curiosidade uma fila de bonecos de papelão, desenhados a côres, espetados em pequenas hastes de cedro, presos a discos da mesma madeira, como fantoches de teatrinhos de crianças.

— O que era aquilo? perguntei-lhe.

— São os meus personagens; os que estou estudando. Desenhei-lhes as figuras, o físico, as carantonhas, para que se fixem melhor na minha imaginação, enquanto os ponho a viver no livro. Só falta agora apurar as filigranas dos respectivos caracteres. O essencial, porém, é que não os perca um momento de vista e confabule com êles mentalmente, a todo instante.

Não sei se êsse processo foi sempre pôsto em prática pelo autor de tão vigorosos quadros de costumes nacionais.

O que me parece estranho é que um escritor que dispunha de imaginação tão fértil e espontânea se resignasse a um trabalho meticuloso e porventura cansativo como êsse.

Tal circunstância forneceu-me a nota do temperamento artístico de Aluísio Azevedo. Capacitei-me desde êsse momento que tinha diante de mim não um fantasista, que procurava apenas na vida real pretextos para dramas arbitrários, mais um consciencioso analista da vida objetiva, cujo segrêdo de composição residia todo no arranjo dos detalhes apreendidos, em acurada observação, detalhes êstes que, uma vez completos, integravam-se em seu espírito, dando-lhe a síntese do personagem procurado, mas na ação puramente exterior.

Daí o feitio um tanto materializado das figuras que se encontram em suas ficções.

Discípulo de E. Zola, o romancista brasileiro nunca penetrou com o instrumento de uma análise sutil nos recessos da alma humana.

São-lhe mais familiares os instintos dêsse animal chamado homem. Escapam-lhe as nuanças da vida íntima do espírito.

Os seus processos prediletos de análise do movimento dos grupos ou das coletividades não comportam apuros que exibem estudos de psicologia, ou êsse poder de visão dos fenômenos internos do espírito, quase sempre incompatível com a fantasia da ação do mundo exterior.

Rio, 18-11-1900.

EÇA DE QUEIRÓS

PUBLICAÇÃO NA *GAZETA DE NOTÍCIAS,* RIO DE JANEIRO, 24 AGÔSTO 1900, E DATADA DE 21 DO MESMO MÊS.

Foi em 1874, quando residia em Maranguape, no Ceará, que pela primeira vez li Eça de Queirós. Nesse tempo eu estava muito longe de suspeitar a existência de E. Zola e da sua escola.

Entregue aos meus autos e aos deveres da magistratura, que então exercia naquela cidade, estranho ao movimento literário que se passava em França e mesmo em Portugal, caiu-me por acaso um dia debaixo dos olhos o *Ocidente*, revista publicada neste último país, na qual interessou-me logo a leitura de um romance cujo título era o d'*O Crime do Padre Amaro*. Achei-o doce-amargo, e também travoso, dêsse travo que não se encontra nem na uva, nem no pêssego, nem na maçã, em nenhum dos frutos, enfim, que se cultivam na terra de Camões.

Quem seria êsse autor português, tão diverso de Bulhão Pato, de Júlio Dinis, de Pinheiro Chagas, os escritores da época mais conhecidos meus — êsse escritor, que fazia ginásticas na frase, e deslocava com tanto arrôjo a sensação literária do meio comum e rotineiro? Imaginei que fôsse algum poeta nascido em Goa ou Bombaim, e que já adulto se houvesse transportado para a metrópole e aí recebesse a educação.

Recordo-me ainda da impressão quente como de líquido corrosivo, que em mim causaram algumas de suas páginas. Outrossim nunca me esqueci de uma espécie de estribilho, que de página em página, me feria os ouvidos, logo que o autor descrevia qualquer cena no presbitério em que tronejava a Santa Joaneira. Êsse estribilho era o chiado monótono de uma chaleira ou caçarola, que impreterìvelmente se pressentia desde que se entrava naquela mansão de impudicícia. O efeito maravilhoso.

Passaram-se anos, e já tinha-me esquecido das proezas do Padre Amaro, quando em 1878, aqui no Rio de Janeiro, irrompeu o ruidoso sucesso do *Primo Basílio*.

Não direi o choque artístico que me causou êsse tremendo livro de audácias realistas e de novidades postas na parlenda portuguêsa. Achei-o muito insolente, muito irregular, tumultuoso e descarado, mas, por fim, delicioso como essa bebida extravagante que os estudantes das repúblicas preparavam, misturando champanha com conhaque, licores finos e cerveja e a que deram o nome de *Carmelengo cardeal*.

Intoxiquei-me. Reli o romance e fiquei capacitado nesse dia que Portugal tinha produzido o seu mais fino artista, o seu mais sutil ourives da palavra dos últimos tempos.

Causava-me, todavia, pasmo que um escritor de raça elegante, incisivo, de tendências manifestadamente fidalgas, senão mesmo hieráticas, como o tempo se encarregou de documentar posteriormente, se deixasse escorregar para a nota escandalosa e para o realismo desbragado.

Pensando depois sôbre êste fato, pude verificar que êsse delicado fôra simplesmente vítima do meio e *enfant gâté* de uma escola.

"A realidade nua através do tênue véu da fantasia", disse-o êle para justificar-se dos desvios de sua imaginação, que mais de uma vez se aprouve em varar com as flexas fulgurantes de seu estilo apolíneo as imundícies dos charcos e iluminar com as côres vivas de sua palhêta de pintor alígero as pústulas domésticas e os cancros sociais. Nada menos exato, porque a refração de seu espírito fêz dessa natureza um mundo à parte.

As coisas indecentes sôbre que êste artista privilegiado exerceu as suas cóleras inofensivas, por serem puramente literárias, passaram, perderam felizmente o interêsse factício que lhes deram intercorrentemente Balzac e Flaubert, o impecável; o que não passou, porém, foi a magia daquele espírito ático sempre irônico, nas suas diabruras fantásticas, sempre pronto, sob qualquer pretexto, a sair por um raio de sol e a ver a vida pelo prisma esotérico da grande arte, dedilhando a harpa dos próprios nervos e percutindo a nossa sensibilidade no que ela tem de mais secreto e misterioso.

Depois do *Primo Basílio*, vieram outras obras: *O Mandarim*, *A Relíquia*, *Os Maias*.

Neste último livro há visìvelmente estratificações — a nota trágica, imaginosa, romântica do primitivo escritor, superfetada por uma aluvião visìvelmente moderna, com que o artista procurou esconder a origem do livro; a crítica acerba da vida mundana de Lisboa, em que dançam como *clowns* os tipos, que se lhe tinham, por último, gravado na retina e que nada sentem de comum com o drama pungente do incesto representado por trás dos indiscretos e jogralescos reposteiros.

Eça de Queirós possuía a clave da tragédia; provam-o exuberantemente algumas cenas do romance; o sonambulismo, por exemplo, dêsse pai excruciado, que percorre à noite os corredores desertos do seu palácio, de vela em punho, perseguido pelas Eumênides do crime do filho incestuoso e que, no silêncio da noite, num olhar de moribundo, o exproba com o silêncio de sua alma honrada, revôlta pela atrocidade de uma queda na volúpia inenarrável.

Uma cena muda, descrita com um frêmito de pavor, que honraria os trágicos de mais finos quilates.

O romancista, porém, preferiu a comédia social.

Não o malsinemos por isso, porque era uma outra clave, em que o seu estro se afinava de modo admirável.

A *Relíquia,* conquanto se ocupe com a reconstrução dos martírios de Jesus, tem todavia páginas e páginas de um riso irônico inextinguível, que se não confunde com o riso de Falstaff ou com o de Mefistófeles, porque guarda a nota genuína de Gil Vicente, desferida através do espírito moderno.

Em nenhum trabalho, entretanto, Eça de Queirós traduziu tão belamente a sua personalidade como no *Fradique Mendes.* Tôda a lira! As notas graves e agudas! Os mais secretos ancenúbios de sua alma aí se mostram, umas vêzes, como por via de uma espécie de claridade eclíptica, fosforescente, mágica; outras, graças à intensidade dos raios X de sua retina de vate de prosa e de sonhador em vigília.

Êsses escritos encerram, portanto, tudo quanto a sua idiossincrasia de artista podia dar de mais original. Também são as páginas de que mais gosto; e só por elas eu perdoaria tôdas as faltas que o escritor houvesse cometido.

Um dia, conversando com o malogrado Pompéia sôbre os méritos do autor do *Primo Basílio,* disse-lhe que havia capítulos nos seus romances que produziam em mim sensação igual à produzida por uma escôva de veludo passando sôbre as costas da mão, e por cujos filamentos estivessem dispersos, aqui e ali, fios metaeletrizados. Julgo ainda hoje exato êste juízo de simples impressionista. O estilête do escritor de vez em quando dava descarga à pilha elétrica e nos fazia estremecer.

Oliveira Martins e Eça de Queirós, da penúltima geração, foram os autores portuguêses que mais me interessaram. Os outros, ou pela estrutura do talento, ou pelos sestros puramente nacionais, criaram no meu espírito prevenções talvez um tanto intensas demais. A alma dêstes dois grandes escritores, porém, nunca deixou de ferir-me a imaginação com o arroubo e a simpatia.

## PREFÁCIO A

## *O GRANDE PROBLEMA*

DE

ROCHA POMBO

PUBLICAÇÃO EM ROCHA POMBO, *O GRANDE PROBLEMA* (PLANO DE UM NÔVO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO). RIO DE JANEIRO, COMPANHIA TIPOGRÁFICA DO BRASIL, RUA DOS INVÁLIDOS, 93, 1900. DATADO O PREFÁCIO DE RIO DE JANEIRO, 4 DE SETEMBRO DE 1900

A educação tem excitado nestes últimos tempos a atenção de espíritos cultos, ainda mesmo estranhos ao magistério, como talvez nunca sucedesse nos tempos em que mais se agitaram os problemas desta espécie. Apóstolos se hão dedicado à redenção dos ignorantes, com verdadeiro sacrifício; e, quando outros exemplos não existissem, bastaria lembrar o caso de Tolstoi, que abandonou posição, riqueza, glórias literárias, para consagrar-se não só à regeneração do sentimento cristão, mas também à propaganda de um ensino ideal.....

No Brasil propagandistas dêstes são impossíveis. Os indivíduos, que até agora se apresentaram na liça com o intento de disputar a educação ao charlatanismo dos industriais, uns se têm mantido na região teórica, tentando intermitentemente, quando muito, influir na ação legislativa, outros se enclausuraram numa propedêutica intransigente, sem calcular as resistências, nem procurar conhecer rigorosamente a índole nacional e as leis particulares da nossa história; muito poucos enveredaram pelo caminho da verdadeira experiência; mas êstes tarde reconheceram a deficiência dos capitais empregados e a indiferença dos pais pelo que mais deveria atrair os seus carinhos. Raro é o chefe de família que se preocupa de modo sério com o futuro mental e moral dos filhos. Considerando a educação sob êsse ponto de vista uma questão irresolúvel, os pais contentam-se em prover os meios de subsistência dos pimpolhos, de prendá-los com alguma fortuna e com um título de bacharel que lhes garanta colocação condigna, e julgam por êste modo terem-se forrado a tôdas as responsabilidades decorrentes dêsse cifrão tão imprudentemente levantado na alma das crianças colocadas pelo casamento sob a égide da sua experiência e da sua direção. Pedagogistas, pois, compenetrados da sua missão têm aparecido e desaparecido, no fluxo e refluxo da maré social, sem que deixassem sucessores de sua ação benéfica, capazes de perpetuar institutos dignos dêste nome.

Será isto motivo para desanimar? Não. Em um país nôvo como é o Brasil, exceção feita das instituições políticas e dos aparelhos destinados a satisfazer as necessidades puramente biológicas, não se pode esperar que outras funções manifestem-se senão intermitentemente, em virtude de uma lei, que lhes é própria, e continuará a sê-lo enquanto pelo menos a densidade da população e o advento de outras condições de vida criadas pelo movimento cotidiano não

integrarem os órgãos correspondentes a essas necessidades de ordem mais remota. Que não deve ser senão assim, estão a demonstrá-lo os constantes reclamos do povo exigindo a ação governamental, o auxílio dos podêres públicos. E a contraprova encontramo-la em muitos outros aparelhos, que tantos gerados quantos mortos, como por exemplo — o teatro, as revistas literárias, as associações científicas, as ilustrações, as academias de música etc., etc., das quais só as subsidiadas têm podido, não viver, mas vegetar; e por quê? porque falta-lhes a circulação, o permanente concurso de um público interessado; êsse sangue sem o qual não há instituição que possa persistir.

Não me queixo, portanto, desde que reconheço a natureza dos fatos. Espero; e esperando assinalo apenas o fenômeno, sem atribuí-lo a nossa perversão ou a defeitos de raça.

Dos esforços intermitentes de hoje é que se há de fazer o dia de amanhã. Não há, portanto, encômios bastantes para a propaganda no intuito de chamar a atenção para a maneira por que a educação moderna está sendo praticada nos países anglo-saxônios.

O Professor Rocha Pombo, justamente impressionado pelo trabalho de Demolins, empreende no livro junto aclimar em nossa terra os sistemas e os planos do colégio *Des Roches,* ideado e realizado por Demolins.

Nada direi sôbre as côres um tanto pessimistas com que o autor do livro carrega o quadro, não só da vida do funcionalismo, como dos maus hábitos do professorado brasileiro.

Consolemo-nos, porque aqui não se tem feito senão copiar a França da decadência, em tudo: em política, nesta pelo menos até 1889, em pedagogia, em ciências, em literatura, em artes, em serviços municipais, em modas.

Em certos assuntos, apesar da corrente que a política atualmente estabelece para a América do Norte, será muito difícil desarraigar-nos de tal tutela; e é para lamentar que assim suceda, não porque suponha que a função educadora daquele país tenha terminado. Continuo a crer que nenhuma raça dispõe de elementos ideais, nem de instintos artísticos tão poderosos, para continuar através do mundo bárbaro a obra encetada pelos gregos; a ela pertence o segrêdo do módulo e da clareza, e por isso penso que competir-lhe-á ainda no conflito próximo das nações o elevado papel de descobrir soluções, que eliminem a fôrça, a violência, os instintos predatórios das suas competidoras, as quais, embora muito adiantadas, muito fortes, não perderam todavia os instintos primitivos de Caliban; porque o papel de Próspero não foi arrancado às mãos do povo, que produziu Montaigne, Rabelais, Descartes, Richelieu, Corneille, Diderot, Voltaire, Lavoisier, Chateaubriand, Balzac. Mas fôrça é confessar que

na atualidade a França passa por um eclipse funesto; e desorientada como parece, não há que fiar nas lições de uma boa parte dos seus melhores espíritos, que andam eivados de iras contra a Alemanha e de assombros dreyfusistas. Para que não nos percamos, pois, no labirinto dos paradoxos, que os seus escritores têm ido buscar a tôdas as filosofias, é de bom conselho que nós brasileiros ponhamos de quarentena alguns livros que de lá chegam, e procuremos o antídoto aos seus desvairamentos em escritores mais tranqüilos e mais práticos.

E todavia pensa assim quem foi educado na filosofia inglêsa e dela tem tirado os elementos básicos, com os quais firmou a sua paz intelectual e aprendeu a estudar, ainda que fracamente, os problemas sociais.

Seja porém como fôr, o que convém é que observemos o movimento que ali ainda se opera contra a própria decadência latina, e regendo-nos pelos sintomas, que êles mesmos acusam, tentemos orientar-nos no departamento da instrução, onde a França tem criado tantas monstruosidades.

Os franceses que não derrogam de procurar remédios fora de seu país, olham para a Inglaterra e para os Estados Unidos, e lá vão buscar os produtos da experiência, que não puderam realizar no meio das suas cidades. É um bom aviso. Façamos o mesmo. Adotemos o que fôr compatível com os nossos hábitos, com a nossa índole com as tradições de nossa história.

É o que pretende realizar o Professor Rocha Pombo com a sua propaganda.

A tentativa *Des Roches* é incontestàvelmente uma bela coisa; mas resolverá o problema da educação do povo? Não o resolve. Se bem que minore os males da educação atual, preparando para as classes dirigentes e abastadas homens, no rigor da palavra, que saibam conquistar a própria felicidade e se habilitem para exercer influência benéfica sôbre os outros, no que entende com as massas tão necessitadas de instrução e num país em que todo o progresso vai depender da sua cultura, o plano de Demolins, ficando letra morta, não favoreceria o operário, nem prepararia a generalidade dos educandos para bater-se contra a vasta natureza dêste país em concorrência com o imigrante.

O Professor Rocha Pombo buscou, entretanto, profundar essa face do problema em face das atuais condições de nosso país.

O seu plano de um nôvo instituto "para o fim de educar a mocidade e prepará-la para a vida, habilitando cada homem a viver independente e a confiar no próprio esfôrço e aptidões" contém, quanto possível, os elementos necessários à conciliação da cultura

da inteligência com a prática do operariado e a vida das classes que a atual organização não permite ascendam aos gozos intelectuais e artísticos das regiões superiores.

Preocupado com as dificuldades, que a má distribuição da atividade humana opõe ao estabelecimento da escola útil, da escola fundamental, daquela escola, enfim, de que mais carece uma nação nova, como esta, onde nem sequer para edificação do povo se encontram os monumentos tradicionais destinados a manter as idéias de unidade do trabalho e do sentimento histórico de um povo, o autor do livro, que se vai ler, imaginou um sistema intermédio, segundo o qual se constituirá uma máquina de educação, em que o operário será instruído no mesmo lugar e contemplando as mesmas coisas que o filho do abastado aspirante às profissões liberais.

Está visto que ao operário no instituto ideado pelo Professor Rocha Pombo não se procurará ministrar outra instrução além da que lhe é necessária para o perfeito exercício do seu ofício. Mas o seu tirocínio realizar-se-á de envolta com o dos alunos do curso secundário nas seções complementares do instituto, isto é, nos campos de experiência, culturas normais, estábulos, oficinas, fábricas etc., organizados para os exercícios escolares e para o aperfeiçoamento também dos candidatos aos títulos de agrônomo, veterinário, mecânico, industrial, comerciante, agrimensor.

A incontestável vantagem do plano do Professor Rocha Pombo está em ser principalmente adaptável às condições dos nossos centros agrícolas. Essa escola pode em regra dispensar o luxo do alto ensino secundário; e sendo, como é, destinada a preparar homens para as lutas do interior do Brasil, a sua natural colocação é indicada nos pontos menos povoados e para onde tende o movimento imigratório, limitando-se a cultura científica e literária ao indispensável desenvolvimento dos instintos altruístas e progressivos do homem.

O que, porém, constitui a sua característica, é a organização em família, e não em falanstério. É nisso que está a aplicação do sistema *Des Roches*. Outra característica é a da criação da classe dos agregados, gratuitos, da qual deverão sair no fim de um tirocínio de dois anos, o operário agrícola, o operário criador, o operário industrial, etc.

Essa idéia parece-me a mais aproveitável e importante do projeto.

Aproximar os operários *in fieri* dos aprendizes das classes que os vão dirigir na vida real, é uma idéia felicíssima; e muito mais praticável em nosso país do que em qualquer outro, porque aqui não existem nem as repugnâncias, nem os preconceitos, que tornariam êsse plano inexeqüível na Inglaterra, na França, mesmo nos Estados Unidos.

Quem percorre as fazendas do Norte do Brasil ter-se-á surpreendido com o espetáculo da familiaridade que se observa entre patrões, uma idéia quase desconhecida entre sertanejos, e fâmulos ou agregados. E o serviço realiza-se sem a interposição de abismos entre os que mandam e os que executam e obedecem. A educação promíscua nos mesmos campos de experiência do aluno, que se prepara para as profissões liberais, trará, portanto, como imediata conseqüência, a *civilização* dêsses *bárbaros,* que a sociedade ainda conserva em seu seio, e de cuja perversidade todos nos admiramos, quando os encontramos em *greve,* furiosos, desatinados, reclamando contra as extorções colossais de que se dizem vítimas, como se pertencessem a uma raça diferente da nossa.

O sistema indicado no livro do Sr. Rocha Pombo promete obviar tôdas as dificuldades que provêm da educação do futuro operário na própria usina.

Não há quem ignore a *brutalização* de que é vítima a criança, que, sem nenhum preparo técnico e moral, é metida numa fábrica, em concorrência com adultos ébrios e animalizados pelo trabalho automático, para aprender, à fôrça do ofício, a viver e a morrer. O grande escritor Daudet no *Jack* descreveu essa vida atrofiante dos pequenos operários, dos aprendizes desamparados, entregues pelos próprios pais ao Moloch da indústria, o qual o menos que faz no período da iniciação é triturar as carnes ainda tenras da pobre criatura; a pintura da vida interior dêsses sorvedouros de atividade anônima explica suficientemente como no meio da fabricação das máquinas, dos aparelhos de lavoura, dos inúmeros artefatos exigidos para o consumo das classes superiores, se fabrica também a ferocidade, a inconsciência e o ódio. Essas e outras descrições já por mais de uma vez têm levado os podêres públicos e os patrões dos grandes estabelecimentos a retirar as crianças dêsse meio hostil à sua inocência e fatalmente atrofiante no que diz respeito à inteligência. Em algumas vilas industriais já se encontram hoje escolas e *ateliers* em que o menino aspirante a operário vá aprender a trabalhar antes de entrar em contacto com os brutos, que só cuidam de desmandibular os aparelhos e pisar, dando pasto ao seu egoísmo puramente animal, sem resquício de piedade, os que lhe parecem inferiores na fôrça, na ferocidade, ou superiores em sentimentos e em delicadeza moral. Isto, porém, não basta. No atual estágio da humanidade, e quando os burgueses desclassificados buscam a todo transe aumentar o desespêro dos humildes com teorias insensatas, levantando o proletariado, indicando-lhe soluções impossíveis, no Brasil, pelo menos, onde não há miséria, não seria desarrazoado tentar a criação de estabelecimentos em que as duas classes de futuros patrões e de futuros ope-

rários, se acostumassem desde a infância a se tratar como iguais, conformados com as contigências da fortuna. O filho de operário não se rebaixaria à posição de animal irracional, e acostumando-se aos sentimentos cultos de um meio superior, amansaria a índole feroz, que a miséria naturalmente, mais cedo ou mais tarde, faria nêle explodir, e atenuado pela cordialidade de relações sociais diferentes das do meio habitual, com um rudimento de educação artística recebida no simples contacto dessa sociedade de gente educada, poderia, com o desabrochar da imaginação, que o pobre também possui, compenetrar-se melhor da importância do seu ofício e habilitar-se para uma vida mais intelectualizada.

Quanto à parte que se refere ao ensino das profissões industriais, só tenho que fazer uma ponderação; e esta entende com o problema da sobrecarga do aluno.

Não encontro, no plano de estudos do Professor Rocha Pombo, tanto quanto fôra para desejar no que interessa à educação estética dos alunos.

Sei que os institutos técnicos dão muito menor margem a essa classe de estudos do que as escolas de ensino pròpriamente secundário. Mas sempre seria conveniente lembrar o perigo que as democracias oferecem no que entende com a elevação do nível do ideal, como bem o demonstrou Fouillée em sua recente obra *Os Estudos Clássicos e a Democracia*. Não direi que se volte ao programa das antigas aulas de história, de literatura e de línguas mortas; todavia, parece-me que, aproveitando-se as indicações dos planos de alguns colégios inglêses, se poderiam organizar nos estabelecimentos de educação técnica exercícios que tivessem por único fim desenvolver o gôsto e as faculdades inventivas do aluno.

Um industrial, um engenheiro, destituído de imaginação, materializado pela aridez de uma arte sem horizontes, não passará de um rotineiro. Fará o que lhe ensinaram ou o que viu fazer uma vez, e nunca mais avançará um passo além da régua, da trena, do compasso, do instrumento que aprendeu a manejar nas oficinas.

É preciso que o martelo seja brandido, não pela garra de um manequim com forma humana, apenas possuído do instinto de conservação; mas pela mão de um homem, que, além dos hábitos de trabalho e da proficiência oficinal, tenha capacidade para imprimir na matéria as vibrações de um ideal qualquer, e que saiba pelo menos desenvolver os instintos de grandeza e de progresso.

ÍNDICE

O EMBLEMA do Centro de Pesquisas que vem figurando nas suas publicações, em desenho do pintor Santa Rosa, foi inspirado pela seguinte passagem do discurso de Rui Barbosa, pronunciado na Biblioteca Nacional por ocasião das festividades do seu jubileu, a 12 de julho de 1918: *"Se eu pudesse ter, à minha escolha, um monumento verdadeiro do trânsito da minha mediocridade pela Terra, o que me agradaria recomendar, seria uma ferramenta de trabalho, com o nome do operário e a inscrição daquilo de São Paulo na primeira aos Coríntios: "ABUNDANTIUS ILLIS OMNIBUS LABORAVI."*

*Essas palavras, na sua simplicidade, falariam de uma vida laboriosa a outros obreiros, dando-lhes a impressão de continuidade entre as gerações sucessivas dos trabalhadores do pensamento através dessa passagem definitiva, que separa um do outro mundo."*

A frase latina tem a seguinte tradução na edição bilíngüe da Bíblia feita pelo Pe. Antônio Pereira de Figueiredo, cujo exemplar existente na biblioteca de Rui Barbosa possui sinais de leitura em quase tôdas as páginas: *"Tenho trabalhado mais copiosamente que todos êles."*